



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Polícia Civil do Estado de Minas Gerais**  
**Assessoria Geral**

Ofício DETRAN/ASSJUR-ASS nº. 3780/2022

Belo Horizonte, 01 de junho de 2022.

**Exmo. Sr**  
**Durval Ângelo**  
**Conselheiro Relator do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**  
**1ª Câmara**  
**Av. Raja Gabaglia, 1.315 - Bairro Luxemburgo**  
**CEP 30380-435 Belo Horizonte/MG**

**Denúncia nº: 1.114.683**  
**Ofício nº 8193/2022**  
**Referência: Portaria nº 23/2022/DETRAN/MG**

Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator,

Cumprimentando-o cordialmente, valho-me do presente para responder à intimação expedida nos autos do processo acima epigrafado, para apresentar os devidos esclarecimentos que motivaram a edição da Portaria nº 23, de 11 de Janeiro de 2022 deste DETRAN/MG, expondo a V.Ex.<sup>a</sup> que se segue.

Informa este i. Conselheiro que, diante da competência fiscalizatória desta Corte de Contas sobre o procedimento de contratação em sua totalidade, concluiu cautelarmente pela existência de impropriedades relacionadas à ausência de informações relevantes no edital do credenciamento e da documentação necessária na fase interna da contratação. Ademais, observou que a contratação de clínicas para realizar exames de aptidão física e mental de avaliação psicológica em candidatos à obtenção de permissão para dirigir veículo automotor e à renovação da Carteira Nacional de Habilitação foi considerada como hipótese de inexigibilidade de licitação para contratação de serviços técnicos especializados, nos termos do art. 74 da Lei nº. 14.133/2021 e, logo em seguida, passou-se a justificar a utilização do instituto do credenciamento. Afirmou que, no caso em análise, não se trata de inexigibilidade para contratação de serviço técnico especializado e, sim, de inviabilidade de competição diante da possibilidade de prestação do serviço por todos os interessados que cumpram os requisitos previamente estabelecidos.

Nesses casos, embora ausente previsão expressa na Lei Geral de Licitações e Contratos, convencionou-se adotar o procedimento do credenciamento, com fulcro no art. 25 da Lei nº. 8.666/1993. Portanto, a nova legislação evidenciou a necessidade de fase preparatória ou interna nos procedimentos de credenciamento, com todos os estudos e documentos necessários ao cumprimento dos princípios incidentes à atividade da Administração Pública: legalidade, impessoalidade,

moralidade, publicidade e eficiência. Nessa linha, a Lei nº. 14.133/2021, previu, em relação a necessária e imprescindível fase interna (ou de preparação) dos procedimentos licitatórios, inclusive em inexigibilidade (leia-se, no presente caso, credenciamento).

Informou ainda que esse Tribunal de Contas já teve oportunidade de manifestar acerca da imperiosa necessidade de apresentar todos os documentos relacionados com a justificativa técnica e econômica em relação aos procedimentos licitatórios, inclusive dispensa e inexigibilidade (credenciamento).

E, por fim, já em vias de conclusão de seu relatório, o Eminent Relator entendeu que o Detran/MG não apresentou, quando intimado para prestar informações, todos os documentos necessários referentes à fase interna do credenciamento. Ainda que estes documentos estejam autuados administrativamente, concluiu que ao menos três elementos fundamentais não foram observados no procedimento de credenciamento empreendido pela Portaria nº. 23/2022, em suposta afronta ao princípio da isonomia. São eles: (i) Ausência do valor a ser pago pela prestação do serviço; (ii) Inexistência de estudos sobre os quantitativos; (iii) Insuficiência das disposições acerca da distribuição da demanda.

Acrescentou ainda que o edital não mencionou qual portaria estabelece o valor, como foram estipulados e qual a forma de reajuste, o que configuraria ausência de elementos relevantes para participação no procedimento. Mencionou que o art. 18 da Lei nº. 14.133/2021 determinou que a fase preparatória deve compreender, entre outros fatores, "a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento" (inciso III) e "o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação" (inciso IV). No âmbito específico do credenciamento, destacou que o art. 79, parágrafo único, III, determinou que o edital de chamamento deverá definir o valor da contratação, exceto no caso de credenciamento em mercados fluidos.

Ademais, entendeu que não há informações acerca da demanda dos serviços e quantitativos previstos, o que contrariaria a obrigatoriedade de estimativa de quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (art. 18, IV). Concluiu que a fixação do preço e a previsão dos quantitativos seriam elementos indispensáveis para assegurar a isonomia no credenciamento, uma vez que a ausência de tais informações acarretaria a restrição da participação aos particulares que já atuam no setor e, portanto, conhecem as características da prestação do serviço.

Por fim, no tocante à distribuição da demanda entre os particulares credenciados, a Portaria nº. 23/2022 teria se restringido a prever que "o Detran-MG distribuirá os exames de forma imparcial e aleatória, através de uma divisão equitativa" (art. 48), sem considerar que a Lei nº 14.133/2021 estabeleceu que, na hipótese de credenciamento motivada pela realização de contratações simultâneas, quando não for possível a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda (art. 79, parágrafo único, II).

Dessa forma, concluiu que não foram explicitadas, na Portaria nº 23/2022, as condições objetivas para realização de rodízio entre os particulares credenciados. Por conseguinte, analisados, em cognição sumária, os pontos que entendeu relevantes dessa denúncia, passou à análise do pedido da denunciante acerca da concessão de medida cautelar para suspender os credenciamentos de clínicas de trânsito perante o Detran/MG em razão de supostas ilegalidades aventadas na Portaria nº. 23/2022.

Sem razão.

É o que restará demonstrado.

## **I - DO CUMPRIMENTO DA LIMINAR DEFERIDA - PORTARIA ENCONTRA-SE SUSPENSÃO**

Inicialmente, informamos que foi cumprida a decisão que deferiu a concessão de medida cautelar para determinar a imediata suspensão da Portaria nº 23/2022 do DETRAN/MG, com o encaminhamento da cópia do comprovante de publicação da suspensão da referida Portaria, conforme verifica-se nas informações prestadas pela Divisão de Habilitação - DETRAN/MG, por meio do Memorando.DETRAN/DH-GAB.nº 397/2022 e no Aviso de Suspensão da Portaria nº 23/2022 do DETRAN/MG anexo (47435871), com a sua consequente publicação no Diário Oficial do Executivo, no dia 01/06/2022, na página 39 anexo (47504354):

### **DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DE MINAS GERAIS AVISO DE SUSPENSÃO**

***Diretor de Departamento de trânsito de Minas Gerais - Detran-MG, Órgão Executivo Estadual de trânsito e integrante da estrutura orgânica da Polícia Civil, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do art. 22 c/c art. 152 da Lei 9 503, de 23 de setembro de 1997;***

#### **Torna PÚBLICA**

***A decisão cautelar do tribunal de Contas de Minas Gerais, a qual determina a suspensão imediatamente da Portaria nº 23, de 11 de Janeiro de 2022, deste Detran/MG, publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais no dia 14 de janeiro de 2022, em decorrência de Processo de Denúncia nº 1.114.683 interposta pela Associação de Clínicas de Trânsito do Estado de Minas Gerais - ACTRANS, ficando suspensos os processos de credenciamentos em curso no Sistema de Credenciamento Eletrônico - SCE, bem como vedado o início de novos processos, enquanto suspensa a Portaria 23/2022 Está mantida a prestação de serviços por meio das empresas anteriormente credenciadas à referida Portaria, até ulterior julgamento de mérito.***

***Belo Horizonte, 31 de maio de 2022***

***Eurico da Cunha Neto***

***Diretor do Detran/MG***

De igual modo, verifica-se que consta o Comunicado no sítio eletrônico do DETRAN/MG referente à mencionada suspensão, em consonância com os princípios da publicidade e transparência, conforme verifica-se no link <https://www.detran.mg.gov.br/sobre-o-detran-1/sala-de-imprensa/comunicados/suspensao-da-portaria-n-23-de-11-de-janeiro-de-2022-detran-mg>.

Da mesma forma, conforme informado no Ofício PRODEMGE/SSN nº.

"Prezado Senhor,

*Em atenção ao ofício acima referenciado, segue retorno da área técnica, responsável por este atendimento.*

*Informamos que o processo de clínicas foi desabilitado para abertura de novos credenciamentos, cancelamento automático por descumprimento de prazo da tarefa corrente e tramitação dos processos já abertos.*

*Qualquer dúvida estamos à disposição."*

Ademais, esclarecemos que, conforme informações prestadas pela Divisão de Habilitação - DETRAN/MG, por meio do Memorando.DETRAN/DH-GAB.nº 397/2022 "até a presente data, nenhuma Clínica Médica e Psicológica foi credenciada, sob a vigência da Portaria DETRAN/MG nº 23/2022. Informamos que tramitam no Sistema de Credenciamento Eletrônico - SCE. Temos hoje 119 (cento e dezenove) clínicas em fase de "pré-cadastro", 32 (trinta e duas) em tramitação para serem credenciadas, dentre elas, 5 (cinco) aguardam a elaboração e publicação de portaria de credenciamento para iniciarem os trabalhos."



Continuando, importa destacar que a atuação do DETRAN/MG, enquanto órgão da Administração Pública Direta, é regida à luz dos princípios constitucionais inscritos no *caput* do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, incluído o da legalidade:



**Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (grifamos).**

Dito princípio é um dos princípios norteadores do Estado Democrático de Direito, que abrange o postulado da *primazia da lei* e o da *reserva de lei*. O postulado da *primazia da lei* impõe a vinculação da Administração à lei. O poder público não pode agir contrariando os ditames legais.

Nesse sentido, Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

***“Em todas essas hipóteses, o ato normativo não pode contrariar a lei, nem criar direitos, impor obrigações, proibições, penalidades que nela não estejam previstos, sob pena de ofensa ao princípio da legalidade (arts. 5º, II, e 37, caput, da Constituição). Lembre-se de que o Congresso Nacional dispõe agora de poder de controle sobre os atos normativos do Poder Executivo, podendo sustar os que exorbitem do poder regulamentar (art. 49, V), e que o controle de constitucionalidade exercido pelo STF, com base no artigo 102, I, a, da Constituição, abrange não só a lei como também o ato normativo federal ou estadual; por outras palavras, abrange também qualquer ato normativo baixado por órgãos administrativos.”***

***(Zanella Di Pietro, Maria Sylvia. Direito Administrativo. Editora Atlas. 23ª Edição. P. 93)***

Isso vale para todos os atos da Administração Pública, independentemente da forma jurídica que assumam: atos de mera execução, contratos administrativos, regulamentos do Executivo, ou mesmo os chamados atos reais.<sup>1</sup>—

Assim, no Direito Administrativo brasileiro vigora o dogma consagrado por Seabra Fagundes: “Administrar é aplicar a lei de ofício”<sup>2</sup>. Dessa forma, a Administração Pública tem o dever de apenas atuar em estrita obediência ao prescrito em atos normativos (leis) emanados do legislador. Da mesma forma, quando no exercício de seu poder normativo, deve se limitar a editar normas infra legais (direito secundário) com fundamento em leis existentes.

Já a cláusula da *reserva da lei*, no Direito Administrativo, consiste na exigência de um fundamento legal específico para toda e qualquer ação da Administração Pública, principalmente para os atos de intervenção do poder público na esfera de disponibilidade dos particulares.

A reserva de lei também possui fundamental importância no âmbito do Direito Constitucional, pois está relacionada diretamente aos direitos fundamentais, no sentido de significar uma limitação na interferência do Estado na vida das pessoas, seja restringindo ou regulando os direitos e garantias dos cidadãos. Assim,

a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 foi expressa em prever no seu artigo 5º, inciso II, a regra de que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”.

Foi com fundamento na reserva de lei, que Hely Lopes Meirelles consagrou a célebre conclusão de que: **“Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza”.**<sup>3</sup>

## **II - DAS QUESTÕES DE ORDEM PROCESSUAL**

Nobre Conselheiro, precisamos aqui destacar que em cumprimento ao mandado de intimação expedido nos autos do processo acima epigrafoado, determinando que o Diretor deste Órgão apresente defesa aos termos da denúncia proposta, esclarecemos a V.Ex.<sup>a</sup> o que se segue:

Não obstante este Departamento de Trânsito seja o denunciado devemos destacar que este órgão executivo de trânsito não possui capacidade jurídica, já que se trata de órgão integrante da Administração Pública Estadual, desprovido de capacidade postulatória.

Ademais, destaca-se que nos termos do art. 1º-A da Lei Complementar Estadual nº 83, de 28 de janeiro de 2005 e no art. 1º do Decreto Estadual nº 47.963, de 28 de maio de 2020, a Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais é a representante judicial e extrajudicial do Estado. Vejamos:

### Lei Complementar Estadual nº 83/2005

*Art. 1º-A – A AGE tem por finalidade o exercício de funções essenciais à Justiça, nos termos da Constituição da República e da Constituição do Estado, competindo-lhe privativamente:*

*I – representar, judicial e extrajudicialmente, o Estado e suas autarquias e fundações, dentro ou fora de seu território, em qualquer instância, juízo ou tribunal, ou, por determinação do Governador, em qualquer ato;*

*II – defender, judicial e extrajudicialmente, ativa e passivamente ou na qualidade de terceiro interveniente, os atos, direitos, interesses e prerrogativas do Estado;*

*III – prestar consultoria e assessoramento jurídicos aos órgãos e às entidades do Estado;*

*IV – elaborar informações a serem prestadas ao Poder Judiciário em mandado de segurança, mandado de injunção, habeas data e habeas corpus impetrados contra ato comissivo ou omissivo do Governador ou de autoridade do Poder Executivo a ele diretamente subordinada;*

*V – opinar previamente em pedido de extensão de julgados relacionados com a administração pública;*

*VI – promover a expropriação amigável ou judicial de bens declarados de utilidade pública;*

*VII – emitir parecer sobre consulta formulada pelo Governador, por*

*Secretário de Estado ou por dirigente máximo de órgãos autônomos, autarquias e fundações públicas;*

*VIII - propor ação civil pública e ação de improbidade administrativa, ou nelas intervir, representando o Estado e suas autarquias e fundações;*

*IX - intervir em ação popular que envolva interesse do Estado e de suas autarquias e fundações, por determinação do Advogado-Geral do Estado;*

*X - propor ação visando à responsabilização de pessoa jurídica pela prática de atos contra a administração pública estadual, nos termos do art. 19 da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;*

*XI - examinar previamente os acordos de leniência, avaliando os aspectos jurídicos e a vantagem e a procedência da proposta apresentada pela pessoa jurídica em face da possibilidade de propositura de ações judiciais;*

*XII - examinar previamente a aplicação de sanções nos processos de responsabilização administrativa, nos termos do art. 6º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, e conforme regulamentação específica;*

*XIII - examinar previamente termos de compromisso a serem firmados com interessados, para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, nos termos do art. 26 do Decreto-Lei Federal nº 4.657, de 4 de setembro de 1942;*

*XIV - sugerir modificação de lei ou de ato normativo estadual, quando julgar necessário ou conveniente ao interesse do Estado ou de suas autarquias e fundações;*

*XV - exercer a defesa de interesse do Estado e de suas autarquias e fundações perante os órgãos de fiscalização financeira e orçamentária ou o conselho administrativo de recursos;*

*XVI - examinar previamente as minutas de edital de licitação, bem como as de contrato, acordo ou ajuste de interesse de órgãos da administração pública estadual;*

*XVII - orientar as secretarias de Estado e as entidades da administração pública indireta sobre interpretação e aplicação da legislação;*

*XVIII - realizar, por solicitação do Governador, estudo técnico sobre matéria objeto de projeto de lei, decreto ou qualquer decisão administrativa;*

*XIX - promover a realização de concurso público para ingresso na carreira de Procurador do Estado;*

*XX - exercer o controle de legalidade do crédito tributário e não tributário e promover, com exclusividade, a inscrição, o controle e a cobrança da dívida ativa estadual;*

*XXI - manter intercâmbio com as procuradorias-gerais dos estados;*

*XXII - patrocinar e elaborar informações nas ações diretas de inconstitucionalidade, as ações declaratórias de constitucionalidade e as arguições de descumprimento de preceito fundamental*

propostas pelo Governador, acompanhando e intervindo naquelas que envolvam interesse do Estado;

XXIII – exercer o controle interno de constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos atos da administração pública estadual;

XXIV – fixar a interpretação da Constituição do Estado, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida pelos órgãos e pelas entidades da administração pública estadual;

XXV – unificar a jurisprudência administrativa, garantir a correta aplicação das leis e prevenir e dirimir as controvérsias entre os órgãos jurídicos da administração pública estadual;

XXVI – gerir e administrar os fundos especiais de despesa que lhe forem afetos;

XXVII – exercer orientação normativa e supervisão técnica quanto aos órgãos jurídicos da administração pública estadual;

XXVIII – promover, por meio de conciliação, mediação e outras técnicas de autocomposição, a solução dos conflitos, judicializados ou não, de interesse da administração pública estadual;

XXIX – desempenhar outras atribuições que lhe forem expressamente cometidas por lei ou pelo Governador.

§ 1º – Os processos administrativos, inclusive os disciplinares, em que se identificar prejuízo ao erário ou ato de improbidade administrativa serão encaminhados à AGE pelo órgão ou pela entidade competente, para adoção das medidas cabíveis.

§ 2º – A AGE poderá assumir a representação judicial e extrajudicial e o assessoramento jurídico de empresa estatal dependente, nos termos do inciso I do caput, mediante ato do Advogado-Geral do Estado.

#### Decreto Estadual nº 47.963/2020

Art. 1º – A Advocacia-Geral do Estado – AGE, de que trata o [art. 128 da Constituição do Estado](#) e a [Lei Complementar nº 83, de 28 de janeiro de 2005](#), é órgão central e autônomo, diretamente subordinado ao Governador, organizado na forma da legislação aplicável e do disposto neste decreto, competindo-lhe, privativamente:

I – representar, judicial e extrajudicialmente, o Estado, suas autarquias e fundações, dentro ou fora de seu território, em qualquer instância, juízo ou tribunal, ou por determinação do Governador, em qualquer ato;

II – defender, judicial e extrajudicialmente, ativa, passivamente ou na qualidade de terceiro interveniente, os atos, direitos, interesses e prerrogativas do Estado;

III – prestar consultoria e assessoramento jurídicos aos órgãos e às entidades do Estado;

IV – elaborar informações a serem prestadas ao Poder Judiciário em mandado de segurança, mandado de injunção, habeas data e habeas corpus impetrados contra ato comissivo ou omissivo do Governador ou de autoridade do Poder Executivo a ele diretamente

subordinada;

V - opinar, previamente, em pedidos de extensão de julgados, relacionados com a Administração Pública;

VI - promover a expropriação amigável ou judicial de bens declarados de utilidade pública;

VII - emitir parecer sobre consulta formulada pelo Governador, por Secretário de Estado ou por dirigente máximo de órgãos autônomos, autarquias e fundações públicas;

VIII - propor ação civil pública e ação de improbidade administrativa, ou nelas intervir, representando o Estado, suas autarquias e fundações;

IX - intervir em ação popular que envolva interesse do Estado e de suas autarquias e fundações, por determinação do Advogado-Geral do Estado;

X - propor ação visando à responsabilização de pessoa jurídica pela prática de atos contra a Administração Pública, nos termos do art. 19 da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

XI - examinar previamente os acordos de leniência, avaliando os aspectos jurídicos e a vantagem e procedência da proposta apresentada pela pessoa jurídica em face da possibilidade de propositura de ações judiciais;

XII - examinar previamente a aplicação de sanções nos processos de responsabilização administrativa, nos termos do art. 6º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, e conforme regulamentação específica;

XIII - examinar previamente termos de compromisso a serem firmados com interessados, para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, nos termos do art. 26 do Decreto-lei Federal nº 4.657, de 4 de setembro de 1942;

XIV - sugerir modificação de lei ou ato normativo estadual, quando julgar necessário ou conveniente ao interesse do Estado ou de suas autarquias e fundações;

XV - exercer a defesa de interesse do Estado e de suas autarquias e fundações perante os órgãos de fiscalização financeira e orçamentária ou o conselho administrativo de recursos;

XVI - examinar, previamente, as minutas de edital de licitação, bem como as de contrato, acordo ou ajuste de interesse de órgãos da Administração Pública;

XVII - orientar a Governadoria, a Vice-Governadoria, as secretarias de Estado e as entidades da administração pública indireta sobre interpretação e aplicação da legislação;

XVIII - realizar, por solicitação do Governador, estudo técnico sobre matéria objeto de projeto de lei, de decreto ou de qualquer decisão administrativa;

XIX - promover a realização de concurso público para ingresso na carreira de Procurador do Estado;

XX - exercer o controle de legalidade do crédito tributário e não tributário e promover, com exclusividade, a inscrição, o controle e

a cobrança da dívida ativa estadual;

XXI – manter intercâmbio com as procuradorias-gerais dos estados;

XXII – patrocinar e elaborar informações nas ações diretas de inconstitucionalidade, ações declaratórias de constitucionalidade e arguições de descumprimento de preceito fundamental propostas pelo Governador, acompanhando e intervindo naquelas que envolvam interesse do Estado;

XXIII – exercer o controle interno de constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos atos da Administração Pública;

XXIV – fixar a interpretação da Constituição do Estado, das leis, dos tratados e demais atos normativos, a ser uniformemente seguida pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública;

XXV – unificar a jurisprudência administrativa, garantir a correta aplicação das leis e prevenir e dirimir as controvérsias entre os órgãos jurídicos da Administração Pública;

XXVI – gerir e administrar os fundos especiais de despesa que lhe forem afetos;

XXVII – exercer orientação normativa e supervisão técnica quanto aos órgãos jurídicos da Administração Pública;

XXVIII – promover, por meio de conciliação, mediação e outras técnicas de autocomposição, a solução dos conflitos, judicializados ou não, de interesse da Administração Pública;

XXIX – desempenhar outras atribuições que lhe forem expressamente estabelecidas por lei ou pelo Governador.

Registramos ainda que a Resolução nº 12/2008 deste Egrégio Tribunal de Contas, em seu art. 104 assim dispõe:

**Art. 104. No âmbito do Tribunal, além dos princípios gerais que regem o processo civil e administrativo, deverão ser observados os princípios da oficialidade e da verdade material.**

Em razão do exposto, e, para os fins supracitados, sugerimos, s.m.j., que seja **substituído o polo passivo do Processo Administrativo em tela, Diretor do DETRAN/MG, pelo Estado de Minas Gerais**, bem como que este seja **intimado através da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais**, representante judicial e extrajudicial deste Ente Federativo, conforme entendimento jurisprudencial abaixo coligido:

*O DETRAN-MG, enquanto órgão público representa um feixe de atribuições do ente federado, sendo que, por não possuir personalidade jurídica própria, seus atos devem ser atribuídos ao Estado de Minas Gerais.*

*(Apelação Cível/Reexame Necessário n. 1.0433.02.069656-6/00) - Comarca de Montes Claros - 4ª Câmara Cível do TJMG - Relator:*

### **III - DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021**

A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, em seu art. 193, inciso II, prevê que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, será revogada após decorridos 2 (dois) anos da publicação oficial da mencionada lei, a qual foi publicada em 1º de abril de 2021. Vejamos:

*Art. 193. Revogam-se:*

*I - os arts. 89 a 108 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na data de publicação desta Lei;*

*II - a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, após decorridos 2 (dois) anos da publicação oficial desta Lei.*

Nesse sentido, convém destacar que, conforme informação que consta no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), a Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, por meio da Orientação AGE (SEI 35103384), informa que o “Advogado-Geral do Estado recomenda que os órgãos da Administração direta e entidades Autárquicas e Fundacionais não realizem licitações de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021, até que o Estado providencie sua regulamentação”, conforme verifica-se no link (<https://www.planejamento.mg.gov.br/pagina/logistica/nova-lei-de-licitacoes-e-contratos>) e anexo:

#### **Orientação da Advocacia Geral do Estado - AGE**

Por meio da Orientação AGE (SEI 35103384), o “Advogado-Geral do Estado recomenda que os órgãos da Administração direta e entidades Autárquicas e Fundacionais não realizem licitações de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021, até que o Estado providencie sua regulamentação.”

Dessa forma, em que pese a menção à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, recomendou-se que a citada lei não seja aplicada, até que o Estado providencie a sua regulamentação. Não obstante, é sabido que o instituto do credenciamento agora previsto expressamente na referida lei, é decorrente de construção doutrinária e jurisprudencial, além de estar previsto expressamente nas Resoluções do CONTRAN, que regulamentam o tema, inclusive no art. 1º da Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022, bem como no art. 22, inciso X, art. 148 e art. 156 do CTB. Vejamos:



## Resolução CONTRAN nº 927/2022

*Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre o exame de aptidão física e mental, a avaliação psicológica e o credenciamento das entidades públicas e privadas de que tratam o art. 147, I e §§ 1º a 4º e o art. 148 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).*

### Código de Trânsito Brasileiro

*Art. 22. Compete aos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, no âmbito de sua circunscrição:*

*X - **credenciar** órgãos ou entidades para a execução de atividades previstas na legislação de trânsito, na forma estabelecida em norma do CONTRAN;*

*Art. 148. Os exames de habilitação, exceto os de direção veicular, poderão ser aplicados por entidades públicas ou privadas **credenciadas** pelo órgão executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, de acordo com as normas estabelecidas pelo CONTRAN.*

*Art. 156. O CONTRAN regulamentará o **credenciamento** para prestação de serviço pelas auto-escolas e outras entidades destinadas à formação de condutores e às exigências necessárias para o exercício das atividades de instrutor e examinador.*

## **IV - DAS INFORMAÇÕES TÉCNICAS**

Conforme informações prestadas pela Divisão de Habilitação - DETRAN/MG, por meio do Memorando.DETRAN/DH-GAB.nº 397/2022:

Tramitou no processo SEI 1510.01.0077720/2021-42 (anexo) as deliberações e pareceres acerca da elaboração da Portaria 23/2022, bem como no SEI 1510.01.0200647/2021-62 (anexo), no qual foi amplamente debatida a decisão Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI nº 5774, que declarou ser inconstitucional a Lei Estadual nº 20.805/2013, lei esta que conforme ementa "*dispõe sobre o quantitativo de clínicas médicas e psicológicas credenciadas para realizar exames em candidatos à permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da carteira nacional de habilitação e à troca de categoria e dá outras providências*". Inclusive, na elaboração da Portaria 23/2022 foi também debatida temática trazida na própria decisão cautelar do Tribunal de Contas, no sentido de que o instituto do credenciamento não pode impor restrições, sob risco de a própria lógica do procedimento de credenciamento, consistente na prestação do serviço pelo maior número de interessados.

Relativamente aos valores pagos pela prestação de serviços das Clínicas credenciadas pelo Detran/MG, podemos afirmar que se tratam de valores razoáveis e justos, considerando ser dos

maiores em todo país, conforme planilha abaixo:

VALORES DOS EXAMES NO BRASIL		
ESTADO	EX. MED	EX. PSIC
ACRE	100,00	130,00
AMAZONAS	52,03	90,19
ALAGOAS	87,74	101,77
AMAPÁ	242,01	184,50
BAHIA	128,00	170,00
CEARÁ	94,29	80,82
DISTRITO FEDERAL	206,15	222,00
ESPIRITO SANTO	104,91	125,09
GOIÁS	90,00	100,00
MARANHÃO	68,12	204,64
MAT. GROSSO DO SUL	112,75	160,08
MATO GROSSO	109,58	142,04
<b>MINAS GERAIS</b>	<b>169,28</b>	<b>169,28</b>
PARÁ	119,66	161,06
PARAÍBA	68,48	122,28
PARANÁ	65,75	98,22
PERNAMBUCO	88,74	109,2
PIAUI	50,00	55,00
RIO DE JANEIRO	95,00	135,00
RIO GRANDE DO NORTE	75,00	85,00
RIO GRANDE DO SUL	84,70	84,70
TOCANTINS	142,00	142,00
RORAIMA	150,00	150,00
RONDÔNIA	148,60	158,24
SANTA CATARINA	37,50	37,50
SÃO PAULO	105,50	123,08
SERGIPE	110,00	140,00

Por fim, mas não menos importante, ressaltamos que a distribuição dos exames entre as clínicas credenciadas em Minas Gerais atende critérios objetivos e técnicos, uma vez que é feita por um sistema que distribui equitativa e randomicamente, sem interferência de humana.

Quanto ao número de exames realizados em todo o Estado de Minas Gerais, seguem anexas a esse Processo SEI planilhas que trazem, por amostragem, o quantitativo dos últimos três meses, dos exames médicos e psicológicos realizados em todos os Municípios.

**No que se refere ao valor do exame no âmbito do Estado de Minas Gerais**, esse Departamento de Trânsito, quando notificado acerca da Notícia de Fato nº MPMG-0024.21.001195-3, procedente da 17ª PJ Defesa do Patrimônio

Público da Comarca de Belo Horizonte/MG, apresentou as razões de fato e de direito que perpassam pela competência para o credenciamento de clínica médica e psicológica pelo DETRAN/MG é estabelecido pelo inciso X, do art. 22, do Código de Trânsito Brasileiro c/c Resolução CONTRAN nº 425, de 27 de novembro de 2012, atualmente revogada pela Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022.

**Registra-se que, diante da resposta enviada por este DETRAN/MG, dita Notícia de Fato foi arquivada pelo *Parquet*,** indeferindo o pedido de abertura de Inquérito Civil ou Procedimento Preparatório, nos termos do artigo 9º da Lei nº 7.347/85 e do artigo 7º-A da Resolução Conjunta PGJ-CGMP nº 03/2009, conforme verifica-se na cópia da decisão anexa.

Seguindo, o art. 31 do Decreto Estadual nº 47.626/2019, que dispõe sobre o credenciamento de clínicas médicas e psicológicas, em localidades atendidas por banca examinadora, para realizar exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica em candidatos à permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da Carteira Nacional de Habilitação e à troca de categoria e dá outras providências, estabelece que é atribuição do Diretor do DETRAN/MG estabelecer valores para os serviços prestados pelas clínicas médicas e psicológicas credenciadas, a saber:

*Decreto Estadual nº 47.626/2019*

*Art. 31 – Fica a clínica credenciada autorizada a cobrar pelos serviços prestados, segundo tabela de preços públicos estipulados em portaria pelo Diretor do Detran-MG, observados os respectivos parâmetros da Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Psicologia.*

*Parágrafo único – O valor da tabela prevista no caput deverá ser revisado no mês de dezembro de cada ano, para vigor no ano seguinte.*

A orientação para a valoração dos serviços prestados por essas entidades é trazida por norma Federal, conforme art. 22 da Resolução CONTRAN nº 927/2022, que dispõe sobre o exame de aptidão física e mental, a avaliação psicológica e o credenciamento das entidades públicas e privadas de que tratam o art. 147, I e §§ 1º a 4º e o art. 148 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, como segue:

*Resolução CONTRAN nº 927/2022*

**Art. 22. Os honorários decorrentes da realização do exame de aptidão física e mental e da avaliação psicológica serão fixados pelos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal e terão como referência, respectivamente, a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos e a Tabela Referencial de Honorários da Federação Nacional de Psicólogos e Conselho Federal de Psicologia (CFP).**

Destaca-se que a referida orientação também constava no art. 21 da Resolução CONTRAN nº 425, de 27 de novembro de 2012, revogada pela Resolução

nº 927, de 28 de março de 2022. Vejamos:

*Art. 21. Os honorários decorrentes da realização do exame de aptidão física e mental e da avaliação psicológica **serão fixados pelos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal e terão como referência, respectivamente,** a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos e a Tabela Referencial de Honorários da Federação Nacional de Psicólogos e Conselho Federal de Psicologia - CFP.*

Assim, no âmbito do Estado de Minas Gerais, a Portaria do DETRAN/MG nº 64, de 9 de janeiro de 2018, estabelece os valores em consonância com a legislação acima mencionada.

Ato contínuo, **quanto à distribuição dos exames** temos que este Departamento de Trânsito encontra respaldo no art. 38 do Decreto Estadual nº 47.626/2019, vejamos:

***Art. 38. O Detran-MG distribuirá os exames de forma imparcial e aleatória, através de divisão equitativa.***

***Parágrafo único. Sem prejuízo da equidade e da imparcialidade, será admitida outra modalidade de distribuição de exames que importe na melhoria da prestação do serviço de que trata este decreto.***

Por todo o exposto, não assiste razão a pretensão da denunciante, em função de não ter sido verificada qualquer abuso ou ilegalidade nos atos praticados pelo Diretor do DETRAN/MG ao editar a Portaria nº 23/2022, que apenas cumpriu o comando legal, não havendo fundamento relevante para que seja mantida a concessão da medida cautelar que suspendeu a referida Portaria e os credenciamentos de Clínicas Médicas e Psicológicas perante este órgão executivo de trânsito.

Com os cordiais cumprimentos e respeito, esperamos haver prestado as informações concernentes, colocando-nos à disposição de V. Ex.<sup>a</sup> para quaisquer outros informes e demais providências que porventura ainda se façam necessárias.

Atenciosamente,

Luisa de Oliveira Drumond

*Delegada de Polícia – MASP: 1.333 .096-4*

Chefe da Assessoria Jurídica do DETRAN/MG

EURICO DA CUNHA NETO  
*Delegado Geral de Polícia – MASP 386.037-6*  
Diretor do DETRAN-MG



Documento assinado eletronicamente por **Luisa de Oliveira Drumond, Delegada de Polícia**, em 09/06/2022, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eurico da Cunha Neto, Diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais**, em 09/06/2022, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **47475736** e o código CRC **1281E7BF**.

**Referência:** Processo nº 1510.01.0112613/2022-89

SEI nº 47475736

Av Joao Pinheiro 417 - Bairro Centro - Belo Horizonte - CEP 30130-180



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DA 1ª CÂMARA

**Ofício n. 8193/2022**

**Processo n.: 1114683 - Denúncia**

Belo Horizonte, 19 de maio de 2022.

Ao Senhor

Eurico da Cunha Neto

Diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais

Rodovia Papa João Paulo II, 4001, 4001 5} Andar B.Serra Verde (Venda Nova) - Belo Horizonte/MG - 31.630-901

Senhor Diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais,

Comunico a Vossa Senhoria que o Conselheiro Durval Angelo, Relator dos autos de n. 1114683, Denúncia, em decisão monocrática a ser referendada pela Primeira Câmara, determinou a imediata suspensão da Portaria nº 23/2022.

Informo a V. Sa. que deverá ser apresentado a este Tribunal o comprovante da publicação da suspensão no prazo de 5(cinco) dias-uteis, sob pena de aplicação de multa.

Deverá, ainda, apresentar os documentos e esclarecimentos solicitados na referida decisão, cópia anexa.

Cientifico-lhe que o referido processo é ELETRÔNICO podendo ser acessado no e-TCE, disponível no portal deste Tribunal na internet ([www.tce.mg.gov.br](http://www.tce.mg.gov.br)), na aba de "Secretaria Virtual"; e ainda, que a defesa, petições e demais documentos deverão ser subscritos por parte cadastrada, ou por procurador devidamente constituído, conforme caput do art. 164 da Resolução n. 12/2008, assinados eletronicamente e protocolizados exclusivamente via e-TCE, conforme determina o § 2º do art. 2º da Portaria n. 17/Pres/2021, dispensado o envio por correio, e-mail ou outros meios.

Solicito a V. Sa. que sejam informados o número deste ofício e do respectivo processo ao enviar a documentação a este Tribunal.

Atenciosamente,

Maria Valéria Menezes de Oliveira

Diretora

(assinado eletronicamente)

COMUNICADO IMPORTANTE

Nos termos da Portaria PRES. nº 46/2020, todas as petições e demais documentos, referentes ou não a processos físicos ou eletrônicos, deverão ser encaminhados exclusivamente pelo sistema e-TCE, disponível no portal do Tribunal, ficando dispensado o envio dos originais.



Av. Raja Gabaglia, n. 1315 - Bairro Luxemburgo - Belo Horizonte/MG - CEP: 30.380.435 - Tel.: (31) 3348-2111

C.J.S.G.C.

Belo Horizonte, 31 de maio de 2022.

## AVISO DE SUSPENSÃO

O Chefe de Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG, Órgão Executivo Estadual de Trânsito e integrante da estrutura orgânica da Polícia Civil, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do art. 22 c/c art. 152 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997;

### TORNA PÚBLICA

A decisão cautelar do Tribunal de Contas de Minas Gerais, a qual determina a suspensão imediatamente da Portaria nº 23, de 11 de Janeiro de 2022, deste Detran/MG, publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais no dia 14 de janeiro de 2022, em decorrência de Processo de Denúncia nº 1.114.683 interposta pela Associação de Clínicas de Trânsito do Estado de Minas Gerais - ACTRANS, ficando suspensos os processos de credenciamentos em curso no Sistema de Credenciamento Eletrônico - SCE, bem como vedado o início de novos processos, enquanto suspensa a Portaria 23/2022. Está mantida a prestação de serviços por meio das empresas anteriormente credenciadas à referida Portaria, até ulterior julgamento de mérito.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Alice Faria, Delegado(a)**, em 31/05/2022, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eurico da Cunha Neto, Diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais**, em 31/05/2022, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **47435871** e o código CRC **87C47FB8**.





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Polícia Civil do Estado de Minas Gerais**  
**Gabinete da Divisão de Habilitação**

Ofício DETRAN/DH-GAB nº. 264/2022

Belo Horizonte, 31 de maio de 2022.

Excelentíssimos Chefes de Departamentos,

Assunto:

*Referência:* [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1510.01.0112613/2022-89].

De ordem, encaminho a Vs. Exas. conteúdo do AVISO DE SUSPENSÃO da portaria 23/2022, conforme texto abaixo, para disseminação entre as Delegacias Regionais de suas competências.

### **AVISO DE SUSPENSÃO**

O Chefe de Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG, Órgão Executivo Estadual de Trânsito e integrante da estrutura orgânica da Polícia Civil, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do art. 22 c/c art. 152 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997;

#### **TORNA PÚBLICA**

A decisão cautelar do Tribunal de Contas de Minas Gerais, a qual determina a suspensão imediatamente da Portaria nº 23, de 11 de Janeiro de 2022, deste Detran/MG, publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais no dia 14 de janeiro de 2022, em decorrência de Processo de Denúncia nº 1.114.683 interposta pela Associação de Clínicas de Trânsito do Estado de Minas Gerais - ACTRANS, ficando suspensos os processos de credenciamentos em curso no Sistema de Credenciamento Eletrônico - SCE, bem como vedado o início de novos processos, enquanto suspensa a Portaria 23/2022. Está mantida a prestação de serviços por meio das empresas anteriormente credenciadas à referida Portaria, até ulterior julgamento de mérito.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Maria Alice Faria, Delegado(a)**, em 06/06/2022, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **47439546** e o código CRC **3EACB04A**.

---

**Referência:** Processo nº 1510.01.0112613/2022-89

SEI nº 47439546

Av Joao Pinheiro 417, 2º andar - Bairro Centro - Belo Horizonte - CEP 30130-180



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Seção de Expediente/CAA/DETRAN

**Processo** nº 1510.01.0112613/2022-89

Belo Horizonte, 01 de junho de 2022.

**Procedência:** Despacho nº 591/2022/DETRAN/EXPED.

**Destinatário(s):** DH

**Assunto:** PUBLICAÇÃO

## DESPACHO

AVISO DE SUSPENSÃO PUBLICADO NO MG DO DIA 01/06/2022, PG. 39



Documento assinado eletronicamente por **Maria de Fatima Ferreira, Servidor(a) Público(a)**, em 01/06/2022, às 10:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **47484979** e o código CRC **784A0C7F**.

**Referência:** Processo nº 1510.01.0112613/2022-89

SEI nº 47484979



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Polícia Civil do Estado de Minas Gerais**  
**Gabinete da Divisão de Habilitação**

Memorando.DETRAN/DH-GAB.nº 397/2022

Belo Horizonte, 01 de junho de 2022.

**Para:** Gabinete do Chefe da Assessoria Jurídica  
Chefe da Assessoria Jurídica

**Assunto:** Encaminha Informação

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1510.01.0112613/2022-89].

Excelentíssima Dra. Luísa,

Tomando conhecimento da decisão cautelar oriunda do Tribunal de Contas de Minas Gerais na data de 31/05/2022, e visando subsidiar defesa do ato administrativo impugnado, qual seja, a Portaria 23/2022, seguem informações técnicas acerca dos apontamentos descritos no Relatório relativo ao Processo 1.114.683.

- Foi publicado na data de hoje, 01/06/2022, no Diário Oficial do Executivo, na página 39, aviso de suspensão da Portaria 23/2022:

**DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DE MINAS GERAIS**

**AVISO DE SUSPENSÃO**

*Diretor de Departamento de trânsito de Minas Gerais – Detran-MG, Órgão Executivo Estadual de trânsito e integrante da estrutura orgânica da Polícia Civil, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do art. 22 c/c art. 152 da Lei 9 503, de 23 de setembro de 1997;*

**Torna PÚBLICA**

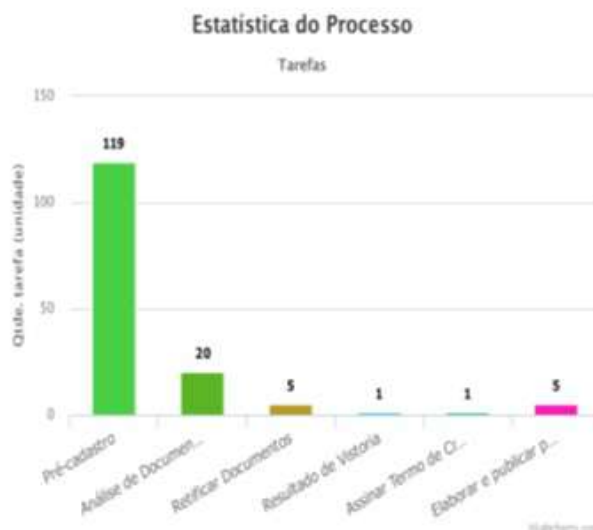
*A decisão cautelar do tribunal de Contas de Minas Gerais, a qual determina a suspensão imediatamente da Portaria nº 23, de 11 de Janeiro de 2022, deste Detran/MG, publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais no dia 14 de janeiro de 2022, em decorrência de Processo de Denúncia nº 1.114.683 interposta pela Associação de Clínicas de Trânsito do Estado de Minas Gerais - ACTRANS, ficando suspensos os processos de credenciamentos em curso no Sistema de Credenciamento Eletrônico - SCE, bem como vedado o início de novos processos, enquanto suspensão a Portaria 23/2022 Está mantida a prestação de serviços por meio das empresas anteriormente credenciadas à referida Portaria, até ulterior julgamento de mérito.*

Belo Horizonte, 31 de maio de 2022

Eurico da Cunha Neto

Diretor do Detran/MG

- Esclarecemos que, até a presente data, nenhuma Clínica Médica e Psicológica foi credenciada, sob a vigência da Portaria 23/2022. Informamos que tramitam no Sistema de Credenciamento Eletrônico – SCE. Temos hoje 119 (cento e dezenove) clínicas em fase de “pré-cadastro”, 32 (trinta e duas) em tramitação para serem credenciadas, dentre elas, 5 (cinco) aguardam a elaboração e publicação de portaria de credenciamento para iniciarem os trabalhos.



- Tramitou no processo SEI 1510.01.0077720/2021-42 as deliberações e pareceres acerca da elaboração da Portaria 23/2022, bem como no SEI 1510.01.0200647/2021-62, no qual foi amplamente debatida a decisão Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 5774, que declarou ser inconstitucional a Lei Estadual nº 20.805/2013, lei esta que conforme ementa "*dispõe sobre o quantitativo de clínicas médicas e psicológicas credenciadas para realizar exames em candidatos à permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da carteira nacional de habilitação e à troca de categoria e dá outras providências*". Inclusive, na elaboração da Portaria 23/2022 foi também debatida temática trazida na própria decisão cautelar do Tribunal de Contas, no sentido de que o instituto do credenciamento não pode impor restrições, sob risco de a própria lógica do procedimento de credenciamento, consistente na prestação do serviço pelo maior número de interessados.
- Relativamente aos valores pagos pela prestação de serviços das Clínicas credenciadas pelo Detran/MG, podemos afirmar que se tratam de valores razoáveis e justos, considerando ser dos maiores em todo país, conforme planilha abaixo:

VALORES DOS EXAMES NO BRASIL		
ESTADO	EX. MED	EX. PSIC
ACRE	100,00	130,00
AMAZONAS	52,03	90,19
ALAGOAS	87,74	101,77
AMAPÁ	242,01	184,50
BAHIA	128,00	170,00
CEARÁ	94,29	80,82
DISTRITO FEDERAL	206,15	222,00
ESPÍRITO SANTO	104,91	125,09
GOIÁS	90,00	100,00
MARANHÃO	68,12	204,64
MAT. GROSSO DO SUL	112,75	160,08
MATO GROSSO	109,58	142,04
<b>MINAS GERAIS</b>	<b>169,28</b>	<b>169,28</b>
PARÁ	119,66	161,06
PARAÍBA	68,48	122,28
PARANÁ	65,75	98,22
PERNAMBUCO	88,74	109,2
PIAUI	50,00	55,00
RIO DE JANEIRO	95,00	135,00
RIO GRANDE DO NORTE	75,00	85,00
RIO GRANDE DO SUL	84,70	84,70
TOCANTINS	142,00	142,00
RORAIMA	150,00	150,00
RONDÔNIA	148,60	158,24
SANTA CATARINA	37,50	37,50
SÃO PAULO	105,50	123,08
SERGIPE	110,00	140,00

- Por fim, mas não menos importante, ressaltamos que a distribuição dos exames entre as clínicas credenciadas em Minas Gerais atende critérios objetivos e técnicos, uma vez que é feita por um sistema que distribui equitativa e randomicamente, sem interferência de humana.
- Quanto ao número de exames realizados em todo o Estado de Minas Gerais, seguem anexas a esse Processo SEI planilhas que trazem, por amostragem, o quantitativo dos últimos três meses, dos exames médicos e psicológicos realizados em todos os Municípios.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Maria Alice Faria, Delegado(a)**, em 01/06/2022, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **47490519** e o código CRC **5EC7248C**.



MINAS GERAIS

CONCURSO PÚBLICO - PROVIMENTO 2021/1  
PERITO CRIMINAL - EDITAL 03/21  
PORTARIA Nº 370/DRS/ACADEPOL/PCMG/2022  
RESULTADO DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL

A Comissão Organizadora, na forma da lei e nos termos do item 12 e subitens do Edital 03/21 do Concurso Público para o cargo de Perito Criminal, torna pública a relação de candidatos INDICADOS na fase eliminatória denominada Investigação Social:

Inscrição	Nome
105966	Alexandre Augustus Michels Barbosa
116425	Alisson Duarte Nepomuceno
110205	Alisson Oliveira Barbosa (*)
122465	Alvaro Henrique da Silva Camilo
117497	Américo Rafael Ramos Fonseca
103769	Andre Nadal Rodrigues
114571	Arthur Soares Silva de Oliveira
110117	Augusto Cesar Laviola de Oliveira
102539	Bernardo Schmitberger Moraes
122681	Bryan Anthony Portos Santos
101875	Carol Drummond Sampaio
108715	Caroline Marcelle de Rezende Faria
117189	Daniel Felipe Celestino Campos
107833	Deborah Romaskevis Gomes Lopes
102240	Denise Fontinate Rodrigues
110189	Diego Pinheiro Aun
109778	Diego Silva Oliveira (*)
115737	Fábio de Aquino Ferreira
100171	Fernando Diego Silva Pereira
114588	Flávia Cristina Silva Matos Viana
107559	Flávio Augusto Machado
100339	Gleuber Henrique Rocha
100700	Guilherme Augusto da Silva (*)
101445	Hélio Alonso Gonçalves Martins
123045	Hernaine Junior Gomes da Silva (*)
120383	Jamer Pereira Carneiro
120816	Jonas dos Santos Batista
105163	Jonathas Nery Paraíso Rocha
104144	Juliana de Antonio
119976	Julio Cesar Vieira de Moraes
105491	Lais Souza Penna
118786	Leidiane Cristina Ferreira
110030	Leonardo Lima de Carvalho
113299	Lidia Pires Ciolette
113247	Lucas Ribeiro Gomes da Silva
114310	Luiz Eduardo de Lima e Silva
104845	Maria Julia Silva Bechelane
110570	Mário Otávio Lacerda e Miranda
109417	Mateus Dutra Rhodes
120213	Moises Gomes Ferreira
109935	Natalia Mariano Silva
107419	Natalia Priscila Silva de Oliveira
101368	Pedro Henrique de Almeida
117397	Ramon Silveira Assis Barros
108093	Raphael Alves Gurgel Amaral
113696	Renan Zuba Parrela
119709	Thiago Silveira Formiga
116014	Tulio Concolato Cunha
102257	Tulio Gama de Pinho
107795	Valdir Dorotheio de Jesus Pinto
115713	Victor Antônio Romeiro Diniz
112255	Victor Hugo Guimarães Lemos
100112	Washington Pinheiro de Souza
106688	Willian Rodrigues Moreira

Área - Engenharia Civil

Inscrição	Nome
109981	Alan de Souza Reis Miranda
105166	Apolo Garangau Menezes
102873	Blenda de Paula Belchior
109450	Bruno Miranda Borges
101993	Bruno Schmidt
106304	Cesar Augusto de Oliveira Ferrante
113135	Cristiano Martins Quintão
119306	Douglas de Castro Mendes
100011	Eduardo Gontijo de Souza
118177	Elder Carlos Melo
116569	Enzio Severino Junior
120455	Fábio Guilherme Fontes Prado
114352	Filipe Siqueira Mazzaro
114251	Gabriel Bento da Silva
116277	Gabriela Pereira Alves
113888	Geordani Ferreira Barbosa Junior
120548	Gustavo Martins
121175	Gustavo Procopio Gomes Soares
105519	Gutemberg Geraldo Vilaca Faleiro
108813	Henrique Ataide Nery de Castro Filho
121887	Jailson Pereira Ribeiro Vasconcelos
109426	Joao Mendes Barbosa
106876	Joao Paulo de Souza Matos
121915	Jordão Heitor Ferreira Cunha
105823	Lucas Alencar Lacerda
109365	Lucas Antônio Cunha Vieira
100418	Lucas Antônio Moraes Oliveira
119068	Lucas Bello Gonçalves
117221	Lucas Fonseca de Oliveira
119755	Marcos Vinicius Santos Sales
114883	Matheus Machado da Câmara
112272	Pedro Vitor Santos Rodrigues
120824	Rejane Coelho Alves
124533	Renan Araujo Duarte Castro
106388	Robert Victor Soares
122662	Stefan Warzocha Neto
113306	Túlio César de Carvalho Santos
111418	Vanessa Teixeira Motta
110906	Victor Mauricio Melo Sampaio

Área - Engenharia Geológica / Geologia

Inscrição	Nome
102507	Ariela Costa Diniz
111671	Brunno Oliveira de Araujo Mabub
110831	Davi da Costa Bezerra Gobira de Alcântara
107504	Fabiana Pereira Lasmar (***)
109689	Filipe Vasconcelos Costa
120636	Gabriel Ernani Garcia da Silva
122607	Gabriella Gallicac Santos
121686	Guilherme Alberto Tosadori
117929	Gustavo de Almeida Ferreira
101345	Hektor Siqueira Sobral
100995	Jéssica Moraes Ronque
110295	Lucas Henrique Vieira Santos
116738	Lúcio Dias Cruz Massari
124374	Rafael Cassemiro Mariano
107198	Roberta Fidelis Pimenta
109808	Saulo Henrique Lourenço Bezerra
101882	Vanessa Rodrigues Correia da Silva
102892	Vicente Oliveira da Silva Junior
110727	Vinicius do Amaral Azevedo
122591	Virginia Gazola

DIÁRIO DO EXECUTIVO

Área - Medicina veterinária

Inscrição	Nome
116712	Aline Caetano de Paula
117319	Ana Paula Carneiro Nogueira
115207	Andressa Afonso Borges
123942	Betania de Aguiar Garcia
109800	Carolina Helena Duani Lima
109119	Caroline Bastos Stefanello
103224	Catarina Schmidt Corrêa Franco
101659	Fernando de Almeida Costa Feijó
111505	Isabela Carla da Silva Ferreira
113715	Italo Camara de Almeida
103403	Izabele Cabral Maia
108239	Lidia Hildebrand Pulz
111302	Luis Otávio Monteiro de Souza
115462	Luisa de Oliveira Lisboa
117963	Marcus Vinicius de Oliveira Machado
115243	Marina Laender de Almeida de Castro
112753	Mário Henrique de Miranda Barros Gonçalves
110476	Mário Márcio da Matta Lopes
104713	Paula Xavier Nogueira Costa
121509	Paulo Vagner Teixeira
117140	Paulo Vitor Domingos de Oliveira e Silva
103028	Rafael Henrique Figueiredo
115880	Viviana Alves Ribeiro
110457	Yuri Tavares Chamonge e Alvarenga

(\*) candidato com deficiência  
(\*\*\*) Gestante

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.  
Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, em  
Belo Horizonte, aos 31 de maio de 2022.  
Cinara Maria Moreira Liberal  
Delegada Geral de Polícia  
Diretora da Academia de Polícia Civil  
Presidente da Comissão de Concurso

CONCURSO PÚBLICO - PROVIMENTO 2021/1  
MÉDICO LEGISTA- EDITAL 02/21  
PORTARIA Nº 371/DRS/ACADEPOL/PCMG/2022  
SESSÃO DE JULGAMENTO DE TÍTULOS

A Comissão Organizadora, no uso de suas atribuições e em conformidade com o item 10 e subitens do Edital 02/21 do Concurso Público para Médico Legista, cumprindo decisão judicial exarada nos autos do processo nº 5051735-09.2022.8.13.0024, torna público que no dia 3 de junho de 2022, sexta-feira, às 9 horas, no auditório do 2º piso da Academia de Polícia Civil (Rua Oscar Negroni de Lima, 200, Nova Gameleira – BH/MG), a Banca Examinadora se reunirá, em sessão pública, para analisar os títulos apresentados pelo candidato THIAGO SILVA MAIA, inscrição nº 100302.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.  
Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, em  
Belo Horizonte, aos 31 de maio de 2022.  
Cinara Maria Moreira Liberal  
Delegada-Geral de Polícia  
Presidente da Comissão de Concurso

108 cm -31 1642671 - 1

EXTRATOS DE CONTRATOS  
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ACT RRMCS N. 74/2022/  
PCMG - PROCESSO SEI/MG Nº 1510.01.0231109/2021-51.

Partes: EMG/Polícia Civil e o Município de Nepomuceno/MG. Objeto: Estabelecimento de base de cooperação entre a Polícia Civil e o Município de Nepomuceno. Duração: 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir de 01/01/2022 a 31/01/2022. Da convalidação: 01/01/2022. Do Foro: Belo Horizonte/MG. Assinatura: 30/05/2022. Signatários: Reinaldo Felício Lima (P/PCMG) e Maria Luiza Lima Menezes (P/Pref.).

TERMO DE DOAÇÃO DE BENS DOA 04/2022/  
PCMG - PCMG/SPGF/DCC/DOAÇÃO/CESSÃO  
PROCESSO Nº 1510.01.0189067/2021-91

Partes: EMG/Polícia Civil (Doador) e o MUNICÍPIO DE NOVA LIMA/ MG (Donatário), CNPJ/CPF 22.934.889/0001-17. Objeto: Doação, de modo irrevocável e irrevogável, sem ônus, encargos, contrapartidas ou contraprestações pela Administração Pública Estadual, de 50 armas. Valores estimados: R\$ 56.623,95 (cinquenta e seis mil seiscientos e vinte e três reais e noventa e cinco centavos). Do Foro: Belo Horizonte. Assinatura: 30/05/2022. Signatários: Reinaldo Felício Lima (Doador) e JOÃO MARCELO DIEGUES PEREIRA (Donatário).

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ACT RRMCS Nº 76/2022/  
PCMG - PROCESSO SEI/MG Nº 1510.01.0177137/2020-67  
Partes: EMG/Polícia Civil e o Município de Catas Altas/MG. Objeto: Estabelecimento de base de cooperação entre a Polícia Civil e o Município de Catas Altas. Duração: 36(trinta e seis) meses, contados a partir de 01/01/2022 a 31/12/2022. Da convalidação: 01/01/2022. Do Foro: Belo Horizonte/MG. Assinatura: 30/05/2022. Signatários: Reinaldo Felício Lima (P/PCMG) e Saulo Moraes De Castro (P/Pref.).

DESPACHO  
Estando regulares os atos procedimentais deste Processo nº 1511189 000083/2022 o DIRETOR DE AQUISIÇÕES/DA/SPGF/PCMG, no uso das suas atribuições, com fulcro na Lei 8.666/93, de acordo com a Nota Jurídica da Assessoria Jurídica da Chefia de Polícia nº 6.221/2022 (47431981), em consonância com demais normas e princípios disciplinares na matéria, recomenda encaminhar os autos ao Excelentíssimo Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças para ratificação da situação de Dispensa de Licitação para contratação direta com a empresa VIBRA ENERGIA S.A, CNPJ 34.274.233/0025-71, visando o fornecimento de combustível (gasolina comum e óleo diesel S-10), através de dispensa de licitação, objetivando atender às necessidades da POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS, com vigência e especificação contidos no instrumento de contrato ou documento semelhante (47388346) pelo valor estimado em R\$ 4.157.982,00 (Quatro milhões, cento e cinquenta e sete mil, novecentos e oitenta e dois reais), a ser custeado por dotação especificada no orçamento vigente conforme documentação constante do supramencionado Processo.

Belo Horizonte, 31 de maio de 2022  
Antônio Cipriano das Neves Silva  
Diretor de Aquisições

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 1511189 000083/2022  
OBJETO: Ratificação da situação de Dispensa de Licitação para contratação direta com a empresa VIBRA ENERGIA, CNPJ: 34.274.233/0025-71, visando o fornecimento de combustível (gasolina comum e óleo diesel S-10), objetivando atender às necessidades da POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS.  
O SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS, no uso de suas atribuições, com fulcro na Lei 8.666/93, no Decreto Estadual nº 4381/2004, na Resolução PCMG 7.894/2016, de acordo com a Nota Jurídica nº 6221/2022 (47431981), e em estrita consonância com as demais normas e princípios disciplinares da matéria RATIFICA a situação de Dispensa de Licitação para contratação direta com a empresa VIBRA ENERGIA, CNPJ: 34.274.233/0025-71, visando o fornecimento de combustível (gasolina comum e óleo diesel S-10), através de dispensa de licitação, objetivando atender às necessidades da POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS, com vigência e especificação contidas no instrumento de contrato ou documento semelhante (47388346), pelo valor estimado em R\$ 4.157.982,00 (quatro milhões, cento e cinquenta e sete mil novecentos e oitenta e dois reais), a ser custeado por dotação especificada no orçamento vigente conforme documentação constante do supramencionado Processo, ou que vier a ser fixada, ficando ratificados e convalidados todos os atos já praticados.

Belo Horizonte, 31 de maio de 2022  
Reinaldo Felício Lima  
Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ACT RRMCS Nº 64/2022/  
PCMG - PROCESSO SEI/MG Nº 1510.01.0259115/2021-04  
Partes: EMG/Polícia Civil e o Município de Diamantina/MG. Objeto: Estabelecimento de base de cooperação entre a Polícia Civil e o Município de Diamantina. Duração: 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação. Do Foro: Belo Horizonte/MG. Assinatura: 30/05/2022. Signatários: Reinaldo Felício Lima (P/PCMG) e Juscelino Brasileiro Roque (P/Pref.).

TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE BENS - TRANSF  
06/2022/PCMG - PCMG/SPGF/DCC/DOAÇÃO/CESSÃO  
PROCESSO Nº 1510.01.0192167/2021-05  
Partes: EMG/Polícia Civil (Transmissário) e Dilmar Ribeiro de Carvalho (Transmitente), CPF (462.774.126-04). Objeto: Transferência, de modo irrevocável e irrevogável, sem ônus, encargos, contrapartidas ou contraprestações pela Administração Pública Estadual, de 4 (quatro) itens de material permanente. Valores estimados: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Do Foro: Belo Horizonte. Assinatura: 30/05/2022. Signatários: Reinaldo Felício Lima (Transmissário) e Dilmar Ribeiro de Carvalho, neste ato representado pelo advogado Sandro Borges Amorim (Transmitente).

22 cm -31 1642670 - 1

EXTRATOS DE CONTRATOS  
EXTRATO DO XIV TERMO ADITIVO  
AO CONTRATO Nº 518/2008  
PROCESSO DE COMPRAS 1511189 000260/2014  
PROCESSO SEI 1510.01.0023807/2018-23  
Partes: EMG/Polícia Civil e a Pessoa Física PAULO ANTÔNIO RODRIGUES DE OLIVEIRA ISAÍAS. Do objeto: prorrogação do prazo de vigência por mais 60 (sessenta) meses. Valor total anual R\$ 73.412,88 (setenta e três mil quatrocentos e doze reais e oitenta e oito centavos). Vigência: 01/06/2022 a 31/05/2027. Dotação Orçamentária: 1511.06.181.005.4025.0001.3.3.90.36.11.0.10.1. Foro: BH/MG. Assinatura: 30/05/2022. Signatários: Reinaldo Felício Lima (P/ Locatária) e Paulo Antônio Rodrigues de Oliveira Isaías P/P Antônia D'alva de Santana Isaías (P/p Locador).

3 cm -31 1642730 - 1

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DE MINAS GERAIS  
AVISO DE SUSPENSÃO  
O Diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG, Órgão Executivo Estadual de Trânsito e integrante da estrutura orgânica da Polícia Civil, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do art. 22 c/c art. 152 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997;

TORNA PÚBLICA  
A decisão cautelar do Tribunal de Contas de Minas Gerais, a qual determina a suspensão imediatamente da Portaria nº 23, de 11 de Janeiro de 2022, deste Detran/MG, publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais no dia 14 de janeiro de 2022, em decorrência de Processo de Denúncia nº 1.114.683 interposta pela Associação de Clínicas de Trânsito do Estado de Minas Gerais - ACTRANS, ficando suspensos os processos de credenciamentos em curso no Sistema de Credenciamento Eletrônico - SCE, bem como vedado o início de novos processos, enquanto suspensão a Portaria 23/2022. Está mantida a prestação de serviços por meio das empresas anteriormente credenciadas à referida Portaria, até ulterior julgamento de mérito.

Belo Horizonte, 31 de maio de 2022.  
Eurico da Cunha Neto  
Diretor do DETRAN/MG

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO (2917)  
O Diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais - DETRAN/MG, usando da competência que lhe confere o Artigo 22, inciso I, do Código de Trânsito Brasileiro, e observando o disposto no Artigo 328 do citado diploma legal, a Lei Estadual nº 43.824/04 e a Resolução nº 623/16 do CONTRAN, NOTIFICA, pelo presente Edital, os proprietários dos veículos removidos, recolhidos e apreendidos, a seguir relacionados, bem como os proprietários dos veículos que porventura não foram notificados por via postal, por não estarem cadastrados, por não terem sido encontrados pelo agente dos Correios ou por estarem com endereços desatualizados, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir desta publicação (art. 4º, § 6º e art. 5º, § 1º da Resolução nº 623/16 do CONTRAN), promovam a liberação e retirada dos veículos, mediante o pagamento das multas, impostos, taxas e despesas com remoção e estadia, conforme legislação específica (artigo 262, § 2º e 271, § único do C.T.B), para evitar-se a inclusão dos mesmos na lista de veículos que serão levados a hasta pública, de acordo com as normas acima mencionadas. Os veículos se encontram recolhidos no(s) depósito(s) abaixo relacionado(s), na cidade de Três Pontas/MG:

REBOQUE PADRE VITOR  
Placa: HGY3970 Chassi: 95VCB1M589M032536 Marca/Modelo: DAFRA/KANSAS 150 Ano Fab.:2008 Prop.: Rene Ireis Fonseca CarraraBanco Itaucard Sa / Marca/Modelo: JTA/SUZUKI AN125 Ano Fab.:2008 / Placa: HNG0242 Chassi: 9BD15804AB6500640 Marca/Modelo: FIAT/UNO MILLE Way ECON Ano Fab.:2010 Prop.: Waldemir Crescencio JuniorBv Financeira S.A Credito Fin.inv.Miller Messias Martins / Placa: GUW8373 Chassi: BV171468 Marca/Modelo: VW/VARIANT Ano Fab.:1973 Prop.: Carlos Vinicio Goncalves / Placa: GVW6111 Chassi: 9BD15822544545583 Marca/Modelo: FIAT/ UNO MILLE FIRE Ano Fab.:2004 Prop.: Antonio Reis De CarvalhoBv Financeira S.A Credito Fin.inv. / Placa: BIT2665 Chassi: 9BWZZZ33ZRP017063 Marca/Modelo: VW/QUANTUM GL 2000 I Ano Fab.:1994 Prop.: Ronan Aloisio De Oliveira / Placa: GZB0185 Chassi: 9BFZE14P258696249 Marca/Modelo: FORD/ECOSPORT XL 1.6FLEX Ano Fab.:2005 Prop.: Ronaldo RodolphoMercantil Do Brasil Financeira Sa CfiMarcael Ferreira De Brito / Placa: GVG0293 Chassi: 9C64VW00W0006181 Marca/Modelo: YAMAHA/XT 225 Ano Fab.:1998 Prop.: Keltion Vilas Boas / Placa: PUU8338 Chassi: 9BD195152F0626154 Marca/Modelo: FIAT/UNO VIVACE 1.0 Ano Fab.:2014 Prop.: Jose Hugo RosaAymore Cred. Finan. E Invest. S.a / Placa: HIA9058 Chassi: 9A9RA1JGGBEUD4863 Marca/Modelo: R/ DIVINO SANTAFE AB 500 Ano Fab.:2011 Prop.: Mega Sinalizacao E Seg Viaria Lt / Placa: HIB4928 Chassi: 9BGXL80P0AC151656 Marca/Modelo: GM/MONTANA CONQUEST Ano Fab.:2009 Prop.: Rafael Vitor RibeiroCop C Ru Bom Sucesso Sicob Credisucesso / Placa: GPE6717 Chassi: 9BFZZZ54ZRB580662 Marca/Modelo: FORD/ ESCORT L Ano Fab.:1994 Prop.: Marilia Aparecida Garcia Rezende / Placa: HDR3103 Chassi: 9BWJB09N36P009973 Marca/Modelo: VW/ POLO SEDAN 1.6 Ano Fab.:2006 Prop.: Giovanni Vieira Silva / Placa: HKR0490 Chassi: 9BD11812IA1047464 Marca/Modelo: FIAT/ PUNTO ELX 1.4 Ano Fab.:2009 Prop.: Luis Fernando P Cavalcanti / Placa: AMC0111 Chassi: 9BGKW08YMMC329379 Marca/Modelo: GM/KADETT GS Ano Fab.:1991 Prop.: Robisnei Moreira / Placa: GNG9177 Chassi: BJ302324 Marca/Modelo: VW/FUSCA 1300 Ano Fab.:1976 Prop.: Maria Helena Barbara Gomes / Placa: CTP4182 Chassi: 9BD146048W5985828 Marca/Modelo: FIAT/UNO MILLE SX Ano Fab.:1998 Prop.: Pedro Paulo BarbosaOmni Local S/a Cred. financ.e Invest / Placa: BUQ6037 Chassi: 9BD159044T9149084 Marca/Modelo: FIAT/TEMPRA IE Ano Fab.:1996 Prop.: Leandro Julio / Placa: HCF6799 Chassi: 9BD17203G63210075 Marca/Modelo: FIAT/SIENA FIRE FLEX Ano Fab.:2005 Prop.: Anderson De Paula Fernandes / Placa: HDO7719 Chassi: 9C2ND0910BR214856 Marca/Modelo: HONDA/XRE 300 Ano Fab.:2011 Prop.: Wallison Willmer Campos / Placa: GZE7567 Chassi: 9BD15802524300557 Marca/Modelo: FIAT/UNO MILLE FIRE Ano Fab.:2001 Prop.: Victor Alexandre S Schiavon/ Placa: HAS8420 Chassi: 9C2MCM35006R035250 Marca/Modelo: HONDA/CBX 250 TWISTER Ano Fab.:2006 Prop.: Carlos Roberto Conrado / Placa: CQL7595 Chassi: 9BGSC08ZXWC697967 Marca/Modelo: GM/CORSA WIND Ano Fab.:1998 Prop.: Tainara Giovana Silva / Placa: GPE3892 Chassi: BA261055 Marca/Modelo: VW/BRASILIA Ano Fab.:1976 Prop.: Cristiano Ferreira De Freitas / Placa: GUP7466 Chassi: 9BWMF07X0AP019360 Marca/Modelo: VW/KOMBI Ano Fab.:2009 Prop.: Marcos Silveira Batista MeBv Financeira S.A Credito Fin.inv. / Placa: CGG1345 Chassi: 9BWZZZ30ZKT008014 Marca/Modelo: VW/GOL Ano Fab.:1989 Prop.: Luis Paulo Reis / Placa: DHU1539 Chassi: 9BWCBA05X93T152920 Marca/Modelo: VW/GOL 1.0 PLUS Ano Fab.:2003 Prop.: Gilceia Misael / Placa: FFU71690 Chassi: 9BWAB45UE0T004888 Marca/Modelo: VW/NOVO Ano Fab.:1.6 Ano Fab.:2013 Prop.: Aldeneide Limeria Da SilvaBanco Volkswagen Sa / Placa: BRZ1006 Chassi: 9BD146000R5312633 Marca/Modelo: FIAT/ UNO ELECTRONIC Ano Fab.:1994 Prop.: Marques Rodrigues De Souza / Placa: PYY5049 Chassi: 9C2KC2200HR011516 Marca/Modelo: HONDA/CG 160 FAN ESDI Ano Fab.:2016 Prop.: Euler Henrique CristinoBco.honda S/a / Placa: KCI7962 Chassi: 9BWZZZ30ZTP004185 Marca/Modelo: VW/GOL 1000 Ano Fab.:1996

QUARTA-FEIRA, 01 DE JUNHO DE 2022 – 39

Prop.: Maisa Aparecida Diniz / Placa: KAV1106 Chassi: 9BWZZZ30ZPP263194 Marca/Modelo: VW/VOYAGE SPORT 1.8 Ano Fab.:1993 Prop.: Tiago Luiz De Oliveira / Placa: GMZ2694 Chassi: 9BWZZZ30ZPT098847 Marca/Modelo: VW/GOL CL 1.8 Ano Fab.:1993 Prop.: Maria Teresa Vasconcelos Arbes / Placa: MPZ0269 Chassi: 9BWZZZ327VP037145 Marca/Modelo: VW/SANTANA 2000 MI Ano Fab.:1997 Prop.: Joao Carlos Cirilo / Placa: HGY1163 Chassi: 9C6KE092080164215 Marca/Modelo: YAMAHA/YBR 125K Ano Fab.:2007 Prop.: Alan Edval De Andrade / Placa: KHL6900 Chassi: 9CDNF41LJ9M304571 Marca/Modelo: JTA/SUZUKI EN125 YES Ano Fab.:2009 Prop.: Jose Cicero Da SilvaBanco Finasa Bme S A / Placa: HHD9700 Chassi: 9C6KG0460B0021121 Marca/Modelo: YAMAHA/FAZER YS250 Ano Fab.:2010 Prop.: Elder Alves Cunha / Placa: EQF0802 Chassi: 9BD171061B5676448 Marca/Modelo: FIAT/ PALIO FIRE ECONOMY Ano Fab.:2010 Prop.: Nilda Lopes De Almeida / Placa: HHA6928 Chassi: 9CDNF41J8M144749 Marca/Modelo: JTA/SUZUKI EN125 YES Ano Fab.:2008 Prop.: Luis Gustavo De Carvalho/ Placa: GQP1782 Chassi: 9BWZZZ11ZEP000327 Marca/Modelo: VW/1600 Ano Fab.:1984 Prop.: Rander Cristian Broge Da S Melo / Placa: GYH4581 Chassi: 9C2JC30102R201130 Marca/Modelo: HONDA/CG 125 TITAN KS Ano Fab.:2002 Prop.: Osmani Jose TardioliBv Financeira S A C F Ilone De Faria / Placa: GUZ4948 Chassi: 9BWZZZ377V105154 Marca/Modelo: VW/GOL MI Ano Fab.:1997 Prop.: Guilher De Paulo Pereira / Placa: GYQ3306 Chassi: 9BWD05X1ST103294 Marca/Modelo: VW/PARATI 1.6 CITY Ano Fab.:2005 Prop.: Ronan Goncalves GuimaraesOmni Local S/a Cred. financ.e Invest / Placa: CNA8794 Chassi: 9BD178226W0699129 Marca/Modelo: FIAT/PALIO EDX Ano Fab.:1998 Prop.: Francisco De Paula Vitor BarbosaBanco Finasa Sa / Placa: HGW7954 Chassi: 9C2JC4110AR682707 Marca/Modelo: HONDA/CG 125 FAN KS Ano Fab.:2010 Prop.: Francisco Vitor Pinto / Placa: HIW7925 Chassi: 9C2JC4110AR075170 Marca/Modelo: HONDA/CG 125 FAN KS Ano Fab.:2010 Prop.: Francisco Vitor Pinto / Placa: HLM8698 Chassi: 9C2JC4110BR315761 Marca/Modelo: HONDA/CG 125 FAN KS Ano Fab.:2010 Prop.: Francisco Vitor Pinto / Placa: HHN0551 Chassi: 9C2JC4110BR738978 Marca/Modelo: HONDA/CG 125 FAN KS Ano Fab.:2011 Prop.: Francisco Vitor Pinto / Placa: HGD4518 Chassi: 9C6KE092070121728 Marca/Modelo: YAMAHA/YBR 125K Ano Fab.:2007 Prop.: Francisco Vitor Pinto / Placa: GOE9956 Chassi: 9C2JD0801JR107598 Marca/Modelo: HONDA/XL 125 S Ano Fab.:1988 Prop.: Francisco Vitor Pinto / Placa: HFL0340 Chassi: 9CDNF41LJ8M213987 Marca/Modelo: JTA/SUZUKI EN125 YES Ano Fab.:2007 Prop.: Francisco Vitor Pinto / Placa: HCN8872 Chassi: 9C2HA0710SR056704 Marca/Modelo: HONDA/C100 BIZ ES Ano Fab.:2005 Prop.: Sebastiao Alves De Oliveira / Placa: HFM3265 Chassi: 9C2HB02107R066453 Marca/Modelo: HONDA/POPI00 Ano Fab.:2007 Prop.: Thiago Oliveira Figueiredo / Placa: GPO8583 Chassi: 9C2JD0801JR102687 Marca/Modelo: HONDA/XL 125 S Ano Fab.:1987 Prop.: Francisco Vitor Pinto / Placa: MRX9701 Chassi: 9CDNF41LJ8M131446 Marca/Modelo: JTA/SUZUKI EN125 YES Ano Fab.:2007 Prop.: Francisco Vitor Pinto / Placa: HLK0263 Chassi: 9C2JC4110BR420808 Marca/Modelo: HONDA/CG 125 FAN KS Ano Fab.:2010 Prop.: Francisco Vitor Pinto / Placa: PZT1712 Chassi: 9C2KD1000HR026555 Marca/Modelo: HONDA/NXR 160 BROS Ano Fab.:2017 Prop.: Lucas Ribeiro Da Silva MoraesBv Financeira S A Credito Fin.inv. / Placa: DLN3589 Chassi: 9C2ND07004R016310 Marca/Modelo: HONDA/NX-4 FALCON Ano Fab.:2004 Prop.: Rosangela Aparecida Mesquita / Placa: GXV4281 Chassi: 9C6KE037030002765 Marca/Modelo: YAMAHA/XTZ 125E Ano Fab.:2002 Prop.: Francisco Vitor Pinto / Placa: ECW5431 Chassi: 9C2MD3400R025367 Marca/Modelo: HONDA/XR 250 TORNADO Ano Fab.:2008 Prop.: Francisco Vitor Pinto / Placa: HBC5581 Chassi: 9C6KE092070064392 Marca/Modelo: YAMAHA/YBR 125K Ano Fab.:2006 Prop.: Francisco Vitor Pinto / Placa: GYH4049 Chassi: 9C2MCM35004R018847 Marca/Modelo: HONDA/CBX 250 TWISTER Ano Fab.:2004 Prop.: Francisco Vitor Pinto / Placa: HHN0315 Chassi: 9C2JC4120AR008714 Marca/Modelo: HONDA/CG 125 FAN ES Ano Fab.:2009 Prop.: Francisco Vitor Pinto / Placa: HGD4966 Chassi: 9C2HB02108R006000 Marca/Modelo: HONDA/POPI00 Ano Fab.:2007 Prop.: Francisco Vitor Pinto / Placa: HBC5273 Chassi: 9C2JC30706R804972 Marca/Modelo: HONDA/CG 125 FAN Ano Fab.:2005 Prop.: Francisco Vitor Pinto / Placa: HDL8784 Chassi: 9C2KC08106R868056 Marca/Modelo: HONDA/CG 150 TITAN KS Ano Fab.:2006 Prop.: Santuza Da Silva Moreira / Placa: HGP7699 Chassi: 9C6KE092080188256 Marca/Modelo: YAMAHA/YBR 125K Ano Fab.:2008 Prop.: Francisco



Ofício PRODEMGE/SSN nº. 731/2022

Belo Horizonte, 01 de junho de 2022.

Assunto: Resposta à solicitação

Ref.: Despacho nº 502/2022/DETRAN/DH-GAB

SEI 1510.01.0112613/2022-89

Prezado Senhor,

Em atenção ao ofício acima referenciado, segue retorno da área técnica, responsável por este atendimento.

Informamos que o processo de clínicas foi desabilitado para abertura de novos credenciamentos, cancelamento automático por descumprimento de prazo da tarefa corrente e tramitação dos processos já abertos.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

Atenciosamente,

**Elcia Trevenzoli Vidal**  
Executiva de Negócios

**Aguinel Raimundo Lino**  
Gerente de Relacionamento com Clientes

Exmo Sr  
William de Almeida Alves  
Assessor

**Departamento de Trânsito de Minas Gerais - DETRAN/MG**  
Belo Horizonte -  
MG



Documento assinado eletronicamente por **Aguinel Raimundo Lino, Gerente,**



em 01/06/2022, às 21:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elcia Trevenzoli Vidal, Executivo de Negócios**, em 02/06/2022, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **47526183** e o código CRC **B13FD79E**.

**Referência:** Processo nº 1510.01.0112613/2022-89

SEI nº 47526183

Rodovia Papa João Paulo II, 4001 - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte - CEP 31630-901

## PARECER JURÍDICO

Solicitante: **Associação das Clínicas de Trânsito do Estado de Minas Gerais - ACTRANS**

**Prezado Diretor-geral,**

Com os cumprimentos cordiais de costume, apresentamos parecer jurídico com o escopo de tecer algumas considerações relevantes sobre o modelo de credenciamento de clínicas de trânsito no Estado de Minas Gerais, com o escopo de contribuir com esse órgão no constante aprimoramento do serviço público.

Antes de adentrarmos às questões eminentemente meritórias, importante tecer algumas considerações sobre a legitimidade regulamentar do órgão estatal, da adequabilidade do instrumento jurídico utilizado, da forma e modalidade de contratação das clínicas prestadoras de serviço.

A Constituição Federal, ao definir as competências legislativas de cada ente federativo, atribuiu à União, em seu artigo 22, inciso XI<sup>1</sup>, a competência privativa para legislar em matéria de trânsito e transportes. Isso significa que a União é o único ente federativo que pode editar normas legais estrito senso em matéria que envolva o trânsito e transportes, ressalvada a hipótese de delegação aos demais entes federativos consagrada no parágrafo único do mesmo dispositivo constitucional.

Com efeito, no lícito exercício de sua competência legislativa, a União editou a Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro - CTB), que traça a normatização basilar em matéria de trânsito e que deve ser observada por todos os demais entes federativos. No referido diploma o legislador infraconstitucional criou o Sistema Nacional de Trânsito, compartilhando

<sup>1</sup> Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:  
XI - trânsito e transporte;

competências administrativas para as ações executivas de trânsito entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Nesse diapasão, buscando implementar maior logicidade no processo de avaliação dos potenciais condutores de veículos, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) atribuiu aos Estados e ao Distrito Federal a competência executiva na avaliação médico-psicológica dos candidatos a obtenção da carteira nacional de trânsito (CNH).

Nos termos do artigo 22, X do CTB, compete aos órgãos estaduais de trânsito realizarem o credenciamento de entidades que exercerão as ações de trânsito previstas nas normas em vigor, observando a regulamentação a ser realizada pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN. Ainda, o artigo 148 do mesmo diploma legal estatui que os exames de habilitação poderão ser executados por entidades credenciadas pelos órgãos de trânsito, conforme normativas regentes editadas pelo CONTRAN.

Por sua vez, o CONTRAN, exercendo a sua competência normativa delegada pela legislação, editou a Resolução nº 425, de 27 de novembro de 2012, na qual fixou as regras gerais sobre o credenciamento das entidades e profissionais que executariam as avaliações médicas e psicológicas para obtenção e renovação de CNH. A leitura atenta do instrumento permite inferir que o órgão nacional de trânsito fixou regras gerais sobre o credenciamento, indicando os requisitos a serem preenchidos pelos profissionais que fariam os exames, a estrutura mínima que as clínicas deveriam manter, os exames a serem realizados e os equipamentos utilizados.

Nesse diapasão, incumbiu-se aos órgãos estaduais de trânsito definirem o regramento procedimental acerca do credenciamento, exercendo, assim, competência residual autorizada no texto do artigo 25 da Constituição Federal, normatizando o procedimento consoante a realidade fática de cada ente federativo e da respectiva sociedade.

Ainda, vale aduzir que a atribuição executiva conferida aos Estados e ao Distrito Federal não atenta contra o texto constitucional no que diz respeito a competência privativa da União para tratar de matéria de trânsito, uma vez que a atuação dos referidos entes federativos se dá em uma dimensão administrativa, na

execução das ações de trânsito que foram delineadas de forma correta pelo legislador federal.

Em outras palavras, o constituinte, como não poderia deixar de ser, não vedou que Estados, Municípios e Distrito Federal regulamentassem a procedimentalização dos atos administrativos relacionados às ações executivas de trânsito, haja vista que tal sistemática compõe o atributo do modelo federativo de auto-organização dos entes. Isso denota a regularidade na edição de normas e atos normativos pelos entes federados nas matérias afetas a sua competência administrativa.

Portanto, a primeira conclusão que se faz salutar é que é possível que os Estados editem normas que regulamentem a sua competência executiva enquanto agente integrante do Sistema Nacional de Trânsito, desde que atue de forma integrativa e que observe as diretrizes do CTB e do CONTRAN, bem como não ultrapasse os limites do que lhe fora delegado. Regulamentar, assim, o credenciamento de clínicas de trânsito não é só legalmente válido, como essencial para que a prestação do serviço se dê de forma a atender adequadamente a sociedade local., sendo imperioso, todavia, que O ente público observe as prescrições do CONTRAN e demais normas técnicas que envolvam o assunto.

No que concerne a possibilidade de edição de atos normativos pela Administração estadual, importante ressaltar que se impõe basicamente que sejam observados os limites do exercício do poder regulamentar. Nesse sentido, importante, inicialmente, transcrever as sempre elucidativas palavras de José dos Santos Carvalho Filho (2010, pg. 60) para tracejar melhor o conceito:

Poder regulamentar, portanto, é a prerrogativa conferida à Administração Pública de editar atos gerais para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação. A prerrogativa, registre-se é apenas para complementar a lei; não pode, pois, a Administração alterá-la a pretexto de estar regulamentando.

Com efeito, vislumbramos que a edição de ato normativo deve ter como pretensão garantir a efetividade das ações públicas, permitindo que o objetivo desenhado na norma seja alcançado. O poder regulamentar, mais que uma

prerrogativa de normatização detido pela Administração Pública, deve ser visualizado como instrumento para garantir a consecução de seus fins.

O cuidado que precisa ter, na outra ponta, é da preservação das funções constitucionais de cada estrutura de poder, não se imiscuindo na esfera de atuação do legislativo. Não são, assim, admitidos como regra os denominados regulamentos autônomos, que trazem inovação jurídica.

No caso do credenciamento das clínicas, como tanto o CTB quanto a Resolução nº 425 do CONTRAN remetem ao órgão executivo de trânsito estadual a competência para realizar o ato, a conclusão lógica é no sentido que a normatização pode se dar tanto por ato normativo editado pelo Chefe do Executivo quanto pela autoridade máxima do órgão de trânsito.

Convém elucidar, outrossim, que a decisão do Supremo Tribunal Federal no âmbito da ADI 5774/MG, que declarou inconstitucional a Lei 20.805/2013, abordou a impossibilidade do Poder Legislativo invadir a esfera da União e editar normas que versassem sobre o trânsito. Com isso, temos que aclarar, primeiro, que não houve declaração de inconstitucionalidade material, ou seja, não houve apreciação da validade do conteúdo da norma, mas tão somente sobre a capacidade do Legislativo mineiro editar normas afetas a matéria.

Com efeito, temos que houve no referido *decisum* uma delimitação da competência estadual, que diz respeito edição de Regulamentos que devem estar balizados juridicamente nas normas editadas pela União, precipuamente o Código de Trânsito Brasileiro. Isso significa que a edição de ato normativo pelos órgãos executivos de trânsito, desde que em conformidade com as normas federais e observada a sua função executiva do trânsito, possuiriam cobertura constitucional.

No que diz respeito ao aspecto material do documento, vale aclarar a natureza jurídica das atividades prestadas pelas clínicas, de modo a apontar os institutos jurídicos a serem aplicados. Os artigos 147 e 148 do CTB expõem que o candidato que pretender obter ou renovar a CNH deve passar por exames clínicos, que serão realizados por entes públicos ou privados credenciados pelo órgão estadual de trânsito.

Assim, as clínicas de trânsito atuam como prestadoras de serviço de utilidade pública, atendendo a interesse coletivo, mas que é utilizado de forma singular

pelo candidato, após delegação executada pelo Estado e que deve observar o regramento do direito público nessa relação jurídica. O destrinchar da atividade aponta para uma subsunção inequívoca em relação ao conceito de serviço público, como nos ensina a Professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2009, pg. 102):

“Daí a nossa definição de serviço público como toda atividade material que a lei atribui ao Estado para que a exerça diretamente ou por meio de seus delegados, com o objetivo de satisfazer concretamente às necessidades coletivas, sob o regime jurídico total ou parcialmente público.”

Embora a atividade das clínicas de trânsito se amolde ao conceito de serviço público, importante asseverar que há algumas particularidades que lhe apontam como um serviço *sui generis*. Isso porque, em primeiro lugar, no formato utilizado por grande parte dos Estados da federação, inclusive em Minas Gerais, as clínicas credenciadas atuam em sistema de exclusividade, não podendo desempenhar outras atividades no campo privado.

As atividades desempenhadas pelas clínicas de trânsito há substancial necessidade de acompanhamento mais próximo por parte do poder público, tendo em vista que consiste em avaliação se o pretenso condutor possui capacidade física e psicológica para conduzir veículo, que é atividade geradora de significativo risco social. Por essa razão, de forma acertada, o credenciamento deve ser realizado em relação a pessoa jurídica e com exigência de se exercer as ações em caráter de exclusividade, não podendo alocar em sua estrutura outras atuações profissionais. Tudo isso em nome do melhor interesse público.

O vínculo com o poder público não pode ser vislumbrado como burocracia desmedida, pois a razão de existir dos referidos exames é justamente resguardar a segurança no trânsito, de modo que a ausência de proximidade fiscalizatória entre o poder público e a entidade credenciada tende a ocasionar redução da qualidade do serviço e prejuízo para a segurança pública.

Outro ponto que merece destaque é o formato adotado pelo Estado de Minas Gerais, em que as clínicas são responsáveis não só pelo lançamento dos resultados, mas também pela coleta dos dados biométricos e foto do candidato. Isso



implica em um rigor maior nas fiscalizações, bem como a garantia de maior comodidade ao cidadão, que comparece uma única vez e em um único local para realizar todos os processos exigidos para a renovação da CNH.

Essa maior eficiência do serviço prestado, resguardando ao cidadão o menor tempo para que seja amplamente atendido, impõe, por outro lado, maior cuidado na integridade das informações prestadas pelas clínicas credenciadas. Por outros dizeres, temos que as clínicas acabam por exercer função de verdadeira unidade da Administração Pública, com amplos poderes e, consequentemente, responsabilidades. Por essas razões se impõe a exclusividade e a exigência de uma fiscalização mais efetiva por parte do DETRAN.

O interesse público protegido ao regular a matéria se dá em múltiplas dimensões, passando desde a desburocratização e a entrega do documento com o menor deslocamento pelo candidato, pela terceirização de serviços burocráticos, mas com a segurança da informação.

Ainda, cumpre destacar que a atividade das clínicas de trânsito consiste em análise pericial que identifica a aptidão física e mental de candidatos para a obtenção e a renovação de CNH. Isso implica em afirmar que não pode haver sistema concorrencial entre as clínicas, uma vez que o usuário é destinatário indireto da sua atividade, pois o resultado da perícia é destinado à Administração Pública que precisa controlar a atividade de risco à sociedade.

Em razão disso que o Conselho Federal de Medicina e o Conselho Federal de Psicologia orientam que a distribuição de candidatos deve se dar de forma impessoal, sem a possibilidade de escolha do local ou do profissional que executará a perícia. Minas Gerais, que foi precursor na adoção do modelo de distribuição equitativa, é exemplo na implementação de vários outros Estados, como o de São Paulo e o do Espírito Santo.

Outro ponto que merece destaque é que o valor pago pelo candidato, nos termos da Resolução 425 do Conselho Nacional de Trânsito, consubstancia em valor fixo definido pelo órgão estadual de trânsito, inexistindo no caso a liberalidade da fixação de valores pelos serviços prestados. O valor, vale mencionar, também é extraído da própria resolução, que aponta as tabelas emitidas pelas entidades profissionais como as que devem ser observadas pelos Estados. O valor a ser fixado

não reflete a liberalidade do órgão estadual, devendo este apenas observar o disposto na Resolução do CONTRAN.

O que pretendemos evidenciar é que não há livre concorrência, pois não há disputa real por candidatos ou por valores de serviço, que são previamente definidos pelo Poder Público. No caso das clínicas de trânsito, há uma limitação de mercado imposta pela impossibilidade de atuação em outros ramos e utilização do espaço da clínica para outras finalidades e, em outra perspectiva, a destinação do candidato realizada pelo próprio poder público conjugado com preço fixo dos exames expressa que esse serviço público possui características que inviabilizam uma disputa de mercado entre as credenciadas, sob pena de afetar a adequada prestação do serviço.

Estabelecer um sistema em que não há uma delimitação do número de entidades credenciadas, atentando-se a demanda relativamente fixa, o valor previamente definido e a necessidade de controle pelo poder público, simbolizaria transformar o serviço de avaliação médica e psicológica do trânsito em uma busca incessante de redução de despesas, ainda que implicasse na fragilização e na precarização dos serviços prestados. Inegavelmente teríamos o aumento dos desvios de conduta e da redução da oferta qualitativa do serviço.

Enquadrada a prestação do serviço desenvolvido pelas clínicas como serviço público, mister lembrar a aplicabilidade, ainda que subsidiária do disposto na Lei Federal nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995 e a Lei Federal nº 13.460 de 26 de junho de 2017, que regulamentam a delegação de serviço público e os direitos do usuário do serviço público. Aplica-se, pois, o regime jurídico administrativo típico dos serviços públicos, devendo ser observado todo o conjunto principiológico que norteia o instituto.

Dentre os princípios aplicáveis, há alguns que precisam ser enfatizados, a começar com os princípios da supremacia do interesse público e da indisponibilidade do interesse público que, como bem mencionou Celso Antônio Bandeira de Melo, constituem verdadeiras pedras de toque do Direito Administrativo.

Pelo primeiro devemos compreender a existência de uma sobreposição do interesse público ao privado, colocando a Administração em posição privilegiada diante do particular. Pelo segundo, mostra-se imperativo que o administrador público conduza as suas decisões sempre parametrizadas pelo interesse público, que pode se dividir em interesse público primário, que seria a soma das vontades individuais

dos membros da sociedade pensadas coletivamente e a vontade pública secundária, que seria a vontade do estado enquanto pessoa jurídica.

Esses dois princípios são extremamente importantes porque conferem primazia ao interesse público, conduzindo o gestor a vislumbrar não apenas as formalidades de seus atos, mas, sobretudo, se o interesse da sociedade está sendo resguardado. O interesse público serve como estrela guia do administrador, sendo essencial que haja o constante perquirir pelo melhor atendimento à população, que tem de ser vislumbrado a partir da efetividade das políticas públicas e não apenas com um olhar de atendimento superficial das demandas sociais.

No caso em comento, o interesse público que não pode ser transigido em hipótese alguma é a qualidade nas avaliações médicas e psicológicas realizadas pelas clínicas, uma vez que o valor protegido por tal serviço é o da segurança no trânsito, garantindo que a coletividade conviva de forma mais segura na sua interação ambiental com o trânsito.

Diretamente correlato com o que fora apresentado temos o princípio da adequada prestação do serviço, que se encontra positivado no artigo 6º da Lei 8.987/1995 e que exige que o usuário do serviço seja contemplado com uma prestação que satisfaça ao menos “as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas”.

O legislador compreendeu como salutar que o serviço público não esteja simplesmente à disposição, mas que ele garanta efetividade e que o usuário realmente se sinta satisfeito com o que lhe está sendo colocado à disposição. Nesse campo se discute o que seria efetividade do serviço público, uma vez que esse valor transcende a perspectiva de eficiência consagrado de forma positiva no texto constitucional.

Efetividade é a exigência de transbordar os limites do formalismo e avaliar a consecução dos fins colimados em cada ação pública. Quando se fala em serviço público adequado estamos diante da efetividade do serviço, de modo que a utilidade pública que circunscreve o serviço esteja integralmente toldada. Dizer em serviço adequado de perícia médica e psicológica para condutores de veículos automotivos é pleitear que o candidato detenha o melhor exame, no melhor ambiente e que os

Índices de violência no trânsito sejam realmente diminutos, evidenciando a efetividade do serviço.

Para que o serviço seja adequado, de igual modo, ele precisa ser atual, representando o princípio da atualização ou da adaptabilidade. Segundo esse princípio o serviço público deve ser prestado com as melhores técnicas e equipamentos possíveis, garantindo, mais uma vez, a efetividade na proteção da comodidade pública. O conceito é extraível do texto do artigo 6º, §2º da Lei 8.987/1995:

"Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

§2º A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

A atualidade no caso das clínicas de trânsito não se dá somente na utilização dos equipamentos determinados pela resolução do CONTRAN. Ao revés, esse é o ponto basilar da boa prestação do serviço, sendo imperioso o constante aperfeiçoamento profissional, de forma a acompanhar a evolução dos métodos científicos relacionados a medicina e psicologia do trânsito. Ainda, deve-se disponibilizar local que tenha as condições mínimas prescritas na norma e, outrossim, garanta comodidade ao usuário do serviço.

Devemos observar também o princípio da universalidade, segundo o qual o serviço público deve ser prestado de forma indistinta a todo cidadão que se interesse ou, como nos ensina a professora Fernanda Marinela (2015, pg 549) "o qual exige a prestação do serviço à coletividade como um todo, sendo uma atividade *erga omnes* e de forma indistinta".

Para atendimento a esse princípio, vislumbramos que o credenciamento de clínicas deve se atentar a localidade da demanda existente, garantindo um quantitativo adequado de clínicas em regiões estratégicas do município, conferindo o atendimento a toda população. Não se deve admitir ou mesmo provocar que as clínicas se dissipem em regiões de baixa densidade demográfica tendo por parâmetro

os custos do negócio. Não seria, pois, palatável a concentração de clínicas em regiões periféricas ao passo que regiões com maior demanda sejam negligenciadas.

Um princípio que também se revela essencial para nossa análise é o da continuidade do serviço público, que expressa que, justamente corolário lógico da compreensão que serviço público atende a demanda essencial da coletividade, não pode haver interrupção executiva. O valor normativo intrínseco presente nesse princípio é que o usuário não pode ser tolhido da fruição de um serviço considerado imprescindível.

No caso em tela, a interrupção do serviço poderia obstaculizar a atividade profissional de inúmeros motoristas, atividade que vem crescendo, sobretudo com os novos aplicativos e tecnologias que influenciam na dinâmica do trânsito. Garantir que não haja a interrupção do serviço deve ser, pois, um valor elementar a ser defendido pela Administração.

Embora existam outros princípios aplicáveis especificamente ao serviço público, como o da isonomia, o da motivação, o da modicidade, o do controle, o da transparência, o da mutabilidade do regime, dentre outros, compreendemos que os supramencionados são aqueles que apresentam maior conexão com o documento que ora se analisa.

Sobre o formato a ser utilizado não há dúvidas quanto ao credenciamento, haja vista que o próprio legislador apontou os órgãos estaduais de trânsito executassem o serviço de forma direta ou delegando por meio do instituto do credenciamento.

O credenciamento, segundo Jacoby Fernandes, constitui na possibilidade de contratação direta do poder público com o particular por meio da inexigibilidade de licitação em decorrência da possibilidade de se ter uma pluralidade de prestadores, desvelando-se como de maior interesse público a maior quantidade de fornecedores.

No trilhar de Marçal Justen Filho e de Carlos Alberto da Mota Pinto, o credenciamento, embora seja uma construção doutrinária a partir da leitura do artigo 25 da Lei Federal 8.666/1993 e que o artigo 175 da Constituição Federal exprima que toda delegação de serviço público nas modalidades de concessão ou de permissão devem ser precedidas de licitação, compreende-se que, como a inexigibilidade

decorre da inviabilidade de disputa, caracterizada tal situação, não caberia outra alternativa que não a aplicação do instituto.

Na hipótese analisada, considerando os fundamentos já aduzidos neste parecer acerca da predefinição do poder público sobre o valor a ser pago pela prestação do serviço, o direcionamento da demanda por meio da distribuição equitativa e o fato de se necessitar que, em municípios de maior densidade demográfica, o serviço seja prestado por mais de um fornecedor, implica, em nosso sentir, no reconhecimento da inviabilidade em se estabelecer uma disputa, tornando o instituto do credenciamento o mais adequado.

Em que pese a aplicabilidade do instituto do credenciamento – tanto por previsão expressa da legislação em vigor quanto da melhor interpretação dos instrumentos legais de contratação pública -, é salutar que o instituto se adéque às particularidades da delegação de serviço público, devendo observar a diretiva regimental desta área do Direito Administrativo. Isto é, o credenciamento não pode, em nenhuma hipótese, deixar de observar o aspecto teleológico do serviço público, que é atender de maneira adequada a utilidade pública vista como essencial a ser colocada à disposição da coletividade. Não se pode perder o foco no usuário do serviço e o seu interesse capitulado como interesse público.

Nesse diapasão, o Regulamento deve expressar que a Administração deve realizar um planejamento para que o serviço seja prestado a contento, de forma regionalizada e com um quantitativo de clínicas que seja suficiente para atender a demanda de toda a população em cada município. Permitir o credenciamento desordenado, considerando as características da atividade já mencionadas, resultaria no sucateamento do serviço prestado.

Note-se que se deve intentar a proteção do interesse público por meio do planejamento da atividade pública exercida pelas clínicas de trânsito, conferindo conformação mercadológica à atividade. Preservar a boa qualidade do serviço público, mesmo quando delegado, é dever legal do poder público, inscrito de forma positiva na Lei 8.987/1995, de modo que se deve não só fiscalizar o delegatário acerca da boa qualidade, mas imprimir um sistema que assegure a qualidade da prestação. Na delegação do serviço o poder público preserva a sua titularidade, o que significa

que lhe incumbe a tarefa de copartícipe no dever de adequada prestação, que se inicia no planejar da atividade.

Por outros dizeres, a norma orienta o administrador no sentido de que a vontade administrativa deve estar devidamente balizada nos estudos técnicos indicativos da demanda atual do serviço, não deixando ao completo alvedrio do gestor essa definição.

Em resumo, o procedimento adotado contempla o regime jurídico administrativo atinente a matéria, sobretudo no que diz respeito à principiologia basilar da Administração Pública nas suas pactuações.

Essas são as considerações jurídicas que compreendemos necessárias e úteis para a formatação cada vez mais adequado do conceito de serviço público prestado pelas clínicas de trânsito.

Na oportunidade, renovamos os protestos de elevada estima e consideração.

Belo Horizonte, 10 de agosto de 2021.

**RODRIGO RIGHI CAPANEMA DE ALMEIDA**  
OAB/MG 87.830

**EDUARDO SOARES DO COUTO FILHO**  
OAB/MG 102.741

**THIAGO SOBREIRA ÁLVARES CORREA**  
OAB/MG 168.258

**MARCELO ALVES PINTO RUGGIO**  
OAB/MG 124.345

**DANIEL GUIMARÃES MEDRADO DE CASTRO**  
OAB/MG 130.922

**RAPHAEL MAGNO VIANNA GONÇALVES**  
OAB/MG 115.911

## COMPLEMENTO AO PARECER JURÍDICO

Solicitante: Associação das Clínicas de Trânsito do Estado de Minas Gerais - ACTRANS

Referência: PROTOCOLO 245887-2/2 – POLÍCIA CIVIL DETRAN

Prezada Diretora de Habilitação,

Com os cumprimentos cordiais de costume, remetemos ao expediente em referência, no qual apresentamos panorama fático-jurídico sobre o credenciamento de clínicas de trânsito no Estado de Minas Gerais. Na oportunidade, expusemos que a abertura de novas clínicas deve observar a critérios rigorosos, de modo a evitar a deterioração do serviço público prestado ao cidadão e garantir a integridade dos dados manuseados pelas credenciadas.

Com efeito, em atenção ao conteúdo trabalhado, pedimos, com o devido acato, que novos credenciamentos de clínicas no âmbito do Estado de Minas Gerais ocorram somente em localidades cuja população não é atendida de forma adequada, definindo como critério para abertura de nova clínica o índice demográfico e a existência de capacidade real de fiscalização pelo órgão de trânsito.

Dessa forma, caso visualize como relevante a criação de um grupo de trabalho para conferir a devida objetividade aos critérios, manifestamos o interesse da ACTRANS na participação dos trabalhos.

Na oportunidade, renovamos os protestos de elevada estima e consideração.

Belo Horizonte, 20 de agosto de 2021.

**RODRIGO RIGHI CAPANEMA DE ALMEIDA**  
OAB/MG 87.830


**EDUARDO SOARES DO COUTO FILHO**  
OAB/MG 102.741

**THIAGO SOBREIRA ÁLVARES CORREA**  
OAB/MG 168.258

**MARCELO ALVES PINTO RUGGIO**  
OAB/MG 124.345

**DANIEL GUIMARÃES MEDRADO DE CASTRO**  
OAB/MG 130.922

**RAPHAEL MAGNO VIANNA GONÇALVES**  
OAB/MG 115.911

  
**FERNANDA PAIVA SANTOS CUNHA**  
OAB/MG 206.873

À Excelentíssima Sra.

**DELEGADA MARIA ALICE FARIA**

Diretora da Divisão de Habilitação

**DETRAN-MG**

Av João Pinheiro, Nº 417, Boa Viagem CEP 30.130-183 - Belo Horizonte - MG

PROTOCOLO GENL - 20-AGO-2021-15:34-24/365-1/2  
POLICIA CIVIL - DETRAN/MG





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Polícia Civil do Estado de Minas Gerais**  
**Gabinete da Divisão de Habilitação**

Memorando.DETRAN/DH-GAB.nº 971/2021

Belo Horizonte, 17 de setembro de 2021.

**Para:** Gabinete do Chefe da Assessoria Jurídica

**Assunto:** Encaminha Solicitação

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1510.01.0200647/2021-62].

Excelentíssima Dra. Luisa,

Encaminho à Vossa Excelência Ofícios protocolados neste Detran/MG, os quais trazem elementos fáticos e jurídicos relativos a limitações para credenciamento de clínicas em nosso Estado, os quais encaminho para análise jurídica.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Maria Alice Faria, Delegado(a)**, em 17/09/2021, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **35402074** e o código CRC **9F26E388**.

**Referência:** Processo nº 1510.01.0200647/2021-62

SEI nº 35402074

Memorando Detran.DETTRAN/ASSJUR-ASS.nº 2158/2021

Belo Horizonte, 14 de outubro de 2021.

**Para: Dra. Maria Alice Faria**  
**Coordenadora da Divisão de Habilitação- Gabinete**

**Referência: Memorando.DETTRAN/DH-GAB.nº 971/2021**  
**SEI: 1510.01.0200647/2021-62**

Excelentíssima Coordenadora,

Cumprimentando-a cordialmente e em atenção à solicitação contida no **Memorando.DETTRAN/DH-GAB.nº 971/2021**, passamos a expor:

Inicialmente, como sabido, de acordo com o artigo 22, XI, da CRFB/88, compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte. Tais matérias só podem ser regulamentadas por outros entes federativos na hipótese de a União, por meio de Lei Complementar, autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias previstas no referido artigo 22, nos termos do que prevê o parágrafo único deste artigo.

A competência legislativa dos Estados consiste na prevista no artigo 25, caput (expressa), artigo 25, §1º (residual – remanescente ou reservada) da CRFB/88. Além disso, o artigo 24 dispõe sobre a competência concorrente e o artigo 24, §1º a 4º, acerca da competência suplementar.

Nesse sentido, importante trazer à baila que há entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal quanto a impossibilidade de os estados-membros e municípios legislarem sobre matéria de trânsito e transporte, enquanto não autorizados por Lei Complementar, conforme ementas transcritas abaixo:

*"E M E N T A: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – LEI ESTADUAL Nº 13.569/1999 (ART. 1º, § 2º, INCISOS XX E XXI), LEI ESTADUAL Nº 17.429/2011 E LEI ESTADUAL Nº 18.573/2014, TODAS EDITADAS PELO ESTADO DE GOIÁS – INCOGNOSCIBILIDADE PARCIAL DO PEDIDO EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE OBSERVÂNCIA, PELA AGREMIÇÃO PARTIDÁRIA AUTORA, DO DEVER DE FUNDAMENTAR A IMPUGNAÇÃO NO QUE CONCERNE APENAS AOS ITENS NS. 2 A 5 DA ALÍNEA “A” DO INCISO II DO § 2º DA LEI ESTADUAL Nº 18.573/2014 – **DIPLOMAS LEGISLATIVOS ESTADUAIS QUE DISPÕEM SOBRE REGRAS CONCERNENTES À CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE INSPEÇÃO E VISTORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA VEICULAR – MATÉRIA ATINENTE À DISCIPLINA NORMATIVA DO TRÂNSITO (CF, ART. 22, XI) – TRANSGRESSÃO À CLÁUSULA CONSTITUCIONAL QUE ATRIBUI, EM CARÁTER PRIVATIVO, À UNIÃO FEDERAL COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR SOBRE***

**A MATÉRIA - REAFIRMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO TEMA - PRECEDENTES - AÇÃO DIRETA PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO, JULGADA PROCEDENTE.** (ADI 5.360, Rel. Min. Celso de Mello, 05/10/2020)

-----  
"EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MATÉRIA ESPECÍFICA DE TRÂNSITO TRATADA EM LEI ESTADUAL. INVASÃO DE COMPETÊNCIA. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL AINDA NÃO EDITADA (CF, ARTIGO 22, PARÁGRAFO ÚNICO).

1. A Lei nº 2.012/99, do Estado de Mato Grosso do Sul, ao tornar obrigatória a **notificação pessoal** dos motoristas em casos de utilização de celular com o veículo em movimento e da não-utilização do cinto de segurança, cuida de matéria específica de trânsito, invadindo competência exclusiva da União (CF, artigo 22, XI). Precedentes: ADInº 1.592-DF, MOREIRA ALVES (DJ de 17.04.98 E OUTROS).

2. **Enquanto não editada a lei complementar** prevista no parágrafo único do artigo 22 da Carta Federal, **não pode o Estado legislar sobre trânsito**. Precedentes: ADIs nºs 1.991/DF, MAURÍCIO CORRÊA (DJ de 25.06.99); 1.704, MARCO AURÉLIO (DJ de 06.02.98) e 474, OCTAVIO GALLOTTI (DJ de 03.05.91).

Ação julgada procedente para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 2.012, de 19.10.99, do Estado de Mato Grosso do Sul". (ADI n. 2.101/MS, Relator o Ministro Maurício Corrêa, Plenário, DJ 5.10.2001).

-----  
"EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N. 3.469/2007 DE MATO GROSSO DO SUL. REGRAS PARA A FISCALIZAÇÃO E IMPOSIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES POR AGENTES PÚBLICOS. **COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE TRÂNSITO. EXIGÊNCIA DE REQUISITOS INEXISTENTES NA LEGISLAÇÃO NACIONAL. AUSÊNCIA DA LEI COMPLEMENTAR PREVISTA NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 22 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.** AÇÃO JULGADA PROCEDENTE PARA DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI N. 3.469/2007 DE MATO GROSSO DO SUL." (ADI 4879/MS, Rel. Min. Cármen Lucia, Dje 30/08/2017)

O respeito à distribuição de competências, previsto no texto constitucional, garante a Separação de Poderes, previsto no art. 2º da CF/88, um dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil. Logo, forçoso reconhecer que, tratando-se de competência legislativa privativa de um ente da federação, outro não poderá legislar sobre o assunto reservado, sob pena de usurpação de competência constitucional, como mencionado.

Assim, o trânsito brasileiro é regulamentado pela Lei nº 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e pelas Resoluções complementares do CONTRAN e DENATRAN. Além do CTB e das Resoluções, os Estados podem complementar a legislação por meio de normas específicas, como Portarias e Decretos.

A esse respeito, consta no artigo 22 do CTB as competências do DETRAN/MG, cabendo a este Órgão de Trânsito, dentre outras responsabilidades, cumprir as determinações e orientações do CONTRAN e DENATRAN, assim como cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito e credenciar órgãos ou entidades para a execução de atividades previstas na legislação de trânsito, na forma estabelecida em norma do CONTRAN, dentre outros:

Art. 22. Compete aos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, no âmbito de sua circunscrição:

**I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito das respectivas atribuições;**

(...)

V - executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis pelas infrações previstas neste Código, excetuadas aquelas relacionadas nos incisos VI e VIII do art. 24, no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito;

(...)

**X - credenciar órgãos ou entidades para a execução de atividades previstas na legislação de trânsito, na forma estabelecida em norma do CONTRAN;**

XI - implementar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;

XII - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

(...)

XVI - articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob coordenação do respectivo CETRAN.

No que tange ao credenciamento de clínicas, a Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro/CTB) disciplina em seu artigo 148, *in verbis*:

Art. 148. Os exames de habilitação, exceto os de direção veicular, poderão ser aplicados por entidades públicas ou privadas credenciadas pelo órgão executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, de acordo com as normas estabelecidas pelo CONTRAN.

§ 1º A formação de condutores deverá incluir, obrigatoriamente, curso de direção defensiva e de conceitos básicos de proteção ao meio ambiente relacionados com o trânsito.

§ 2º Ao candidato aprovado será conferida Permissão para Dirigir, com validade de um ano.

§ 3º A Carteira Nacional de Habilitação será conferida ao condutor no término de um ano, desde que o mesmo não tenha cometido nenhuma infração de natureza grave ou gravíssima ou seja reincidente em infração média.

§ 4º A não obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, tendo em vista a incapacidade de atendimento do disposto no parágrafo anterior, obriga o candidato a reiniciar todo o processo de habilitação.

§ 5º O Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN poderá dispensar os tripulantes de aeronaves que apresentarem o cartão de saúde expedido pelas Forças Armadas ou pelo Departamento de Aeronáutica Civil, respectivamente, da prestação do exame de aptidão física e mental.

O mesmo diploma legal também prevê em seu artigo 156:

Art. 156. O CONTRAN regulamentará o credenciamento para prestação de serviço pelas auto-escolas e outras entidades destinadas à formação de condutores e às exigências necessárias para o exercício das atividades de instrutor e examinador.

À luz da previsão insculpida no Código de Trânsito Brasileiro, o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) regulamentou a matéria por meio da Resolução nº 425/2012. O artigo 15 da referida Resolução disciplina acerca do credenciamento e renovação, senão vejamos:

*Art. 15. As entidades, públicas ou privadas, serão credenciadas pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, de acordo com a sua localização e **em conformidade com os critérios aqui estabelecidos.***

*§ 1º As entidades credenciadas deverão manter o seu quadro de peritos examinadores atualizado junto ao órgão que a credenciou.*

*§ 2º O prazo de vigência do credenciamento será de um ano, podendo ser renovado sucessivamente desde que observadas às exigências desta Resolução.*

*§ 3º A cada dois anos as entidades, públicas ou privadas, credenciadas deverão comprovar o cumprimento do disposto nos artigos 16 a 23, junto aos órgãos ou entidades executivas de trânsito do respectivo Estado ou do Distrito Federal onde estiverem credenciadas.*

No mesmo sentido, o Estado de Minas Gerais publicou o Decreto Estadual nº 47.626/2019 que "*Dispõe sobre o credenciamento de clínicas médicas e psicológicas, em localidades atendidas por banca examinadora, para realizar exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica em candidatos à permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da Carteira Nacional de Habilitação e à troca de categoria e dá outras providências.*"

Porquanto, destaca-se que no Direito Administrativo brasileiro, vigora o dogma consagrado por Seabra Fagundes: "*Administrar é aplicar a lei de ofício*" (Seabra Fagundes, Miguel. O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário. 5. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979. P. 45.). Considerando que, com fundamento na reserva de lei, Hely Lopes Meirelles consagrou a célebre conclusão de que: "*Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza*". (Meirelles, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 23. Ed. São Paulo: Malheiros, 1998. P. 85).

Ademais, imperioso destacar o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 5774 (Numeração Única 9034445-06.2017.1.00.0000), que declarou ser inconstitucional a Lei Estadual nº 20.805/2013, lei esta que conforme ementa "*dispõe sobre o quantitativo de clínicas médicas e psicológicas credenciadas para realizar exames em candidatos à permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da carteira nacional de habilitação e à troca de categoria e dá outras providências*", reconhecendo que os Estados não têm competência para legislar sobre as matérias de trânsito, exclusiva da União. Na conclusão do acórdão, o STF destacou a necessidade de incontinenti correção da norma limitadora, com alerta sobre possibilidade de responsabilização dos gestores que não cumprirem a decisão (página 18 do Acórdão - documento 39021879).

Ainda no que se refere à mencionada ADI nº 5774/2020, salienta-se que, por meio da Nota Técnica 230/2020 (Doc. 12561732 - SEI 1510.01.0046181/2020-35), o **CONTRAN concluiu que a matéria tratada na ADI nº 5774/2020 já é devidamente regulamentada pelo órgão**, cabendo aos Departamentos de Trânsito nos Estados cumprir com as normas regulamentares do CONTRAN sobre o assunto, a fim de garantir as prestações do serviço mencionado, conforme conclusão abaixo:

*"Diante do exposto, em que pese o pedido de providências, materializado no Requerimento nº 4.223/2019 da Assembléia*

Legislativa do Estado de Minas Gerais, para que o CONTRAN viabilize a adequação da decisão do STF (ADInº 5774/MG), "que concluiu pela inconstitucionalidade da Lei Estadual nº 20.805/2013, que dispõe sobre o credenciamento de clínicas médicas e psicológicas, bem como de fabricantes de placas e tarjetas de veículos, de forma que sejam garantidos valores justos e acessíveis para aquisição dessas placas, pelos cidadãos mineiros", a Coordenação-Geral de Apoio Técnico e Fiscalização (CGATF) esclarece que a União, por meio do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), já regulamentou a prestação de serviços e o necessário credenciamento de clínicas médicas e psicológicas, bem como de fabricantes de placas e tarjetas de veículos, respectivamente, na Resolução CONTRAN nº 425, de 27 de novembro de 2012 e na Resolução CONTRAN nº 780, de 26 de junho de 2019.

**Neste sentido, devem os órgãos e entidades executivos de trânsito, os DETRAN, observar, no âmbito das Unidades Federativas, as normas regulamentares expedidas pelo CONTRAN, a fim de garantir as prestações de serviços supramencionadas. Desta feita, entende-se que a manifestação contida no Requerimento nº 4.223/2019, da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, juntamente com a manifestação do DENATRAN, devem ser encaminhadas para atendimento por parte do DETRAN/MG."**

Constata-se, portanto, que o Estado de Minas Gerais/DETRAN-MG não pode limitar os referidos credenciamentos com base no número de eleitores, uma vez que a competência para legislar sobre as matérias de trânsito é exclusiva da União, sendo que esta, por meio do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), já regulamentou a prestação do serviço e o necessário credenciamento de clínicas médicas e psicológicas por meio da Resolução CONTRAN nº 425, de 27 de novembro de 2012.

De igual modo, destaca-se que na Ação Civil Pública Cível, processo nº 5068900-45.2017.8.13.0024, que tramitou na 5ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte/MG, foi proferida decisão judicial que *Decreto Estadual 45.762/2011, para impor à Administração Estadual a obrigação de não fazer, consistente em abster-se de estabelecer limite quantitativo de qualquer espécie para o credenciamento de novos CFC - Centros de Formação de Condutores e de "Entidades" privadas dedicadas à formação de condutores de veículos automotores e de profissionais que exerçam atividades de formação de instrutor de trânsito, diretor geral e diretor de ensino para CFC's e examinadores de trânsito no território estadual".*

Por outro lado, sobre o instituto do credenciamento, cumpre salientar de antemão que inexistia no ordenamento jurídico brasileiro legislação específica que o regulamentasse, tratando-se de criação da doutrina e jurisprudência dos Tribunais de Controle, reconhecido pelo Tribunal de Contas da União (Decisão nº 307/2000 - Plenário; Acórdão 351/2010 - Plenário; Decisão nº 494/94; Decisão nº 604/95 - Plenário), que, inclusive, dispõe de orientações para sua efetividade.

Dessa forma, a doutrina e jurisprudência adotam o posicionamento de que o credenciamento é uma forma de contratação direta adotada pela Administração Pública, que possui como fundamento a inviabilidade de competição prevista no caput do art. 25 da Lei nº 8.666/93.

A inviabilidade, resultaria da possibilidade de contratação de todos os interessados do ramo do objeto pretendido e que atendam às condições mínimas estabelecidas no regulamento.

O que justifica a existência do credenciamento é o interesse público de obter o maior número possível de particulares realizando a prestação, tendo em vista que a necessidade da Administração não restará atendida com a contratação de apenas um particular ou um número limitado destes.

Assim, diante da impossibilidade de escolher um interessado, bem como da ausência de possibilidade de selecionar a melhor proposta, se não há competição que justifique a licitação, essa se torna inexigível, autorizando-se a contratação dos credenciados, com fulcro no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Cabe salientar, contudo, que Lei Federal nº 14.133/21, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que acolhe e confirma o entendimento consolidado da Corte de Contas a respeito da matéria, conforme previsões constantes em seu artigos 6º, inciso XLIII (conceito do instituto); 74, inciso IV (previsão expressa de inexigibilidade de licitação em razão da contratação por meio de credenciamento); 78, inciso I (previsão do credenciamento como procedimento auxiliar das licitações e das contratações regidas pela Lei); e 79 (estabelece as hipóteses em que o credenciamento poderá ser adotado, bem como seus requisitos).

Segundo a doutrina de Joel de Menezes Niebhur:

*O credenciamento é espécie de cadastro em que se inserem todos os interessados em prestar certos serviços, conforme regras de habilitação e remuneração prefixadas pela própria Administração Pública. Todos os credenciados celebram, sob as mesmas condições, contrato administrativo, haja vista que, pela natureza do serviço, não há relação de exclusão, isto é, o serviço a ser contratado não precisa ser prestado com exclusividade por um ou por outro, mas é prestado por todos.*

(NIEBUHR, Joel de Menezes. *Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública*. 4 ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015)

Nesse mesmo sentido, Ronny Charles Lopes de Torres, em sua obra *Leis de Licitações Públicas comentadas*, dispõe que o credenciamento é uma hipótese de inexigibilidade de licitação na qual “a Administração aceita como colaborador todos aqueles que, atendendo as motivadas exigências públicas, manifestem interesse em firmar contrato ou acordo administrativo.” (TORRES, Ronny Charles Lopes de. *Leis de Licitações Públicas comentadas*. Salvador: Juspodivm, 2019, p. 348).

Como observa Marçal Justen Filho:

*(...) somente se impõe a licitação quando a contratação pressupuser a competição entre os particulares. Somente se pode conceber a necessidade de licitação nesses casos de competitividade. São as situações de excludência, em que a contratação pela Administração com determinado particular exclui a possibilidade de contratação de outrem. Já que haverá uma única contratação, excludente da viabilidade de outro contrato ter o mesmo objeto, põe-se o problema da seleção da alternativa mais vantajosa e do respeito ao princípio da isonomia. É necessário escolher entre diversas alternativas e diferentes particulares interessados. A licitação destina-se a assegurar que essa escolha seja feita segundo valores norteadores do ordenamento jurídico.*

(JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitação e Contratos Administrativos*. Op. Cit. P. 46)

Contudo, como adverte Joel de Menezes Niebuhr:

*Logo, para realizar o credenciamento, é necessário que a Administração Pública elabore documento que regule as atividades a serem prestadas pelo credenciado, quais as condições para o credenciamento, qual o regime de execução do contrato e quanto ela se compromete a pagar a título de contraprestação. Assim, todos os interessados que atendam às condições do credenciamento acabam por serem contratados, sob*



*as mesmas condições, tais quais prescritas no aludido regulamento.  
(...)*

*Importantíssimo é que todos os interessados em colher os benefícios econômicos do contrato sejam credenciados. Não deve haver limites para o credenciamento, número máximo de credenciados (...).*

*(NIEBUHR, Joel de Menezes. Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública. 4 ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015)*

O sistema de credenciamento é, portanto, um conjunto de procedimentos por meio dos quais a Administração credencia, mediante edital, todos os prestadores aptos e interessados em realizar determinado objeto, quando o interesse público for melhor atendido com a contratação do maior número possível de prestadores simultâneos.

Insta salientar que a Administração Pública deve se pautar ainda no princípio da legalidade, da supremacia do interesse público, ou seja, da finalidade pública, não podendo o interesse privado ser sobreposto ao interesse público, com o devido respeito ao princípio da impessoalidade, sob pena de improbidade administrativa.

Assim, *s.m.j.*, considerando o entendimento do STF expresso na ADI nº 5774 e o entendimento do CONTRAN expresso na Nota Técnica 230/2020, entendemos que a definição de critérios limitativos de número de clínicas poderá ser implantado por este Departamento de Trânsito caso sobrevenha Resolução do CONTRAN contendo norma regulamentadora neste sentido, ou caso sobrevenha Lei Complementar Nacional que delegue competência legislativa sobre a matéria em comento aos Estados.

Ademais, entendemos que o constante aprimoramento da capacidade fiscalizatória pelo órgão de trânsito é importante e muito salutar, estando em perfeita sintonia com os princípios normativos que regem a matéria.

Cumprе assinalar que a análise desta Assessoria Jurídica está adstrita aos aspectos jurídico-formais da proposta, abstraídas quaisquer considerações acerca de valores, das questões técnicas, da oportunidade e das adequações de demandas, que são de ordem técnica e da competência das áreas responsáveis, resguardado, ainda, o poder discricionário do gestor público quanto à oportunidade e conveniência na prática do ato administrativo.

Por fim, destaca-se que a presente manifestação apresenta natureza meramente opinativa e, por tal motivo, as orientações apresentadas não se tornam vinculantes para o gestor público, o qual pode, de forma justificada, adotar orientação contrária ou diversa daquela emanada por esta Assessoria Jurídica. Ou seja, o presente opinativo apresenta natureza não vinculante.

Era o que tínhamos a informar e, colocando-nos à disposição para ulteriores esclarecimentos, renovamos os votos de elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

**Luisa de Oliveira Drumond**  
**Chefe da Assessoria Jurídica DETRAN-MG**  
**Delegada de Polícia - MASP 1.333.096-4**



Documento assinado eletronicamente por **Luisa de Oliveira Drumond**, **Delegada de Polícia**, em 03/12/2021, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **36549181** e o código CRC **D2C5B832**.

---

**Referência:** Processo nº 1510.01.0200647/2021-62

SEI nº 36549181

# Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 1 de 19

20/09/2019

PLENÁRIO

## AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.774 MINAS GERAIS

RELATOR	: MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REQTE.(S)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DE CLÍNICAS DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - ACTRANS
ADV.(A/S)	: DANIEL GUIMARÃES MEDRADO DE CASTRO
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DE PROFISSIONAIS DAS CLÍNICAS DE PSICOLOGIA E MEDICINA DO TRÂNSITO DE MINAS GERAIS - APSIMT
ADV.(A/S)	: LUIZ GUSTAVO ROCHA OLIVEIRA ROCHOLI E OUTRO(A/S)

EMENTA: CONSTITUCIONAL. FEDERALISMO E RESPEITO ÀS REGRAS DE DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA. LEI 20.805/2013 DO ESTADO DE MINAS GERAIS. LIMITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO DE CLÍNICAS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE APTIDÃO FÍSICA, MENTAL E DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA. LIMITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO DE FABRICANTES DE PLACAS E TARJETAS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES. CRITÉRIO DEMOGRÁFICO. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE TRÂNSITO E TRANSPORTE (ART. 22, XI, DA CF). INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. PROCEDÊNCIA. REQUERIMENTO DE MODULAÇÃO DE EFEITOS REJEITADO.

1. As regras de distribuição de competências legislativas são alicerces do federalismo e consagram a fórmula de divisão de centros de poder em um Estado de Direito. Princípio da predominância do interesse.

2. A Constituição Federal de 1988, presumindo de forma absoluta

# Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 19

## ADI 5774 / MG

para algumas matérias a presença do princípio da predominância do interesse, estabeleceu, *a priori*, diversas competências para cada um dos entes federativos, União, Estados-Membros, Distrito Federal e Municípios, e, a partir dessas opções, pode ora acentuar maior centralização de poder, principalmente na própria União (CF, art. 22), ora permitir uma maior descentralização nos Estados-Membros e Municípios (CF, arts. 24 e 30, I).

3. A norma impugnada, ao limitar o credenciamento de clínicas médicas e psicológicas, bem como de fabricantes de placas e tarjetas, a um critério demográfico (proporção de um estabelecimento para cada quarenta mil eleitores), invadiu a competência da União para legislar sobre trânsito e transporte (art. 22, XI, da CF).

4. Ação Direta julgada procedente. Inexistência dos requisitos necessários à modulação de efeitos.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Plenário, sob a Presidência do Senhor Ministro DIAS TOFFOLI, em conformidade com a ata de julgamento e as notas taquigráficas, por unanimidade, acordam em julgar procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade formal da Lei nº 20.805/2013 do Estado de Minas Gerais, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 20 de setembro de 2019.

Ministro ALEXANDRE DE MORAES

Relator

*Supremo Tribunal Federal*

Inteiro Teor do Acórdão - Página 3 de 19

20/09/2019

PLENÁRIO

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.774 MINAS GERAIS**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. ALEXANDRE DE MORAES</b>
<b>REQTE.(S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: ASSOCIAÇÃO DE CLÍNICAS DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - ACTRANS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: DANIEL GUIMARÃES MEDRADO DE CASTRO</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: ASSOCIAÇÃO DE PROFISSIONAIS DAS CLÍNICAS DE PSICOLOGIA E MEDICINA DO TRÂNSITO DE MINAS GERAIS - APSIMT</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: LUIZ GUSTAVO ROCHA OLIVEIRA ROCHOLI E OUTRO(A/S)</b>

**RELATÓRIO**

**O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (RELATOR):** Trata-se de Ação Direta de Inconstitucionalidade, com pedido de medida cautelar, ajuizada pelo Procurador-Geral da República em face da Lei Estadual 20.805/2013 do Estado de Minas Gerais, que dispõe sobre a quantidade de clínicas médicas e psicológicas credenciadas para realizar exames em candidatos à permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da Carteira Nacional de Habilitação e à troca de categoria de habilitação e sobre quantidade de estabelecimentos comerciais fabricantes de placas e tarjetas para veículos automotores.

Eis o teor da norma impugnada:

**Art. 1º** As clínicas médicas e psicológicas destinadas à

*Supremo Tribunal Federal*

Inteiro Teor do Acórdão - Página 4 de 19

**ADI 5774 / MG**

realização de exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica em candidatos à permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da Carteira Nacional de Habilitação e à troca de categoria serão credenciadas na proporção de uma clínica para cada quarenta mil eleitores registrados no Município, conforme dados atualizados do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais – TRE-MG.

Parágrafo único. Nos Municípios com número de eleitores inferior ao estabelecido no caput, poderá ser credenciada uma clínica.

Art. 2º O disposto no art. 1º não alcança as clínicas médicas e psicológicas credenciadas e em regular funcionamento no Estado até a data de publicação desta Lei.

Art. 3º Os estabelecimentos comerciais fabricantes de placas e tarjetas para veículos automotores serão credenciados na proporção de um estabelecimento para cada quarenta mil eleitores registrados nos Municípios integrantes de unidade regional da Polícia Civil de Minas Gerais, conforme dados atualizados do TRE-MG.

Art. 4º O disposto no art. 3º não alcança os estabelecimentos credenciados e em regular funcionamento no Estado até 31 de maio de 2013.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sustenta o Requerente, inicialmente, que a lei estaria eivada de inconstitucionalidade formal, por invadir competência da União para legislar sobre trânsito e transporte (art. 22, XI), salientando que as restrições impostas pela norma impugnada não estão previstas nas normas federais de regência. Argumenta, ainda, haver inconstitucionalidade material, considerando que a limitação da quantidade de clínicas e fabricantes de tarjas e placas para veículos automotores implica violação aos princípios da livre iniciativa e da livre concorrência (CF, arts. 1º, IV, e 170, *caput* e IV). Afirma, nesse sentido, que a *“melhoria de qualidade e eficiência das atividades das clínicas de exames médicos e psicotécnicos para aquisição e renovação de carteira nacional de*

# Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 5 de 19

## ADI 5774 / MG

*habilitação e de empresas de emplacamento de veículos há de ser alcançada por competição no mercado, investimento e desenvolvimento tecnológico e humano, amparada pela devida regulação estatal". Alega inexistir justificativa relevante para se limitar a abertura de novos estabelecimentos. Aduz que a lei questionada impõe, assim, indevida reserva de mercado a empresas já estabelecidas nos setores, afrontando o disposto na Súmula Vinculante 49 do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.*

Foi formulado pedido cautelar para suspensão da eficácia da norma. Adotou-se o rito do art. 12 da Lei 9.868/1999.

O Governador do Estado de Minas Gerais (peça 10) pugnou pelo não conhecimento da ação, considerando: (a) a generalidade da impugnação, pois o Autor não teria enfrentado especificamente cada um dos artigos da lei questionados; e (b) que a ofensa à Constituição seria reflexa, sendo necessária a análise da compatibilidade da norma impugnada com o Código de Trânsito Brasileiro.

No mérito, sustentou que a lei atacada não trataria de trânsito e transporte, pelo que não haveria violação ao art. 22, XI, da Constituição Federal. Seu objeto, na verdade, diria respeito a relações de consumo de bens e serviços (art. 24, V e §§1º e 2º, da CF), matéria de competência concorrente dos Estados. Aduziu, ademais, que a lei contestada *"não representou, ao contrário do sustentado pelo Autor, a imposição de restrições, mas, sim a ampliação do número de entidades privadas colocadas à disposição dos cidadãos para a realização dos exames médicos, psicológicos e confecção de placas e tarjetas para automotores, estabelecendo uma quantidade mínima e não máxima de credenciados para esses fins"* (grifo no original).

Pleiteou, em caso de procedência da ação, (i) a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução do texto, para que seja limitado o âmbito de incidência da norma impugnada, bem como explicitados os contextos fáticos aos quais ela se aplicaria; (ii) seja feita a modulação de efeitos, *"conferindo-se ao Estado de Minas Gerais tempo razoável para que se processem as alterações necessárias"*.

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais (peça 13), inicialmente, descreveu o contexto em que editada a lei impugnada, salientando que a



# Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 6 de 19

## ADI 5774 / MG

Associação Profissional de Clínicas de Psicologia e Medicina de Trânsito de Minas Gerais – Apsimt teria alegado que “o aumento do número de credenciamentos estaria implicando um atendimento de pior qualidade” e que “em alguns lugares havia excesso de clínicas e em outros o candidato à CNH precisava se deslocar até 200km para realizar exames”. Em preliminar, requereu o não conhecimento em razão de inconstitucionalidade reflexa, observando que a questão é objeto de regramento na Resolução do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN 425/2012.

No mérito, pediu o reconhecimento de improcedência da ação. Refutou a alegação de inconstitucionalidade formal, sustentando que a lei impugnada deriva de legítimo exercício da autonomia pelo Estado (CF, art. 25, § 1º). Rechaçou igualmente a alegação de inconstitucionalidade material, alegando que a norma impugnada funda-se nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, visando a um melhor atendimento da população, melhor capacitação dos profissionais envolvidos e melhor fiscalização das clínicas médicas e psicológicas e dos fabricantes de placas e tarjetas automotivas.

A Advocacia-Geral da União (peça 18) opinou pela procedência da ação, em razão da inconstitucionalidade formal da norma, que teria invadido a competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte (CF, art. 22, XI). Consignou que a União já disciplinou as matérias versadas na lei atacada mediante o Código de Trânsito Brasileiro e as Resoluções 425/2012 e 590/2016 do CONTRAN.

Em parecer, a Procuradora-Geral da República (peça 20) afastou, primeiramente, o argumento de inépcia da inicial por ausência de impugnação específica dos dispositivos legais tidos por violados, alegando que os fundamentos constantes da petição inicial valem para todos os dispositivos atacados. Contestou, também, a preliminar de ofensa reflexa à Constituição, ponderando que “a petição inicial fez menção à legislação infraconstitucional apenas para elucidar pontos em que a norma estadual impugnada usurparia competência privativa da União para legislar sobre trânsito”.

Opinou, por fim, pela procedência da ação, reafirmando estar a

# Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 7 de 19

## ADI 5774 / MG

norma impugnada eivada de vícios de inconstitucionalidade formal e material.

Deferiu-se à Associação de Clínicas de Trânsito do Estado de Minas Gerais, ACTRANS, e à Associação de Profissionais das Clínicas de Psicologia e Medicina do Trânsito de Minas Gerais, APSIMT, o ingresso nos autos na condição de *amici curiae* (peças 29 e 34). A primeira entidade associativa defende a higidez constitucional da norma impugnada (peça 40), argumentando que “o Estado não legislou em matéria de trânsito, mas na regulamentação da sua competência executiva de órgão credenciador”. Reforça, em linhas gerais, que o texto constitucional “prevê a possibilidade de contratação limitada, desde que respeitados os procedimentos objetivos marcados pela impessoalidade e pela ampla competitividade e isso é observado no Estado de Minas Gerais”. A segunda, por sua vez, aduz a inconstitucionalidade da legislação atacada.

É o relatório.

# Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 8 de 19

20/09/2019

PLENÁRIO

## AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.774 MINAS GERAIS

### VOTO

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (RELATOR): Trato, inicialmente, das questões preliminares arguidas.

O Governador do Estado de Minas Gerais (peça 10) sustenta não ser o caso de conhecimento da ação, considerando: (a) ausência de impugnação específica a cada dispositivo impugnado; e (b) que a ofensa à Constituição seria reflexa, havendo, no caso, legislação infraconstitucional interposta, qual seja, o Código de Trânsito Brasileiro. A segunda preliminar foi reiterada pela Assembleia Legislativa do Estado (peça 13).

Observo que a referência feita na petição inicial a respeito da legislação federal infraconstitucional, no caso o Código de Trânsito Brasileiro, deu-se a título argumentativo, com o nítido objetivo de informar em que medida a norma estaria violando as regras de distribuição de competência previstas na Constituição.

Essa referência não se confunde com a causa de pedir, o pedido e o parâmetro de controle indicados na peça inaugural.

Os pedidos formulados na petição inicial encontram-se devidamente acompanhados dos respectivos fundamentos jurídicos, de forma específica, clara e objetiva: a inconstitucionalidade formal decorreria da invasão de competência legislativa privativa da União (CF, art. 22, XI); e o vício material reside na limitação da quantidade de clínicas e fabricantes de tarjas e placas para veículos automotores, implicando violação aos princípios da livre iniciativa e da livre concorrência (CF, arts. 1º, IV, e 170, *caput* e IV).

Rejeito, portanto, as preliminares suscitadas, passando ao exame do mérito.

Cumpre analisar se prospera o argumento de que a Lei 20.805/2013 do Estado de Minas Gerais viola o art. 22, XI, da Constituição Federal, ou seja, se o ente poderia, legitimamente, à luz das normas de distribuição de competências legislativas estatuídas na Constituição Federal, disciplinar o

# Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 9 de 19

## ADI 5774 / MG

conteúdo posto na norma impugnada.

O federalismo e suas regras de distribuição de competências legislativas são um dos grandes alicerces da consagração da fórmula *Estado de Direito*, que, conforme salientado por PABLO LUCAS VERDÚ, ainda exerce particular fascinação sobre os juristas. Essa fórmula aponta a necessidade de o Direito ser respeitoso com as interpretações acerca de diferentes dispositivos constitucionais que envolvem diversas competências legislativas, para que se garanta a previsão do legislador constituinte sobre a divisão dos centros de poder entre os entes federativos, cuja importância é ressaltada tanto por JORGE MIRANDA (*Manual de direito constitucional*. 4. Ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1990, t. 1, p. 13-14), quanto por JOSÉ GOMES CANOTILHO (*Direito constitucional e teoria da Constituição*. Almedina, p. 87).

A essencialidade da discussão não está na maior ou menor importância do assunto específico tratado pela legislação, mas sim na observância respeitosa à competência constitucional do ente federativo para editá-la (MAURICE DUVERGER. *Droit constitutionnel et institutions politiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 1955. p. 265 e ss.), com preservação de sua autonomia e sem interferência dos demais entes da federação, pois, como salientado por LÚCIO LEVI:

a federação constitui, portanto, a realização mais alta dos princípios do constitucionalismo. Com efeito, a ideia do Estado de direito, o Estado que submete todos os poderes à lei constitucional, parece que pode encontrar sua plena realização somente quando, na fase de uma distribuição substancial das competências, o Executivo e o Judiciário assumem as características e as funções que têm no Estado Federal. (NORBERTO BOBBIO, NICOLA MATTEUCCI, GIANFRANCO PASQUINO (Coord.). *Dicionário de política*. v. I, p. 482).

O equilíbrio na interpretação constitucional sobre a distribuição de competências na história do federalismo iniciou com a Constituição norte-americana de 1787. A análise de suas características e

# Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 10 de 19

## ADI 5774 / MG

consequências, bem como do desenvolvimento de seus institutos vem sendo realizada desde os escritos de JAY, MADISON e HAMILTON, nos artigos federalistas, publicados sob o codinome *Publius*, durante os anos de 1787-1788, até os dias de hoje, e mostra que se trata de um sistema baseado principalmente na consagração da divisão constitucional de competências, para manutenção de autonomia dos entes federativos e equilíbrio no exercício do poder (THOMAS MCINTYRE COOLEY. *The general principles of constitutional law in the United States of America*. 3. ed. Boston: Little, Brown and Company, 1898. p. 52; DONALD L. ROBINSON. *To the best of my ability: the presidency the constitution*. New York: W. W. Norton & Company, 1987. p. 18-19). Em 1887, em seu centenário, o estadista inglês WILLIAM GLADSTONE, um dos mais influentes primeiros-ministros ingleses, afirmou que a Constituição dos Estados Unidos era a mais maravilhosa obra jamais concebida num momento dado pelo cérebro e o propósito do homem, por equilibrar o exercício do poder.

É importante salientar, dentro dessa perspectiva da *mais maravilhosa obra jamais concebida*, que a questão do federalismo e do equilíbrio entre o Poder Central e os Poderes Regionais foi das questões mais discutidas durante a Convenção norte-americana, pois a manutenção do equilíbrio Democrático e Republicano, no âmbito do Regime Federalista, depende do bom entendimento, definição, fixação de funções, deveres e responsabilidades entre os três Poderes, bem como da fiel observância da distribuição de competências legislativas, administrativas e tributárias entre União, Estados e Municípios, característica do Pacto Federativo, consagrado constitucionalmente no Brasil, desde a primeira Constituição Republicana, em 1891, até a Constituição Federal de 1988.

A Federação, portanto, nasceu adotando a necessidade de um poder central, com competências suficientes para manter a união e coesão do próprio País, garantindo-lhe, como afirmado por HAMILTON, a oportunidade máxima para a consecução da paz e liberdade contra o facciosismo e a insurreição (*The Federalist papers*, nº IX) e permitindo à União realizar seu papel aglutinador dos diversos Estados-Membros e de

# Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 11 de 19

## ADI 5774 / MG

equilíbrio no exercício das diversas funções constitucionais delegadas aos três poderes de Estado.

Durante a evolução do federalismo, passou-se da ideia de três campos de poder mutuamente exclusivos e limitadores, segundo a qual a União, os Estados e os Municípios teriam suas áreas exclusivas de autoridade, para um novo modelo federal baseado principalmente na cooperação, como salientado por KARL LOEWENSTEIN (*Teoría de la constitución*. Barcelona: Ariel, 1962. p. 362).

O legislador constituinte de 1988, atento a essa evolução, bem como sabedor da tradição centralizadora brasileira, tanto obviamente nas diversas ditaduras que sofremos, quanto nos momentos de normalidade democrática, instituiu novas regras descentralizadoras na distribuição formal de competências legislativas, com base no princípio da predominância do interesse, e ampliou as hipóteses de competências concorrentes, além de fortalecer o Município como polo gerador de normas de interesse local.

O princípio geral que norteia a repartição de competência entre os entes componentes do Estado Federal brasileiro, portanto, é o princípio da predominância do interesse, não apenas para as matérias cuja definição foi preestabelecida pelo texto constitucional, mas também em termos de interpretação em hipóteses que envolvem várias e diversas matérias, como na presente Ação Direta de Inconstitucionalidade.

A própria Constituição Federal, presumindo de forma absoluta para algumas matérias a presença do princípio da predominância do interesse, estabeleceu, *a priori*, diversas competências para cada um dos entes federativos, União, Estados-Membros, Distrito Federal e Municípios, e, a partir dessas opções, pode ora acentuar maior centralização de poder, principalmente na própria União (CF, art. 22), ora permitir uma maior descentralização nos Estados-Membros e Municípios (CF, arts. 24 e 30, I).

Atuando dessa maneira, se, na distribuição formal de competências, houve um maior afastamento do federalismo centrípeto que sempre caracterizou a república brasileira, na distribuição material, nossas tradições históricas, político-econômicas e culturais, somadas ao próprio

# Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 12 de 19

## ADI 5774 / MG

interesse do legislador constituinte, que permaneceria como poder constituído (Congresso Nacional), após a edição da Constituição de 1988, acabaram por produzir grande generosidade do texto constitucional na previsão dos poderes enumerados da União, com a fixação de competência privativa para a maioria dos assuntos de maior importância legislativa.

Consequentemente, concordemos ou não, no texto da Constituição de 1988, as contingências históricas, político-econômicas e culturais mantiveram a concentração dos temas mais importantes no Congresso Nacional, em detrimento das Assembleias locais, como salientado por JOSÉ ALFREDO DE OLIVEIRA BARACHO (*Teoria geral do federalismo*. Rio de Janeiro: Forense, 1986. p. 317), e facilmente constatado ao analisarmos o rol de competências legislativas da União estabelecidas no art. 22 da CF.

Naquilo que aqui interessa, o art. 22, XI, da CF especifica a competência da União para legislar sobre trânsito e transporte, nos seguintes termos:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

[...]

XI - trânsito e transporte;

No exercício de sua competência legislativa, a União editou a Lei 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), que, a respeito dos temas tratados pela legislação impugnada – emplacamento de veículos e sujeição a exames de aptidão física, mental e psicológica –, previu o seguinte:

Art. 115. O veículo será identificado externamente por meio de placas dianteira e traseira, sendo esta lacrada em sua estrutura, obedecidas as especificações e modelos estabelecidos pelo CONTRAN.

(...)

Art. 147. O candidato à habilitação deverá submeter-se a



# Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 13 de 19

## ADI 5774 / MG

exames realizados pelo órgão executivo de trânsito, na seguinte ordem:

I - de aptidão física e mental;

[...]

§ 2º O exame de aptidão física e mental será preliminar e renovável a cada cinco anos, ou a cada três anos para condutores com mais de sessenta e cinco anos de idade, no local de residência ou domicílio do examinado.

§ 3º O exame previsto no § 2º incluirá avaliação psicológica preliminar e complementar sempre que a ele se submeter o condutor que exerce atividade remunerada ao veículo, incluindo-se esta avaliação para os demais candidatos apenas no exame referente à primeira habilitação.

[...]

Art. 148. Os exames de habilitação, exceto os de direção veicular, poderão ser aplicados por entidades públicas ou privadas credenciadas pelo órgão executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, **de acordo com as normas estabelecidas pelo CONTRAN.**

O Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, *órgão máximo normativo e consultivo* (art. 7º, I, do CTB) do Sistema Nacional de Trânsito, possui as seguintes competências (art. 12 do CTB):

Art. 12. Compete ao CONTRAN:

I - estabelecer as normas regulamentares referidas neste Código e as diretrizes da Política Nacional de Trânsito;

II - coordenar os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, objetivando a integração de suas atividades;

III - (VETADO)

IV - criar Câmaras Temáticas;

V - estabelecer seu regimento interno e as diretrizes para o funcionamento dos CETRAN e CONTRANDIFE;

VI - estabelecer as diretrizes do regimento das JARI;

VII - zelar pela uniformidade e cumprimento das normas contidas neste Código e nas resoluções complementares;

# Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 14 de 19

## ADI 5774 / MG

VIII - estabelecer e normatizar os procedimentos para a aplicação das multas por infrações, a arrecadação e o repasse dos valores arrecadados;

IX - responder às consultas que lhe forem formuladas, relativas à aplicação da legislação de trânsito;

X - normatizar os procedimentos sobre a aprendizagem, habilitação, expedição de documentos de condutores, e registro e licenciamento de veículos;

XI - aprovar, complementar ou alterar os dispositivos de sinalização e os dispositivos e equipamentos de trânsito;

XII - apreciar os recursos interpostos contra as decisões das instâncias inferiores, na forma deste Código;

XIII - avocar, para análise e soluções, processos sobre conflitos de competência ou circunscrição, ou, quando necessário, unificar as decisões administrativas; e

XIV - dirimir conflitos sobre circunscrição e competência de trânsito no âmbito da União, dos Estados e do Distrito Federal.

XV - normatizar o processo de formação do candidato à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, estabelecendo seu conteúdo didático-pedagógico, carga horária, avaliações, exames, execução e fiscalização.

Relativamente ao assunto versado na lei impugnada, verifica-se que o CONTRAN exerceu amplamente a sua atribuição regulamentar: (a) quanto aos exames de aptidão física, mental e psicológica, editou a Resolução 425/2012; (b) no que concerne ao sistema de placas de identificação de veículos, estabeleceu a Resolução 231/2007, alterada pelas Resoluções 241/2007/, 288/2008, 309/2009 e 372/2011 (vigentes no momento da edição da Lei impugnada).

Nesse ponto, vale registrar que o critério limitador previsto na Lei estadual questionada – credenciamento na proporção de um estabelecimento para cada quarenta mil eleitores – não foi contemplado em nenhuma das resoluções citadas.

Como se vê, a Lei mineira, desprezando as regras constitucionais de

# Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 15 de 19

## ADI 5774 / MG

distribuição de competência (CF, art. 22, XI) e ignorando a legislação editada pela União, regulou a forma como se daria o credenciamento das clínicas médicas e psicológicas, destinadas à realização dos exames de aptidão física, mental e psicológica, e dos fabricantes de placas e tarjetas para veículos, estabelecendo restrição – de ordem quantitativa/territorial – inexistente na legislação federal.

Destaco que esta CORTE já teve a oportunidade de apreciar caso bastante semelhante ao presente, quando do julgamento da ADI 5.332, da relatoria da Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe de 28/8/2017. Nesse julgamento, apreciou-se a constitucionalidade de lei catarinense que, assim como a norma aqui impugnada, disciplinou o credenciamento de fabricantes de placas de veículos automotores de forma diversa da legislação federal, estabelecendo como critério de controle para o registro a média anual de veículos zero quilômetro emplacados. Essa lei foi declarada inconstitucional por ofensa à competência da União para regulamentar a matéria, conforme ementa abaixo transcrita:

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTS. 1º, INC. V, E 2º, § 1º, § 6º E § 7º, DA LEI CATARINENSE N. 13.721/2006. DELEGAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRÂNSITO: FABRICAÇÃO DE PLACAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE O TEMA. ARTS. 22, 115 E 221 DA LEI N. 9.503/1997 E RESOLUÇÃO N. 510/2014 DO CONTRAN: PARÂMETROS NACIONAIS A SEREM OBSERVADOS PELOS ÓRGÃOS E PELAS ENTIDADES EXECUTIVAS DE TRÂNSITO. INOBSERVÂNCIA. AUSÊNCIA DA LEI COMPLEMENTAR PREVISTA NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 22 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CONSTITUCIONALIDADE DO § 1º, ART. 2º, DA LEI EM QUESTÃO, NO QUE RESPEITA AOS DEMAIS SERVIÇOS PREVISTOS, EXCEÇÃO FEITA À FABRICAÇÃO DE PLACAS VEICULARES. ACÇÃO JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE PARA DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE DOS ARTS. 1º, INC. V, E 2º, § 6º

*Supremo Tribunal Federal*

Inteiro Teor do Acórdão - Página 16 de 19

**ADI 5774 / MG**

**E § 7º DA LEI CATARINENSE N. 13.721/2006.**

No voto condutor do aresto, a relatora assim se manifestou:

5. Como destacado pelo Advogado-Geral da União, “a fabricação de placas de identificação de veículos constitui tema pertinente à matéria de trânsito, uma vez que se relaciona às atividades públicas de administração, policiamento, controle e fiscalização do trânsito de veículos no território brasileiro”.

(...)

7. No exercício de sua competência privativa, a União editou a Lei n. 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), regulamentando a obrigatoriedade do porte de placas dianteira e traseira pelos veículos em circulação para viabilizar sua identificação e fiscalização.

(...)

A União exerceu sua competência legislativa sobre a matéria. Desde o início da vigência dessas normas, o parâmetro nacional a ser seguido pelos órgãos e pelas entidades executivas de trânsito dos Estados e do Distrito Federal responsáveis pela fabricação de placas para veículos automotores (Resolução n. 510/2014 do Contran) está normativamente traçado.

8. Na espécie vertente, não bastasse inexistirem notícias sobre eventual aprovação de lei complementar federal outorgando competência à Santa Catarina para legislar sobre trânsito, como posto no parágrafo único do art. 22 da Constituição da República, impossibilitando o legislador catarinense de criar normas válidas sobre a matéria (inconstitucionalidade formal), tem-se que o regramento estadual inovou e contrariou o conteúdo das normas nacionais vigentes.

Por oportuno, vale registrar que a jurisprudência da CORTE tem censurado diversas legislações editadas com o propósito de tratar de questões relacionadas ao trânsito e ao transporte. Nesse sentido, entre outros, confira-se: (a) regras para a Fiscalização e imposição de

# Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 17 de 19

## ADI 5774 / MG

notificações (ADI 4.879, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe de 30/8/2017); (b) delegação de serviços na área de trânsito (ADI 4.707, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe de 30/8/2017); (c) parcelamento de multas (ADI 5.283, Rel. Min. ROSA WEBER, DJe de 30/05/2017); (d) cancelamento de infrações (ADI 2.137, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, DJe de 8/5/2013); (e) uso do cinto de segurança (ADI 2.960, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, DJe de 8/5/2013); (f) espaço destinado para motos em via pública (ADI 3.121, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, DJe de 14/4/2011); (g) instalação de dispositivo para controle de velocidade (ADI 3.897, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJe de 23/4/2009); (h) transporte de passageiros com motocicleta (ADI 3.679, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, DJe de 2/8/2007); (i) dispensa de exame teórico para obtenção de carteira de habilitação, quanto aos alunos de 2º grau aprovados na disciplina de segurança no trânsito (ADI 1.991, Rel. Min. EROS GRAU, DJ de 3/12/2004); (j) avaliação de condições de segurança e controle de emissões de poluentes e ruídos de veículos (ADI 3.049, Rel. Min. CEZAR PELUSO, DJe de 23/8/2007); (k) autorização para estacionamento em local indevido para aquisição de medicamento ou atendimento grave (ADI 2.928, Rel. Min. EROS GRAU, DJ de 15/4/2005).

Não há dúvida, portanto, de que o Estado de Minas Gerais sobre domínio temático de competência da União, alterando significativamente os parâmetros estipulados pelo órgão federal coordenador do Sistema Nacional de Trânsito, qual seja, o CONTRAN.

Quanto ao requerimento de modulação dos efeitos da decisão, com a atribuição de reflexos prospectivos, “conferindo-se ao Estado de Minas Gerais tempo razoável para que processe as alterações necessárias”, é necessário comprovar a presença de elementos excepcionais que justifiquem a retração, no tempo, dos efeitos da decisão de inconstitucionalidade, que de regra operam *ex tunc* (ADI 3.794-ED, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, DJe de 25/2/2015, em que as justificativas foram reputadas insuficientes pela CORTE; e a ADI 4.876-ED, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, DJe de 18/8/2015, em que verificada a demonstração da circunstância de excepcionalidade exigida).

*Supremo Tribunal Federal*

Inteiro Teor do Acórdão - Página 18 de 19

**ADI 5774 / MG**

No caso, a alegação genérica formulada pelo Governador do Estado de Minas Gerais, no sentido de que *“a população mineira convive há pelo menos 5 (cinco) anos com os efeitos da norma impugnada”*, por si só, não atesta a existência de risco à segurança jurídica ou de excepcional interesse social que autorize a modulação de efeitos das suas decisões. Não há sequer indício de que o desfazimento de eventuais atos praticados com base na norma atacada venha a acarretar qualquer desordem.

Observa-se, portanto, inexistir hipótese sustentável de qualquer convalidação dos efeitos da Lei do Estado de Minas Gerais. Cabe, pois, como necessária e incontinenti, a correção do quadro sob patologia, ficando eventuais reflexos que daí decorram como providências de responsabilidade e a cargo dos gestores públicos.

Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE a Ação Direta, para declarar a inconstitucionalidade formal da Lei 20.805/2013 do Estado de Minas Gerais, por violação ao art. 22, XI, da Constituição Federal.

# Supremo Tribunal Federal

Inteiro Teor do Acórdão - Página 19 de 19

## PLENÁRIO

### EXTRATO DE ATA

#### **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.774**

PROCED. : MINAS GERAIS

**RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES**

REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DE CLÍNICAS DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - ACTRANS

ADV.(A/S) : DANIEL GUIMARÃES MEDRADO DE CASTRO (130922/MG)

AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DE PROFISSIONAIS DAS CLÍNICAS DE PSICOLOGIA E MEDICINA DO TRÂNSITO DE MINAS GERAIS - APSIMT

ADV.(A/S) : LUIZ GUSTAVO ROCHA OLIVEIRA ROCHOLI (72002/MG) E

OUTRO(A/S)

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade formal da Lei nº 20.805/2013 do Estado de Minas Gerais, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 13.9.2019 a 19.9.2019.

Composição: Ministros Dias Toffoli (Presidente), Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Luiz Fux, Rosa Weber, Roberto Barroso, Edson Fachin e Alexandre de Moraes.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Assessora-Chefe do Plenário



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Polícia Civil do Estado de Minas Gerais**  
**Gabinete da Divisão de Habilitação**

Memorando.DETRAN/DH-GAB.nº 366/2021

Belo Horizonte, 29 de março de 2021.

**Para:** Assessoria Geral

@cargo\_destinatario@

**Assunto:**

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1510.01.0077720/2021-42].

Exma Sra Assessora,

cumprimentando-a cordialmente, encaminho a V. Exª minuta contendo a proposta da Divisão de Habilitação para a nova Portaria de Credenciamento de Clínicas, que culminará na revogação das Portarias 792/20219 e 2013/2019 do Detran-MG, para análise jurídica de seu teor.

Na oportunidade, esclareço que há nesse documento normativo a previsão de aquisição dos equipamentos de captura de imagens por parte das clínicas, haja vista que o contrato celebrado com a Valid contemplou uma quantidade já exaurida de kits para implantação nas clínicas novas, em razão da grande quantidade de clínicas credenciadas após a ADI 5774 do STF.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Portes Teixeira Camargo, Delegada de Polícia**, em 29/03/2021, às 13:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **27400617** e o código CRC **FC1D5E20**.

**Referência:** Processo nº 1510.01.0077720/2021-42

SEI nº 27400617



**PORTARIA Nº**

Regulamenta o funcionamento e os procedimentos para o credenciamento de clínica médica e psicológica, para realizar exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica em candidatos à obtenção de permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da Carteira Nacional de Habilitação, à mudança e adição de categoria, registro de Carteira Nacional de Habilitação de outros Estados da Federação e Internacionais no Brasil, nos candidatos a Diretor-Geral, Diretor de Ensino, Instrutor e Examinador de Trânsito e dá outras providências.

**O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DE MINAS GERAIS – Detran-MG**, órgão executivo de trânsito e integrante da estrutura orgânica da Polícia Civil de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 22 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro e as Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – Contran, bem como o artigo 37 da Lei Complementar Estadual nº 129, de 08 de novembro de 2013, e

**CONSIDERANDO** que a Lei Federal 8.666/93 não exige licitação quando houver a inviabilidade de competição para contratação de serviços técnicos, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização (art. 25, II) e que perícias e avaliações em geral são considerados serviços técnicos profissionais especializados (art. 13, II);

**CONSIDERANDO** o artigo 148 do CTB e o Capítulo IV da Resolução do Contran nº 425, de 27 de novembro de 2012, que dispõem sobre o instituto do credenciamento como a forma de contratação de clínica médica e psicológica para realizar os exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica em candidatos à obtenção de permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da Carteira Nacional de Habilitação, à mudança e adição de categoria, registro de Carteira Nacional de Habilitação de outros Estados da Federação e Internacionais no Brasil, nos candidatos a Diretor-Geral, Diretor de Ensino, Instrutor e Examinador de Trânsito;

**CONSIDERANDO** que compete ao Detran-MG, como Órgão Executivo Estadual de Trânsito, credenciar órgãos, instituições e entidades para a execução de atividades previstas na legislação de trânsito; cumprir e fazer cumprir tal legislação no âmbito do Estado de Minas Gerais;

**CONSIDERANDO** o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 5774, que declarou ser inconstitucional a Lei Estadual 20805/2013 em razão de os Estados não terem competência para legislar sobre as matérias de trânsito, exclusivas da União, e que afasta, portanto, a aplicabilidade dos dispositivos limitadores e contrários às normas federais do Decreto Estadual nº 47.626 de 25 de março de 2019;

**CONSIDERANDO** que é de responsabilidade do Detran-MG fiscalizar e assegurar a lisura das atividades desempenhadas pelos parceiros credenciados e voltadas aos candidatos e condutores mineiros;

**CONSIDERANDO** a Portaria do Detran-MG nº 813/2020, que regulamenta e padroniza, com relação ao período de habilitação do requerente, ao sistema operacional de acesso e ao processo de fiscalização, o credenciamento das pessoas jurídicas que executam atividades previstas na legislação de trânsito, de atribuição do Detran-MG

**RESOLVE:**

### **CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** O credenciamento de clínica médica e psicológica observará os requisitos previstos nesta Portaria e nas Resoluções do Contran, será anual e o Detran-MG publicará, em cada exercício, calendário com o prazo para a habilitação dos interessados no pré-cadastro, conforme disposto na Portaria do Detran-MG nº 813/2020.

Parágrafo único O credenciamento permitirá que a clínica realize exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica em candidatos à obtenção de permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da Carteira Nacional de Habilitação, à mudança e adição de categoria, registro de Carteira Nacional de Habilitação de outros Estados da Federação e Internacionais no Brasil, nos candidatos a Diretor-Geral, Diretor de Ensino, Instrutor e Examinador de Trânsito, naqueles que venham a concluir cursos especiais de formação, conforme determinação do Contran, do Denatran e do Detran-MG, bem como exames que a legislação de trânsito venha a prever e a autorizar.

**Art. 2º** A participação societária da clínica médica e psicológica, para fins de credenciamento, é exclusiva de no mínimo um médico e um psicólogo devidamente habilitados na forma do art. 18 da Resolução 425/12/Contran.

**Art. 3º** O credenciamento de clínica médica e psicológica é específico para o município estabelecido, sendo vedada a instituição de filiais; intransferível; inegociável; e renovável a cada 1 (um) ano, considerando-se como termo inicial a data de publicação da respectiva portaria de credenciamento.

§1º Nos municípios em que não houver clínica credenciada, será permitida a realização do exame de aptidão física e mental e/ou da avaliação psicológica por clínicas credenciadas em outras localidades, autorizadas pelo Detran-MG.

§2º A pessoa jurídica interessada deverá solicitar credenciamento para o endereço que consta no seu respectivo comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

§3º A clínica médica e psicológica deve desenvolver exclusivamente atividades referentes aos procedimentos previstos nesta Portaria, sendo vedado o credenciamento de clínica localizada em ambulatório, hospital ou instalada conjuntamente com consultórios de outras especialidades.

§4º Os pedidos de renovação de credenciamento deverão ser apresentados pelos interessados até 30 (trinta) dias antes da data do vencimento do credenciamento em vigor.

§5º Os prazos, quando vencerem em finais de semana ou feriados, serão prorrogados para o primeiro dia útil subsequente.

## **CAPÍTULO II – DO CREDENCIAMENTO DE CLÍNICA MÉDICA E PSICOLÓGICA**

### **SEÇÃO I – DO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO**

**Art. 4º** O requerimento de credenciamento de clínica médica e psicológica, assinado pelos sócios e dirigido ao Diretor do Detran-MG, deverá ser preenchido eletronicamente no Sistema de Credenciamento de Empresas – SCE, mediante certificação digital da empresa, e iniciará a etapa do pré-cadastro, na qual deverão ser realizados os uploads dos seguintes documentos:

I- Da clínica:

- a. Cópia do contrato social, registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ou em Cartório de Registro Civil da Pessoa Jurídica;
  - a.1) O objeto social da pessoa jurídica deve relacionar-se à atividade objeto de que trata o credenciamento.
- b. Cópia do Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com situação cadastral ativa;
- c. Certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de primeira e segunda instância da Justiça Federal de ações criminais, de execuções fiscais e de ações em que for interessada a União, suas autarquias e fundações;
- d. Certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de primeira e segunda instância da Justiça Estadual de ações criminais, de ações cíveis, de execuções fiscais e de outras ações em que for interessado o Estado, suas autarquias e fundações, da comarca da sede da clínica;
- e. Prova de regularidade fiscal e trabalhista junto ao órgão;
- f. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da clínica, ou outra equivalente, na forma da lei;
- g. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- h. Registro atualizado da clínica nos Conselhos profissionais de medicina e psicologia. Em caso de comprovada omissão do respectivo Conselho em se realizar o registro da clínica, poderá ser admitido o protocolo do pedido de registro no Conselho, devendo os sócios apresentarem o Registro definitivo, com os respectivos Responsáveis Técnicos da empresa, antes da publicação da Portaria de Credenciamento.

I. Dos Sócios:

- a. Cópia de Documento de Identidade com foto e do CPF (autenticadas);
- b. Certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de primeira e segunda instância da Justiça Federal de ações criminais, de execuções fiscais e de ações em que for interessada a União, suas autarquias e fundações;
- c. Certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de primeira e segunda instância da Justiça Estadual de ações criminais, de ações cíveis, de execuções fiscais e de outras ações em que for interessado o Estado, suas autarquias e fundações, da comarca do domicílio do sócio;
- d. Certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, das Justiças Eleitoral e Militar do Estado e da União;
- e. Prova de regularidade fiscal e trabalhista junto ao órgão;
- f. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio do sócio;
- g. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- h. Certificado do(s) sócio(s) médico(s) de Título de Especialista em Medicina de Tráfego, expedido de acordo com as normas da Associação médica Brasileira – AMB e do Conselho Federal de Medicina - CFM ou Capacitação de acordo com o programa aprovado pela Comissão Nacional de Residência médica - CNRM ou certidão emitida pelo Conselho Regional de Medicina constando a Especialidade de Medicina do Tráfego;
- i. Título do(s) sócio(s) Psicólogo(s) de conclusão e aprovação em curso de Especialista em Psicologia do Trânsito reconhecido pelo Conselho Federal de Psicologia e pelo MEC, ou certidão emitida pelo Conselho Regional de Psicologia constando a Especialidade de Psicologia do Trânsito;
- j. Registros atualizados de médicos e psicólogos nos respectivos Conselhos profissionais;
- k. Prova de regularidade quanto a débitos e processos éticos junto aos respectivos conselhos profissionais, acompanhada de fotocópia da identidade profissional;
- l. Declaração negativa com firma reconhecida em cartório de que o proprietário ou sócio não exerce cargo, emprego ou função pública em qualquer Órgão Público, conforme modelo contido no ANEXO II desta Portaria;
- m. Declaração com firma reconhecida em cartório de não estar o proprietário ou sócio envolvido em atividade comercial ou outras que possam comprometer sua isenção na execução da atividade credenciada.
- n. Declaração com firma reconhecida em cartório de não haver para o proprietário ou sócio e para a clínica registros de inidoneidade junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).
- o. Comprovante de residência atual, conforme legislação em vigor, ou declaração firmada em cartório.

§1º Iniciada a fase do pré-cadastro, caso a clínica não dê prosseguimento à tramitação do processo mediante a juntada dos documentos exigidos, ele será cancelado automaticamente após 30 (trinta) dias.

§2º A análise dos documentos inseridos no Sistema de Credenciamento de Empresas – SCE será de atribuição da Divisão de Habilitação, em conjunto com a Seção de Controle de clínicas, na Capital, e no interior do Estado, das Delegacias Regionais de Polícia Civil.

§3º Não será causa de inabilitação estar a clínica em processo de recuperação judicial ou pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação.

**Art. 5º** O requerimento de credenciamento também deverá estar acompanhado dos seguintes requisitos obrigatórios:

I. Comprovante de que a clínica possui tecnologia de certificação digital para a identificação da empresa e dos seus empregados junto ao Denatran e ao Detran-MG, e acesso aos sistemas informatizados.

II. Prova de propriedade ou contrato de locação do imóvel onde está instalada a clínica.

III. Alvará de localização e funcionamento fornecido pelo órgão municipal competente;

IV. Cópia da planta baixa do imóvel, com a descrição física e a finalidade das dependências, discriminando tamanho das instalações em escala de 1:100;

V. Imagens detalhando a infraestrutura das instalações, as quais, respeitadas as normas vigentes relativas à acessibilidade dos portadores de deficiência física, conforme diretrizes da Resolução 425/12/Contran c/c NBR 14.970, NBR 9050 da ABNT, da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), da Lei nº 10.048/2000, da Lei nº 10.098/2000, bem como da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e eventuais legislações posteriores, deverão dispor do mínimo a seguir:

a. Sala de recepção e espera com o necessário e suficiente conforto;

b. Sala exclusiva de almoxarifado e arquivo com chaves, como também armários para guarda dos testes;

c. Instalações sanitárias distintas para homens e mulheres, e unissex exclusivo para pessoas com deficiência, em perfeitas condições de higiene e utilização;

d. Instalações médicas de acordo com as exigências contidas no artigo 7º desta Portaria;

e. Instalações psicológicas de acordo com as exigências contidas no artigo 8º desta Portaria.

VI. Declaração, com firma reconhecida e assinada pelos sócios, de que a clínica disporá dos seguintes equipamentos técnicos utilizados na avaliação psicológica:

- a. Entrevista, que deverá abranger o histórico familiar, escolar, profissional e de saúde, bem como outros fatores considerados relevantes pelo Psicólogo Perito Examinador;
  - b. Bateria de testes de personalidade e seus respectivos manuais originais, cujas especificações deverão ser seguidas rigorosamente, e outros testes psicológicos oficialmente reconhecidos pelo Conselho Federal de Psicologia;
  - c. Cronômetros;
  - d. Bateria de testes de habilidades específicas e complementares, com seus respectivos manuais originais, referentes à atenção concentrada, rapidez de raciocínio, tempo de reação e relações espaciais, a serem realizados em folhas e cadernos originais;
  - e. Testes de nível mental e respectivo manual, que deverá ser realizado em cadernos e folhas originais; e
  - f. Além do material para o teste expressivo, devem ser disponibilizados pela clínica, como requisito mínimo, os testes projetivos ou gráficos com manuais e outros impressos necessários à aplicação originais.
- VII. Declaração, com firma reconhecida e assinada pelos sócios, de que a clínica manterá em funcionamento os seguintes equipamentos necessários à informatização da empresa:
- a. No mínimo um microcomputador com alto poder de conectividade, para a transmissão de dados de forma segura e criptografada, segundo o máximo nível de segurança disponível no mercado;
  - b. Impressora a laser com memória interna suficiente para a recepção de impressão de trinta estações simultaneamente;
  - c. Scanner de mesa ou impressora laser multifuncional com memória interna suficiente para a recepção de impressão de trinta estações simultaneamente.
- VIII. Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB ou documento equivalente expedido por essa corporação;
- IX. Declaração de compromisso na forma do Anexo III desta Portaria, através de comprovação de contrato firmado entre a pleiteante de credenciamento e a operadora de internet capaz de executar conectividade direta com o sistema informatizado do Detran-MG, através do sistema biométrico e obtenção da impressão digital, conforme Resolução nº 598/2016 modificada pela Resolução 684/2017 Contran, efetivando a interligação após a publicação da Portaria e assinatura do Termo de Credenciamento da empresa junto ao DETRAN;
- X. Termo de compromisso assinado pelos sócios, por meio do qual se comprometem a observar as seguintes obrigações:
- a. Comparecimento obrigatório, quando convocados, dos representantes do corpo funcional da clínica para treinamentos realizados pelo Detran-MG, padronizar procedimentos e operar o sistema informatizado, com a devida liberação de acesso mediante termo de uso e responsabilidade;



- b. Comparecimento obrigatório, quando convocados, dos profissionais médico e psicólogo cadastrados na clínica para treinamentos e reciclagens realizados pelo Detran-MG a fim de padronizar procedimentos e recomendações técnicas quanto ao atendimento e avaliação dos candidatos;
- c. Afixar informes em local de destaque na recepção com documento comprobatório do seu credenciamento, da tabela de preços autorizada pelo Detran-MG, bem como quadro dos profissionais cadastrados e dos responsáveis técnicos;
- d. Participação bienal dos médicos e psicólogos cadastrados na empresa em Seminários, Jornadas, Fóruns, Congressos, Cursos e Reuniões promovidas pela Associação Brasileira de Medicina de Tráfego - ABRAMET, Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego - ABRAPSIT e entidades afins reconhecido pelo Detran-MG com o objetivo de otimizar rotinas e procedimentos para melhor atender ao público e da divulgação de Pesquisas Científicas na área da Medicina de Tráfego e da Psicologia do Trânsito, sob pena de advertência.

**Art. 6º** São exigências relativas às instalações médicas:

- I. A sala de exame médico deverá ter dimensões mínimas de 4,5m x 3,0m (quatro metros e meio por três metros) com auxílio de espelhos, obedecendo aos critérios de acessibilidade, provida de lavatório para mãos, com ventilação e iluminação adequadas;
- II. Tabela de Snellen ou projetor de optotipos;
- III. Equipamento refrativo de mesa (facultativo);
- IV. Divã para exame clínico;
- V. Cadeira e mesa para o médico;
- VI. Cadeira para o candidato;
- VII. Estetoscópio;
- VIII. Esfigmomanômetro;
- IX. Martelo de Babinsky;
- X. Dinamômetro para força manual;
- XI. Equipamento para avaliação do campo visual, da estereopsia, do ofuscamento e da visão noturna;
- XII. Foco luminoso;
- XIII. Lanterna;
- IVX. Fita métrica;
- XV. Balança antropométrica;

- XVI. Material para identificação das cores verde, vermelha e amarela;
- XVII. Placas de aferição de profundidade;
- XVIII. Luva para exame médico e fita métrica;
- XIX. Coletânea atualizada das regras e procedimentos a observar impressos;
- XX. Código Internacional de Doenças - CID, atualizado.

**Art. 7º** São exigências relativas às instalações psicológicas:

I. Sala para teste coletivo, com acomodação confortável, dimensões mínimas de 1,20 m x 1,00 m (um metro de vinte por um metro) por candidato, dispondo de 08 (oito) carteiras do tipo escolar;

I.a. Na sala de teste coletivo deverá haver no mínimo uma mesa para deficiente físico, conforme item 9.3.1 da NBR 9050 da ABNT, com tampo contendo largura mínima de 0,90m, altura entre 0,75m e 0,85m do piso, e altura livre do tampo de no mínimo 0,73m com profundidade livre mínima de 0,50m.

II. Sala privativa para teste e entrevista individual com dimensões mínimas de 2,0m X 2,0m, (dois metros por dois metros) condições de ventilação à situação de teste, ambiente bem iluminado por luz natural ou artificial fria, evitando-se sombras ou ofuscamentos, conforme exigências dos manuais de teste, na forma do inciso III do art. 16 da Resolução 425/12/Contran.

**Art. 8º** O requerimento de credenciamento deverá ser analisado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias.

**Art. 9º** Nos casos em que os interessados apresentarem documentação incompleta ou inadequada, será admitido o saneamento no prazo de até 90 (noventa) dias, a partir da devida notificação.

Parágrafo único A inércia da requerente por período superior ao definido no parágrafo anterior acarretará o arquivamento do requerimento de credenciamento, devendo a empresa, caso haja interesse, iniciar novo processo de credenciamento.

**Art. 10** Constatando-se que o requerimento apresentado atende aos requisitos exigidos, o interessado será considerado habilitado e o Detran-MG realizará, no imóvel da sede da empresa, uma vistoria técnica, de inspeção funcional e com objetivo de atestar o cumprimento do disposto nesta Portaria.

§1º A vistoria técnica será realizada, na Capital, pela Divisão de Habilitação do Detran-MG em conjunto com a Seção de Controle de clínicas, e, no interior, pelas Delegacias Regionais de Polícia Civil, observando-se o modelo do ANEXO III desta Portaria.

§2º No caso de reprovação da vistoria no estabelecimento da empresa, o Detran-MG terá um prazo de até 30 (dias) para realizar nova vistoria, contados da data de informação da correção da irregularidade pelo solicitante.



**Art. 11** Aprovada a vistoria, a clínica deverá realizar o pagamento da DAE relativa à taxa de credenciamento prevista no item 5.3 da Tabela “D” da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

Parágrafo único. A clínica deverá, também, providenciar a afixação da placa de identificação de clínica médica e psicológica, conforme modelo constante no ANEXO IV desta Portaria.

**Art. 12** Estando deferido o requerimento de credenciamento, os sócios da clínica assinarão o Termo de Credenciamento – ANEXO V desta Portaria, e o Diretor do Detran-MG publicará a portaria de credenciamento.

**Art. 13** Após a publicação da portaria de credenciamento, a clínica deverá solicitar ao Detran-MG a interligação do seu sistema informatizado.

**Art. 14** Após o devido registro da credenciada junto ao sistema informatizado do Detran-MG, será expedida autorização de funcionamento com validade de 01 (um) ano.

**Art. 15** Caberá à Divisão de Habilitação do Detran-MG, em conjunto com a Seção de Controle de clínicas, nos processos de credenciamento de clínica médica e psicológica:

I. Orientar os interessados e os servidores das Delegacias Regionais de Polícia Civil do interior, dirimindo dúvidas acerca da documentação e dos procedimentos;

II. Proceder à análise e julgamento da documentação apresentada dos requerimentos;

## **SEÇÃO II – DA RENOVAÇÃO DO CREDENCIAMENTO**

**Art. 16** A renovação do credenciamento de clínica médica e psicológica credenciada será anual, com o devido recolhimento da Taxa de Segurança Pública, prevista item 5.3 da Tabela “D” da Lei nº 6.763/1975, desde que requerida pelo credenciado.

§1º O requerimento de renovação de credenciamento deverá ser firmado pelos sócios e apresentado com até 30 (trinta) dias de antecedência do término da validade da autorização de funcionamento.

§ 2º Decorridos 90 (noventa) dias do vencimento do prazo para a renovação do credenciamento, a clínica que não renovar ou não apresentar documentação completa nos termos desta Portaria, será considerado extinto o credenciamento da empresa, com a publicação de portaria pelo Diretor do Detran-MG.

§3º O requerimento de renovação de credenciamento deverá conter a documentação exigida para o credenciamento nos termos do art. 4º; art. 5º, II, III, IV e VIII, todos desta Portaria.

§4º Na eventualidade de alteração no quadro societário ou no endereço da empresa, na estrutura do imóvel ou qualquer outra que culmine na necessária atualização dos documentos elencados

nos arts. 4º, 5º e 10 ao longo do período de validade da autorização de funcionamento, estes deverão ser apresentados também quando da solicitação da mudança desejada.

§5º Além dos documentos indicados no §3º deste artigo, deverão ser juntadas no requerimento de renovação as notas fiscais referente à compra de testes psicológicos e de aferição/aquisição dos equipamentos médicos relativos ao exercício anterior.

§ 6º A empresa que pretende renovar seu credenciamento deverá dispor dos requisitos obrigatórios previstos no art. 5º, V a VII, e nos arts. 7º e 8º, desta Portaria, respeitando-se as normas vigentes relativas à acessibilidade dos portadores de deficiência física, conforme diretrizes da Resolução 425/12/Contran c/c NBR 14.970 e NBR 9050 da ABNT, e deve firmar o compromisso de que trata o art. 5º, X, desta Portaria.

**Art. 17** No caso em que a clínica apresentar documentação incompleta ou inadequada, será admitido o saneamento no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da comunicação da pendência.

§1º Ultrapassado o período para saneamento das pendências verificadas, sem a devida regularização, a clínica credenciada será suspensa da distribuição equitativa de candidatos até a efetiva regularização.

§2º Transcorridos 90 (noventa) dias de suspensão da distribuição equitativa de candidatos em decorrência da incompletude ou inadequação da apresentação dos documentos necessários à renovação do credenciamento, sem justificativa pertinente, a clínica médica e psicológica será descredenciada.

**Art. 18** Analisada a documentação e comprovada a regularidade das condições de funcionamento, equipamentos e estrutura física da clínica credenciada, será realizada vistoria técnica pela Divisão de Habilitação (em conjunto com a Seção de Controle de clínicas), em Belo Horizonte, e pela Delegacia Regional de Polícia Civil, nos demais municípios, em conformidade com o modelo do Termo de Vistoria (ANEXO III).

**Art. 19** No caso da não renovação do credenciamento da clínica médica e psicológica, ou de seu descredenciamento, os exames em andamento deverão ser redistribuídos automática e equitativamente entre as clínicas remanescentes, sendo o candidato/conductor isento dos respectivos honorários, mediante despacho motivado da Autoridade competente.

I. Os prontuários médicos arquivados deverão ser encaminhados à Seção médica da Divisão de Habilitação do Detran-MG.

II. Os prontuários psicológicos arquivados deverão ser encaminhados à Seção de Avaliação psicológica da Divisão de Habilitação do Detran-MG.

### **CAPÍTULO III – DA IDENTIFICAÇÃO DAS CLÍNICAS CREDENCIADAS**

**Art. 20.** Quanto à identificação da clínica credenciada:

I. A placa de identificação da clínica, afixada na parte externa do imóvel deverá constar o nome da credenciada, juntamente com a expressão "CLÍNICA MÉDICA E PSICOLÓGICA CREDENCIADA", bem como o telefone de contato.

II. Em todas as áreas internas da credenciada deverão ser afixadas placas de identificação, devendo constar, por exemplo, as expressões "Sala de Exames Médicos", "Sala de Exames Psicológicos", "Recepção", "Cozinha", "Banheiro Feminino".

III. Na recepção da credenciada deverá ser afixado na parede, em local de ampla visibilidade, o Registro de Funcionamento, a Portaria de Credenciamento, alvarás e os valores das taxas do Detran-MG para o exercício vigente.

IV. A placa de identificação (ANEXO IV desta Portaria) deverá estar de acordo com as seguintes especificações:

- a. Placa em acrílico branco de fundo;
- b. Aplicação do grafismo em plotter de recorte, em conformidade com o padrão e a tipologia apresentado no ANEXO IV desta Portaria;
- c. Iluminação back-light.

#### **CAPÍTULO IV - DA ALTERAÇÃO DO QUADRO SOCIETÁRIO**

**Art. 21** A clínica que pretender realizar alteração contratual deverá fazer a solicitação à chefia da Seção de Controle de clínicas da Divisão de Habilitação – Detran-MG, em se tratando de clínica credenciada em Belo Horizonte, ou à Delegacia Regional da Polícia Civil, em se tratando de clínica credenciada no interior.

**Art. 22** Preservada a pessoa jurídica, poderá ocorrer alteração do quadro societário por profissional com formação técnica exigida para o credenciamento e mantendo o mínimo de um técnico e um psicólogo.

§1º A solicitação de alteração do quadro societário deverá conter um requerimento assinado pelos sócios que se retiram e pelos que comporão o novo quadro societário, ao qual deverão ser anexados, além da minuta da alteração do Contrato Social, os documentos elencados no art. 4º, I e II, desta Portaria, relativos à clínica e aos novos sócios.

§2º Após análise e deferimento do pedido proposto, o Detran-MG, por meio da Seção de Controle de clínicas, ou da Delegacia Regional da Polícia Civil, comunicará à empresa para que seja realizado o registro da Alteração Contratual na Junta Comercial de Minas Gerais – JUCEMG ou Cartório de Registro Civil da Pessoa Jurídica.

**Art. 23** A clínica médica e psicológica credenciada deverá manter atualizado junto à Seção de Controle de clínicas ou à Delegacia Regional da Polícia Civil seu quadro de profissionais médicos e psicólogos e sua composição societária, bem como quais deles respondem pela Responsabilidade Técnica da empresa conforme demonstrado por Registro da empresa nos Conselhos Regionais de Medicina e Psicologia, sob pena de contrariar o Termo de Credenciamento – Anexo VI desta Portaria.

**Art. 24** Na hipótese de falecimento de sócio da clínica credenciada, deverá o representante legal ou o procurador legalmente constituído, no prazo máximo de 30 (trinta) dias:

- I. Comunicar o fato ao Detran-MG;

II. Proceder à devida alteração do contrato social, averbando-o na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

III. Comprovar junto ao Detran-MG que o novo sócio atende aos requisitos desta Portaria.

## **CAPÍTULO V – DA REFORMA E DA MUDANÇA DE ENDEREÇO**

**Art. 25** A clínica que necessitar alterar sua estrutura física, reformar ou mudar o endereço de suas instalações dentro do mesmo município deverá solicitar autorização à chefia da Seção de Controle de clínicas da Divisão de Seleção – Detran-MG, em se tratando de clínica credenciada em Belo Horizonte, ou à Delegacia Regional da Polícia Civil, em se tratando de clínica credenciada no interior.

Parágrafo único. Constituirá novo credenciamento a alteração de endereço para município diverso daquele para o qual a clínica foi credenciada.

**Art. 26** A solicitação de alteração na estrutura física, de reforma ou de mudança de endereço deverá conter um requerimento assinado pelos sócios, ao qual deverão ser anexados os seguintes documentos:

I. Para alteração da sua estrutura física ou reforma: detalhamento do serviço com data de início e previsão de término;

II. Alteração contratual registrada na Junta Comercial de Minas Gerais – JUCEMG ou Cartório de Registro Civil da Pessoa Jurídica;

III. Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

IV. Prova de propriedade ou contrato de aluguel do imóvel onde será a nova instalação da clínica;

V. Registros da pessoa jurídica junto aos Conselhos Profissionais;

VI. Alvará de localização e funcionamento fornecido pelo órgão municipal;

VII. Cópia da planta baixa do imóvel, com a descrição física e a finalidade das dependências, discriminando tamanho das instalações em escala de 1:100;

VIII. Atestado de vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, ou documento equivalente expedido por essa corporação;

IX. Imagens detalhando a infraestrutura das instalações, as quais, respeitadas as normas vigentes relativas à acessibilidade dos portadores de deficiência física, conforme diretrizes da Resolução 425/12/Contran c/c NBR 14.970, NBR 9050 da ABNT, da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), da Lei nº 10.048/2000, da Lei nº 10.098/2000, bem como da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e eventuais legislações posteriores, deverão dispor do mínimo a seguir:

a. Sala de recepção e espera com o necessário e suficiente conforto;

b. Sala exclusiva de almoxarifado e arquivo com chaves, como também armários para guarda dos testes;

c. Instalações sanitárias distintas para homens e mulheres, e unissex exclusivo para pessoas com necessidades especiais, em perfeitas condições de higiene e utilização;

d. Instalações médicas de acordo com as exigências contidas no artigo 7º desta Portaria;

e. Instalações psicológicas de acordo com as exigências contidas no artigo 8º desta Portaria.

X. Equipamento para captura de imagem, assinatura e digitais - biometria;

XI. Laudo de vistoria de comprovação do cumprimento das exigências para o credenciamento, expedido pelo Instituto de Criminalística da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; e

XII. Termo de vistoria técnica realizada, em Belo Horizonte, pela Divisão de Habilitação do Detran-MG em conjunto com a Seção de Controle de clínicas, e, no interior, pelas Delegacias Regionais de Polícia Civil CIRETRAN a qual a clínica médica e psicológica esteja vinculada;

§1º Qualquer alteração nas instalações internas da clínica credenciada deverá ser comunicada ao Detran-MG com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 2º Durante a análise do processo de alteração de sua estrutura física, reforma ou mudança de endereço, a clínica credenciada permanecerá suspensa no sistema de distribuição equitativa.

§ 3º Confirmada a alteração da estrutura física, reforma ou de endereço da clínica médica e psicológica por parte da Delegacia Regional da Polícia Civil no interior, será feito o devido registro na Seção de Controle de clínicas, bem como a reativação da empresa junto ao sistema informatizado.

## **CAPÍTULO VI - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO DETRAN-MG**

**Art. 27** Compete ao Detran-MG:

I. Credenciar as empresas, desde que atendam aos requisitos da presente Portaria,

II. Garantir, quando solicitado, dentro da esfera de sua competência, o suporte técnico e operacional às Clínicas credenciadas de todo o Estado por meio da Seção de Exames Médicos e da Seção de Avaliação psicológica, juntamente com a Seção de Controle de Clínicas, pertencentes à Divisão de Habilitação.

III. Estabelecer e fornecer as especificações de sistema operacional e de equipamentos, a serem observadas nas credenciadas;

IV. Providenciar aditamentos à presente Portaria e demais atos normativos, pertinentes à matéria, na imprensa oficial;

V. Fiscalizar o fiel cumprimento das normas legais e dos compromissos assumidos pelas clínicas credenciadas com o Detran-MG;

VI. Supervisionar e orientar o funcionamento das clínicas credenciadas, por meio da Seção de Exames Médicos e da Seção de Avaliação psicológica, juntamente com a Seção de Controle de Clínicas, articulando-se com os Conselhos Regionais de Medicina e Psicologia, inclusive editando normas conjuntas, se necessário, a fim de promover o fiel cumprimento dos procedimentos e exigências estabelecidas na legislação pertinente;

VII. Requisitar, a qualquer tempo, documentos, laudos e protocolos das clínicas;

VIII. Editar instruções técnicas e administrativas relacionadas ao funcionamento da clínica médica e psicológica, por meio da Seção de Exames Médicos e da Seção de Avaliação psicológica, juntamente com a Seção de Controle de Clínicas;

IX. Promover e incentivar estudos relativos à implantação e aperfeiçoamento operacional e científico das clínicas credenciadas.

## **CAPÍTULO VII - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS CREDENCIADAS**

**Art. 28** Constituem obrigações das clínicas credenciadas:

I. Solicitar autorização prévia ao Detran-MG para proceder a qualquer mudança que implique em alteração do ou sócio, razão social ou sociedade civil e nome fantasia;

II. Não praticar qualquer ato vedado nesta Portaria, no Termo de Credenciamento e na legislação vigente;

III. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da execução de suas atividades e das normas emitidas pelo Detran-MG;

IV. Atender integralmente aos padrões estabelecidos pelo Detran-MG quanto às instalações físicas, documentação, sistema operacional e equipamentos;

V. Assumir, com exclusividade, os riscos e as despesas decorrentes da execução dos serviços desta Portaria;

VI. Cumprir fielmente o que dispõe o Código de Trânsito Brasileiro - Lei 9.503/97, as Resoluções do Contran, as normas e as orientações estabelecidas pelo Denatran, Cetran/MG e Detran-MG;

VII. Manter catalogadas as normas e orientações expedidas pelo Detran-MG;

VIII. Exigir do candidato a documentação necessária para o procedimento a ser realizado, na forma estabelecida pela legislação em vigor;

IX. Zelar pela observância das regras sociais de convivência e urbanidade dos seus sócios, empregados e profissionais contratados no atendimento aos usuários;



- X. Manter seu quadro profissional atualizado em relação à legislação de trânsito, notadamente no que concerne às normas emitidas pelo Contran, Denatran, Cetran/MG e Detran-MG;
- XI. Atender às convocações do Detran-MG;
- XII. Comunicar ao Detran-MG, assim que tiver conhecimento, formal e prontamente, os fatos e as informações relevantes que caracterizem desvio de conduta ou irregularidades praticados por seus empregados, prestadores de serviço e prepostos, bem como, qualquer indício de ilícito penal ou de improbidade administrativa;
- XIII. Adotar imediatamente as medidas efetivas para resolver o problema, relativo ao inciso anterior, na esfera de sua competência;
- XIV. Requerer autorização prévia do Detran-MG para promover alterações nas instalações físicas e mudança de endereço, e só efetuar-las de acordo com as determinações deste Detran-MG;
- XV. Interligar-se com o Detran-MG;
- XVI. Utilizar, durante a vigência do credenciamento, os sistemas informatizados do Detran-MG exclusivamente para a execução das atividades previstas nesta Portaria;
- XVII. Solicitar o cadastramento/descredenciamento de médico ou psicólogo através de requerimento firmado junto à Seção de Controle de clínicas.
- XVIII. Disponibilizar os equipamentos necessários para a perfeita execução do serviço, mantendo-os interligados com o Detran-MG;
- XIX. Manter arquivada a documentação referente aos exames realizados;
- XX. Permitir o livre acesso às suas dependências e aos documentos, fornecendo todas as informações aos servidores em supervisão, fiscalização ou em serviços de auditoria realizados ou autorizados pelo Detran-MG;
- XXI. Disponibilizar todas as informações, sempre que solicitado, relativas às condições jurídicas e administrativas da credenciada,
- XXII. Manter em seus arquivos os documentos comprobatórios dos valores recebidos pelos serviços prestados pelo prazo 05 (cinco) anos, à disposição da fiscalização;
- XXIII. Manter elevado padrão de atendimento e aplicar técnicas modernas na execução dos serviços;
- XXIV. Possuir e manter atualizado alvará de funcionamento fornecido pelo órgão municipal competente;
- XXV. Possuir e manter atualizado alvará de vistoria do corpo de bombeiros;

XXVI. Possuir e manter atualizado certificado de registro nos Conselhos Profissionais.

**Art. 29** A clínica credenciada será responsável pelas obrigações trabalhistas e encargos sociais de seus empregados envolvidos nos serviços prestados pelo credenciamento, desde já exonerando o Detran-MG de toda e qualquer obrigação neste sentido, além do cumprimento dos preceitos relativos às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, fiscais, comerciais, securitárias e sindicais, com total exclusão do Detran-MG em qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.

**Art. 30** Os tributos devidos em decorrência direta ou indireta do credenciamento, serão de responsabilidade exclusiva da clínica, sem direito a reembolso, além da reparação do dano por todo prejuízo causado por seus colaboradores a terceiros, quando envolvidos em serviços prestados pelo credenciamento, exonerando o Detran-MG de qualquer responsabilidade.

**Art. 31** O(s) sócio(s) da Credenciada responderão penal, administrativa e civilmente pelo desempenho de suas atividades, devendo observar os deveres a que estão obrigados, na forma disposta nesta Portaria e nas demais normas legais e regulamentares pertinentes, responsabilizando-se:

I. Por todos os atos que venham a causar prejuízo ao usuário, afrontando as normas do Código de Defesa do Consumidor - Lei nº. 8.078/90;

II. Pelo uso incorreto e/ou indevido da senha de acesso aos sistemas informatizados do Detran-MG;

III. Pela alimentação incorreta e/ou indevida dos bancos de dados dos sistemas informatizados do Detran-MG, assegurando a sua veracidade;

IV. Pela utilização incorreta e/ou indevida dos dados disponibilizados nos sistemas informatizados do Detran-MG.

V. Pela vinculação de pessoa não capacitada, promovendo o exercício ilegal de determinada profissão.

VI. No caso de cancelamento de credenciamento da clínica Credenciada, caberá aos seus representantes legais, sob pena de responsabilidade civil e criminal, a retirada de toda e qualquer identificação que a vincule ao Detran-MG.

## **CAPÍTULO VIII - DA FISCALIZAÇÃO**

**Art. 32** O Detran-MG, por meio da Divisão de Habilitação (em conjunto com a Seção de Controle de Clínicas) e do Setor de Auditoria e Fiscalização – SAF, em Belo Horizonte; e dos Departamentos de Polícia Civil, na Região Metropolitana de Belo Horizonte e no interior do Estado, supervisionará as atividades desenvolvidas pelas clínicas credenciadas e a aplicação



desta Portaria e de toda normatização pertinente, utilizando-se de todos os meios administrativos e legais necessários para este fim, obrigando-se a clínica credenciada a atender às solicitações a ela encaminhadas e a permitir o livre acesso às suas dependências e aos documentos, colaborando com os trabalhos de vistoria, fiscalização e auditoria determinados pelo Detran-MG.

§1º Poderá o Detran-MG, a qualquer tempo, excluir profissionais que demonstrem incapacidade, inabilidade ou conduta inidônea na execução de suas atividades, mediante processo administrativo assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§2º Por ocasião da fiscalização nas credenciadas, poderá o Detran-MG, utilizar-se da infraestrutura delas.

§3º Entende-se por infraestrutura: linhas telefônicas, computadores, fotocopiadoras, impressoras, aparelhos de fax e toda conexão com o Sistema Informatizado do Detran-MG, bem como outros materiais indispensáveis ao trabalho de fiscalização.

**Art. 33** A Divisão de Habilitação (em conjunto com a Seção de Controle de clínicas) e a Seção de Auditoria e Fiscalização, em Belo Horizonte, e os Departamentos da Polícia Civil, nos demais municípios, fiscalizarão e auditarão periodicamente, a qualquer tempo ou quando julgar necessário, as clínicas credenciadas, para garantir a lisura e a qualidade dos serviços, devendo elaborar relatório circunstanciado (modelo contido no ANEXO VII desta Portaria) acerca desse trabalho, o qual será juntado à documentação do credenciamento da clínica no sistema.

## **CAPÍTULO IX – DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES APLICÁVEIS ÀS CREDENCIADAS, AOS SEUS SÓCIOS E AOS SEUS COLABORES**

**Art. 34** Constituem infrações passíveis de aplicação de advertência por escrito:

I. O não atendimento a qualquer pedido de informação ou requisições, formulado pelo Detran-MG, conforme Resoluções do Contran, Decreto Estadual 47.626/19 e Portarias do Detran-MG;

II. O não atendimento de candidato dentro do horário agendado;

III. Praticar conduta irregular ou tratamento inadequado em relação aos usuários ou aos servidores do Detran-MG;

IV. Atraso na apresentação dos resultados de exames de aptidão física e mental, e de avaliação psicológica, e demais comunicações obrigatórias, previstas no Decreto Estadual

nº 47.626/19, Resoluções do Contran e Portarias do Detran-MG, sem justificativa acatada pelo Órgão;

V. Alta e/ou atraso na comunicação do resultado da inaptidão;

VI. Incorreto cadastro do RENACH, ou qualquer lançamento impreciso dos dados essenciais à emissão da Carteira Nacional de Habilitação;

VII. Deixar de demonstrar participação bienal dos médicos e psicólogos cadastrados na empresa em Seminários Jornadas, Fóruns, Congressos, Cursos e Reuniões promovidas pelo Detran-MG conjuntamente com Associação Brasileira de Medicina de Tráfego - ABRAMET, Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego - ABRAPSIT.

**Art. 35** Constituem infrações passíveis de aplicação da penalidade de suspensão:

I. Reincidência, no período de doze meses, a contar da data da infração a que se comine a penalidade de advertência, independentemente do dispositivo violado;

II. Deficiência, de qualquer ordem, nas instalações, equipamentos, instrumentos ou testes previstos em Resoluções do Contran, Conselhos de Medicina e Psicologia, no Decreto Estadual nº 47.626/19 e Portarias do Detran-MG;

III. Realização de quaisquer dos exames em desacordo com as regras e disposições constantes do Código de Trânsito Brasileiro e de suas normas complementares, no Decreto Estadual nº 47.626/19, Resoluções do Contran ou ainda decorrentes das normas emanadas dos respectivos Conselhos de Medicina e de Psicologia;

IV. Suspensão decorrente de penalidade aplicada pelos respectivos Conselhos Regionais de Medicina ou Psicologia;

V. Prática de infrações previstas nos Códigos de Ética médica, psicológica, de Defesa do Consumidor, e das normas estabelecidas no Decreto Estadual nº 47.626/19 e Portarias do Detran-MG;

VI. Descumprimento das normas estabelecidas, de convocações, determinações e atos do Detran-MG e do Conselho Estadual de Trânsito – Cetran;

- VII. Emissão de laudos definidos no Decreto Estadual nº 47.626/19 e Portarias do Detran-MG como sendo de competência privativa do Detran-MG;
- VIII. Procedimentos que propiciem a falsificação de laudos ou comprometam a segurança ou a qualidade dos exames;
- IX. Apresentação de laudos incompletos, imprecisos, inconclusivos ou omissão na conferência da identificação do candidato ou condutor, por ocasião de exame;
- X. Realização de exames em quantitativo incompatível com seu horário de funcionamento e com o número disponível de profissionais credenciados;
- XI. Cobrança de valores relativos a procedimento não autorizado;
- XII. Cobrança ou recebimento de valores diversos dos estabelecidos pelo Detran-MG;
- XIII. Assinatura de exames realizados por outros profissionais;
- XIV. Emissão de laudos imprecisos, inconclusivos, rasurados ou ilegíveis, abrangendo inclusive o carimbo autenticador;
- XV. Inobservância aos horários previstos no caput e parágrafo único do art. 29 do Decreto Estadual nº 47.626/19 e art. 23 desta Portaria;
- XVI. Ausência do Médico e do Psicólogo, credenciado junto ao Detran-MG, em horário de agendamento dos atendimentos;
- XVII. Procedimentos que visem, deliberadamente, facilitar ou dificultar a aprovação de candidatos nos Exames de Aptidão Física e Mental e de Avaliação psicológica;
- XVIII. Realização de intermediação lucrativa de candidatos nos exames de que trata o Decreto Estadual nº 47.626/19;
- XIX. Deixar desatualizado o quadro de profissionais médicos e psicólogos e seus respectivos contatos pessoais (endereço e telefones) junto a Seção de Controle de clínicas da Divisão de Habilitação do Detran-MG;

XX. Omissão da comunicação sobre alterações realizadas no quadro societário da clínica, bem como qualquer alteração no Contrato Social, sua estrutura física e endereço, sem prévia autorização do Detran-MG;

XXI. Efetuar lançamento dos resultados dos exames médicos e psicológicos, por outros, junto ao sistema informatizado do Detran-MG, de competência exclusiva do médico e psicólogo; e

XXII. Realizar atendimento a candidatos distribuídos a clínica diversa.

**Art. 36** Constituem infrações passíveis de aplicação da penalidade de cassação do credenciamento:

I. Reincidência, no período de doze meses, a contar da data da infração a que se comine a penalidade de suspensão, independentemente do dispositivo violado;

II. Cessão ou transferência, a qualquer título, do credenciamento senão observadas as regras para alteração do quadro societário da empresa conforme estabelecido no § 2º do art. 2º do Decreto 47.626/19 c/c art. 15 desta Portaria;

III. Implantação e exercício de atividades ambulatoriais, hospitalares, de consultórios de qualquer especialidade, públicos ou privados, ainda que de caráter filantrópico ou subvencionado pelo Poder Público, que comprometa a destinação exclusiva do estabelecimento;

IV. Prática de atos de improbidade perante a Administração Pública, a iniciativa privada, a fé pública e os costumes;

V. Emissão fraudulenta ou irregular de documentos ou resultados de exames;

VI. Emissão de resultado aprovando o candidato portador de patologia que implique risco à segurança do trânsito;

VII. Descumprimento contumaz às regras e disposições constantes no Código de Trânsito Brasileiro, às normas do Contran, do Detran-MG, do Decreto Estadual nº 47.626/19, e decorrentes das diretrizes emanadas dos respectivos Conselhos de Medicina e de Psicologia e da legislação pertinente aos direitos do consumidor;

VIII. Falsificação ou adulteração de documentos;

XIX. Prática de crimes contra a Administração Pública, quando praticados por dirigente ou prepostos dos credenciados;

XX. Permissão, a qualquer título ou pretexto, que terceiros, funcionários ou outros credenciados realizem os exames de sua exclusiva competência;

XXI. Trabalho em conjunto com pessoas não habilitadas ou profissionais não credenciados ou em situação irregular perante o Detran-MG;

XXII. Vínculo com centros de formação de condutores, despachantes, clínica descredenciada e com a Controladoria Regional de Trânsito – CRT;

XXIII. Pagamento ou recebimento de comissão a qualquer título, valor ou pretexto, de centros de formação de condutores, despachantes ou terceiros, objetivando o favorecimento de candidatos na realização dos exames previstos no Decreto Estadual nº 47.626/19;

XXIV. Cassação do registro ou sua suspensão, por prazo superior a 90 (noventa) dias, em decorrência de penalidade aplicada pelos respectivos Conselhos Regionais de Medicina e Psicologia;

XXV. Assinatura de laudos ou qualquer outro documento em branco;

XXVI. O sócio que vier a exercer cargo, emprego ou função pública em quaisquer das esferas públicas, sem sua substituição por outro profissional que atenda as exigências necessárias para compor a sociedade.

**Art. 36** Qualquer pessoa física ou jurídica será parte legítima para representar perante o Detran-MG contra irregularidades praticadas por clínica, na pessoa de seus sócios e colaboradores, bem como médicos e psicólogos.

## **CAPÍTULO X - DAS VEDAÇÕES, DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL**

**Art. 37** A clínica médica e psicológica que descumprir, dificultar, retardar ou inviabilizar os objetivos previstos nas Resoluções do Contran, nesta Portaria, em normas complementares e deliberações deste Órgão, ficará sujeita ao impedimento técnico-operacional de distribuição equitativa e ao acesso ao sistema informatizado do Detran-MG, até a sua efetiva adequação.

Parágrafo único. A medida administrativa de que trata o caput se dará, em caráter cautelar, ante ao risco eminente de prejuízo a administração pública, assegurados no processo administrativo a ampla defesa e o contraditório e normatização estabelecida na forma do Anexo VI - Termo de Credenciamento.

**Art. 38** Caberá ao Setor de Auditoria e Fiscalização – SAF do Detran-MG, após a designação da comissão processante por parte do Diretor do Detran-MG, a apuração das infrações previstas nas Resoluções do Contran e no Termo de Credenciamento e praticadas pelas clínicas sediadas em Belo Horizonte.

Parágrafo único Em se tratando de clínica instalada na Região Metropolitana de Belo Horizonte e no interior do Estado, caberá às Delegacias Regionais da Polícia Civil instruir o procedimento destinado a averiguar e a comprovar os dados necessários para a tomada de decisão pelo Diretor do Detran-MG.

**Art. 39** A aplicação das penalidades é competência exclusiva do Diretor do Detran-MG e será precedida de Processo Administrativo, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

§1º Caberá ao Diretor do Detran-MG designar comissão processante para a apuração de infrações praticadas pelas clínicas credenciadas.

§ 2º Concluída a instrução o representado terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa escrita, contado do recebimento da notificação.

§ 3º Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.

§ 4º Ao Diretor do DETRAN/MG, no prazo de 05 (cinco) dias, poderá ser formulado um pedido de reconsideração.

§ 5º Caberá recurso ao Chefe de Polícia no prazo de 30 (trinta) dias a contar da decisão do Diretor do DETRAN/MG.

§6º Os recursos, uma vez impetrados, não geram efeitos suspensivos.

**Art. 40** São vedados às clínicas credenciadas:

- I. A transferência de responsabilidade ou a terceirização das atividades para as quais foram credenciadas
- II. O exercício das atividades para as quais foram credenciadas estando com as atividades suspensas ou com o prazo de credenciamento vencido;
- III. A manutenção de vínculos profissionais, a qualquer título, com servidores do Detran-MG;
- IV. A Contratação de servidores públicos em exercício no Detran-MG;

V. A inserção na composição societária de servidor público, despachante ou sócio de outras empresas credenciadas pelo Detran-MG para qualquer das atividades de trânsito de sua atribuição;

VI. O exercício de outra atividade, além das previstas nesta Portaria, na sede da clínica.

VII. O uso de símbolos e da identidade visual exclusivos da Polícia Civil de Minas Gerais e do Detran-MG, bem como o registro e a utilização de nome comercial ou de fantasia que indique ou vincule o nome, a sigla, a abreviatura ou a logomarca da PCMG ou do Detran-MG.

VIII. A realização de exames em candidatos que não cumpram previamente os requisitos para se habilitar no respectivo processo ou considerados inaptos em outra clínica e em condutores cujo direito de dirigir esteja suspenso.

IX. O repasse ou a cobrança dos candidatos de valores referentes a serviços disponibilizados de forma gratuita pelo Detran-MG.

## **CAPÍTULO XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 41** As clínicas que, na data da publicação desta Portaria, estiverem em processo de credenciamento nos moldes da Portaria do Detran-MG nº 792, de 06 de maio de 2019, modificada pela Portaria do Detran-MG nº 2013, de 12 de novembro de 2019, na fase em que se encontram, passarão a observar as diretrizes desta Portaria para finalização do processo e assinatura do Termo de Credenciamento (Anexo VI desta Portaria).

Parágrafo único. As clínicas credenciadas antes da publicação desta Portaria deverão se adequar à presente legislação, realizando as adaptações necessárias, providenciando documentos até então não exigidos, bem como assinando um novo Termo de Credenciamento (Anexo VI desta Portaria), os quais deverão ser comprovados e/ou enviados quando da renovação do credenciamento.

**Art. 42** A clínica credenciada deverá utilizar o sistema informatizado padrão estabelecido pelo Detran-MG para as seguintes funções:

I. Informar eletronicamente ao Detran-MG o resultado da conclusão de cada exame de aptidão física e mental e avaliação psicológica;

II. Processar e transmitir ao Detran-MG, por meio de processo digital informatizado, as imagens do candidato.

§ 1º A clínica credenciada deverá implantar em sua sede o sistema biométrico de coleta e captura de imagens da face, das digitais e da assinatura do candidato/conductor, nos termos definido pelo Detran-MG, e deverá utilizá-lo, sem cobranças para o usuário, sempre que houver demanda de atualização de imagens para a emissão do documento de habilitação.



§2º Caberá à clínica credenciada a aquisição da câmera fotográfica, do leitor biométrico, do coletor de assinatura e dos demais equipamentos necessários à captura das imagens do candidato/conductor, os quais deverão observar as especificações definidas pelo Detran-MG e compatíveis com o sistema de produção e emissão dos documentos de habilitação.

**Art. 43** O lançamento dos resultados dos exames médicos e psicológicos junto ao sistema informatizado do Detran-MG é de competência exclusiva do médico e do psicólogo, devendo ser atualizado imediatamente após sua realização.

§ 1º A clínica que retardar o referido lançamento será incurso nas sanções desta Portaria, após o devido processo administrativo, sendo os sócios/responsáveis técnicos responsáveis pelo controle da utilização do sistema informatizado do Detran-MG.

§ 2º A clínica credenciada arcará com o ônus decorrente da incorreta emissão de documento de habilitação, em face de erro e inconsistência, providenciando o ressarcimento devido.

§ 3º Para fins desta Portaria, entende-se por responsável técnico aquele que provém, em sua respectiva área de atuação, o serviço que envolva todas as condições técnicas e disposições éticas do regular funcionamento da clínica médica e psicológica, respondendo integralmente pela mesma, independentemente de sua permanência no local.

**Art. 44** As despesas decorrentes do acesso aos bancos de dados do Detran-MG correrão por conta da clínica credenciada, devendo ser recolhida a taxa a que se refere o item 5.12, Tabela "D", da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

**Art. 45** A suspensão voluntária das atividades da clínica credenciada poderá ser concedida mediante requerimento junto a Seção de Controle de clínica do Detran-MG ou à Delegacia Regional da Polícia Civil, e se limitará ao período máximo de 30 (trinta) dias, em caráter anual e não cumulativo.

§ 1º. O Detran-MG condicionará a análise e a concessão do presente benefício ao não prejuízo do atendimento ao público e observado o limite percentual de 50% (cinquenta por cento) de absenteísmo a cada município de credenciamento.

§ 2º A clínica solicitante, até o início da suspensão voluntária das atividades, deverá adotar as medidas necessárias à solução de todas as pendências relacionadas aos candidatos no período inativo.

**Art. 46** A clínica credenciada deverá permanecer em funcionamento, no mínimo, durante o período em que o Detran-MG ou a CIRETRAN local estiver em atividade.

§ 1º Aos sábados, é facultativo o funcionamento.

§ 2º O agendamento dos candidatos obedecerá a critérios estabelecidos pelo Detran-MG visando garantir maior eficiência na prestação do serviço.

§3º A clínica deverá manter durante o horário de funcionamento ao menos um funcionário responsável pelo atendimento ao público, dispensada a presença do responsável técnico, dos médicos e dos psicólogos no período em que não houver paciente a ser atendido.



**Art. 47** Os valores dos exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica realizados pelas clínicas credenciadas, observados os respectivos parâmetros da Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Psicologia, serão estipulados em portaria do Diretor do Detran-MG.

**Art. 48** O Detran-MG distribuirá os exames de forma imparcial e aleatória, através de uma divisão equitativa.

**Art. 49** Extingue-se o credenciamento por ato de vontade da clínica credenciada ou unilateralmente pela Administração Pública, após publicação de Portaria do Diretor do Detran-MG quando:

I. Decorridos noventa dias do vencimento do prazo de vigência da Autorização de Funcionamento, a credenciada não manifestar interesse na prorrogação ou não apresentar documentação completa nos termos desta Portaria.

II. A clínica credenciada paralisar suas atividades por tempo superior a noventa dias;

III. A clínica credenciada não mantiver as condições para a execução do serviço público, conforme aferição para a renovação anual do credenciamento.

Parágrafo único A clínica que tiver seu credenciamento cancelado, somente poderá retornar as atividades, mediante um novo processo de credenciamento.

**Art. 50** O credenciamento objeto desta Portaria é concedido a título precário pelo Detran-MG e está condicionado ao interesse público e à conveniência e oportunidade da Administração Pública.

**Art. 51** Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do Detran-MG.

**Art. 52** Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação e revoga as Portarias do Detran-MG nº 792, de 06 de maio de 2019, e nº 2013, de 12 de novembro de 2019 e demais disposições em contrário.

EURICO DA CUNHA NETO  
Delegado Geral de Polícia  
Diretor do Detran-MG

**ANEXO I**

**DECLARAÇÃO DO NÃO EXERCÍCIO DE CARGO EMPREGOO OU FUNÇÃO PÚBLICA**

Exmo. Sr.

Diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais - Detran-MG

Os sócios da empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica  
com sede na (rua, avenida etc.)  
\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_,  
complemento \_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_, Minas  
Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, declaram  
conjuntamente o NÃO EXERCÍCIO DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA.

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do requerente Médico  
(firma reconhecida)

Nome:

CPF:

CI:

\_\_\_\_\_  
Assinatura do requerente Psicólogo  
(firma reconhecida)

Nome:

CPF:

CI:

**ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE DE INTERLIGAÇÃO DIRETA COM O SISTEMA  
INFORMATIZADO DO Detran-MG**

Empresa: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: Rua \_\_\_\_\_, nº  
\_\_\_\_\_, complemento \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade  
\_\_\_\_\_, CEP  
\_\_\_\_\_

Telefone (\_\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ / Cel.: (\_\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

e-mail \_\_\_\_\_

Declara que disporá, demonstrando através de contrato firmado entre a pleiteante de credenciamento e operadora de internet, equipamento capaz de executar conectividade direta com o sistema informatizado do Detran-MG, através do sistema biométrico e obtenção da impressão digital, Resolução nº 598/2016 modificada pela Resolução 684/2017 Contran, cuja interligação ocorrerá após a publicação da Portaria e assinatura do Termo de Credenciamento junto ao DETRAN da empresa, no prazo máximo de 30 (trinta) dias:

Belo Horizonte, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Sócio Médico

\_\_\_\_\_  
Sócio Psicólogo

**ANEXO III  
TERMO DE VISTORIA - CONCLUSÃO**

Às \_\_\_\_\_ horas, do dia \_\_\_\_\_, do mês de \_\_\_\_\_, do ano de dois mil e \_\_\_\_\_, nesta cidade de \_\_\_\_\_, a Comissão, abaixo assinada, em cumprimento à determinação do Chefe do Detran-MG, na forma do art. \_\_\_\_ da Portaria de nº \_\_\_\_/2021 Detran-MG e das Resoluções do Contran sobre o tema, compareceu ao imóvel sede da clínica médica e psicológica denominada \_\_\_\_\_, localizada na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_ e, de posse do texto das normas supracitadas, passou a vistoriar as instalações e conferir os equipamentos e móveis nelas existentes constatando o seguinte:

1 – que o imóvel, instalações e equipamentos estão conforme o disposto nos artigos 7º a 11 do Decreto no 47.626/19 e nos artigos 5º a 7º da Portaria nº \_\_\_\_/2021 (deve ser, para melhor clareza, descrito o imóvel, as instalações e os equipamentos);

2 – em caso de não preenchimento dos requisitos, apontarem as irregularidades e ausência dos equipamentos;

3 – concluir o Termo de Vistoria, atendo-se ao item 1 (um), apontando como apta e satisfatória e que preenche os requisitos estabelecidos no Decreto epigrafado, e se ocorrer à situação do item 2 (dois), concluir pela inaptidão, por não obedecer ao prescrito no mesmo Decreto.

Concluir o Termo relatando que a vistoria e a conferência das instalações se realizaram na presença e companhia dos representantes da empresa, que assinarão o presente Termo, em duas vias de igual teor e forma.

Conclusão: \_\_\_\_\_ Adequado \_\_\_\_\_ Inadequado \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
médico (a) presente

\_\_\_\_\_  
psicólogo (a) presente

\_\_\_\_\_  
Representante da Polícia Civil

\_\_\_\_\_  
Representante da Polícia Civil

\_\_\_\_\_  
Representante da clínica

**ANEXO III – TERMO DE VISTORIA – Especificações**

Análise de requerimento do credenciamento de clínicas médicas e psicológicas para realizar Exames de Aptidão Física e Mental e de Avaliação Psicológica em candidatos à Permissão para dirigir veículo automotor, à Renovação da Carteira Nacional de Habilitação, à Adição e Mudança de categoria, na forma do art. 7º, do Decreto Estadual de nº 47.626/19, incisos I do art. 4º, inciso V do art. 6º, alínea “a” do art. 8º, alíneas “a” e “b” do art. 9º da Portaria de nº XXXXX/20XX/DETRAN/MG c/c Art. 18 da Resolução de nº 425/2012 do CONTRAN, NBR 9050 da ABNT.

Sócio Médico Presente: \_\_\_\_\_ - CRM Nº \_\_\_\_\_

Sócio Psicólogo Presente: \_\_\_\_\_ - CRP Nº \_\_\_\_\_

Endereço

Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_

Complemento: \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, código \_\_\_\_\_.

Os parâmetros para adequação estrutural da clínica médica e psicológica devem obedecer aos critérios da NBR 9050 da ABNT, conforme itens destacados em cada quesito, sendo considerada a necessidade de acessibilidade às dependências utilizadas pelos usuários (sala de recepção, consultório médico, sala de teste coletivo e individual para Avaliação Psicológica, instalação sanitária exclusiva acessível).

O exame deve ser realizado verificando e comparando a planta baixa do imóvel apresentada pela empresa requerente.

Caso exista inadequação de algum dos quesitos abaixo, descrever o que foi observado para devida correção.

**1 – Iluminação conforme item 6.1.2?**

Toda rota acessível deve ser provida de iluminação natural ou artificial com nível mínimo de iluminância de 150 lux medidos a 1,00 m do chão. São aceitos níveis inferiores de iluminância para ambientes específicos, como cinemas, teatros ou outros, conforme normas técnicas específicas.

(\_\_\_\_) sim

(\_\_\_\_) não – Descrição:

**2 – Inexistência de desníveis conforme item 6.3.4.1 que impeçam entrada e circulação de cadeirantes?**

Desníveis de qualquer natureza devem ser evitados em rotas acessíveis. Eventuais desníveis no piso de até 5 mm dispensam tratamento especial. Desníveis superiores a 5 mm até 20 mm devem possuir inclinação máxima de 1:2 (50 %), conforme Figura 68. Desníveis superiores a 20 mm, quando inevitáveis, devem ser considerados como degraus, conforme 6.7

(\_\_\_\_) sim

(\_\_\_\_) não – Descrição:

**3 – Rampas conforme item 6.6 inclusive com inclinações recomendadas?**

6.6.1 Gerais São consideradas rampas às superfícies de piso com declividade igual ou superior a 5 %. Os pisos das rampas devem atender às condições de 6.3.

**6.6.2 Dimensionamento**

Para garantir que uma rampa seja acessível, são definidos os limites máximos de inclinação, os desníveis a serem vencidos e o número máximo de segmentos. A inclinação das rampas, conforme Figura 70, deve ser calculada conforme a seguinte equação:

$$i = \frac{h \times 100}{c}$$

Onde:

*i* é a inclinação, expressa em porcentagem (%);

*h* é a altura do desnível;

*c* é o comprimento da projeção horizontal.

(\_\_\_\_) sim

(\_\_\_\_) não – Descrição:

#### **4 – Corrimão conforme item 6.6.2.6 e 6.9?**

6.6.2.6 Toda rampa deve possuir corrimão de duas alturas em cada lado, conforme demonstrado na Figura 72.

6.9.1 Os corrimãos podem ser acoplados aos guarda-corpos e devem ser construídos com materiais rígidos. Devem ser firmemente fixados às paredes ou às barras de suporte, garantindo condições seguras de utilização. Devem ser sinalizados conforme a Seção 5.

6.9.2 O dimensionamento dos corrimãos deve atender ao descrito em 4.6.5.

6.9.2.1 Os corrimãos devem ser instalados em rampas e escadas, em ambos os lados, a 0,92 m e a 0,70 m do piso, medidos da face superior até o ponto central do piso do degrau (no caso de escadas) ou do patamar (no caso de rampas), conforme Figura 76. Quando se tratar de degrau isolado, basta uma barra de apoio horizontal ou vertical, com comprimento mínimo de 0,30 m e com seu eixo posicionado a 0,75 m de altura do piso.

6.9.2.2 Os corrimãos laterais devem ser contínuos, sem interrupção nos patamares das escadas e rampas, e devem prolongar-se paralelamente ao patamar, pelo menos por 0,30 m nas extremidades, sem interferir com áreas de circulação ou prejudicar a vazão, conforme Figura 76.

6.9.2.3 As extremidades dos corrimãos devem ter acabamento recurvado, ser fixadas ou justapostas à parede ou piso, ou ainda ter desenho contínuo, sem protuberâncias, conforme Figura 76.

6.9.3 Em edificações existentes, onde for impraticável promover o prolongamento do corrimão no sentido do caminamento, este pode ser feito ao longo da área de circulação ou fixado na parede adjacente.

6.9.4 Quando se tratar de escadas ou rampas com largura igual ou superior a 2,40 m, é necessária a instalação de no mínimo um corrimão intermediário, garantindo faixa de circulação com largura mínima de 1,20 m, conforme Figura 77.

6.9.4.1 Os corrimãos intermediários somente devem ser interrompidos quando o comprimento do patamar for superior a 1,40 m, garantindo o espaçamento mínimo de 0,80 m entre o término de um segmento e o início do seguinte, conforme Figura 77.

6.9.4.2 Em escadas e degraus é permitida a instalação de apenas um corrimão duplo e com duas alturas, a 0,92 m e a 0,70 m do piso, respeitando a largura mínima de 1,20 m, em ambos os lados, conforme Figura 78.

6.9.5 Quando não houver paredes laterais, as rampas ou escadas devem incorporar elementos de segurança como guia de balizamento e guarda-corpo, e devem respeitar os demais itens de segurança desta Norma, tais como dimensionamento, corrimãos e sinalização.

6.9.6 Os guarda-corpos devem atender às ABNT NBR 9077 e ABNT 14718.

(\_\_\_\_) sim

(\_\_\_\_) não – Descrição:

#### **5 – Patamares das rampas conforme item 6.6.4?**

6.6.4 Patamares das rampas Os patamares no início e no término das rampas devem ter dimensão longitudinal mínima de 1,20 m. Entre os segmentos de rampa devem ser previstos patamares intermediários

com dimensão longitudinal mínima de 1,20 m, conforme Figura 73. Os patamares situados em mudanças de direção devem ter dimensões iguais à largura da rampa.

6.6.4.1 Quando houver porta nos patamares, sua área de varredura não pode interferir na dimensão mínima do patamar.

6.6.4.2 A inclinação transversal dos patamares não pode exceder 2 % em rampas internas e 3 % em rampas externas.

( ) sim

( ) não – Descrição:

## **6 – Escadas conforme item 6.8?**

### **6.8 Escadas**

6.8.1 Uma sequência de três degraus ou mais é considerada escada.

6.8.2 As dimensões dos pisos e espelhos devem ser constantes em toda a escada ou degraus isolados. Para o dimensionamento, devem ser atendidas as seguintes condições:

a)  $0,63\text{ m} \leq p + 2e \leq 0,65\text{ m}$ ,

b) pisos ( $p$ ):  $0,28\text{ m} \leq p \leq 0,32\text{ m}$  e

c) espelhos ( $e$ ):  $0,16\text{ m} \leq e \leq 0,18\text{ m}$ ;

6.8.3 A largura das escadas deve ser estabelecida de acordo com o fluxo de pessoas, conforme ABNT NBR 9077. A largura mínima para escadas em rotas acessíveis é de 1,20 m, e deve dispor de guia de balizamento conforme 6.6.3 conforme Figura 72.

6.8.4 Em construções novas, o primeiro e o último degraus de um lance de escada devem distar no mínimo 0,30 m da área de circulação adjacente e devem estar sinalizados de acordo com o disposto na Seção 5.

6.8.5 A inclinação transversal dos degraus não pode exceder 1 % em escadas internas e 2 % em escadas externas.

6.8.6 Escadas com lances curvos ou mistos devem atender à ABNT NBR 9077, porém é necessário que, à distância de 0,55 m da borda interna da escada, correspondente à linha imaginária sobre a qual sobe ou desce uma pessoa que segura o corrimão, os pisos e espelhos sejam dimensionados conforme 6.8.2 e Figura 75.

6.8.7 As escadas devem ter no mínimo um patamar a cada 3,20 m de desnível e sempre que houver mudança de direção.

6.8.8 Entre os lances da escada devem ser previstos patamares com dimensão longitudinal mínima de 1,20 m. Os patamares situados em mudanças de direção devem ter dimensões iguais à largura da escada. Quando houver porta nos patamares, sua área de varredura não pode interferir na dimensão mínima do patamar.

6.8.9 A inclinação transversal dos patamares não pode exceder 1 % em escadas internas e 2 % em escadas externas.

( ) sim

( ) não – Descrição:

## **7 – Equipamento eletromecânico de circulação vertical (elevador vertical ou inclinado) conforme item 6.10.2?**

### **6.10.2 Elevador vertical ou inclinado**

6.10.2.1 O elevador vertical deve atender à ABNT NBR NM 313.

6.10.2.2 Externa e internamente nos elevadores verticais ou inclinados, deve haver sinalização tátil e visual estabelecida na Seção 5, informando:

a) instrução de uso, fixada próximo à botoeira;

b) indicação da posição para embarque e desembarque;

c) indicação dos pavimentos atendidos nas botoeiras e batentes;

d) dispositivo de chamada dentro do alcance manual.

6.10.2.3 Em elevadores verticais ou inclinados, deve haver dispositivo de comunicação para solicitação de auxílio nos pavimentos e no equipamento.

6.10.2.4 Em caso de reforma, em que as dimensões mínimas dos poços dos elevadores sejam inferiores às medidas previstas na ABNT NBR NM 313, o elevador deve atender a todas as outras exigências da norma, para ser acessível a outras pessoas com deficiência, e no edifício deve ser prevista outra forma de circulação vertical acessível.

6.10.3 Plataforma de elevação vertical

6.10.3.1 As plataformas de percurso aberto devem ter fechamento contínuo e não podem ter vãos, em todas as laterais, até a altura de 1,10 m do piso da plataforma.

6.10.3.2 A plataforma de percurso aberto só é usada em percurso até 2,00 m, nos intervalos de 2,00 m até 9,00 m somente com caixa enclausurada (percurso fechado).

6.10.3.3 A plataforma deve possuir dispositivo de comunicação para solicitação de auxílio nos pavimentos atendidos e no equipamento para utilização acompanhada e ou assistida.

6.10.3.4 As plataformas de elevação vertical devem atender à ABNT NBR ISO 9386-1.

6.10.4 Plataforma de elevação inclinada

Os parâmetros para esse equipamento devem atender à ABNT NBR ISO 9386-2.

6.10.4.1 A plataforma de elevação inclinada pode ser utilizada em reformas de edificações de uso público ou coletivo, quando demonstrada a impraticabilidade de outra forma de acesso, através de laudo técnico por profissional habilitado.

6.10.4.2 Quando utilizada, deve ser garantido que haja parada programada nos patamares ou pelo menos a cada 3,20 m de desnível. Deve ser previsto assento escamoteável ou rebatível para uso de pessoas com mobilidade reduzida.

6.10.4.3 Na área de espera para embarque da plataforma de elevação inclinada, deve haver sinalização tátil e visual informando a obrigatoriedade de acompanhamento por pessoal habilitado durante sua utilização, e dispositivo de solicitação para tal auxílio.

6.10.4.4 Nas plataformas de elevação inclinada, deve haver sinalização visual no piso, em cor contrastante com a adjacente, demarcando a área de espera para embarque e o limite da projeção do percurso do equipamento aberto ou em funcionamento, conforme Figura 79, com demarcação no piso do Símbolo Internacional de Acessibilidade (SIA)

(\_\_\_\_) sim

(\_\_\_\_) não – Descrição:

## **8 – Corredores conforme item 6.11.1?**

6.11.1 Corredores

Os corredores devem ser dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas, assegurando uma faixa livre de barreiras ou obstáculos, conforme 6.12.6. As larguras mínimas para corredores em edificações e equipamentos urbanos são:

a) 0,90 m para corredores de uso comum com extensão até 4,00 m;

b) 1,20 m para corredores de uso comum com extensão até 10,00 m; e 1,50 m para corredores com extensão superior a 10,00 m;

c) 1,50 m para corredores de uso público;

d) maior que 1,50 m para grandes fluxos de pessoas, conforme aplicação da equação apresentada em 6.12.6.

6.11.1.1 Em edificações e equipamentos urbanos existentes, onde a adequação dos corredores seja impraticável, devem ser implantados bolsões de retorno com dimensões que permitam a manobra completa



de uma cadeira de rodas (180°), sendo no mínimo um bolsão a cada 15,00 m. Neste caso, a largura mínima de corredor deve ser de 0,90 m.

6.11.1.2 Para transposição de obstáculos, objetos e elementos com no máximo 0,40 m de extensão, a largura mínima do corredor deve ser de 0,80 m, conforme 4.3.2. Acima de 0,40 m de extensão, a largura mínima deve ser de 0,90 m.

(\_\_\_\_) sim

(\_\_\_\_) não – Descrição:

### **9 – Portas conforme item 6.11.2?**

6.11.2.1 Para a utilização das portas em sequência, é necessário um espaço de transposição com um círculo de 1,50 m de diâmetro, somado às dimensões da largura das portas (y), exemplificado na Figura 80, além dos 0,60 m ao lado da maçaneta de cada porta, para permitir a aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas.

6.11.2.2 No deslocamento frontal, quando as portas abrirem no sentido do deslocamento do usuário, deve existir um espaço livre de 0,30 m entre a parede e a porta, e quando abrirem no sentido oposto ao deslocamento do usuário, deve existir um espaço livre de 0,60 m, contíguo à maçaneta, conforme a Figura 81. Na impraticabilidade da existência destes espaços livres, deve-se garantir equipamento de automação da abertura e fechamento das portas através de botoeira ou sensor, conforme 6.11.2.9 e 6.11.2.10. 6.11.2.3 No deslocamento lateral, deve ser garantido 0,60 m de espaço livre de cada um dos lados, conforme Figura 82. Na impraticabilidade da existência destes espaços livres, deve-se garantir equipamento de automação da abertura e fechamento das portas através de botoeira ou sensor, conforme 6.11.2.9 e 6.11.2.10.

NOTA Esses espaços são necessários para facilitar a abertura da porta às pessoas em cadeira de rodas.

6.11.2.4 As portas, quando abertas, devem ter um vão livre, de no mínimo 0,80 m de largura e 2,10 m de altura. Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter o vão livre de 0,80 m. As portas de elevadores devem atender ao estabelecido na ABNT NM NBR 313. O vão livre de 0,80 m deve ser garantido também no caso de portas de correr e sanfonada, onde as maçanetas impedem seu recolhimento total, conforme Figura 83. Quando instaladas em locais de prática esportiva, as portas devem ter vão livre mínimo de 1,00 m.

6.11.2.5 O mecanismo de acionamento das portas deve requerer força humana direta igual ou inferior a 36 N.

6.11.2.6 As portas devem ter condições de serem abertas com um único movimento, e suas maçanetas devem ser do tipo alavanca, instaladas a uma altura entre 0,80 m e 1,10 m. Recomenda-se que as portas tenham, na sua parte inferior, no lado oposto ao lado da abertura da porta, revestimento resistente a impactos provocados por bengalas, muletas e cadeiras de rodas, até a altura de 0,40 m a partir do piso, conforme Figura 84.

6.11.2.7 As portas de sanitários e vestiários devem ter, no lado oposto ao lado da abertura da porta, um puxador horizontal, conforme a Figura 84, associado à maçaneta. Deve estar localizado a uma distância de 0,10 m do eixo da porta (dobradiça) e possuir comprimento mínimo de 0,40 m, com diâmetro variando de 35 mm a 25 mm, instalado a 0,90 m do piso. O dispositivo de travamento deve observar o descrito em 4.6.8. Recomenda-se que estas portas ou batentes tenham cor contrastante com a da parede e do piso de forma a facilitar sua localização.

6.11.2.8 As portas do tipo vaivém devem ter visor com largura mínima de 0,20 m, tendo sua face inferior situada entre 0,40 m e 0,90 m do piso, e a face superior no mínimo a 1,50 m do piso. O visor deve estar localizado no mínimo entre o eixo vertical central da porta e o lado oposto às dobradiças da porta, conforme Figura 85.

6.11.2.9 Quando as portas forem providas de dispositivos de acionamento pelo usuário, estes devem estar instalados fora da área de abertura da folha da porta e à altura de alcance entre 0,80 m e 1,00 m.

6.11.2.10 Quando as portas forem acionadas por sensores ópticos, estes devem estar ajustados para detectar pessoas de baixa estatura, crianças e usuários de cadeiras de rodas. Deve também ser previsto dispositivo de segurança que impeça o fechamento da porta sobre a pessoa.

6.11.2.11 Em portas de correr, recomenda-se a instalação de trilhos na sua parte superior. Os trilhos ou as guias inferiores devem estar nivelados com a superfície do piso, e eventuais frestas resultantes da guia inferior devem ter largura de no máximo 15 mm.

6.11.2.12 Quando instaladas em locais de prática de esportes, as portas devem ter vão livre mínimo de 1,00 m.

6.11.2.13 Portas e paredes envidraçadas, localizadas nas áreas de circulação, devem ser claramente identificadas com sinalização visual de forma contínua, para permitir a fácil identificação visual da barreira física. Para isto também devem ser consideradas as diferentes condições de iluminação de ambos os lados das paredes ou portas de vidro. Características da sinalização visual nas portas e paredes de vidro:

a) a sinalização deve ser contínua, composta por uma faixa com no mínimo 50 mm de espessura, instalada a uma altura entre 0,90 m e 1,00 m em relação ao piso acabado. Esta faixa pode ser substituída por uma composta por elementos gráficos instalados de forma contínua, cobrindo no mínimo a superfície entre 0,90 m e 1,00 m em relação ao piso;

b) nas portas das paredes envidraçadas que façam parte de rotas acessíveis, deve haver faixa de sinalização visual emoldurando-as, com dimensão mínima de 50 mm de largura, conforme Figura 86, ou outra forma de evidenciar o local de passagem;

c) recomenda-se que a faixa tenha duas cores com o mínimo de 30 pontos de contraste de LRV entre elas;

d) recomenda-se a aplicação de mais duas faixas contínuas com no mínimo 50 mm de altura, uma a ser instalada entre 1,30 m e 1,40 m, e outra entre 0,10 m e 0,30 m, em relação ao piso acabado, conforme Figura 86.

(\_\_\_\_) sim

(\_\_\_\_) não – Descrição:

**10 – Portas com dimensões de no mínimo 0,80 m de vão livre e 2,10m de altura conforme item 6.11.2.4?**

6.11.2.4 As portas, quando abertas, devem ter um vão livre, de no mínimo 0,80 m de largura e 2,10 m de altura. Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter o vão livre de 0,80 m. As portas de elevadores devem atender ao estabelecido na ABNT NM NBR 313. O vão livre de 0,80 m deve ser garantido também no caso de portas de correr e sanfonada, onde as maçanetas impedem seu recolhimento total, conforme Figura 83. Quando instaladas em locais de prática esportiva, as portas devem ter vão livre mínimo de 1,00 m.

(\_\_\_\_) sim

(\_\_\_\_) não – Descrição:

**11 – Instalações sanitárias todas identificadas por placas;**

Feminino (\_\_\_\_) sim, (\_\_\_\_) não – Descrição.:

Masculino (\_\_\_\_) sim, (\_\_\_\_) não – Descrição:

Deficiente físico exclusivo (\_\_\_\_) sim, (\_\_\_\_) não – Descrição.:

**12 – Instalação sanitária acessível conforme itens 4.6.6?**

4.6.6 Maçanetas, barras antipânico e puxadores. Os elementos de acionamento para abertura de portas devem possuir formato de fácil pega, não exigindo firmeza, precisão ou torção do pulso para seu acionamento.

4.6.6.1 As maçanetas devem preferencialmente ser do tipo alavanca, possuir pelo menos 100 mm de comprimento e acabamento sem arestas e recurvado na extremidade, apresentando uma distância mínima de 40 mm da superfície da porta. Devem ser instaladas a uma altura que pode variar entre 0,80 m e 1,10 m do piso acabado, conforme Figura 16.

4.6.6.2 Os puxadores verticais para portas devem ter diâmetro entre 25 mm e 45 mm, com afastamento de no mínimo 40 mm entre o puxador e a superfície da porta. O puxador vertical deve ter comprimento mínimo de 0,30 m. Devem ser instalados a uma altura que pode variar entre 0,80 m e 1,10 m do piso acabado, conforme Figura 16.

4.6.6.3 Os puxadores horizontais para portas devem ter diâmetro entre 25 mm e 45 mm, com afastamento de no mínimo 40 mm. Devem ser instalados a uma altura que pode variar entre 0,80 m e 1,10 m do piso acabado, conforme Figura 16.

4.6.6.4 As barras antipânico devem ser apropriadas ao tipo de porta em que são instaladas e devem atender integralmente ao disposto na ABNT NBR 11785. Se instaladas em portas corta-fogo, devem apresentar tempo requerido de resistência ao fogo compatível com a resistência ao fogo destas portas. Devem ser instaladas a uma altura de 0,90 m do piso acabado.

4.6.7 Controles (dispositivos de comando ou acionamento)

Os controles, botões, teclas e similares devem ser acionados através de pressão ou de alavanca. Recomenda-se que pelo menos uma de suas dimensões seja igual ou superior a 2,5 cm, conforme Figura 17.

4.6.8 Dispositivo para travamento de portas Em sanitários, vestiários e provadores, quando houver portas com sistema de travamento, recomenda-se que este atenda aos princípios do desenho universal. Estes podem ser preferencialmente do tipo alavanca ou do modelo tranqueta de fácil manuseio, que possa ser acionado com o dorso da mão.

NOTA Os princípios de desenho universal estão descritos no Anexo A.

4.6.9 Altura para comandos e controles

A Figura 22 mostra as alturas recomendadas para o posicionamento de diferentes tipos de comandos e controles.

(\_\_\_\_) sim

(\_\_\_\_) não – Descrição:

### **13 – Instalação sanitária acessível conforme itens 7.5 (dimensões do sanitário acessível)?**

#### **7.5 Dimensões do sanitário acessível e do boxe sanitário acessível**

As dimensões do sanitário acessível e do boxe sanitário acessível devem garantir o posicionamento das peças sanitárias e os seguintes parâmetros de acessibilidade:

- a) circulação com o giro de 360°, conforme 4.3.4;
- b) área necessária para garantir a transferência lateral, perpendicular e diagonal para a bacia sanitária, conforme Figuras 97 a) e 102;
- c) a área de manobra pode utilizar no máximo 0,10 m sob a bacia sanitária e 0,30 m sob o lavatório, conforme Figuras 97 b) e 99;
- d) deve ser instalado lavatório sem coluna ou com coluna suspensa ou lavatório sobre tampo, dentro do sanitário ou boxe acessível, em local que não interfira na área de transferência para a bacia sanitária, podendo sua área de aproximação ser sobreposta à área de manobra, conforme Figura 98;
- e) os lavatórios devem garantir altura frontal livre na superfície inferior, conforme Figura 98, e na superfície superior de no máximo 0,80 m, exceto a infantil;
- f) quando a porta instalada for do tipo de eixo vertical, deve abrir para o lado externo do sanitário ou boxe e possuir um puxador horizontal no lado interno do ambiente, medindo no mínimo 0,40 m de comprimento, afastamento de no máximo 40 mm e diâmetro entre 25 mm e 35 mm, conforme Figura 84;
- g) pode ser instalada porta de correr, desde que atenda às condições previstas em 6.11.2.4 e 6.11.2.11;

- h) para travamento das portas deve ser observado o descrito em 4.6.8;
- i) quando o boxe for instalado em locais de prática de esportes, as portas devem atender a um vão livre mínimo de 1,00m;
- j) deve ser respeitado 6.11.2.2 e 6.11.2.3;
- k) alcance manual para acionamento da válvula sanitária, da torneira, das barras, puxadores e trincos e manuseio e uso dos acessórios conforme 4.6 e 7.6;
- l) alcance visual do espelho conforme 7.11.1;
- m) recomenda-se a instalação de ducha higiênica ao lado da bacia, dentro do alcance manual de uma pessoa sentada na bacia sanitária, dotada de registro de pressão para regulação da vazão;
- n) a Figura 99 exemplifica medidas mínimas de um sanitário acessível;
- o) quando houver mais de um sanitário acessível (Figura 99), recomenda-se que as bacias sanitárias, áreas de transferência e barras de apoio sejam posicionadas simetricamente opostas, contemplando todas as formas de transferência para a bacia, para atender a uma gama maior de necessidades das pessoas com deficiência;
- p) em edificações existentes ou em reforma, quando não for possível atender às medidas mínimas de sanitário da Figura 99, serão admitidas as medidas mínimas demonstradas na Figura 100.

Os pisos dos sanitários ou boxes sanitários devem observar as seguintes características:

- a) ser antiderrapantes, conforme 6.3;
- b) não ter desníveis junto à entrada ou soleira;
- c) ter grelhas e ralos posicionados fora das áreas de manobra e de transferência.

(\_\_\_\_) sim

(\_\_\_\_) não – Descrição:

#### **14 – Instalação sanitária acessível conforme itens 7.6 (barras de apoio)?**

##### **7.6 Barras de apoio**

As barras de apoio são necessárias para garantir o uso com segurança e autonomia das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme especificado em 7.7.2.2.

7.6.1 Todas as barras de apoio utilizadas em sanitários e vestiários devem resistir a um esforço mínimo de 150 kg no sentido de utilização da barra, sem apresentar deformações permanentes ou fissuras, ter empunhadura conforme Seção 4 e estar firmemente fixadas a uma distância mínima de 40 mm entre sua base de suporte (parede, painel, entre outros), até a face interna da barra. Suas extremidades devem estar fixadas nas paredes ou ter desenvolvimento contínuo até o ponto de fixação com formato recurvado. Quando necessários, os suportes intermediários de fixação devem estar sob a área de empunhadura, garantindo a continuidade de deslocamento das mãos. O comprimento e a altura de fixação são determinados em função de sua utilização, conforme exemplos apresentados em 7.7.2.3 e 7.7.2.4.

7.6.2 Quando executadas em material metálico, as barras de apoio e seus elementos de fixação e instalação devem ser confeccionadas em material resistente à corrosão, conforme ABNT NBR 10283, e determinação da aderência do acabamento conforme ABNT NBR 11003.

7.6.3 As dimensões mínimas das barras devem respeitar as aplicações definidas nesta Norma com seção transversal entre 30 mm e 45 mm, conforme Figura 101, e detalhadas no Anexo C.

O comprimento e o modelo variam de acordo com as peças sanitárias às quais estão associados e são tratados na Seção 7.

7.6.4 As barras podem ser fixas (nos formatos reta, em “U”, em “L”) ou articuladas, conforme detalhado no Anexo C.

As barras em “L” podem ser em uma única peça ou composta a partir do posicionamento de duas barras retas, desde que atendam ao dimensionamento mínimo dos trechos verticais e horizontais, conforme Figuras

117 e 126. As barras articuladas devem possuir dispositivo que evite quedas repentinas ou movimentos abruptos.

(\_\_\_\_) sim

(\_\_\_\_) não – Descrição:

## **15 – Instalação sanitária acessível conforme itens 7.7 (bacia sanitária)?**

### **7.7 Bacia sanitária**

As bacias e assentos em sanitários acessíveis não podem ter abertura frontal.

#### **7.7.1 Áreas de transferência**

Para instalação de bacias sanitárias devem ser previstas áreas de transferência lateral, perpendicular e diagonal, conforme Figura 102.

#### **7.7.2 Instalação de bacias convencionais, com caixas acopladas ou suspensas e barras de apoio**

A instalação das bacias deve atender às ABNT NBR 15097-1 e ABNT NBR 15097-2. As instalações das bacias e das barras de apoio devem atender às Figuras 105 a 110 e podem ser simetricamente opostas.

##### **7.7.2.1 Altura da bacia**

As bacias e assentos sanitários acessíveis não podem ter abertura frontal e devem estar a uma altura entre 0,43 m e 0,45 m do piso acabado, medidas a partir da borda superior sem o assento. Com o assento, esta altura deve ser de no máximo 0,46 m para as bacias de adulto, conforme Figura 103, e 0,36 m para as infantis.

Essa altura pode ser obtida pela peça sanitária com altura necessária, ou pelo posicionamento das bacias suspensas ou pela execução de um sóculo sob a base da bacia, convencional ou com caixa acoplada, isento de cantos vivos e com a sua projeção avançando no máximo 0,05 m, acompanhando a base da bacia, conforme Figura 104.

##### **7.7.2.2 Barras de apoio na bacia sanitária**

7.7.2.2.1 Junto à bacia sanitária, quando houver parede lateral, devem ser instaladas barras para apoio e transferência. Uma barra reta horizontal com comprimento mínimo de 0,80 m, posicionada horizontalmente, a 0,75 m de altura do piso acabado (medidos pelos eixos de fixação) a uma distância de 0,40 m entre o eixo da bacia e a face da barra e deve estar posicionada a uma distância de 0,50 m da borda frontal da bacia. Também deve ser instalada uma barra reta com comprimento mínimo de 0,70 m, posicionada verticalmente, a 0,10 m acima da barra horizontal e 0,30 m da borda frontal da bacia sanitária, conforme Figuras 105 a 107.

7.7.2.2.2 Junto à bacia sanitária, na parede do fundo, deve ser instalada uma barra reta com comprimento mínimo de 0,80 m, posicionada horizontalmente, a 0,75 m de altura do piso acabado (medido pelos eixos de fixação), com uma distância máxima de 0,11 m da sua face externa à parede e estendendo-se 0,30 m além do eixo da bacia em direção à parede lateral, conforme Figuras 105, 106 e 108.

7.7.2.2.3 Para bacias sanitárias com caixa acoplada, que possuam altura que não permita a instalação da barra descrita em 7.7.2.2.2, esta pode ser instalada a uma altura de até 0,89 m do piso acabado (medido pelos eixos de fixação), devendo ter uma distância máxima de 0,11 m da sua face externa à parede, distância mínima de 0,04 m da superfície superior da tampa da caixa acoplada e 0,30 m além do eixo da bacia em direção à parede lateral, conforme Figuras 107 e 109. A barra reta na parede do fundo pode ser substituída por uma barra lateral articulada, desde que a extremidade da barra esteja a no mínimo 0,10 m da borda frontal da bacia, conforme Figura 110.

7.7.2.2.4 Na impossibilidade de instalação de barras nas paredes laterais, são admitidas barras laterais fixas (com fixação na parede de fundo) ou articuladas (dar preferência pela barra lateral fixa), desde que sejam observados os parâmetros de segurança e dimensionamento estabelecidos conforme 7.6, e que estas e seus apoios não interfiram na área de giro e transferência. A distância entre esta barra e o eixo da bacia deve ser



de 0,40 m, sendo que sua extremidade deve estar a uma distância mínima de 0,20 m da borda frontal da bacia, conforme Figuras 108 e 109.

7.7.2.2.5 As bacias infantis devem seguir as mesmas disposições de barras e dimensões constantes nas Figuras 105 a 110.

7.7.2.3 Bacias sanitárias com parede lateral

7.7.2.3.1 Bacia convencional com barras de apoio ao fundo e a 90° na parede lateral

A Figura 105 ilustra o uso de uma barra de apoio reta fixada ao fundo e duas retas fixadas a 90° na lateral, quando a bacia convencional está próxima a uma parede.

7.7.2.3.2 Bacia suspensa com barras de apoio ao fundo e a 90° na parede lateral

A Figura 106 ilustra o uso de uma barra de apoio reta fixada ao fundo e duas retas fixadas a 90° na lateral, quando a bacia suspensa está próxima a uma parede.

7.7.2.3.3 Bacia com caixa acoplada com barras de apoio ao fundo e a 90° na parede lateral

A Figura 107 ilustra o uso de uma barra de apoio reta fixada ao fundo e duas retas fixadas a 90° na lateral, quando a bacia com caixa acoplada está próxima a uma parede.

7.7.2.4 Bacias sanitárias sem parede lateral

7.7.2.4.1 Bacia convencional ou suspensa com barra de apoio reta e barra lateral fixa

A Figura 108 ilustra o uso de uma barra de apoio reta e uma barra lateral fixa, fixadas na parede ao fundo, quando a bacia convencional ou suspensa não possui uma parede lateral.

NOTA A barra de apoio lateral fixa pode ser substituída por uma barra de apoio lateral articulada.

7.7.2.4.2 Bacia com caixa acoplada com barras de apoio reta e lateral fixa

A Figura 109 ilustra o uso de uma barra de apoio reta e uma barra lateral fixa, fixadas na parede ao fundo, quando a bacia com caixa acoplada não possui uma parede lateral.

NOTA A barra de apoio lateral fixa pode ser substituída por uma barra de apoio lateral articulada.

7.7.2.4.3 Bacia com caixa acoplada com barras lateral articulada e fixa

A Figura 110 ilustra o uso de uma barra lateral articulada e uma fixa.

7.7.3 Acionamento da válvula de descarga

7.7.3.1 Válvula de parede

O acionamento da válvula de descarga deve estar a uma altura máxima de 1,00 m, conforme Figura 111, e ser preferencialmente acionado por sensores eletrônicos ou dispositivos equivalentes. A força de acionamento deve ser inferior a 23 N. Admite-se outra localização para o acionamento com alcance manual, conforme Seção 4.

Na impossibilidade de uso de válvula de descarga, recomenda-se que seja colocada caixa de descarga embutida. Para estas caixas aplicam-se os mesmos requisitos de força e altura de acionamento.

7.7.3.2 Mecanismo de acionamento de descarga em caixa acoplada

O mecanismo de acionamento de descarga em caixa acoplada deve estar localizado dentro do alcance manual de pessoas em cadeira de rodas, conforme 4.6. O mecanismo de acionamento de descarga em caixa acoplada pode ser por alavanca, sensores eletrônicos ou dispositivos equivalentes, conforme 4.6.7.

(\_\_\_\_) sim

(\_\_\_\_) não – Descrição:

## **16 – Instalação sanitária acessível conforme itens 7.8 (instalação de lavatório e barras de apoio)?**

7.8 Instalação de lavatório e barras de apoio

Os lavatórios, suas fixações e ancoragens devem atender no mínimo aos esforços previstos nas ABNT NBR 15097-1 e ABNT NBR 15097-2. Sua instalação deve possibilitar a área de aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas, quando se tratar do sanitário acessível, e garantir a aproximação frontal de uma pessoa em pé, quando se tratar de um sanitário qualquer, conforme Figura 112 .

7.8.1 As barras de apoio dos lavatórios podem ser horizontais e verticais. Quando instaladas, devem ter uma barra de cada lado conforme exemplos ilustrados nas Figuras 113, 114 e garantir as seguintes condições:

- a) ter um espaçamento entre a barra e a parede ou de qualquer outro objeto de no mínimo 0,04 m, para ser utilizada com conforto;
- b) ser instaladas até no máximo 0,20 m, medido da borda frontal do lavatório até o eixo da barra para permitir o alcance;
- c) garantir o alcance manual da torneira de no máximo 0,50 m, medido da borda frontal do lavatório até o eixo da torneira, conforme Figura 98 e 113;
- d) as barras horizontais devem ser instaladas a uma altura 0,78 m a 0,80 m, medido a partir do piso acabado até a face superior da barra, acompanhando a altura do lavatório;
- e) as barras verticais devem ser instaladas a uma altura de 0,90 m do piso e com comprimento mínimo de 0,40 m, garantindo a condição da alínea a);
- f) ter uma distância máxima de 0,50 m do eixo do lavatório ou cuba até o eixo da barra vertical instalada na parede lateral ou na parede de fundo para garantir o alcance.

7.8.2 Os lavatórios devem ser equipados com torneiras acionadas por alavancas, com esforço máximo de 23 N, torneiras com sensores eletrônicos ou dispositivos equivalentes. Quando utilizada torneira com ciclo automático, recomenda-se com o tempo de fechamento de 10 s a 20 s, atendendo a todos os requisitos da ABNT NBR 13713. Quando houver água quente, é obrigatório garantir solução que evite o contato do usuário com o sifão ou a tubulação. É recomendado o uso de válvula termostática alimentando a torneira. Opcionalmente, a válvula termostática pode ser substituída por misturadores monocomando ou duplo comando, ou aparelho único que integre as funções de misturador e torneira automática, desde que dotados de alavanca.

( ) sim

( ) não – Descrição:

## **17 – Acessórios para sanitários acessíveis conforme item 7.11?**

### **7.11 Acessórios para sanitários acessíveis e coletivos**

Os acessórios para sanitários, como porta-objeto, cabides, saboneteiras e toalheiros, devem ter sua área de utilização dentro da faixa de alcance acessível estabelecida na Seção 4, conforme Figura 121.

#### **7.11.1 Espelhos**

A altura de instalação e fixação de espelho deve atender à Figura 122. Os espelhos podem ser instalados em paredes sem pias. Podem ter dimensões maiores, sendo recomendável que sejam instalados entre 0,50 m até 1,80 m em relação ao piso acabado.

#### **7.11.2 Papeleiras**

As papeleiras embutidas devem atender à Figura 123. No caso de papeleiras de sobrepor que por suas dimensões devem ser alinhadas com a borda frontal da bacia, o acesso ao papel deve ser livre e de fácil alcance, conforme Figuras 124 ou 125. Não podem ser instaladas abaixo de 1,00 m de altura do piso acabado, para não atrapalhar o acesso à barra. Nos casos de bacias sanitárias sem parede ao lado, demonstrados em 7.7.2.4, a barra de apoio deve ter um dispositivo para colocar o papel higiênico.

#### **7.11.3 Cabide**

Deve ser instalado cabide junto a lavatórios, boxes de chuveiro, bancos de vestiários, trocadores e boxes de bacia sanitária, a uma altura entre 0,80 m a 1,20 m do piso acabado.

#### **7.11.4 Porta-objetos**

Deve ser instalado um porta-objetos junto ao lavatório, ao mictório e à bacia sanitária, a uma altura entre 0,80 m e 1,20 m, com profundidade máxima de 0,25 m, em local que não interfira nas áreas de transferência e manobra e na utilização das barras de apoio.

7.11.4.1 Recomenda-se que o porta-objetos não seja instalado atrás de portas.

7.11.4.2 O porta-objeto não pode ter cantos agudos e superfícies cortantes ou abrasivas.

7.11.5 Puxador horizontal

As portas de sanitários e vestiários, conforme especificado em 6.11.2.7 e Figura 84, devem ter, no lado oposto ao da abertura da porta, puxador horizontal associado à maçaneta.

(\_\_\_\_) sim

(\_\_\_\_) não – Descrição:

**18 – Bebedouros conforme item 8.5? Item não obrigatório**

(8.5 Bebedouros

8.5.1 Bebedouros de bica

8.5.1.1 A bica deve ser do tipo de jato inclinado, estar localizada no lado frontal do bebedouro, permitir a utilização por meio de copos e ser de fácil higienização.

8.5.1.2 Deve-se instalar bebedouros com no mínimo duas alturas diferentes de bica, sendo uma de 0,90 m e outra entre 1,00 m e 1,10 m em relação ao piso acabado.

8.5.1.3 O bebedouro de altura de bica de 0,90 m deve ter altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso acabado, e deve ser garantido um M.R. para a aproximação frontal.

8.5.2 Bebedouros de garrafão e outros modelos

O acionamento de bebedouros do tipo garrafão, filtros com célula fotoelétrica ou outros modelos, assim como a posição de manuseio dos copos, devem situar-se entre 0,80 m e 1,20 m de altura do piso acabado, e localizados de modo a permitir aproximação lateral da P.C.R.)

(\_\_\_\_) sim

(\_\_\_\_) não – Descrição:

**19 – Sala de recepção e espera com o necessário e suficiente conforto;**

(\_\_\_\_) sim

(\_\_\_\_) não – Descrição:

**20 – Sala exclusiva de almoxarifado e arquivo com chaves, como também armários para guarda dos testes;**

(\_\_\_\_) sim

(\_\_\_\_) não – Descrição:

**21 – Dimensão da sala para exame médico com as seguintes dimensões (mínimo de 4,5 X 3,0 metros):**

(\_\_\_\_) sim

(\_\_\_\_) não – Descrição:

**22 – A sala para exame médico apresenta lavatório para o médico, com ventilação e iluminação adequada?**

(\_\_\_\_) sim

(\_\_\_\_) não – Descrição:

**23 – Dimensão da sala de teste coletivo psicológico (mínimo de 9,6 m<sup>2</sup>):**

(\_\_\_\_) sim

(\_\_\_\_) não – Descrição:



**24 – Dimensão da sala de teste individual psicológico (mínimo de 2,0 X 2,0 metros ):**

(\_\_\_\_) sim

(\_\_\_\_) não – Descrição:

**25 – Sala de teste individual psicológico condições de ventilação à situação de teste, ambiente bem iluminado por luz natural ou artificial fria, evitando-se sombras ou ofuscamentos?**

(\_\_\_\_) sim

(\_\_\_\_) não – Descrição:

**26 – A planta baixa do imóvel apresentada pela empresa requerente é fiel ao verificado na perícia?**

(\_\_\_\_) sim

(\_\_\_\_) não – Descrição:

**27 – Anexos fotográficos da empresa vistoriada:**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / 20\_\_\_\_.

Vistoriador

MASP

# **NORMA BRASILEIRA ABNT NBR 9050**

Terceira edição  
11.09.2015

Válida a partir de  
11.10.2015

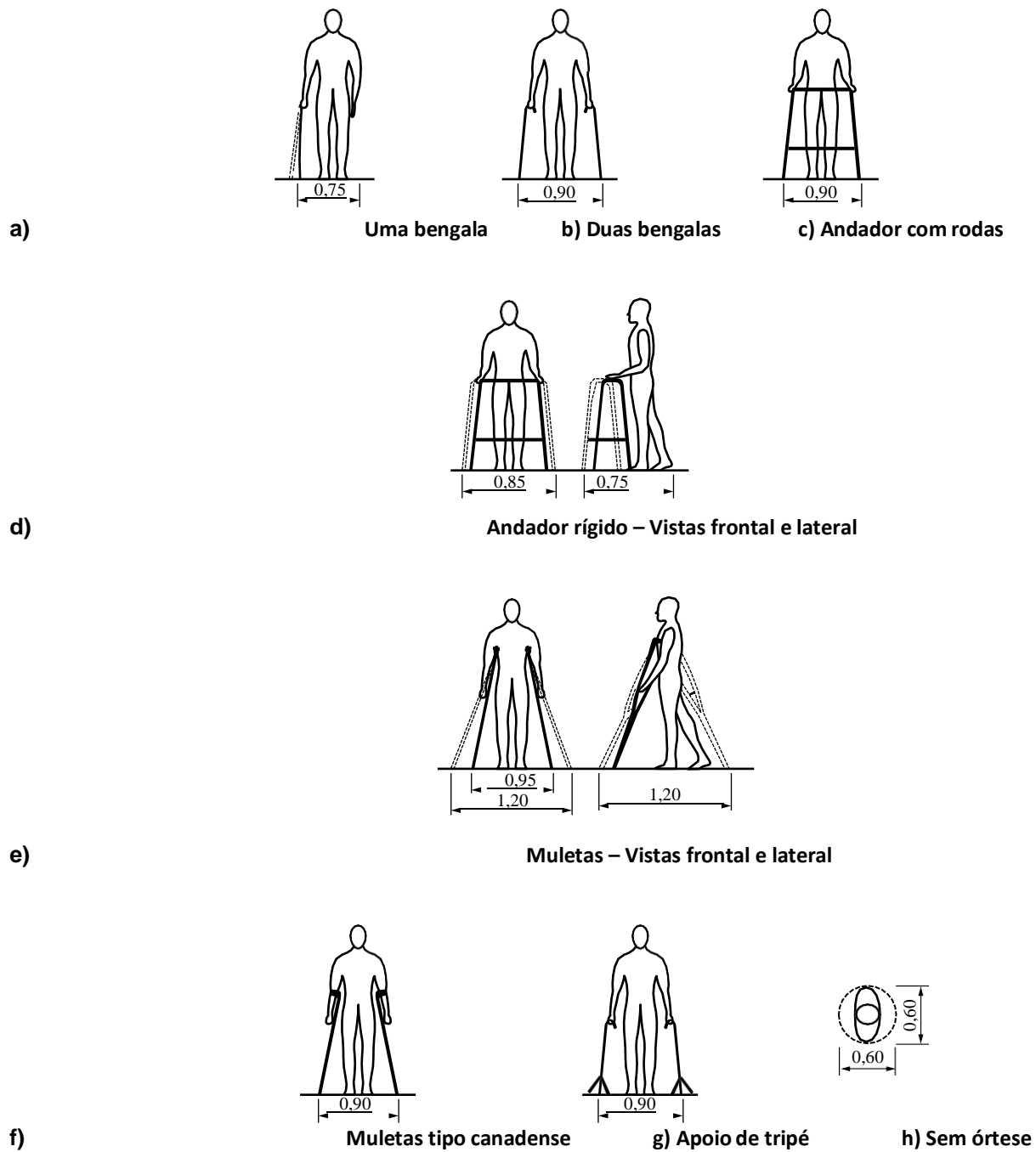
---

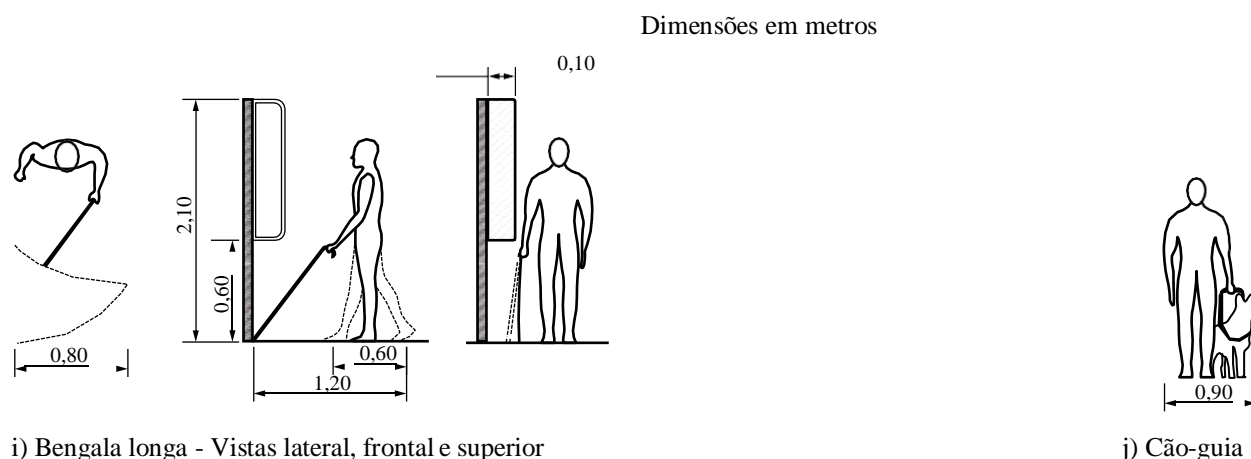
## **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**

*Accessibility to buildings, equipment and the urban environment*

A Figura 1 apresenta dimensões referenciais para deslocamento de pessoas em pé.

Dimensões em metros



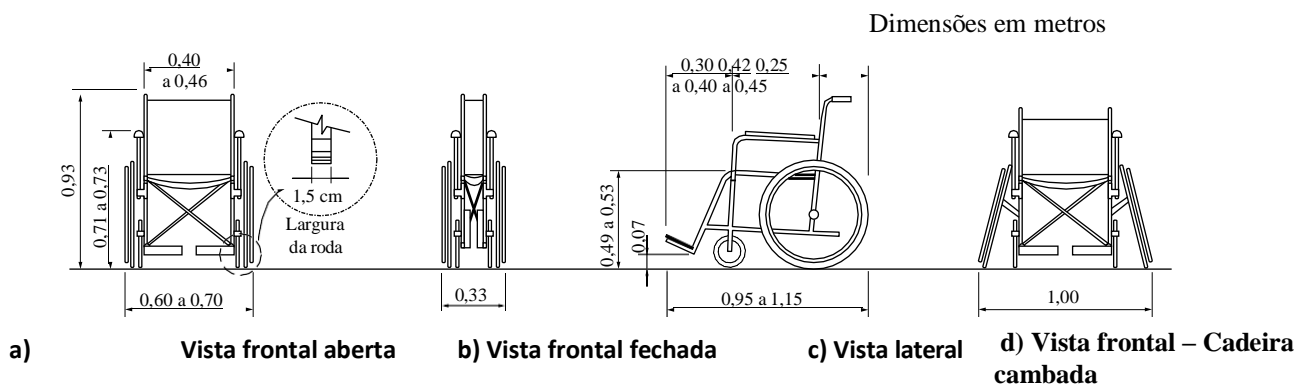


**Figura 1 – Dimensões referenciais para descolamento de pessoa em pé**

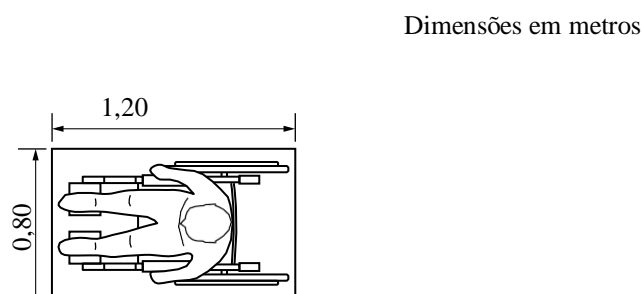
### Pessoas em cadeira de rodas (P.C.R.)

#### Cadeira de rodas

A Figura 2 apresenta dimensões referenciais para cadeiras de rodas manuais ou motorizadas, sem scooter (reboque). A largura mínima frontal das cadeiras esportivas ou cambadas é de 1,00 m.

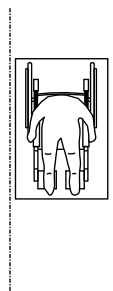
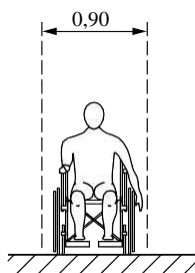


**Figura 2 – Cadeira de rodas manual, motorizada e esportiva**

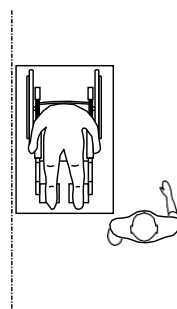
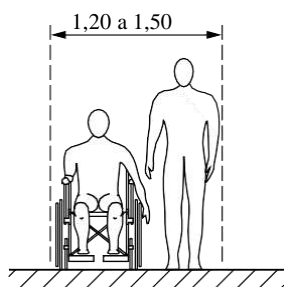


**Figura 3 – Dimensões do módulo de referência (M.R.)**

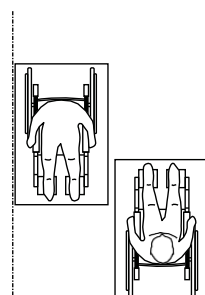
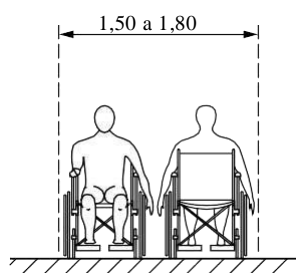
Dimensões em metros



b) Uma pessoa em cadeira de rodas – Vistas frontal e superior



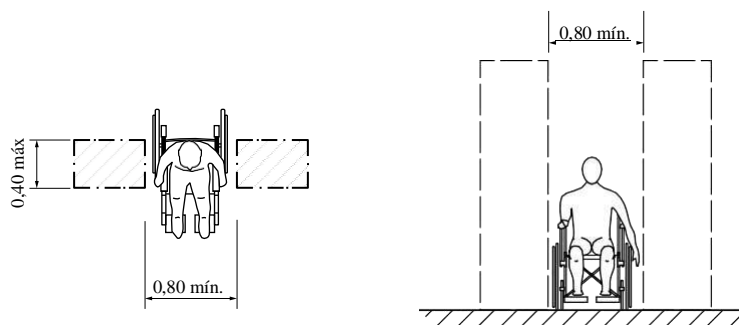
c) Um pedestre e uma pessoa em cadeira de rodas – Vistas frontal e superior



Duas pessoas em cadeira de rodas – Vistas frontal e superior

Figura 4 – Largura para deslocamento em linha reta

Dimensões em metros

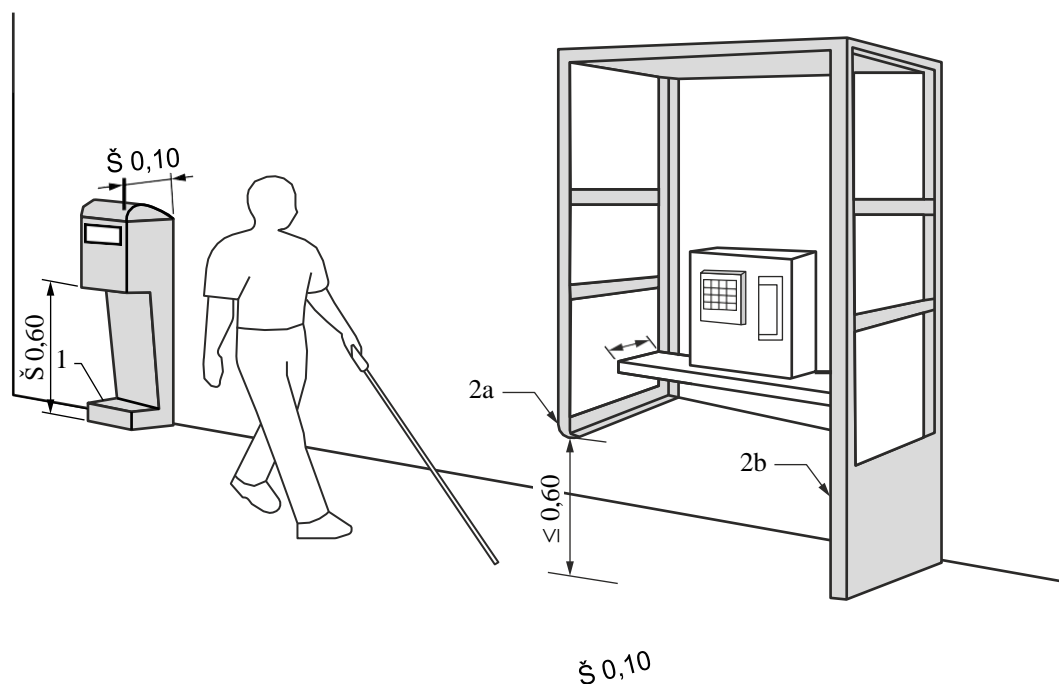


Vista superior

b) Vista frontal

**Figura 5 – Transposição de obstáculos isolados**

Dimensões em metros



### Legenda

1 borda ou saliência detectável com bengala longa, instalada na projeção de um mobiliário suspenso, desde que não seja necessária a aproximação de pessoas em cadeiras de rodas

2a instalada suspensa, a menos de 0,60 m acima

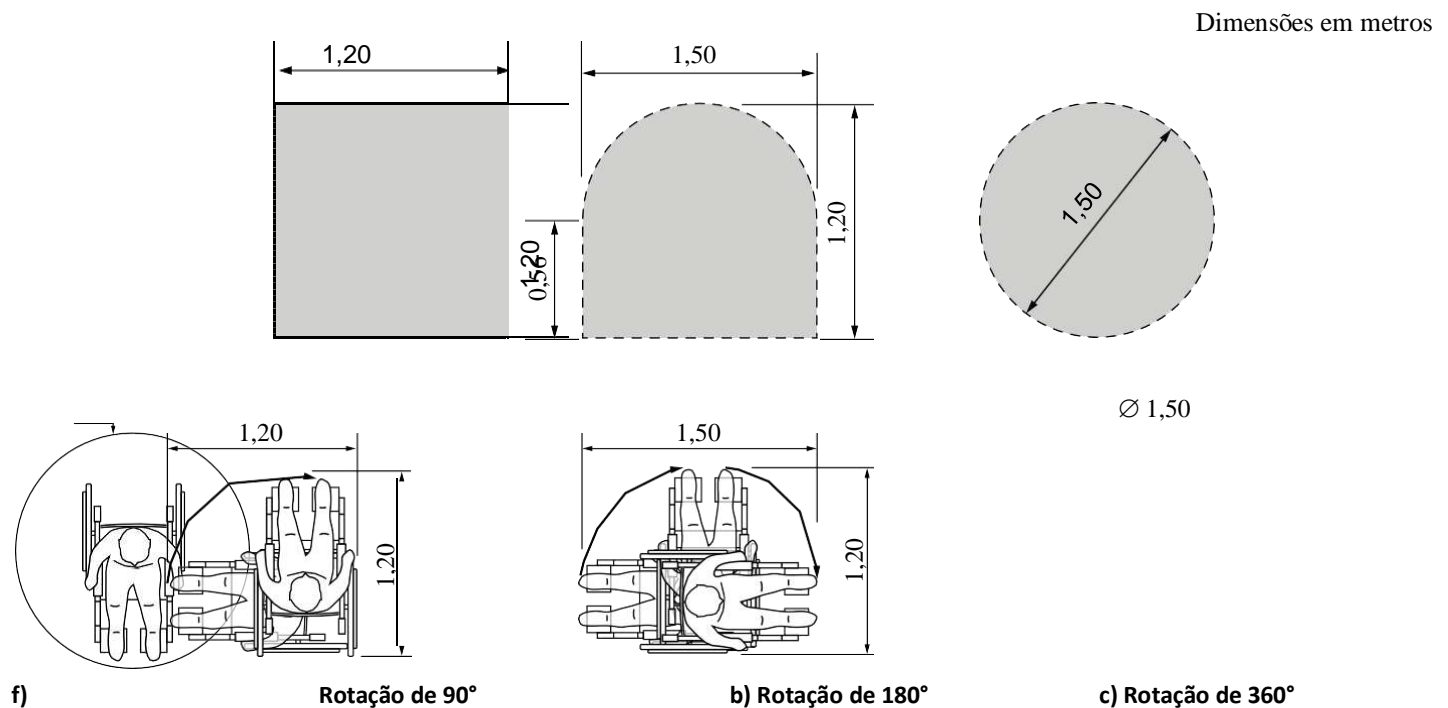
do piso ou 2b proteção lateral instalada desde o piso

**Figura 6 – Mobiliários na rota acessível**

### Área para manobra de cadeiras de rodas sem deslocamento

As medidas necessárias para a manobra de cadeira de rodas sem deslocamento, conforme a Figura 7, são:

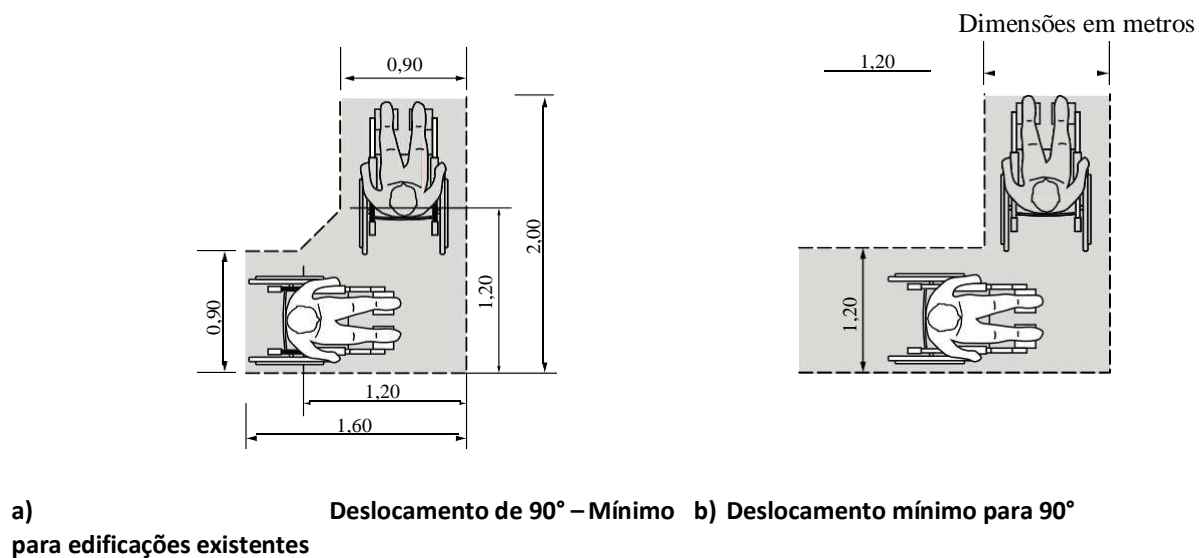
- a) para rotação de  $90^\circ = 1,20 \text{ m} \times 1,20 \text{ m}$ ;
- b) para rotação de  $180^\circ = 1,50 \text{ m} \times 1,20 \text{ m}$ ;
- c) para rotação de  $360^\circ = \text{círculo com diâmetro de } 1,50 \text{ m}$ .



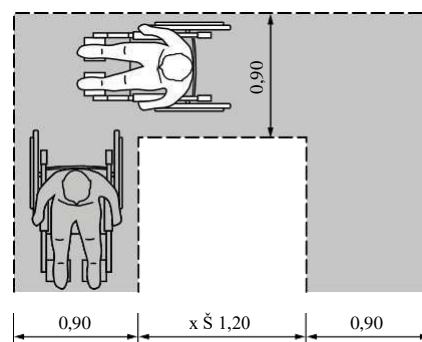
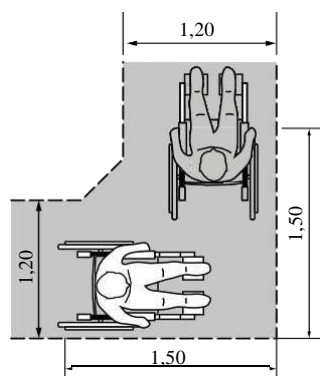
**Figura 7 – Área para manobra de cadeira de rodas sem deslocamento**

### Manobra de cadeiras de rodas com deslocamento

A Figura 8 exemplifica condições para manobra de cadeiras de rodas com deslocamento.

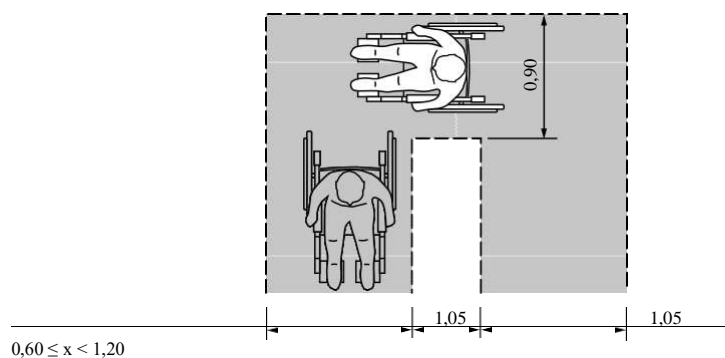


Dimensões em metros

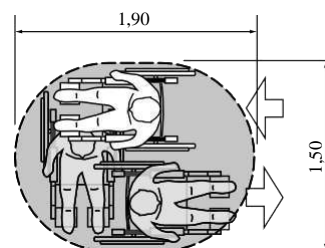


c) Deslocamento recomendável para 90°

d) Deslocamento consecutivo de 90° com percurso intermediário – Caso 1



e) Deslocamento consecutivo de 90° com percurso intermediário – Caso 2



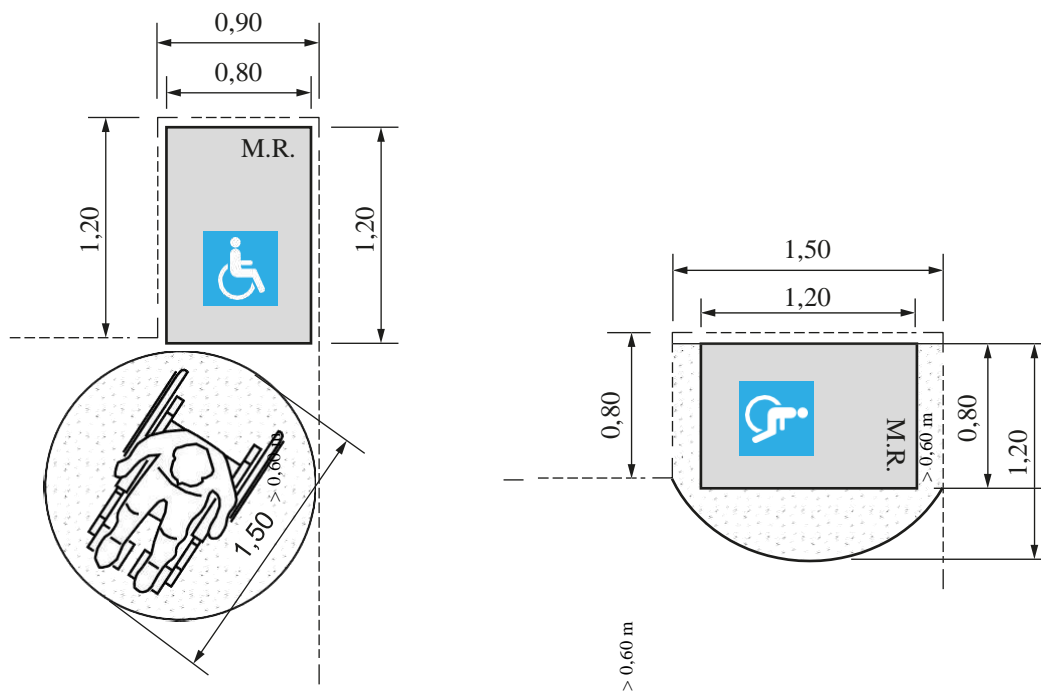
f) Deslocamento de 180°

**Figura 8 – Área para manobra de cadeiras de rodas com deslocamento****Posicionamento de cadeiras de rodas em espaços confinados**

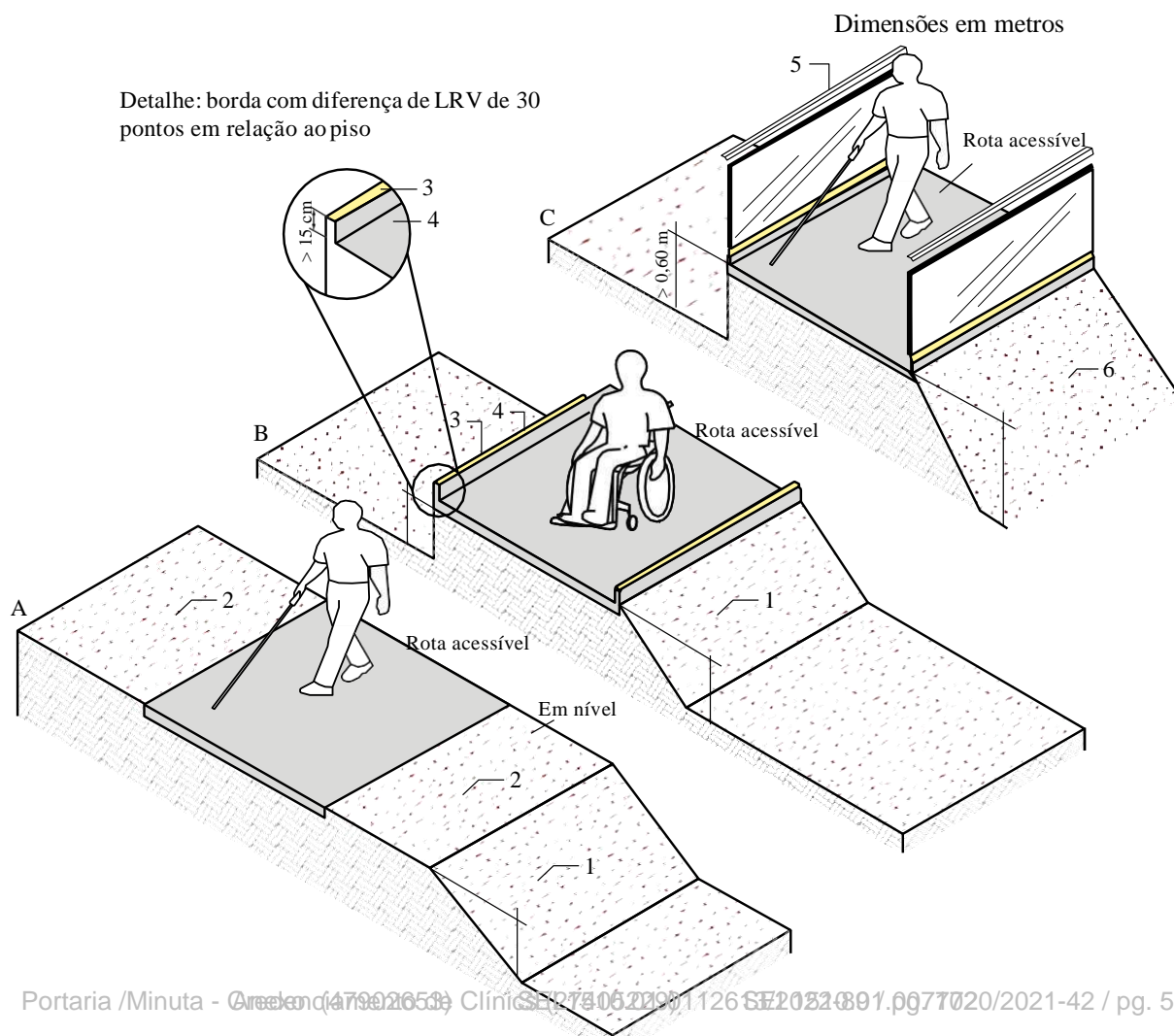
A Figura 9 exemplifica condições para posicionamento de cadeiras de rodas em nichos ou espaços confinados.



Dimensões em metros



**Figura 9 – Espaços para cadeira de rodas em áreas confinadas**



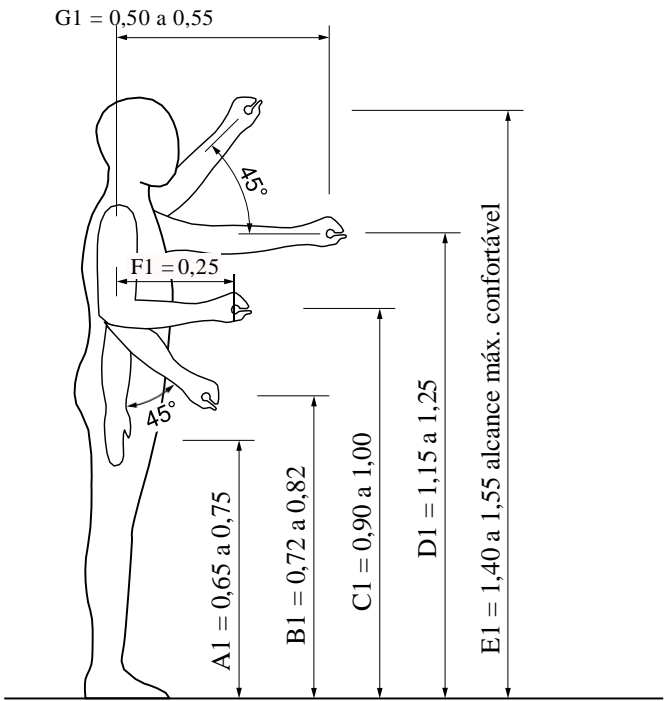
> 0,60 m

Legenda

- 1 desnível igual ou inferior a 0,60 m e inclinação igual ou superior a 1:2
- 2 lateral em nível com pelo menos 0,60 m de largura
- 3 contraste visual medido através do LRV (valor da luz refletida) de no mínimo 30 pontos em relação ao piso
- 4 proteção lateral – com no mínimo 0,15 m de altura e superfície de topo com contraste visual, conforme Seção 5
- 5 proteção lateral – com guarda-corpo
- 6 desnível superior a 0,60 m e inclinação igual ou superior a 1:2

Figura 10 – Exemplos de proteção contra queda

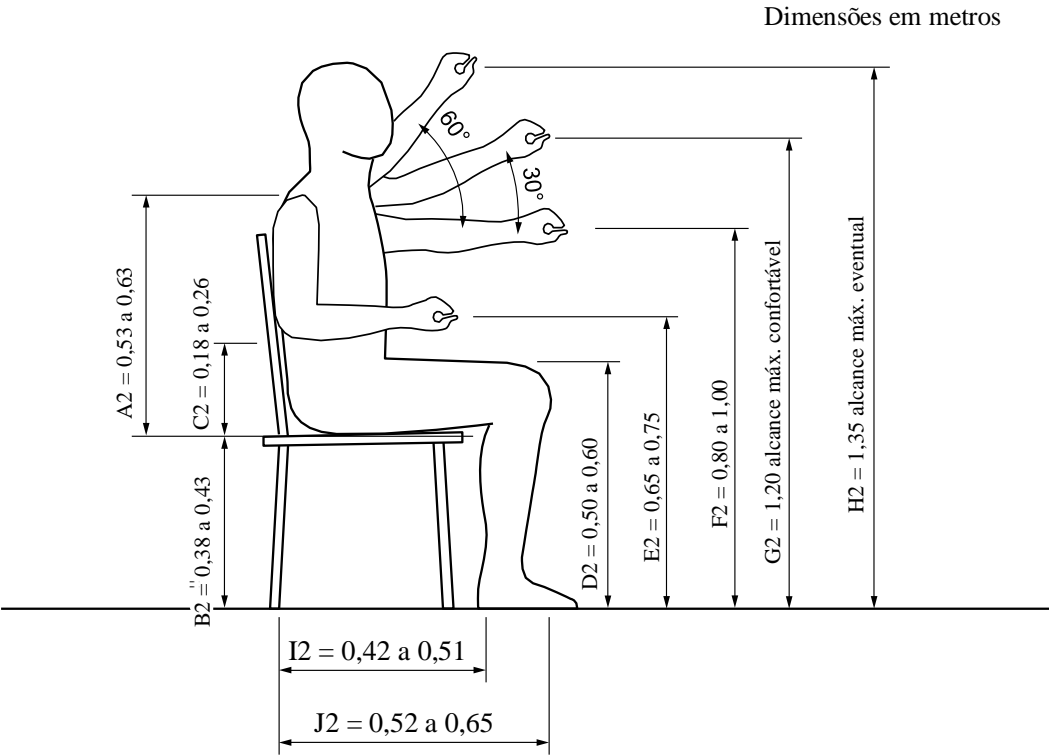
Dimensões em metros



Legenda

- A1 altura do centro da mão estendida ao longo do eixo longitudinal do corpo
- B1 altura do piso até o centro da mão, com o antebraço formando ângulo de 45° com o tronco
- C1 altura do centro da mão, com o antebraço em ângulo de 90° com o tronco
- D1 altura do centro da mão, com o braço estendido paralelamente ao piso
- E1 altura do centro da mão, com o braço estendido formando 45° com o piso = alcance máximo confortável
- F1 comprimento do antebraço (do centro do cotovelo ao centro da mão)
- G1 comprimento do braço na horizontal, do ombro ao centro da mão

Figura 11 – Alcance manual frontal – Pessoa em pé

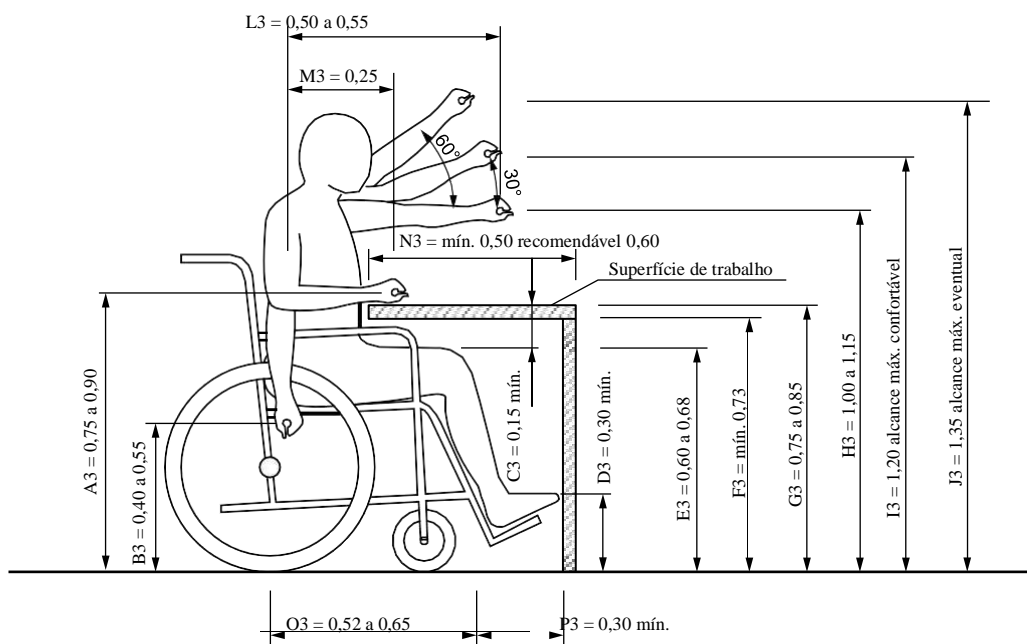


**Legenda**

- A2                    altura do ombro até o assento
- B2                    altura da cavidade posterior do joelho  
(popliteal) até o piso
- C2                    altura do cotovelo até o assento
- D2                    altura dos joelhos até o piso
- E2                    altura do centro da mão, com o antebraço em ângulo  
de 90° com o tronco
- F2                    altura do centro da mão, com o braço estendido  
paralelamente ao piso
- G2                    altura do centro da mão, com o braço estendido formando 30° com o piso = alcance máximo  
confortável
- H2                    altura do centro da mão, com o braço estendido formando 60° com o piso = alcance  
máximo eventual
- I2                    profundidade da nádega à parte posterior do joelho
- J2                    profundidade da nádega à parte anterior do joelho

**Figura 12 – Alcance manual frontal – Pessoa sentada**

Dimensões em metros



### Legenda

- A3 altura do centro da mão, com o antebraço formando 90° com o tronco  
 B3 altura do centro da mão estendida ao longo do eixo longitudinal do corpo  
 C3 altura mínima livre entre a coxa e a parte inferior de objetos e equipamentos  
 D3 altura mínima livre para encaixe dos pés  
 E3 altura do piso até a parte superior da coxa  
 F3 altura mínima livre para encaixe da cadeira de rodas sob o objeto  
 G3 altura das superfícies de trabalho ou mesas  
 H3 altura do centro da mão, com o braço estendido paralelo ao piso  
 I3 altura do centro da mão, com o braço estendido formando 30° com o piso = alcance máximo confortável  
 J3 altura do centro da mão, com o braço estendido formando 60° com o piso = alcance máximo eventual  
 L3 comprimento do braço na horizontal, do ombro ao centro da mão  
 M3 comprimento do antebraço (do centro do cotovelo ao centro da mão)  
 N3 profundidade da superfície de trabalho necessária para aproximação total  
 O3 profundidade da nádega à parte superior do joelho  
 P3 profundidade mínima necessária para encaixe dos pés

**Figura 13 – Alcance manual frontal com superfície de trabalho – Pessoa em cadeira de rodas**

Dimensões em metros

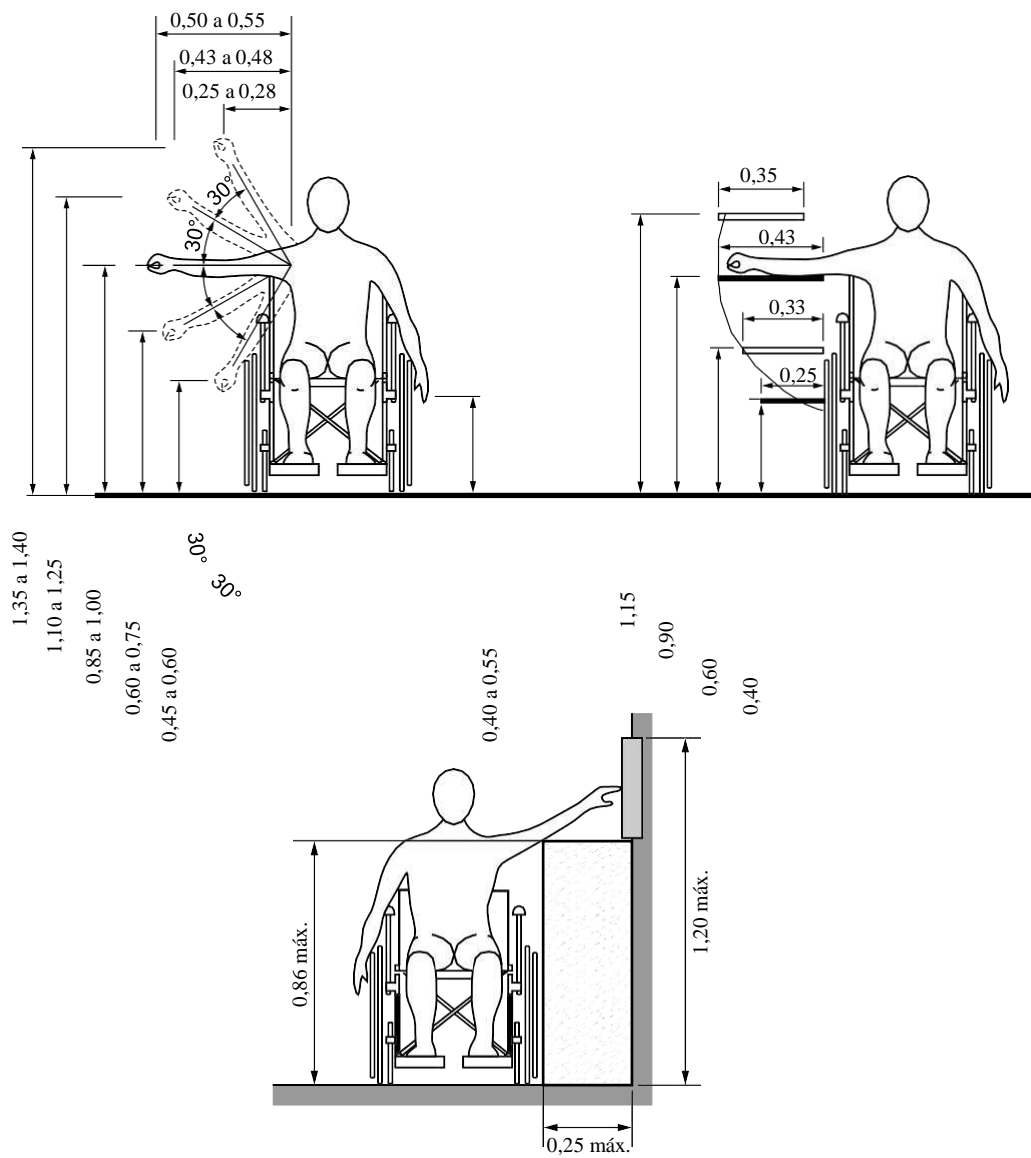
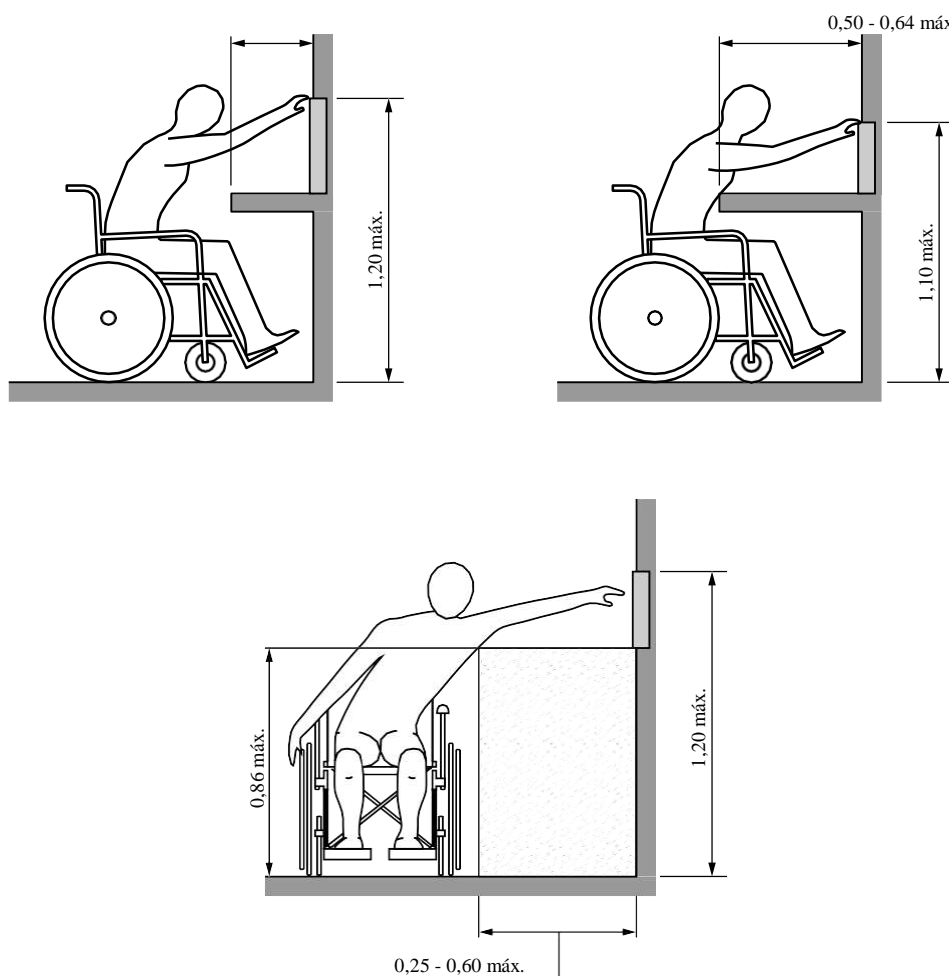


Figura 14 – Alcance manual lateral sem deslocamento do tronco

0,50 máx.

Dimensões em metros



**Figura 15 – Alcance manual lateral e frontal com deslocamento do tronco**

### Superfície de trabalho

A superfície de trabalho acessível é um plano horizontal ou inclinado para desenvolvimento de tarefas manuais ou leitura.

A Figura 16-a) apresenta, na vista horizontal, as áreas de alcance em superfícies de trabalho, conforme o seguinte:

- a)  $A1 \times A2 = 1,50 \text{ m} \times 0,50 \text{ m}$  = alcance máximo para atividades eventuais;
- b)  $B1 \times B2 = 1,00 \text{ m} \times 0,40 \text{ m}$  = alcance para atividades sem necessidade de precisão;
- c)  $C1 \times C2 = 0,35 \text{ m} \times 0,25 \text{ m}$  = alcance para atividades por tempo prolongado.

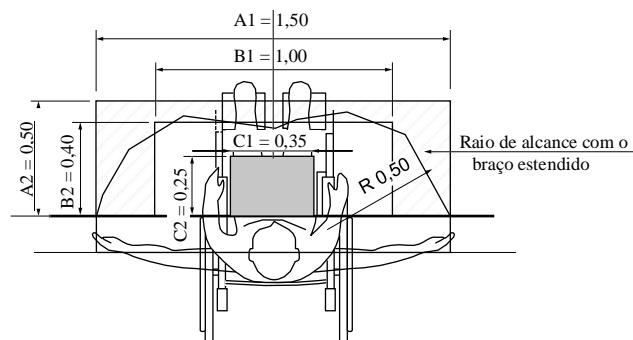
As áreas de alcance em superfícies de trabalho, em vista lateral, devem atender à Figura 16-b) e ao seguinte:

- a) altura livre de no mínimo 0,73 m entre o piso e a superfície inferior;
- b) altura entre 0,75 m a 0,85 m entre o piso e a sua superfície superior;
- c) profundidade inferior livre mínima de 0,50 m para garantir a aproximação da pessoa em cadeira

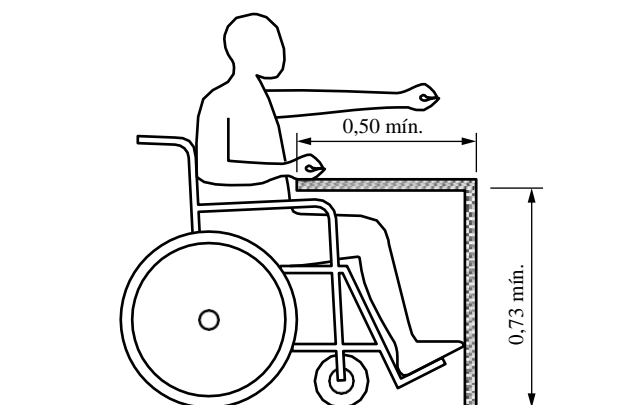
de rodas.

A superfície de trabalho deve possibilitar o apoio dos cotovelos, no plano frontal com um ângulo entre 15° e 20° de abertura do braço em relação ao tronco, e no plano lateral com 25° em relação ao tronco, conforme Figura 16-c).

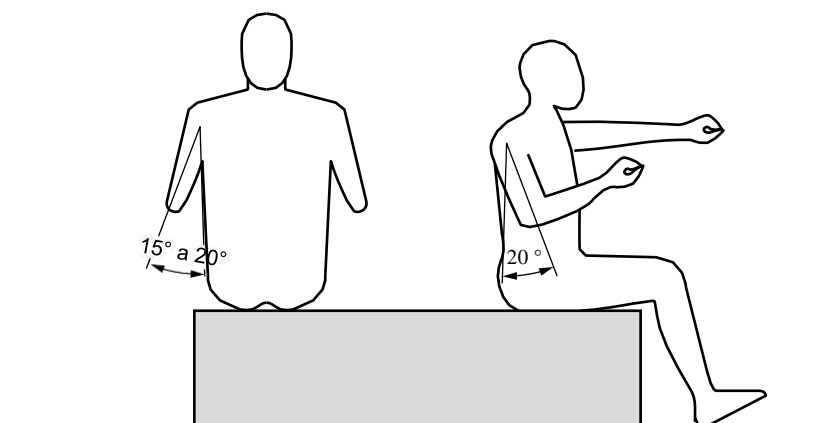
Dimensões em metros



a) Vista horizontal



b) Vista lateral



Ângulos ideais para apoio do braço

**Figura 16 – Superfície de trabalho**



Ângulos para execução de forças de tração e compressão

As Figuras 17 e 18 mostram ângulos e dimensões para execução adequada de forças de tração e compressão.

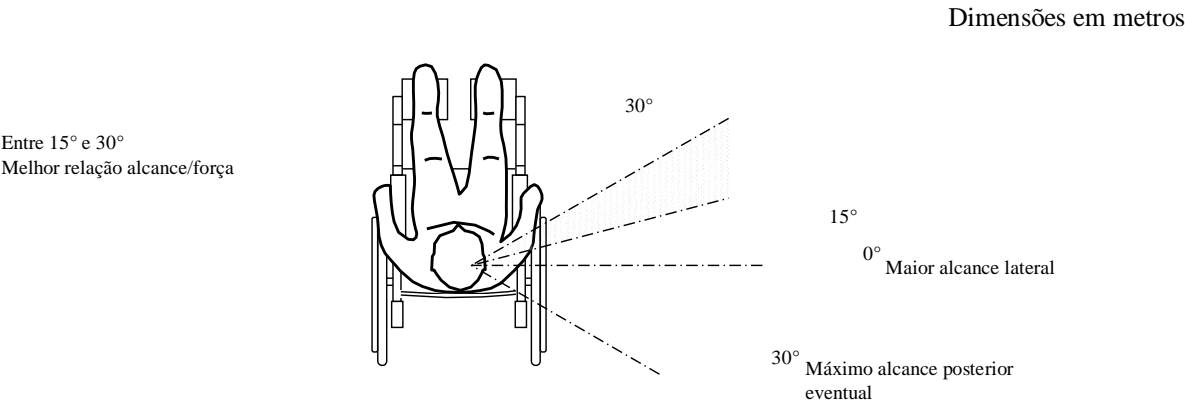


Figura 17 – Ângulos para execução de forças de tração e compressão – Plano horizontal

Dimensões em metros

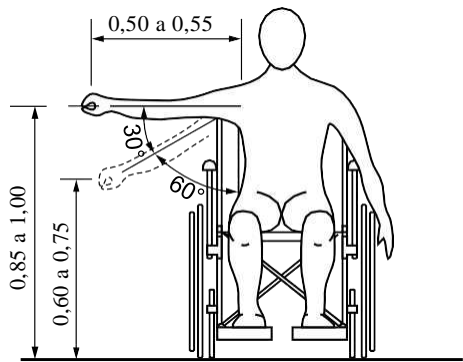
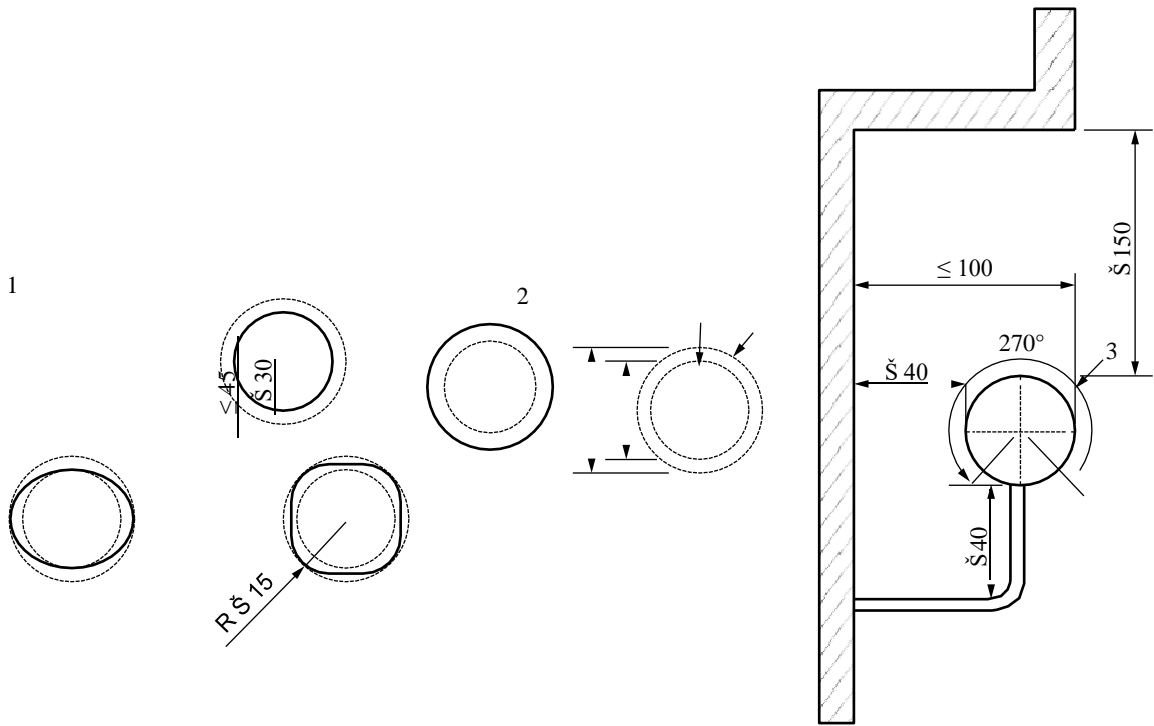


Figura 18 – Ângulos para execução de forças de tração e compressão – Plano lateral

Dimensões em milímetros



Legenda

- 1 medida da menor seção do corrimão
- 2 medida da maior seção do corrimão
- 3 arco da seção do corrimão

Figura 19 – Empunhadura e seção do corrimão

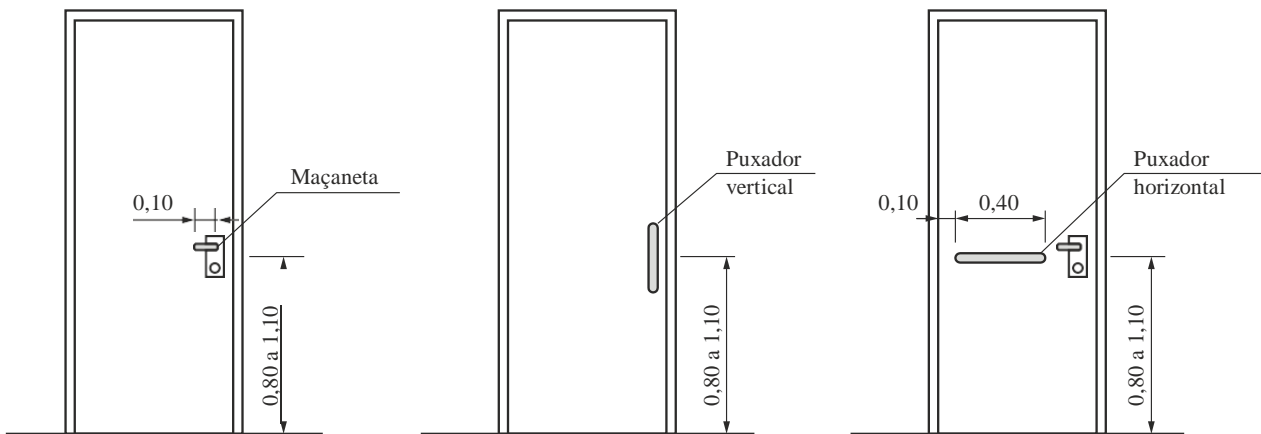


Figura 20 – Maçanetas e puxadores – Exemplos

Dimensões em centímetros

Sentido de acionamento

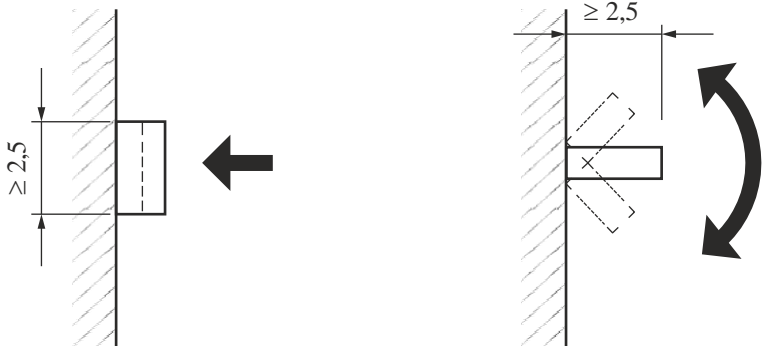


Figura 21 – Controles – Vista lateral

Dimensões em metros

Interruptor	Campainha e acionador manual (alarme)	Tomada	Interfone, telefone e atendimento automático	Quadro de luz	Comando de aquecedor	Registro de pressão	Comando de janela	Maçaneta de porta	Dispositivo de inserção e retirada de produtos	Comando de precisão
									2,20 m	
									2,10 m	
									2,00 m	
									1,80 m	
									1,60 m	
									1,40 m	
									0,00 m	

Figura 22 – Altura para comandos e controles

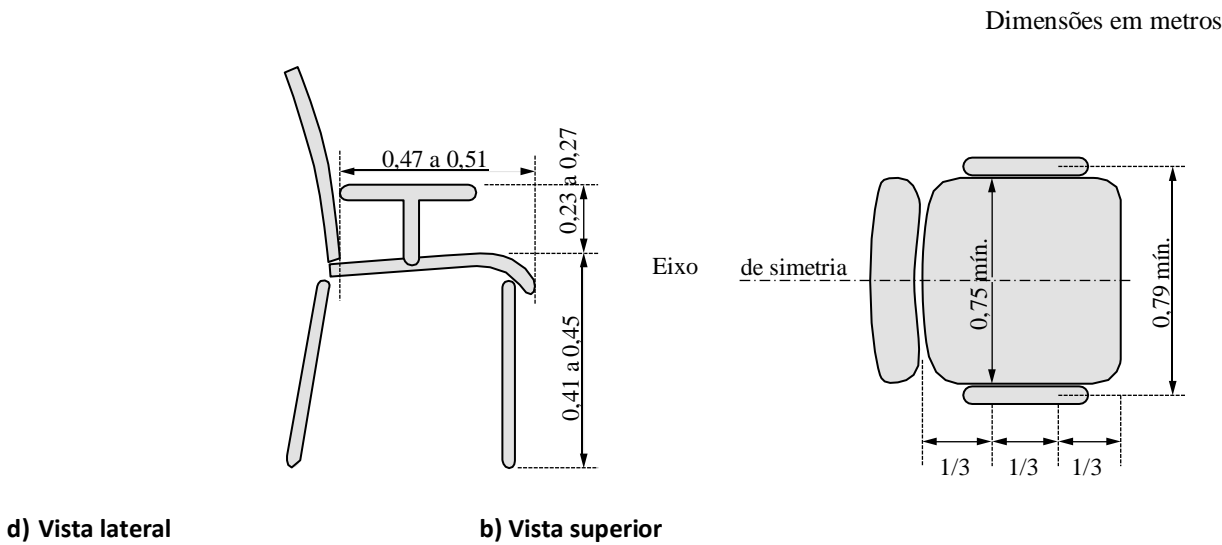
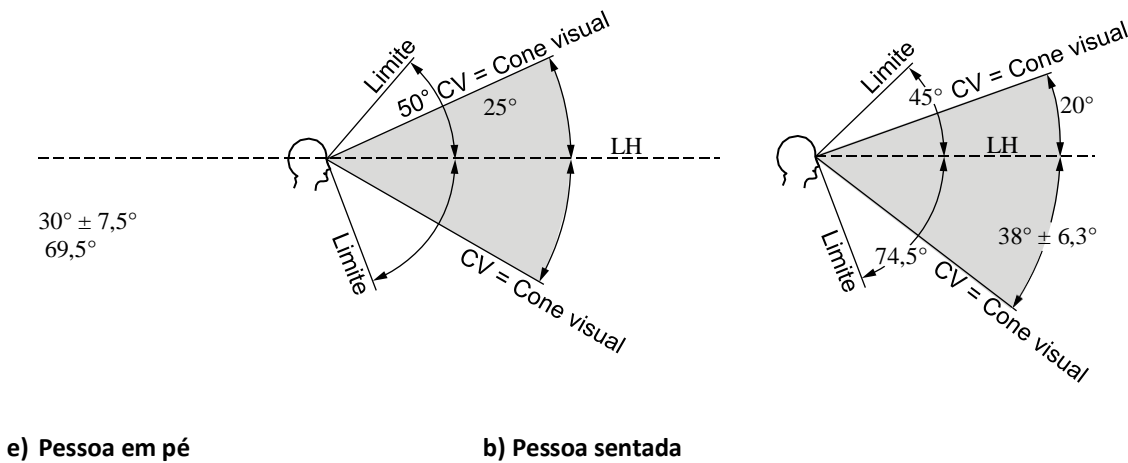


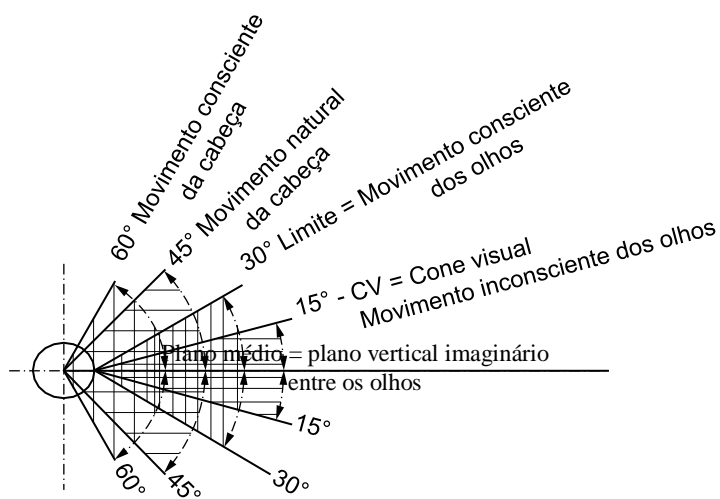
Figura 23 – Dimensões para assentos de pessoas obesas



Legenda

- LH                      linha do horizonte visual, relacionada com a altura dos olhos
- CV                      cone visual correspondente à área de visão apenas com o movimento inconsciente dos olhos

Figura 24 – Ângulo visual – Plano vertical



**Figura 25 – Ângulo visual – Plano horizontal**

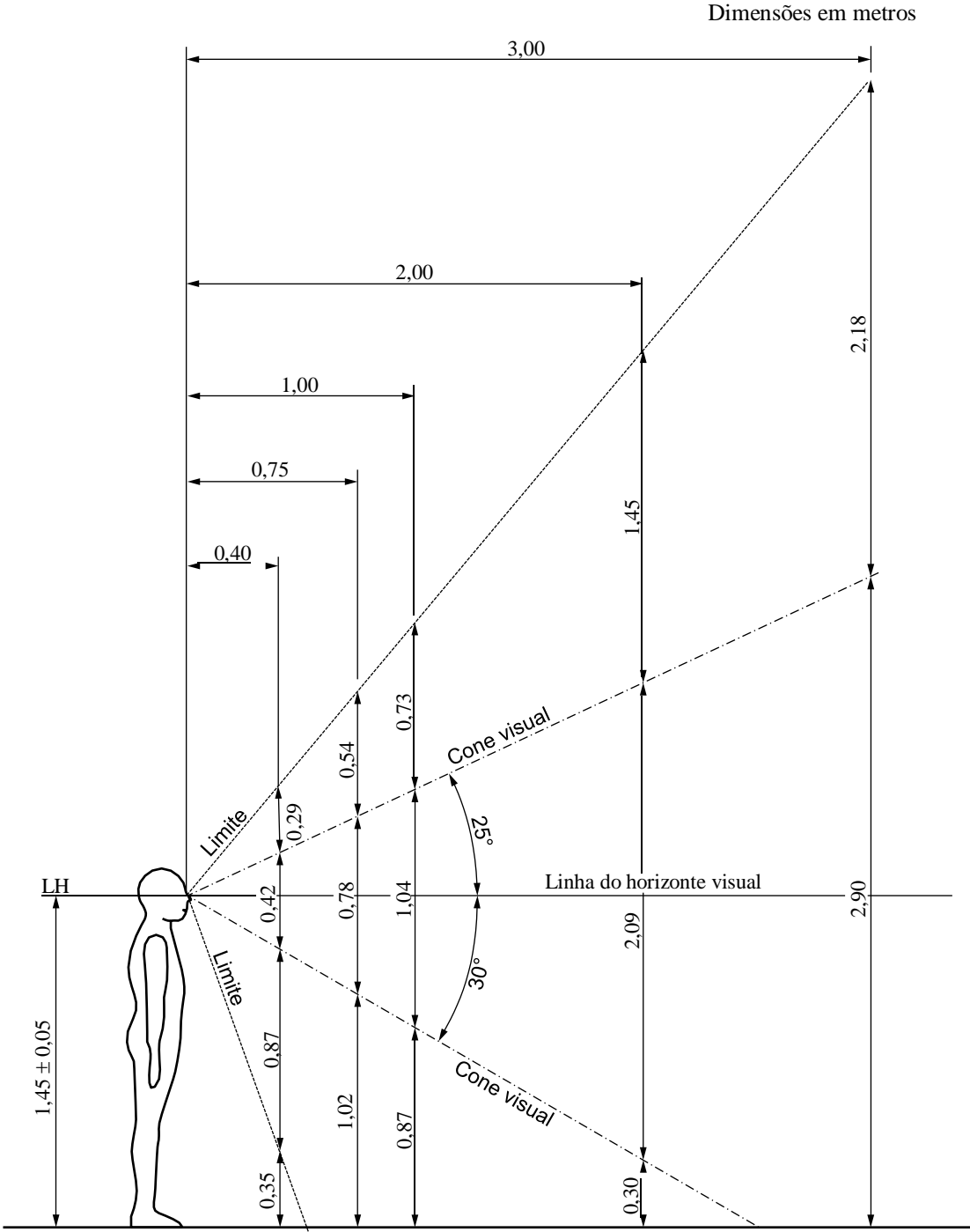
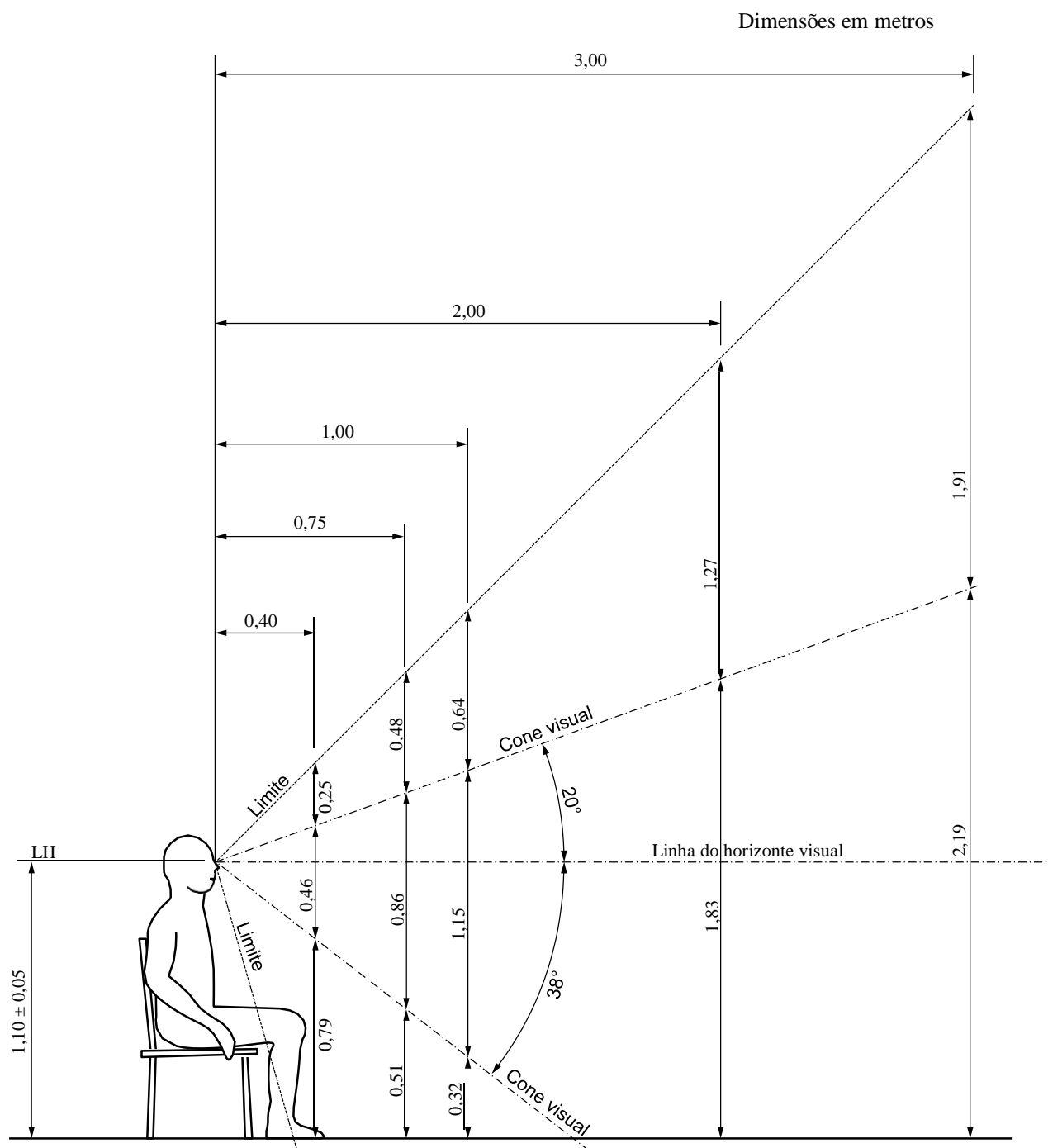


Figura 26 – Cones visuais da pessoa em pé – Exemplo



**Figura 27 – Cones visuais da pessoa sentada – Exemplo**

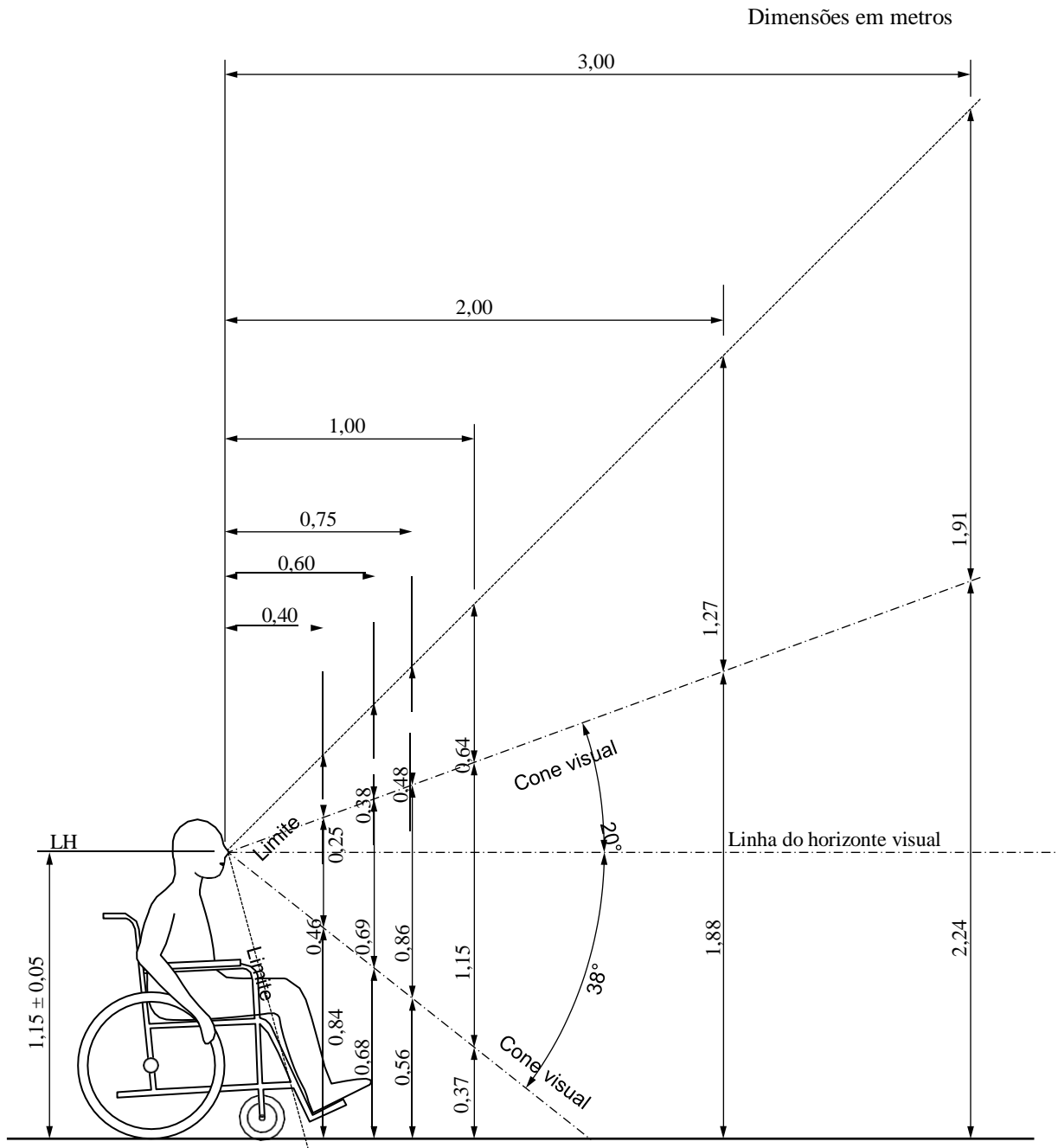
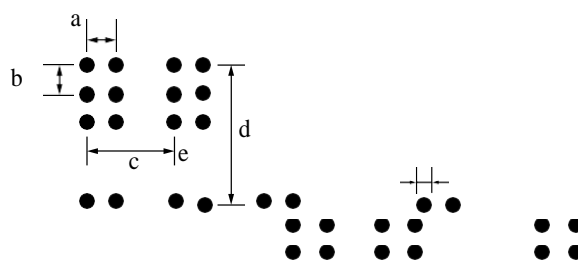


Figura 28 – Cones visuais da pessoa em cadeira de rodas – Exemplo

Dimensões em milímetros





a	b	c	d	Diâmetro do ponto e = D	Altura do ponto H
2,7	2,7	6,6	10,8	de 1,2 a 2,0	de 0,6 a 0,8

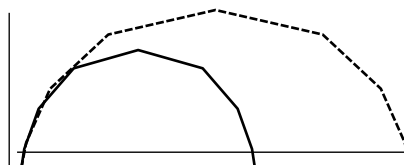
\* D significa diâmetro.

**Figura 29 – Arranjo geométrico dos pontos em Braille**

Dimensões em milímetros

Formato esférico ou abobadado

H altura do ponto de 0,6 a 0,8 mm



D diâmetro da base 1,2 mm a 2 mm

**Figura 30 – Formato do relevo do ponto em Braille**

A proporção  $P$  é a relação entre o diâmetro e a altura do ponto, conforme a equação abaixo:

$$P = \frac{D}{H}$$

onde

$P$  é a proporção entre o diâmetro e a altura;

$D$  é o diâmetro, expresso em milímetros (mm);

$H$  é a altura do relevo,

expressa em milímetros (mm). sendo que,

$D$  deve estar entre 1,2 mm e

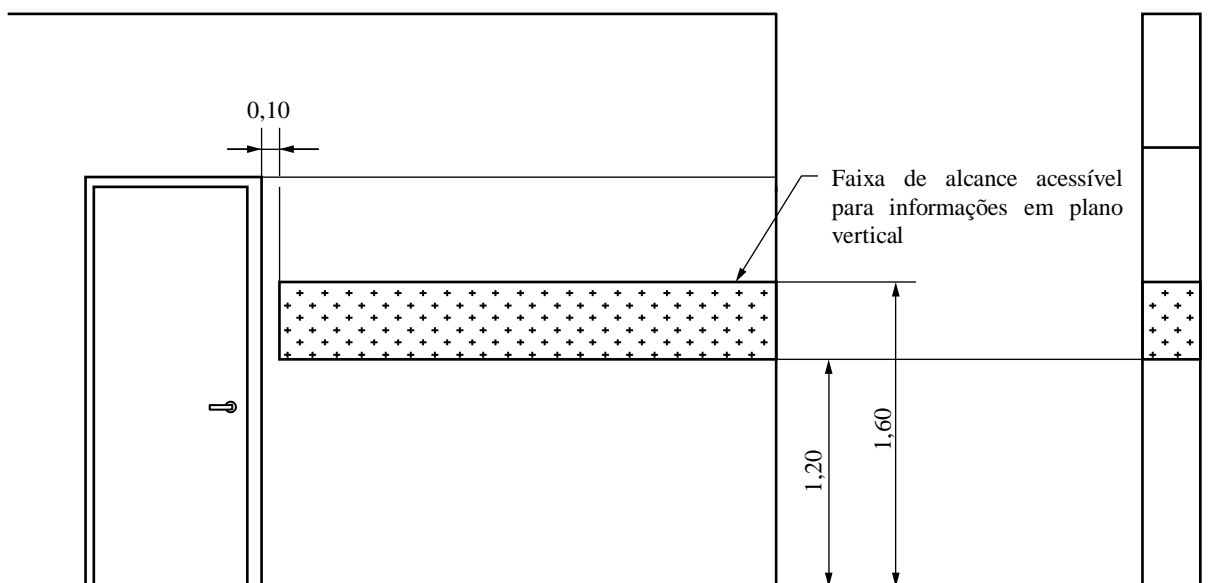
2,0 mm,  $H$  deve estar entre

0,6 mm e 0,8 mm, e  $P$  deve

estar entre 2,0 mm e 2,5

mm.

Dimensões em metros

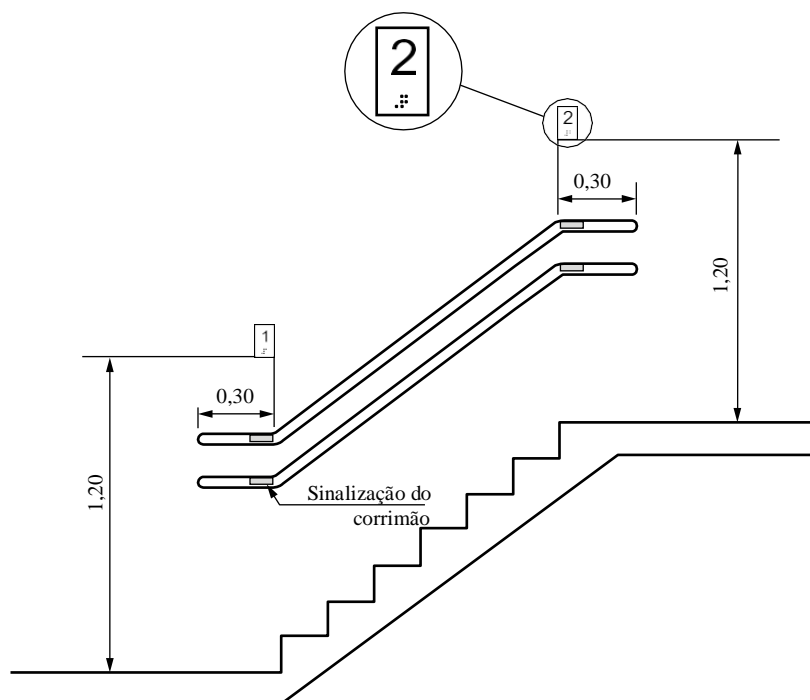


a) Porta

b) Passagem

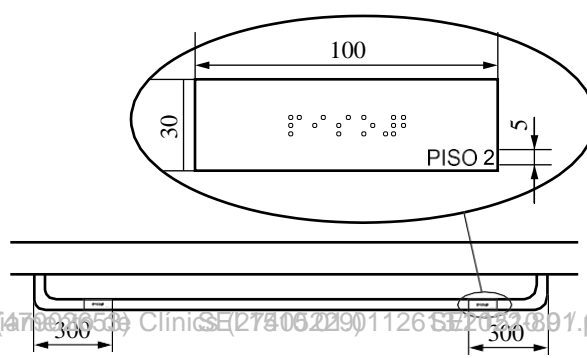
**Figura 59 – Sinalização de portas e passagens – Faixa de alcance acessível**

Dimensões em metros



b) Sinalização de pavimento – Vista lateral

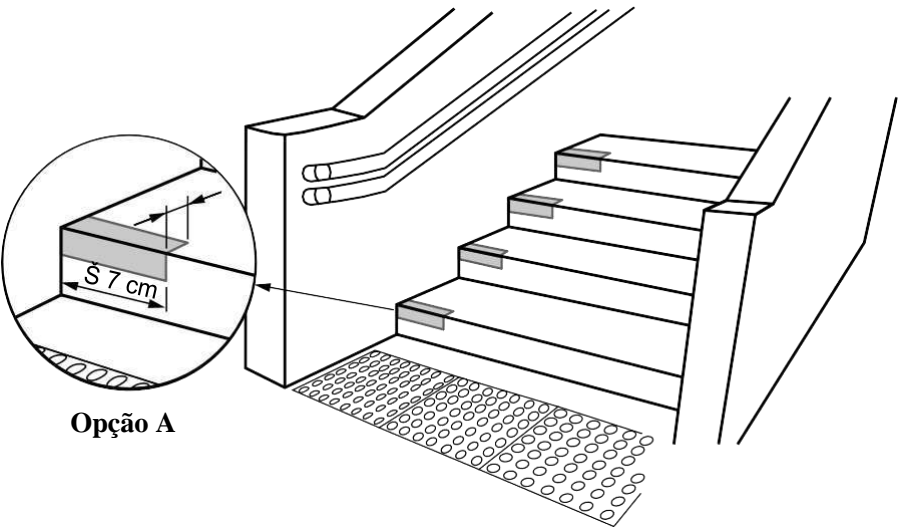
Dimensões em milímetros



Sinalização de corrimão – Vista superior

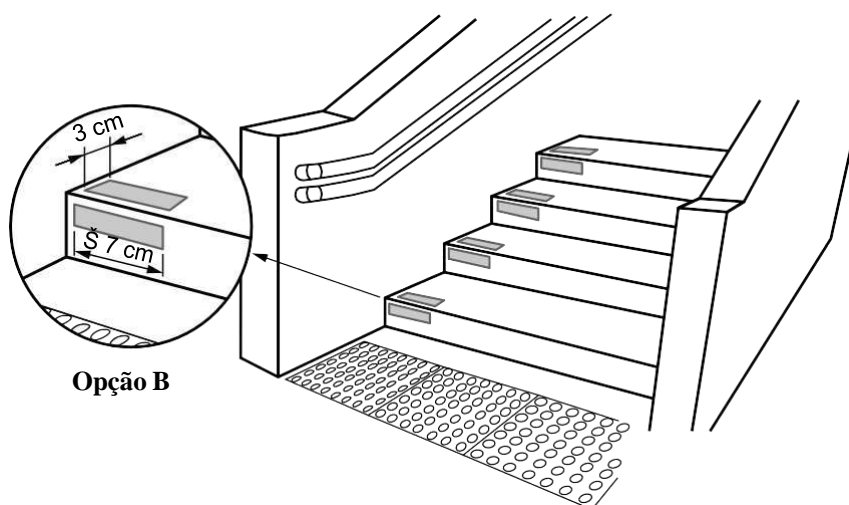
Figura 60 – Sinalização de pavimento e corrimão

Dimensões em centímetros



a) Opção A

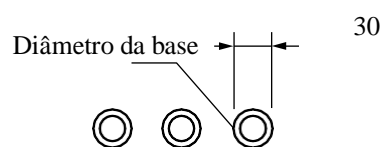
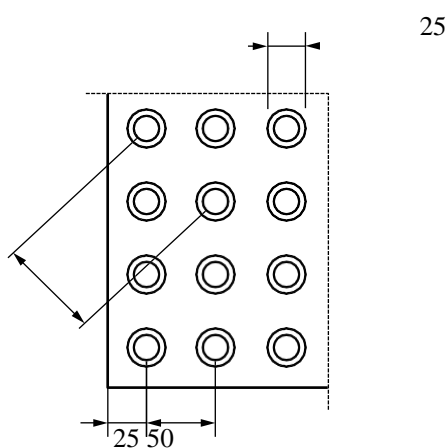
Dimensões em centímetros

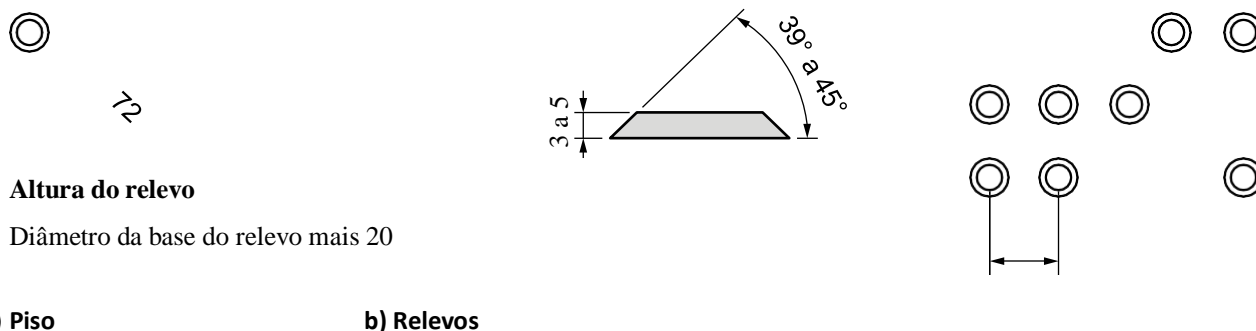


**b) Opção B**

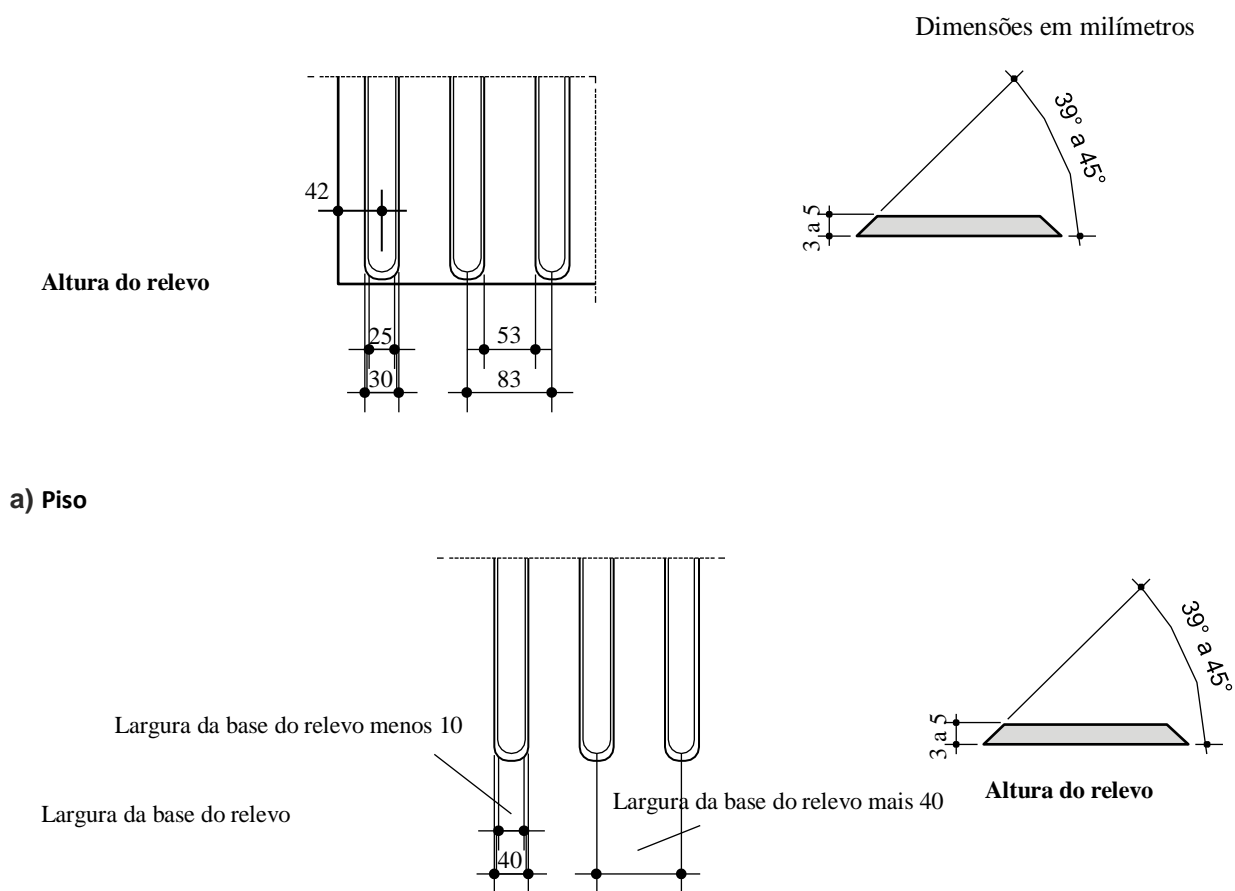
**Figura 61 – Sinalização de degraus**

Dimensões em milímetros





**Figura 62 – Sinalização tátil de alerta e relevos táteis de alerta instalados no piso**



b) Relevos

Figura 63 – Sinalização tátil direcional e relevos táteis direcionais instalados no piso

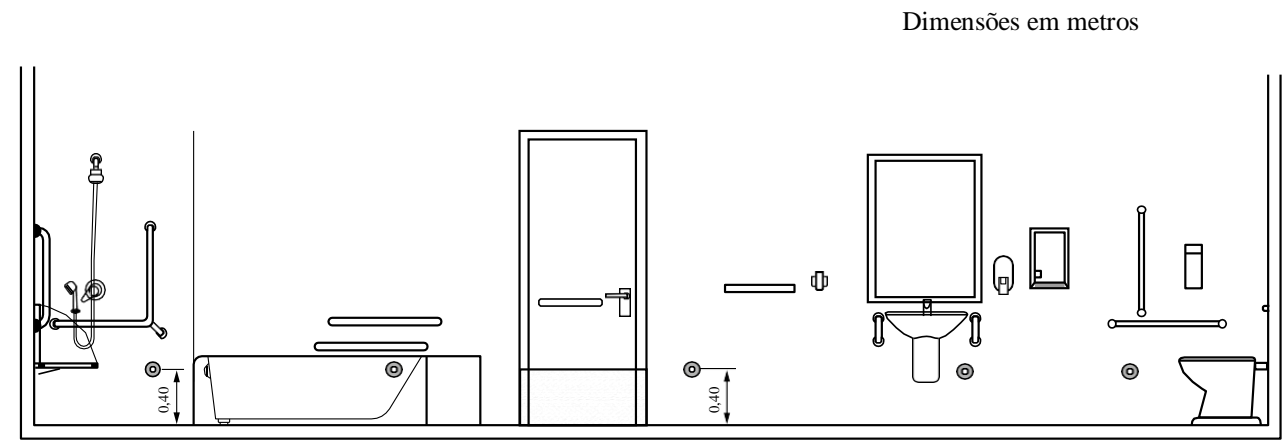


Figura 67 – Possibilidade de posicionamento do dispositivo de alarme no banheiro – Exemplos

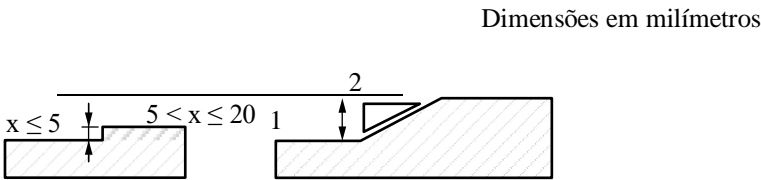
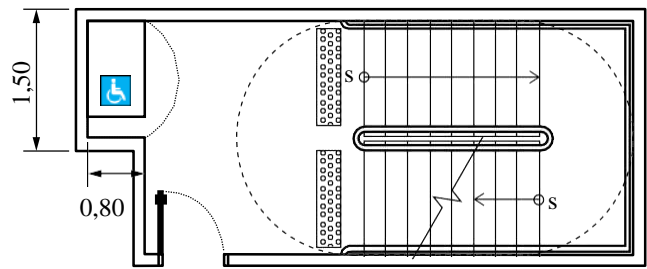
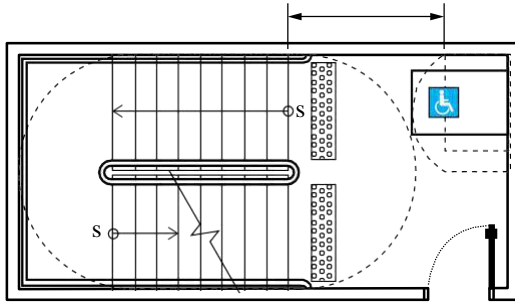


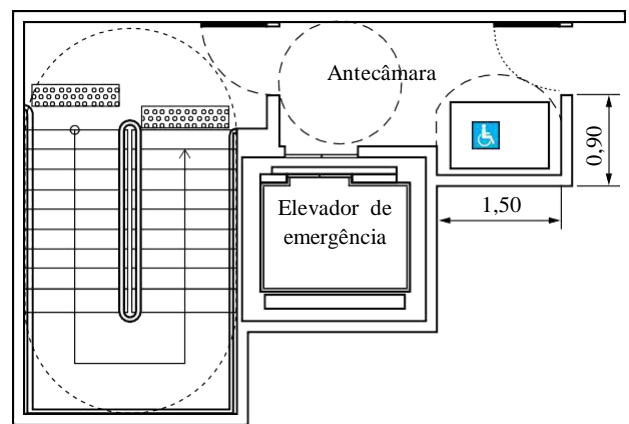
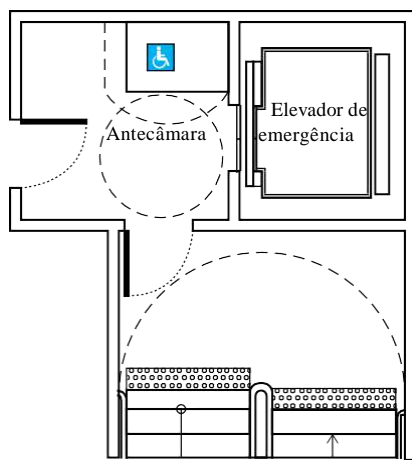
Figura 68 – Tratamento de desníveis

Dimensões em metros

Faixa de circulação



a) Áreas reservadas para cadeiras de rodas junto às escadas – Exemplo b) Áreas reservadas para cadeiras de rodas junto às escadas em espaços confinados – Exemplo



c) Áreas reservadas para cadeiras de rodas nas antecâmaras de elevadores de emergência e nas escadas – Exemplo d) Áreas reservadas para cadeiras de rodas nas antecâmaras para uso comum de elevadores de emergência e escada – Exemplo

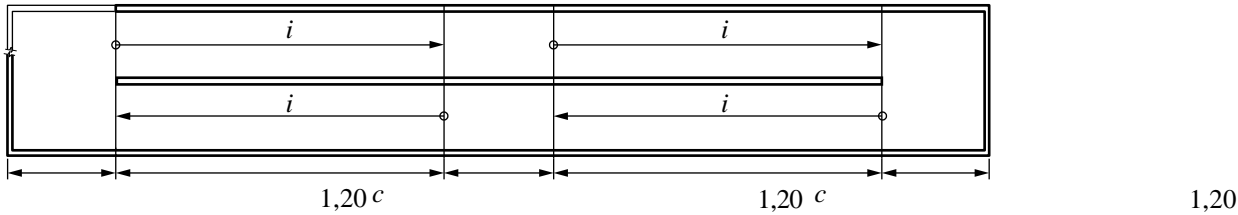
Figura 69 – Área reservada para cadeira de rodas em área de resgate – Exemplos

$$i = \frac{h \times 100}{c}$$

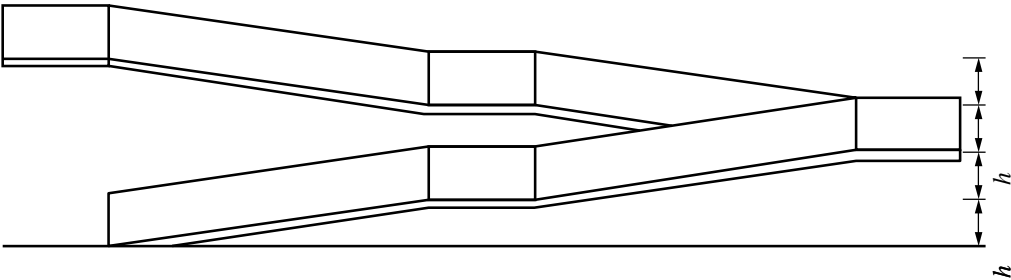
onde

- $i$  é a inclinação, expressa em porcentagem (%);
- $h$  é a altura do desnível;
- $c$  é o comprimento da projeção horizontal.

Dimensões em metros



a) Vista superior



b) Vista lateral

Figura 70 – Dimensionamento de rampas

Dimensões em metros

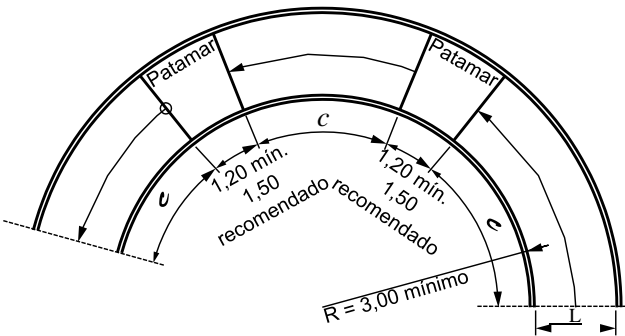
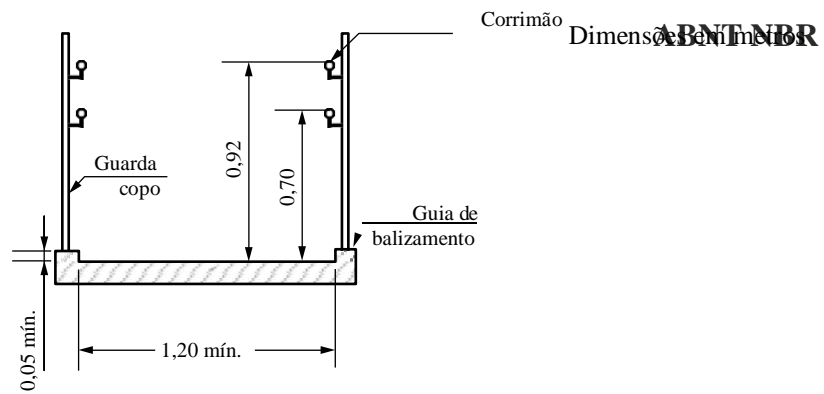
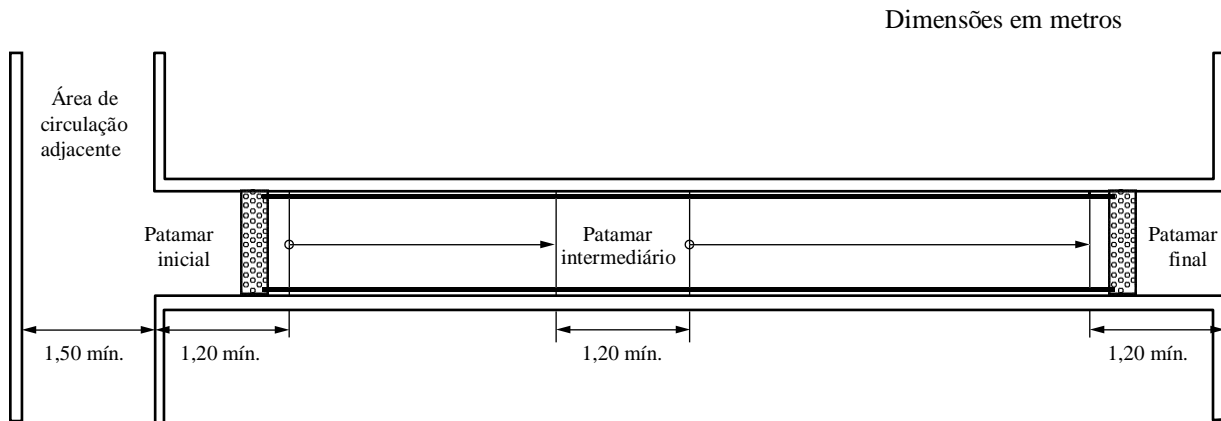


Figura 71 – Rampa em curva – Planta





**Figura 72 – Guia de balizamento**

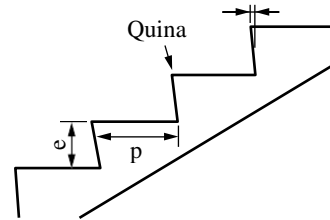
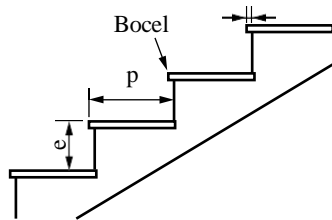


**Figura 73 – Patamares das rampas – Vista superior**

Dimensões em centímetros

Bocel § 1,5 cm

Quina § 1,5 cm



a) Bocel

b) Espelho inclinado

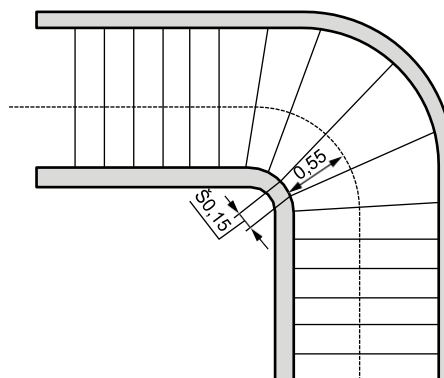
### Legenda

$e$  altura do degrau = espelho  
 $p$  largura do degrau = piso

**Figura 74 – Altura e largura do degrau**

Dimensões em metros

Linha imaginária

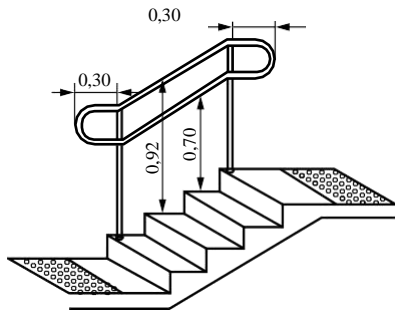


**Figura 75 – Escada com lances curvos – Vista superior**

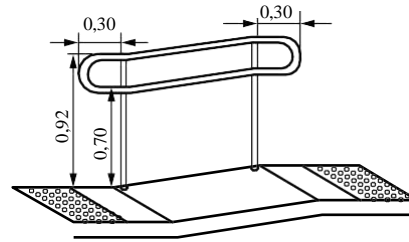
As escadas devem ter no mínimo um patamar a cada 3,20 m de desnível e sempre que houver mudança de direção.

Entre os lances da escada devem ser previstos patamares com dimensão longitudinal mínima de 1,20 m. Os patamares situados em mudanças de direção devem ter dimensões iguais à largura da escada. Quando houver porta nos patamares, sua área de varredura não pode interferir na dimensão mínima do patamar.

Dimensões em metros



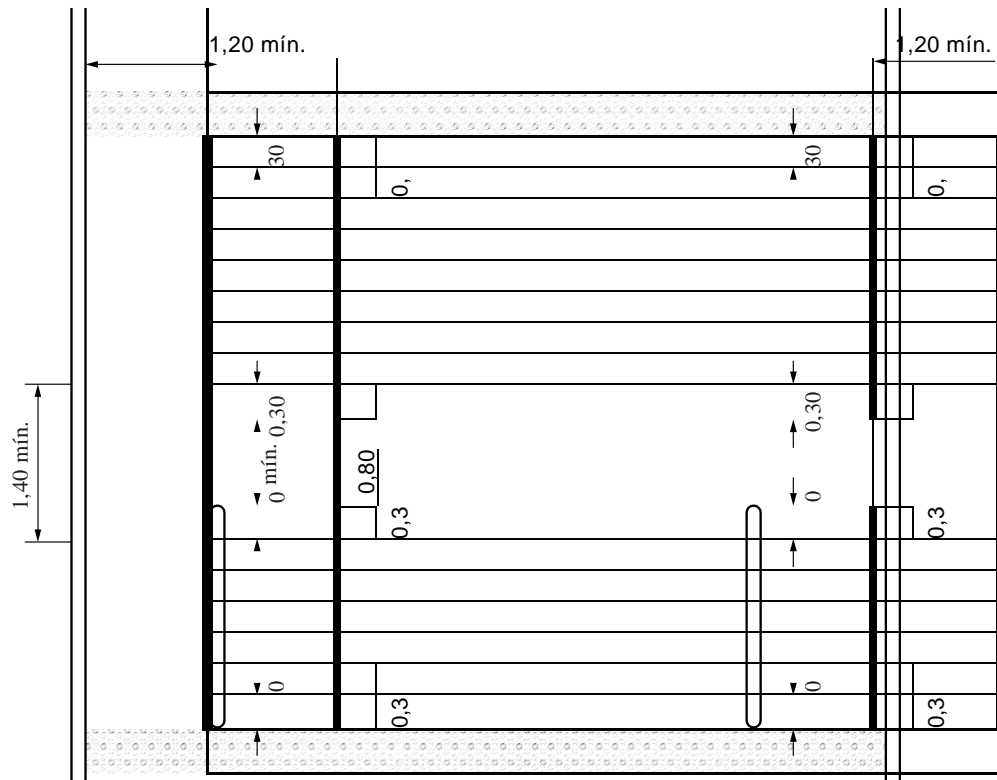
**a) Em escadas**



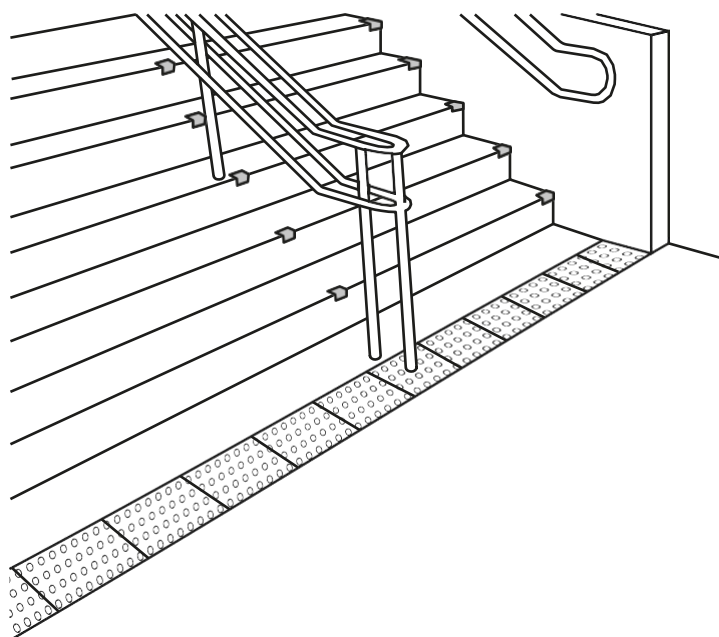
**b) Em rampas**

**Figura 76 – Corrimãos em escada e rampa**

Dimensões em metros



**a) Vista superior**

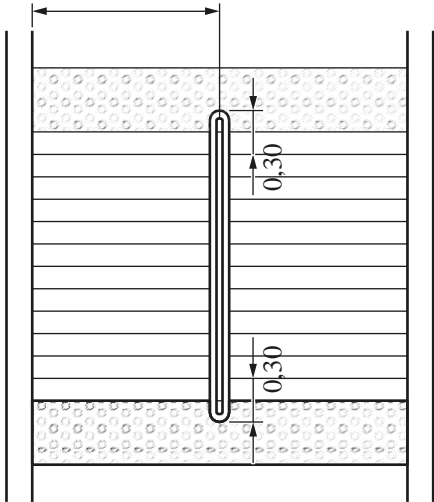


b) Perspectiva

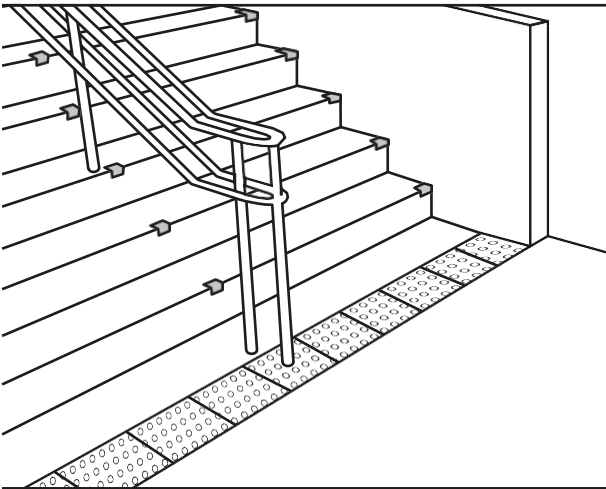
**Figura 77 – Corrimão intermediário interrompido no patamar**

Dimensões em metros

1,20



a) Vista superior



b) Perspectiva

Figura 78 – Corrimão central

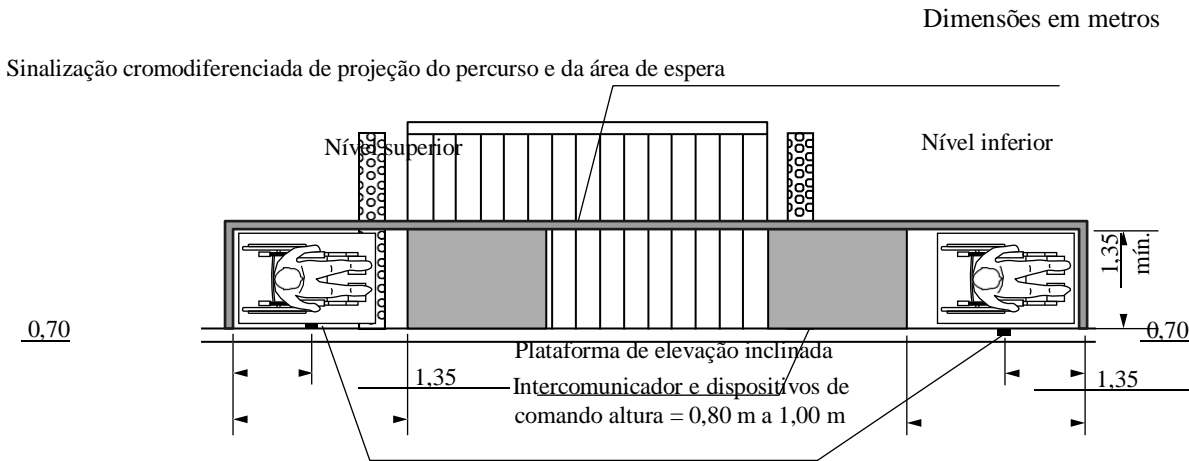


Figura 79 – Sinalização de piso junto à plataforma de elevação inclinada – Vista superior

Dimensões em metros

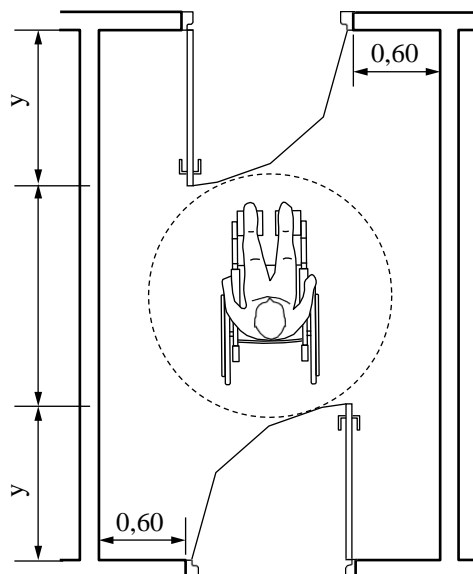


Figura 80 – Espaço para transposição de portas

Dimensões em metros

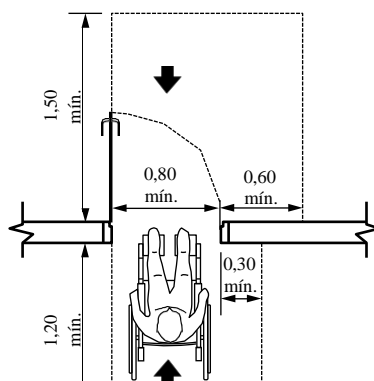


Figura 81 – Deslocamento frontal

Dimensões em metros

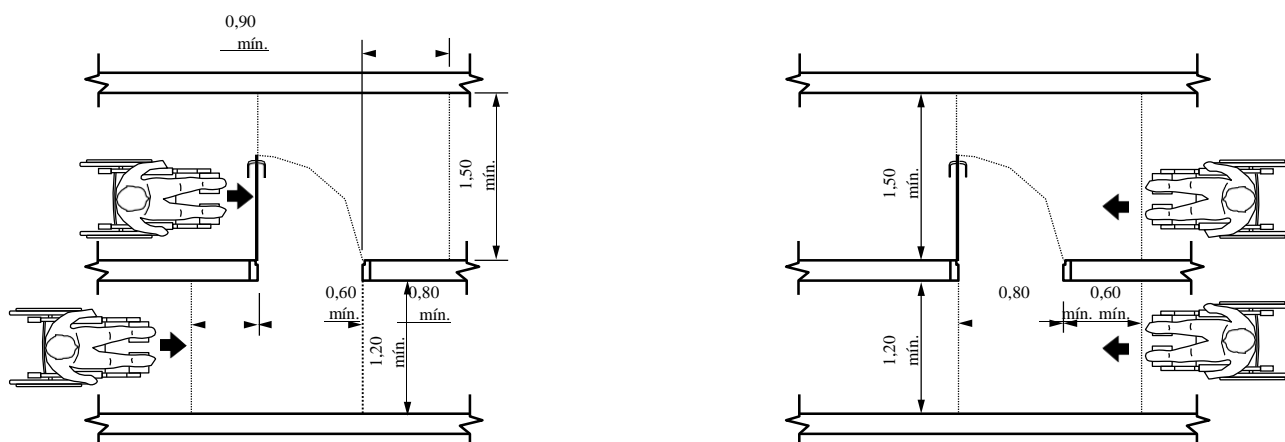


Figura 82 – Deslocamento lateral

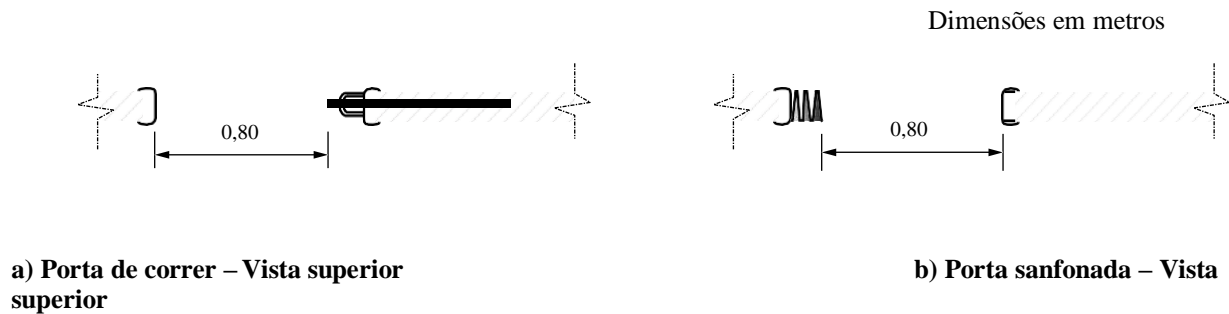


Figura 83 – Vãos de portas de correr e sanfonada

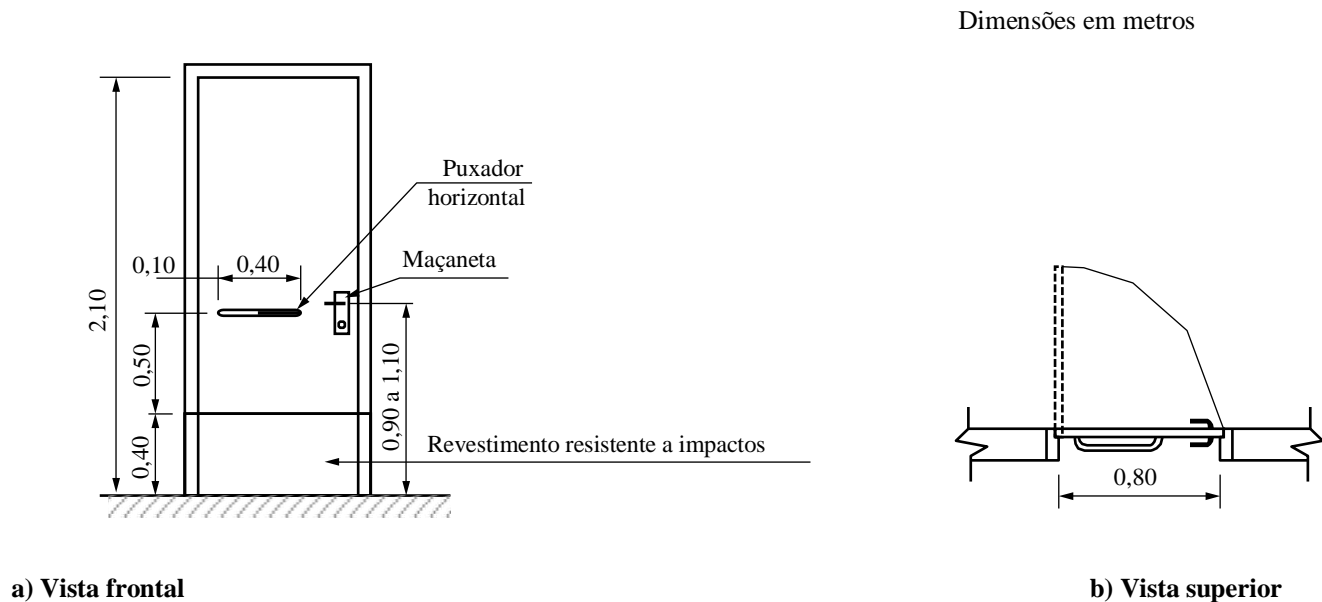


Figura 84 – Portas com revestimento e puxador horizontal



Dimensões em metros

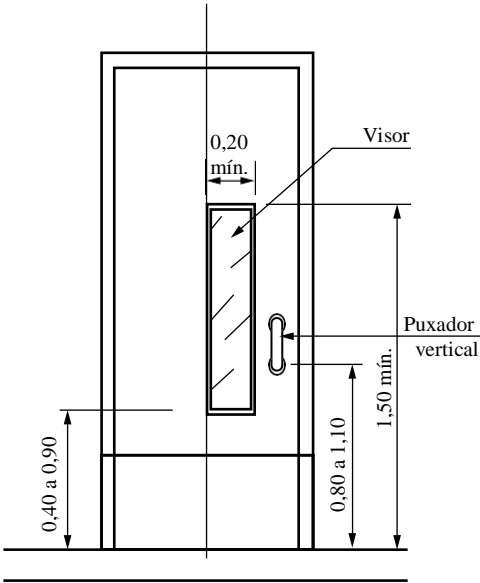
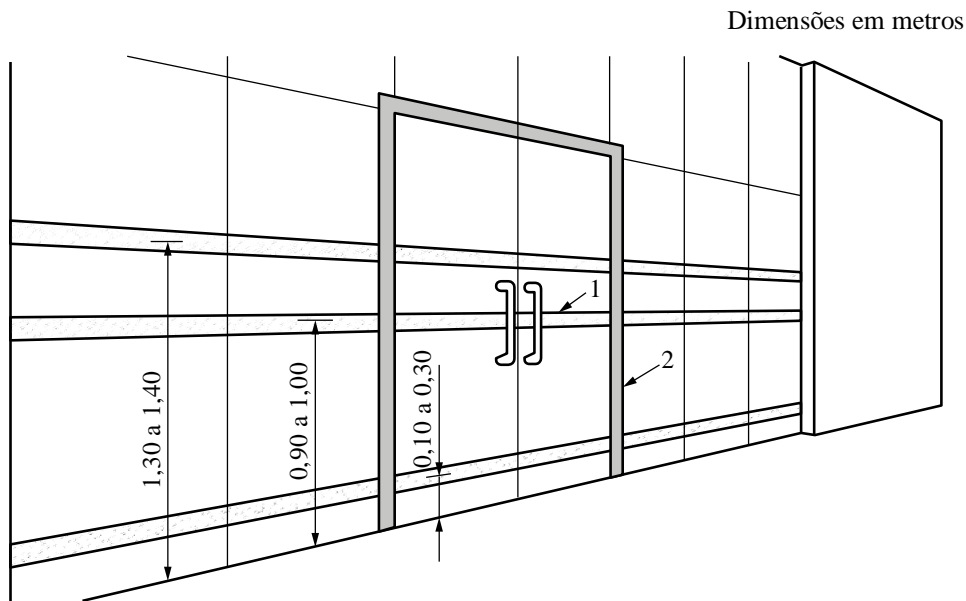


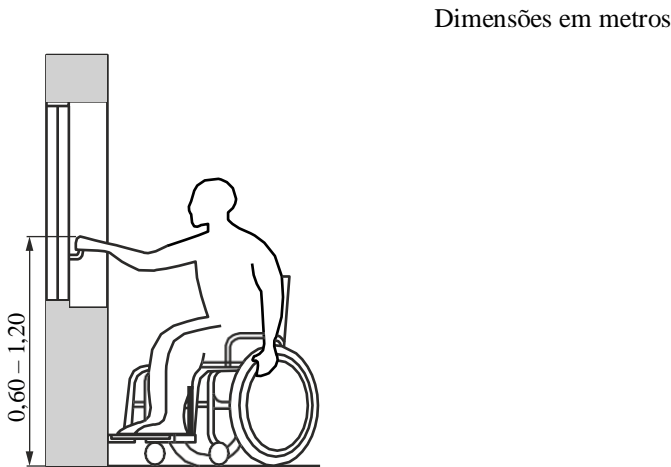
Figura 85 – Porta do tipo vaivém



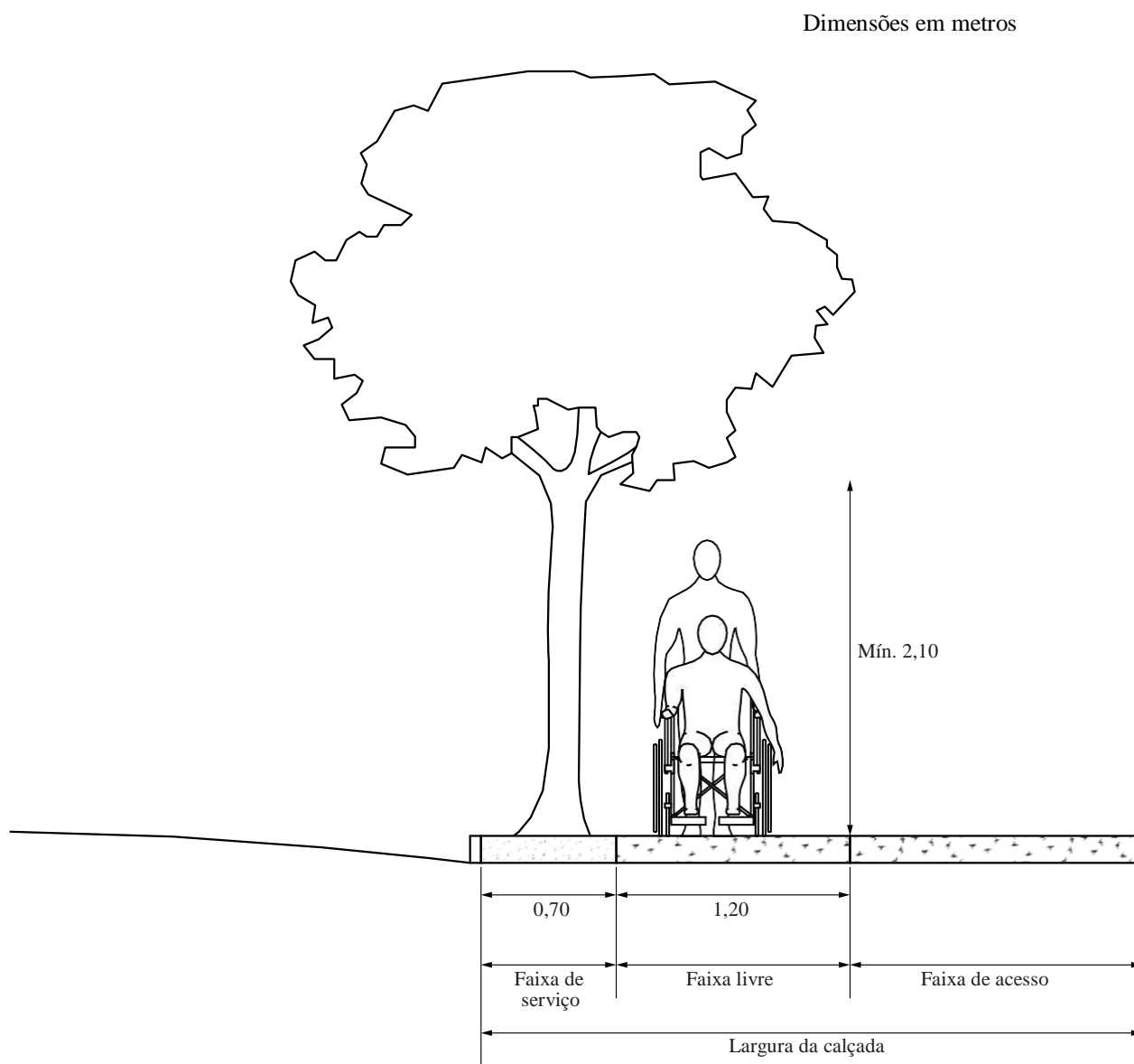
**Legenda**

- 1 sinalização visual de forma contínua, com dimensão mínima de 50 mm de largura
- 2 sinalização visual emoldurando a porta, com dimensão mínima de 50 mm de largura

**Figura 86 – Sinalização nas portas e paredes de vidro**



**Figura 87 – Alcance de janela**



**Figura 88 – Faixas de uso da calçada – Corte**

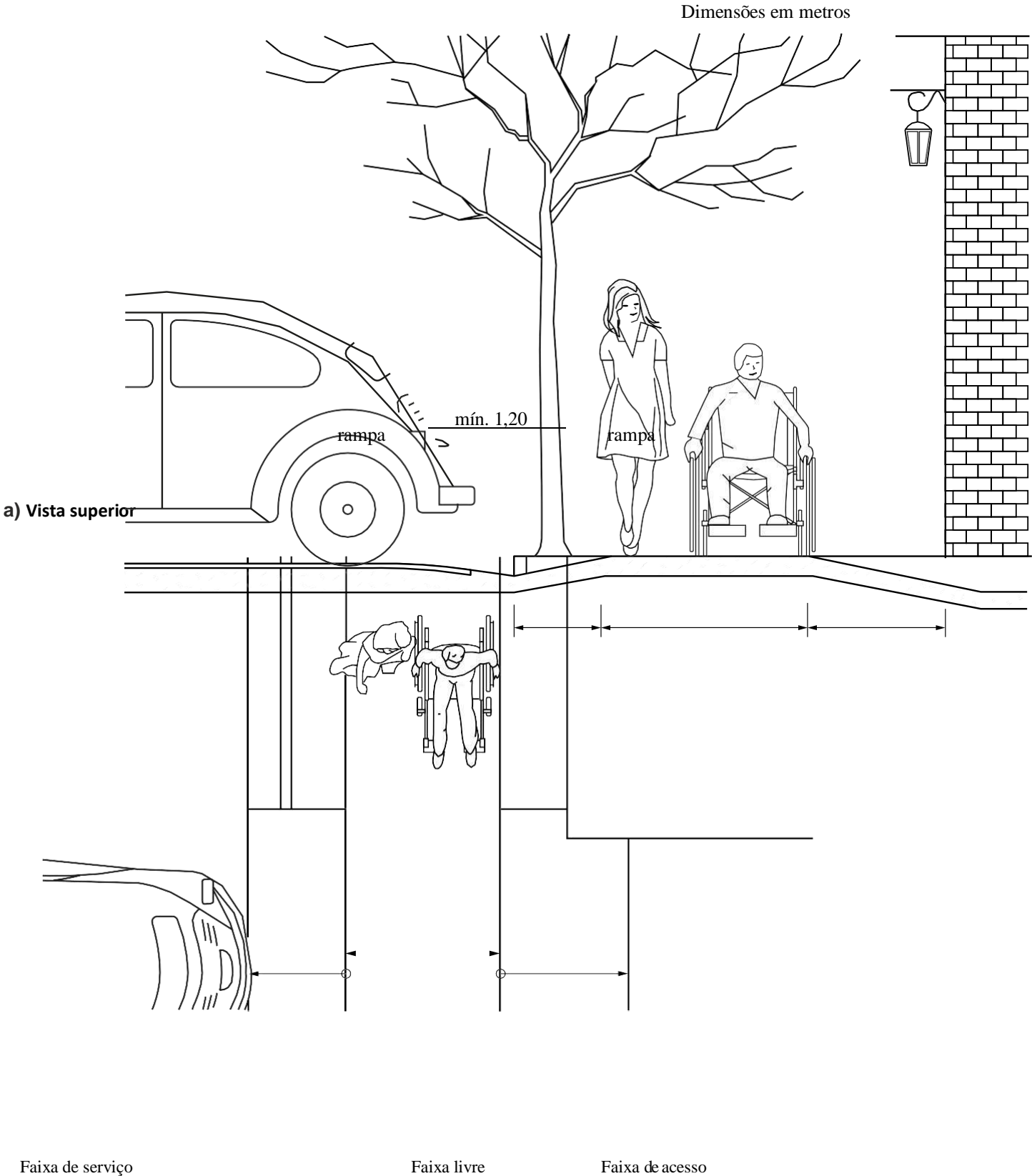


Figura 89 – Acesso do veículo ao lote

Dimensões em metros

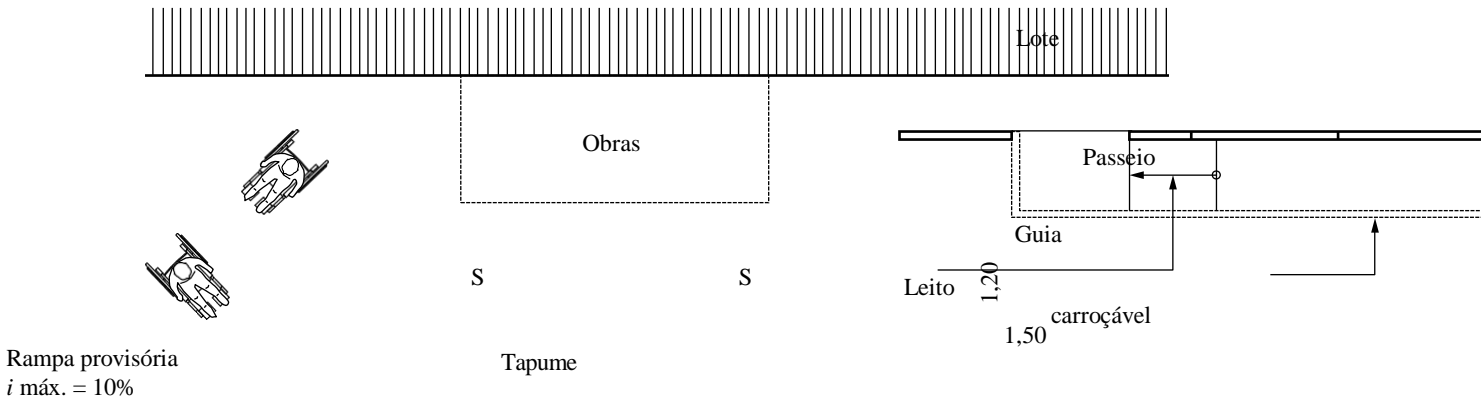


Figura 90 – Rampas de acesso provisórias – Vista superior

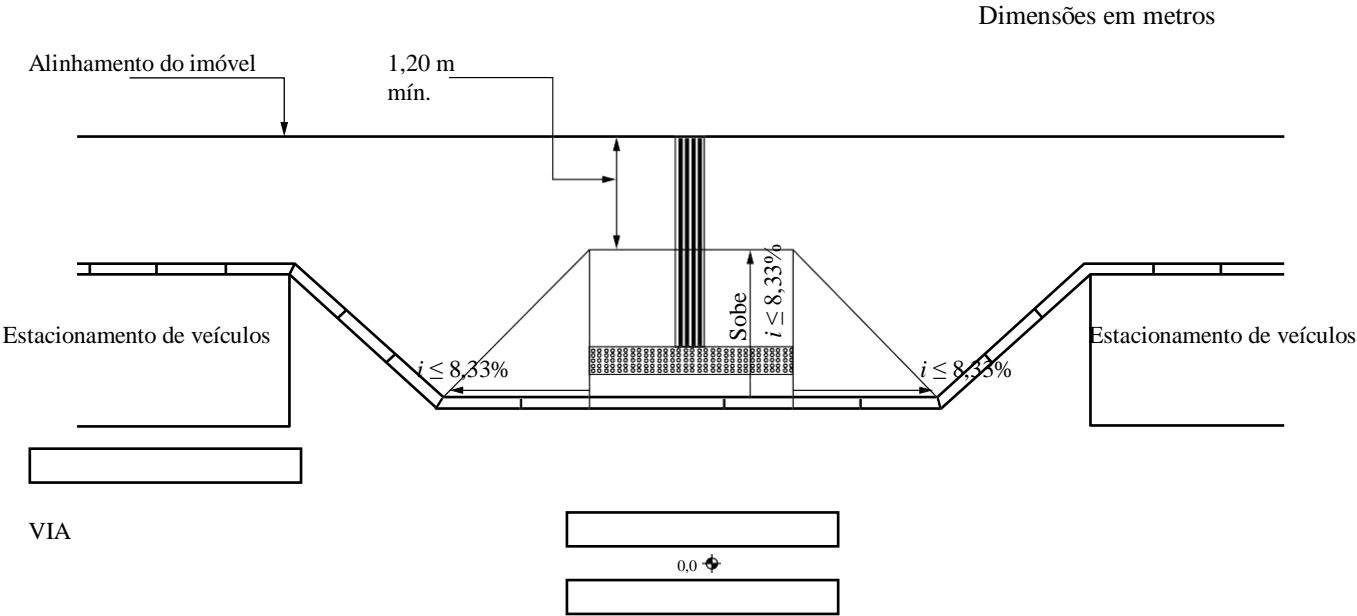


Figura 91 – Redução do percurso de travessia – Exemplo – Vista superior

Faixa elevada para travessia

A faixa elevada, exemplificada na Figura 92, quando instalada, deve atender à legislação específica (ver [17] da Bibliografia).

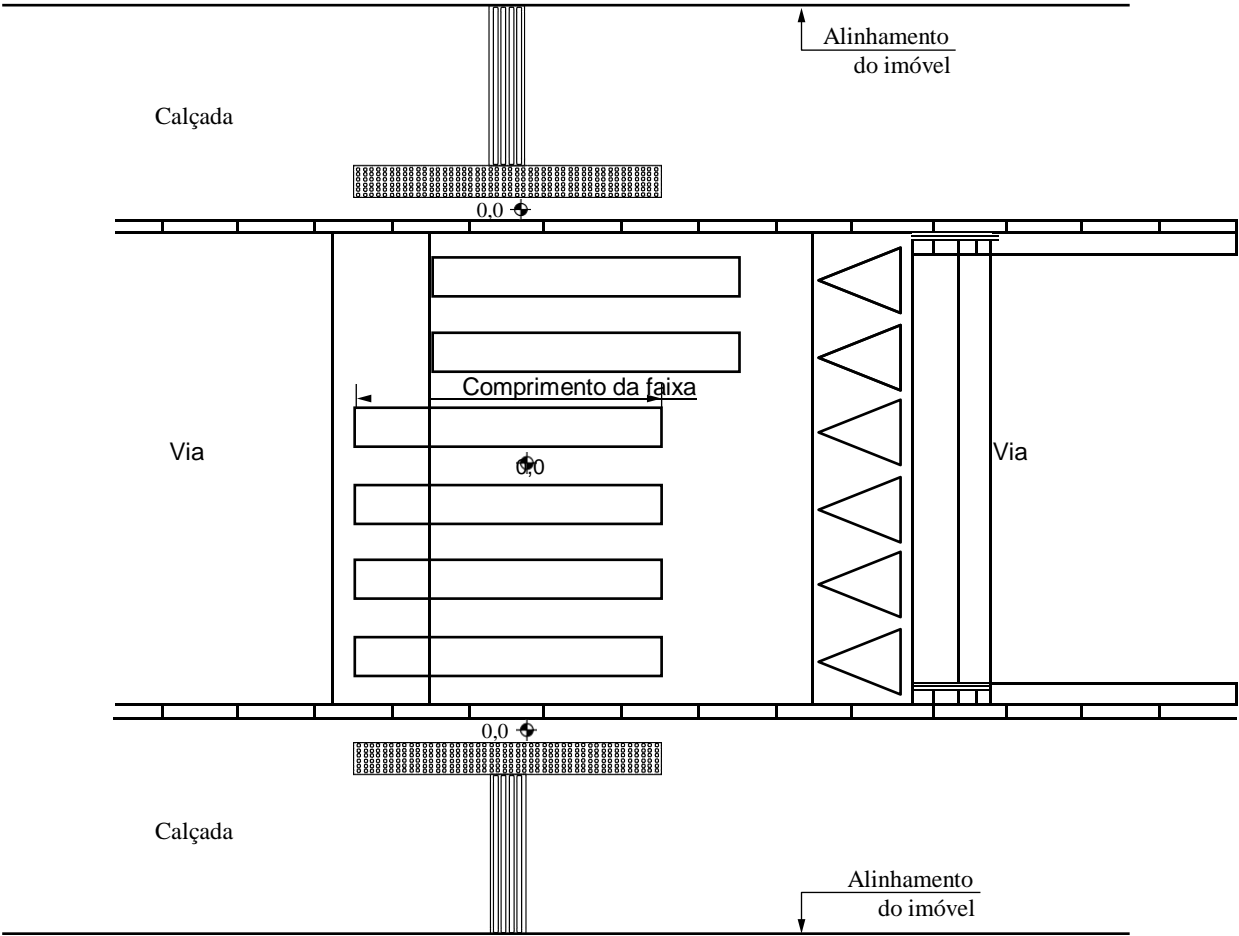


Figura 92 – Faixa elevada para travessia – Exemplo – Vista superior





Dimensões em metros  
Alinhamento do imóvel

Calçada

Guia

Via

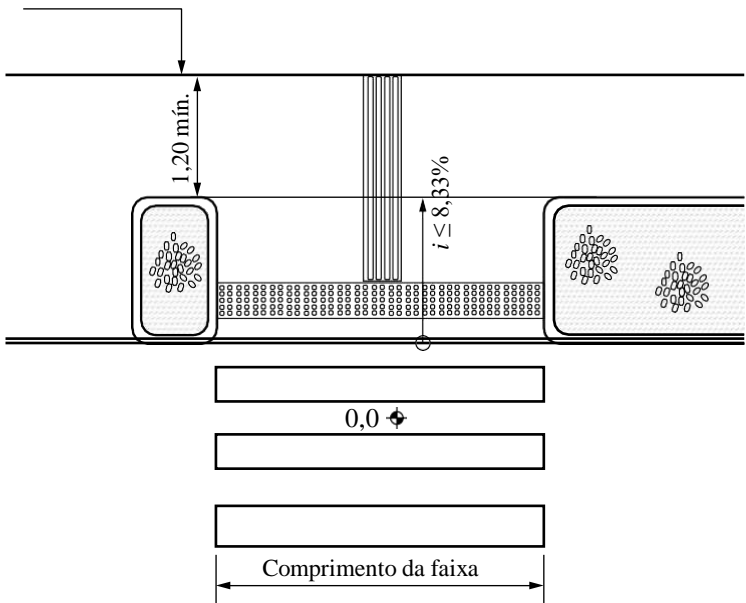


Figura 95 – Rebaixamentos de calçada entre canteiros – Vista superior

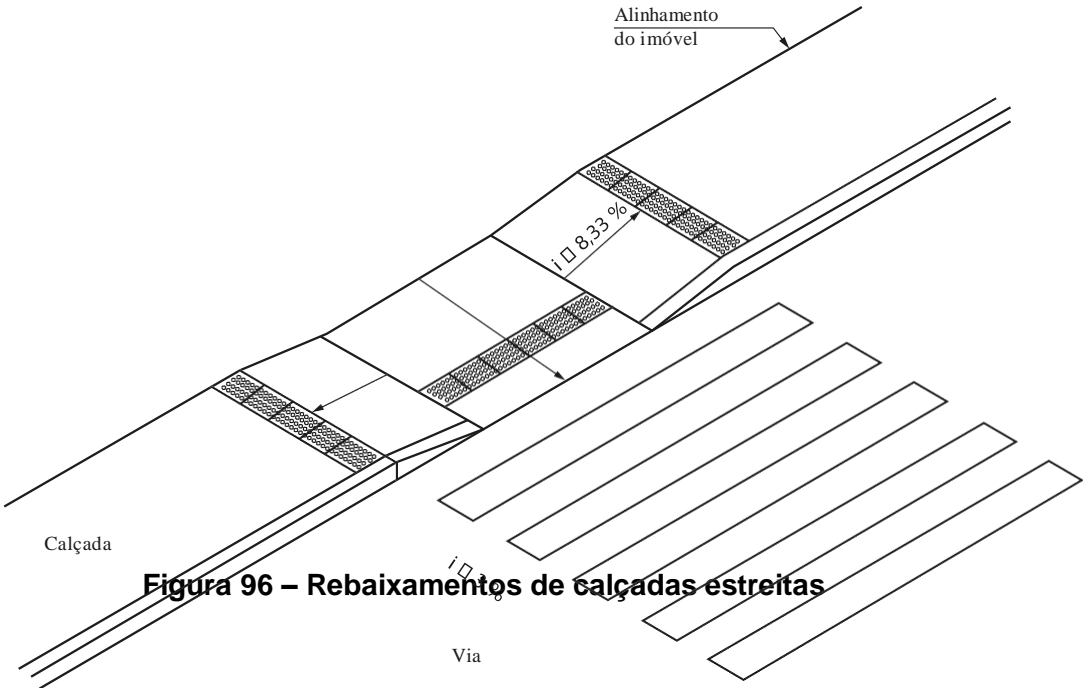
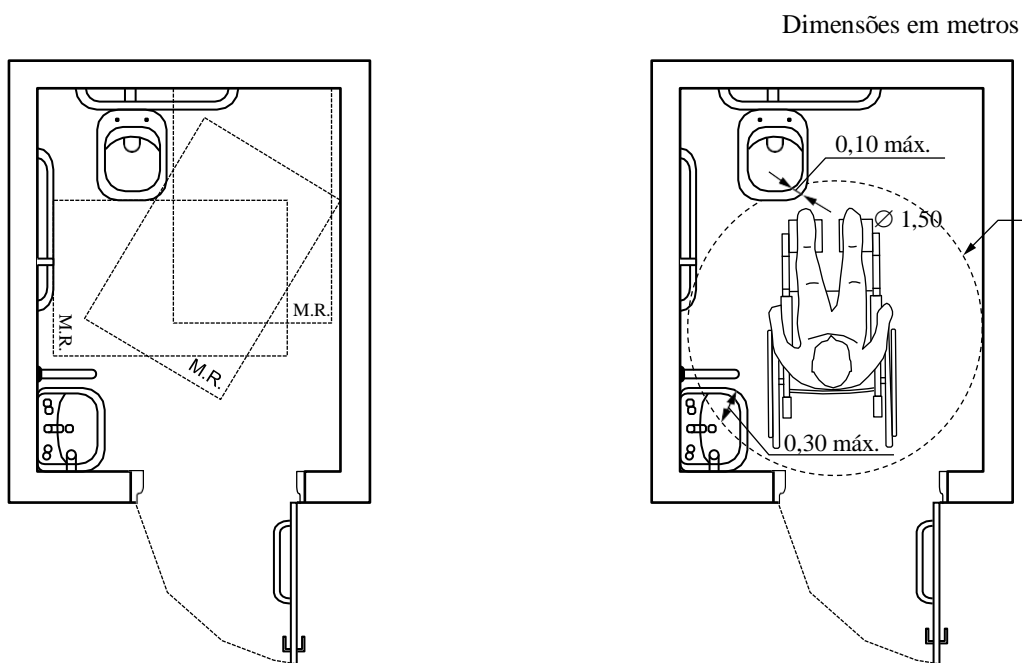


Figura 96 – Rebaixamentos de calçadas estreitas

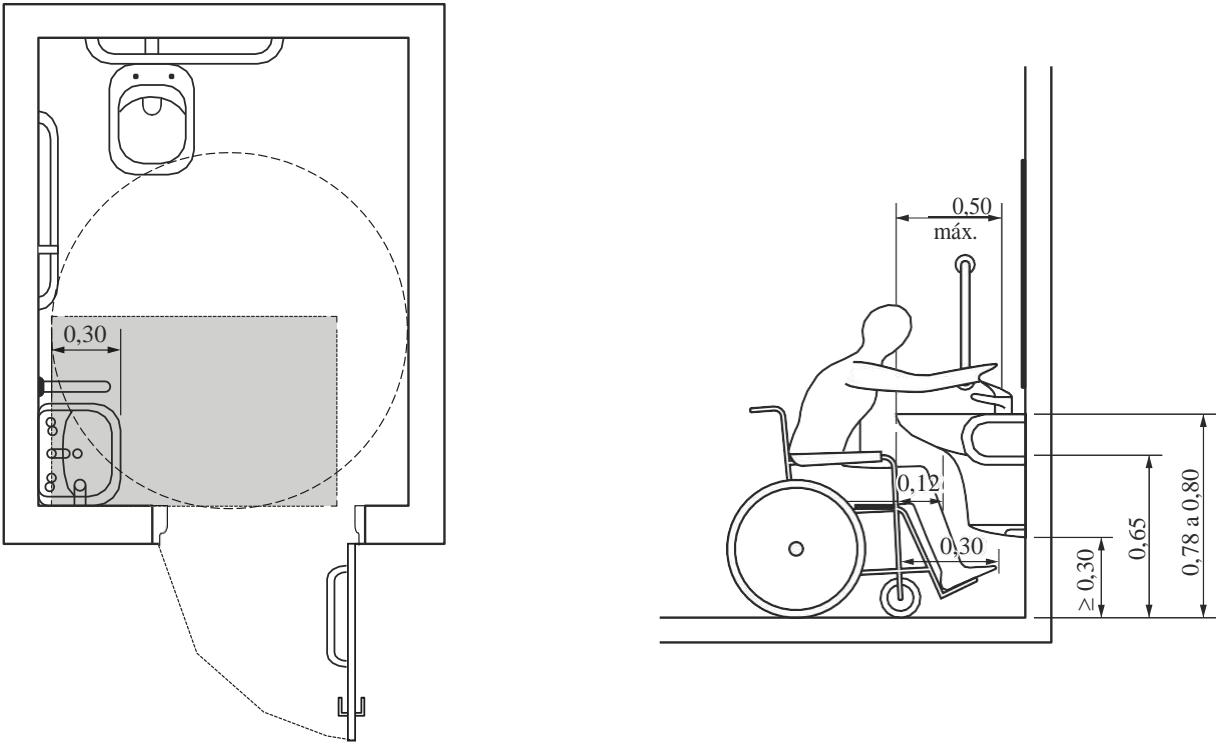


Vista superior da área de transferência

b) Vista superior da área de manobra

**Figura 97 – Áreas de transferência e manobra para uso da bacia sanitária**

Dimensões em metros



a) Vista superior

b) Vista lateral

Figura 98 – Área de aproximação para uso do lavatório

Dimensões em metros

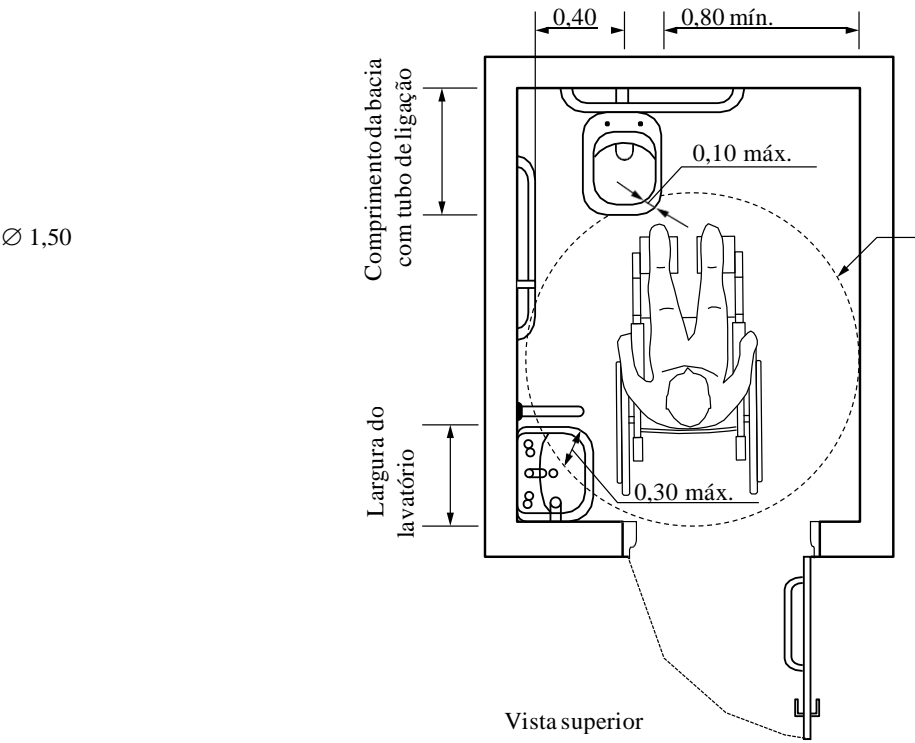
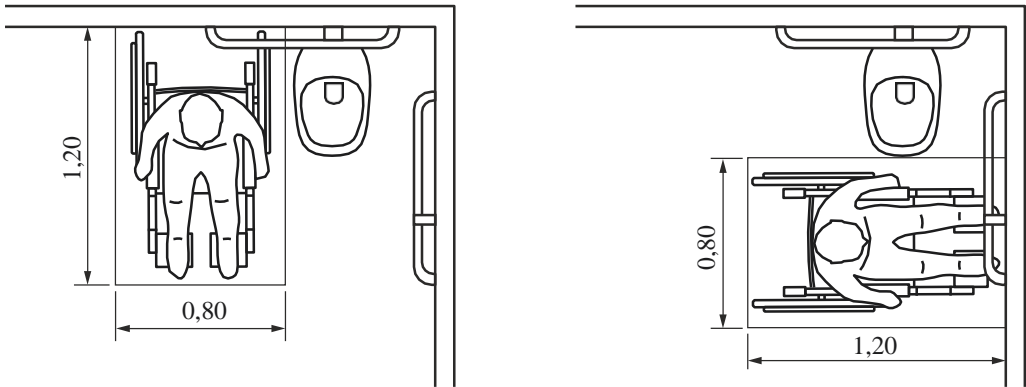


Figura 99 – Medidas mínimas de um sanitário acessível

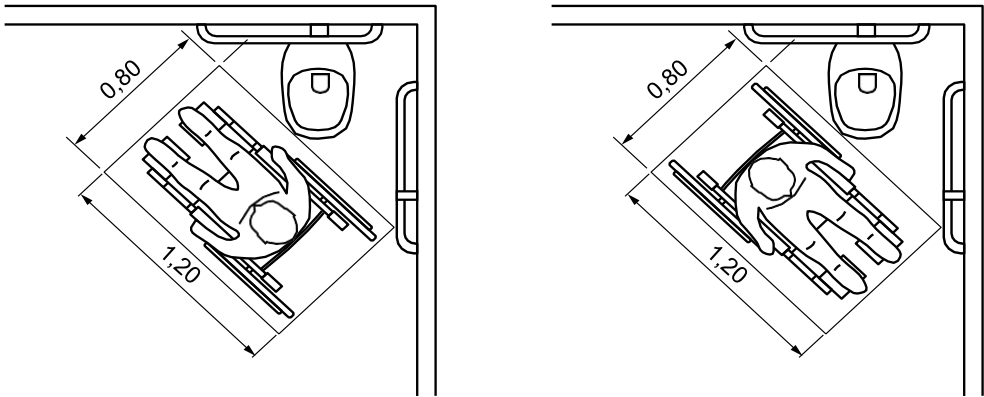


Dimensões em metros



a) Transferência lateral

b) Transferência perpendicular



c) Transferência diagonal A

d) Transferência diagonal B

Figura 102 – Áreas de transferências para a bacia sanitária

Dimensões em metros

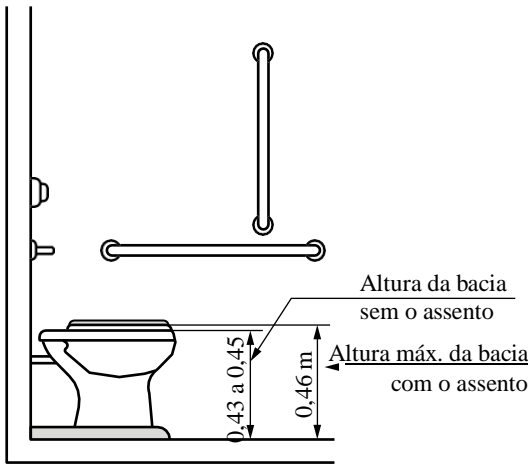
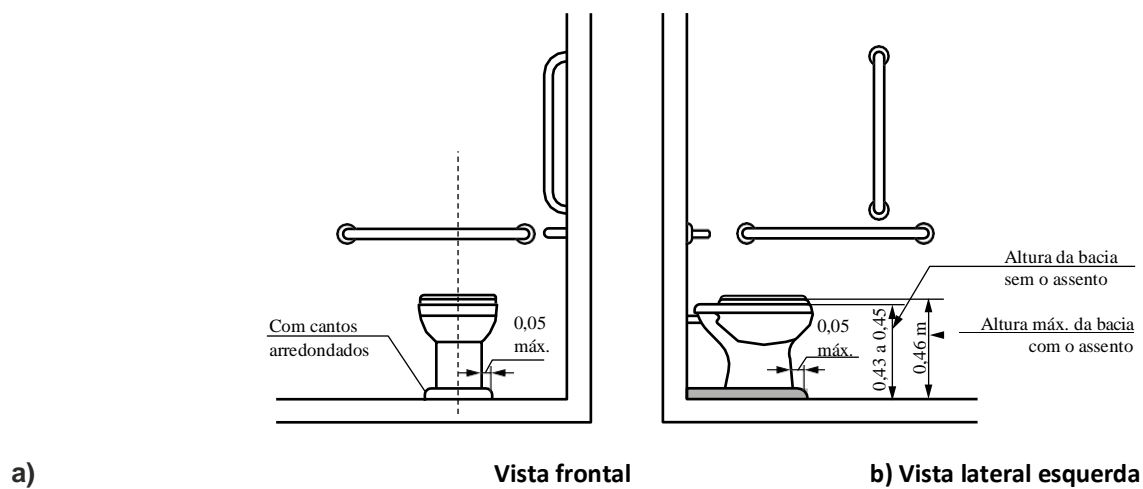
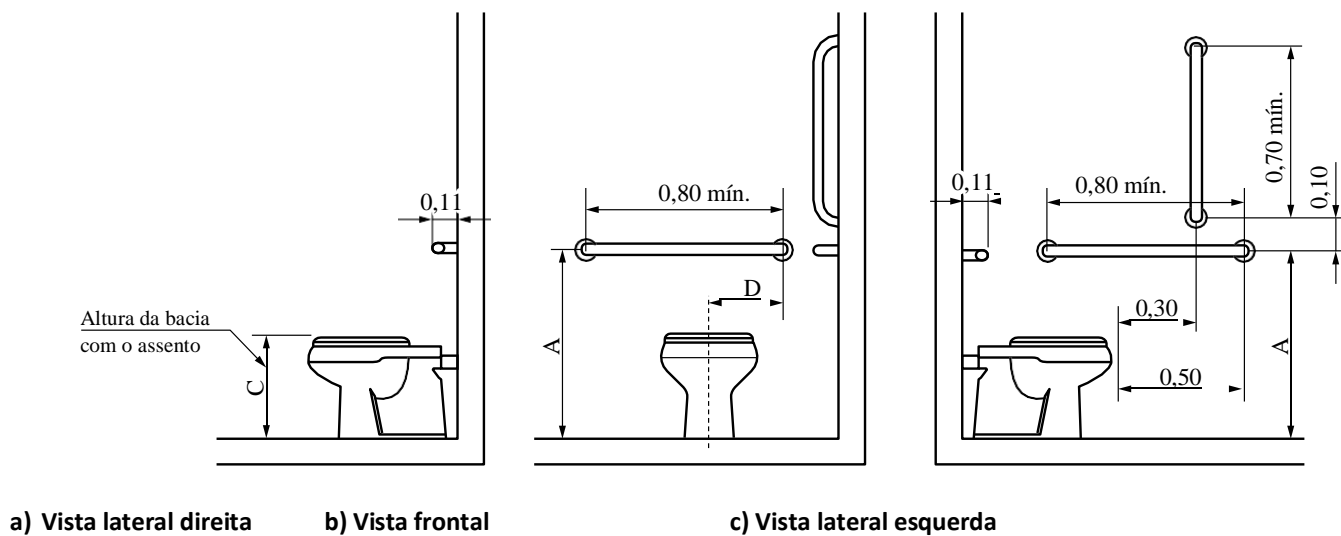


Figura 103 – Altura da bacia – Vista lateral

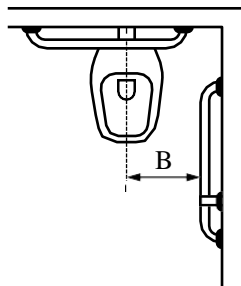


**Figura 104 – Bacia com sóculo**

Dimensões em metros



Dimensões em metros



## d) Vista superior

## Legenda

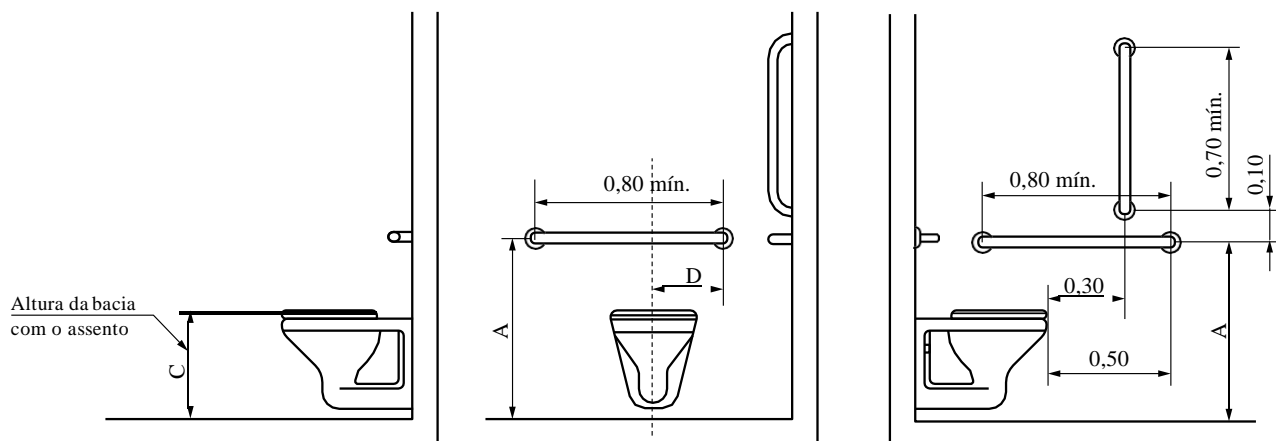
Cotas	Adulto m	Infantil m
A	0,75	0,60
B	0,40	0,25
C	0,46	0,36
D	0,30	0,15

**Figura 105 – Bacia convencional com barras de apoio ao fundo e a 90° na parede lateral – Exemplo A**

**Bacia suspensa com barras de apoio ao fundo e a 90° na parede lateral**

A Figura 106 ilustra o uso de uma barra de apoio reta fixada ao fundo e duas retas fixadas a 90° na lateral, quando a bacia suspensa está próxima a uma parede.

Dimensões em metros

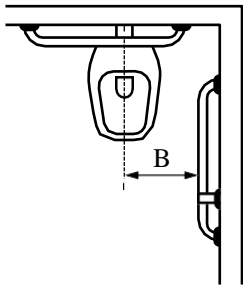


## a) Vista lateral direita

## b) Vista frontal

## c) Vista lateral esquerda

Dimensões em metros



d) Vista superior

Legenda

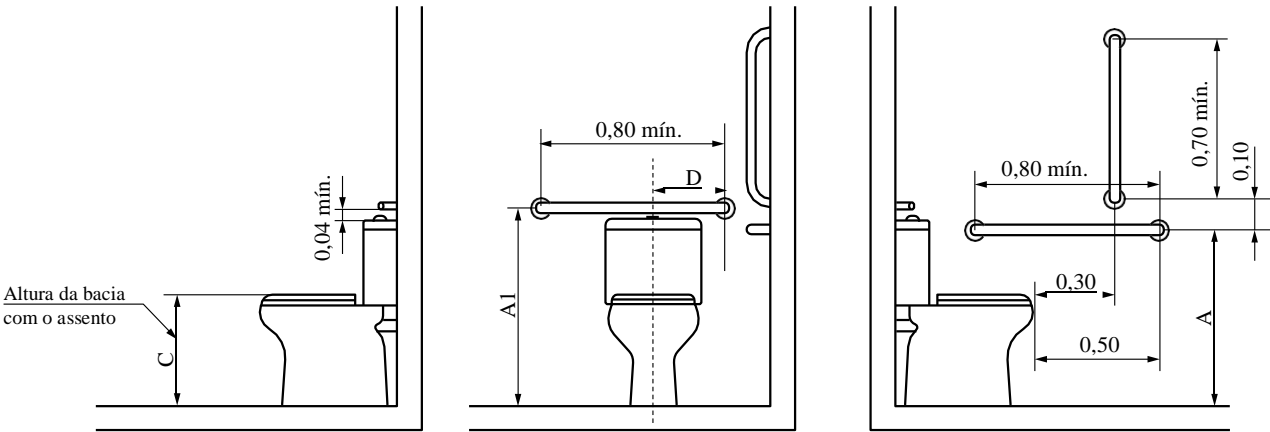
Cotas	Adulto m	Infantil m
A	0,75	0,60
B	0,40	0,25
C	0,46	0,36
D	0,30	0,15

Figura 106 – Bacia suspensa com barras de apoio ao fundo e a 90° na parede lateral – Exemplo B

Bacia com caixa acoplada com barras de apoio ao fundo e a 90° na parede lateral

A Figura 107 ilustra o uso de uma barra de apoio reta fixada ao fundo e duas retas fixadas a 90° na lateral, quando a bacia com caixa acoplada está próxima a uma parede.

Dimensões em metros



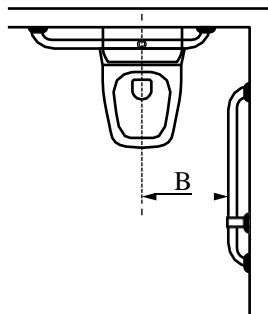
a) Vista lateral direita

b) Vista frontal

c) Vista lateral esquerda



Dimensões em metros



## d) Vista superior

## Legenda

Cotas	Adulto m	Infantil m
A	0,75	0,60
A1 máximo	0,89	0,72
B	0,40	0,25
C	0,46	0,36
D	0,30	0,15

**Figura 107 – Bacia com caixa acoplada com barras de apoio ao fundo e a 90° na parede lateral – Exemplo C**

## Bacias sanitárias sem parede lateral

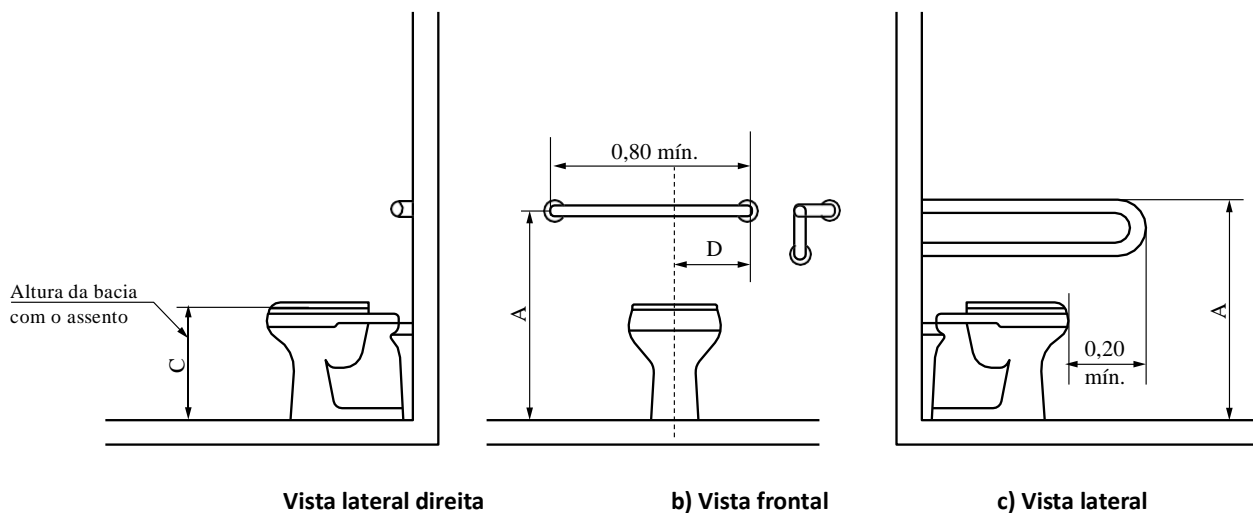
## Bacia convencional ou suspensa com barra de apoio reta e barra lateral fixa

A Figura 108 ilustra o uso de uma barra de apoio reta e uma barra lateral fixa, fixadas na parede ao fundo, quando a bacia convencional ou suspensa não possui uma parede lateral.

NOTA

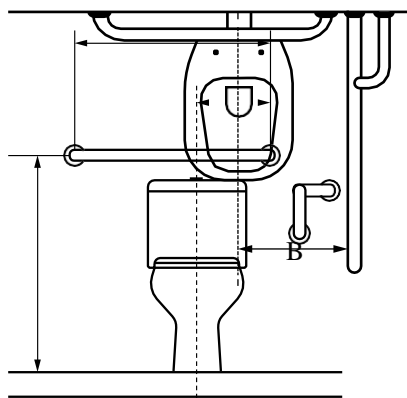
A barra de apoio lateral fixa pode ser substituída por uma barra de apoio lateral articulada.

Dimensões em metros





Dimensões em metros



**d) Vista superior**

## Legenda

Cotas	Adulto m	Infantil m
A	0,75	0,60
B	0,40	0,25
C	0,46	0,36
D	0,30	0,15

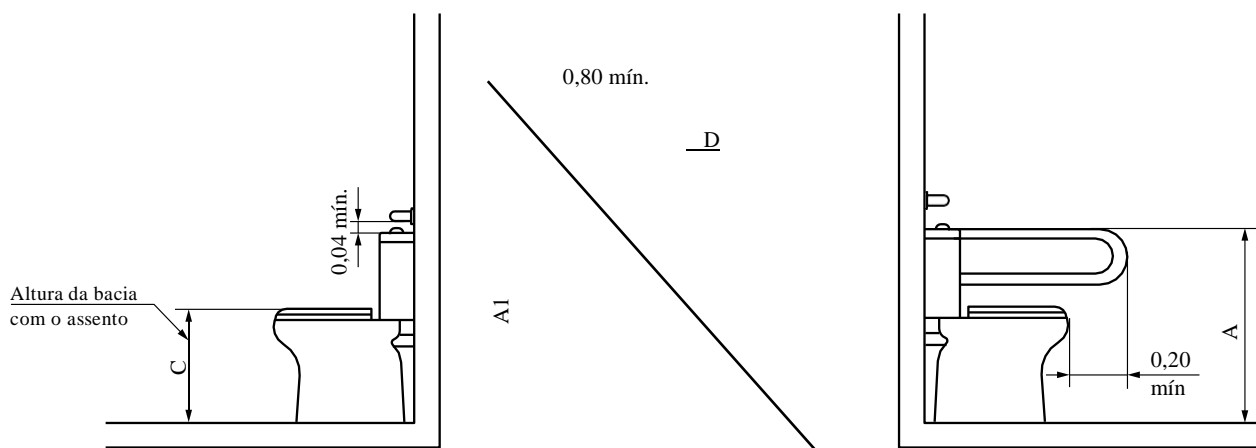
**Figura 108 – Sem parede lateral – Bacia convencional ou suspensa com barras de apoio reta e lateral fixa – Exemplo A**

### Bacia com caixa acoplada com barras de apoio reta e lateral fixa

A Figura 109 ilustra o uso de uma barra de apoio reta e uma barra lateral fixa, fixadas na parede ao fundo, quando a bacia com caixa acoplada não possui uma parede lateral.

NOTA A barra de apoio lateral fixa pode ser substituída por uma barra de apoio lateral articulada.

Dimensões em metros

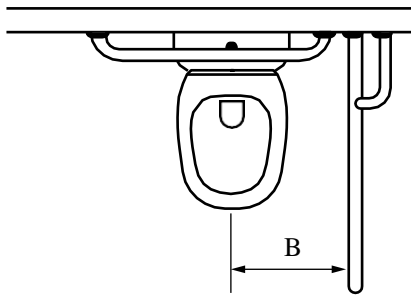


**a) Vista lateral direita**

**b) Vista frontal**

**c) Vista lateral esquerda**

Dimensões em metros



d) Vista superior

Legenda

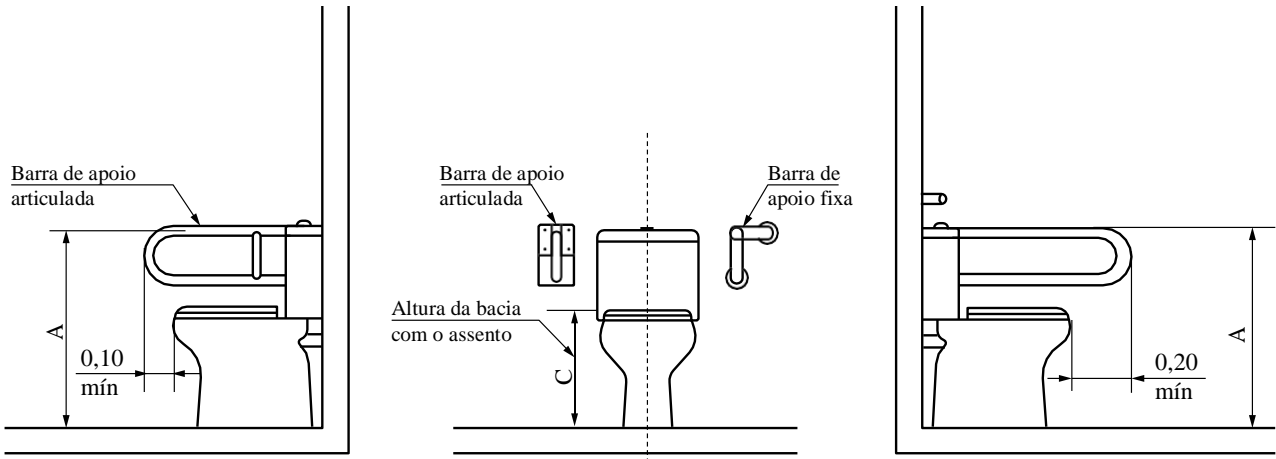
Cotas	Adulto m	Infantil m
A	0,75	0,60
A1 máximo	0,89	0,72
B	0,40	0,25
C	0,46	0,36
D	0,30	0,15

Figura 109 – Sem parede lateral – Bacia com caixa acoplada com barras de apoio reta e lateral fixa – Exemplo B

Bacia com caixa acoplada com barras lateral articulada e fixa

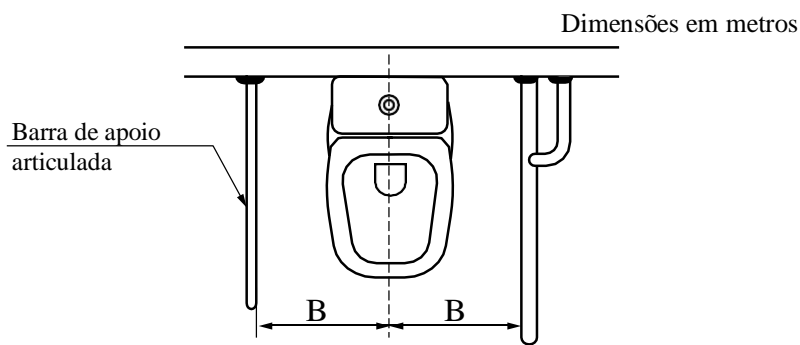
A Figura 110 ilustra o uso de uma barra lateral articulada e uma fixa.

Dimensões em metros



a) Vista lateral direita b) Vista frontal

c) Vista lateral esquerda

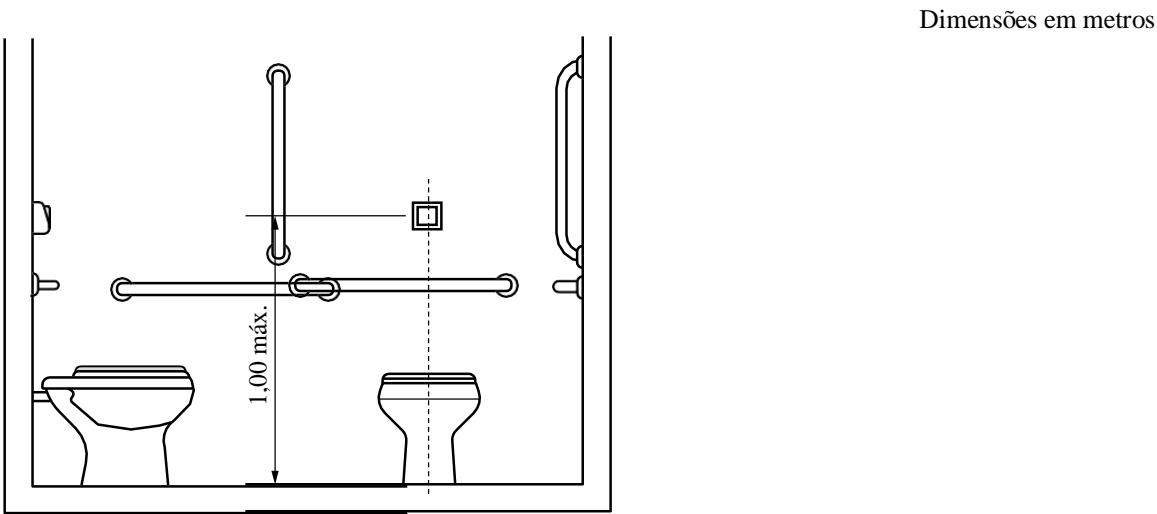


d) Vista superior

Legenda

Cotas	Adulto m	Infantil m
A	0,75	0,60
B	0,40	0,25
C	0,46	0,36

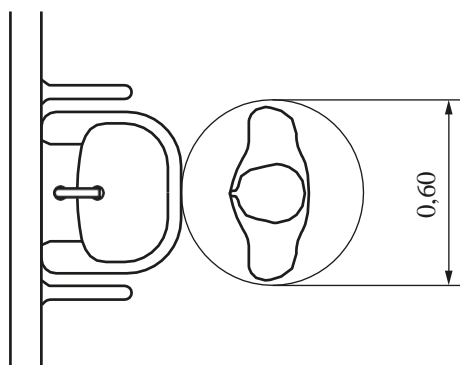
Figura 110 – Sem parede lateral – Bacia com caixa acoplada com barra de apoio lateral articulada e fixa – Exemplo C



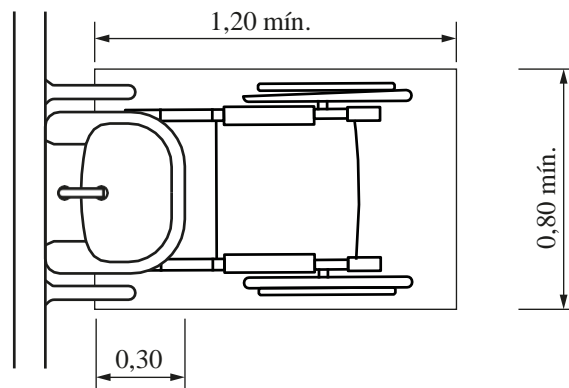
Vista frontal

b) Vista lateral esquerda

Figura 111 – Altura máxima de acionamento da válvula de descarga



a) Área de aproximação para PMR PCD



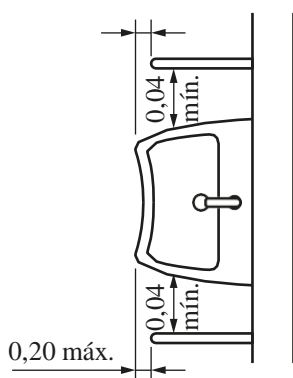
b) Área de aproximação para PCD

**Figura 112 – Área de aproximação frontal – Lavatório**

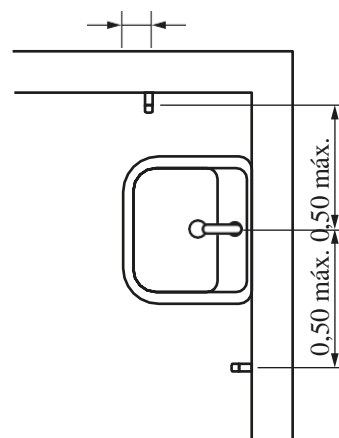
Dimensões em metros

0,20 máx.

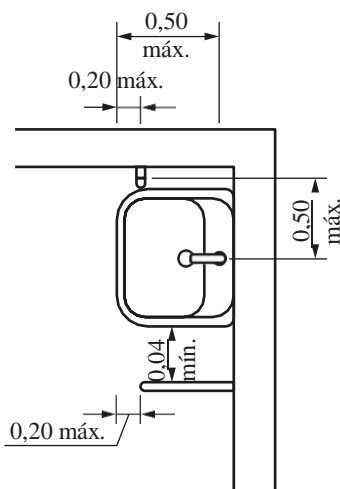
0,20 máx.



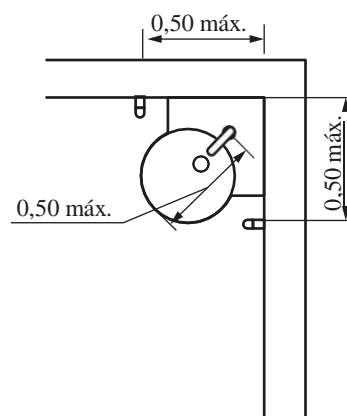
a) Barras horizontais



b) Barras verticais



c) Barras horizontais e vertical



d) Lavatório de canto com barras verticais

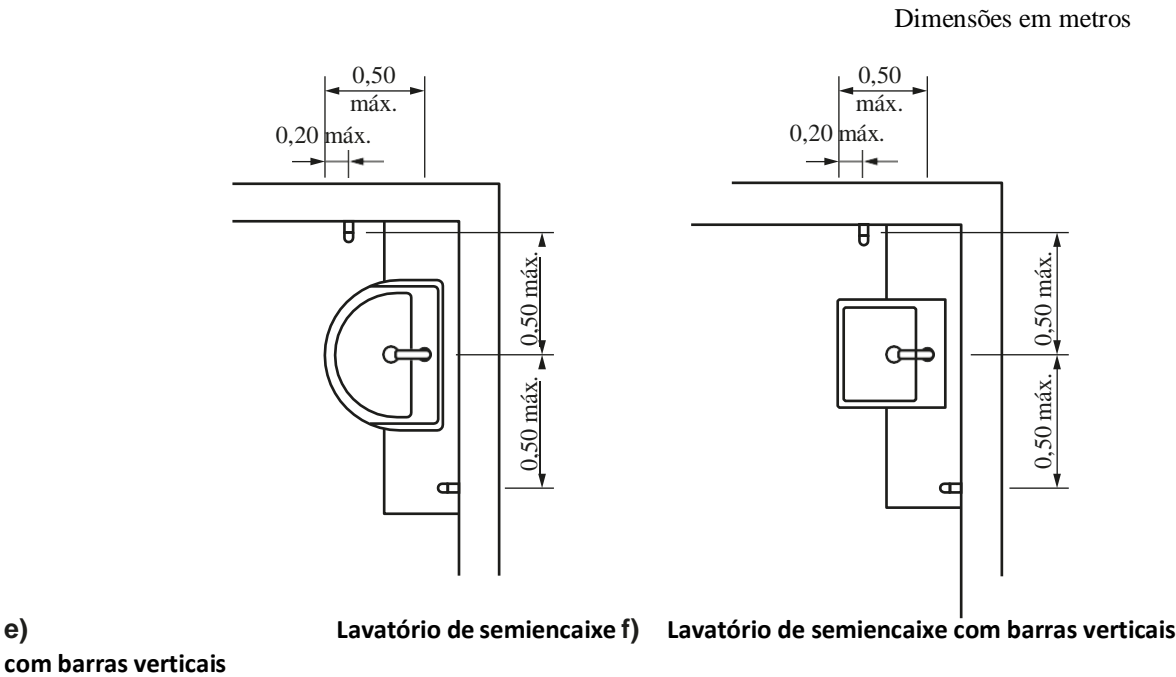


Figura 113 – Barra de apoio no lavatório – Vista superior

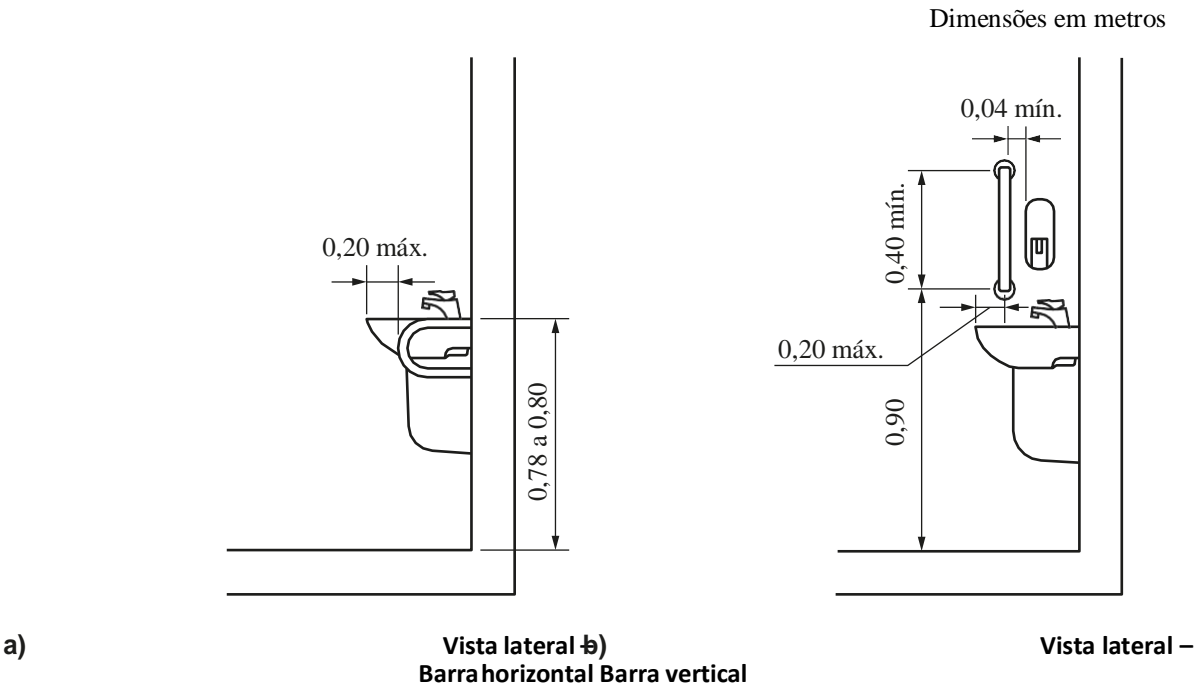


Figura 114 – Barra de apoio no lavatório – Vista lateral

Dimensões em metros

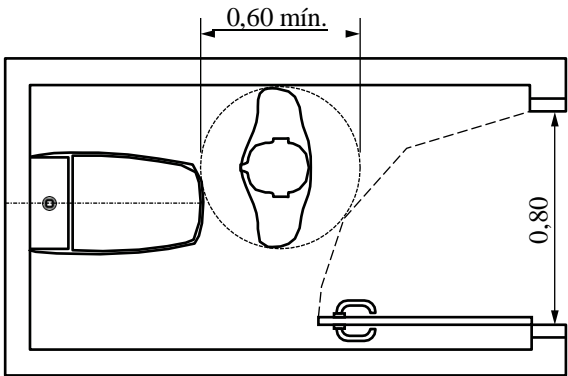


Figura 115 – Boxe comum com porta abrindo para o interior

Dimensões em metros

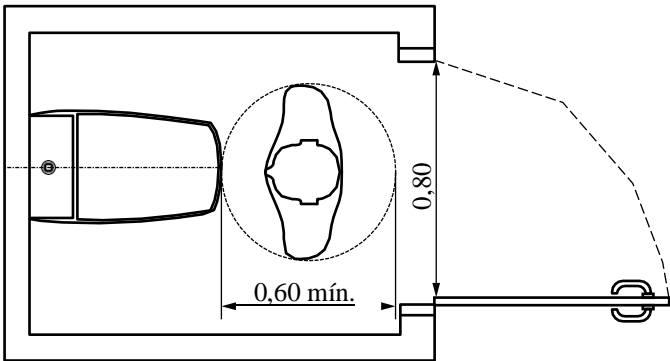
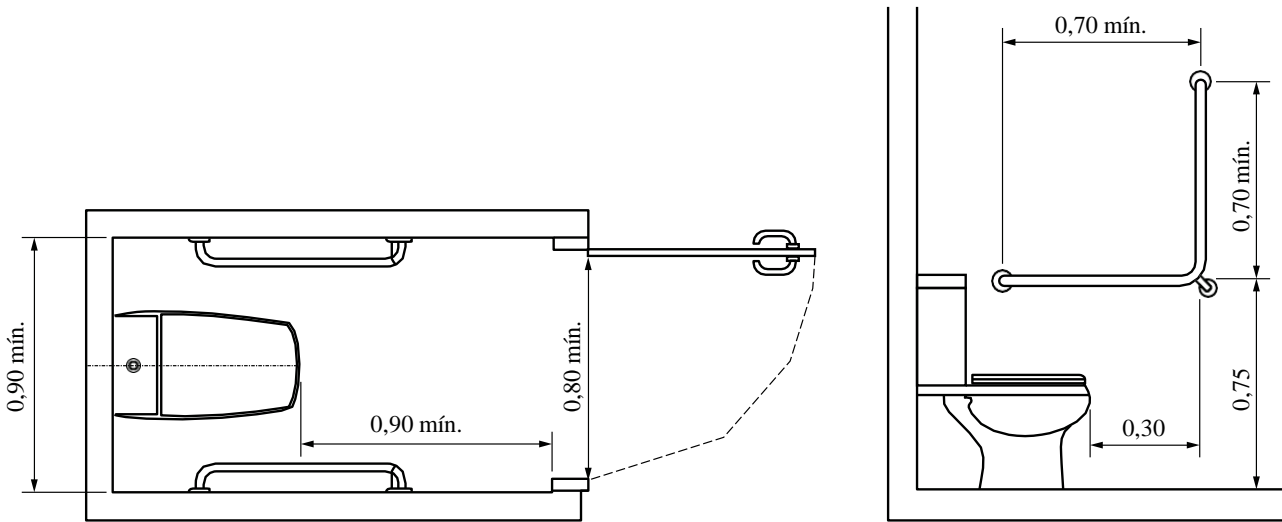


Figura 116 – Boxe comum com porta abrindo para o exterior

Dimensões em metros

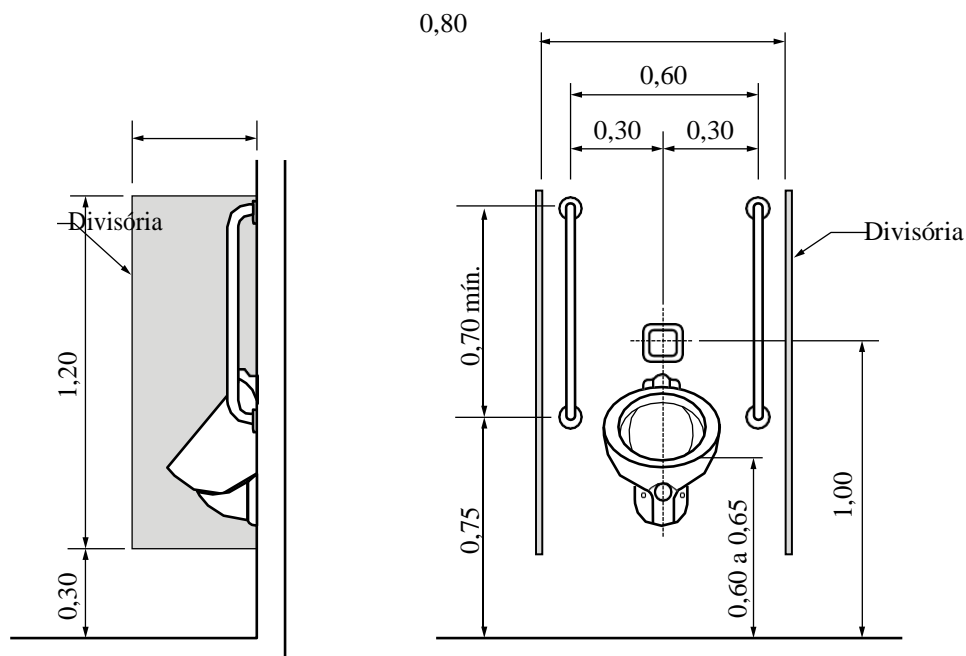


a) Vista superior  
esquerda

b) Vista lateral



Dimensões em metros



**b) Vista frontal**

**Figura 119 – Mictório suspenso**

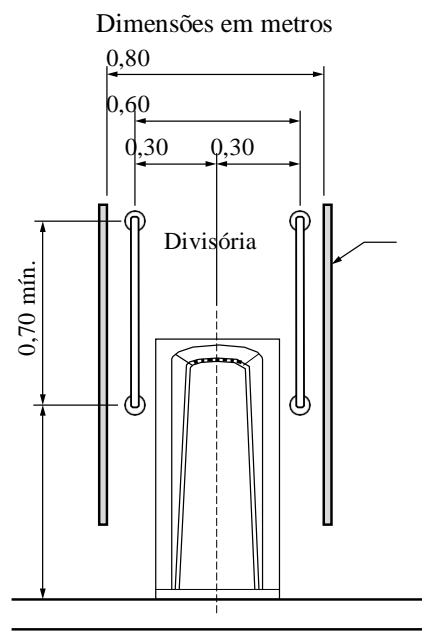


Figura 120 – Mictório de piso – Vista frontal

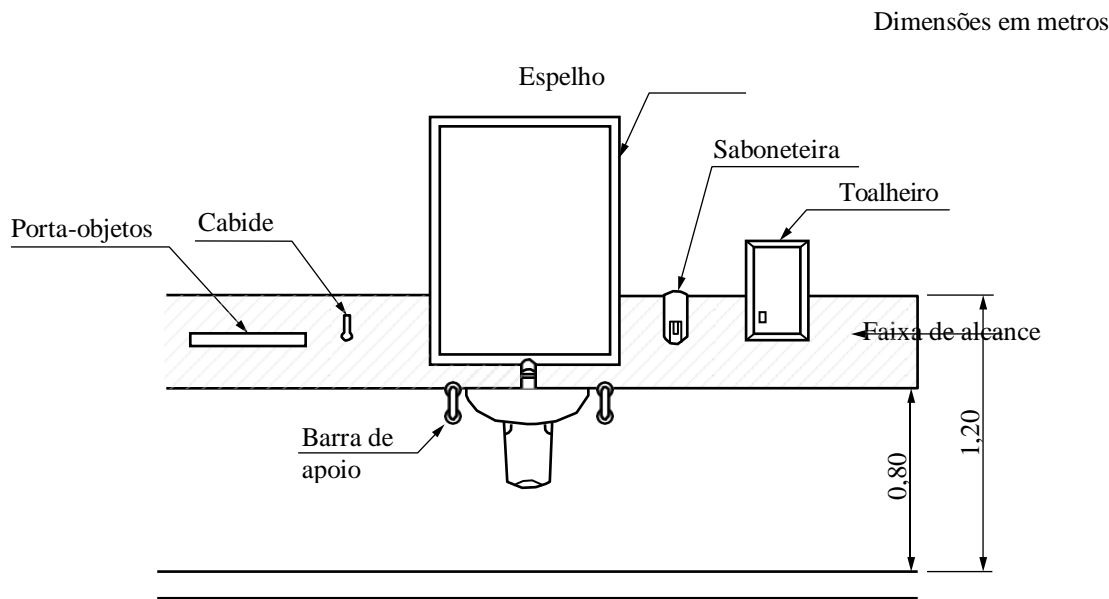


Figura 121 – Faixa de alcance de acessórios junto ao lavatório – Vista frontal

Espelhos

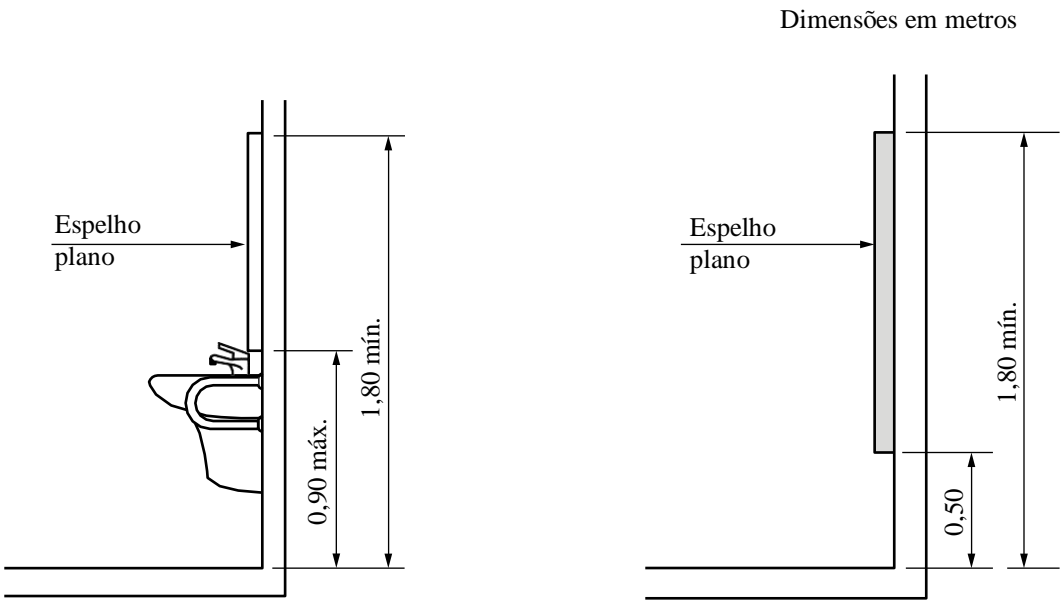


Figura 122 – Altura de instalação do espelho – Vista lateral

Papeleiras

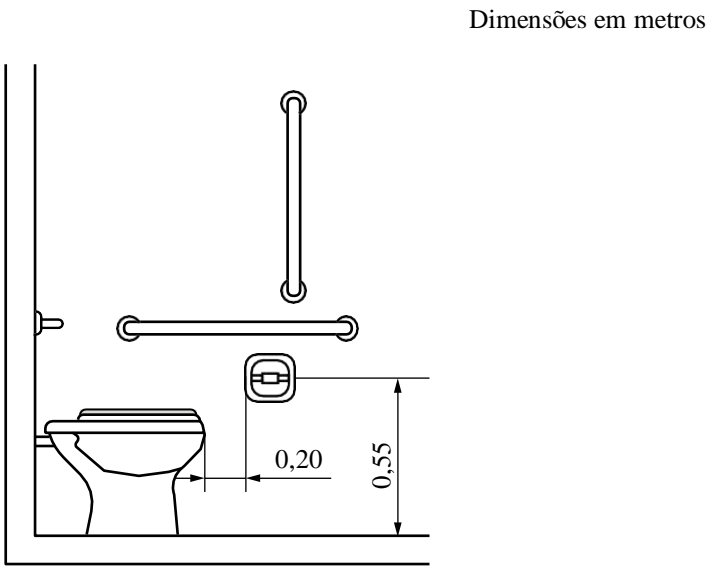
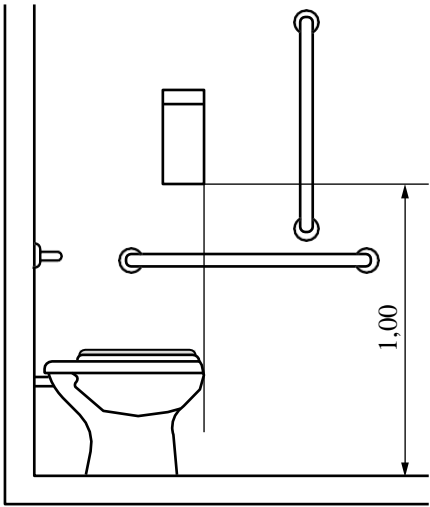
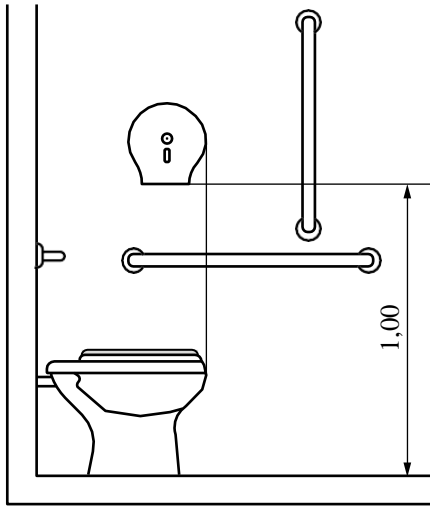


Figura 123 – Localização da papeleira embutida – Vista lateral

Dimensões em metros

Dimensões em metros

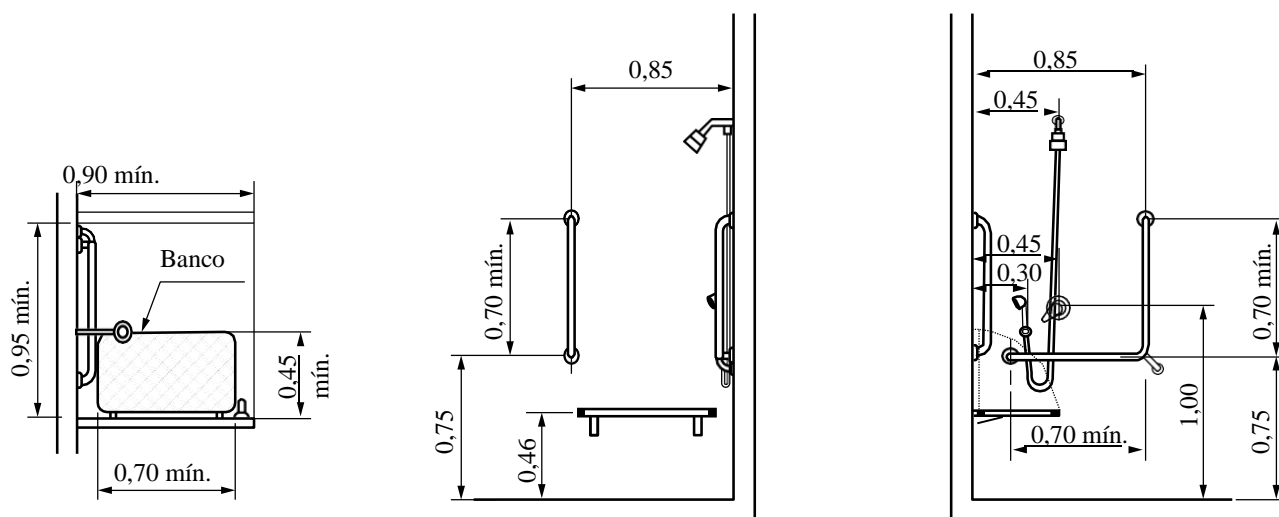


**Figura 124 – Localização da papeladeira de sobrepôr (rolo) – Vista lateral**

**Figura 125 – Localização da papeladeira de sobrepôr (interfolhado) – Vista lateral**

**Barras de apoio em boxes para chuveiros**

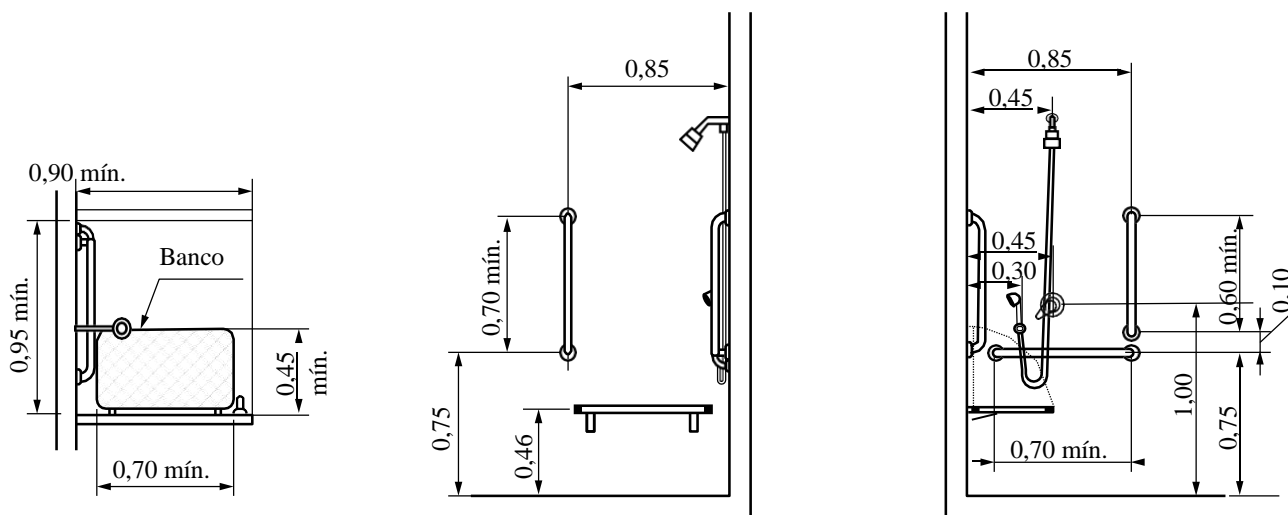
Dimensões em metros



a)

**Exemplo A – Vistas superior, lateral e frontal**

Dimensões em metros



**Exemplo B – Vistas superior, lateral e frontal**

**Figura 126 – Boxe para chuveiro**

## Mesas ou superfícies

### Mesas ou superfícies de trabalho

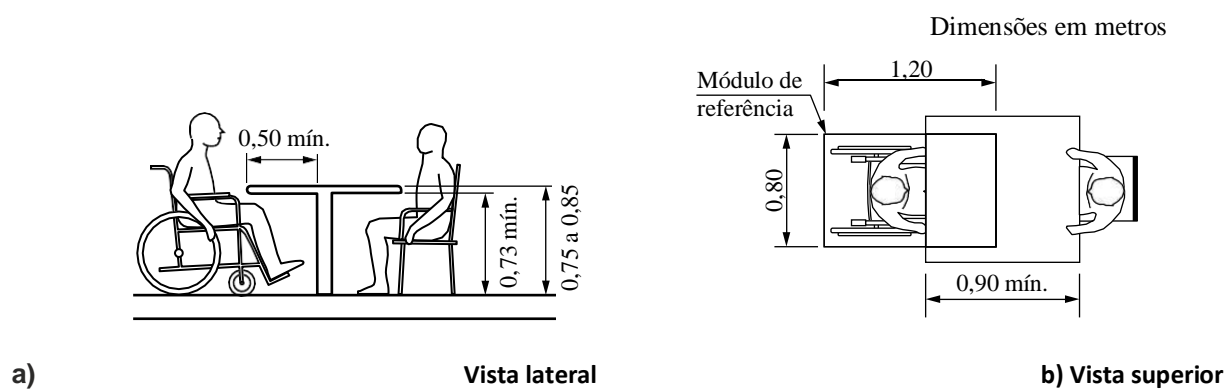
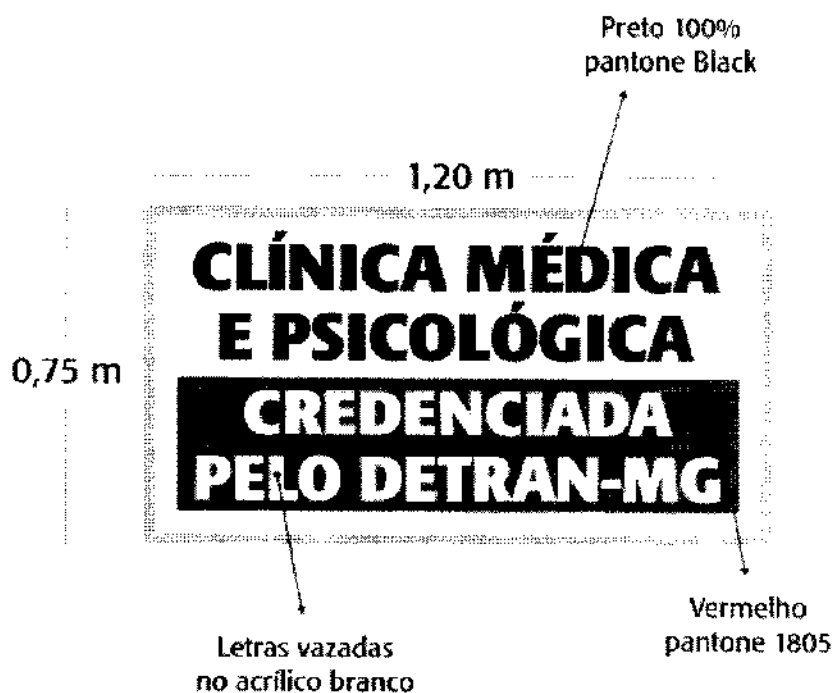


Figura 134 – Mesa – Medidas e área de aproximação

**DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DE MINAS GERAIS**  
**GABINETE**

**ANEXO IV**  
**MODELO DA PLACA**



Placa em acrílico branco de fundo.  
Aplicação do grafismo em Plotter de recorte,  
em conformidade com o padrão e tipologia  
apresentados neste anexo.  
Iluminação Back-light.

**ANEXO V**  
**Termo de Credenciamento**

**CÓDIGO Nº** \_\_\_\_\_ **Cidade:** \_\_\_\_\_  
**Portaria de Credenciamento nº:** \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_.

<b>IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA</b>		
NOME COMERCIAL/RAZÃO SOCIAL:		
NOME FANTASIA:		
CNPJ:		
<b>ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO</b>		
ENDEREÇO:		
Nº:	COMPLEMENTO:	BAIRRO:
MUNICÍPIO:	UF:	
CEP:	TEL:	
E-MAIL:		
<b>SÓCIO MÉDICO</b>		
NOME:		
CPF:		
CARTEIRA DE IDENTIDADE	ÓRGÃO EMISSOR:	
NACIONALIDADE:		
CARTEIRA PROFISSIONAL:	ÓRGÃO EMISSOR:	
ENDEREÇO RESIDENCIAL:		
Nº:	COMPLEMENTO:	BAIRRO:



**DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DE MINAS GERAIS**  
**GABINETE**

MUNICÍPIO:	UF:	CEP:
TEL. FIXO:	TEL. CEL:	
E-MAIL:		

<b>SÓCIO PSICÓLOGO</b>		
NOME:		
CPF:		
CARTEIRA DE IDENTIDADE	ÓRGÃO EMISSOR:	
NACIONALIDADE:		
CARTEIRA PROFISSIONAL:	ÓRGÃO EMISSOR:	
ENDEREÇO RESIDENCIAL:		
Nº:	COMPLEMENTO:	BAIRRO:
MUNICÍPIO:	UF:	CEP:
TEL. FIXO:	TEL. CEL:	
E-MAIL:		

O Diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 22 do Código de Trânsito Brasileiro, art. 2º do Decreto Estadual nº 47.626, de 26 de março de 2019, e Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – Contran neste ato denominado **INTERVENIENTE**, e a empresa anteriormente identificada, neste ato representada pelos sócios Médico(s) e Psicólogo(s), doravante denominada simplesmente **CLÍNICA CREDENCIADA**, e tendo em vista a renovação do credenciamento **RESOLVEM FIRMAR** o presente **TERMO RENOVAÇÃO DE CREDENCIAMENTO**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO AMPARO LEGAL:**

O presente Termo de Credenciamento está vinculado à esta Portaria do Diretor do Detran-MG, ao Decreto Estadual nº 47.626/19, ao Código de Trânsito Brasileiro, às Resoluções do Contran e normas suplementares.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

Constitui objeto deste termo de renovação de credenciamento de clínica médica e psicológica junto Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG, para a realização de Exames de Aptidão Física e Mental e de Avaliação psicológica, em candidato à permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da Carteira Nacional de Habilitação, à adição, mudança de categoria e, ainda, Exames de Aptidão Física e Mental e de Avaliação psicológica nos candidatos a Diretor-Geral, Diretor de Ensino, Instrutor e Examinador, integrantes do processo de formação de condutores, bem como naqueles que venham a concluir cursos especiais de formação, conforme determinação do Contran, do Denatran e do Detran-MG, ou outros que este Departamento venha a autorizar.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CREDENCIADA**

A CREDENCIADA se obriga por meio deste instrumento a atender a todos os preceitos estabelecidos no Código de Trânsito Brasileiro, Decreto Estadual nº 47.626/19, Resoluções do Contran, Portarias do Diretor do Detran-MG e normas supervenientes.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS PENALIDADES**

4.1 - Constituem infrações passíveis de aplicação da penalidade de advertência:

- a) não atendimento a qualquer pedido de informação ou requisições, formulado pelo Detran-MG, conforme Resoluções do Contran, Decreto Estadual 47.626/19 e Portarias do Detran-MG;
- b) não atendimento de candidato dentro do horário agendado;
- c) atraso na apresentação dos resultados de exames de aptidão física e mental, e de avaliação psicológica, e demais comunicações obrigatórias, previstas no Decreto Estadual nº 47.626/19, Resoluções do Contran e Portarias do Detran-MG, sem justificativa acatada pelo Órgão;
- d) conduta irregular de seus empregados ou tratamento inadequado em relação aos candidatos ou aos servidores do Detran-MG;
- e) falta e/ou atraso na comunicação do resultado da inaptidão;
- f) incorreto cadastro do RENACH, ou qualquer lançamento impreciso dos dados essenciais à emissão da Carteira Nacional de Habilitação;
- g) deixar de demonstrar participação bienal dos médicos e psicólogos cadastrados na empresa em Seminários Jornadas, Fóruns, Congressos, Cursos e Reuniões promovidas pelo Detran-MG conjuntamente com Associação Brasileira de Medicina de Tráfego - ABRAMET, Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego - ABRAPSIT.

4.2 - Constituem infrações passíveis de aplicação da penalidade de suspensão:

- a) reincidência, no período de doze meses, a contar da data da infração a que se comine a penalidade de advertência, independentemente do dispositivo violado;

- b) deficiência, de qualquer ordem, nas instalações, equipamentos, instrumentos ou testes previstos em Resoluções do Contran, Conselhos de Medicina e Psicologia, no Decreto Estadual nº 47.626/19 e Portarias do Detran-MG;
- c) realização de quaisquer dos exames em desacordo com as regras e disposições constantes do Código de Trânsito Brasileiro e de suas normas complementares, no Decreto Estadual nº 47.626/19, Resoluções do Contran ou ainda decorrentes das normas emanadas dos respectivos Conselhos de Medicina e de Psicologia;
- d) suspensão decorrente de penalidade aplicada pelos respectivos Conselhos Regionais de Medicina ou Psicologia;
- e) prática de infrações previstas nos Códigos de Ética médica, psicológica, de Defesa do Consumidor, e das normas estabelecidas no Decreto Estadual nº 47.626/19 e Portarias do Detran-MG;
- f) descumprimento das normas estabelecidas, de convocações, determinações e atos do Detran-MG e do Conselho Estadual de Trânsito – Cetran;
- g) emissão de laudos definidos no Decreto Estadual nº 47.626/19 e Portarias do Detran-MG como sendo de competência privativa do Detran-MG;
- h) procedimentos que propiciem a falsificação de laudos ou comprometam a segurança ou a qualidade dos exames;
- i) apresentação de laudos incompletos, imprecisos, inconclusivos ou omissão na conferência da identificação do candidato ou condutor, por ocasião de exame;
- j) realização de exames em quantitativo incompatível com seu horário de funcionamento e com o número disponível de profissionais credenciados;
- k) cobrança de valores relativos a procedimento não autorizado;
- l) cobrança ou recebimento de valores diversos dos estabelecidos pelo Detran-MG;
- m) assinatura de exames realizados por outros profissionais;
- n) emissão de laudos imprecisos, inconclusivos, rasurados ou ilegíveis, abrangendo inclusive o carimbo autenticador;
- o) inobservância aos horários previstos no caput e parágrafo único do art. 29 do Decreto Estadual nº 47.626/19 e art. 23 desta Portaria;
- p) ausência do Médico e do Psicólogo, credenciado junto ao Detran-MG, em horário de agendamento dos atendimentos;
- q) procedimentos que visem, deliberadamente, facilitar ou dificultar a aprovação de candidatos nos Exames de Aptidão Física e Mental e de Avaliação psicológica;
- r) realização de intermediação lucrativa de candidatos nos exames de que trata o Decreto Estadual nº 47.626/19;

- s) deixar desatualizado o quadro de profissionais médicos e psicólogos e seus respectivos contatos pessoais (endereço e telefones) junto a Seção de Controle de clínicas da Divisão de Seleção – Detran-MG;
- t) omissão da comunicação sobre alterações realizadas no quadro societário da clínica, bem como qualquer alteração no Contrato Social, sua estrutura física e endereço, sem prévia autorização do Detran-MG;
- u) efetuar lançamento dos resultados dos exames médicos e psicológicos, por outros, junto ao sistema informatizado do Detran-MG, de competência exclusiva do médico e psicólogo; e
- v) realizar atendimento a candidatos distribuídos a clínica diversa.

**4.3 - Constituem infrações passíveis de aplicação da penalidade de cassação do credenciamento:**

- a) reincidência, no período de doze meses, a contar da data da infração a que se comine a penalidade de suspensão, independentemente do dispositivo violado;
- b) cessão ou transferência, a qualquer título, do credenciamento senão observadas as regras para alteração do quadro societário da empresa conforme estabelecido no § 2º do art. 2º do Decreto 47.626/19 c/c art. 15 desta Portaria;
- c) implantação e exercício de atividades ambulatoriais, hospitalares, de consultórios de qualquer especialidade, públicos ou privados, ainda que de caráter filantrópico ou subvencionado pelo Poder Público, que comprometa a destinação exclusiva do estabelecimento;
- d) prática de atos de improbidade perante a Administração Pública, a iniciativa privada, a fé pública e os costumes;
- e) emissão fraudulenta ou irregular de documentos ou resultados de exames;
- f) emissão de resultado aprovando o candidato portador de patologia que implique risco à segurança do trânsito;
- g) descumprimento contumaz às regras e disposições constantes no Código de Trânsito Brasileiro, às normas do Contran, do Detran-MG, do Decreto Estadual nº 47.626/19, e decorrentes das diretrizes emanadas dos respectivos Conselhos de Medicina e de Psicologia e da legislação pertinente aos direitos do consumidor;
- h) falsificação ou adulteração de documentos;
- i) prática de crimes contra a Administração Pública, quando praticados por dirigente ou prepostos dos credenciados;
- j) permissão, a qualquer título ou pretexto, que terceiros, funcionários ou outros credenciados realizem os exames de sua exclusiva competência;

- k) trabalho em conjunto com pessoas não habilitadas ou profissionais não credenciados ou em situação irregular perante o Detran-MG;
- l) vínculo com centros de formação de condutores, despachantes, clínica descredenciada e com a Controladoria Regional de Trânsito – CRT;
- m) pagamento ou recebimento de comissão a qualquer título, valor ou pretexto, de centros de formação de condutores, despachantes ou terceiros, objetivando o favorecimento de candidatos na realização dos exames previstos no Decreto Estadual nº 47.626/19;
- n) cassação do registro ou sua suspensão, por prazo superior a 90 (noventa) dias, em decorrência de penalidade aplicada pelos respectivos Conselhos Regionais de Medicina e Psicologia;
- o) assinatura de laudos ou qualquer outro documento em branco;
- p) o sócio que vier a exercer cargo, emprego ou função pública em quaisquer das esferas públicas, sem sua substituição por outro profissional que atenda as exigências necessárias para compor a sociedade.

**CLÁUSULA QUINTA – DA APLICAÇÃO DA PENALIDADE:**

5.1 A aplicação das penalidades previstas é de competência do Diretor do Detran-MG.

5.2 Caberá recurso ao Chefe de Polícia no prazo de 30 (trinta) dias da decisão do Diretor do Detran-MG.

5.3 A aplicação das penalidades será precedida de processo administrativo, assegurados os princípios da ampla defesa e do contraditório.

5.3.1 Na hipótese de verificação de infrações para as quais são cominadas as penalidades de suspensão ou de cassação do credenciamento, a clínica credenciada poderá ter, preventivamente, suspensas suas atividades, até o encerramento do processo, mediante decisão motivada do Diretor do Detran-MG.

5.3.2 A comprovação da inadequação dos serviços prestados na avaliação psicológica e no exame de aptidão física e mental, sob qualquer aspecto moral, ético ou legal, acarretará o descredenciamento da clínica envolvida no fato.

5.3.3 A empresa que descumprir, dificultar, retardar ou inviabilizar o previsto no Decreto 47.626/19 ou nesta Portaria e demais normas, poderá ter, como medida cautelar administrativa, a suspensão da distribuição equitativa, até a sua efetiva adequação, conforme art. alínea a, inciso X, do art. 7º e Parágrafo Único do art. 8º desta Portaria.

5.3.4 A penalidade de suspensão da distribuição equitativa será pelo prazo de 15 (quinze) a 90 (noventa) dias.

5.3.5 Decorridos cinco anos da cassação do credenciamento, poderá a clínica requerer novo credenciamento, submetendo-se a todas as exigências contidas no Decreto Estadual nº 47.626/19 e em Portarias do Detran-MG.

5.4 Arcará a clínica credenciada com o ônus decorrente da incorreta emissão de documento de habilitação, em face de erro e inconsistência, providenciando o ressarcimento devido.

**CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO:**

O Detran-MG, ou quem por ele designado e os respectivos Conselhos Profissionais, fiscalizarão e acompanharão a execução deste Termo, utilizando-se de todos os meios administrativos e legais necessários para este fim, obrigando-se a CREDENCIADA a atender e permitir o livre acesso às suas dependências, oportunizando e fornecendo todas as informações aos servidores em supervisão, fiscalização e serviços de auditoria realizados ou autorizados pelo Detran-MG.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA:**

Este Termo de Credenciamento vigorará pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante formalização de novo requerimento de renovação de credenciamento.

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO:**

Este Termo de Credenciamento poderá ser rescindido:

- a) pela não observância, total ou parcial, por parte do CREDENCIADO, das cláusulas e condições aqui ajustadas e das condições constantes no Decreto Estadual nº 47.626/19, Resoluções do Contran e demais normas estabelecidas;
- b) amigavelmente, por acordo reduzido a termo, desde que haja conveniência para a Administração, sem ônus para as partes;
- c) judicialmente, nos casos previstos em Lei;
- d) pela aplicação de cassação do credenciamento.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO:**

Fica eleito o Foro de Belo Horizonte, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as divergências oriundas deste Termo de Credenciamento, não solucionadas por consenso na área administrativa. E, por estarem assim justas e acordadas, as partes firmam este instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Belo Horizonte, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

---

Diretor do Detran-MG

---

Delegado de Polícia da CIRETRAN

---

Delegado Regional de Polícia Civil

---

Sócio Médico

---

Sócio Psicólogo

---

Testemunha

---

Testemunha

**ANEXO VI**  
**Relatório de fiscalização/check list**

Às \_\_\_\_\_ horas de \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, nesta cidade de \_\_\_\_\_, presente os sócios da clínica médica e psicológica \_\_\_\_\_, código nº \_\_\_\_\_ e do Delegado de Polícia, (Chefe da Divisão de Habilitação ou do Setor de Auditoria e Fiscalização do DETRAN/MG ou do \_\_\_\_\_ Departamento de Polícia Civil) ou representante da Polícia Civil, na ausência justificada da autoridade policial, em cumprimento a requisição passaram a proceder a fiscalização.

Nome da Instituição/Entidade: \_\_\_\_\_  
localizada à Rua/Avenida: \_\_\_\_\_  
nº.: \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Município \_\_\_\_\_.

Número Tel. \_\_\_\_\_

- Anexar fotografias da frente da Instituição/Entidade; banheiro(s); e cópia certificados dos veículos.

**PERGUNTAS:**

1 – A Entidade funciona no local acima, conforme informado ao DETRAN?

( ) sim ( ) não

2 – Quais são os proprietários da Entidade e qual o número de cotas pertencentes a cada um?

3 – Quais os médicos e psicólogos regularmente cadastrados junto ao DETRAN?

( ) sim ( ) não

4 - Estão arquivados no estabelecimento os prontuários médicos e psicológicos em sala própria, com porta e arquivos fechados à chave?

( ) sim ( ) não

5 – Os equipamentos médicos utilizados estão aferidos e são os mesmos informados e apresentados ao DETRAN/MG?

( ) sim ( ) não



6 – Os instrumentos (testes) psicológicos utilizados são originais comprovada a aquisição com notas fiscais?

( ) sim ( ) não

7 – Existem instalações sanitárias masculinas, femininas e unissex para Pessoa com Necessidades Especiais?

( ) sim ( ) não

8– A Entidade possui recepção com higiene e conforto suficiente? ( ) sim ( ) não

9– A placa de identificação da Entidade está em local visível e seguindo às norma? ( ) sim ( ) não

10– Há rampas e corrimão funcionais? ( ) sim ( ) não

11- Falta Organização, limpeza e mobiliário ? ( ) sim ( ) não

12- Falta Tabela de preços ? ( ) sim ( ) não

13– Possui a empresa o laudo do corpo de bombeiros ? ( ) sim ( ) não Se negativo, por qual motivo?

14– Estão em local visível a licença da prefeitura, alvará do DETRAN e laudo do corpo de bombeiros e quadro de registro de funcionários ? ( ) sim ( ) não

15- Os funcionários da Entidade atendem com urbanidade e prestam esclarecimentos necessários acerca das atividades que prestam? ( ) sim ( ) não

16– Há outras atividades desempenhadas na Entidade, diverso do permitido em no Decreto 47.626/19 e nesta Portaria?

17– A Entidade tem toda estrutura exigida pela Lei ( ) sim ( ) não

28 – Juntar fotografias do imóvel da Entidade, dos carros, cópias dos documentos, etc para subsidiar informações e arquivo.

(Após fiscalização e constatado irregularidades descritas, a contar da data da realização da auditoria e fiscalização será instaurado procedimento preliminar e feita a notificação imediata ou no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis para que o representante legal da empresa credenciada saneie as irregularidades. Na notificação deverá constar qual (is) a(s) irregularidade (s) apurada (s). A empresa credenciada terá o prazo de até 30 (trinta) dias do recebimento da notificação expedida para sanear eventual irregularidade constatada na fiscalização, respeitada a legislação pertinente,

que se não saneada implicará instauração do Procedimento Administrativo e na aplicação de PENALIDADES: Advertência, Suspensão e ou Cassação de Credenciamento, conforme determina o Decreto 47.626/19, nesta Portaria em seu Termo de Credenciamento, não sendo saneadas as irregularidades.

O presente MODELO DE FISCALIZAÇÃO - QUESTIONÁRIO preenchido ficará deverá ser inserido no arquivo da empresa fiscalizada.

Diante do exposto, todos presentes assinam o formulário de QUESTIONÁRIO.

Local / Data

---

---

médico (a) presente

---

psicólogo (a) presente

---

Representante da Polícia Civil

---

Representante da Polícia Civil

---

REPRESENTANTE DA EMPRESA



Memorando Detran.DETTRAN/ASSJUR-ASS.nº 1273/2021

Belo Horizonte, 18 de maio de 2021.

**Exma. Sra.**  
**Dra. Maria Alice Faria**  
**Delegada de Polícia**  
**Divisão de Habilitação (DH) - DETRAN/MG**

**Referência: Memorando.DETTRAN/DH-GAB.nº 366/2021**  
**SEI: 1510.01.0077720/2021-42**

Excelentíssima Delegada,

Cumprimentando-a cordialmente, considerando o Memorando.DETTRAN/DH-GAB.nº 366/2021 (27400617), de autoria da Chefia anterior, e a alteração da titular da Divisão de Habilitação remeto a minuta de portaria referente ao credenciamento de Clínicas para análise sobre a manutenção do texto ou alterações, para posterior análise jurídica, a fim de evitar retrabalho.

Na oportunidade, apresento protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

**Adriana Patrícia Cortopassi Coelho**

*Delegada de Polícia - MASP 1.174.193-1*

**Chefe da Assessoria Jurídica do DETRAN/MG**



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Patrícia Cortopassi Coelho, Delegada de Polícia**, em 18/05/2021, às 14:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **29594522** e o código CRC **129A793C**.



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Polícia Civil do Estado de Minas Gerais**  
**Gabinete da Divisão de Habilitação**

Memorando.DETRAN/DH-GAB.nº 525/2021

Belo Horizonte, 27 de maio de 2021.

**Para:** Gabinete do Chefe da Assessoria Jurídica  
Chefe da Assessoria

**Assunto:** Encaminha Portaria/Minuta

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1510.01.0077720/2021-42].

Excelentíssima Dra. Adriana,

Após breve análise do texto contido na Minuta da Portaria de Credenciamento de Clínicas, devolvo para análise e parecer jurídico.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Maria Alice Faria, Delegado(a)**, em 27/05/2021, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **30084790** e o código CRC **2C57F72C**.

**Referência:** Processo nº 1510.01.0077720/2021-42

SEI nº 30084790

Memorando Detran.DETTRAN/ASSJUR-ASS.nº 1420/2021

Belo Horizonte, 09 de junho de 2021.

**Para: Dra. Maria Alice Faria**

**Chefe da Divisão de Habilitação - DH/Detran-MG**

**Assunto: Minuta da Portaria de Credenciamento de Clínicas**  
**SEI: 1510.01.0077720/2021-42**

Excelentíssima Delegada,

Cumprimentando-a cordialmente, valho-me do presente para responder ao Memorando.DETTRAN/DH-GAB.nº 525/2021 encaminhado a esta Assessoria Jurídica, solicitando análise e parecer jurídico acerca da Minuta de Portaria de Credenciamento de Clínicas, que regulamenta o funcionamento e os procedimentos para o credenciamento de clínica médica e psicológica, para realizar exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica em candidatos à obtenção de permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da Carteira Nacional de Habilitação, à mudança e adição de categoria, registro de Carteira Nacional de Habilitação de outros Estados da Federação e Internacionais no Brasil, nos candidatos a Diretor-Geral, Diretor de Ensino, Instrutor e Examinador de Trânsito e dá outras providências.

A portaria foi encaminhada a essa Assessoria Jurídica para análise de sua juridicidade, não tendo sido analisada sua conveniência e mérito, bem como seus aspectos técnicos e procedimentais.

Após estudo do caso, exara-se o opinativo.

### **ANÁLISE JURÍDICA**

Como forma de subsidiar as decisões da Administração, necessário se faz discorrer juridicamente acerca dos temas que envolvem o questionamento suscitado, construindo a conclusão do presente estudo técnico-jurídico.

Passando a apreciação da referida proposta, inicialmente, cabe ressaltar que **a análise desta Assessoria Jurídica está adstrita aos aspectos jurídico-formais da proposta, abstraídas quaisquer considerações acerca de valores, das questões técnicas, da oportunidade e das adequações de demandas, que são de ordem técnica e da competência das áreas responsáveis, resguardado, ainda, o poder discricionário do gestor público quanto à oportunidade e conveniência na prática do ato administrativo.**

Primeiramente, cumpre pontuar que, de acordo com o artigo 22, XI, da CRFB/88, compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte. Tais matérias só podem ser regulamentadas por outros entes federativos na hipótese de a União, por meio de Lei Complementar, autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias previstas no referido art. 22, nos termos do que prevê o parágrafo único deste artigo.

No que tange ao credenciamento de clínicas, a Lei 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro/CTB) disciplina em seu artigo 148, *in verbis*:

*Art. 148. Os exames de habilitação, exceto os de direção veicular, poderão ser aplicados por entidades públicas ou privadas credenciadas pelo órgão executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, de acordo com as normas estabelecidas pelo CONTRAN.*

*§ 1º A formação de condutores deverá incluir, obrigatoriamente, curso de direção defensiva e de conceitos básicos de proteção ao meio ambiente relacionados com o trânsito.*

*§ 2º Ao candidato aprovado será conferida Permissão para Dirigir, com validade de um ano.*

*§ 3º A Carteira Nacional de Habilitação será conferida ao condutor no término de um ano, desde que o mesmo não tenha cometido nenhuma infração de natureza grave ou gravíssima ou seja reincidente em infração média.*

*§ 4º A não obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, tendo em vista a incapacidade de atendimento do disposto no parágrafo anterior, obriga o candidato a reiniciar todo o processo de habilitação.*

*§ 5º O Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN poderá dispensar os tripulantes de aeronaves que apresentarem o cartão de saúde expedido pelas Forças Armadas ou pelo Departamento de Aeronáutica Civil, respectivamente, da prestação do exame de aptidão física e mental.*

O mesmo diploma legal também prevê em seu artigo 156:

*Art. 156. O CONTRAN regulamentará o credenciamento para prestação de serviço pelas auto-escolas e outras entidades destinadas à formação de condutores e às exigências necessárias para o exercício das atividades de instrutor e examinador.*

À luz da previsão insculpida no Código de Trânsito Brasileiro, o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) regulamentou a matéria por meio da Resolução nº 425/2012. O artigo 15 disciplina acerca do credenciamento e renovação, senão vejamos:

*Art. 15. As entidades, públicas ou privadas, serão credenciadas pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, de acordo com a sua localização e em conformidade com os critérios aqui estabelecidos.*

*§ 1º As entidades credenciadas deverão manter o seu quadro de peritos examinadores atualizado junto ao órgão que a credenciou.*

*§ 2º O prazo de vigência do credenciamento será de um ano, podendo ser renovado sucessivamente desde que observadas às exigências desta Resolução.*

*§ 3º A cada dois anos as entidades, públicas ou privadas, credenciadas deverão comprovar o cumprimento do disposto nos artigos 16 a 23, junto aos órgãos ou entidades executivas de trânsito do respectivo Estado ou do Distrito Federal onde estiverem credenciadas.*

No mesmo sentido, o Estado de Minas Gerais publicou o Decreto 47.626/2019 que "Dispõe sobre o credenciamento de clínicas médicas e psicológicas, em localidades atendidas por banca examinadora, para realizar exames

de aptidão física e mental e de avaliação psicológica em candidatos à permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da Carteira Nacional de Habilitação e à troca de categoria e dá outras providências."

Passa agora à análise da Portaria e manifestação face às normas que regulamentam o tema, bem como as sugestões elaboradas por esta Assessoria Jurídica através dos anexos 30629922 e 30629948.

Frisa-se que, considerando que os **Anexos da Minuta em análise referem-se a aspectos técnicos, recomenda-se que seja verificado se as disposições encontram-se atualizadas.**

Não obstante, sugere-se, ainda, que seja aferido se a estrutura e padronização da minuta encontra-se formatada em consonância com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e que seja definido um padrão de escrita, bem como sejam evitadas repetições, garantindo a coesão e coerência textual.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, realizada a análise dos aspectos formais e materiais do ato normativo proposto, em especial os aspectos de legalidade e constitucionalidade, sem qualquer incursão na seara técnica ou exame de conveniência e oportunidade, opina-se, *s.m.j.*, pela viabilidade jurídica da minuta de portaria **desde que observadas as recomendações e atendidas as sugestões de redação apresentadas.**

Era o que tinha a informar, colocando-me à inteira disposição de V. Exa. para ulteriores esclarecimentos que porventura se façam necessários.

Atenciosamente,

**Adriana Patrícia Cortopassi Coelho**  
Delegada de Polícia – MASP: 1.330.973-7  
**Chefe da Assessoria Jurídica do DETRAN-MG**



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Patrícia Cortopassi Coelho, Delegada de Polícia**, em 14/06/2021, às 12:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **30594377** e o código CRC **1DA080FF**.



PORTARIA Nº

Regulamenta o funcionamento e os procedimentos para o credenciamento de clínica médica e psicológica, para realizar exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica em candidatos à obtenção de permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da Carteira Nacional de Habilitação, à mudança e adição de categoria, registro de Carteira Nacional de Habilitação de outros Estados da Federação e Internacionais no Brasil, nos candidatos a Diretor-Geral, Diretor de Ensino, Instrutor e Examinador de Trânsito e dá outras providências.

**O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DE MINAS GERAIS – Detran-MG**, órgão executivo de trânsito e integrante da estrutura orgânica da Polícia Civil de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 22 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro e as Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – Contran, bem como o artigo 37 da Lei Complementar Estadual nº 129, de 08 de novembro de 2013, e

**CONSIDERANDO** que a Lei Federal 8.666/93 não exige licitação quando houver a inviabilidade de competição para contratação de serviços técnicos, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização (art. 25, II) e que perícias e avaliações em geral são considerados serviços técnicos profissionais especializados (art. 13, II);

**CONSIDERANDO** o artigo 148 do CTB e o Capítulo IV da Resolução do Contran nº 425, de 27 de novembro de 2012, que dispõem sobre o instituto do credenciamento como a forma de contratação de clínica médica e psicológica para realizar os exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica em candidatos à obtenção de permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da Carteira Nacional de Habilitação, à mudança e adição de categoria, registro de Carteira Nacional de Habilitação de outros Estados da Federação e Internacionais no Brasil, nos candidatos a Diretor-Geral, Diretor de Ensino, Instrutor e Examinador de Trânsito;

**CONSIDERANDO** que compete ao Detran-MG, como Órgão Executivo Estadual de Trânsito, credenciar órgãos, instituições e entidades para a execução de atividades previstas na legislação de trânsito; cumprir e fazer cumprir tal legislação no âmbito do Estado de Minas Gerais;

**CONSIDERANDO** o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 5774, que declarou ser inconstitucional a Lei Estadual 20805/2013 em razão de os Estados não terem competência para legislar sobre as matérias de trânsito, exclusivas da União, e que afasta, portanto, a aplicabilidade dos dispositivos limitadores e contrários às normas federais do Decreto Estadual nº 47.626 de 25 de março de 2019;

Art. 22 do Decreto  
A clínica credenciada pelo Detran-MG executará atividade exclusiva de exames de aptidão física e mental e avaliação psicológica em candidatos à obtenção da permissão para dirigir, à adição ou troca de categoria, à renovação da CNH e em candidatos ao exercício dos cargos de Diretor-Geral, Diretor de Ensino, Instrutor, Examinador e candidatos a outros cursos, conforme disposto no § 1º do art. 2º

Autor desconhecido  
15/04/2021 08:48

Complementar com a nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021),

Autor desconhecido  
15/04/2021 11:22

Art. 22 do Decreto

Autor desconhecido  
15/04/2021 08:55

**CONSIDERANDO** que é de responsabilidade do Detran-MG fiscalizar e assegurar a lisura das atividades desempenhadas pelos parceiros credenciados e voltadas aos candidatos e condutores mineiros;

**CONSIDERANDO** a Portaria do Detran-MG nº 813/2020, que regulamenta e padroniza, com relação ao período de habilitação do requerente, ao sistema operacional de acesso e ao processo de fiscalização, o credenciamento das pessoas jurídicas que executam atividades previstas na legislação de trânsito, de atribuição do Detran-MG

**RESOLVE:**

## CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** O credenciamento de clínica médica e psicológica observará os requisitos previstos nesta Portaria e nas Resoluções do Contran, será anual e o Detran-MG publicará, em cada exercício, calendário com o prazo para a habilitação dos interessados no pré-cadastro, conforme disposto na Portaria do Detran-MG nº 813/2020.

Parágrafo único O credenciamento permitirá que a clínica realize exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica em candidatos à obtenção de permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da Carteira Nacional de Habilitação, à mudança e adição de categoria, registro de Carteira Nacional de Habilitação de outros Estados da Federação e Internacionais no Brasil, nos candidatos a Diretor-Geral, Diretor de Ensino, Instrutor e Examinador de Trânsito, naqueles que venham a concluir cursos especiais de formação, conforme determinação do Contran, do Denatran e do Detran-MG, bem como exames que a legislação de trânsito venha a prever e a autorizar.

**Art. 2º** A participação societária da clínica médica e psicológica, para fins de credenciamento, é exclusiva de no mínimo um médico e um psicólogo devidamente habilitados na forma do art. 18 da Resolução 425/12/Contran.

**Art. 3º** O credenciamento de clínica médica e psicológica é específico para o município estabelecido, sendo vedada a instituição de filiais; intransferível; inegociável; e renovável a cada 1 (um) ano, considerando-se como termo inicial a data de publicação da respectiva portaria de credenciamento.

§1º Nos municípios em que não houver clínica credenciada, será permitida a realização do exame de aptidão física e mental e/ou da avaliação psicológica por clínicas credenciadas em outras localidades, autorizadas pelo Detran-MG.

§2º A pessoa jurídica interessada deverá solicitar credenciamento para o endereço que consta no seu respectivo comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

art. 22 do Decreto

Autor desconhecido  
15/04/2021 11:24

Art. 2, §2º do Decreto  
47626/2019

§ 2º – A participação societária na clínica médica e psicológica é exclusiva, para fins de credenciamento, dos profissionais de medicina e psicologia de que trata a legislação de trânsito.

Detran  
09/06/2021 10:12

Art. 4º do Decreto 47626/2019

Art. 4º – O credenciamento de clínica médica e psicológica, de natureza intransferível e inegociável, será específico para o município estabelecido, sendo vedada a instituição de filiais.

Detran  
09/06/2021 10:12

Art. 17 da Resolução 425/2012

Art. 17. Nos municípios em que não houver entidade credenciada, será permitida a realização do exame de aptidão física e mental e/ou da avaliação psicológica por entidades credenciadas em outras localidades, autorizadas pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado.

Detran  
09/06/2021 10:13

Art. 5º do Decreto:

A clínica médica e psicológica interessada em se credenciar deverá apresentar requerimento prévio, por intermédio de seus sócios, ao Diretor do Detran-MG, indicando o endereço de sua sede

Detran  
09/06/2021 10:13

§3º A clínica médica e psicológica deve desenvolver exclusivamente atividades referentes aos procedimentos previstos nesta Portaria, sendo vedado o credenciamento de clínica localizada em ambulatório, hospital ou instalada conjuntamente com consultórios de outras especialidades.

= Art. 3º do Decreto

Detran  
09/06/2021 10:13

§4º Os pedidos de renovação de credenciamento deverão ser apresentados pelos interessados até 30 (trinta) dias antes da data do vencimento do credenciamento em vigor.

vide art. 16,§1. Há necessidade de constar lá? repetitivo

Detran  
15/04/2021 11:30

§5º Os prazos, quando vencerem em finais de semana ou feriados, serão prorrogados para o primeiro dia útil subsequente.

se retirar o §4º, alterar numeração do 5º

Detran  
15/04/2021 11:31

## CAPÍTULO II – DO CREDENCIAMENTO DE CLÍNICA MÉDICA E PSICOLÓGICA

### SEÇÃO I – DO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO

**Art. 4º** O requerimento de credenciamento de clínica médica e psicológica, assinado pelos sócios e dirigido ao Diretor do Detran-MG, deverá ser preenchido eletronicamente no Sistema de Credenciamento de Empresas – SCE, mediante certificação digital da empresa, e iniciará a etapa do pré-cadastro, na qual deverão ser realizados os uploads dos seguintes documentos:

Art. 5º, §2º do Decreto: § 2º  
O Diretor do Detran-MG editará portaria estabelecendo o quantitativo de vagas e em quais municípios haverá credenciamento de clínica médica e psicológica, bem como prazo para apresentação de requerimento e de documentação necessária

Detran  
09/06/2021 10:13

I- Da clínica:

- a. Cópia do contrato social, registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ou em Cartório de Registro Civil da Pessoa Jurídica;
  - a.1) O objeto social da pessoa jurídica deve relacionar-se à atividade objeto de que trata o credenciamento.
- b. Cópia do Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com situação cadastral ativa;
- c. Certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de primeira e segunda instância da Justiça Federal de ações criminais, de execuções fiscais e de ações em que for interessada a União, suas autarquias e fundações;
- d. Certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de primeira e segunda instância da Justiça Estadual de ações criminais, de ações cíveis, de execuções fiscais e de outras ações em que for interessado o Estado, suas autarquias e fundações, da comarca da sede da clínica;
- e. Prova de regularidade fiscal e trabalhista junto ao órgão;
- f. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da clínica, ou outra equivalente, na forma da lei;
- g. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- h. Registro atualizado da clínica nos Conselhos profissionais de medicina e psicologia. Em caso de comprovada omissão do respectivo Conselho em se realizar o registro da clínica, poderá ser admitido o protocolo do pedido de registro no Conselho, devendo os sócios apresentarem o Registro definitivo, com os respectivos Responsáveis Técnicos da empresa, antes da publicação da Portaria de Credenciamento.

I. Dos Sócios:

inciso II

Detran  
15/04/2021 11:32

- a. Cópia de Documento de Identidade com foto e do CPF (autenticadas);
- b. Certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de primeira e segunda instância da Justiça Federal de ações criminais, de execuções fiscais e de ações em que for interessada a União, suas autarquias e fundações;
- c. Certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de primeira e segunda instância da Justiça Estadual de ações criminais, de ações cíveis, de execuções fiscais e de outras ações em que for interessado o Estado, suas autarquias e fundações, da comarca do domicílio do sócio;
- d. Certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, das Justiças Eleitoral e Militar do Estado e da União;
- e. Prova de regularidade fiscal e trabalhista junto ao órgão;
- f. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio do sócio;
- g. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- h. Certificado do(s) sócio(s) médico(s) de Título de Especialista em Medicina de Tráfego, expedido de acordo com as normas da Associação médica Brasileira – AMB e do Conselho Federal de Medicina - CFM ou Capacitação de acordo com o programa aprovado pela Comissão Nacional de Residência médica - CNRM ou certidão emitida pelo Conselho Regional de Medicina constando a Especialidade de Medicina do Tráfego;
- i. Título do(s) sócio(s) Psicólogo(s) de conclusão e aprovação em curso de Especialista em Psicologia do Trânsito reconhecido pelo Conselho Federal de Psicologia e pelo MEC, ou certidão emitida pelo Conselho Regional de Psicologia constando a Especialidade de Psicologia do Trânsito;
- j. Registros atualizados de médicos e psicólogos nos respectivos Conselhos profissionais;
- k. Prova de regularidade quanto a débitos e processos éticos junto aos respectivos conselhos profissionais, acompanhada de fotocópia da identidade profissional;
- l. Declaração negativa com firma reconhecida em cartório de que o proprietário ou sócio não exerce cargo, emprego ou função pública em qualquer Órgão Público, conforme modelo contido no ANEXO II desta Portaria;
- m. Declaração com firma reconhecida em cartório de não estar o proprietário ou sócio envolvido em atividade comercial ou outras que possam comprometer sua isenção na execução da atividade credenciada.
- n. Declaração com firma reconhecida em cartório de não haver para o proprietário ou sócio e para a clínica registros de inidoneidade junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).
- o. Comprovante de residência atual, conforme legislação em vigor, ou declaração firmada em cartório.

sugestão : incluir cargo eletivo. Assim, alterar o Anexo II

Detran  
15/04/2021 13:53

o reconhecimento em cartório de acordo com a Lei 13.726, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018, é dispensado. Qual o fundamento desta exigência?

Detran  
09/06/2021 10:18

o reconhecimento em cartório de acordo com a Lei 13.726, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018, é dispensado. Qual o fundamento desta exigência? vários dispositivos neste sentido..

Detran  
09/06/2021 10:18



§1º Iniciada a fase do pré-cadastro, caso a clínica não dê prosseguimento à tramitação do processo mediante a juntada dos documentos exigidos, ele será cancelado automaticamente após 30 (trinta) dias.

§2º A análise dos documentos inseridos no Sistema de Credenciamento de Empresas – SCE será de atribuição da Divisão de Habilitação, em conjunto com a Seção de Controle de clínicas, na Capital, e no interior do Estado, das Delegacias Regionais de Polícia Civil.

§3º Não será causa de inabilitação estar a clínica em processo de recuperação judicial ou pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação.

**Art. 5º** O requerimento de credenciamento também deverá estar acompanhado dos seguintes requisitos obrigatórios:

I. Comprovante de que a clínica possui tecnologia de certificação digital para a identificação da empresa e dos seus empregados junto ao Denatran e ao Detran-MG, e acesso aos sistemas informatizados.

II. Prova de propriedade ou contrato de locação do imóvel onde está instalada a clínica.

III. Alvará de localização e funcionamento fornecido pelo órgão municipal competente;

IV. Cópia da planta baixa do imóvel, com a descrição física e a finalidade das dependências, discriminando tamanho das instalações em escala de 1:100;

V. Imagens detalhando a infraestrutura das instalações, as quais, respeitadas as normas vigentes relativas à acessibilidade dos portadores de deficiência física, conforme diretrizes da Resolução 425/12/Contran c/c NBR 14.970, NBR 9050 da ABNT, da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), da Lei nº 10.048/2000, da Lei nº 10.098/2000, bem como da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e eventuais legislações posteriores, deverão dispor do mínimo a seguir:

- a. Sala de recepção e espera com o necessário e suficiente conforto;
- b. Sala exclusiva de almoxarifado e arquivo com chaves, como também armários para guarda dos testes;
- c. Instalações sanitárias distintas para homens e mulheres, e unissex exclusivo para pessoas com deficiência, em perfeitas condições de higiene e utilização;
- d. Instalações médicas de acordo com as exigências contidas no artigo 7º desta Portaria;
- e. Instalações psicológicas de acordo com as exigências contidas no artigo 8º desta Portaria.

VI. Declaração, com firma reconhecida e assinada pelos sócios, de que a clínica disporá dos seguintes equipamentos técnicos utilizados na avaliação psicológica:

Art. 16 da Resolução:  
Art. 16. Para a obtenção do credenciamento as entidades deverão dispor de instalações que atendam às seguintes exigências: I – exigências comuns às entidades médicas e psicológicas: a) cumprir o Código de Postura Municipal; b) possuir licença de funcionamento/licença sanitária/alvará sanitário, emitido pela vigilância sanitária local e cumprir a legislação sanitária vigente; c) cumprir a NBR 9050 da ABNT; d) ter recursos de informática com acesso à Internet  
Autor desconhecido  
15/04/2021 09:34

Art. 7º do Decreto  
Art. 7º – A clínica médica e psicológica credenciada deverá possuir a seguinte estrutura mínima, que atenda às exigências do Contran, do Detran-MG e deste decreto:  
I – sala de recepção e espera com o necessário e suficiente conforto;  
II – sala para teste coletivo com acomodações confortáveis, disposto de oito carteiras do tipo escolar;  
III – sala privativa para teste e entrevista individual com ventilação satisfatória e sonorização e iluminação adequadas, conforme exigências dos manuais de teste;  
IV – sala de almoxarifado e arquivo provida de armários com chave para guarda dos testes;  
V – sala para exame médico, com dimensões mínimas de 4,50 m x 3,00 m no caso de a acuidade visual ser verificada por meio de projetor luminoso ou tabela de Snellen, provida de lavatório para mãos, com ventilação e iluminação adequadas;  
VI – instalações sanitárias distintas para homens e mulheres, em perfeitas condições de higiene e utilização.  
Parágrafo único – As instalações da clínica credenciada devem também estar de acordo com as normas da legislação municipal pertinente  
Detran  
09/06/2021 10:14

a. Entrevista, que deverá abranger o histórico familiar, escolar, profissional e de saúde, bem como outros fatores considerados relevantes pelo Psicólogo Perito Examinador;

b. Bateria de testes de personalidade e seus respectivos manuais originais, cujas especificações deverão ser seguidas rigorosamente, e outros testes psicológicos oficialmente reconhecidos pelo Conselho Federal de Psicologia;

c. Cronômetros;

d. Bateria de testes de habilidades específicas e complementares, com seus respectivos manuais originais, referentes à atenção concentrada, rapidez de raciocínio, tempo de reação e relações espaciais, a serem realizados em folhas e cadernos originais;

e. Testes de nível mental e respectivo manual, que deverá ser realizado em cadernos e folhas originais; e

f. Além do material para o teste expressivo, devem ser disponibilizados pela clínica, como requisito mínimo, os testes projetivos ou gráficos com manuais e outros impressos necessários à aplicação originais.

VII. Declaração, com firma reconhecida e assinada pelos sócios, de que a clínica manterá em funcionamento os seguintes equipamentos necessários à informatização da empresa:

a. No mínimo um microcomputador com alto poder de conectividade, para a transmissão de dados de forma segura e criptografada, segundo o máximo nível de segurança disponível no mercado;

b. Impressora a laser com memória interna suficiente para a recepção de impressão de trinta estações simultaneamente;

c. Scanner de mesa ou impressora laser multifuncional com memória interna suficiente para a recepção de impressão de trinta estações simultaneamente.

VIII. Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB ou documento equivalente expedido por essa corporação;

IX. Declaração de compromisso na forma do Anexo III desta Portaria, através de comprovação de contrato firmado entre a pleiteante de credenciamento e a operadora de internet capaz de executar conectividade direta com o sistema informatizado do Detran-MG, através do sistema biométrico e obtenção da impressão digital, conforme Resolução nº 598/2016 modificada pela Resolução 684/2017 Contran, efetivando a interligação após a publicação da Portaria e assinatura do Termo de Credenciamento da empresa junto ao DETRAN;

**X. Termo de compromisso assinado pelos sócios, por meio do qual se comprometem a observar as seguintes obrigações:**

a. Comparecimento obrigatório, quando convocados, dos representantes do corpo funcional da clínica para treinamentos realizados pelo Detran-MG, padronizar procedimentos e operar o sistema informatizado, com a devida liberação de acesso mediante termo de uso e responsabilidade;

b. Comparecimento obrigatório, quando convocados, dos profissionais médico e psicólogo cadastrados na clínica para treinamentos e reciclagens realizados pelo Detran-MG a fim de padronizar procedimentos e recomendações técnicas quanto ao atendimento e avaliação dos candidatos;

c. Afixar informes em local de destaque na recepção com documento comprobatório do seu credenciamento, da tabela de preços autorizada pelo Detran-MG, bem como quadro dos profissionais cadastrados e dos responsáveis técnicos;

d. Participação bienal dos médicos e psicólogos cadastrados na empresa em Seminários, Jornadas, Fóruns, Congressos, Cursos e Reuniões promovidas pela Associação Brasileira de Medicina de Tráfego - ABRAMET, Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego - ABRAPSIT e entidades afins reconhecido pelo Detran-MG com o objetivo de otimizar rotinas e procedimentos para melhor atender ao público e da divulgação de Pesquisas Científicas na área da Medicina de Tráfego e da Psicologia do Trânsito, sob pena de advertência.

Sugestão, incluir salvo uma exceção por motivo justificável, como caso fortuito ou força maior.

Detran

15/04/2021 13:59

**Art. 6º** São exigências relativas às instalações médicas:

I. A sala de exame médico deverá ter dimensões mínimas de 4,5m x 3,0m (quatro metros e meio por três metros) com auxílio de espelhos, obedecendo aos critérios de acessibilidade, provida de lavatório para mãos, com ventilação e iluminação adequadas;

II. Tabela de Snellen ou projetor de optotipos;

III. Equipamento refrativo de mesa (facultativo);

IV. Divã para exame clínico;

V. Cadeira e mesa para o médico;

VI. Cadeira para o candidato;

VII. Estetoscópio;

VIII. Esfigmomanômetro;

IX. Martelo de Babinsky;

X. Dinamômetro para força manual;

XI. Equipamento para avaliação do campo visual, da estereopsia, do ofuscamento e da visão noturna;

XII. Foco luminoso;

XIII. Lanterna;

IVX. Fita métrica;

XV. Balança antropométrica;



- XVI. Material para identificação das cores verde, vermelha e amarela;
- XVII. Placas de aferição de profundidade;
- XVIII. Luva para exame médico e fita métrica;
- XIX. Coletânea atualizada das regras e procedimentos a observar impressos;
- XX. Código Internacional de Doenças - CID, atualizado.

**Art. 7º São exigências relativas às instalações psicológicas:**

I. Sala para teste coletivo, com acomodação confortável, dimensões mínimas de 1,20 m x 1,00 m (um metro de vinte por um metro) por candidato, dispondo de 08 (oito) carteiras do tipo escolar;

I.a. Na sala de teste coletivo deverá haver no mínimo uma mesa para deficiente físico, conforme item 9.3.1 da NBR 9050 da ABNT, com tampo contendo largura mínima de 0,90m, altura entre 0,75m e 0,85m do piso, e altura livre do tampo de no mínimo 0,73m com profundidade livre mínima de 0,50m.

II. Sala privativa para teste e entrevista individual com dimensões mínimas de 2,0m X 2,0m, (dois metros por dois metros) condições de ventilação à situação de teste, ambiente bem iluminado por luz natural ou artificial fria, evitando-se sombras ou ofuscamentos, conforme exigências dos manuais de teste, na forma do inciso III do art. 16 da Resolução 425/12/Contran.

**Art. 8º** O requerimento de credenciamento deverá ser analisado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias.

**Art. 9º** Nos casos em que os interessados apresentarem documentação incompleta ou inadequada, será admitido o saneamento no prazo de até 90 (noventa) dias, a partir da devida notificação.

Parágrafo único A inércia da requerente por período superior ao definido no parágrafo anterior acarretará o arquivamento do requerimento de credenciamento, devendo a empresa, caso haja interesse, iniciar novo processo de credenciamento.

**Art. 10** Constatando-se que o requerimento apresentado atende aos requisitos exigidos, o interessado será considerado habilitado e o Detran-MG realizará, no imóvel da sede da empresa, uma vistoria técnica, de inspeção funcional e com objetivo de atestar o cumprimento do disposto nesta Portaria.

§1º A vistoria técnica será realizada, na Capital, pela Divisão de Habilitação do Detran-MG em conjunto com a Seção de Controle de clínicas, e, no interior, pelas Delegacias Regionais de Polícia Civil, observando-se o modelo do ANEXO III desta Portaria.

§2º No caso de reprovação da vistoria no estabelecimento da empresa, o Detran-MG terá um prazo de até 30 (dias) para realizar nova vistoria, contados da data de informação da correção da irregularidade pelo solicitante.

Art. 10 do Decreto e Art. 16, II da Resolução

Detran  
09/06/2021 10:14

**Art. 7º São exigências relativas às instalações psicológicas:**

I. Sala para teste coletivo, com acomodação confortável, dimensões mínimas de 1,20 m x 1,00 m (um metro de vinte por um metro) por candidato, dispondo de 08 (oito) carteiras do tipo escolar;

I.a. Na sala de teste coletivo deverá haver no mínimo uma mesa para deficiente físico, conforme item 9.3.1 da NBR 9050 da ABNT, com tampo contendo largura mínima de 0,90m, altura entre 0,75m e 0,85m do piso, e altura livre do tampo de no mínimo 0,73m com profundidade livre mínima de 0,50m.

II. Sala privativa para teste e entrevista individual com dimensões mínimas de 2,0m X 2,0m, (dois metros por dois metros) condições de ventilação à situação de teste, ambiente bem iluminado por luz natural ou artificial fria, evitando-se sombras ou ofuscamentos, conforme exigências dos manuais de teste, na forma do inciso III do art. 16 da Resolução 425/12/Contran.

Detran  
09/06/2021 10:15

**Art. 5º, §1º do Decreto:** O requerimento de que trata o caput deverá ser analisado pelo Detran-MG no prazo de trinta dias, a contar da data de seu recebimento. (sugestão de incluir a partir do recebimento para ter o marco de contagem)

Detran  
09/06/2021 10:23

(trinta) dias

Detran  
09/06/2021 10:27

Qual o prazo para sanar a irregularidade?

Autor desconhecido  
14/04/2021 13:18



**Art. 11** Aprovada a vistoria, a clínica deverá realizar o pagamento da DAE relativa à taxa de credenciamento prevista no item 5.3 da Tabela "D" da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

Parágrafo único. A clínica deverá, também, providenciar a afixação da placa de identificação de clínica médica e psicológica, conforme modelo constante no ANEXO IV desta Portaria.

**Art. 12** Estando deferido o requerimento de credenciamento, os sócios da clínica assinarão o Termo de Credenciamento – ANEXO V desta Portaria, e o Diretor do Detran-MG publicará a portaria de credenciamento.

**Art. 13** Após a publicação da portaria de credenciamento, a clínica deverá solicitar ao Detran-MG a interligação do seu sistema informatizado.

**Art. 14** Após o devido registro da credenciada junto ao sistema informatizado do Detran-MG, será expedida autorização de funcionamento com validade de 01 (um) ano.

**Art. 15** Caberá à Divisão de Habilitação do Detran-MG, em conjunto com a Seção de Controle de clínicas, nos processos de credenciamento de clínica médica e psicológica:

I. Orientar os interessados e os servidores das Delegacias Regionais de Polícia Civil do interior, dirimindo dúvidas acerca da documentação e dos procedimentos;

II. Proceder à análise e julgamento da documentação apresentada dos requerimentos;

## SEÇÃO II – DA RENOVAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

**Art. 16** A renovação do credenciamento de clínica médica e psicológica credenciada será anual, com o devido recolhimento da Taxa de Segurança Pública, prevista item 5.3 da Tabela "D" da Lei nº 6.763/1975, desde que requerida pelo credenciado.

§1º O requerimento de renovação de credenciamento deverá ser firmado pelos sócios e apresentado com até 30 (trinta) dias de antecedência do término da validade da autorização de funcionamento.

§ 2º Decorridos 90 (noventa) dias do vencimento do prazo para a renovação do credenciamento, a clínica que não renovar ou não apresentar documentação completa nos termos desta Portaria, será considerado extinto o credenciamento da empresa, com a publicação de portaria pelo Diretor do Detran-MG.

§3º O requerimento de renovação de credenciamento deverá conter a documentação exigida para o credenciamento nos termos do art. 4º; art. 5º, II, III, IV e VIII, todos desta Portaria.

§4º Na eventualidade de alteração no quadro societário ou no endereço da empresa, na estrutura do imóvel ou qualquer outra que culmine na necessária atualização dos documentos elencados

ver marco do início da contagem do prazo, pois há outomarco temporal no art. 3 desta Portaria, ou , bem como se seria a partir da assinatura do termo de credenciamento. Padrozinhar o marco temporal.

Detran  
09/06/2021 10:32

Falar que o prazo é renovável Art. 17 – Após aprovação na vistoria de que trata o art. 16 e apresentação do comprovante de pagamento dos encargos de credenciamento, será expedida portaria de credenciamento da clínica pelo Diretor do Detran-MG, com validade de doze meses, renováveis por iguais e sucessivos períodos, ressalvado o interesse da administração pública

Art. 15, §2º da Resolução § 2º O prazo de vigência do credenciamento será de um ano, podendo ser renovado sucessivamente desde que observadas às exigências desta Resolução.

Autor desconhecido  
14/04/2021 13:20

comentário do art. 14, visto que, se alterar o artigo 14 poderá acarretar reflexos neste artigo?

Detran  
09/06/2021 10:35

Frase confusa  
Art. 19 do Decreto

Art. 19 – Extingue-se o credenciamento por ato de vontade da clínica credenciada ou unilateralmente pela Administração Pública, após publicação de portaria do Diretor do Detran-MG, quando:  
a) decorridos noventa dias do prazo para a prorrogação do credenciamento, a clínica credenciada não manifestar interesse ou não apresentar documentação completa nos termos deste decreto;

b) decorridos noventa dias do prazo para a renovação anual do credenciamento, a clínica credenciada não manifestar interesse ou não apresentar documentação completa nos termos deste decreto;

Autor desconhecido  
14/04/2021 13:27

nos arts. 4º, 5º e 10 ao longo do período de validade da autorização de funcionamento, estes deverão ser apresentados também quando da solicitação da mudança desejada.

§5º Além dos documentos indicados no §3º deste artigo, deverão ser juntadas no requerimento de renovação as notas fiscais referente à compra de testes psicológicos e de aferição/aquisição dos equipamentos médicos relativos ao exercício anterior.

§ 6º A empresa que pretende renovar seu credenciamento deverá dispor dos requisitos obrigatórios previstos no art. 5º, V a VII, e nos arts. 7º e 8º, desta Portaria, respeitando-se as normas vigentes relativas à acessibilidade dos portadores de deficiência física, conforme diretrizes da Resolução 425/12/Contran c/c NBR 14.970 e NBR 9050 da ABNT, e deve firmar o compromisso de que trata o art. 5º, X, desta Portaria.

**Art. 17** No caso em que a clínica apresentar documentação incompleta ou inadequada, será admitido o saneamento no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da comunicação da pendência.

§1º Ultrapassado o período para saneamento das pendências verificadas, sem a devida regularização, a clínica credenciada será suspensa da distribuição equitativa de candidatos até a efetiva regularização.

§2º Transcorridos 90 (noventa) dias de suspensão da distribuição equitativa de candidatos em decorrência da incompletude ou inadequação da apresentação dos documentos necessários à renovação do credenciamento, sem justificativa pertinente, a clínica médica e psicológica será descredenciada.

**Art. 18** Analisada a documentação e comprovada a regularidade das condições de funcionamento, equipamentos e estrutura física da clínica credenciada, será realizada vistoria técnica pela Divisão de Habilitação (em conjunto com a Seção de Controle de clínicas), em Belo Horizonte, e pela Delegacia Regional de Polícia Civil, nos demais municípios, em conformidade com o modelo do Termo de Vistoria (ANEXO III).

**Art. 19** No caso da não renovação do credenciamento da clínica médica e psicológica, ou de seu descredenciamento, os exames em andamento deverão ser redistribuídos automática e equitativamente entre as clínicas remanescentes, sendo o candidato/conductor isento dos respectivos honorários, mediante despacho motivado da Autoridade competente.

I. Os prontuários médicos arquivados deverão ser encaminhados à Seção médica da Divisão de Habilitação do Detran-MG.

II. Os prontuários psicológicos arquivados deverão ser encaminhados à Seção de Avaliação psicológica da Divisão de Habilitação do Detran-MG.

### CAPÍTULO III – DA IDENTIFICAÇÃO DAS CLÍNICAS CREDENCIADAS

**Art. 20.** Quanto à identificação da clínica credenciada:

I. A placa de identificação da clínica, afixada na parte externa do imóvel deverá constar o nome da credenciada, juntamente com a expressão "CLÍNICA MÉDICA E PSICOLÓGICA CREDENCIADA", bem como o telefone de contato.

Art. 9º do Decreto  
Art. 9º – A clínica credenciada deverá ser identificada externamente por meio de placa, conforme modelo e especificações previstas em ato próprio do Diretor do Detran-MG.

Autor desconhecido  
14/04/2021 14:03

sugestão de incluir: conforme Anexo IV. Ressalto que no anexo da placa não exige o telefone. Então sugiro atualizar.

Detran  
09/06/2021 10:56

II. Em todas as áreas internas da credenciada deverão ser afixadas placas de identificação, devendo constar, por exemplo, as expressões "Sala de Exames Médicos", "Sala de Exames Psicológicos", "Recepção", "Cozinha", "Banheiro Feminino".

III. Na recepção da credenciada deverá ser afixado na parede, em local de ampla visibilidade, o Registro de Funcionamento, a Portaria de Credenciamento, alvarás e os valores das taxas do Detran-MG para o exercício vigente.

IV. A placa de identificação (ANEXO IV desta Portaria) deverá estar de acordo com as seguintes especificações:

- a. Placa em acrílico branco de fundo;
- b. Aplicação do grafismo em plotter de recorte, em conformidade com o padrão e a tipologia apresentado no ANEXO IV desta Portaria;
- c. Iluminação back-light.

#### CAPÍTULO IV - DA ALTERAÇÃO DO QUADRO SOCIETÁRIO

**Art. 21** A clínica que pretender realizar alteração contratual deverá fazer a solicitação à chefia da Seção de Controle de clínicas da Divisão de Habilitação – Detran-MG, em se tratando de clínica credenciada em Belo Horizonte, ou à Delegacia Regional da Polícia Civil, em se tratando de clínica credenciada **no interior**.

sugestão de padronização, algumas partes da portaria fala em demais municípios, outras fala delegacia do interior.

Detran  
09/06/2021 10:59

**Art. 22** Preservada a pessoa jurídica, poderá ocorrer alteração do quadro societário por profissional com formação técnica exigida para o credenciamento e mantendo o mínimo de um **técnico e um psicólogo**.

um médico

Detran  
09/06/2021 11:00

§1º A solicitação de alteração do quadro societário deverá conter um requerimento assinado pelos sócios que se retirem e pelos que comporão o novo quadro societário, ao qual deverão ser anexados, além da minuta da alteração do Contrato Social, os documentos elencados no art. 4º, I e II, desta Portaria, relativos à clínica e aos novos sócios.

§2º Após análise e deferimento do pedido proposto, o Detran-MG, por meio da Seção de Controle de clínicas, ou da Delegacia Regional da Polícia Civil, comunicará à empresa para que seja realizado o registro da Alteração Contratual na Junta Comercial de Minas Gerais – JUCEMG ou Cartório de Registro Civil da Pessoa Jurídica.

**Art. 23** A clínica médica e psicológica credenciada deverá manter atualizado junto à Seção de Controle de clínicas ou à Delegacia Regional da Polícia Civil seu quadro de profissionais médicos e psicólogos e sua composição societária, bem como quais deles respondem pela Responsabilidade Técnica da empresa conforme demonstrado por Registro da empresa nos Conselhos Regionais de Medicina e Psicologia, sob pena de contrariar o Termo de Credenciamento – **Anexo VI** desta Portaria.

Anexo V

Detran  
09/06/2021 11:02

**Art. 24** Na hipótese de falecimento de sócio da clínica credenciada, deverá o representante legal ou o procurador legalmente constituído, no prazo máximo de 30 (trinta) dias:

= art. 30 do Decreto

I. Comunicar o fato ao Detran-MG;

Autor desconhecido  
15/04/2021 10:40

II. Proceder à devida alteração do contrato social, averbando-o na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

III. Comprovar junto ao Detran-MG que o novo sócio atende aos requisitos desta Portaria.

#### CAPÍTULO V – DA REFORMA E DA MUDANÇA DE ENDEREÇO

**Art. 25** A clínica que necessitar alterar sua estrutura física, reformar ou mudar o endereço de suas instalações dentro do mesmo município deverá solicitar autorização à chefia da Seção de Controle de clínicas da Divisão de Seleção – Detran-MG, em se tratando de clínica credenciada em Belo Horizonte, ou à Delegacia Regional da Polícia Civil, em se tratando de clínica credenciada no interior.

Parágrafo único. Constituirá novo credenciamento a alteração de endereço para município diverso daquele para o qual a clínica foi credenciada.

**Art. 26** A solicitação de alteração na estrutura física, de reforma ou de mudança de endereço deverá conter um requerimento assinado pelos sócios, ao qual deverão ser anexados os seguintes documentos:

I. Para alteração da sua estrutura física ou reforma: detalhamento do serviço com data de início e previsão de término;

II. Alteração contratual registrada na Junta Comercial de Minas Gerais – JUCEMG ou Cartório de Registro Civil da Pessoa Jurídica;

III. Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

IV. Prova de propriedade ou contrato de aluguel do imóvel onde será a nova instalação da clínica;

V. Registros da pessoa jurídica junto aos Conselhos Profissionais;

VI. Alvará de localização e funcionamento fornecido pelo órgão municipal;

VII. Cópia da planta baixa do imóvel, com a descrição física e a finalidade das dependências, discriminando tamanho das instalações em escala de 1:100;

VIII. Atestado de vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, ou documento equivalente expedido por essa corporação;

IX. Imagens detalhando a infraestrutura das instalações, as quais, respeitadas as normas vigentes relativas à acessibilidade dos portadores de deficiência física, conforme diretrizes da Resolução 425/12/Contran c/c NBR 14.970, NBR 9050 da ABNT, da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), da Lei nº 10.048/2000, da Lei nº 10.098/2000, bem como da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e eventuais legislações posteriores, deverão dispor do mínimo a seguir:

a. Sala de recepção e espera com o necessário e suficiente conforto;

b. Sala exclusiva de almoxarifado e arquivo com chaves, como também armários para guarda dos

Art. 20, parágrafo único do Decreto

Parágrafo único – O Diretor do Detran-MG poderá autorizar a transferência de funcionamento da clínica, de um local para outro, no mesmo município, mediante prévio requerimento.

Autor desconhecido  
09/06/2021 11:02

Art. 20 – É vedada a transferência de município para o qual a clínica médica e psicológica foi originalmente credenciada

Autor desconhecido  
14/04/2021 14:11

testes;

c. Instalações sanitárias distintas para homens e mulheres, e unissex exclusivo para pessoas com necessidades especiais, em perfeitas condições de higiene e utilização;

d. Instalações médicas de acordo com as exigências contidas no artigo 7º desta Portaria;

e. Instalações psicológicas de acordo com as exigências contidas no artigo 8º desta Portaria.

X. Equipamento para captura de imagem, assinatura e digitais - biometria;

XI. Laudo de vistoria de comprovação do cumprimento das exigências para o credenciamento, expedido pelo Instituto de Criminalística da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; e

XII. Termo de vistoria técnica realizada, em Belo Horizonte, pela Divisão de Habilitação do Detran-MG em conjunto com a Seção de Controle de clínicas, e, no interior, pelas Delegacias Regionais de Polícia Civil CIRETRAN a qual a clínica médica e psicológica esteja vinculada;

§1º Qualquer alteração nas instalações internas da clínica credenciada deverá ser comunicada ao Detran-MG com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

= art. 8º do Decreto

Autor desconhecido  
15/04/2021 10:43

§ 2º Durante a análise do processo de alteração de sua estrutura física, reforma ou mudança de endereço, a clínica credenciada permanecerá suspensa no sistema de distribuição equitativa.

??, qualquer tipo de reforma inviabiliza o recebimento de exame? Prejudica os candidatos?

Autor desconhecido  
09/06/2021 11:08

§ 3º Confirmada a alteração da estrutura física, reforma ou de endereço da clínica médica e psicológica por parte da Delegacia Regional da Polícia Civil no interior, será feito o devido registro na Seção de Controle de clínicas, bem como a reativação da empresa junto ao sistema informatizado.

## CAPÍTULO VI - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO DETRAN-MG

**Art. 27** Compete ao Detran-MG:

I. Credenciar as empresas, desde que atendam aos requisitos da presente Portaria,

II. Garantir, quando solicitado, dentro da esfera de sua competência, o suporte técnico e operacional às Clínicas credenciadas de todo o Estado por meio da Seção de Exames Médicos e da Seção de Avaliação psicológica, juntamente com a Seção de Controle de Clínicas, pertencentes à Divisão de Habilitação.

III. Estabelecer e fornecer as especificações de sistema operacional e de equipamentos, a serem observadas nas credenciadas;

IV. Providenciar aditamentos à presente Portaria e demais atos normativos, pertinentes à matéria, na imprensa oficial;

V. Fiscalizar o fiel cumprimento das normas legais e dos compromissos assumidos pelas clínicas credenciadas com o Detran-MG;

VI. Supervisionar e orientar o funcionamento das clínicas credenciadas, por meio da Seção de Exames Médicos e da Seção de Avaliação psicológica, juntamente com a Seção de Controle de Clínicas, articulando-se com os Conselhos Regionais de Medicina e Psicologia, inclusive editando normas conjuntas, se necessário, a fim de promover o fiel cumprimento dos procedimentos e exigências estabelecidas na legislação pertinente;

VII. Requisitar, a qualquer tempo, documentos, laudos e protocolos das clínicas;

VIII. Editar instruções técnicas e administrativas relacionadas ao funcionamento da clínica médica e psicológica, por meio da Seção de Exames Médicos e da Seção de Avaliação psicológica, juntamente com a Seção de Controle de Clínicas;

IX. Promover e incentivar estudos relativos à implantação e aperfeiçoamento operacional e científico das clínicas credenciadas.

## **CAPÍTULO VII - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS CREDENCIADAS**

**Art. 28** Constituem obrigações das clínicas credenciadas:

I. Solicitar autorização prévia ao Detran-MG para proceder a qualquer mudança que implique em alteração do ou sócio, razão social ou sociedade civil e nome fantasia;

II. Não praticar qualquer ato vedado nesta Portaria, no Termo de Credenciamento e na legislação vigente;

III. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da execução de suas atividades e das normas emitidas pelo Detran-MG;

IV. Atender integralmente aos padrões estabelecidos pelo Detran-MG quanto às instalações físicas, documentação, sistema operacional e equipamentos;

V. Assumir, com exclusividade, os riscos e as despesas decorrentes da execução dos serviços desta Portaria;

VI. Cumprir fielmente o que dispõe o Código de Trânsito Brasileiro - Lei 9.503/97, as Resoluções do Contran, as normas e as orientações estabelecidas pelo Denatran, Cetran/MG e Detran-MG;

VII. Manter catalogadas as normas e orientações expedidas pelo Detran-MG;

VIII. Exigir do candidato a documentação necessária para o procedimento a ser realizado, na forma estabelecida pela legislação em vigor;

IX. Zelar pela observância das regras sociais de convivência e urbanidade dos seus sócios, empregados e profissionais contratados no atendimento aos usuários;

X. Manter seu quadro profissional atualizado em relação à legislação de trânsito, notadamente no que concerne às normas emitidas pelo Contran, Denatran, Cetran/MG e Detran-MG;

XI. Atender às convocações do Detran-MG;

XII. Comunicar ao Detran-MG, assim que tiver conhecimento, formal e prontamente, os fatos e as informações relevantes que caracterizem desvio de conduta ou irregularidades praticados por seus empregados, prestadores de serviço e prepostos, bem como, qualquer indício de ilícito penal ou de improbidade administrativa;

XIII. Adotar imediatamente as medidas efetivas para resolver o problema, relativo ao inciso anterior, na esfera de sua competência;

XIV. Requerer autorização prévia do Detran-MG para promover alterações nas instalações físicas e mudança de endereço, e só efetuar-las de acordo com as determinações deste Detran-MG;

XV. Interligar-se com o Detran-MG;

? com o sistema?

XVI. Utilizar, durante a vigência do credenciamento, os sistemas informatizados do Detran-MG exclusivamente para a execução das atividades previstas nesta Portaria;

Detran  
09/06/2021 11:15

XVII. Solicitar o cadastramento/descredenciamento de médico ou psicólogo através de requerimento firmado junto à Seção de Controle de clínicas.

XVIII. Disponibilizar os equipamentos necessários para a perfeita execução do serviço, mantendo-os interligados com o Detran-MG;

XIX. Manter arquivada a documentação referente aos exames realizados;

XX. Permitir o livre acesso às suas dependências e aos documentos, fornecendo todas as informações aos servidores em supervisão, fiscalização ou em serviços de auditoria realizados ou autorizados pelo Detran-MG;

XXI. Disponibilizar todas as informações, sempre que solicitado, relativas às condições jurídicas e administrativas da credenciada,

XXII. Manter em seus arquivos os documentos comprobatórios dos valores recebidos pelos serviços prestados pelo prazo 05 (cinco) anos, à disposição da fiscalização;

XXIII. Manter elevado padrão de atendimento e aplicar técnicas modernas na execução dos serviços;

XXIV. Possuir e manter atualizado alvará de funcionamento fornecido pelo órgão municipal competente;

XXV. Possuir e manter atualizado alvará de vistoria do corpo de bombeiros;

XXVI. Possuir e manter atualizado certificado de registro nos Conselhos Profissionais.

**Art. 29** A clínica credenciada será responsável pelas obrigações trabalhistas e encargos sociais de seus empregados envolvidos nos serviços prestados pelo credenciamento, desde já exonerando o Detran-MG de toda e qualquer obrigação neste sentido, além do cumprimento dos preceitos relativos às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, fiscais, comerciais, securitárias e sindicais, com total exclusão do Detran-MG em qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.

**Art. 30** Os tributos devidos em decorrência direta ou indireta do credenciamento, serão de responsabilidade exclusiva da clínica, sem direito a reembolso, além da reparação do dano por todo prejuízo causado por seus colaboradores a terceiros, quando envolvidos em serviços prestados pelo credenciamento, exonerando o Detran-MG de qualquer responsabilidade.

**Art. 31** O(s) sócio(s) da Credenciada responderão penal, administrativa e civilmente pelo desempenho de suas atividades, devendo observar os deveres a que estão obrigados, na forma disposta nesta Portaria e nas demais normas legais e regulamentares pertinentes, responsabilizando-se:

- I. Por todos os atos que venham a causar prejuízo ao usuário, afrontando as normas do Código de Defesa do Consumidor - Lei nº. 8.078/90;
- II. Pelo uso incorreto e/ou indevido da senha de acesso aos sistemas informatizados do Detran-MG;
- III. Pela alimentação incorreta e/ou indevida dos bancos de dados dos sistemas informatizados do Detran-MG, assegurando a sua veracidade;
- IV. Pela utilização incorreta e/ou indevida dos dados disponibilizados nos sistemas informatizados do Detran-MG.
- V. Pela vinculação de pessoa não capacitada, promovendo o exercício ilegal de determinada profissão.
- VI. No caso de cancelamento de credenciamento da clínica Credenciada, caberá aos seus representantes legais, sob pena de responsabilidade civil e criminal, a retirada de toda e qualquer identificação que a vincule ao Detran-MG.

## **CAPÍTULO VIII - DA FISCALIZAÇÃO**

**Art. 32** O Detran-MG, por meio da Divisão de Habilitação (em conjunto com a Seção de Controle de Clínicas) e do Setor de Auditoria e Fiscalização – SAF, em Belo Horizonte; e dos Departamentos de Polícia Civil, na Região Metropolitana de Belo Horizonte e no interior do Estado, supervisionará as atividades desenvolvidas pelas clínicas credenciadas e a aplicação



desta Portaria e de toda normatização pertinente, utilizando-se de todos os meios administrativos e legais necessários para este fim, obrigando-se a clínica credenciada a atender às solicitações a ela encaminhadas e a permitir o livre acesso às suas dependências e aos documentos, colaborando com os trabalhos de vistoria, fiscalização e auditoria determinados pelo Detran-MG.

§1º Poderá o Detran-MG, a qualquer tempo, excluir profissionais que demonstrem incapacidade, inabilidade ou conduta inidônea na execução de suas atividades, mediante processo administrativo assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§2º Por ocasião da fiscalização nas credenciadas, poderá o Detran-MG, utilizar-se da infraestrutura delas.

§3º Entende-se por infraestrutura: linhas telefônicas, computadores, fotocopiadoras, impressoras, aparelhos de fax e toda conexão com o Sistema Informatizado do Detran-MG, bem como outros materiais indispensáveis ao trabalho de fiscalização.

**Art. 33** A Divisão de Habilitação (em conjunto com a Seção de Controle de clínicas) e a Seção de Auditoria e Fiscalização, em Belo Horizonte, e os Departamentos da Polícia Civil, nos demais municípios, fiscalizarão e auditarão periodicamente, a qualquer tempo ou quando julgar necessário, as clínicas credenciadas, para garantir a lisura e a qualidade dos serviços, devendo elaborar relatório circunstanciado (modelo contido no ANEXO VII desta Portaria) acerca desse trabalho, o qual será juntado à documentação do credenciamento da clínica no sistema.

## **CAPÍTULO IX – DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES APLICÁVEIS ÀS CREDENCIADAS, AOS SEUS SÓCIOS E AOS SEUS COLABORADORES**

**Art. 34** Constituem infrações passíveis de aplicação de advertência por escrito:

I. O não atendimento a qualquer pedido de informação ou requisições, formulado pelo Detran-MG, conforme Resoluções do Contran, Decreto Estadual 47.626/19 e Portarias do Detran-MG;

II. O não atendimento de candidato dentro do horário agendado;

III. Praticar conduta irregular ou tratamento inadequado em relação aos usuários ou aos servidores do Detran-MG;

IV. Atraso na apresentação dos resultados de exames de aptidão física e mental, e de avaliação psicológica, e demais comunicações obrigatórias, previstas no Decreto Estadual

Art. 18 do Decreto  
Art. 18 – Será realizada vistoria na clínica credenciada quando o Detran-MG julgar necessário, por intermédio de seus servidores ou representantes designados, os quais terão livre acesso às suas dependências e arquivos, podendo recolher, mediante recibo, materiais e documentos necessários à averiguação de possíveis irregularidades.

Autor desconhecido  
14/04/2021 15:19

???  
Credenciamento de clínica. A contratação é privada. Acreditamos que foge as atribuições do Detran. A instauração do procedimento administrativo é em relação as clínicas.

Autor desconhecido  
09/06/2021 11:23

Art. 24 da Resolução  
Art. 24. A fiscalização das entidades e profissionais credenciados será realizada pelos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal com a colaboração dos Conselhos Regionais de Medicina e de Psicologia, no mínimo uma vez por ano ou quando for necessário

Autor desconhecido  
15/04/2021 10:53

sugiro colocar pelo menos uma vez por ano como está na Resolução.

Detran  
09/06/2021 11:26

nº 47.626/19, Resoluções do Contran e Portarias do Detran-MG, sem justificativa acatada pelo Órgão;

V. **Alta** e/ou atraso na comunicação do resultado da inaptidão;

Falta

VI. Incorreto cadastro do RENACH, ou qualquer lançamento impreciso dos dados essenciais à emissão da Carteira Nacional de Habilitação;

Detran  
09/06/2021 12:18

VII. Deixar de demonstrar participação bienal dos médicos e psicólogos cadastrados na empresa em Seminários Jornadas, Fóruns, Congressos, Cursos e Reuniões promovidas pelo Detran-MG conjuntamente com Associação Brasileira de Medicina de Tráfego - ABRAMET, Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego - ABRAPST.

**Art. 35** Constituem infrações passíveis de aplicação da penalidade de suspensão:

I. Reincidência, no período de doze meses, a contar da data da infração a que se comine a penalidade de advertência, independentemente do dispositivo violado;

II. Deficiência, de qualquer ordem, nas instalações, equipamentos, instrumentos ou testes previstos em Resoluções do Contran, Conselhos de Medicina e Psicologia, no Decreto Estadual nº 47.626/19 e Portarias do Detran-MG;

III. Realização de quaisquer dos exames em desacordo com as regras e disposições constantes do Código de Trânsito Brasileiro e de suas normas complementares, no Decreto Estadual nº 47.626/19, Resoluções do Contran ou ainda decorrentes das normas emanadas dos respectivos Conselhos de Medicina e de Psicologia;

IV. Suspensão decorrente de penalidade aplicada pelos respectivos Conselhos Regionais de Medicina ou Psicologia;

V. Prática de infrações previstas nos Códigos de Ética médica, psicológica, de Defesa do Consumidor, e das normas estabelecidas no Decreto Estadual nº 47.626/19 e Portarias do Detran-MG;

VI. Descumprimento das normas estabelecidas, de convocações, determinações e atos do Detran-MG e do Conselho Estadual de Trânsito – Cetran;

VII. Emissão de laudos definidos no Decreto Estadual nº 47.626/19 e Portarias do Detran-MG como sendo de competência privativa do Detran-MG;

VIII. Procedimentos que propiciem a falsificação de laudos ou comprometam a segurança ou a qualidade dos exames;

por ser crime, sugiro que seja hipótese de descredenciamento, há hipótese lá semelhante, art. 36, incisos V e VIII.  
Detran  
09/06/2021 11:40

IX. Apresentação de laudos incompletos, imprecisos, inconclusivos ou omissão na conferência da identificação do candidato ou condutor, por ocasião de exame;

X. Realização de exames em quantitativo incompatível com seu horário de funcionamento e com o número disponível de profissionais credenciados;

XI. Cobrança de valores relativos a procedimento não autorizado;

XII. Cobrança ou recebimento de valores diversos dos estabelecidos pelo Detran-MG;

XIII. Assinatura de exames realizados por outros profissionais;

XIV. Emissão de laudos imprecisos, inconclusivos, rasurados ou ilegíveis, abrangendo inclusive o carimbo autenticador;

XV. Inobservância aos horários previstos no caput e parágrafo único do art. 29 do Decreto Estadual nº 47.626/19 e art. 23 desta Portaria;

XVI. Ausência do Médico e do Psicólogo, credenciado junto ao Detran-MG, em horário de agendamento dos atendimentos;

XVII. Procedimentos que visem, deliberadamente, facilitar ou dificultar a aprovação de candidatos nos Exames de Aptidão Física e Mental e de Avaliação psicológica;

XVIII. Realização de intermediação lucrativa de candidatos nos exames de que trata o Decreto Estadual nº 47.626/19;

isso é corrupção? Se sim, seria hipótese de descredenciamento.

Detran  
09/06/2021 11:42

XIX. Deixar desatualizado o quadro de profissionais médicos e psicólogos e seus respectivos contatos pessoais (endereço e telefones) junto a Seção de Controle de clínicas da Divisão de Habilitação do Detran-MG;

XX. Omissão da comunicação sobre alterações realizadas no quadro societário da clínica, bem como qualquer alteração no Contrato Social, sua estrutura física e endereço, sem prévia autorização do Detran-MG;

XXI. Efetuar lançamento dos resultados dos exames médicos e psicológicos, por outros, junto ao sistema informatizado do Detran-MG, de competência exclusiva do médico e psicólogo; e

XXII. Realizar atendimento a candidatos distribuídos a clínica diversa.

**Art. 36** Constituem infrações passíveis de aplicação da penalidade de cassação do credenciamento:

I. Reincidência, no período de doze meses, a contar da data da infração a que se comine a penalidade de suspensão, independentemente do dispositivo violado;

II. Cessão ou transferência, a qualquer título, do credenciamento senão observadas as regras para alteração do quadro societário da empresa conforme estabelecido no§ 2º do art. 2º do Decreto 47.626/19 c/c art. 15 desta Portaria;

III. Implantação e exercício de atividades ambulatoriais, hospitalares, de consultórios de qualquer especialidade, públicos ou privados, ainda que de caráter filantrópico ou subvencionado pelo Poder Público, que comprometa a destinação exclusiva do estabelecimento;

IV. Prática de atos de improbidade perante a Administração Pública, a iniciativa privada, a fé pública e os costumes;

V. Emissão fraudulenta ou irregular de documentos ou resultados de exames;

VI. Emissão de resultado aprovando o candidato portador de patologia que implique risco à segurança do trânsito;

VII. Descumprimento contumaz às regras e disposições constantes no Código de Trânsito Brasileiro, às normas do Contran, do Detran-MG, do Decreto Estadual nº 47.626/19, e decorrentes das diretrizes emanadas dos respectivos Conselhos de Medicina e de Psicologia e da legislação pertinente aos direitos do consumidor;

VIII. Falsificação ou adulteração de documentos;

XIX. Prática de crimes contra a Administração Pública, quando praticados por dirigente ou prepostos dos credenciados;

XX. Permissão, a qualquer título ou pretexto, que terceiros, funcionários ou outros credenciados realizem os exames de sua exclusiva competência;

XXI. Trabalho em conjunto com pessoas não habilitadas ou profissionais não credenciados ou em situação irregular perante o Detran-MG;

XXII. Vínculo com centros de formação de condutores, despachantes, clínica descredenciada e com a Controladoria Regional de Trânsito – CRT;

Sugestão de colocar também as pessoas que estão elencadas no art. 40, inciso V, desta Portaria  
Detran  
09/06/2021 11:47

XXIII. Pagamento ou recebimento de comissão a qualquer título, valor ou pretexto, de centros de formação de condutores, despachantes ou terceiros, objetivando o favorecimento de candidatos na realização dos exames previstos no Decreto Estadual nº 47.626/19;

XXIV. Cassação do registro ou sua suspensão, por prazo superior a 90 (noventa) dias, em decorrência de penalidade aplicada pelos respectivos Conselhos Regionais de Medicina e Psicologia;

XXV. Assinatura de laudos ou qualquer outro documento em branco;

XXVI. O sócio que vier a exercer cargo, emprego ou função pública em quaisquer das esferas públicas, sem sua substituição por outro profissional que atenda as exigências necessárias para compor a sociedade.

sugestão de incluir cargo eletivo  
Detran  
09/06/2021 11:45

**Art. 36** Qualquer pessoa física ou jurídica será parte legítima para representar perante o Detran-MG contra irregularidades praticadas por clínica, na pessoa de seus sócios e colaboradores, bem como médicos e psicólogos.

art. 33 do Decreto, sugestão de incluir conforme o Decreto, técnicos e administrativos.  
Autor desconhecido  
09/06/2021 11:48

## **CAPÍTULO X - DAS VEDAÇÕES, DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL**

**Art. 37** A clínica médica e psicológica que descumprir, dificultar, retardar ou inviabilizar os objetivos previstos nas Resoluções do Contran, nesta Portaria, em normas complementares e deliberações deste Órgão, ficará sujeita ao impedimento técnico-operacional de distribuição equitativa e ao acesso ao sistema informatizado do Detran-MG, até a sua efetiva adequação.

isso é suspensão?  
Detran  
09/06/2021 11:49

Parágrafo único. A medida administrativa de que trata o caput se dará, em caráter cautelar, ante ao risco eminente de prejuízo a administração pública, assegurados no processo administrativo a ampla defesa e o contraditório e normatização estabelecida na forma do Anexo VI - Termo de Credenciamento.

Anexo V

Detran  
09/06/2021 11:50

**Art. 38** Caberá ao Setor de Auditoria e Fiscalização – SAF do Detran-MG, após a designação da comissão processante por parte do Diretor do Detran-MG, a apuração das infrações previstas nas Resoluções do Contran e no Termo de Credenciamento e praticadas pelas clínicas sediadas em Belo Horizonte.

Parágrafo único Em se tratando de clínica instalada na Região Metropolitana de Belo Horizonte e no interior do Estado, caberá às Delegacias Regionais da Polícia Civil instruir o procedimento destinado a averiguar e a comprovar os dados necessários para a tomada de decisão pelo Diretor do Detran-MG.

**Art. 39** A aplicação das penalidades é competência exclusiva do Diretor do Detran-MG e será precedida de Processo Administrativo, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

§1º Caberá ao Diretor do Detran-MG designar comissão processante para a apuração de infrações praticadas pelas clínicas credenciadas.

§ 2º Concluída a instrução o representado terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa escrita, contado do recebimento da notificação.

§ 3º Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.

§ 4º Ao Diretor do DETRAN/MG, no prazo de 05 (cinco) dias, poderá ser formulado um pedido de reconsideração.

a contar de que? da Decisão?

Detran  
09/06/2021 11:53

§ 5º Caberá recurso ao Chefe de Polícia no prazo de 30 (trinta) dias a contar da decisão do Diretor do DETRAN/MG.

ou da ciência da decisão

Detran  
09/06/2021 11:54

§6º Os recursos, uma vez impetrados, não geram efeitos suspensivos.

Isso é a regra. em nenhum hipótese? Há possibilidade de aplicar o efeito suspensivo de forma fundamentada?

Detran  
09/06/2021 11:55

**Art. 40** São vedados às clínicas credenciadas:

I. A transferência de responsabilidade ou a terceirização das atividades para as quais foram credenciadas

II. O exercício das atividades para as quais foram credenciadas estando com as atividades suspensas ou com o prazo de credenciamento vencido;

III. A manutenção de vínculos profissionais, a qualquer título, com servidores do Detran-MG;

IV. A Contratação de servidores públicos em exercício no Detran-MG;

V. A inserção na composição societária de servidor público, despachante ou sócio de outras empresas credenciadas pelo Detran-MG para qualquer das atividades de trânsito de sua atribuição;

VI. O exercício de outra atividade, além das previstas nesta Portaria, na sede da clínica.

VII. O uso de símbolos e da identidade visual exclusivos da Polícia Civil de Minas Gerais e do Detran-MG, bem como o registro e a utilização de nome comercial ou de fantasia que indique ou vincule o nome, a sigla, a abreviatura ou a logomarca da PCMG ou do Detran-MG.

VIII. A realização de exames em candidatos que não cumpram previamente os requisitos para se habilitar no respectivo processo ou considerados inaptos em outra clínica e em condutores cujo direito de dirigir esteja suspenso.

IX. O repasse ou a cobrança dos candidatos de valores referentes a serviços disponibilizados de forma gratuita pelo Detran-MG;

sugestão de incluir o cargo eletivo

Detran  
09/06/2021 11:56

Art. 37 do Decreto  
Art. 37 – É vedada a participação de servidor público, bem como de integrantes de Centro de Formação de Condutores de Veículos e de Controladoria Regional de Trânsito, na composição societária de clínica médica e psicológica  
Autor desconhecido  
15/04/2021 11:04

## CAPÍTULO XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 41** As clínicas que, na data da publicação desta Portaria, estiverem em processo de credenciamento nos moldes da Portaria do Detran-MG nº 792, de 06 de maio de 2019, modificada pela Portaria do Detran-MG nº 2013, de 12 de novembro de 2019, na fase em que se encontram, passarão a observar as diretrizes desta Portaria para finalização do processo e assinatura do Termo de Credenciamento (Anexo VI desta Portaria).

Parágrafo único. As clínicas credenciadas antes da publicação desta Portaria deverão se adequar à presente legislação, realizando as adaptações necessárias, providenciando documentos até então não exigidos, bem como assinando um novo Termo de Credenciamento (Anexo VI desta Portaria), os quais deverão ser comprovados e/ou enviados quando da renovação do credenciamento.

**Art. 42** A clínica credenciada deverá utilizar o sistema informatizado padrão estabelecido pelo Detran-MG para as seguintes funções:

I. Informar eletronicamente ao Detran-MG o resultado da conclusão de cada exame de aptidão física e mental e avaliação psicológica;

II. Processar e transmitir ao Detran-MG, por meio de processo digital informatizado, as imagens do candidato.

§ 1º A clínica credenciada deverá implantar em sua sede o sistema biométrico de coleta e captura de imagens da face, das digitais e da assinatura do candidato/conductor, nos termos definido pelo Detran-MG, e deverá utilizá-lo, sem cobranças para o usuário, sempre que houver demanda de atualização de imagens para a emissão do documento de habilitação.

anexo V

Detran  
09/06/2021 12:01

v

Detran  
09/06/2021 12:02



§2º Caberá à clínica credenciada a aquisição da câmera fotográfica, do leitor biométrico, do coletor de assinatura e dos demais equipamentos necessários à captura das imagens do candidato/conductor, os quais deverão observar as especificações definidas pelo Detran-MG e compatíveis com o sistema de produção e emissão dos documentos de habilitação.

**Art. 43** O lançamento dos resultados dos exames médicos e psicológicos junto ao sistema informatizado do Detran-MG é de competência exclusiva do médico e do psicólogo, devendo ser atualizado imediatamente após sua realização.

§ 1º A clínica que retardar o referido lançamento será incurso nas sanções desta Portaria, após o devido processo administrativo, sendo os sócios/responsáveis técnicos responsáveis pelo controle da utilização do sistema informatizado do Detran-MG.

§ 2º A clínica credenciada arcará com o ônus decorrente da incorreta emissão de documento de habilitação, em face de erro e inconsistência, providenciando o ressarcimento devido.

§ 3º Para fins desta Portaria, entende-se por responsável técnico aquele que provém, em sua respectiva área de atuação, o serviço que envolva todas as condições técnicas e disposições éticas do regular funcionamento da clínica médica e psicológica, respondendo integralmente pela mesma, independentemente de sua permanência no local.

**Art. 44** As despesas decorrentes do acesso aos bancos de dados do Detran-MG correrão por conta da clínica credenciada, devendo ser recolhida a taxa a que se refere o item 5.12, Tabela "D", da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

**Art. 45** A suspensão voluntária das atividades da clínica credenciada poderá ser concedida mediante requerimento junto a Seção de Controle de clínica do Detran-MG ou à Delegacia Regional da Polícia Civil, e se limitará ao período máximo de 30 (trinta) dias, em caráter anual e não cumulativo.

§ 1º. O Detran-MG condicionará a análise e a concessão do presente benefício ao não prejuízo do atendimento ao público e observado o limite percentual de 50% (cinquenta por cento) de absenteísmo a cada município de credenciamento.

§ 2º A clínica solicitante, até o início da suspensão voluntária das atividades, deverá adotar as medidas necessárias à solução de todas as pendências relacionadas aos candidatos no período inativo.

**Art. 46** A clínica credenciada deverá permanecer em funcionamento, no mínimo, durante o período em que o Detran-MG ou a CIRETRAN local estiver em atividade.

§ 1º Aos sábados, é facultativo o funcionamento.

§ 2º O agendamento dos candidatos obedecerá a critérios estabelecidos pelo Detran-MG visando garantir maior eficiência na prestação do serviço.

§3º A clínica deverá manter durante o horário de funcionamento ao menos um funcionário responsável pelo atendimento ao público, dispensada a presença do responsável técnico, dos médicos e dos psicólogos no período em que não houver paciente a ser atendido.

Art. 29 do Decreto  
Art. 29 – A clínica credenciada deverá estabelecer seu horário de funcionamento de forma compatível com o horário de atendimento do Detran-MG e com o horário de atendimento dos profissionais responsáveis pela realização dos exames e dos responsáveis técnicos, observados os critérios adotados pelos respectivos conselhos profissionais.

Autor desconhecido  
14/04/2021 15:58

Art. 29, §3º do Decreto  
§ 3º – Aos sábados é facultativo o funcionamento da clínica no período da manhã

Autor desconhecido  
14/04/2021 15:56

= art. 29, §1º do Decreto

Autor desconhecido  
14/04/2021 15:56

= art. 29, §2º do Decreto

Autor desconhecido  
14/04/2021 15:57



**Art. 47** Os valores dos exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica realizados pelas clínicas credenciadas, observados os respectivos parâmetros da Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Psicologia, serão estipulados em portaria do Diretor do Detran-MG.

**Art. 48** O Detran-MG distribuirá os exames de forma imparcial e aleatória, através de uma divisão equitativa.

**Art. 49** Extingue-se o credenciamento por ato de vontade da clínica credenciada ou unilateralmente pela Administração Pública, após publicação de Portaria do Diretor do Detran-MG quando:

I. Decorridos **noventa dias** do vencimento do prazo de vigência da Autorização de Funcionamento, a credenciada não manifestar interesse na prorrogação ou não apresentar documentação completa nos termos desta Portaria.

II. A clínica credenciada paralisar suas atividades por tempo superior a **noventa dias**.

III. A clínica credenciada não mantiver as condições para a execução do serviço público, conforme aferição para a renovação anual do credenciamento.

Parágrafo único A clínica que tiver seu credenciamento **cancelado**, somente poderá retornar as atividades, mediante um novo processo de credenciamento.

**Art. 50** O credenciamento objeto desta Portaria é concedido a título precário pelo Detran-MG e está condicionado ao interesse público e à conveniência e oportunidade da Administração Pública.

**Art. 51** Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do Detran-MG.

**Art. 52** Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação e revoga as Portarias do Detran-MG nº 792, de 06 de maio de 2019, e nº 2013, de 12 de novembro de 2019 e demais disposições em contrário.

EURICO DA CUNHA NETO  
Delegado Geral de  
Polícia Diretor do Detran-  
MG

Art. 31 do Decreto  
Art. 31 – Fica a clínica credenciada autorizada a cobrar pelos serviços prestados, segundo tabela de preços públicos estipulados em portaria pelo Diretor do Detran-MG, observados os respectivos parâmetros da Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Psicologia.

Parágrafo único – O valor da tabela prevista no caput deverá ser revisado no mês de dezembro de cada ano, para vigor no ano seguinte.

Autor desconhecido  
14/04/2021 15:59

= art. 38 do Decreto

Autor desconhecido  
14/04/2021 15:59

colocar o numeral também

Detran  
09/06/2021 12:10

Art. 19 do Decreto  
a) decorridos noventa dias do prazo para a prorrogação do credenciamento, a clínica credenciada não manifestar interesse ou não apresentar documentação completa nos termos deste decreto;

b) decorridos noventa dias do prazo para a renovação anual do credenciamento, a clínica credenciada não manifestar interesse ou não apresentar documentação completa nos termos deste decreto;

Autor desconhecido  
14/04/2021 16:01

colocar o numeral

Detran  
09/06/2021 12:10

extinto? Art. 49 caput

Detran  
09/06/2021 12:12

**ANEXO I**

**DECLARAÇÃO DO NÃO EXERCÍCIO DE CARGO EMPREGOO OU FUNÇÃO PÚBLICA**

Exmo. Sr.

Diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais - Detran-MG

Os sócios da empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica  
com \_\_\_\_\_ sede \_\_\_\_\_ na \_\_\_\_\_ (rua, \_\_\_\_\_ avenida \_\_\_\_\_ etc.)  
nº \_\_\_\_\_,  
complemento \_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_, Minas  
Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, declaram  
conjuntamente o NÃO EXERCÍCIO DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA.

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do requerente Médico  
(firma reconhecida)

Nome:

CPF:

CI:

\_\_\_\_\_  
Assinatura do requerente  
Psicólogo (firma reconhecida)

Nome:

CPF:

CI:

**ANEXO II**  
**DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE DE INTERLIGAÇÃO DIRETA COM O SISTEMA**  
**INFORMATIZADO DO Detran-MG**

Empresa: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: Rua \_\_\_\_\_, nº  
\_\_\_\_\_, complemento \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade  
\_\_\_\_\_, CEP  
\_\_\_\_\_

Telefone (\_\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ / Cel.: (\_\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

e-mail \_\_\_\_\_

Declara que disporá, demonstrando através de contrato firmado entre a pleiteante de credenciamento e operadora de internet, equipamento capaz de executar conectividade direta com o sistema informatizado do Detran-MG, através do sistema biométrico e obtenção da impressão digital, Resolução nº 598/2016 modificada pela Resolução 684/2017 Contran, cuja interligação ocorrerá após a publicação da Portaria e assinatura do Termo de Credenciamento junto ao DETRAN da empresa, no prazo máximo de 30 (trinta) dias:

Belo Horizonte, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Sócio Médico

\_\_\_\_\_  
Sócio Psicólogo

**ANEXO III**  
**TERMO DE VISTORIA - CONCLUSÃO**

Às \_\_\_\_\_ horas, do dia \_\_\_\_\_, do mês de \_\_\_\_\_, do ano de dois mil e \_\_\_\_\_, nesta cidade de \_\_\_\_\_, a Comissão, abaixo assinada, em cumprimento à determinação do Chefe do Detran-MG, na forma do art. \_\_\_\_\_ da Portaria de nº \_\_\_\_\_/2021 Detran-MG e das Resoluções do Contran sobre o tema, compareceu ao imóvel sede da clínica médica e psicológica denominada \_\_\_\_\_, localizada na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_ e, de posse do texto das normas supracitadas, passou a vistoriar as instalações e conferir os equipamentos e móveis nelas existentes constatando o seguinte:

1 – que o imóvel, instalações e equipamentos estão conforme o disposto nos artigos 7º a 11 do Decreto no 47.626/19 e nos artigos 5º a 7º da Portaria nº \_\_\_\_\_/2021 (deve ser, para melhor clareza, descrito o imóvel, as instalações e os equipamentos);

2 – em caso de não preenchimento dos requisitos, apontarem as irregularidades e ausência dos equipamentos;

3 – concluir o Termo de Vistoria, atendo-se ao item 1 (um), apontando como apta e satisfatória e que preenche os requisitos estabelecidos no Decreto epígrafado, e se ocorrer à situação do item 2 (dois), concluir pela inaptidão, por não obedecer ao prescrito no mesmo Decreto.

Concluir o Termo relatando que a vistoria e a conferência das instalações se realizaram na presença e companhia dos representantes da empresa, que assinarão o presente Termo, em duas vias de igual teor e forma.

Conclusão: \_\_\_\_\_ Adequado \_\_\_\_\_ Inadequado \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
médico (a) presente

\_\_\_\_\_  
psicólogo (a) presente

\_\_\_\_\_  
Representante da Polícia Civil

\_\_\_\_\_  
Representante da Polícia Civil

\_\_\_\_\_  
Representante da clínica

### ANEXO III – TERMO DE VISTORIA – Especificações

Análise de requerimento do credenciamento de clínicas médicas e psicológicas para realizar Exames de Aptidão Física e Mental e de Avaliação Psicológica em candidatos à Permissão para dirigir veículo automotor, à Renovação da Carteira Nacional de Habilitação, à Adição e Mudança de categoria, na forma do art. 7º, do Decreto Estadual de nº 47.626/19, incisos I do art. 4º, inciso V do art. 6º, alínea “a” do art. 8º, alíneas “a” e “b” do art. 9º da Portaria de nº XXXXX/20XX/DETRAN/MG c/c Art. 18 da Resolução de nº 425/2012 do CONTRAN, NBR 9050 da ABNT.

Sócio Médico Presente: \_\_\_\_\_ - CRM Nº \_\_\_\_\_

Sócio Psicólogo Presente: \_\_\_\_\_ - CRP Nº \_\_\_\_\_

Endereço

Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_

Complemento: \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, código \_\_\_\_\_.

Os parâmetros para adequação estrutural da clínica médica e psicológica devem obedecer aos critérios da NBR 9050 da ABNT, conforme itens destacados em cada quesito, sendo considerada a necessidade de acessibilidade às dependências utilizadas pelos usuários (sala de recepção, consultório médico, sala de teste coletivo e individual para Avaliação Psicológica, instalação sanitária exclusiva acessível).

O exame deve ser realizado verificando e comparando a planta baixa do imóvel apresentada pela empresa requerente.

Caso exista inadequação de algum dos quesitos abaixo, descrever o que foi observado para devida correção.

#### 1 – Iluminação conforme item 6.1.2?

Toda rota acessível deve ser provida de iluminação natural ou artificial com nível mínimo de iluminância de 150 lux medidos a 1,00 m do chão. São aceitos níveis inferiores de iluminância para ambientes específicos, como cinemas, teatros ou outros, conforme normas técnicas específicas.

(\_\_\_\_) sim

(\_\_\_\_) não – Descrição:

#### 2 – Inexistência de desníveis conforme item 6.3.4.1 que impeçam entrada e circulação de cadeirantes?

Desníveis de qualquer natureza devem ser evitados em rotas acessíveis. Eventuais desníveis no piso de até 5 mm dispensam tratamento especial. Desníveis superiores a 5 mm até 20 mm devem possuir inclinação máxima de 1:2 (50 %), conforme Figura 68. Desníveis superiores a 20 mm, quando inevitáveis, devem ser considerados como degraus, conforme 6.7

(\_\_\_\_) sim

(\_\_\_\_) não – Descrição:

#### 3 – Rampas conforme item 6.6 inclusive com inclinações recomendadas?

6.6.1 Gerais São consideradas rampas as superfícies de piso com declividade igual ou superior a 5 %. Os pisos das rampas devem atender às condições de 6.3.

##### 6.6.2 Dimensionamento

Para garantir que uma rampa seja acessível, são definidos os limites máximos de inclinação, os desníveis a serem vencidos e o número máximo de segmentos. A inclinação das rampas, conforme Figura 70, deve ser calculada conforme a seguinte equação:

$$i = \frac{h \times 100}{c}$$

Onde:

$i$  é a inclinação, expressa em porcentagem (%);

$h$  é a altura do desnível;

$c$  é o comprimento da projeção

horizontal. (\_\_\_\_) sim

(\_\_\_\_) não – Descrição:

#### 4 – Corrimão conforme item 6.6.2.6 e 6.9?

6.6.2.6 Toda rampa deve possuir corrimão de duas alturas em cada lado, conforme demonstrado na Figura 72.

6.9.1 Os corrimãos podem ser acoplados aos guarda-corpos e devem ser construídos com materiais rígidos. Devem ser firmemente fixados às paredes ou às barras de suporte, garantindo condições seguras de utilização. Devem ser sinalizados conforme a Seção 5.

6.9.2 O dimensionamento dos corrimãos deve atender ao descrito em 4.6.5.

6.9.2.1 Os corrimãos devem ser instalados em rampas e escadas, em ambos os lados, a 0,92 m e a 0,70 m do piso, medidos da face superior até o ponto central do piso do degrau (no caso de escadas) ou do patamar (no caso de rampas), conforme Figura 76. Quando se tratar de degrau isolado, basta uma barra de apoio horizontal ou vertical, com comprimento mínimo de 0,30 m e com seu eixo posicionado a 0,75 m de altura do piso.

6.9.2.2 Os corrimãos laterais devem ser contínuos, sem interrupção nos patamares das escadas e rampas, e devem prolongar-se paralelamente ao patamar, pelo menos por 0,30 m nas extremidades, sem interferir com áreas de circulação ou prejudicar a vazão, conforme Figura 76.

6.9.2.3 As extremidades dos corrimãos devem ter acabamento recurvado, ser fixadas ou justapostas à parede ou piso, ou ainda ter desenho contínuo, sem protuberâncias, conforme Figura 76.

6.9.3 Em edificações existentes, onde for impraticável promover o prolongamento do corrimão no sentido do caminamento, este pode ser feito ao longo da área de circulação ou fixado na parede adjacente.

6.9.4 Quando se tratar de escadas ou rampas com largura igual ou superior a 2,40 m, é necessária a instalação de no mínimo um corrimão intermediário, garantindo faixa de circulação com largura mínima de 1,20 m, conforme Figura 77.

6.9.4.1 Os corrimãos intermediários somente devem ser interrompidos quando o comprimento do patamar for superior a 1,40 m, garantindo o espaçamento mínimo de 0,80 m entre o término de um segmento e o início do seguinte, conforme Figura 77.

6.9.4.2 Em escadas e degraus é permitida a instalação de apenas um corrimão duplo e com duas alturas, a 0,92 m e a 0,70 m do piso, respeitando a largura mínima de 1,20 m, em ambos os lados, conforme Figura 78.

6.9.5 Quando não houver paredes laterais, as rampas ou escadas devem incorporar elementos de segurança como guia de balizamento e guarda-corpo, e devem respeitar os demais itens de segurança desta Norma, tais como dimensionamento, corrimãos e sinalização.

6.9.6 Os guarda-corpos devem atender às ABNT NBR 9077 e ABNT 14718. (.) sim

(\_\_\_\_) não – Descrição:

#### 5 – Patamares das rampas conforme item 6.6.4?

6.6.4 Patamares das rampas Os patamares no início e no término das rampas devem ter dimensão longitudinal mínima de 1,20 m. Entre os segmentos de rampa devem ser previstos patamares intermediários

com dimensão longitudinal mínima de 1,20 m, conforme Figura 73. Os patamares situados em mudanças de direção devem ter dimensões iguais à largura da rampa.

6.6.4.1 Quando houver porta nos patamares, sua área de varredura não pode interferir na dimensão mínima do patamar.

6.6.4.2 A inclinação transversal dos patamares não pode exceder 2 % em rampas internas e 3 % em rampas externas.

(☐) sim

(☐) não – Descrição:

## **6 – Escadas conforme item 6.8?**

### **6.8 Escadas**

6.8.1 Uma sequência de três degraus ou mais é considerada escada.

6.8.2 As dimensões dos pisos e espelhos devem ser constantes em toda a escada ou degraus isolados. Para o dimensionamento, devem ser atendidas as seguintes condições:

a)  $0,63\text{ m} \leq p + 2e \leq 0,65\text{ m}$ ,

b) *pisos (p)*:  $0,28\text{ m} \leq p \leq 0,32\text{ m}$  e

c) *espelhos (e)*:  $0,16\text{ m} \leq e \leq 0,18\text{ m}$ ;

6.8.3 A largura das escadas deve ser estabelecida de acordo com o fluxo de pessoas, conforme ABNT NBR 9077. A largura mínima para escadas em rotas acessíveis é de 1,20 m, e deve dispor de guia de balizamento conforme 6.6.3 conforme Figura 72.

6.8.4 Em construções novas, o primeiro e o último degraus de um lance de escada devem distar no mínimo 0,30 m da área de circulação adjacente e devem estar sinalizados de acordo com o disposto na Seção 5.

6.8.5 A inclinação transversal dos degraus não pode exceder 1 % em escadas internas e 2 % em escadas externas.

6.8.6 Escadas com lances curvos ou mistos devem atender à ABNT NBR 9077, porém é necessário que, à distância de 0,55 m da borda interna da escada, correspondente à linha imaginária sobre a qual sobe ou desce uma pessoa que segura o corrimão, os pisos e espelhos sejam dimensionados conforme 6.8.2 e Figura 75.

6.8.7 As escadas devem ter no mínimo um patamar a cada 3,20 m de desnível e sempre que houver mudança de direção.

6.8.8 Entre os lances da escada devem ser previstos patamares com dimensão longitudinal mínima de 1,20 m. Os patamares situados em mudanças de direção devem ter dimensões iguais à largura da escada. Quando houver porta nos patamares, sua área de varredura não pode interferir na dimensão mínima do patamar.

6.8.9 A inclinação transversal dos patamares não pode exceder 1 % em escadas internas e 2 % em escadas externas.

(☐) sim

(☐) não – Descrição:

## **7 – Equipamento eletromecânico de circulação vertical (elevador vertical ou inclinado) conforme item 6.10.2?**

### **6.10.2 Elevador vertical ou inclinado**

6.10.2.1 O elevador vertical deve atender à ABNT NBR NM 313.

6.10.2.2 Externa e internamente nos elevadores verticais ou inclinados, deve haver sinalização tátil e visual estabelecida na Seção 5, informando:

a) instrução de uso, fixada próximo à botoeira;

b) indicação da posição para embarque e desembarque;

c) indicação dos pavimentos atendidos nas botoeiras e batentes;

d) dispositivo de chamada dentro do alcance manual.

6.10.2.3 Em elevadores verticais ou inclinados, deve haver dispositivo de comunicação para solicitação de auxílio nos pavimentos e no equipamento.

6.10.2.4 Em caso de reforma, em que as dimensões mínimas dos poços dos elevadores sejam inferiores às medidas previstas na ABNT NBR NM 313, o elevador deve atender a todas as outras exigências da norma, para ser acessível a outras pessoas com deficiência, e no edifício deve ser prevista outra forma de circulação vertical acessível.

6.10.3 Plataforma de elevação vertical

6.10.3.1 As plataformas de percurso aberto devem ter fechamento contínuo e não podem ter vãos, em todas as laterais, até a altura de 1,10 m do piso da plataforma.

6.10.3.2 A plataforma de percurso aberto só é usada em percurso até 2,00 m, nos intervalos de 2,00 m até 9,00 m somente com caixa enclausurada (percurso fechado).

6.10.3.3 A plataforma deve possuir dispositivo de comunicação para solicitação de auxílio nos pavimentos atendidos e no equipamento para utilização acompanhada e ou assistida.

6.10.3.4 As plataformas de elevação vertical devem atender à ABNT NBR ISO 9386-1.

6.10.4 Plataforma de elevação inclinada

Os parâmetros para esse equipamento devem atender à ABNT NBR ISO 9386-2.

6.10.4.1 A plataforma de elevação inclinada pode ser utilizada em reformas de edificações de uso público ou coletivo, quando demonstrada a impraticabilidade de outra forma de acesso, através de laudo técnico por profissional habilitado.

6.10.4.2 Quando utilizada, deve ser garantido que haja parada programada nos patamares ou pelo menos a cada 3,20 m de desnível. Deve ser previsto assento escamoteável ou rebatível para uso de pessoas com mobilidade reduzida.

6.10.4.3 Na área de espera para embarque da plataforma de elevação inclinada, deve haver sinalização tátil e visual informando a obrigatoriedade de acompanhamento por pessoal habilitado durante sua utilização, e dispositivo de solicitação para tal auxílio.

6.10.4.4 Nas plataformas de elevação inclinada, deve haver sinalização visual no piso, em cor contrastante com a adjacente, demarcando a área de espera para embarque e o limite da projeção do percurso do equipamento aberto ou em funcionamento, conforme Figura 79, com demarcação no piso do Símbolo Internacional de Acessibilidade (SIA)

(\_\_\_\_) sim

(\_\_\_\_) não – Descrição:

## **8 – Corredores conforme item 6.11.1?**

6.11.1 Corredores

Os corredores devem ser dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas, assegurando uma faixa livre de barreiras ou obstáculos, conforme 6.12.6. As larguras mínimas para corredores em edificações e equipamentos urbanos são:

a) 0,90 m para corredores de uso comum com extensão até 4,00 m;

b) 1,20 m para corredores de uso comum com extensão até 10,00 m; e 1,50 m para corredores com extensão superior a 10,00 m;

c) 1,50 m para corredores de uso público;

d) maior que 1,50 m para grandes fluxos de pessoas, conforme aplicação da equação apresentada em 6.12.6.

6.11.1.1 Em edificações e equipamentos urbanos existentes, onde a adequação dos corredores seja impraticável, devem ser implantados bolsões de retorno com dimensões que permitam a manobra completa



de uma cadeira de rodas (180°), sendo no mínimo um bolsão a cada 15,00 m. Neste caso, a largura mínima de corredor deve ser de 0,90 m.

6.11.1.2 Para transposição de obstáculos, objetos e elementos com no máximo 0,40 m de extensão, a largura mínima do corredor deve ser de 0,80 m, conforme 4.3.2. Acima de 0,40 m de extensão, a largura mínima deve ser de 0,90 m.

( ) sim

( ) não – Descrição:

#### **9 – Portas conforme item 6.11.2?**

6.11.2.1 Para a utilização das portas em sequência, é necessário um espaço de transposição com um círculo de 1,50 m de diâmetro, somado às dimensões da largura das portas (y), exemplificado na Figura 80, além dos 0,60 m ao lado da maçaneta de cada porta, para permitir a aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas.

6.11.2.2 No deslocamento frontal, quando as portas abrirem no sentido do deslocamento do usuário, deve existir um espaço livre de 0,30 m entre a parede e a porta, e quando abrirem no sentido oposto ao deslocamento do usuário, deve existir um espaço livre de 0,60 m, contíguo à maçaneta, conforme a Figura 81. Na impraticabilidade da existência destes espaços livres, deve-se garantir equipamento de automação da abertura e fechamento das portas através de botoeira ou sensor, conforme 6.11.2.9 e 6.11.2.10. 6.11.2.3 No deslocamento lateral, deve ser garantido 0,60 m de espaço livre de cada um dos lados, conforme Figura 82. Na impraticabilidade da existência destes espaços livres, deve-se garantir equipamento de automação da abertura e fechamento das portas através de botoeira ou sensor, conforme 6.11.2.9 e 6.11.2.10.

NOTA Esses espaços são necessários para facilitar a abertura da porta às pessoas em cadeira de rodas.

6.11.2.4 As portas, quando abertas, devem ter um vão livre, de no mínimo 0,80 m de largura e 2,10 m de altura. Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter o vão livre de 0,80 m. As portas de elevadores devem atender ao estabelecido na ABNT NM NBR 313. O vão livre de 0,80 m deve ser garantido também no caso de portas de correr e sanfonada, onde as maçanetas impedem seu recolhimento total, conforme Figura 83. Quando instaladas em locais de prática esportiva, as portas devem ter vão livre mínimo de 1,00 m.

6.11.2.5 O mecanismo de acionamento das portas deve requerer força humana direta igual ou inferior a 36 N.

6.11.2.6 As portas devem ter condições de serem abertas com um único movimento, e suas maçanetas devem ser do tipo alavanca, instaladas a uma altura entre 0,80 m e 1,10 m. Recomenda-se que as portas tenham, na sua parte inferior, no lado oposto ao lado da abertura da porta, revestimento resistente a impactos provocados por bengalas, muletas e cadeiras de rodas, até a altura de 0,40 m a partir do piso, conforme Figura 84.

6.11.2.7 As portas de sanitários e vestiários devem ter, no lado oposto ao lado da abertura da porta, um puxador horizontal, conforme a Figura 84, associado à maçaneta. Deve estar localizado a uma distância de 0,10 m do eixo da porta (dobradiça) e possuir comprimento mínimo de 0,40 m, com diâmetro variando de 35 mm a 25 mm, instalado a 0,90 m do piso. O dispositivo de travamento deve observar o descrito em 4.6.8. Recomenda-se que estas portas ou batentes tenham cor contrastante com a da parede e do piso de forma a facilitar sua localização.

6.11.2.8 As portas do tipo vaivém devem ter visor com largura mínima de 0,20 m, tendo sua face inferior situada entre 0,40 m e 0,90 m do piso, e a face superior no mínimo a 1,50 m do piso. O visor deve estar localizado no mínimo entre o eixo vertical central da porta e o lado oposto às dobradiças da porta, conforme Figura 85.

6.11.2.9 Quando as portas forem providas de dispositivos de acionamento pelo usuário, estes devem estar instalados fora da área de abertura da folha da porta e à altura de alcance entre 0,80 m e 1,00 m.

6.11.2.10 Quando as portas forem acionadas por sensores ópticos, estes devem estar ajustados para detectar pessoas de baixa estatura, crianças e usuários de cadeiras de rodas. Deve também ser previsto dispositivo de segurança que impeça o fechamento da porta sobre a pessoa.

6.11.2.11 Em portas de correr, recomenda-se a instalação de trilhos na sua parte superior. Os trilhos ou as guias inferiores devem estar nivelados com a superfície do piso, e eventuais frestas resultantes da guia inferior devem ter largura de no máximo 15 mm.

6.11.2.12 Quando instaladas em locais de prática de esportes, as portas devem ter vão livre mínimo de 1,00 m.

6.11.2.13 Portas e paredes envidraçadas, localizadas nas áreas de circulação, devem ser claramente identificadas com sinalização visual de forma contínua, para permitir a fácil identificação visual da barreira física. Para isto também devem ser consideradas as diferentes condições de iluminação de ambos os lados das paredes ou portas de vidro. Características da sinalização visual nas portas e paredes de vidro:

a) a sinalização deve ser contínua, composta por uma faixa com no mínimo 50 mm de espessura, instalada a uma altura entre 0,90 m e 1,00 m em relação ao piso acabado. Esta faixa pode ser substituída por uma composta por elementos gráficos instalados de forma contínua, cobrindo no mínimo a superfície entre 0,90 m e 1,00 m em relação ao piso;

b) nas portas das paredes envidraçadas que façam parte de rotas acessíveis, deve haver faixa de sinalização visual emoldurando-as, com dimensão mínima de 50 mm de largura, conforme Figura 86, ou outra forma de evidenciar o local de passagem;

c) recomenda-se que a faixa tenha duas cores com o mínimo de 30 pontos de contraste de LRV entre elas;

d) recomenda-se a aplicação de mais duas faixas contínuas com no mínimo 50 mm de altura, uma a ser instalada entre 1,30 m e 1,40 m, e outra entre 0,10 m e 0,30 m, em relação ao piso acabado, conforme Figura 86.

( ) sim

( ) não – Descrição:

#### **10 – Portas com dimensões de no mínimo 0,80 m de vão livre e 2,10m de altura conforme item 6.11.2.4?**

6.11.2.4 As portas, quando abertas, devem ter um vão livre, de no mínimo 0,80 m de largura e 2,10 m de altura. Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter o vão livre de 0,80 m. As portas de elevadores devem atender ao estabelecido na ABNT NM NBR 313. O vão livre de 0,80 m deve ser garantido também no caso de portas de correr e sanfonada, onde as maçanetas impedem seu recolhimento total, conforme Figura 83. Quando instaladas em locais de prática esportiva, as portas devem ter vão livre mínimo de 1,00 m.

( ) sim

( ) não – Descrição:

#### **11 – Instalações sanitárias todas identificadas por placas;**

Feminino ( ) sim, ( ) não – Descrição.:

Masculino ( ) sim, ( ) não – Descrição:

Deficiente físico exclusivo ( ) sim, ( ) não – Descrição.:

#### **12 – Instalação sanitária acessível conforme itens 4.6.6?**

4.6.6 Maçanetas, barras antipânico e puxadores. Os elementos de acionamento para abertura de portas devem possuir formato de fácil pega, não exigindo firmeza, precisão ou torção do pulso para seu acionamento.

4.6.6.1 As maçanetas devem preferencialmente ser do tipo alavanca, possuir pelo menos 100 mm de comprimento e acabamento sem arestas e recurvado na extremidade, apresentando uma distância mínima de 40 mm da superfície da porta. Devem ser instaladas a uma altura que pode variar entre 0,80 m e 1,10 m do piso acabado, conforme Figura 16.

4.6.6.2 Os puxadores verticais para portas devem ter diâmetro entre 25 mm e 45 mm, com afastamento de no mínimo 40 mm entre o puxador e a superfície da porta. O puxador vertical deve ter comprimento mínimo de 0,30 m. Devem ser instalados a uma altura que pode variar entre 0,80 m e 1,10 m do piso acabado, conforme Figura 16.

4.6.6.3 Os puxadores horizontais para portas devem ter diâmetro entre 25 mm e 45 mm, com afastamento de no mínimo 40 mm. Devem ser instalados a uma altura que pode variar entre 0,80 m e 1,10 m do piso acabado, conforme Figura 16.

4.6.6.4 As barras antipânico devem ser apropriadas ao tipo de porta em que são instaladas e devem atender integralmente ao disposto na ABNT NBR 11785. Se instaladas em portas corta-fogo, devem apresentar tempo requerido de resistência ao fogo compatível com a resistência ao fogo destas portas. Devem ser instaladas a uma altura de 0,90 m do piso acabado.

4.6.7 Controles (dispositivos de comando ou acionamento)

Os controles, botões, teclas e similares devem ser acionados através de pressão ou de alavanca. Recomenda-se que pelo menos uma de suas dimensões seja igual ou superior a 2,5 cm, conforme Figura 17.

4.6.8 Dispositivo para travamento de portas Em sanitários, vestiários e provadores, quando houver portas com sistema de travamento, recomenda-se que este atenda aos princípios do desenho universal. Estes podem ser preferencialmente do tipo alavanca ou do modelo tranqueta de fácil manuseio, que possa ser acionado com o dorso da mão.

NOTA Os princípios de desenho universal estão descritos no Anexo A.

4.6.9 Altura para comandos e controles

A Figura 22 mostra as alturas recomendadas para o posicionamento de diferentes tipos de comandos e controles.

(\_\_\_\_) sim

(\_\_\_\_) não – Descrição:

### **13 – Instalação sanitária acessível conforme itens 7.5 (dimensões do sanitário acessível)?**

7.5 Dimensões do sanitário acessível e do boxe sanitário acessível

As dimensões do sanitário acessível e do boxe sanitário acessível devem garantir o posicionamento das peças sanitárias e os seguintes parâmetros de acessibilidade:

- a) circulação com o giro de 360°, conforme 4.3.4;
- b) área necessária para garantir a transferência lateral, perpendicular e diagonal para a bacia sanitária, conforme Figuras 97 a) e 102;
- c) a área de manobra pode utilizar no máximo 0,10 m sob a bacia sanitária e 0,30 m sob o lavatório, conforme Figuras 97 b) e 99;
- d) deve ser instalado lavatório sem coluna ou com coluna suspensa ou lavatório sobre tampo, dentro do sanitário ou boxe acessível, em local que não interfira na área de transferência para a bacia sanitária, podendo sua área de aproximação ser sobreposta à área de manobra, conforme Figura 98;
- e) os lavatórios devem garantir altura frontal livre na superfície inferior, conforme Figura 98, e na superfície superior de no máximo 0,80 m, exceto a infantil;
- f) quando a porta instalada for do tipo de eixo vertical, deve abrir para o lado externo do sanitário ou boxe e possuir um puxador horizontal no lado interno do ambiente, medindo no mínimo 0,40 m de comprimento, afastamento de no máximo 40 mm e diâmetro entre 25 mm e 35 mm, conforme Figura 84;
- g) pode ser instalada porta de correr, desde que atenda às condições previstas em 6.11.2.4 e 6.11.2.11;

- h) para travamento das portas deve ser observado o descrito em 4.6.8;
  - i) quando o boxe for instalado em locais de prática de esportes, as portas devem atender a um vão livre mínimo de 1,00m;
  - j) deve ser respeitado 6.11.2.2 e 6.11.2.3;
  - k) alcance manual para acionamento da válvula sanitária, da torneira, das barras, puxadores e trincos e manuseio e uso dos acessórios conforme 4.6 e 7.6;
  - l) alcance visual do espelho conforme 7.11.1;
  - m) recomenda-se a instalação de ducha higiênica ao lado da bacia, dentro do alcance manual de uma pessoa sentada na bacia sanitária, dotada de registro de pressão para regulação da vazão;
  - n) a Figura 99 exemplifica medidas mínimas de um sanitário acessível;
  - o) quando houver mais de um sanitário acessível (Figura 99), recomenda-se que as bacias sanitárias, áreas de transferência e barras de apoio sejam posicionadas simetricamente opostas, contemplando todas as formas de transferência para a bacia, para atender a uma gama maior de necessidades das pessoas com deficiência;
  - p) em edificações existentes ou em reforma, quando não for possível atender às medidas mínimas de sanitário da Figura 99, serão admitidas as medidas mínimas demonstradas na Figura 100.
- Os pisos dos sanitários ou boxes sanitários devem observar as seguintes características:
- a) ser antiderrapantes, conforme 6.3;
  - b) não ter desníveis junto à entrada ou soleira;
  - c) ter grelhas e ralos posicionados fora das áreas de manobra e de transferência. (\_\_\_\_) sim  
(\_\_\_\_) não – Descrição:

#### **14 – Instalação sanitária acessível conforme itens 7.6 (barras de apoio)?**

##### **7.6 Barras de apoio**

As barras de apoio são necessárias para garantir o uso com segurança e autonomia das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme especificado em 7.7.2.2.

7.6.1 Todas as barras de apoio utilizadas em sanitários e vestiários devem resistir a um esforço mínimo de 150 kg no sentido de utilização da barra, sem apresentar deformações permanentes ou fissuras, ter empunhadura conforme Seção 4 e estar firmemente fixadas a uma distância mínima de 40 mm entre sua base de suporte (parede, painel, entre outros), até a face interna da barra. Suas extremidades devem estar fixadas nas paredes ou ter desenvolvimento contínuo até o ponto de fixação com formato recurvado. Quando necessários, os suportes intermediários de fixação devem estar sob a área de empunhadura, garantindo a continuidade de deslocamento das mãos. O comprimento e a altura de fixação são determinados em função de sua utilização, conforme exemplos apresentados em 7.7.2.3 e 7.7.2.4.

7.6.2 Quando executadas em material metálico, as barras de apoio e seus elementos de fixação e instalação devem ser confeccionadas em material resistente à corrosão, conforme ABNT NBR 10283, e determinação da aderência do acabamento conforme ABNT NBR 11003.

7.6.3 As dimensões mínimas das barras devem respeitar as aplicações definidas nesta Norma com seção transversal entre 30 mm e 45 mm, conforme Figura 101, e detalhadas no Anexo C.

O comprimento e o modelo variam de acordo com as peças sanitárias às quais estão associados e são tratados na Seção 7.

7.6.4 As barras podem ser fixas (nos formatos reta, em “U”, em “L”) ou articuladas, conforme detalhado no Anexo C.

As barras em “L” podem ser em uma única peça ou composta a partir do posicionamento de duas barras retas, desde que atendam ao dimensionamento mínimo dos trechos verticais e horizontais, conforme Figuras

117 e 126. As barras articuladas devem possuir dispositivo que evite quedas repentinas ou movimentos abruptos.

( ) sim

( ) não – Descrição:

## **15 – Instalação sanitária acessível conforme itens 7.7 (bacia sanitária)?**

### **7.7 Bacia sanitária**

As bacias e assentos em sanitários acessíveis não podem ter abertura frontal.

#### **7.7.1 Áreas de transferência**

Para instalação de bacias sanitárias devem ser previstas áreas de transferência lateral, perpendicular e diagonal, conforme Figura 102.

#### **7.7.2 Instalação de bacias convencionais, com caixas acopladas ou suspensas e barras de apoio**

A instalação das bacias deve atender às ABNT NBR 15097-1 e ABNT NBR 15097-2. As instalações das bacias e das barras de apoio devem atender às Figuras 105 a 110 e podem ser simetricamente opostas.

##### **7.7.2.1 Altura da bacia**

As bacias e assentos sanitários acessíveis não podem ter abertura frontal e devem estar a uma altura entre 0,43 m e 0,45 m do piso acabado, medidas a partir da borda superior sem o assento. Com o assento, esta altura deve ser de no máximo 0,46 m para as bacias de adulto, conforme Figura 103, e 0,36 m para as infantis.

Essa altura pode ser obtida pela peça sanitária com altura necessária, ou pelo posicionamento das bacias suspensas ou pela execução de um sóculo sob a base da bacia, convencional ou com caixa acoplada, isento de cantos vivos e com a sua projeção avançando no máximo 0,05 m, acompanhando a base da bacia, conforme Figura 104.

##### **7.7.2.2 Barras de apoio na bacia sanitária**

7.7.2.2.1 Junto à bacia sanitária, quando houver parede lateral, devem ser instaladas barras para apoio e transferência. Uma barra reta horizontal com comprimento mínimo de 0,80 m, posicionada horizontalmente, a 0,75 m de altura do piso acabado (medidos pelos eixos de fixação) a uma distância de 0,40 m entre o eixo da bacia e a face da barra e deve estar posicionada a uma distância de 0,50 m da borda frontal da bacia. Também deve ser instalada uma barra reta com comprimento mínimo de 0,70 m, posicionada verticalmente, a 0,10 m acima da barra horizontal e 0,30 m da borda frontal da bacia sanitária, conforme Figuras 105 a 107.

7.7.2.2.2 Junto à bacia sanitária, na parede do fundo, deve ser instalada uma barra reta com comprimento mínimo de 0,80 m, posicionada horizontalmente, a 0,75 m de altura do piso acabado (medido pelos eixos de fixação), com uma distância máxima de 0,11 m da sua face externa à parede e estendendo-se 0,30 m além do eixo da bacia em direção à parede lateral, conforme Figuras 105, 106 e 108.

7.7.2.2.3 Para bacias sanitárias com caixa acoplada, que possuam altura que não permita a instalação da barra descrita em 7.7.2.2.2, esta pode ser instalada a uma altura de até 0,89 m do piso acabado (medido pelos eixos de fixação), devendo ter uma distância máxima de 0,11 m da sua face externa à parede, distância mínima de 0,04 m da superfície superior da tampa da caixa acoplada e 0,30 m além do eixo da bacia em direção à parede lateral, conforme Figuras 107 e 109. A barra reta na parede do fundo pode ser substituída por uma barra lateral articulada, desde que a extremidade da barra esteja a no mínimo 0,10 m da borda frontal da bacia, conforme Figura 110.

7.7.2.2.4 Na impossibilidade de instalação de barras nas paredes laterais, são admitidas barras laterais fixas (com fixação na parede de fundo) ou articuladas (dar preferência pela barra lateral fixa), desde que sejam observados os parâmetros de segurança e dimensionamento estabelecidos conforme 7.6, e que estas e seus apoios não interfiram na área de giro e transferência. A distância entre esta barra e o eixo da bacia deve ser

de 0,40 m, sendo que sua extremidade deve estar a uma distância mínima de 0,20 m da borda frontal da bacia, conforme Figuras 108 e 109.

7.7.2.2.5 As bacias infantis devem seguir as mesmas disposições de barras e dimensões constantes nas Figuras 105 a 110.

7.7.2.3 Bacias sanitárias com parede lateral

7.7.2.3.1 Bacia convencional com barras de apoio ao fundo e a 90° na parede lateral

A Figura 105 ilustra o uso de uma barra de apoio reta fixada ao fundo e duas retas fixadas a 90° na lateral, quando a bacia convencional está próxima a uma parede.

7.7.2.3.2 Bacia suspensa com barras de apoio ao fundo e a 90° na parede lateral

A Figura 106 ilustra o uso de uma barra de apoio reta fixada ao fundo e duas retas fixadas a 90° na lateral, quando a bacia suspensa está próxima a uma parede.

7.7.2.3.3 Bacia com caixa acoplada com barras de apoio ao fundo e a 90° na parede lateral

A Figura 107 ilustra o uso de uma barra de apoio reta fixada ao fundo e duas retas fixadas a 90° na lateral, quando a bacia com caixa acoplada está próxima a uma parede.

7.7.2.4 Bacias sanitárias sem parede lateral

7.7.2.4.1 Bacia convencional ou suspensa com barra de apoio reta e barra lateral fixa

A Figura 108 ilustra o uso de uma barra de apoio reta e uma barra lateral fixa, fixadas na parede ao fundo, quando a bacia convencional ou suspensa não possui uma parede lateral.

NOTA A barra de apoio lateral fixa pode ser substituída por uma barra de apoio lateral articulada.

7.7.2.4.2 Bacia com caixa acoplada com barras de apoio reta e lateral fixa

A Figura 109 ilustra o uso de uma barra de apoio reta e uma barra lateral fixa, fixadas na parede ao fundo, quando a bacia com caixa acoplada não possui uma parede lateral.

NOTA A barra de apoio lateral fixa pode ser substituída por uma barra de apoio lateral articulada.

7.7.2.4.3 Bacia com caixa acoplada com barras lateral articulada e

fixa A Figura 110 ilustra o uso de uma barra lateral articulada e uma fixa.

7.7.3 Acionamento da válvula de descarga

7.7.3.1 Válvula de parede

O acionamento da válvula de descarga deve estar a uma altura máxima de 1,00 m, conforme Figura 111, e ser preferencialmente acionado por sensores eletrônicos ou dispositivos equivalentes. A força de acionamento deve ser inferior a 23 N. Admite-se outra localização para o acionamento com alcance manual, conforme Seção 4.

Na impossibilidade de uso de válvula de descarga, recomenda-se que seja colocada caixa de descarga embutida. Para estas caixas aplicam-se os mesmos requisitos de força e altura de acionamento.

7.7.3.2 Mecanismo de acionamento de descarga em caixa acoplada

O mecanismo de acionamento de descarga em caixa acoplada deve estar localizado dentro do alcance manual de pessoas em cadeira de rodas, conforme 4.6. O mecanismo de acionamento de descarga em caixa acoplada pode ser por alavanca, sensores eletrônicos ou dispositivos equivalentes, conforme 4.6.7.

(\_\_\_\_) sim

(\_\_\_\_) não – Descrição:

## **16 – Instalação sanitária acessível conforme itens 7.8 (instalação de lavatório e barras de apoio)?**

7.8 Instalação de lavatório e barras de apoio

Os lavatórios, suas fixações e ancoragens devem atender no mínimo aos esforços previstos nas ABNT NBR 15097-1 e ABNT NBR 15097-2. Sua instalação deve possibilitar a área de aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas, quando se tratar do sanitário acessível, e garantir a aproximação frontal de uma pessoa em

pé, quando se tratar de um sanitário qualquer, conforme Figura 112 .

7.8.1 As barras de apoio dos lavatórios podem ser horizontais e verticais. Quando instaladas, devem ter uma barra de cada lado conforme exemplos ilustrados nas Figuras 113, 114 e garantir as seguintes condições:

- a) ter um espaçamento entre a barra e a parede ou de qualquer outro objeto de no mínimo 0,04 m, para ser utilizada com conforto;
- b) ser instaladas até no máximo 0,20 m, medido da borda frontal do lavatório até o eixo da barra para permitir o alcance;
- c) garantir o alcance manual da torneira de no máximo 0,50 m, medido da borda frontal do lavatório até o eixo da torneira, conforme Figura 98 e 113;
- d) as barras horizontais devem ser instaladas a uma altura 0,78 m a 0,80 m, medido a partir do piso acabado até a face superior da barra, acompanhando a altura do lavatório;
- e) as barras verticais devem ser instaladas a uma altura de 0,90 m do piso e com comprimento mínimo de 0,40 m, garantindo a condição da alínea a);
- f) ter uma distância máxima de 0,50 m do eixo do lavatório ou cuba até o eixo da barra vertical instalada na parede lateral ou na parede de fundo para garantir o alcance.

7.8.2 Os lavatórios devem ser equipados com torneiras acionadas por alavancas, com esforço máximo de 23 N, torneiras com sensores eletrônicos ou dispositivos equivalentes. Quando utilizada torneira com ciclo automático, recomenda-se com o tempo de fechamento de 10 s a 20 s, atendendo a todos os requisitos da ABNT NBR 13713. Quando houver água quente, é obrigatório garantir solução que evite o contato do usuário com o sifão ou a tubulação. É recomendado o uso de válvula termostática alimentando a torneira. Opcionalmente, a válvula termostática pode ser substituída por misturadores monocomando ou duplo comando, ou aparelho único que integre as funções de misturador e torneira automática, desde que dotados de alavanca.

☐ sim

☐ não – Descrição:

## **17 – Acessórios para sanitários acessíveis conforme item 7.11?**

### **7.11 Acessórios para sanitários acessíveis e coletivos**

Os acessórios para sanitários, como porta-objeto, cabides, saboneteiras e toalheiros, devem ter sua área de utilização dentro da faixa de alcance acessível estabelecida na Seção 4, conforme Figura 121.

#### **7.11.1 Espelhos**

A altura de instalação e fixação de espelho deve atender à Figura 122. Os espelhos podem ser instalados em paredes sem pias. Podem ter dimensões maiores, sendo recomendável que sejam instalados entre 0,50 m até 1,80 m em relação ao piso acabado.

#### **7.11.2 Papeleiras**

As papeleiras embutidas devem atender à Figura 123. No caso de papeleiras de sobrepor que por suas dimensões devem ser alinhadas com a borda frontal da bacia, o acesso ao papel deve ser livre e de fácil alcance, conforme Figuras 124 ou 125. Não podem ser instaladas abaixo de 1,00 m de altura do piso acabado, para não atrapalhar o acesso à barra. Nos casos de bacias sanitárias sem parede ao lado, demonstrados em 7.7.2.4, a barra de apoio deve ter um dispositivo para colocar o papel higiênico.

#### **7.11.3 Cabide**

Deve ser instalado cabide junto a lavatórios, boxes de chuveiro, bancos de vestiários, trocadores e boxes de bacia sanitária, a uma altura entre 0,80 m a 1,20 m do piso acabado.

#### **7.11.4 Porta-objetos**

Deve ser instalado um porta-objetos junto ao lavatório, ao mictório e à bacia sanitária, a uma altura entre 0,80 m e 1,20 m, com profundidade máxima de 0,25 m, em local que não interfira nas áreas de transferência e manobra e na utilização das barras de apoio.



7.11.4.1 Recomenda-se que o porta-objetos não seja instalado atrás de portas.

7.11.4.2 O porta-objeto não pode ter cantos agudos e superfícies cortantes ou abrasivas.

7.11.5 Puxador horizontal

As portas de sanitários e vestiários, conforme especificado em 6.11.2.7 e Figura 84, devem ter, no lado oposto ao da abertura da porta, puxador horizontal associado à maçaneta.

( ) sim

( ) não – Descrição:

#### **18 – Bebedouros conforme item 8.5? Item não obrigatório**

(8.5 Bebedouros

8.5.1 Bebedouros de bica

8.5.1.1 A bica deve ser do tipo de jato inclinado, estar localizada no lado frontal do bebedouro, permitir a utilização por meio de copos e ser de fácil higienização.

8.5.1.2 Deve-se instalar bebedouros com no mínimo duas alturas diferentes de bica, sendo uma de 0,90 m e outra entre 1,00 m e 1,10 m em relação ao piso acabado.

8.5.1.3 O bebedouro de altura de bica de 0,90 m deve ter altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso acabado, e deve ser garantido um M.R. para a aproximação frontal.

8.5.2 Bebedouros de garrafão e outros modelos

O acionamento de bebedouros do tipo garrafão, filtros com célula fotoelétrica ou outros modelos, assim como a posição de manuseio dos copos, devem situar-se entre 0,80 m e 1,20 m de altura do piso acabado, e localizados de modo a permitir aproximação lateral da P.C.R.)

( ) sim

( ) não – Descrição:

#### **19 – Sala de recepção e espera com o necessário e suficiente conforto;**

( ) sim

( ) não – Descrição:

#### **20 – Sala exclusiva de almoxarifado e arquivo com chaves, como também armários para guarda dos testes;**

( ) sim

( ) não – Descrição:

#### **21 – Dimensão da sala para exame médico com as seguintes dimensões (mínimo de 4,5 X 3,0 metros):**

( ) sim

( ) não – Descrição:

#### **22 – A sala para exame médico apresenta lavatório para o médico, com ventilação e iluminação adequada?**

( ) sim

( ) não – Descrição:

#### **23 – Dimensão da sala de teste coletivo psicológico (mínimo de 9,6 m<sup>2</sup>):**

( ) sim

( ) não – Descrição:

**24 – Dimensão da sala de teste individual psicológico (mínimo de 2,0 X 2,0 metros ):**

(\_\_\_\_) sim

(\_\_\_\_) não – Descrição:

**25 – Sala de teste individual psicológico condições de ventilação à situação de teste, ambiente bem iluminado por luz natural ou artificial fria, evitando-se sombras ou ofuscamentos?**

(\_\_\_\_) sim

(\_\_\_\_) não – Descrição:

**26 – A planta baixa do imóvel apresentada pela empresa requerente é fiel ao verificado na perícia?**

(\_\_\_\_) sim

(\_\_\_\_) não – Descrição:

**27 – Anexos fotográficos da empresa vistoriada:**

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/ 20\_\_\_\_.

Vistoriador

MASP

# NORMA BRASILEIRA

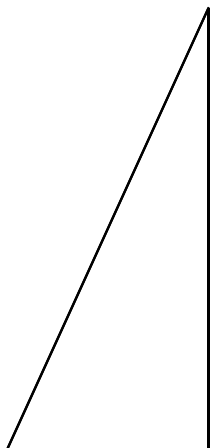
## ABNT NBR 9050

Terceira edição  
11.09.2015

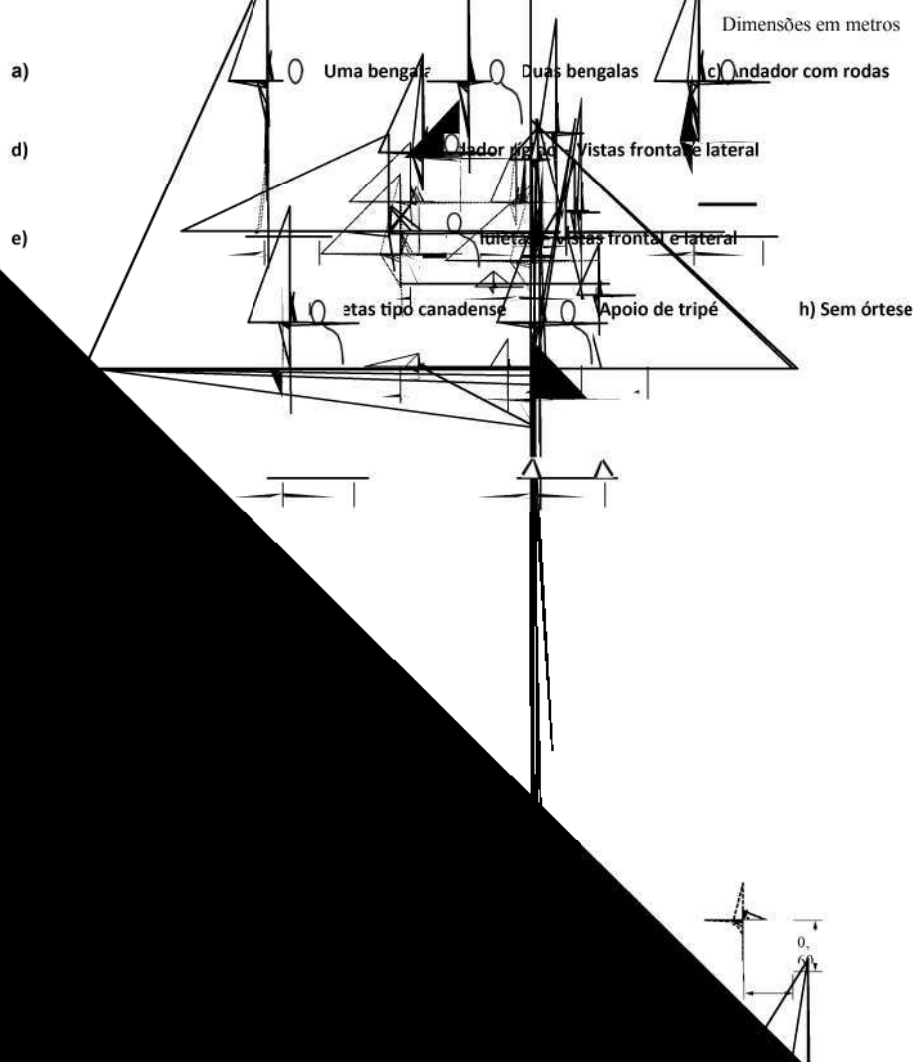
Válida a partir de  
11.10.2015

### **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**

*Accessibility to buildings, equipment and the urban environment*



A Figura 1 apresenta dimensões referenciais para deslocamento de pessoas em pé.



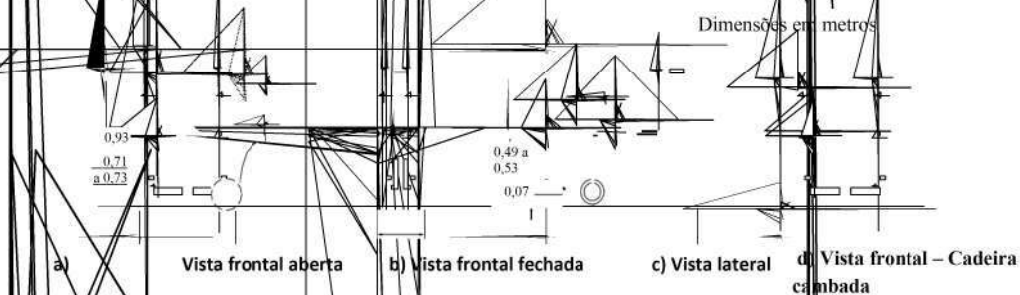


**Figura 1 – Dimensões referenciais para descolamento de pessoa em pé**

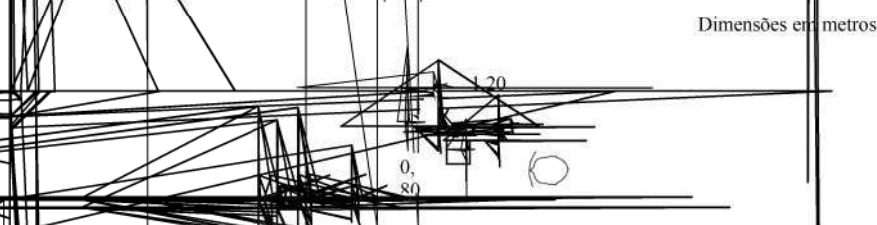
Pessoas em cadeira de rodas (P.C.R.)

Cadeira de rodas

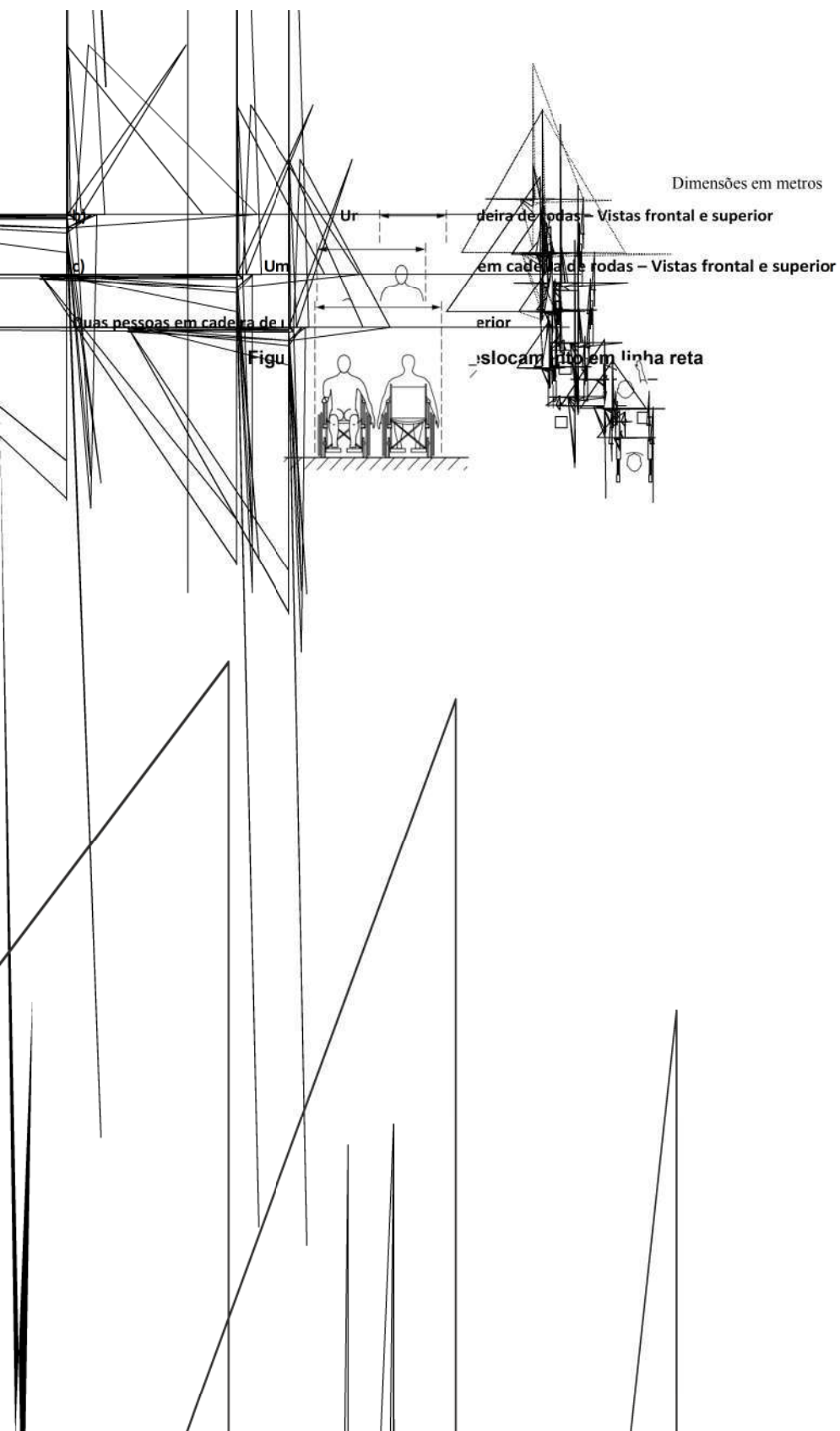
A Figura 2 apresenta dimensões referenciais para cadeiras de rodas manuais ou motorizadas, sem scooter (reboque). A largura mínima frontal das cadeiras esportivas ou cambadas é de 1,00 m.



**Figura 2 – Cadeira de rodas manual, motorizada e esportiva**



**Figura 3 – Dimensões do módulo de referência (M.R.)**



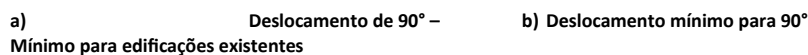


As medidas necessárias para a manobra de cadeira de rodas sem deslocamento, conforme a Figura 7, são:

- Dimensões em metros

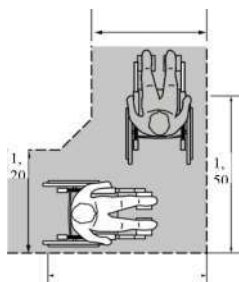


A Figura 8 exemplifica condições para manobra de cadeiras de rodas com deslocamento.

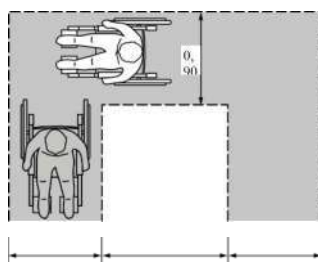




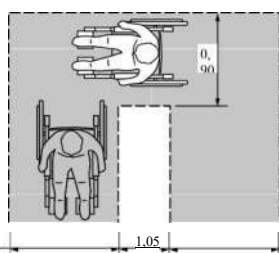
Dimensões em metros



c) Deslocamento recomendável para 90°

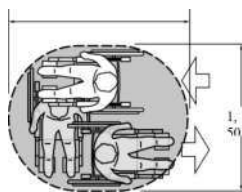


d) Deslocamento consecutivo de 90° com percurso intermediário – Caso 1



$0,60 \leq x < 1,20$

e) Deslocamento consecutivo de 90° com percurso intermediário – Caso 2



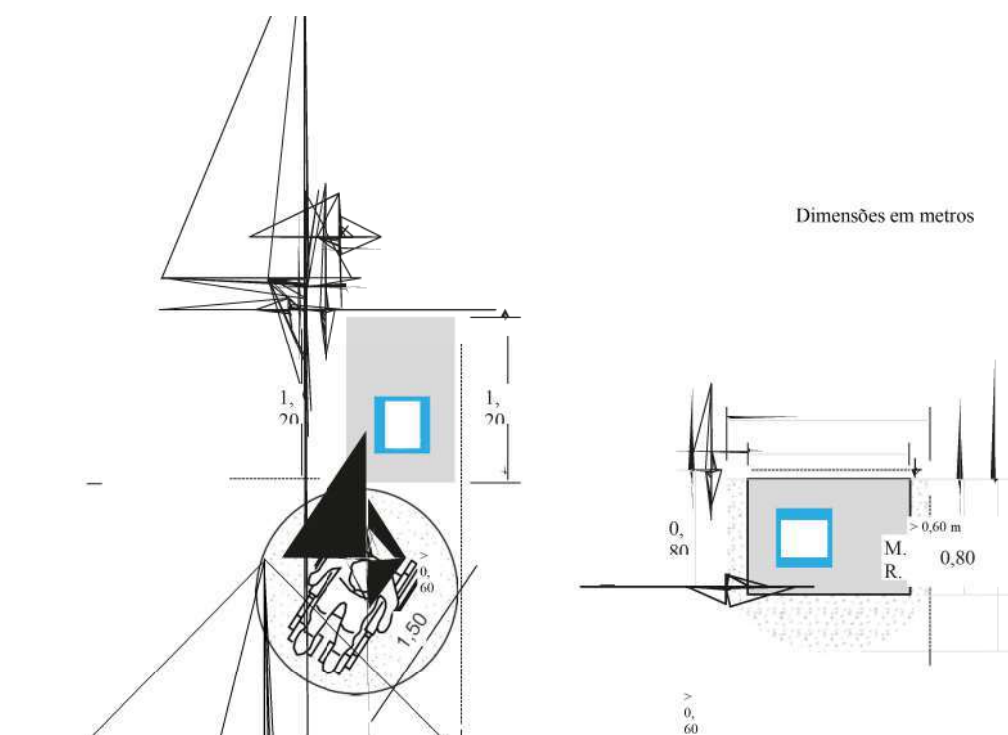
f) Deslocamento de 180°

**Figura 8 – Área para manobra de cadeiras de rodas com deslocamento**

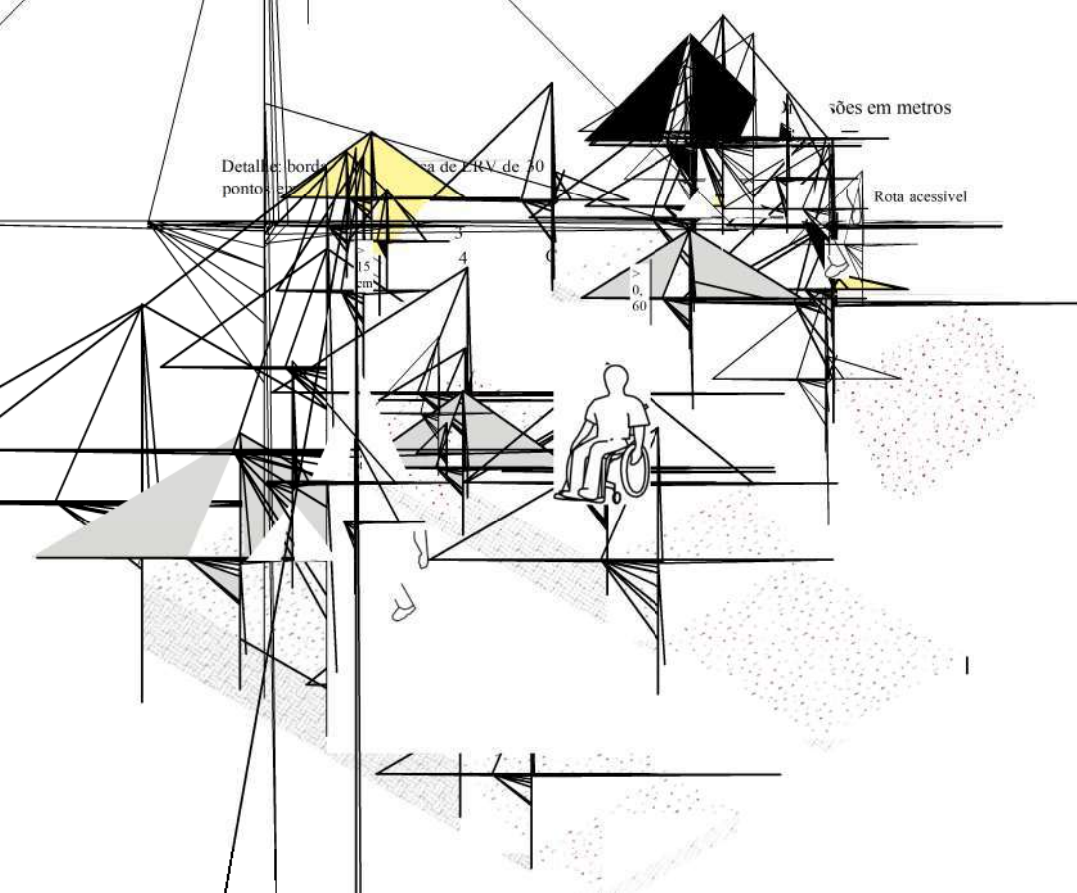
#### Posicionamento de cadeiras de rodas em espaços confinados

A Figura 9 exemplifica condições para posicionamento de cadeiras de rodas em nichos ou espaços confinados.





**Figura 9 – Espaços para cadeira de rodas em áreas confinadas**



>  
0,  
60

#### Legenda

- 1 desnível igual ou inferior a 0,60 m e inclinação igual ou superior a 1:2
- 2 lateral em nível com pelo menos 0,60 m de largura
- 3 contraste visual medido através do LRV (valor da luz refletida) de no mínimo 30 pontos em relação ao piso
- 4 proteção lateral – com no mínimo 0,15 m de altura e superfície de topo com contraste visual, conforme Seção 5
- 5 proteção lateral – com guarda-corpo
- 6 desnível superior a 0,60 m e inclinação igual ou superior a 1:2

**Figura 10 – Exemplos de proteção contra queda**

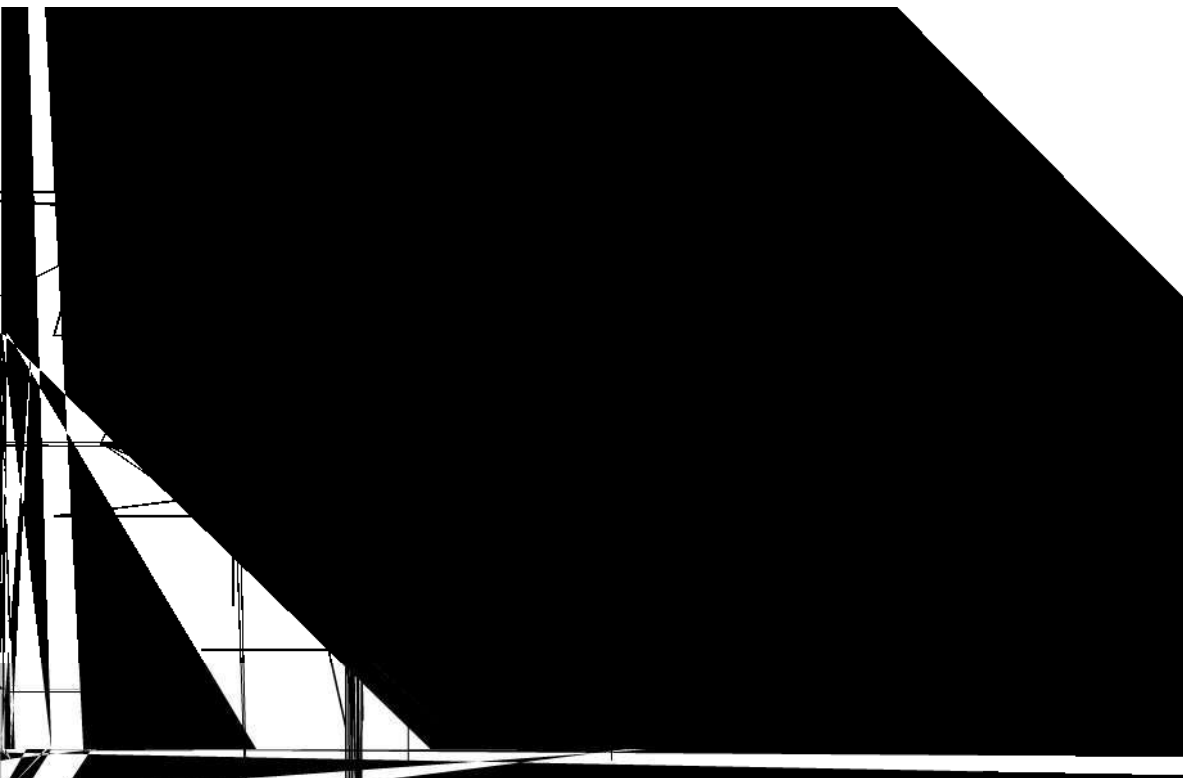
Dimensões em metros

$0,40$  a  $0,55$

$45^\circ$

$45^\circ$

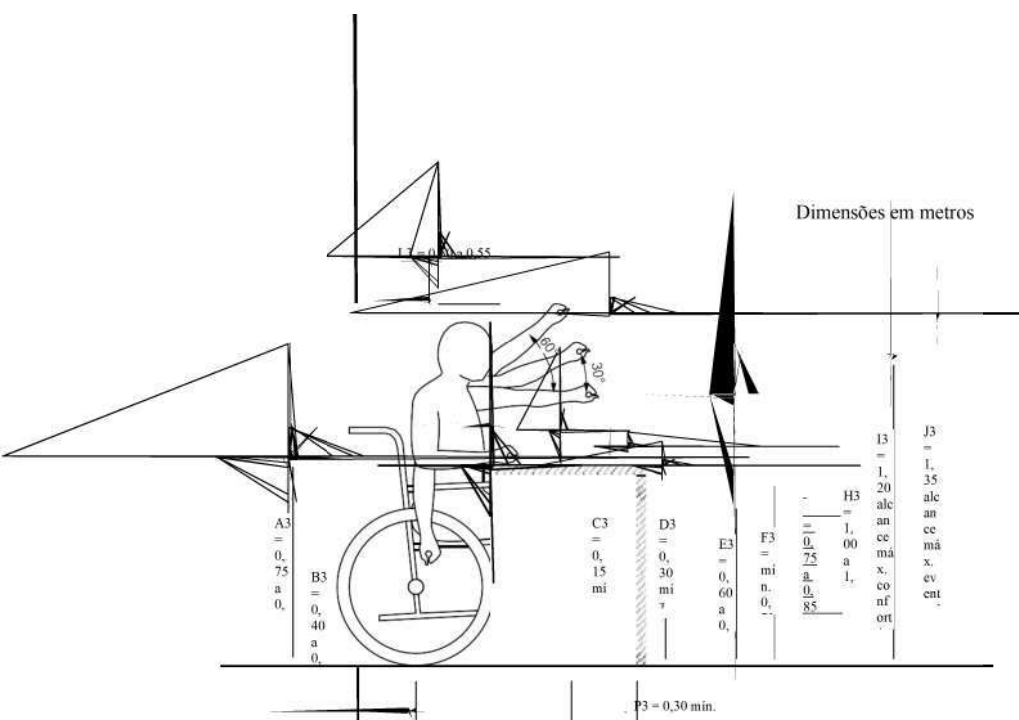
A		B1		C1		D		E1	
1		=		=		=		=	
0,65		a		0,90		a		1,40	
a		0,72		a		1,15		a	
		0,		1,		a		1,55	
								alc	
								an	
								ce	
								m	
								áx.	
								co	
								nf	
								ort	



Legenda

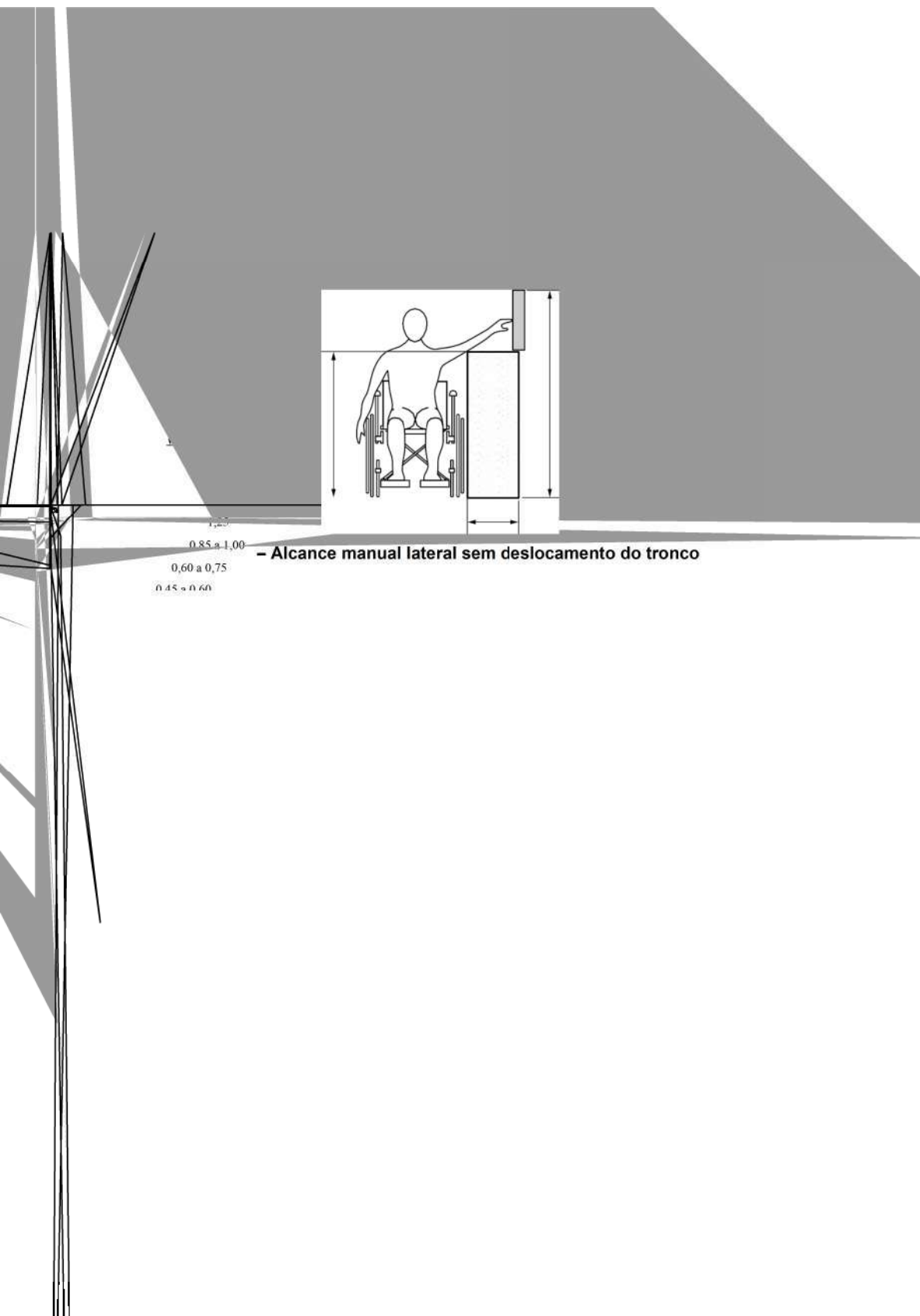
A2	altura do ombro até o assento
B2	altura da cavidade posterior do joelho
C2	altura do cotovelo até o assento
D2	altura dos joelhos até o piso
E2	altura do centro da mão, com o antebraço em ângulo de 90° com o tronco
F2	altura do centro da mão, com o braço estendido paralelamente ao piso
G2 confortável	altura do centro da mão, com o braço estendido formando 30° com o piso = alcance máximo
H2	altura do centro da mão, com o braço estendido formando 60° com o piso = alcance máximo eventual
I2	profundidade da nádega à parte posterior do joelho
J2	profundidade da nádega à parte anterior do joelho

**Figura 12 – Alcance manual frontal – Pessoa sentada**

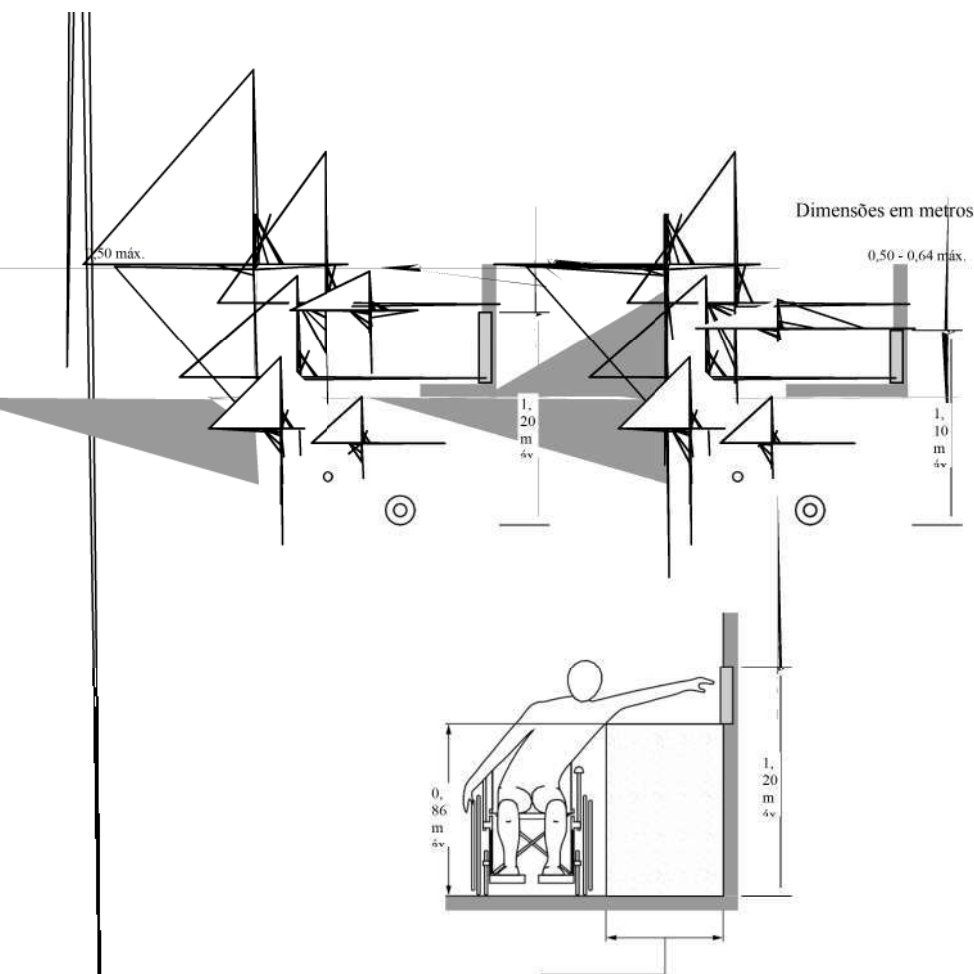


#### Legenda

- A3 altura do centro da mão, com o antebraço formando 90° com o tronco
- B3 altura do centro da mão estendida ao longo do eixo longitudinal do corpo
- C3 altura mínima livre entre a coxa e a parte inferior de objetos e equipamentos
- D3 altura mínima livre para encaixe dos pés
- E3 altura do piso até a parte superior da coxa
- F3 altura mínima livre para encaixe da cadeira de rodas sob a superfície de trabalho
- H3 altura das superfícies de trabalho ou mesas
- J3 altura do centro da mão, com o braço estendido paralelo ao piso
- K3 altura do centro da mão, com o braço estendido formando 30° com o piso = alcance máximo
- L3 altura do centro da mão, com o braço estendido formando 60° com o piso = alcance máximo
- M3 comprimento do braço na horizontal, do ombro ao centro da mão
- N3 comprimento do braço (do centro do cotovelo ao centro da mão)
- O3 altura do trabalho necessária para aproximação
- P3 altura do joelho superior do joelho
- Q3 altura para encaixe dos pés
- superfície de trabalho – Pessoa em cadeira de rodas**



0,85 a 1,00  
0,60 a 0,75  
0,45 a 0,60  
- Alcance manual lateral sem deslocamento do tronco



**Figura 15 – Alcance manual lateral e frontal com deslocamento do tronco**

#### **Superfície de trabalho**

A superfície de trabalho acessível é um plano horizontal ou inclinado para desenvolvimento de tarefas manuais ou leitura.

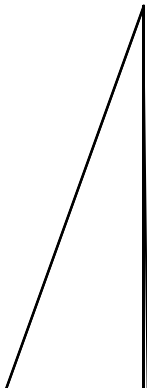
A Figura 16-a) apresenta, na vista horizontal, as áreas de alcance em superfícies de trabalho, conforme o seguinte:

- a)  $A1 \times A2 = 1,50 \text{ m} \times 0,50 \text{ m}$  = alcance máximo para atividades eventuais;
- b)  $B1 \times B2 = 1,00 \text{ m} \times 0,40 \text{ m}$  = alcance para atividades sem necessidade de precisão;
- c)  $C1 \times C2 = 0,35 \text{ m} \times 0,25 \text{ m}$  = alcance para atividades por tempo prolongado.

As áreas de alcance em superfícies de trabalho, em vista lateral, devem atender à Figura 16-b) e ao seguinte:

- a) altura livre de no mínimo 0,73 m entre o piso e a superfície inferior;
- b) altura entre 0,75 m a 0,85 m entre o piso e a sua superfície superior;
- c) profundidade inferior livre mínima de 0,50 m para garantir a aproximação da pessoa em cadeira

de rodas.





A superfície de trabalho deve possibilitar o apoio dos cotovelos, no plano frontal com um ângulo entre 15° e 20° de abertura do braço em relação ao tronco, e no plano lateral com 25° em relação ao tronco, conforme Figura 16-c).

Dimensões em metros

a) Vista horizontal

b) Vista lateral

Ângulos ideais para apoio do braço

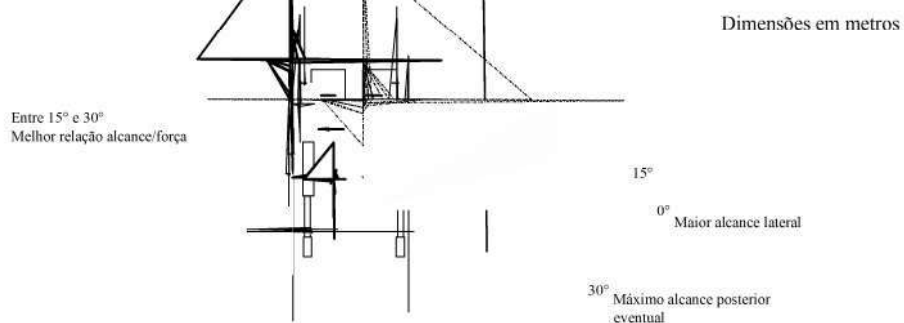
Figura 16 – Superfície de trabalho

15° 20°

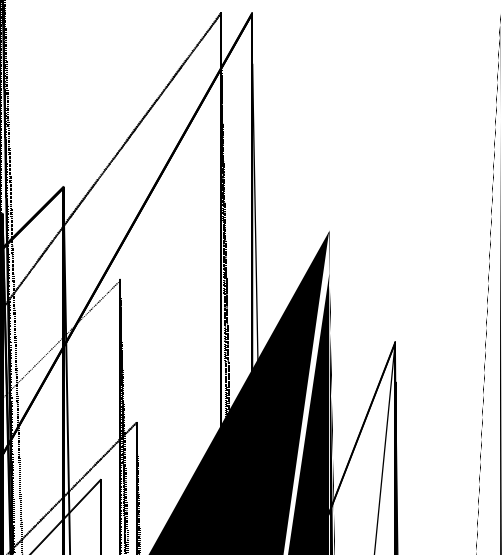


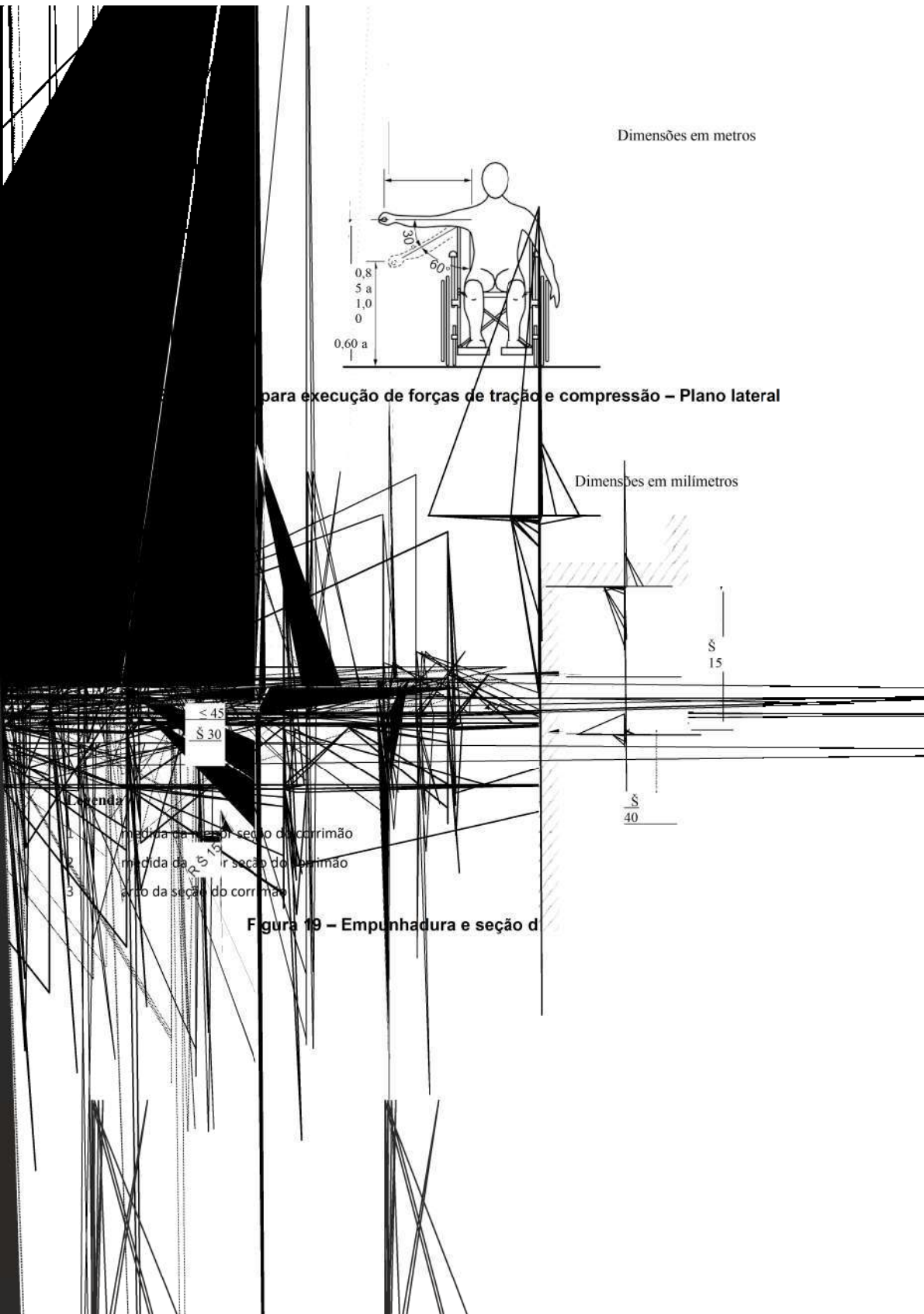
### Ângulos para execução de forças de tração e compressão

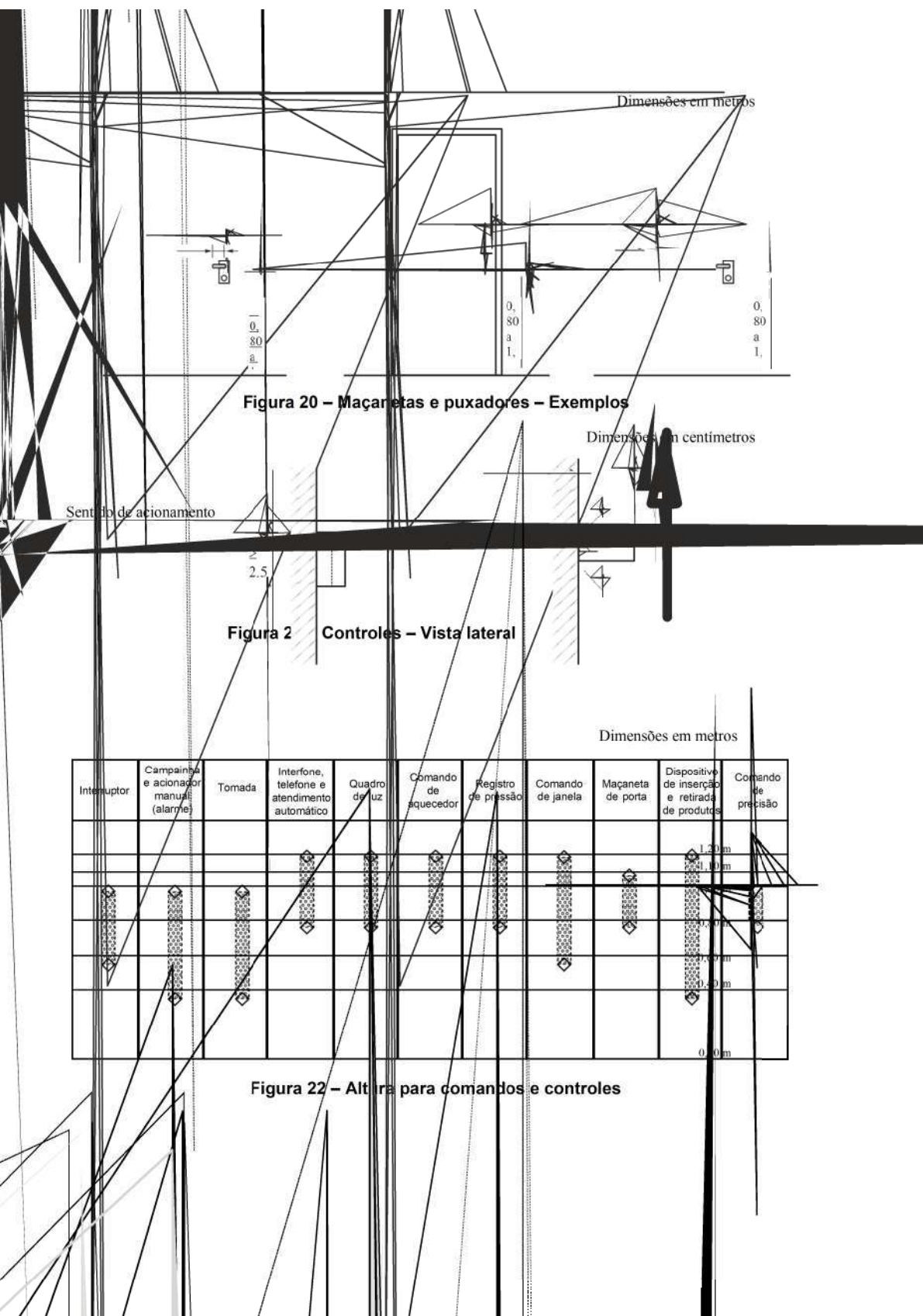
As Figuras 17 e 18 mostram ângulos e dimensões para execução adequada de forças de tração e compressão.

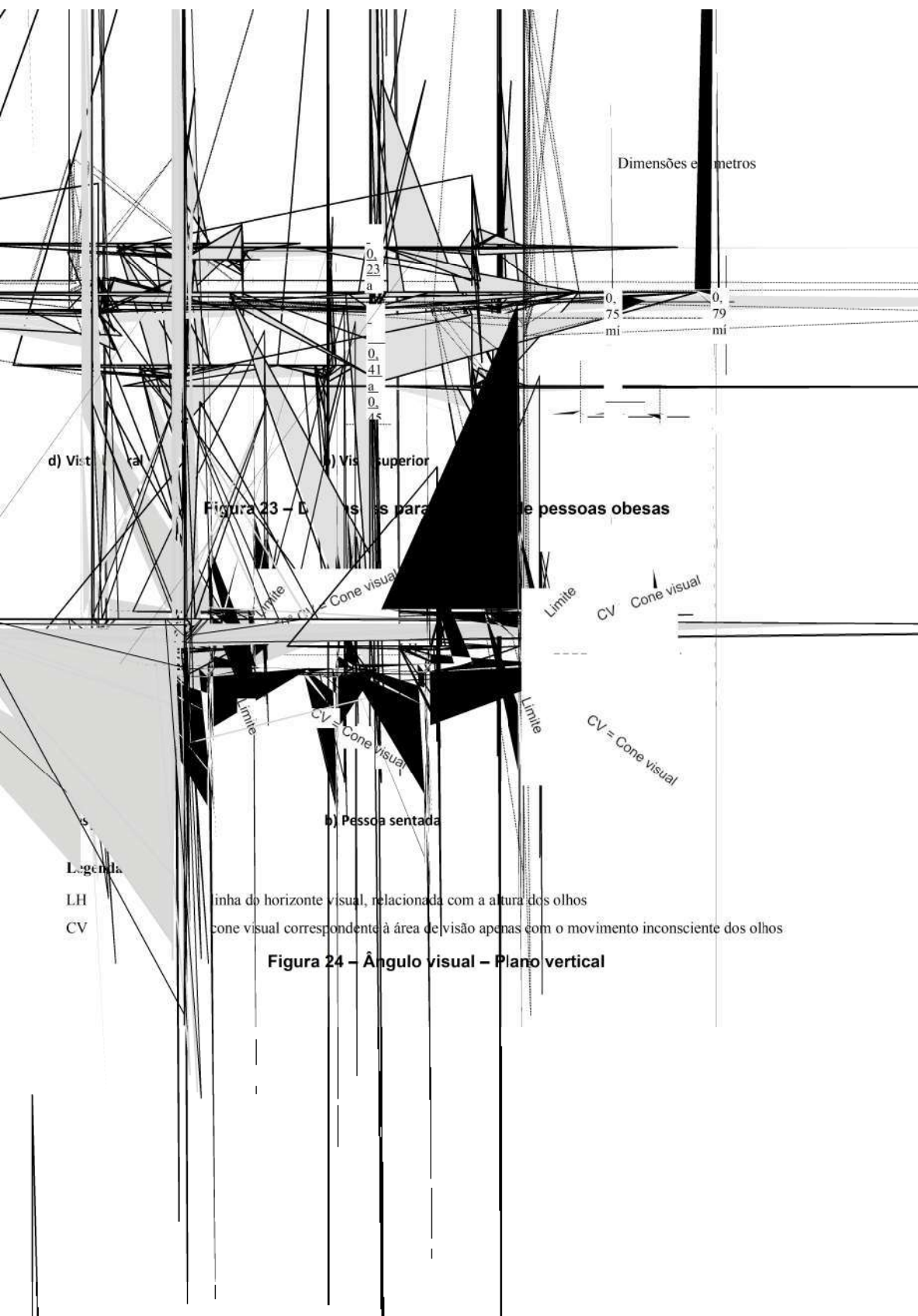


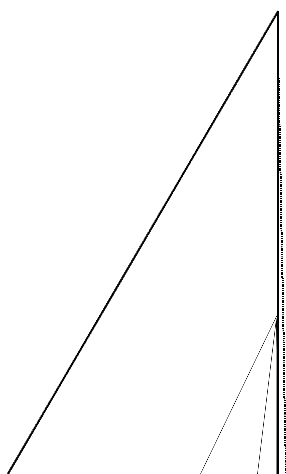
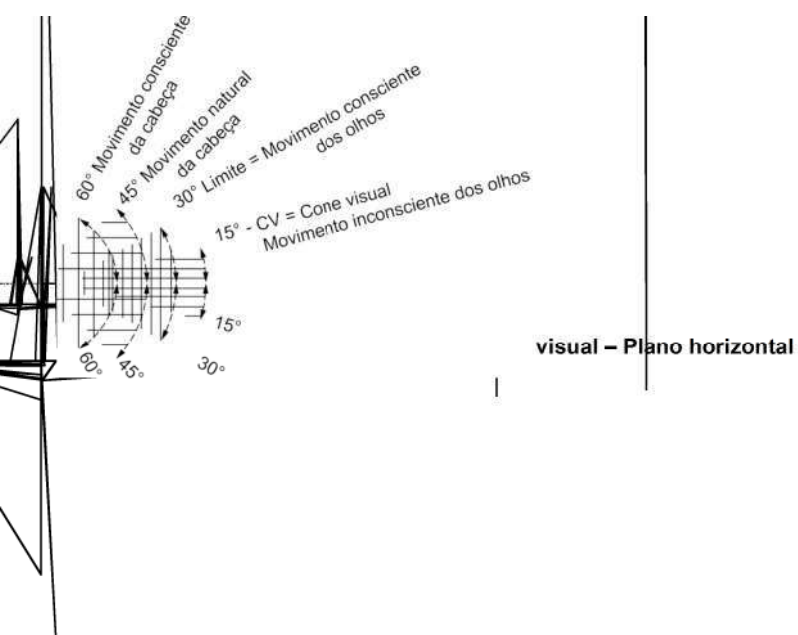
**Figura 17 – Ângulos para execução de forças de tração e compressão – Plano horizontal**











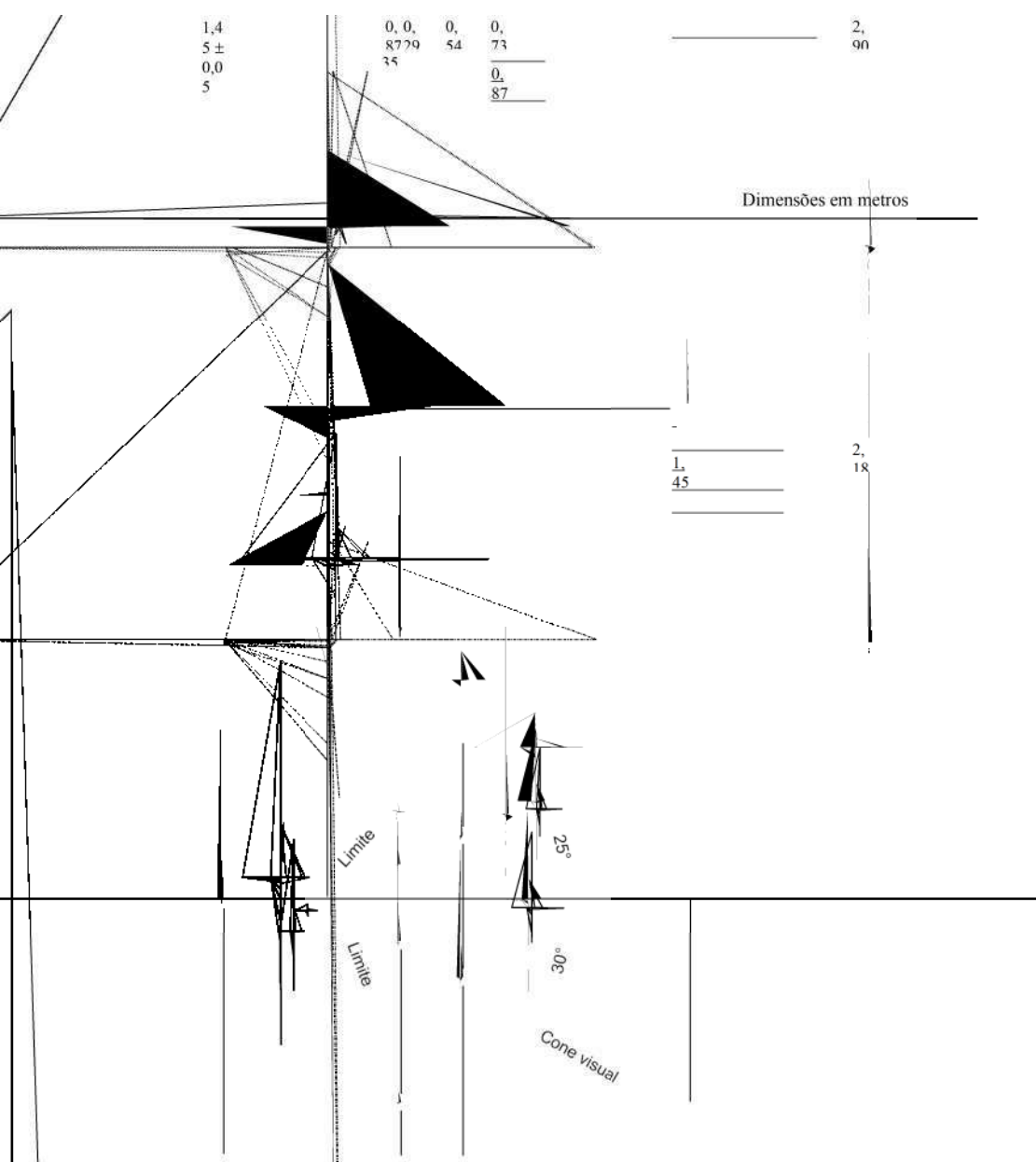


Figura 26 – Cones visuais da pessoa em pé – Exemplo



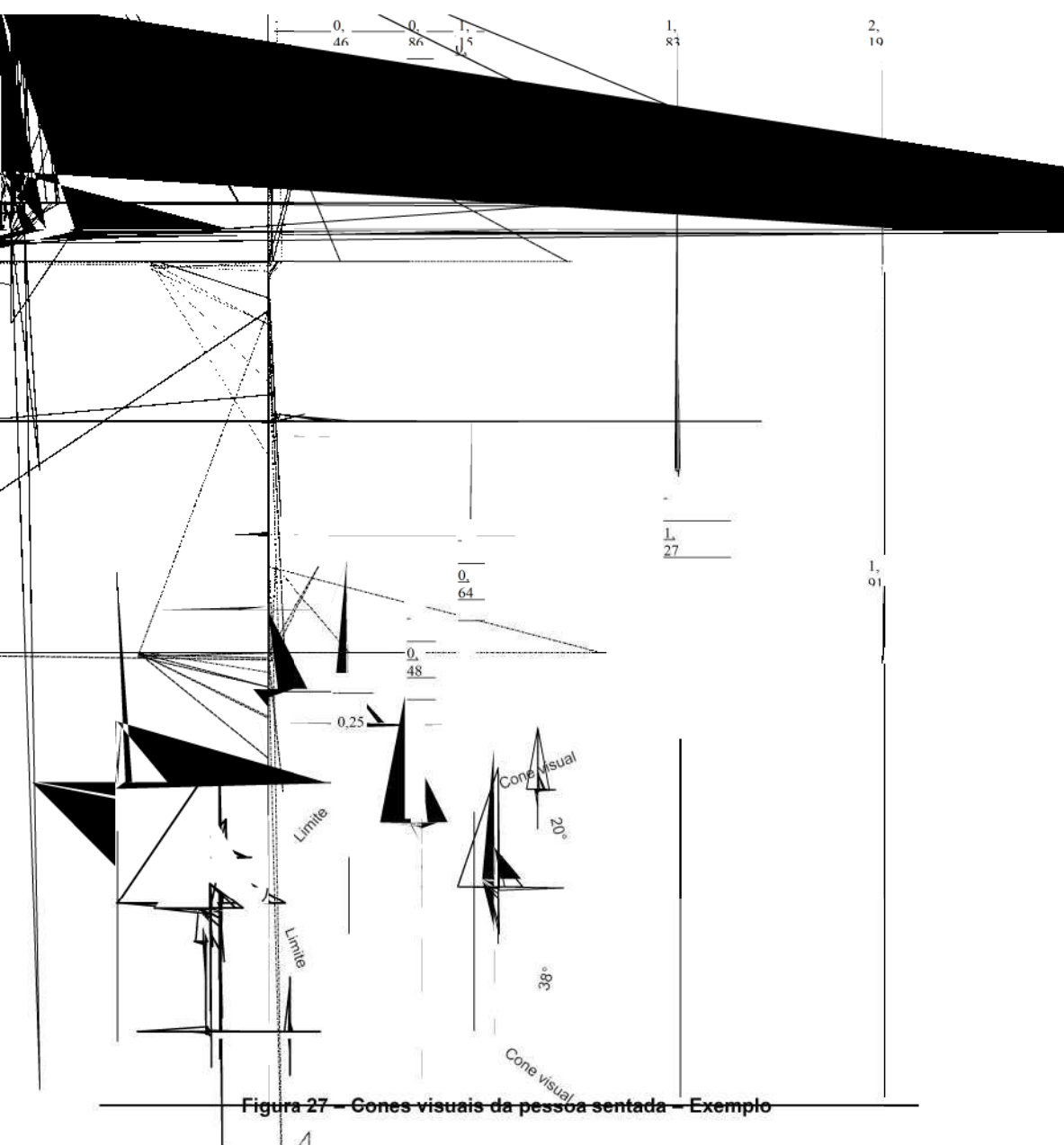


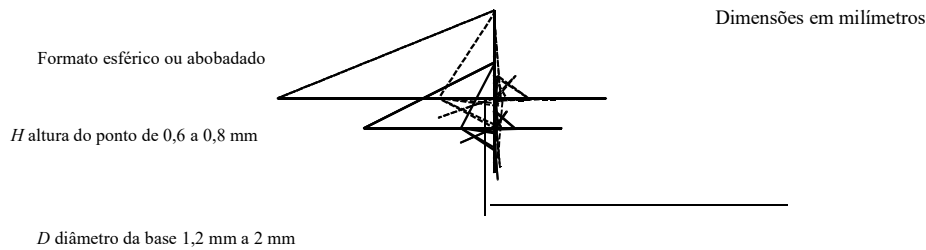
Figura 27 – Cones visuais da pessoa sentada – Exemplo





a	b	c	d	Diâmetro do ponto e = D	Altura do ponto H
2,7	2,7	6,6	10,8	de 1,2 a 2,0	de 0,6 a 0,8
* D significa diâmetro.					

**Figura 29 – Arranjo geométrico dos pontos em Braille**



**Figura 30 – Formato do relevo do ponto em Braille**

A proporção  $P$  é a relação entre o diâmetro e a altura do ponto, conforme a equação abaixo:

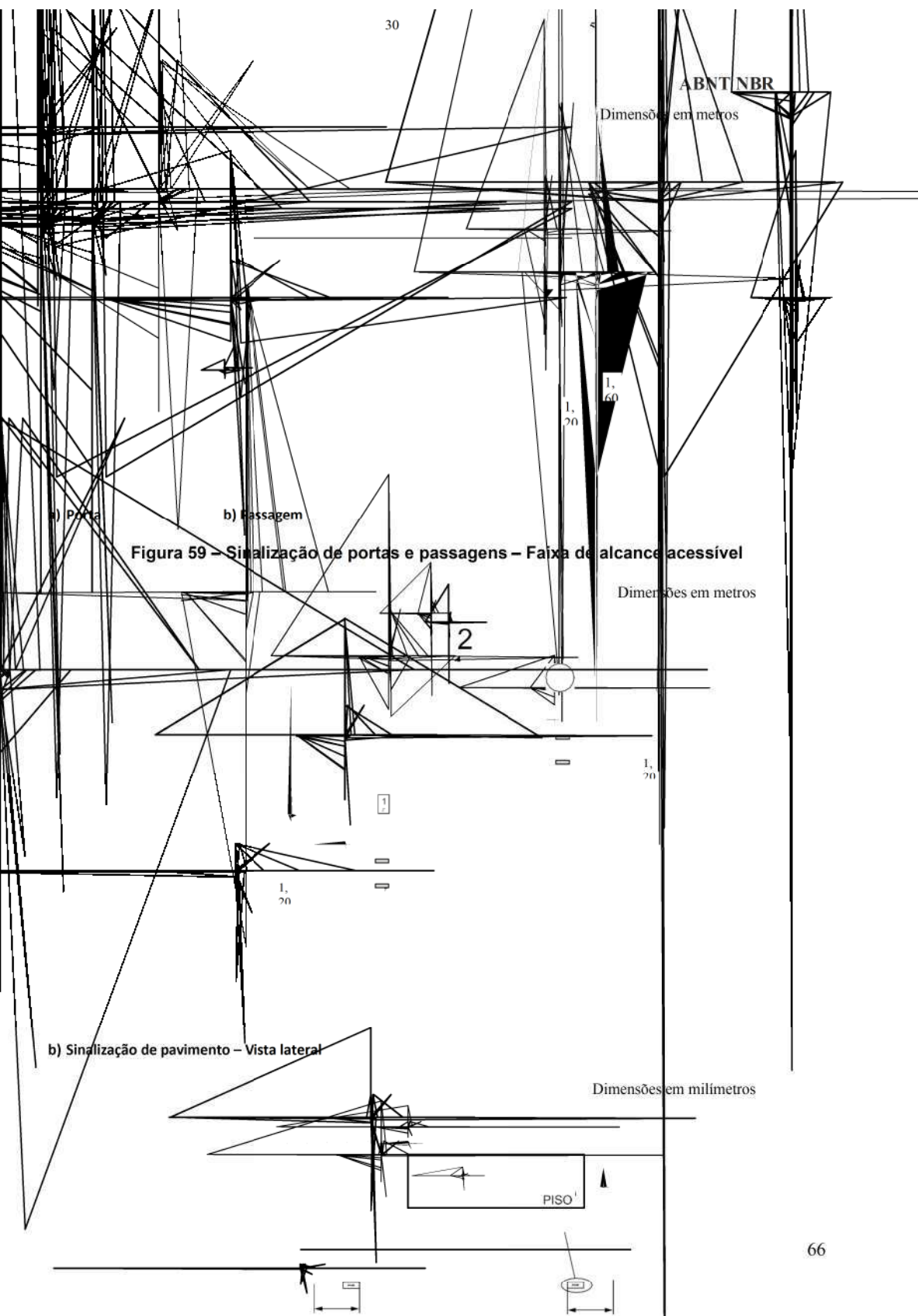
$$P = \frac{D}{H}$$

onde

$P$  é a proporção entre o diâmetro e a altura;  
 $D$  é o diâmetro, expresso em milímetros (mm);  
 $H$  é a altura do relevo,

expressa em milímetros (mm). sendo que,

$D$  deve estar entre 1,2 mm e 2,0 mm,  $H$  deve estar entre 0,6 mm e 0,8 mm, e  $P$  deve estar entre 2,0 mm e 2,5 mm.



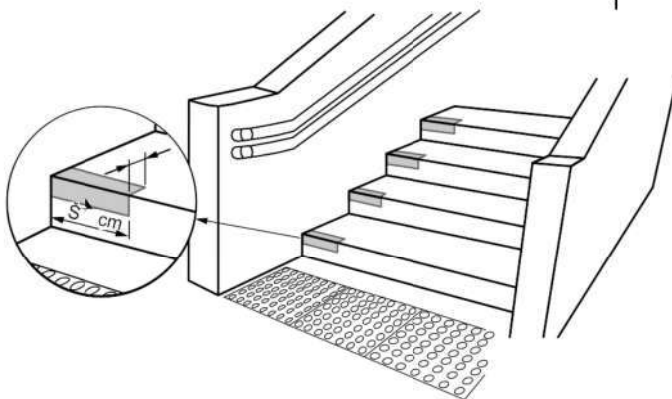


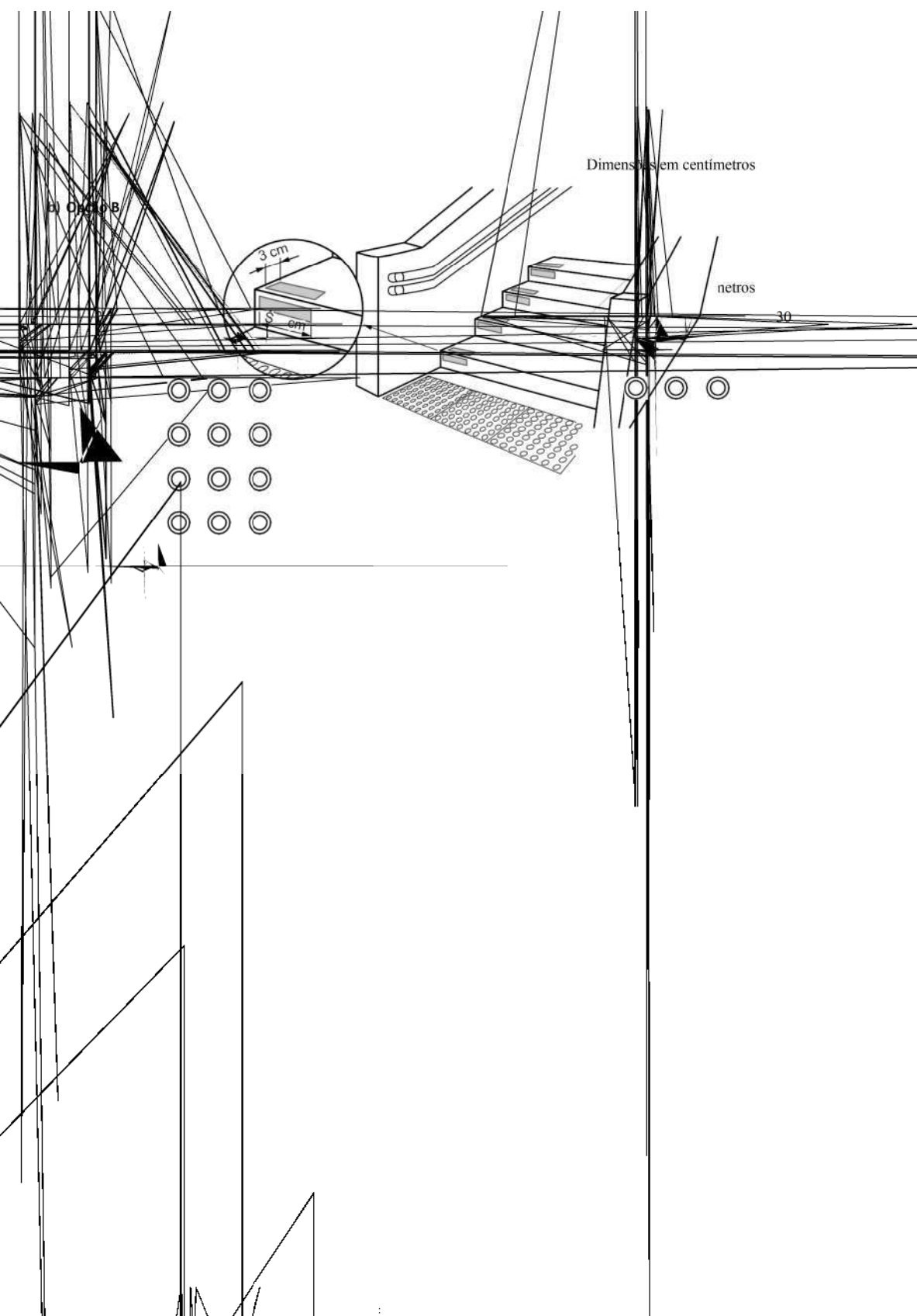
Sinalização de corrimão – Vista superior

**Figura 60 – Sinalização de pavimento e corrimão**

Dimensões em centímetros

a) Opção A





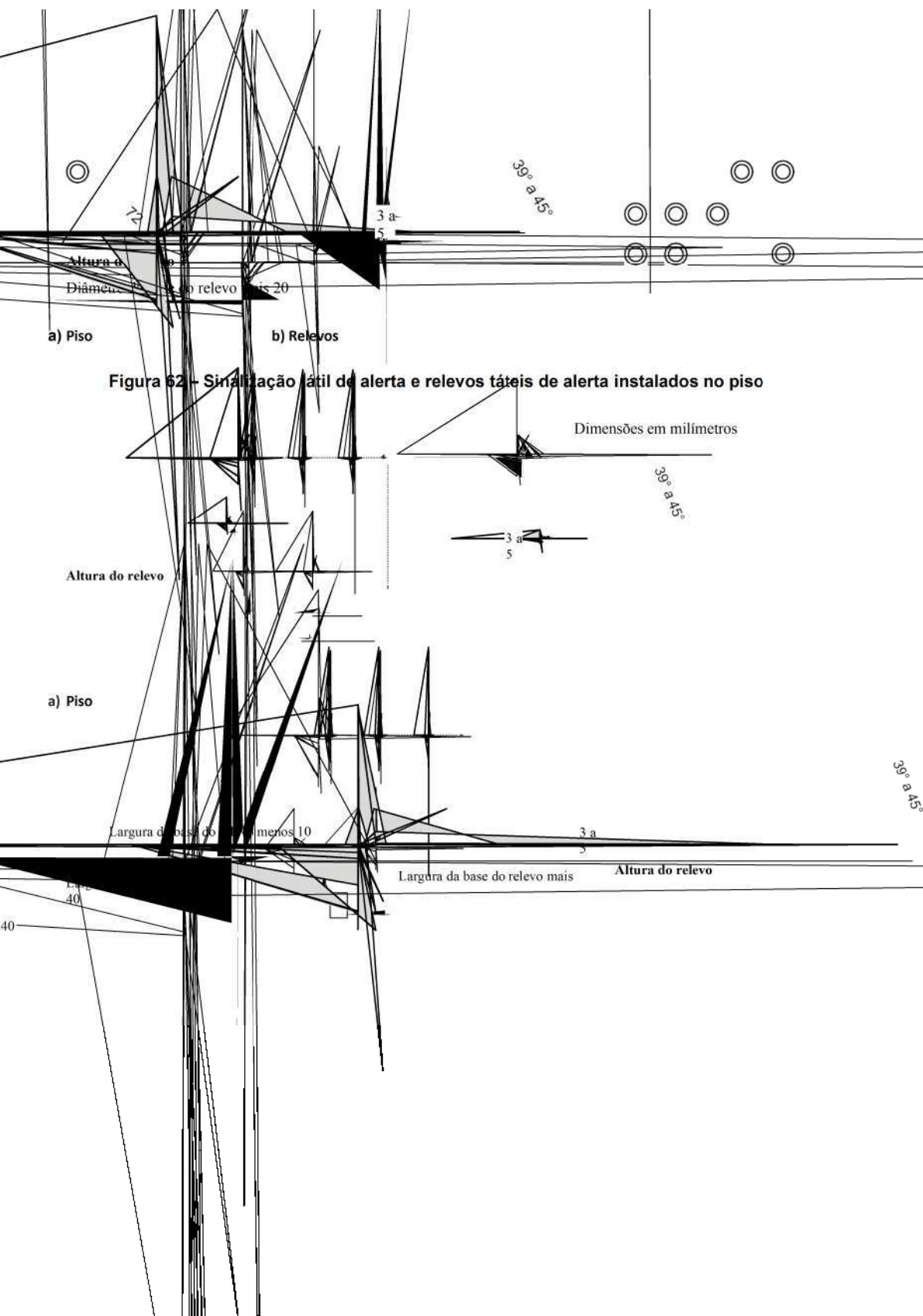
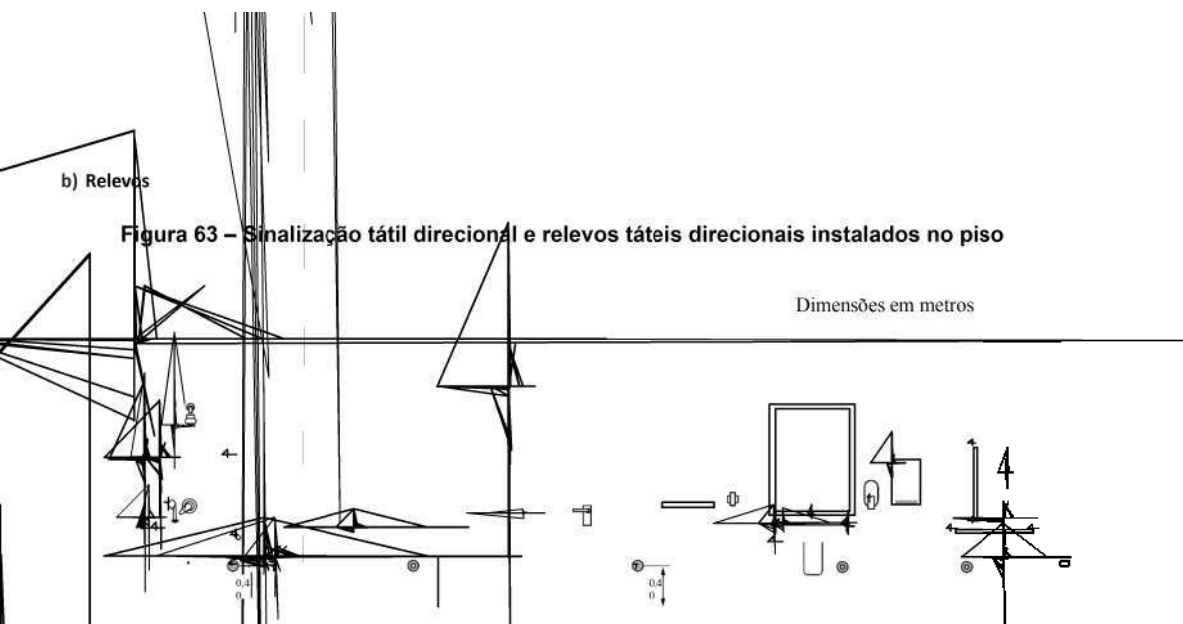


Figura 62 – Sinalização tátil de alerta e relevos táteis de alerta instalados no piso

b) Relevos

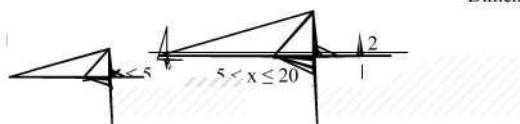
**Figura 63 – Sinalização tátil direcional e relevos táteis direcionais instalados no piso**

Dimensões em metros



**Figura 67 – Possibilidade de posicionamento do dispositivo de alarme no banheiro – Exemplos**

Dimensões em milímetros

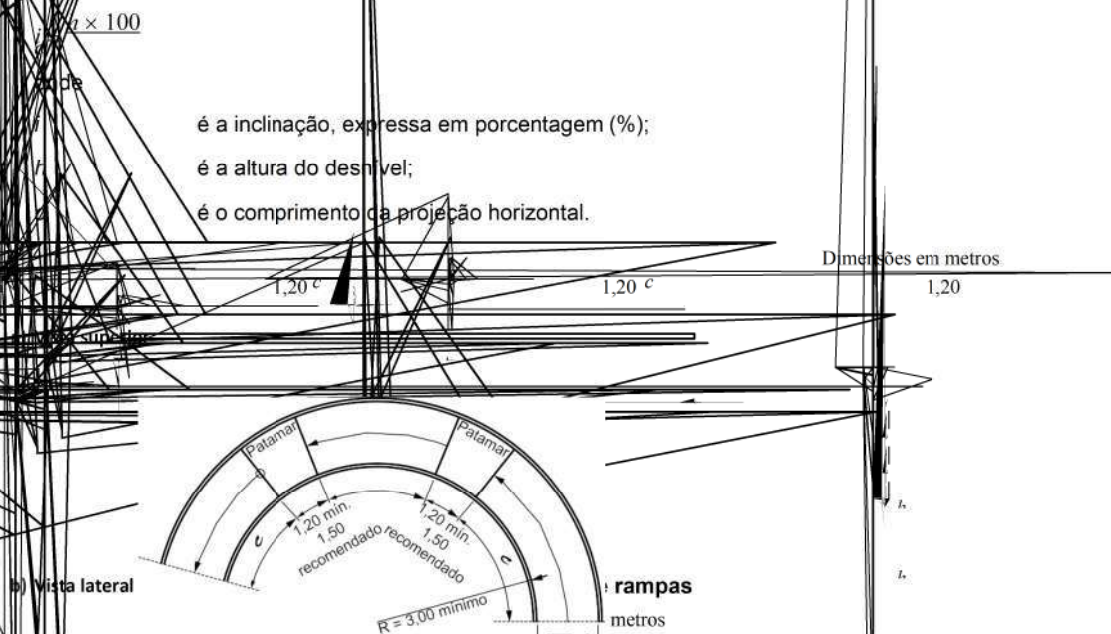


**Figura 68 – Tratamento de desníveis**





Figura 69 – Área reservada para cadeira de rodas em área de resgate – Exemplos



Fi  
9

Figura 71 – Rampa em curva – Planta

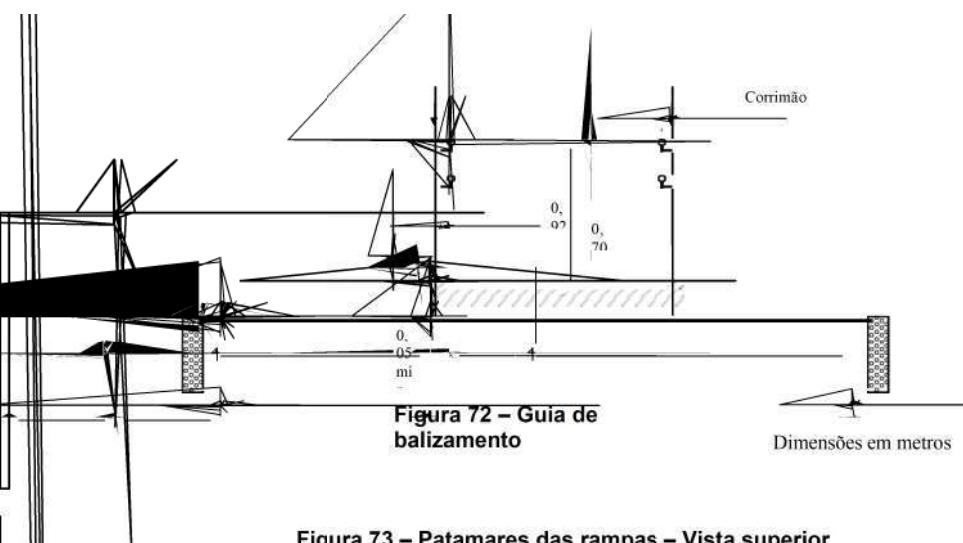


Figura 73 - Patamares das rampas - Vista superior

Dimensões em centímetros

Bocel § 1,5 cm

Quina § 1,5 cm

a) Bocel  
e anda

b) Espelho inclinado

altura do degrau = espelho

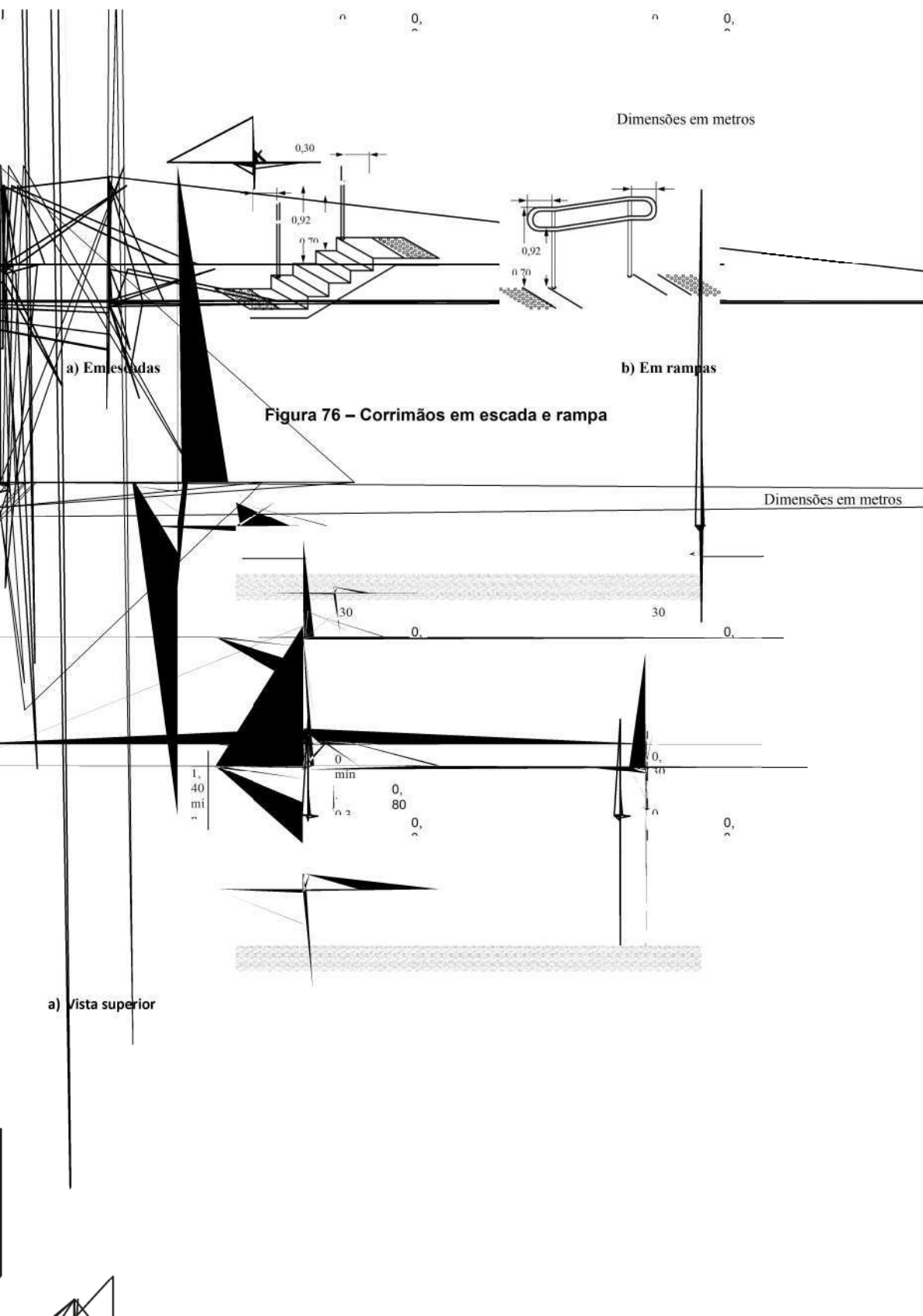
largura do degrau = piso

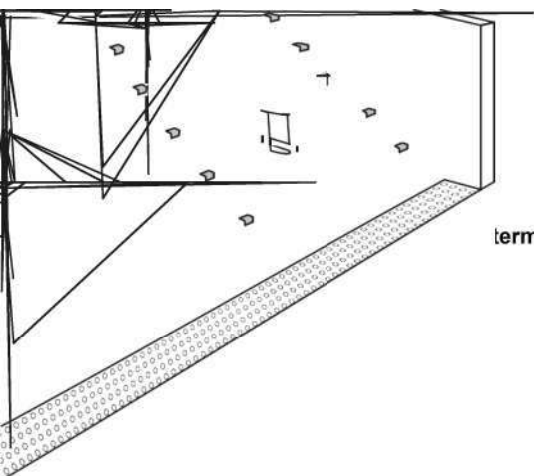
Figura 74 – Altura e largura do degrau

Figura 75 – Escada com lances curvos – Vista superior

As escadas devem ter no mínimo um patamar a cada 3,20 m de desnível e sempre que houver mudança de direção.

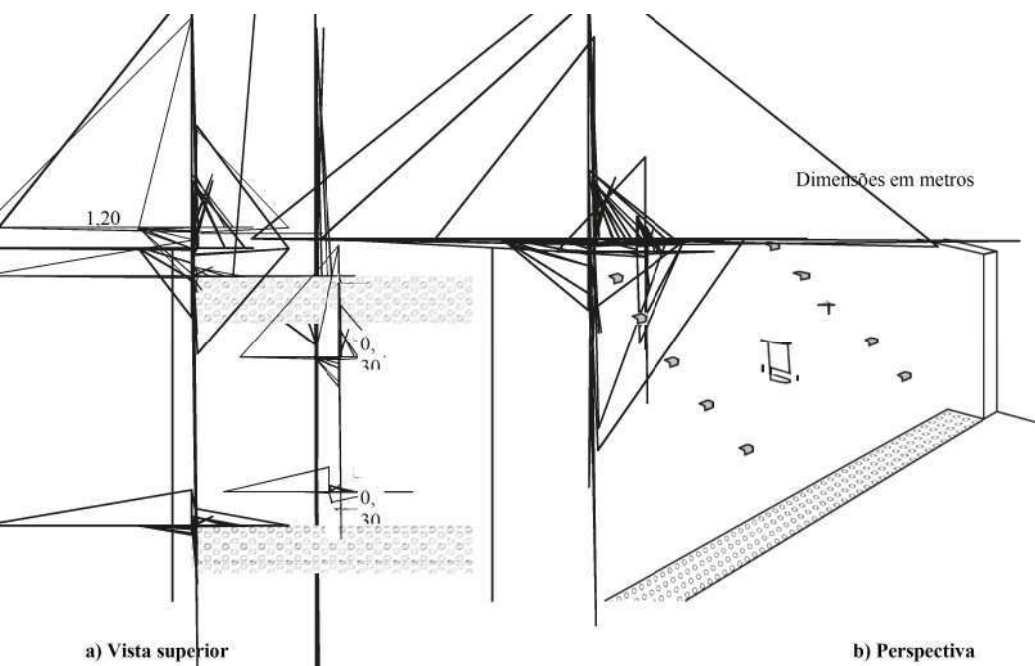
Entre os lances da escada devem ser previstos patamares com dimensão longitudinal mínima de 1,20 m. Os patamares situados em mudanças de direção devem ter dimensões iguais à largura da escada. Quando houver porta nos patamares, sua área de varredura não pode interferir na dimensão mínima do patamar.





intermediário interrompido no patamar





**Figura 78 – Corrimão central**

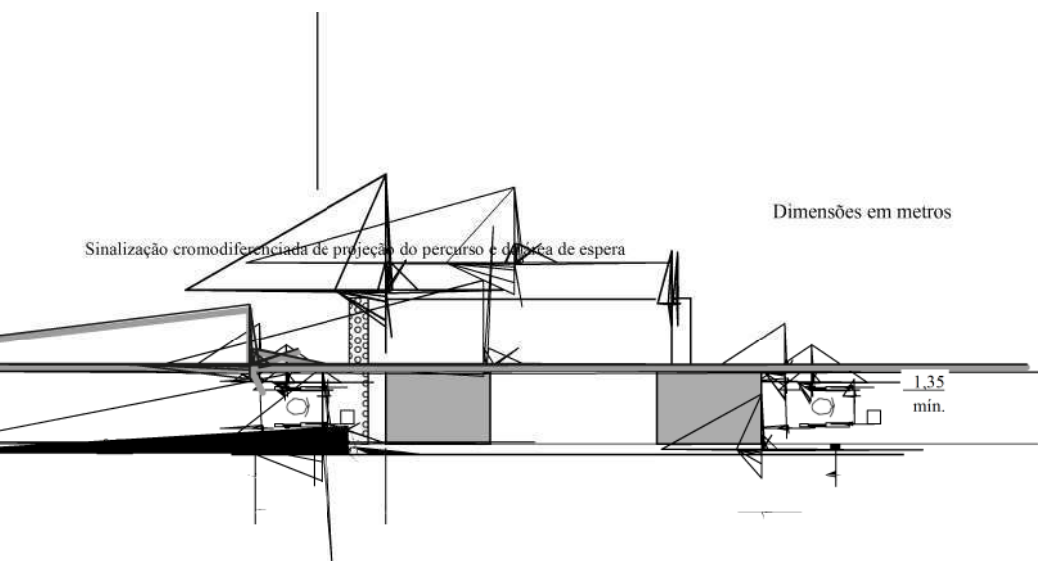




Figura 79 – Sinalização de piso junto à plataforma de elevação inclinada – Vista superior

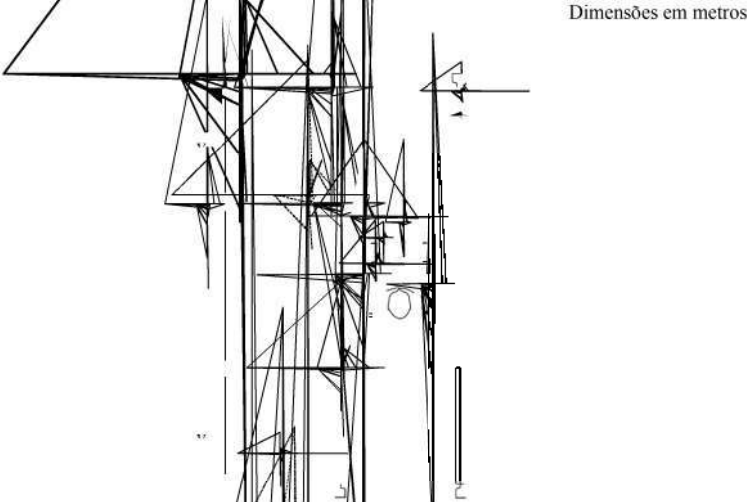


Figura 80 – Espaço para transposição de portas

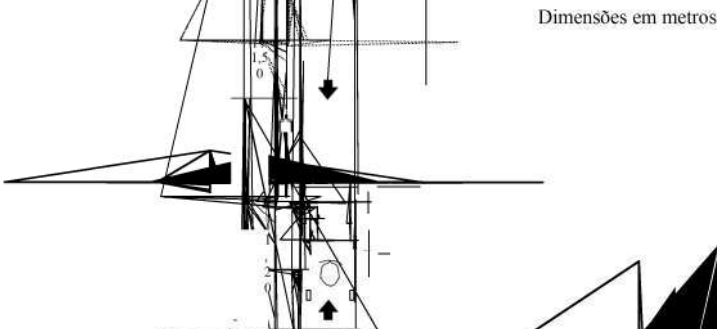
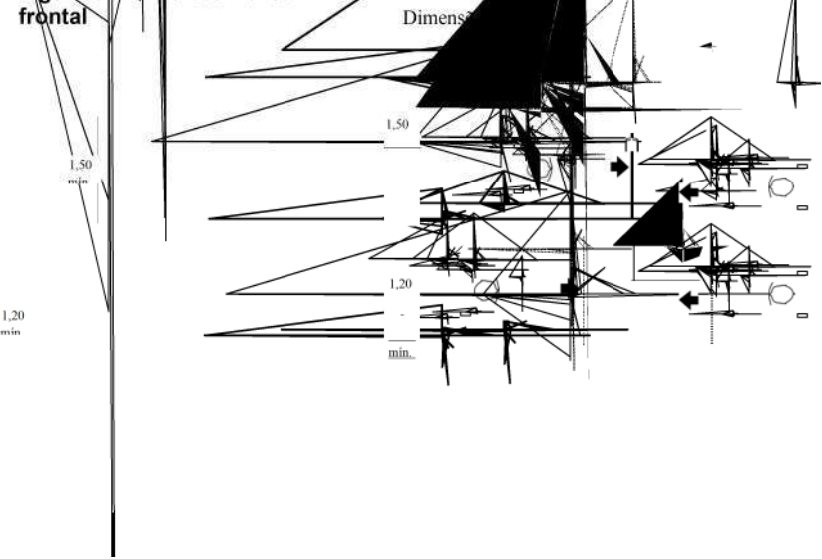
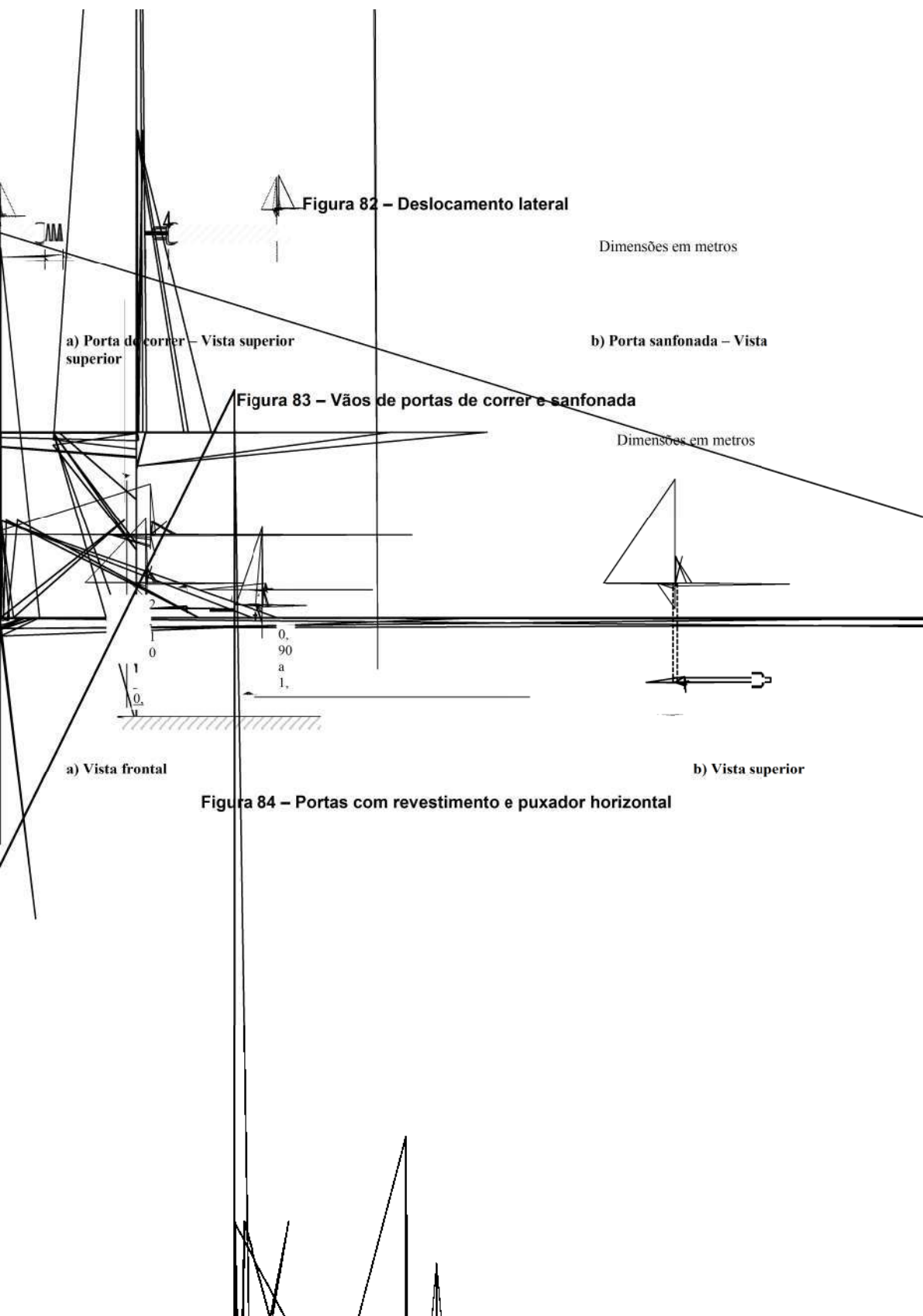
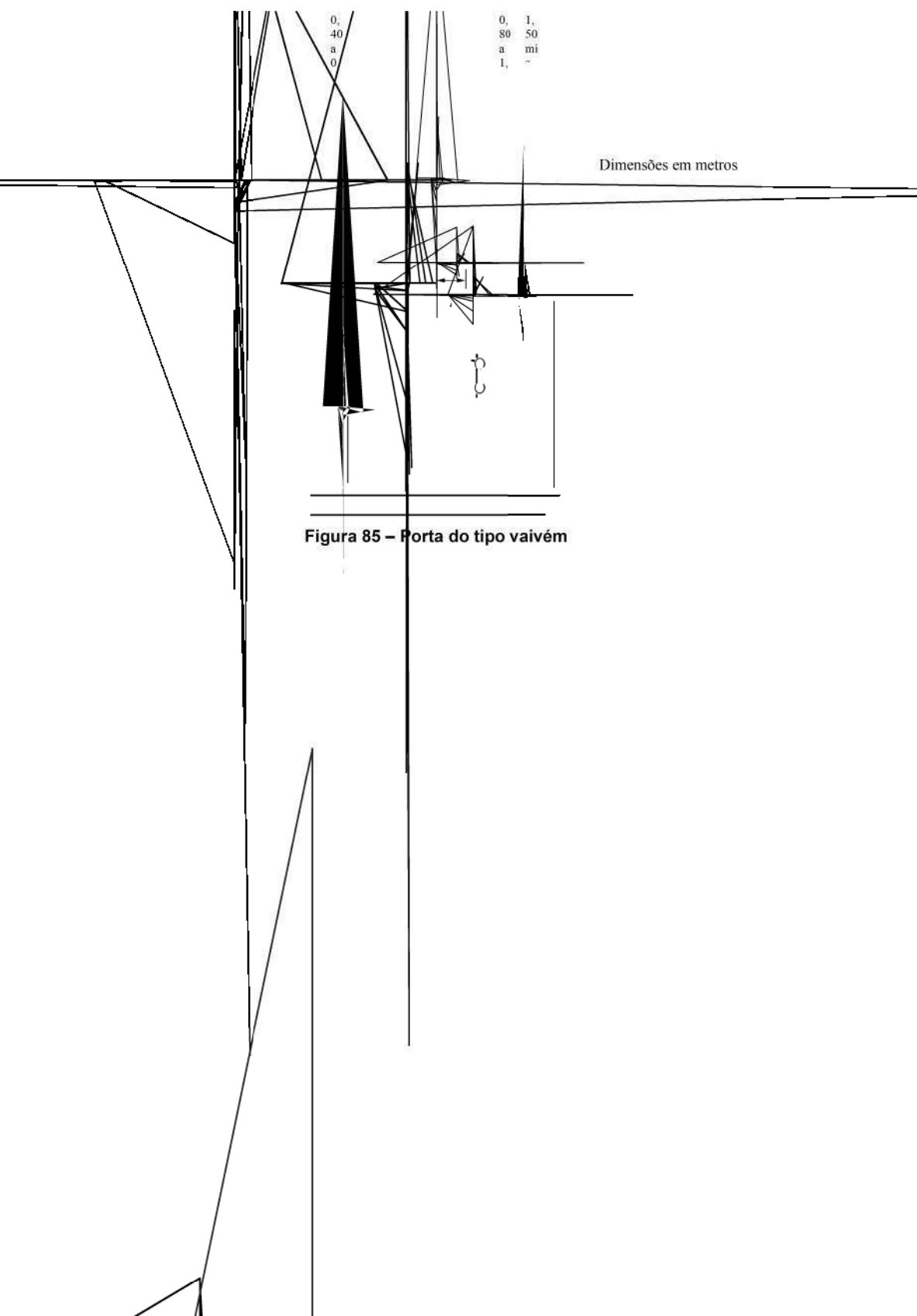
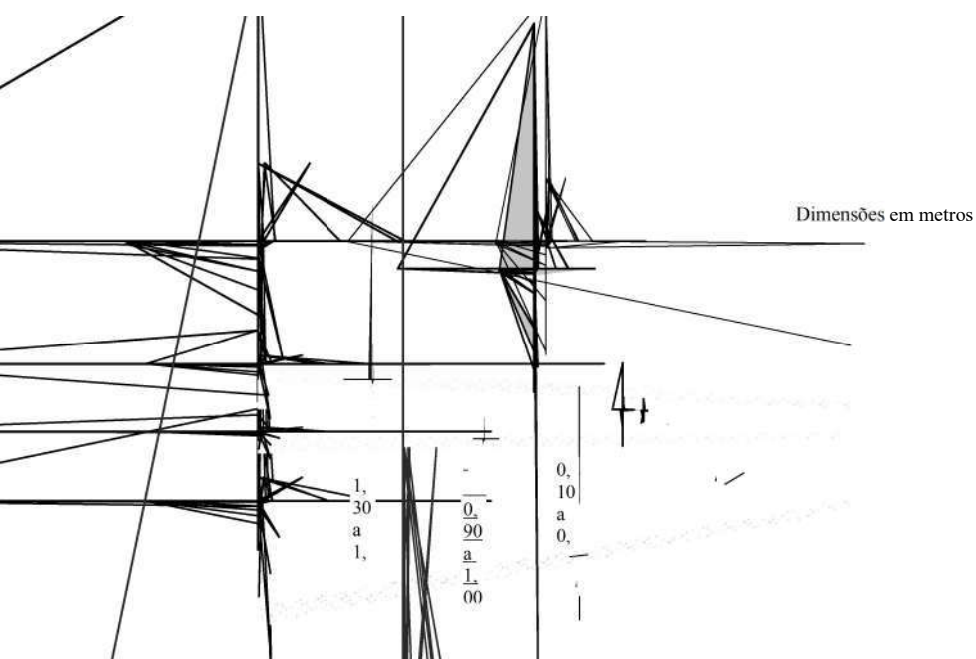


Figura 81 – Deslocamento frontal







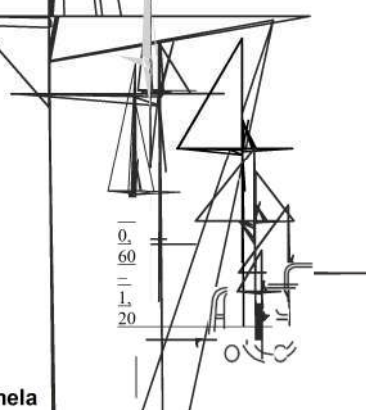


#### Legenda

- 1 sinalização visual de forma contínua, com dimensão mínima de 50 mm de largura
- 2 sinalização visual emoldurando a porta, com dimensão mínima de 50 mm de largura

**Figura 86 – Sinalização nas portas e paredes de vidro**

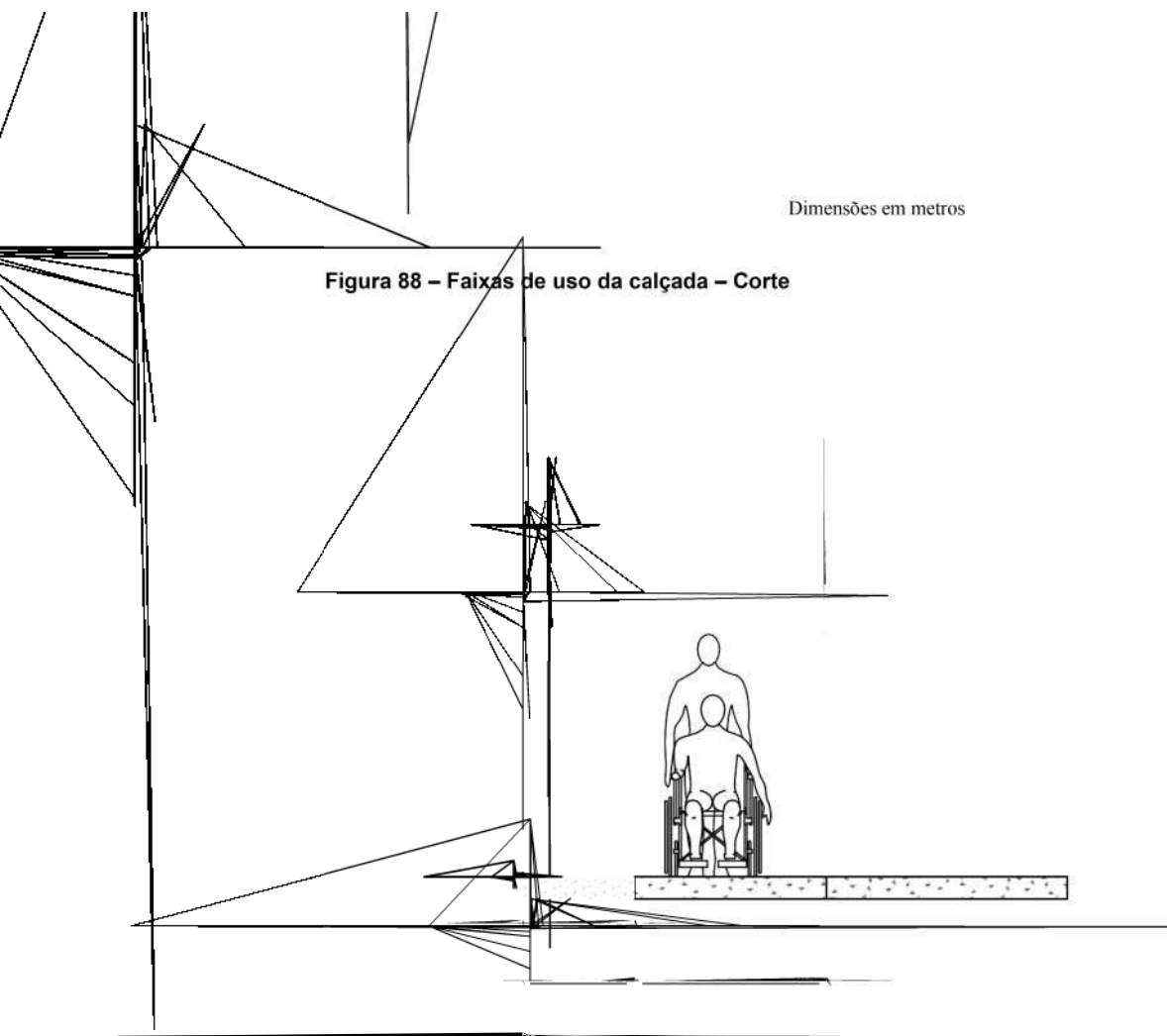
Dimensões em metros

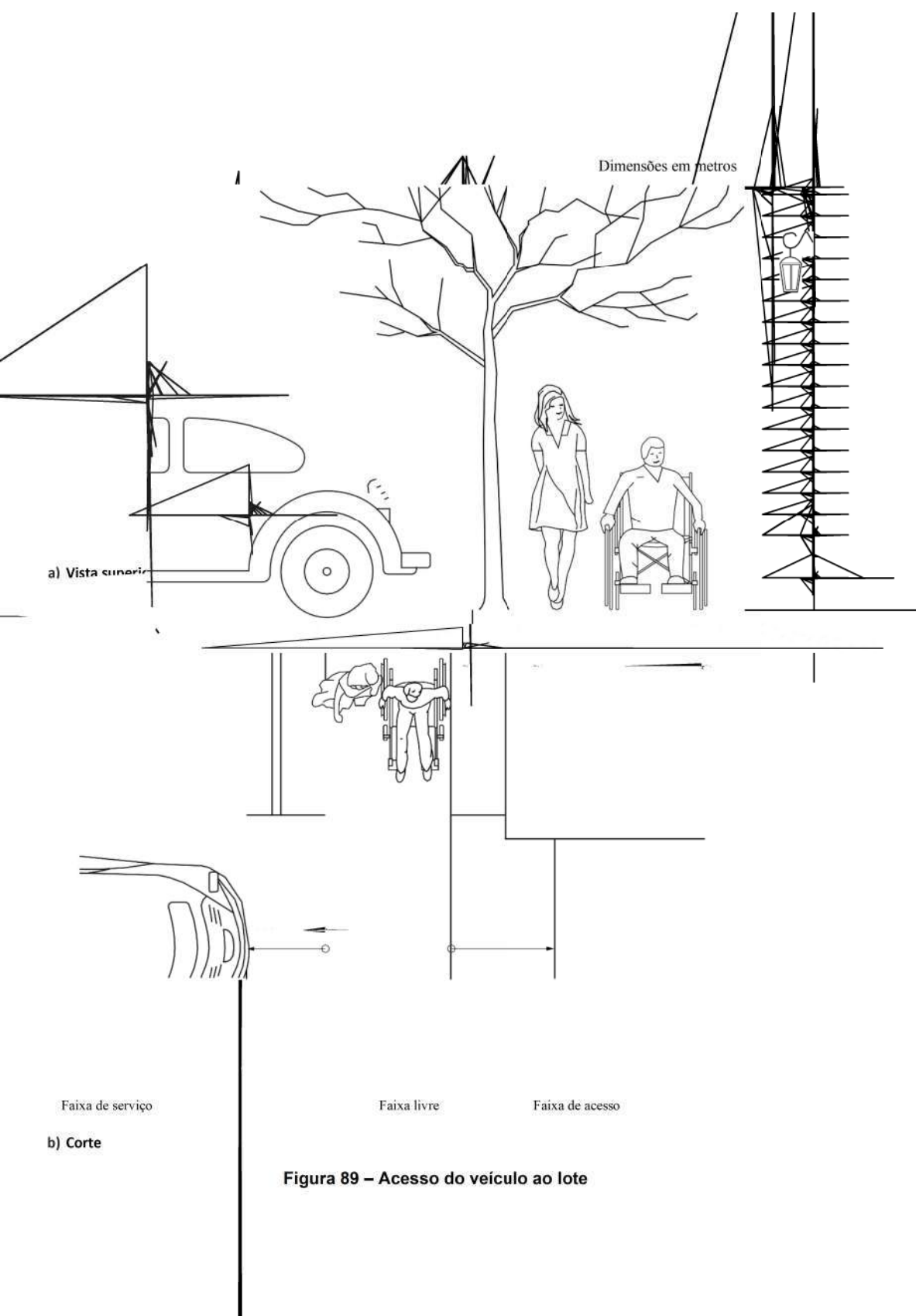


**Figura 87 – Alcance de janela**

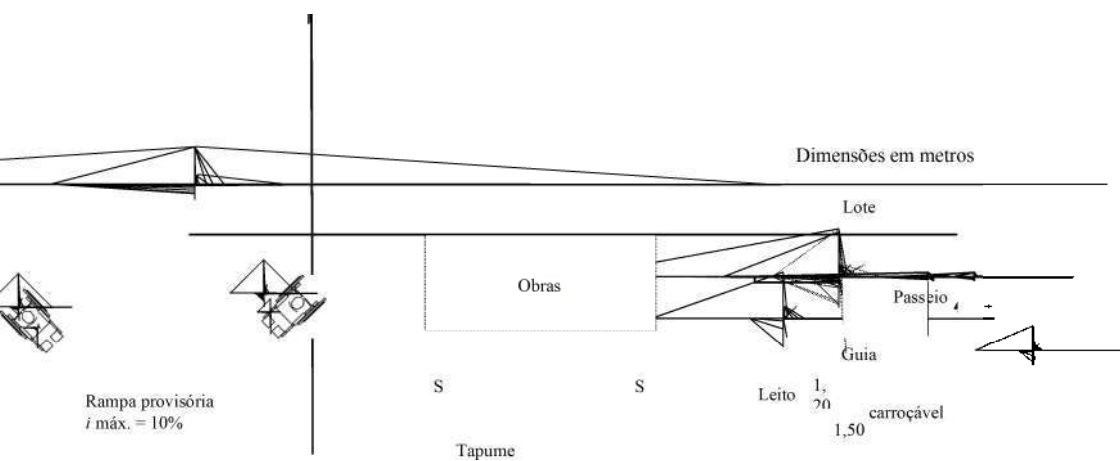
Dimensões em metros

Figura 88 – Faixas de uso da calçada – Corte

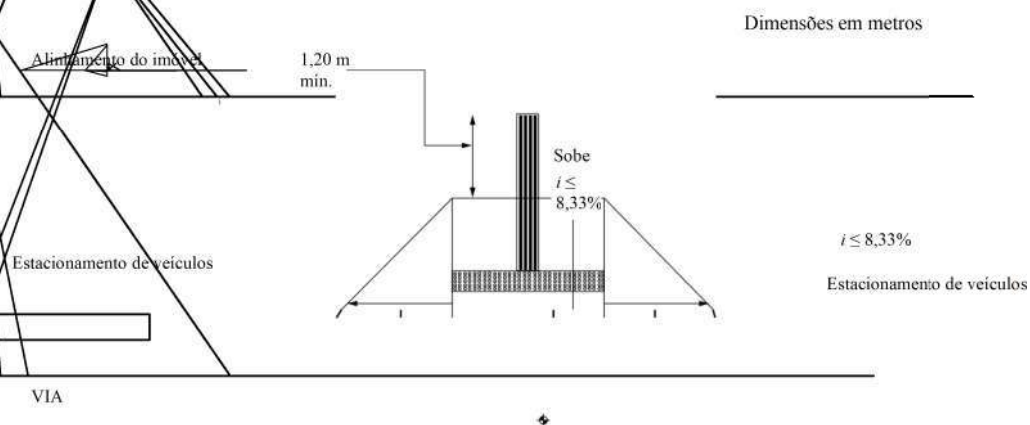




**Figura 89 – Acesso do veículo ao lote**



**Figura 90 – Rampas de acesso provisórias – Vista superior**

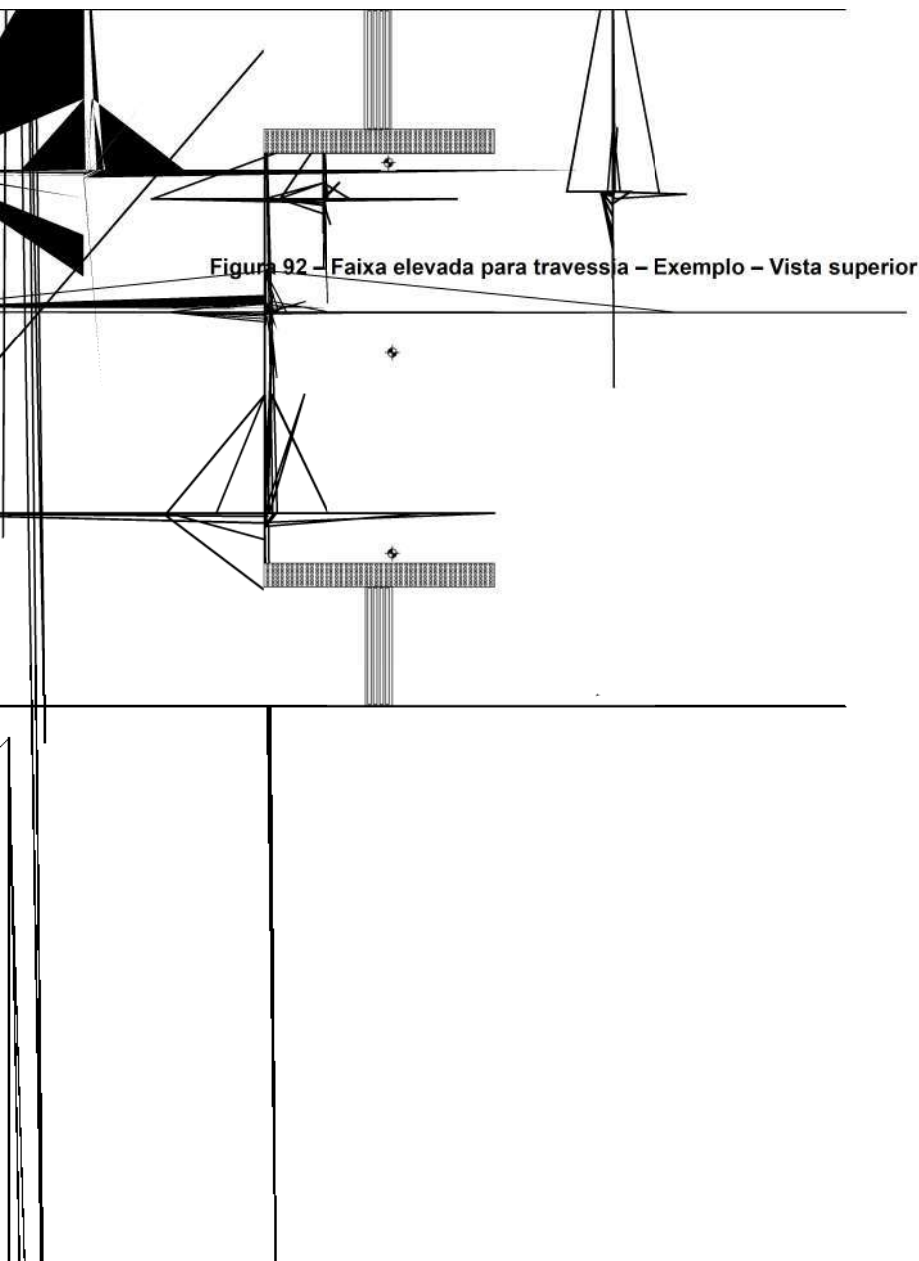


**Figura 91 – Redução do percurso de travessia – Exemplo – Vista superior**

**Faixa elevada para travessia**

A faixa elevada, exemplificada na Figura 92, quando instalada, deve atender à legislação específica (ver [17] da Bibliografia).





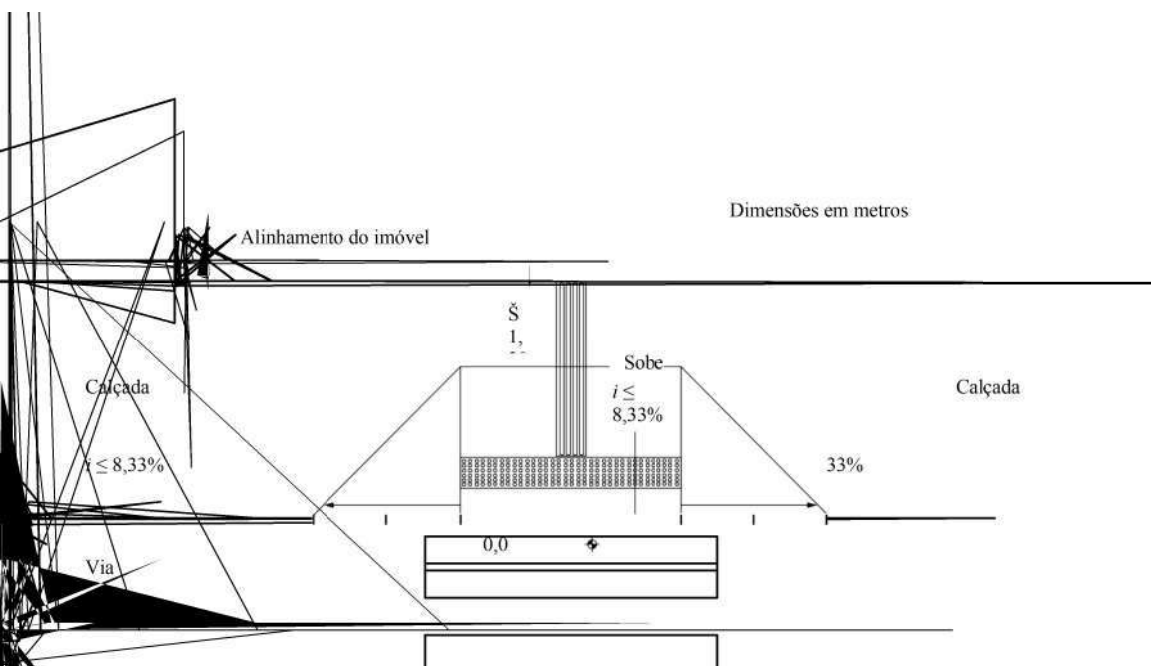
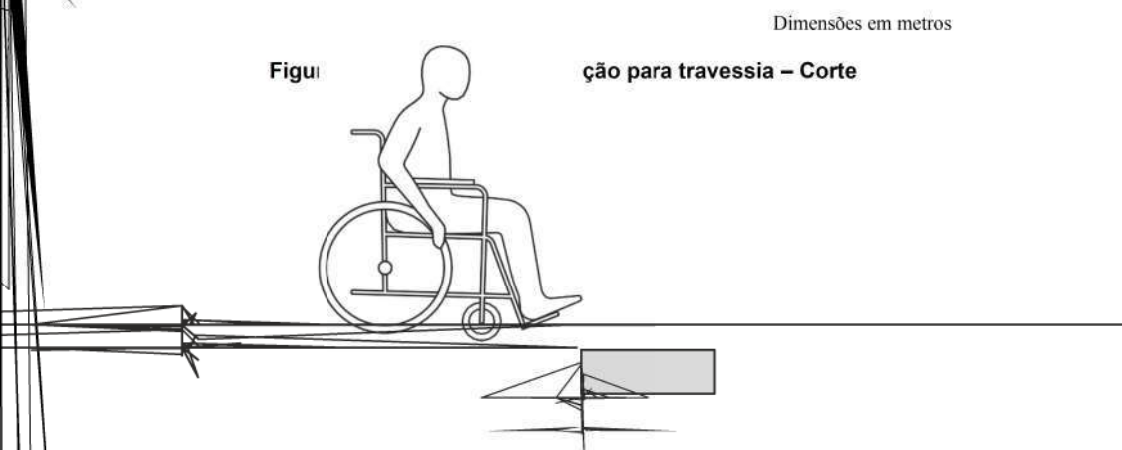


Figura 93 – Rebaixamentos de calçada – Vista superior



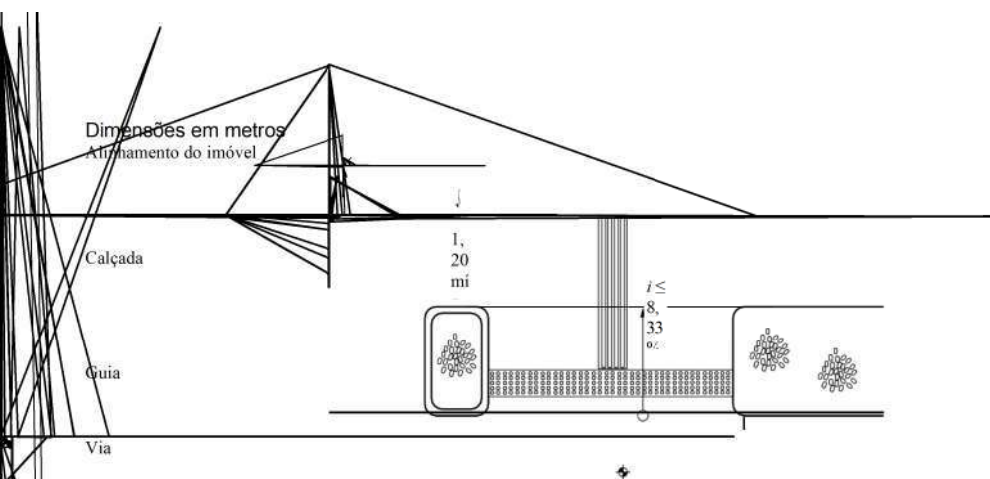
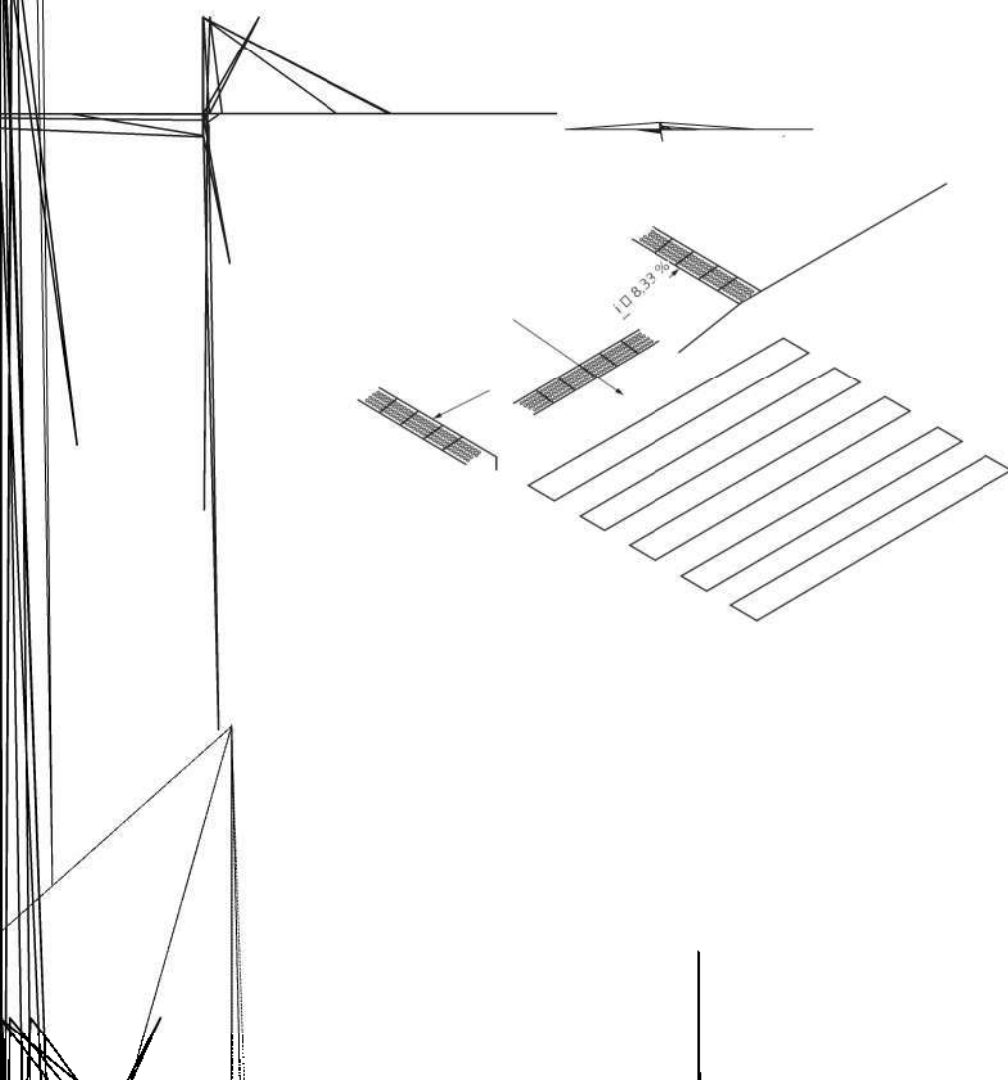
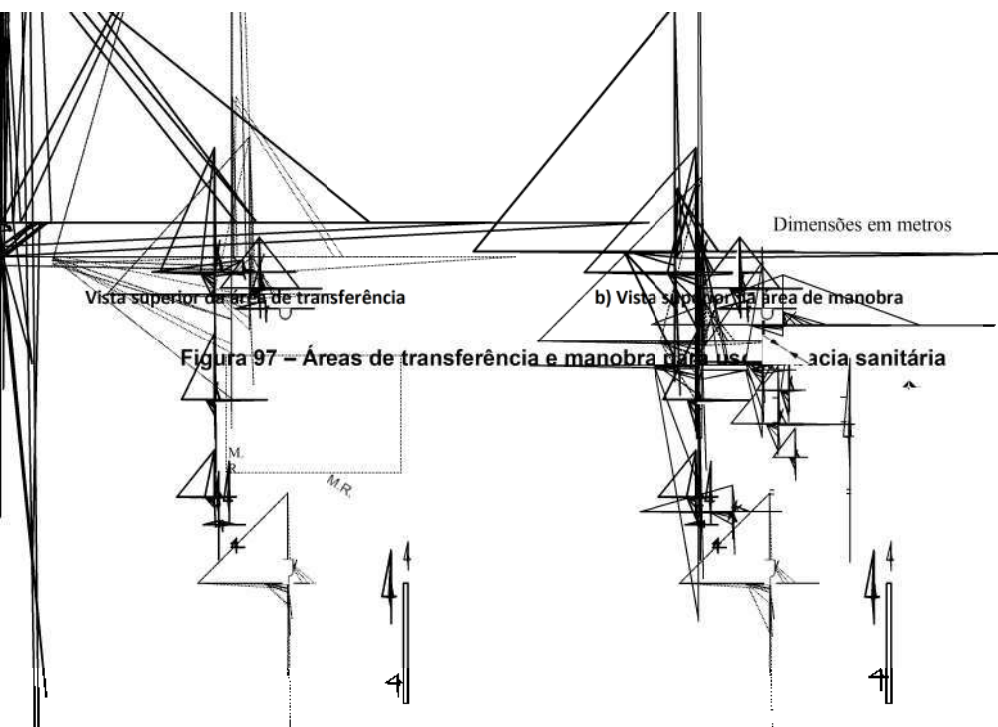
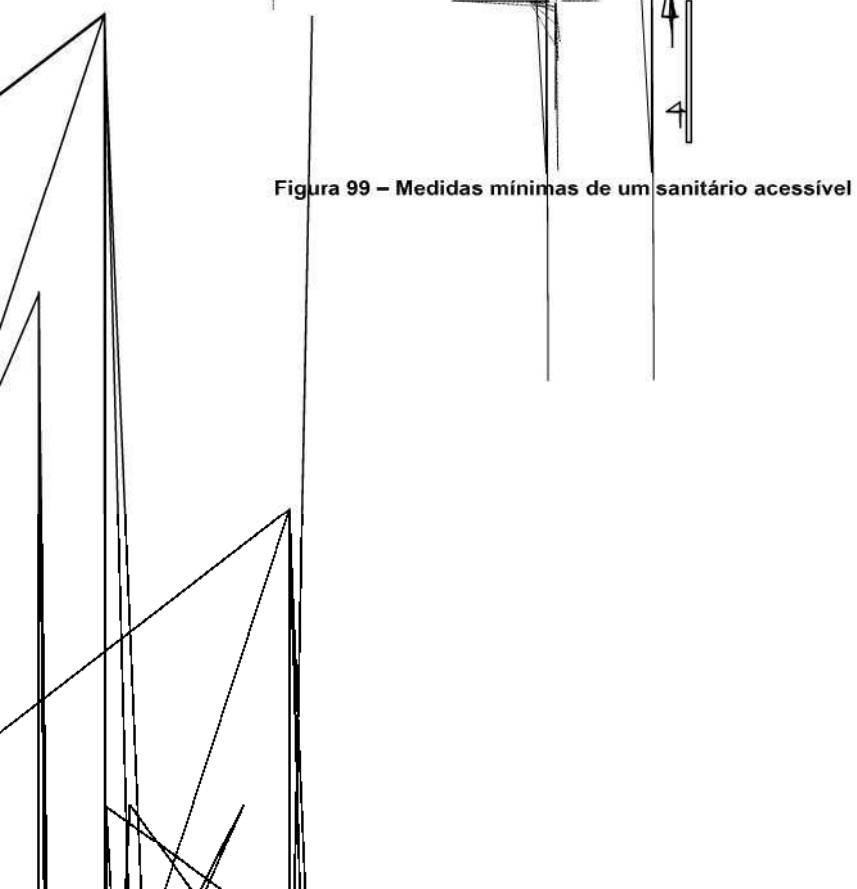
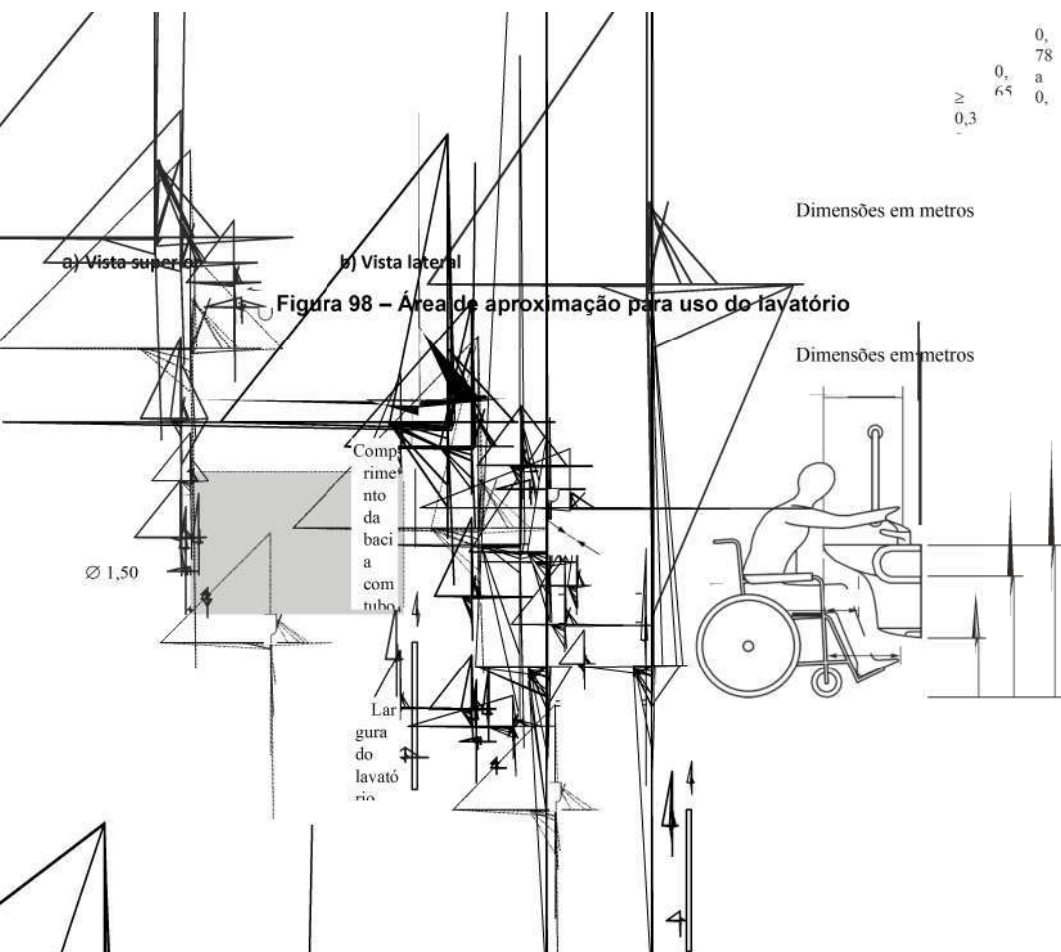


Figura 95 – Rebaixamentos de calçada entre canteiros – Vista superior







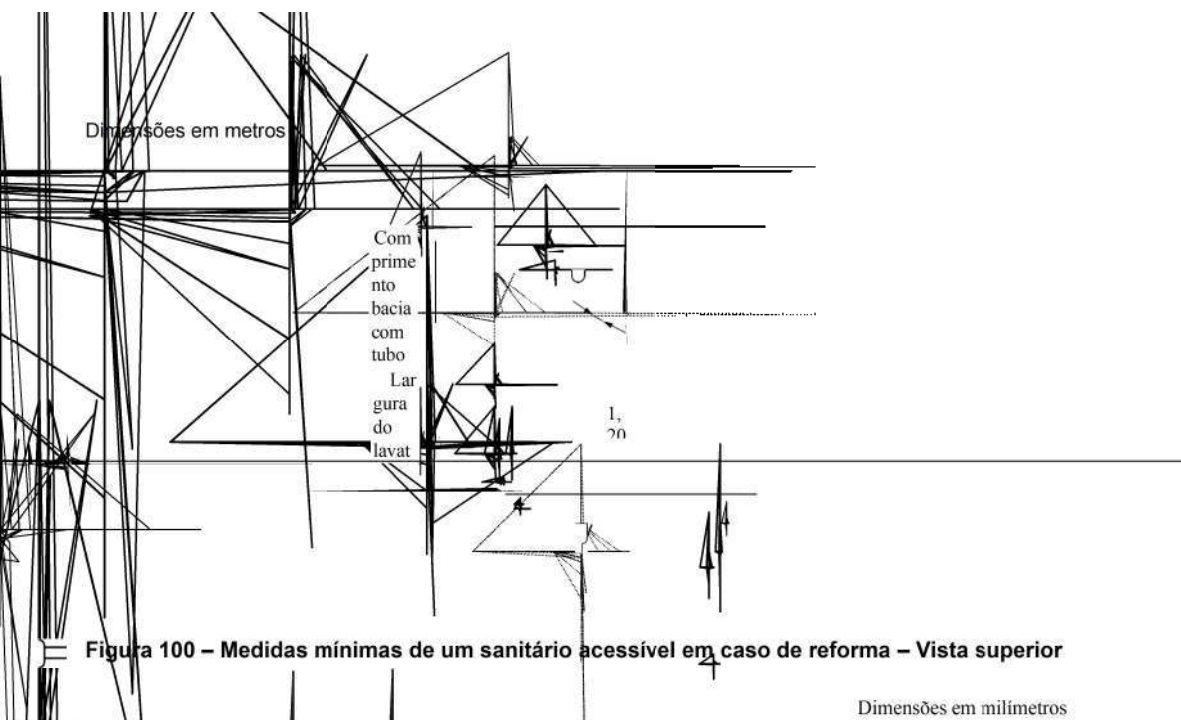


Figura 100 – Medidas mínimas de um sanitário acessível em caso de reforma – Vista superior

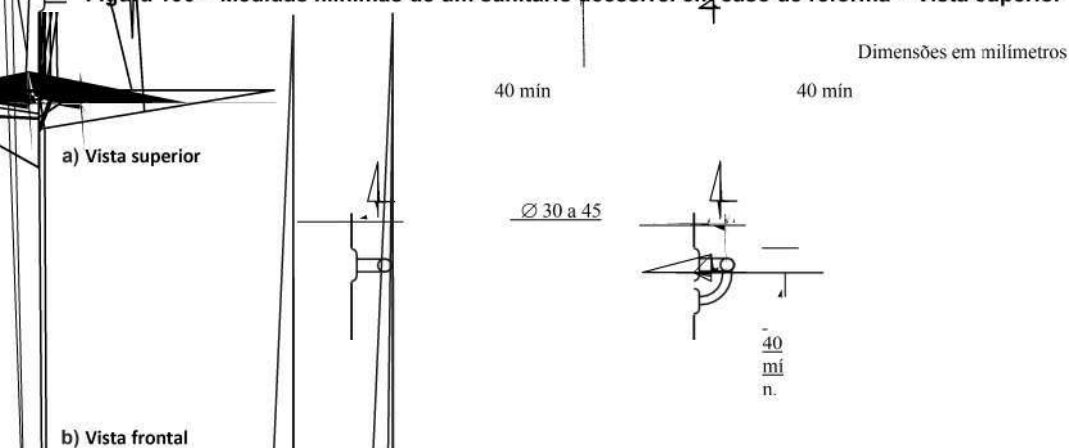
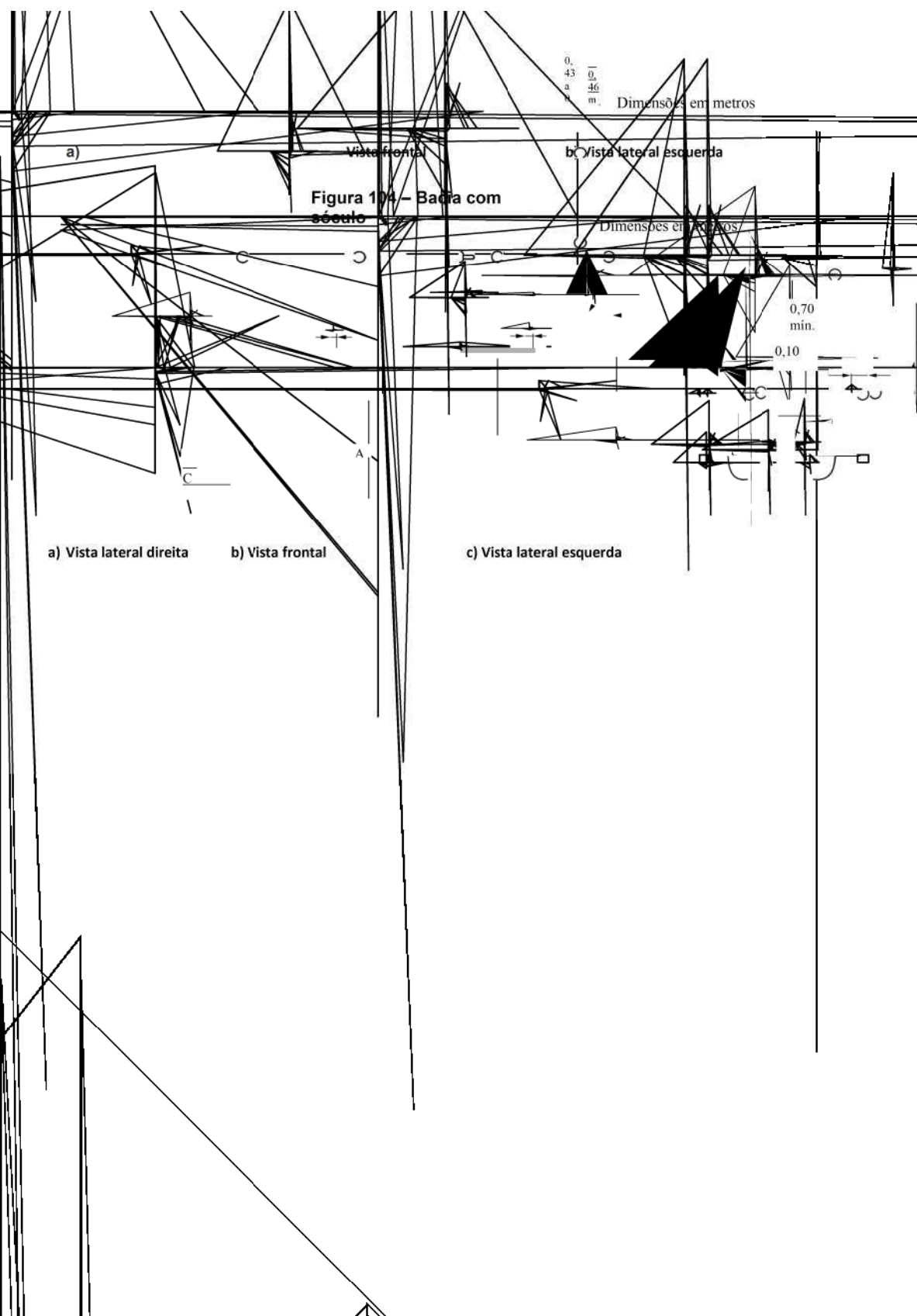


Figura 101 – Dimensões das barras de apoio









Dimensões em metros

d) Vista superior

Legenda

Cotas	Adulto m	Infantil m
A	0,75	0,60
B	0,40	0,25
C	0,46	0,36
D	0,30	0,15

Figura 105 – Bacia convencional com barras de apoio ao fundo e a 90° na parede lateral – Exemplo A

Bacia suspensa com barras de apoio  
ao fundo e a 90° na parede lateral

A Figura 106 ilustra o uso de uma barra de apoio reta fixada ao fundo e duas retas fixadas a 90° na lateral, quando a bacia suspensa está próxima a uma parede.

Dimensões em metros

0,70  
mín.

0,10

a) Vista lateral direita

b) Vista frontal

c) Vista lateral esquerda

d) Vista superior

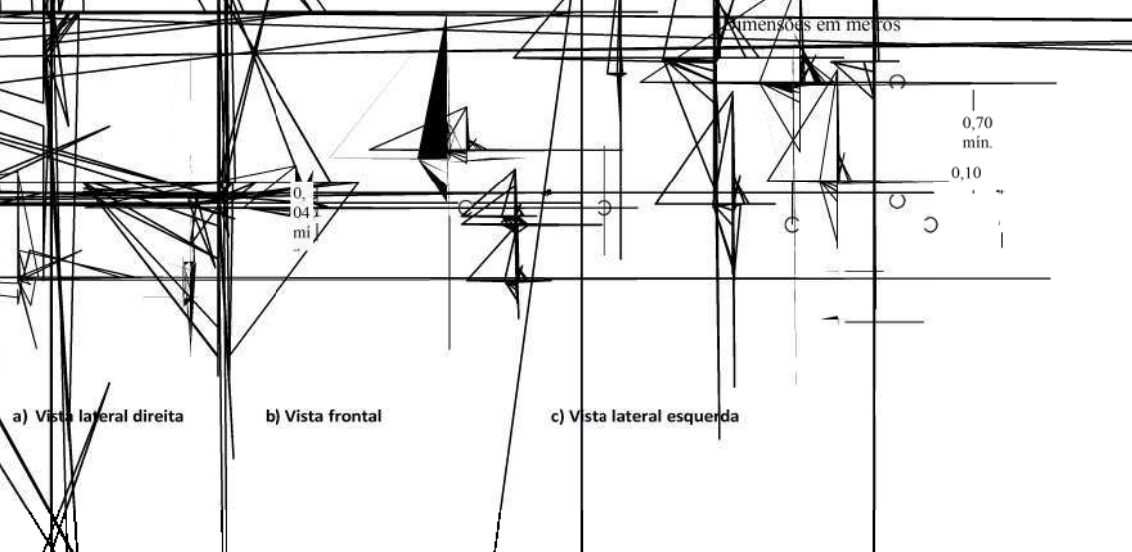
Legenda

Cotas	Adulto m	Infantil m
A	0,75	0,60
B	0,40	0,25
C	0,46	0,36
D	0,30	0,15

Figura 106 – Bacia suspensa com barras de apoio ao fundo e a 90° na parede lateral – Exemplo B

Bacia com caixa acoplada com barras de apoio ao fundo e a 90° na parede lateral

A Figura 107 ilustra o uso de uma barra de apoio reta fixada ao fundo e duas retas fixadas a 90° na lateral, quando a bacia com caixa acoplada está próxima a uma parede.



Dimensões em metros

d) Vista superior

Legenda

Cotas	Adulto m	Infantil m
A	0,75	0,60
A1 máximo	0,89	0,72
B	0,40	0,25
C	0,46	0,36
D	0,30	0,15

**Figura 107 – Bacia com caixa acoplada com barras de apoio ao fundo e a 90° na parede lateral – Exemplo C**

Bacias sanitárias sem parede

lateral Bacia convencional ou suspensa com barra de apoio reta e barra lateral fixa

A Figura 108 ilustra o uso de uma barra de apoio reta e uma barra lateral fixa, fixadas na parede ao fundo, quando a bacia convencional ou suspensa não possui uma parede lateral.

NOTA: A barra de apoio lateral fixa pode ser substituída por uma barra de apoio lateral articulada.

Dimensões em metros

a)

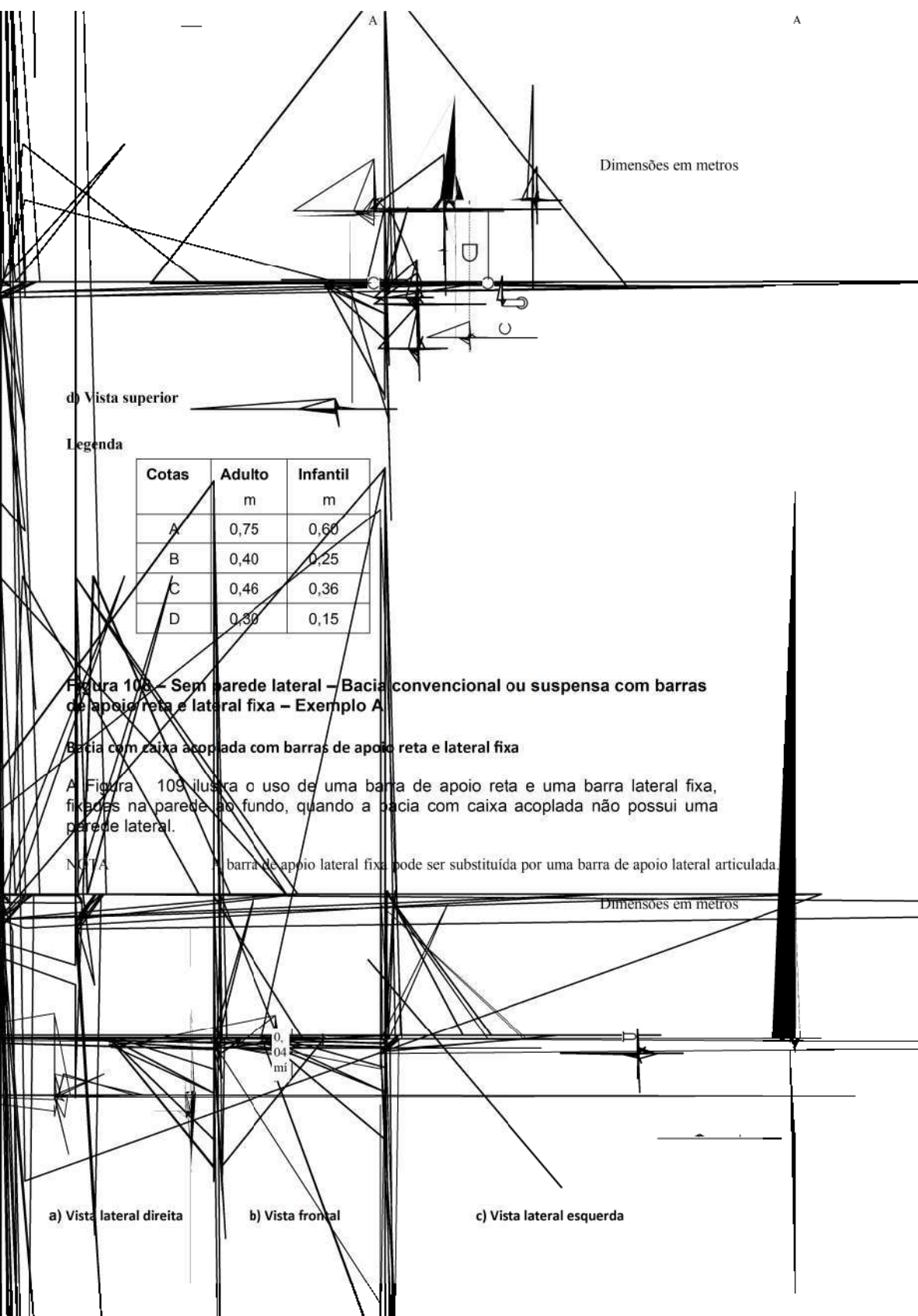
Vista lateral direita

b) Vista frontal

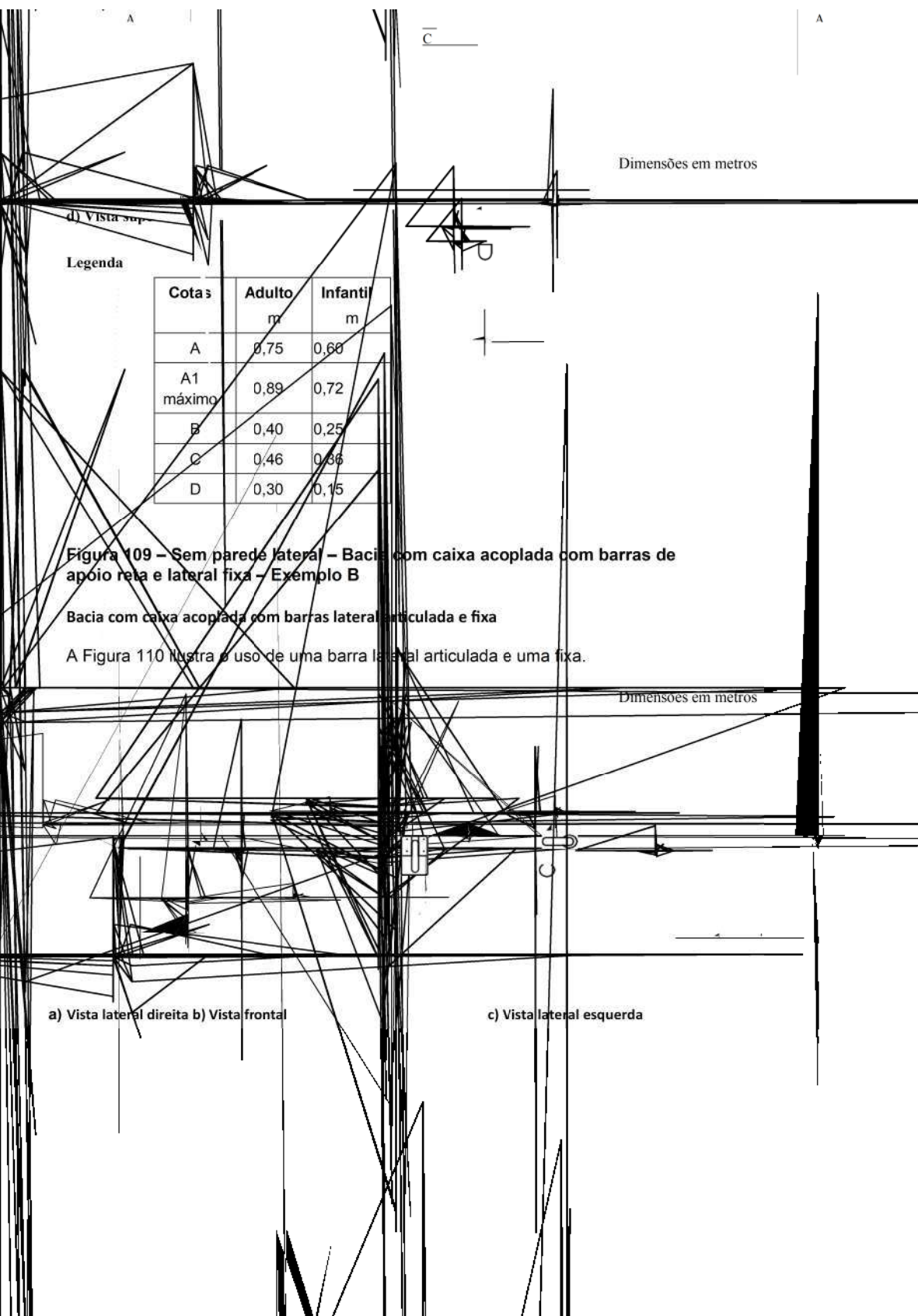
c) Vista lateral

esquerda









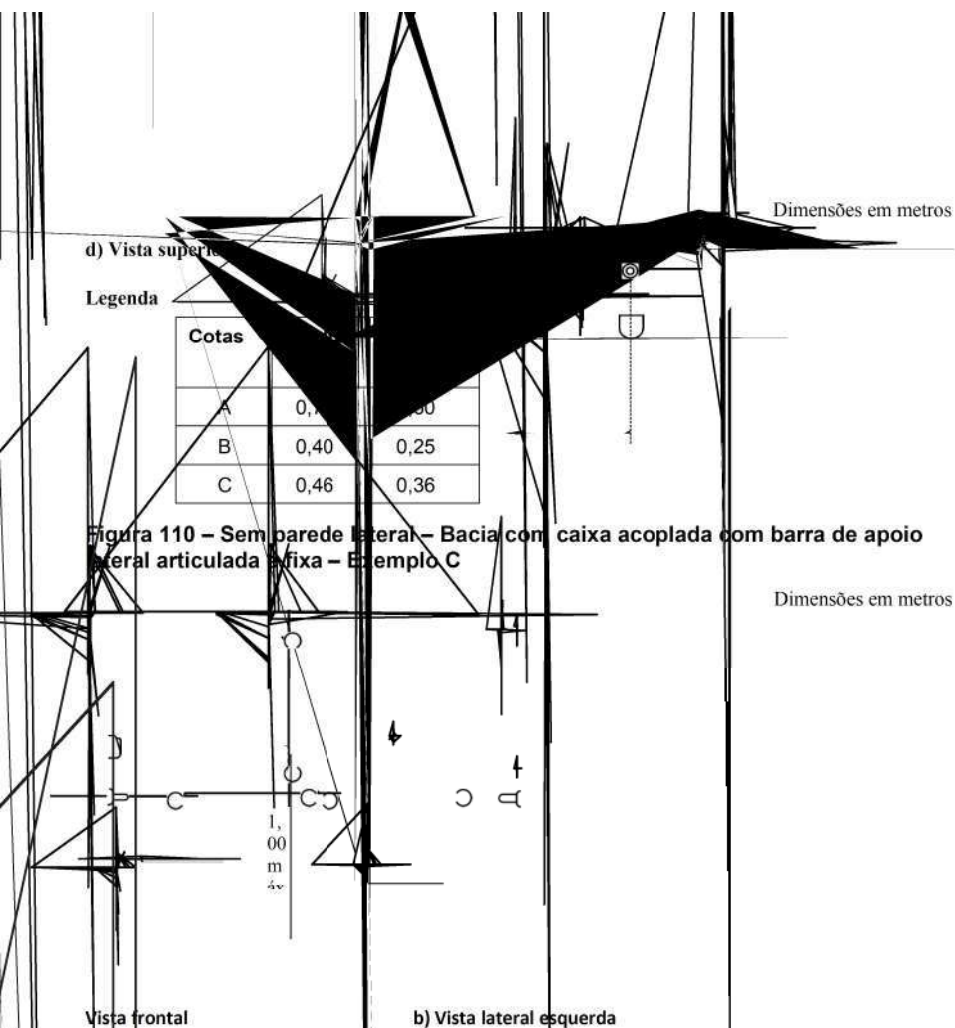
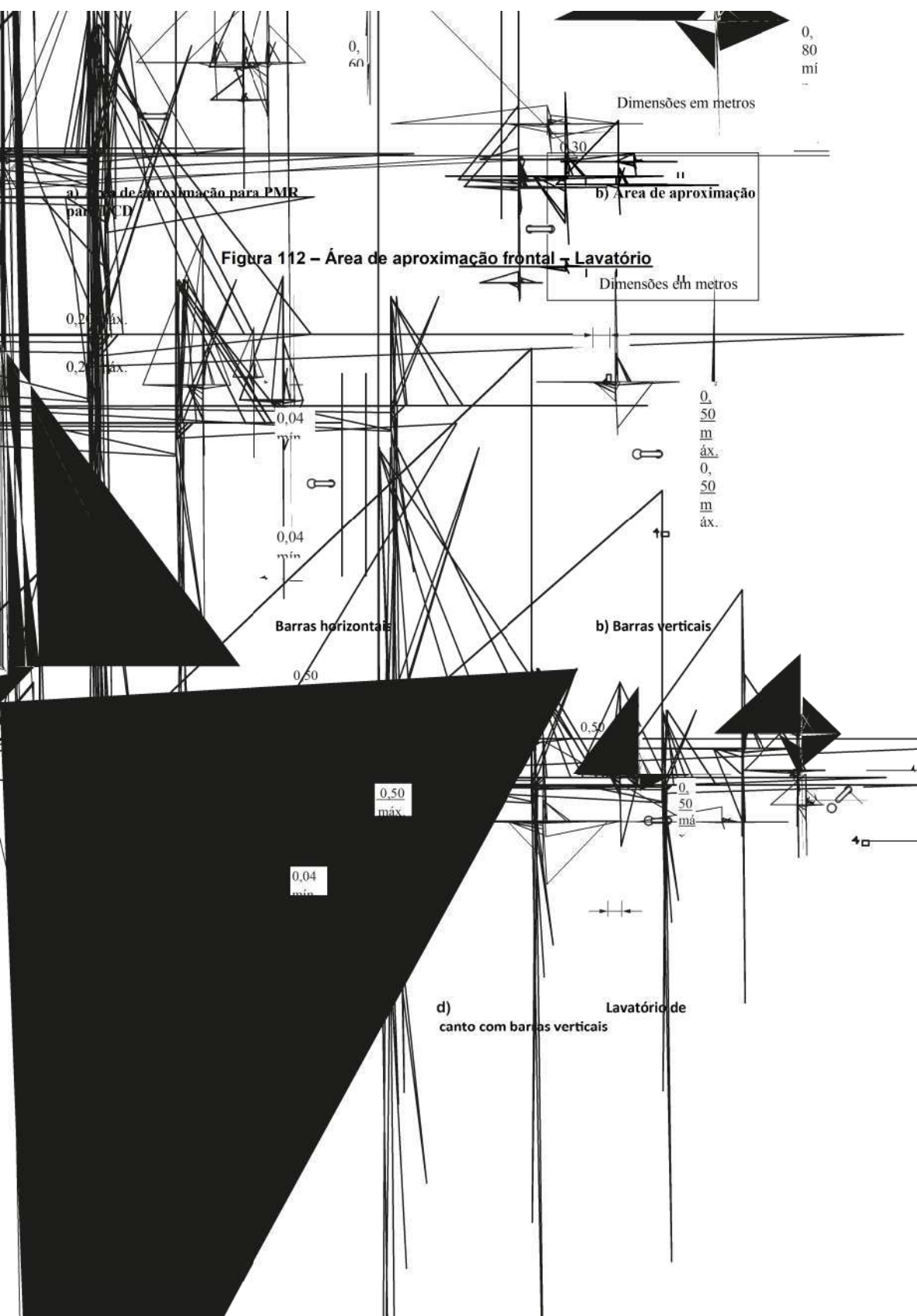


Figura 111 – Altura máxima de acionamento da válvula de descarga





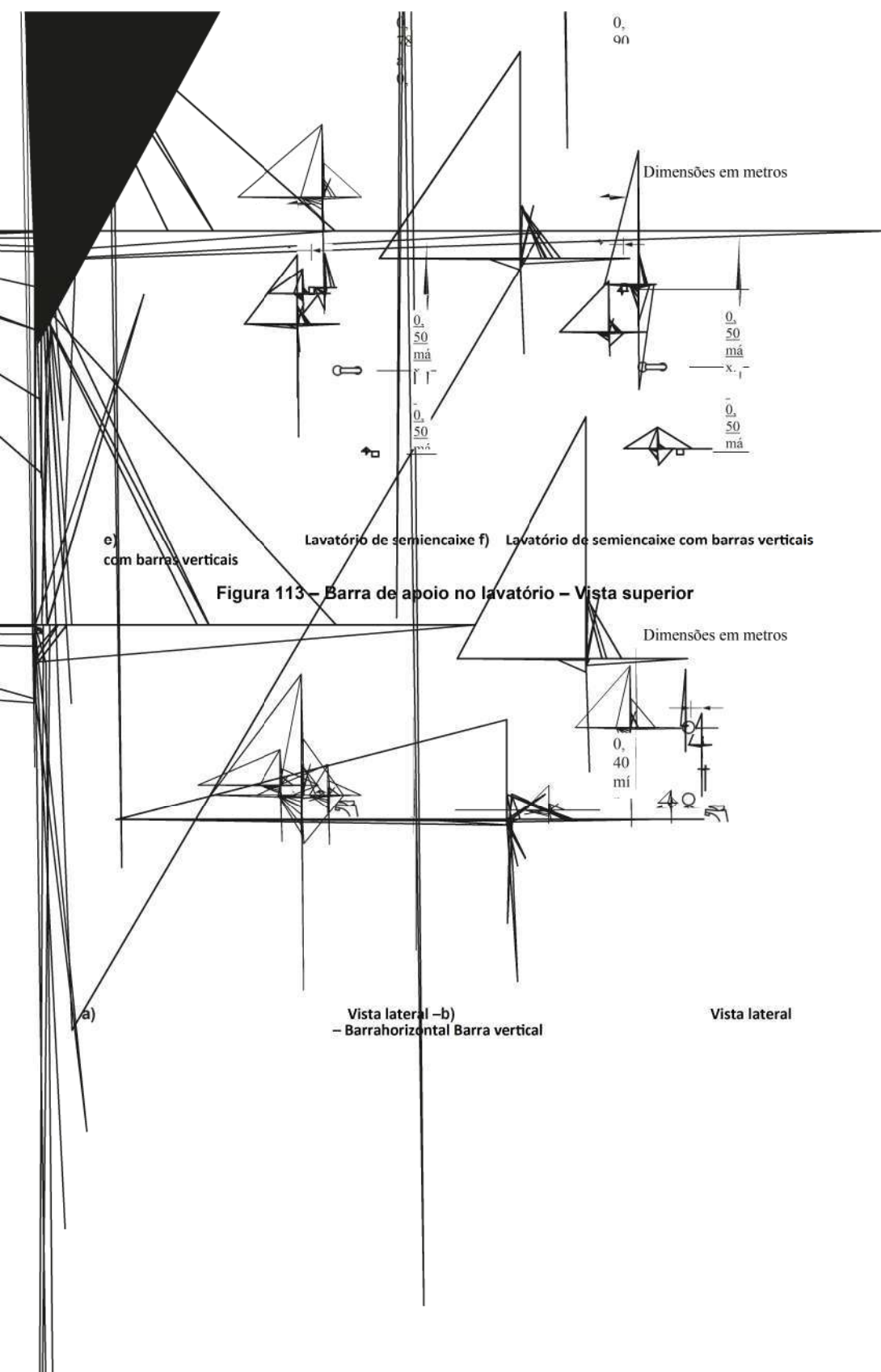


Figura 114 – Barra de apoio no Javatório – Vista lateral

Dimensões em metros

0,80

Figura 115 – Boxe comum com porta abrindo para o interior

Dimensões em metros

0,80

Figura 116 – Boxe comum com porta abrindo para o exterior

Dimensões em metros

0,90  
m

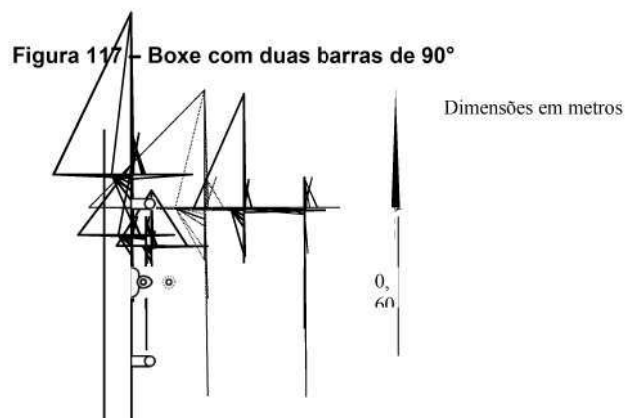
0,80  
m

0,70  
m

0,75

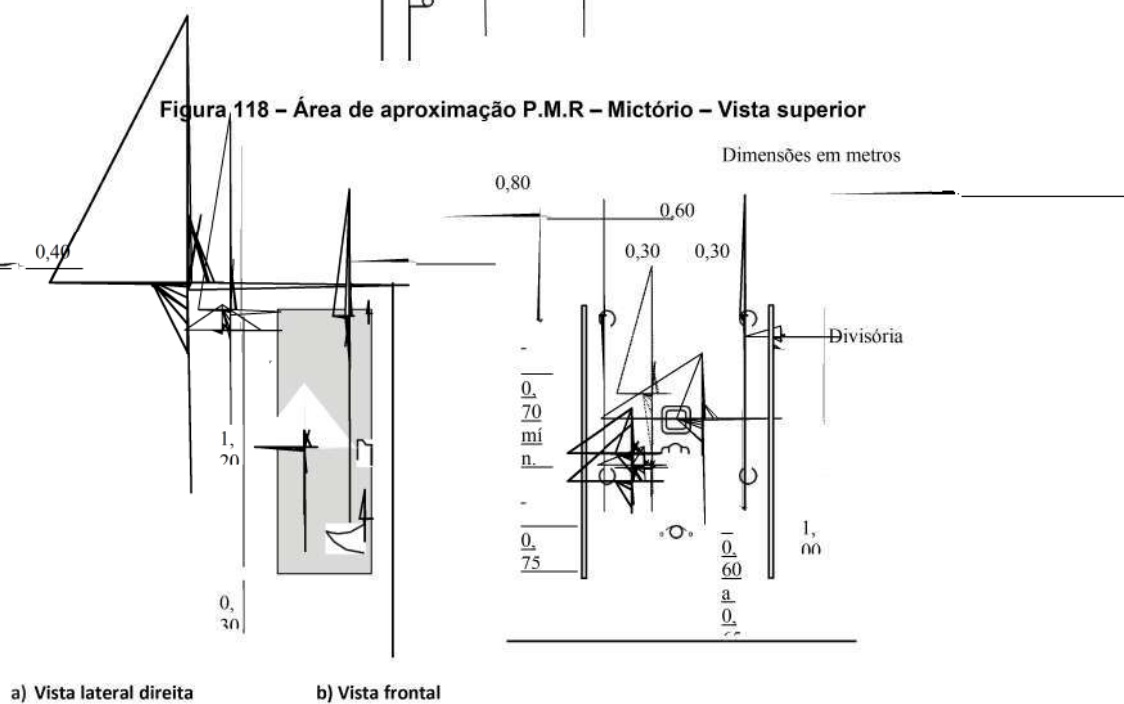
a) Vista superior esquerda

b) Vista lateral



**Figura 118 – Área de aproximação P.M.R – Mictório – Vista superior**

Dimensões em metros



**Figura 119 – Mictório suspenso**

$$= \frac{1,20}{0,80}$$

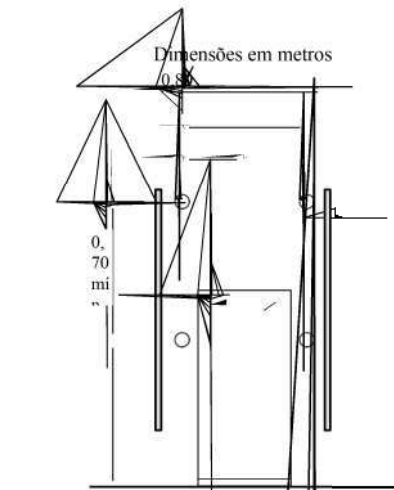


Figura 120 – Mictório de piso – Vista frontal

Dimensões em metros

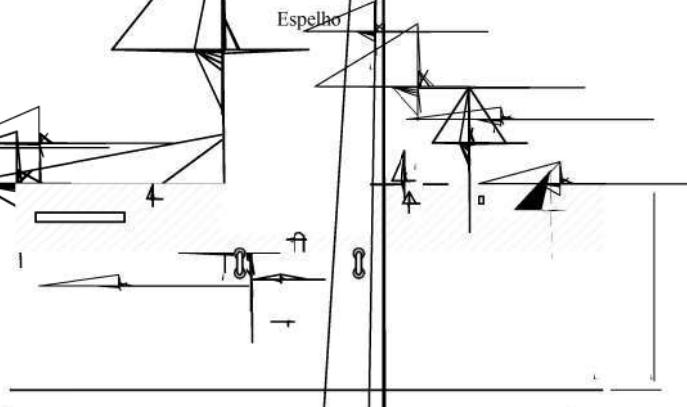


Figura 121 – Faixa de alcance de acessórios junto ao lavatório – Vista frontal

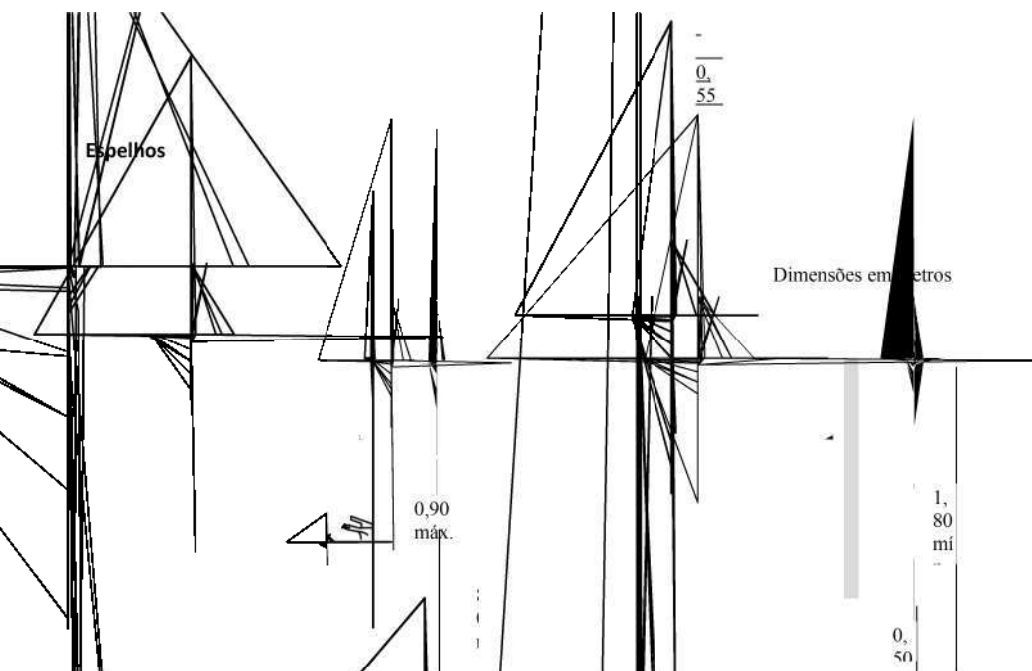


Figura 122 – Altura de instalação do espelho – Vista lateral

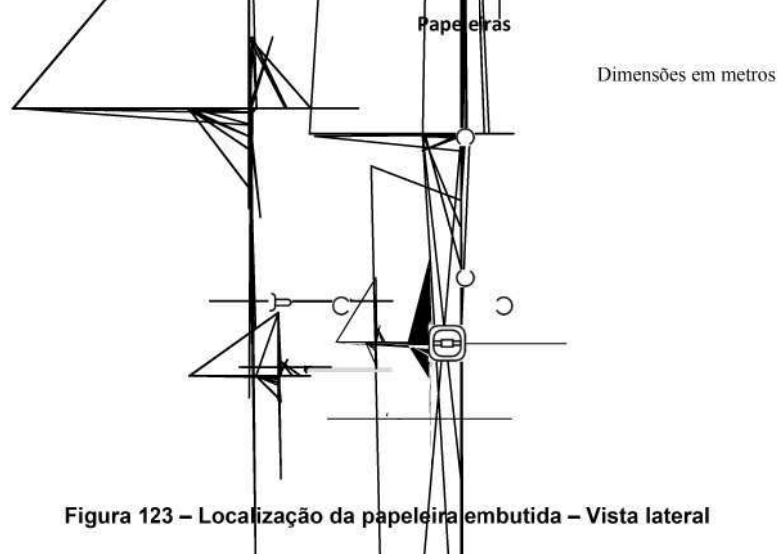
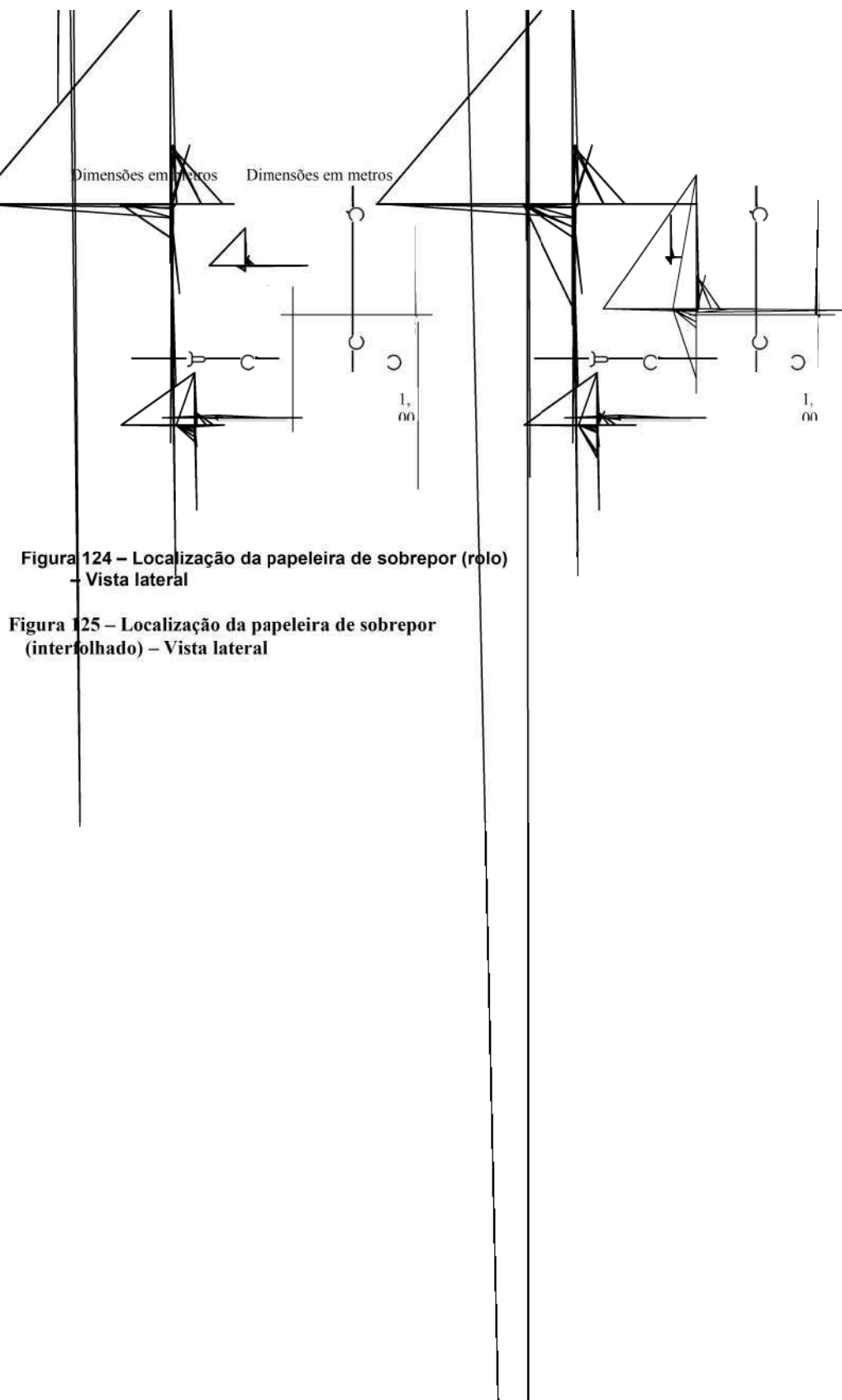


Figura 123 – Localização da papeleira embutida – Vista lateral

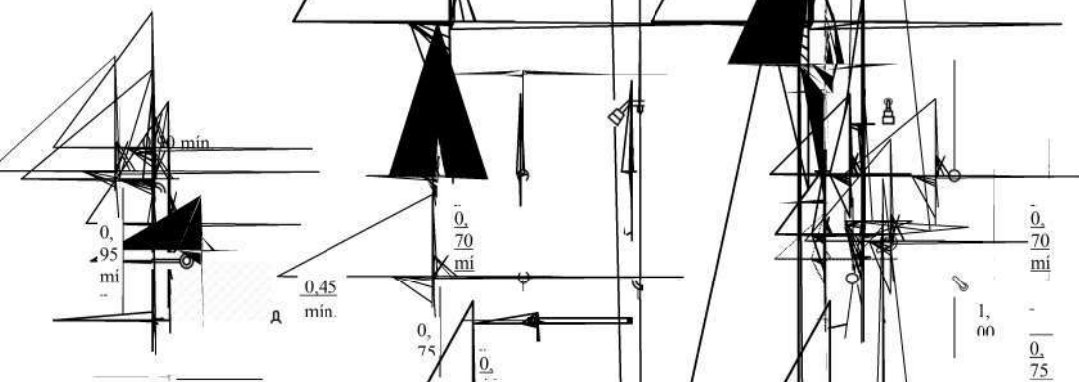


**DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DE MINAS GERAIS**

**GABINETE**

Barras de apoio em boxes para chuveiros

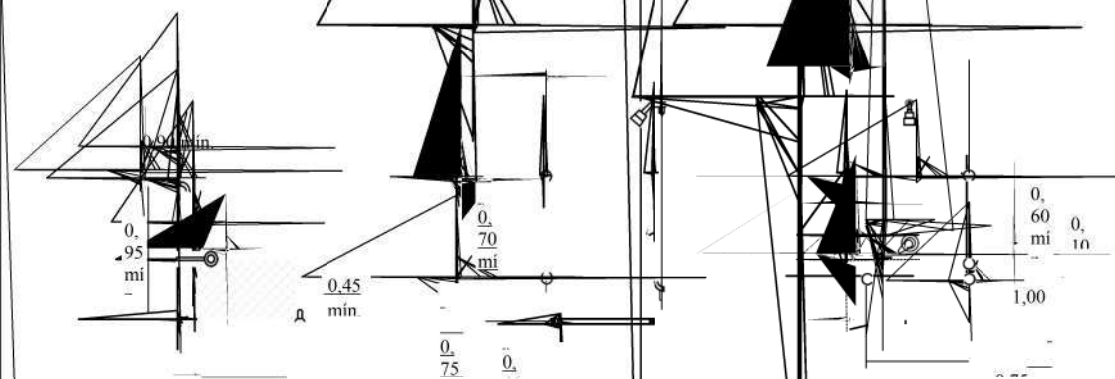
dimensões em metros



a)

Exemplo A – Vistas superior, lateral e frontal

dimensões em metros



Exemplo B – Vistas superior, lateral e frontal

**Figura 126 – Boxe para chuveiro**

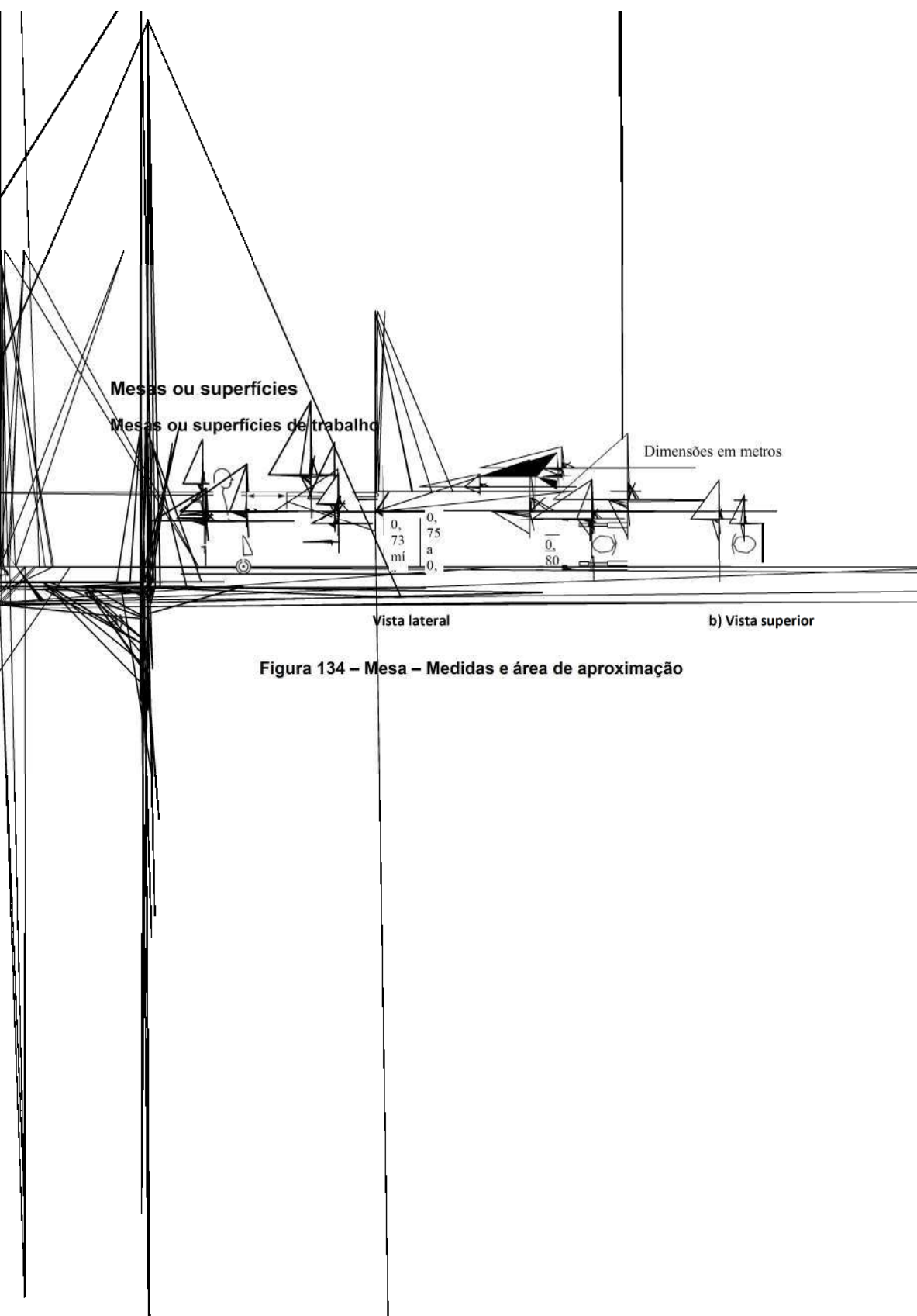
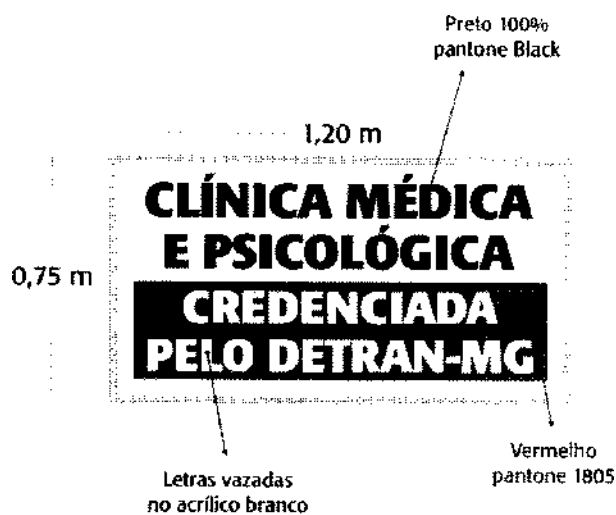


Figura 134 – Mesa – Medidas e área de aproximação



**ANEXO IV  
MODELO DA PLACA**



Placa em acrílico branco de fundo.  
Aplicação do grafismo em Plotter de recorte,  
em conformidade com o padrão e tipologia  
apresentados neste anexo.  
Iluminação Back-light.

**ANEXO V**  
**Termo de Credenciamento**

CÓDIGO Nº \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_  
Portaria de Credenciamento nº: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

<b>IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA</b>		
NOME COMERCIAL/RAZÃO SOCIAL:		
NOME FANTASIA:		
CNPJ:		
<b>ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO</b>		
ENDEREÇO:		
Nº:	COMPLEMENTO:	BAIRRO:
MUNICÍPIO:	UF:	
CEP:	TEL:	
E-MAIL:		
<b>SÓCIO MÉDICO</b>		
NOME:		
CPF:		
CARTEIRA DE IDENTIDADE	ÓRGÃO EMISSOR:	
NACIONALIDADE:		
CARTEIRA PROFISSIONAL:	ÓRGÃO EMISSOR:	
ENDEREÇO RESIDENCIAL:		
Nº:	COMPLEMENTO:	BAIRRO:

MUNICÍPIO:	UF:	CEP:
TEL. FIXO:	TEL. CEL:	
E-MAIL:		

<b>SÓCIO PSICÓLOGO</b>		
NOME:		
CPF:		
CARTEIRA DE IDENTIDADE	ÓRGÃO EMISSOR:	
NACIONALIDADE:		
CARTEIRA PROFISSIONAL:	ÓRGÃO EMISSOR:	
ENDEREÇO RESIDENCIAL:		
Nº:	COMPLEMENTO:	BAIRRO:
MUNICÍPIO:	UF:	CEP:
TEL. FIXO:	TEL. CEL:	
E-MAIL:		

O Diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 22 do Código de Trânsito Brasileiro, art. 2º do Decreto Estadual nº 47.626, de 26 de março de 2019, e Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – Contran neste ato denominado **INTERVENIENTE**, e a empresa anteriormente identificada, neste ato representada pelos sócios Médico(s) e Psicólogo(s), doravante denominada simplesmente **CLÍNICA CREDENCIADA**, e tendo em vista a renovação do credenciamento **RESOLVEM FIRMAR** o presente **TERMO RENOVAÇÃO DE CREDENCIAMENTO**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO AMPARO LEGAL:**

O presente Termo de Credenciamento está vinculado à esta Portaria do Diretor do Detran-MG, ao Decreto Estadual nº 47.626/19, ao Código de Trânsito Brasileiro, às Resoluções do Contran e normas suplementares.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

Constitui objeto deste termo de renovação de credenciamento de clínica médica e psicológica junto Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG, para a realização de Exames de Aptidão Física e Mental e de Avaliação psicológica, em candidato à permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da Carteira Nacional de Habilitação, à adição, mudança de categoria e, ainda, Exames de Aptidão Física e Mental e de Avaliação psicológica nos candidatos a Diretor-Geral, Diretor de Ensino, Instrutor e Examinador, integrantes do processo de formação de condutores, bem como naqueles que venham a concluir cursos especiais de formação, conforme determinação do Contran, do Denatran e do Detran-MG, ou outros que este Departamento venha a autorizar.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CREDENCIADA**

A CREDENCIADA se obriga por meio deste instrumento a atender a todos os preceitos estabelecidos no Código de Trânsito Brasileiro, Decreto Estadual nº 47.626/19, Resoluções do Contran, Portarias do Diretor do Detran-MG e normas supervenientes.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS PENALIDADES**

4.1 - Constituem infrações passíveis de aplicação da penalidade de advertência:

a) não atendimento a qualquer pedido de informação ou requisições, formulado pelo Detran-MG, conforme Resoluções do Contran, Decreto Estadual 47.626/19 e Portarias do Detran-MG;

b) não atendimento de candidato dentro do horário agendado;

c) atraso na apresentação dos resultados de exames de aptidão física e mental, e de avaliação psicológica, e demais comunicações obrigatórias, previstas no Decreto Estadual nº 47.626/19, Resoluções do Contran e Portarias do Detran-MG, sem justificativa acatada pelo Órgão;

d) conduta irregular de seus empregados ou tratamento inadequado em relação aos candidatos ou aos servidores do Detran-MG;

e) falta e/ou atraso na comunicação do resultado da inaptidão;

f) incorreto cadastro do RENACH, ou qualquer lançamento impreciso dos dados essenciais à emissão da Carteira Nacional de Habilitação;

g) deixar de demonstrar participação bienal dos médicos e psicólogos cadastrados na empresa em Seminários, Jornadas, Fóruns, Congressos, Cursos e Reuniões promovidas pelo Detran-MG conjuntamente com Associação Brasileira de Medicina de Tráfego - ABRAMET, Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego - ABRAPSIT.

4.2 - Constituem infrações passíveis de aplicação da penalidade de suspensão:

a) reincidência, no período de doze meses, a contar da data da infração a que se comine a penalidade de advertência, independentemente do dispositivo violado;

verificar se está de acordo com o texto da Portaria, como na alínea b, c, estão trocados.  
Sugestão inclusive de padronizar a formatação como incisos, para ficar mais fácil no momento de aplicar a punição

Detran  
09/06/2021 12:20

salvo motivo justificado

Detran  
09/06/2021 12:21

b) deficiência, de qualquer ordem, nas instalações, equipamentos, instrumentos ou testes previstos em Resoluções do Contran, Conselhos de Medicina e Psicologia, no Decreto Estadual nº 47.626/19 e Portarias do Detran-MG;

c) realização de quaisquer dos exames em desacordo com as regras e disposições constantes do Código de Trânsito Brasileiro e de suas normas complementares, no Decreto Estadual nº 47.626/19, Resoluções do Contran ou ainda decorrentes das normas emanadas dos respectivos Conselhos de Medicina e de Psicologia;

d) suspensão decorrente de penalidade aplicada pelos respectivos Conselhos Regionais de Medicina ou Psicologia;

e) prática de infrações previstas nos Códigos de Ética médica, psicológica, de Defesa do Consumidor, e das normas estabelecidas no Decreto Estadual nº 47.626/19 e Portarias do Detran-MG;

f) descumprimento das normas estabelecidas, de convocações, determinações e atos do Detran-MG e do Conselho Estadual de Trânsito – Cetran;

g) emissão de laudos definidos no Decreto Estadual nº 47.626/19 e Portarias do Detran-MG como sendo de competência privativa do Detran-MG;

h) procedimentos que propiciem a falsificação de laudos ou comprometam a segurança ou a qualidade dos exames;

i) apresentação de laudos incompletos, imprecisos, inconclusivos ou omissão na conferência da identificação do candidato ou condutor, por ocasião de exame;

j) realização de exames em quantitativo incompatível com seu horário de funcionamento e com o número disponível de profissionais credenciados;

k) cobrança de valores relativos a procedimento não autorizado;

l) cobrança ou recebimento de valores diversos dos estabelecidos pelo Detran-MG;

m) assinatura de exames realizados por outros profissionais;

n) emissão de laudos imprecisos, inconclusivos, rasurados ou ilegíveis, abrangendo inclusive o carimbo autenticador;

o) inobservância aos horários previstos no caput e parágrafo único do art. 29 do Decreto Estadual nº 47.626/19 e art. 23 desta Portaria;

p) ausência do Médico e do Psicólogo, credenciado junto ao Detran-MG, em horário de agendamento dos atendimentos;

q) procedimentos que visem, deliberadamente, facilitar ou dificultar a aprovação de candidatos nos Exames de Aptidão Física e Mental e de Avaliação psicológica;

r) realização de intermediação lucrativa de candidatos nos exames de que trata o Decreto Estadual nº 47.626/19;

salvo motivo justificado

Detran  
09/06/2021 12:21

- s) deixar desatualizado o quadro de profissionais médicos e psicólogos e seus respectivos contatos pessoais (endereço e telefones) junto a Seção de Controle de clínicas da Divisão de Seleção – Detran-MG;
- t) omissão da comunicação sobre alterações realizadas no quadro societário da clínica, bem como qualquer alteração no Contrato Social, sua estrutura física e endereço, sem prévia autorização do Detran-MG;
- u) efetuar lançamento dos resultados dos exames médicos e psicológicos, por outros, junto ao sistema informatizado do Detran-MG, de competência exclusiva do médico e psicólogo; e
- v) realizar atendimento a candidatos distribuídos a clínica diversa.

4.3 - Constituem infrações passíveis de aplicação da penalidade de cassação do credenciamento:

- a) reincidência, no período de doze meses, a contar da data da infração a que se comine a penalidade de suspensão, independentemente do dispositivo violado;
- b) cessão ou transferência, a qualquer título, do credenciamento senão observadas as regras para alteração do quadro societário da empresa conforme estabelecido no § 2º do art. 2º do Decreto 47.626/19 c/c art. 15 desta Portaria;
- c) implantação e exercício de atividades ambulatoriais, hospitalares, de consultórios de qualquer especialidade, públicos ou privados, ainda que de caráter filantrópico ou subvencionado pelo Poder Público, que comprometa a destinação exclusiva do estabelecimento;
- d) prática de atos de improbidade perante a Administração Pública, a iniciativa privada, a fé pública e os costumes;
- e) emissão fraudulenta ou irregular de documentos ou resultados de exames;
- f) emissão de resultado aprovando o candidato portador de patologia que implique risco à segurança do trânsito;
- g) descumprimento contumaz às regras e disposições constantes no Código de Trânsito Brasileiro, às normas do Contran, do Detran-MG, do Decreto Estadual nº 47.626/19, e decorrentes das diretrizes emanadas dos respectivos Conselhos de Medicina e de Psicologia e da legislação pertinente aos direitos do consumidor;
- h) falsificação ou adulteração de documentos;
- i) prática de crimes contra a Administração Pública, quando praticados por dirigente ou prepostos dos credenciados;
- j) permissão, a qualquer título ou pretexto, que terceiros, funcionários ou outros credenciados realizem os exames de sua exclusiva competência;

k) trabalho em conjunto com pessoas não habilitadas ou profissionais não credenciados ou em situação irregular perante o Detran-MG;

l) vínculo com centros de formação de condutores, despachantes, clínica descredenciada e com a Controladoria Regional de Trânsito – CRT;

m) pagamento ou recebimento de comissão a qualquer título, valor ou pretexto, de centros de formação de condutores, despachantes ou terceiros, objetivando o favorecimento de candidatos na realização dos exames previstos no Decreto Estadual nº 47.626/19;

n) cassação do registro ou sua suspensão, por prazo superior a 90 (noventa) dias, em decorrência de penalidade aplicada pelos respectivos Conselhos Regionais de Medicina e Psicologia;

o) assinatura de laudos ou qualquer outro documento em branco;

p) o sócio que vier a exercer cargo, emprego ou função pública em quaisquer das esferas públicas, sem sua substituição por outro profissional que atenda as exigências necessárias para compor a sociedade.

inserir cargo eletivo

Detran  
09/06/2021 12:24

#### CLÁUSULA QUINTA – DA APLICAÇÃO DA PENALIDADE:

5.1 A aplicação das penalidades previstas é de competência do Diretor do Detran-MG.

mentonar sobre a hipótese do pedido de reconsideração que tem na portaria.

Detran  
09/06/2021 12:23

5.2 Caberá recurso ao Chefe de Polícia no prazo de 30 (trinta) dias da decisão do Diretor do Detran-MG.

5.3 A aplicação das penalidades será precedida de processo administrativo, assegurados os princípios da ampla defesa e do contraditório.

5.3.1 Na hipótese de verificação de infrações para as quais são cominadas as penalidades de suspensão ou de cassação do credenciamento, a clínica credenciada poderá ter, preventivamente, suspensas suas atividades, até o encerramento do processo, mediante decisão motivada do Diretor do Detran-MG.

5.3.2 A comprovação da inadequação dos serviços prestados na avaliação psicológica e no exame de aptidão física e mental, sob qualquer aspecto moral, ético ou legal, acarretará o descredenciamento da clínica envolvida no fato.

5.3.3 A empresa que descumprir, dificultar, retardar ou inviabilizar o previsto no Decreto 47.626/19 ou nesta Portaria e demais normas, poderá ter, como medida cautelar administrativa, a suspensão da distribuição equitativa, até a sua efetiva adequação, conforme art. alínea a, inciso X, do art. 7º e Parágrafo Único do art. 8º desta Portaria.

não são estes artigos. Art. 37

Detran  
09/06/2021 12:24

5.3.4 A penalidade de suspensão da distribuição equitativa será pelo prazo de 15 (quinze) a 90 (noventa) dias.

5.3.5 Decorridos cinco anos da cassação do credenciamento, poderá a clínica requerer novo credenciamento, submetendo-se a todas as exigências contidas no Decreto Estadual nº 47.626/19 e em Portarias do Detran-MG.

5.4 Arcará a clínica credenciada com o ônus decorrente da incorreta emissão de documento de habilitação, em face de erro e inconsistência, providenciando o ressarcimento devido.

**CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO:**

O Detran-MG, ou quem por ele designado e os respectivos Conselhos Profissionais, fiscalizarão e acompanharão a execução deste Termo, utilizando-se de todos os meios administrativos e legais necessários para este fim, obrigando-se a CREDENCIADA a atender e permitir o livre acesso às suas dependências, oportunizando e fornecendo todas as informações aos servidores em supervisão, fiscalização e serviços de auditoria realizados ou autorizados pelo Detran-MG.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA:**

Este Termo de Credenciamento vigorará pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante formalização de novo requerimento de renovação de credenciamento.

na portaria está diferente o marco temporal

Detran  
09/06/2021 12:26

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO:**

Este Termo de Credenciamento poderá ser rescindido:

- a) pela não observância, total ou parcial, por parte do CREDENCIADO, das cláusulas e condições aqui ajustadas e das condições constantes no Decreto Estadual nº 47.626/19, Resoluções do Contran e demais normas estabelecidas;
- b) amigavelmente, por acordo reduzido a termo, desde que haja conveniência para a Administração, sem ônus para as partes;
- c) judicialmente, nos casos previstos em Lei;
- d) pela aplicação de cassação do credenciamento.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO:**

Fica eleito o Foro de Belo Horizonte, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as divergências oriundas deste Termo de Credenciamento, não solucionadas por consenso na área administrativa. E, por estarem assim justas e acordadas, as partes firmam este instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Belo Horizonte, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Diretor do Detran-MG



---

Delegado de Polícia da CIRETRAN

---

Delegado Regional de Polícia Civil

---

Sócio Médico

---

Sócio Psicólogo

---

Testemunha

---

Testemunha

**ANEXO VI**  
**Relatório de fiscalização/check list**

Às \_\_\_\_\_ horas de \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, nesta cidade de \_\_\_\_\_, presente os sócios da clínica médica e psicológica \_\_\_\_\_, código nº \_\_\_\_\_ e do Delegado de Polícia, (Chefe da Divisão de Habilitação ou do Setor de Auditoria e Fiscalização do DETRAN/MG ou do Departamento de Polícia Civil) ou representante da Polícia Civil, na ausência justificada da autoridade policial, em cumprimento a requisição passaram a proceder a fiscalização.

Nome da Instituição/Entidade: \_\_\_\_\_  
localizada à Rua/Avenida: \_\_\_\_\_  
nº.: \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Município \_\_\_\_\_.

Número Tel. \_\_\_\_\_

- Anexar fotografias da frente da Instituição/Entidade; banheiro(s); e cópia certificados dos veículos.

**PERGUNTAS:**

1 – A Entidade funciona no local acima, conforme informado ao

DETRAN? ( ) sim ( ) não

2 – Quais são os proprietários da Entidade e qual o número de cotas pertencentes a cada

um? 3 – Quais os médicos e psicólogos regularmente cadastrados junto ao DETRAN?

( ) sim ( ) não

4 - Estão arquivados no estabelecimento os prontuários médicos e psicológicos em sala própria, com porta e arquivos fechados à chave?

( ) sim ( ) não

5 – Os equipamentos médicos utilizados estão aferidos e são os mesmos informados e apresentados ao DETRAN/MG?

( ) sim ( ) não

6 – Os instrumentos (testes) psicológicos utilizados são originais comprovada a aquisição com notas fiscais?

( ) sim ( ) não

7 – Existem instalações sanitárias masculinas, femininas e unissex para Pessoa com Necessidades Especiais?

( ) sim ( ) não

8– A Entidade possui recepção com higiene e conforto suficiente? ( ) sim ( ) não

9– A placa de identificação da Entidade está em local visível e seguindo às norma? ( ) sim ( ) não

10– Há rampas e corrimão funcionais? ( ) sim ( ) não

11- Falta Organização, limpeza e mobiliário ? ( ) sim ( )

não 12- Falta Tabela de preços ? ( ) sim ( ) não

13– Possui a empresa o laudo do corpo de bombeiros ? ( ) sim ( ) não Se negativo, por qual motivo?

14– Estão em local visível a licença da prefeitura, alvará do DETRAN e laudo do corpo de bombeiros e quadro de registro de funcionários ? ( ) sim ( ) não

15- Os funcionários da Entidade atendem com urbanidade e prestam esclarecimentos necessários acerca das atividades que prestam? ( ) sim ( ) não

16– Há outras atividades desempenhadas na Entidade, diverso do permitido em no Decreto 47.626/19 e nesta Portaria?

17– A Entidade tem toda estrutura exigida pela Lei ( ) sim ( ) não

28 – Juntar fotografias do imóvel da Entidade, dos carros, cópias dos documentos, etc para subsidiar informações e arquivo.

(Após fiscalização e constatado irregularidades descritas, a contar da data da realização da auditoria e fiscalização será instaurado procedimento preliminar e feita a notificação imediata ou no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis para que o representante legal da empresa credenciada saneie as irregularidades. Na notificação deverá constar qual (is) a(s) irregularidade (s) apurada (s). A empresa credenciada terá o prazo de até 30 (trinta) dias do recebimento da notificação expedida para sanear eventual irregularidade constatada na fiscalização, respeitada a legislação pertinente,

que se não saneada implicará instauração do Procedimento Administrativo e na aplicação de PENALIDADES: Advertência, Suspensão e ou Cassação de Credenciamento, conforme determina o Decreto 47.626/19, nesta Portaria em seu Termo de Credenciamento, não sendo saneadas as irregularidades.

O presente MODELO DE FISCALIZAÇÃO - QUESTIONÁRIO preenchido ficará deverá ser inserido no arquivo da empresa fiscalizada.

Diante do exposto, todos presentes assinam o formulário de QUESTIONÁRIO.

Local / Data

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

médico (a) presente

\_\_\_\_\_

psicólogo (a) presente

\_\_\_\_\_

Representante da Polícia Civil

\_\_\_\_\_

Representante da Polícia Civil

\_\_\_\_\_

REPRESENTANTE DA EMPRESA



## PARECER JURÍDICO

Solicitante: **Associação das Clínicas de Trânsito do Estado de Minas Gerais - ACTRANS**

**Prezado Diretor-geral,**

Com os cumprimentos cordiais de costume, apresentamos parecer jurídico com o escopo de tecer algumas considerações relevantes sobre o modelo de credenciamento de clínicas de trânsito no Estado de Minas Gerais, com o escopo de contribuir com esse órgão no constante aprimoramento do serviço público.

Antes de adentrarmos às questões eminentemente meritórias, importante tecer algumas considerações sobre a legitimidade regulamentar do órgão estatal, da adequabilidade do instrumento jurídico utilizado, da forma e modalidade de contratação das clínicas prestadoras de serviço.

A Constituição Federal, ao definir as competências legislativas de cada ente federativo, atribuiu à União, em seu artigo 22, inciso XI<sup>1</sup>, a competência privativa para legislar em matéria de trânsito e transportes. Isso significa que a União é o único ente federativo que pode editar normas legais estrito senso em matéria que envolva o trânsito e transportes, ressalvada a hipótese de delegação aos demais entes federativos consagrada no parágrafo único do mesmo dispositivo constitucional.

Com efeito, no lícito exercício de sua competência legislativa, a União editou a Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro - CTB), que traça a normatização basilar em matéria de trânsito e que deve ser observada por todos os demais entes federativos. No referido diploma o legislador infraconstitucional criou o Sistema Nacional de Trânsito, compartilhando

<sup>1</sup> Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:  
XI - trânsito e transporte;

competências administrativas para as ações executivas de trânsito entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Nesse diapasão, buscando implementar maior logicidade no processo de avaliação dos potenciais condutores de veículos, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) atribuiu aos Estados e ao Distrito Federal a competência executiva na avaliação médico-psicológica dos candidatos a obtenção da carteira nacional de trânsito (CNH).

Nos termos do artigo 22, X do CTB, compete aos órgãos estaduais de trânsito realizarem o credenciamento de entidades que exercerão as ações de trânsito previstas nas normas em vigor, observando a regulamentação a ser realizada pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN. Ainda, o artigo 148 do mesmo diploma legal estatui que os exames de habilitação poderão ser executados por entidades credenciadas pelos órgãos de trânsito, conforme normativas regentes editadas pelo CONTRAN.

Por sua vez, o CONTRAN, exercendo a sua competência normativa delegada pela legislação, editou a Resolução nº 425, de 27 de novembro de 2012, na qual fixou as regras gerais sobre o credenciamento das entidades e profissionais que executariam as avaliações médicas e psicológicas para obtenção e renovação de CNH. A leitura atenta do instrumento permite inferir que o órgão nacional de trânsito fixou regras gerais sobre o credenciamento, indicando os requisitos a serem preenchidos pelos profissionais que fariam os exames, a estrutura mínima que as clínicas deveriam manter, os exames a serem realizados e os equipamentos utilizados.

Nesse diapasão, incumbiu-se aos órgãos estaduais de trânsito definirem o regramento procedimental acerca do credenciamento, exercendo, assim, competência residual autorizada no texto do artigo 25 da Constituição Federal, normatizando o procedimento consoante a realidade fática de cada ente federativo e da respectiva sociedade.

Ainda, vale aduzir que a atribuição executiva conferida aos Estados e ao Distrito Federal não atenta contra o texto constitucional no que diz respeito a competência privativa da União para tratar de matéria de trânsito, uma vez que a atuação dos referidos entes federativos se dá em uma dimensão administrativa, na

execução das ações de trânsito que foram delineadas de forma correta pelo legislador federal.

Em outras palavras, o constituinte, como não poderia deixar de ser, não vedou que Estados, Municípios e Distrito Federal regulamentassem a procedimentalização dos atos administrativos relacionados às ações executivas de trânsito, haja vista que tal sistemática compõe o atributo do modelo federativo de auto-organização dos entes. Isso denota a regularidade na edição de normas e atos normativos pelos entes federados nas matérias afetas a sua competência administrativa.

Portanto, a primeira conclusão que se faz salutar é que é possível que os Estados editem normas que regulamentem a sua competência executiva enquanto agente integrante do Sistema Nacional de Trânsito, desde que atue de forma integrativa e que observe as diretrizes do CTB e do CONTRAN, bem como não ultrapasse os limites do que lhe fora delegado. Regulamentar, assim, o credenciamento de clínicas de trânsito não é só legalmente válido, como essencial para que a prestação do serviço se dê de forma a atender adequadamente a sociedade local, sendo imperioso, todavia, que O ente público observe as prescrições do CONTRAN e demais normas técnicas que envolvam o assunto.

No que concerne a possibilidade de edição de atos normativos pela Administração estadual, importante ressaltar que se impõe basicamente que sejam observados os limites do exercício do poder regulamentar. Nesse sentido, importante, inicialmente, transcrever as sempre elucidativas palavras de José dos Santos Carvalho Filho (2010, pg. 60) para tracejar melhor o conceito:

Poder regulamentar, portanto, é a prerrogativa conferida à Administração Pública de editar atos gerais para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação. A prerrogativa, registre-se é apenas para complementar a lei; não pode, pois, a Administração alterá-la a pretexto de estar regulamentando.

Com efeito, vislumbramos que a edição de ato normativo deve ter como pretensão garantir a efetividade das ações públicas, permitindo que o objetivo desenhado na norma seja alcançado. O poder regulamentar, mais que uma



prerrogativa de normatização detido pela Administração Pública, deve ser visualizado como instrumento para garantir a consecução de seus fins.

O cuidado que precisa ter, na outra ponta, é da preservação das funções constitucionais de cada estrutura de poder, não se imiscuindo na esfera de atuação do legislativo. Não são, assim, admitidos como regra os denominados regulamentos autônomos, que trazem inovação jurídica.

No caso do credenciamento das clínicas, como tanto o CTB quanto a Resolução nº 425 do CONTRAN remetem ao órgão executivo de trânsito estadual a competência para realizar o ato, a conclusão lógica é no sentido que a normatização pode se dar tanto por ato normativo editado pelo Chefe do Executivo quanto pela autoridade máxima do órgão de trânsito.

Convém elucidar, outrossim, que a decisão do Supremo Tribunal Federal no âmbito da ADI 5774/MG, que declarou inconstitucional a Lei 20.805/2013, abordou a impossibilidade do Poder Legislativo invadir a esfera da União e editar normas que versassem sobre o trânsito. Com isso, temos que aclarar, primeiro, que não houve declaração de inconstitucionalidade material, ou seja, não houve apreciação da validade do conteúdo da norma, mas tão somente sobre a capacidade do Legislativo mineiro editar normas afetas a matéria.

Com efeito, temos que houve no referido *decisum* uma delimitação da competência estadual, que diz respeito edição de Regulamentos que devem estar balizados juridicamente nas normas editadas pela União, precipuamente o Código de Trânsito Brasileiro. Isso significa que a edição de ato normativo pelos órgãos executivos de trânsito, desde que em conformidade com as normas federais e observada a sua função executiva do trânsito, possuiriam cobertura constitucional.

No que diz respeito ao aspecto material do documento, vale aclarar a natureza jurídica das atividades prestadas pelas clínicas, de modo a apontar os institutos jurídicos a serem aplicados. Os artigos 147 e 148 do CTB expõem que o candidato que pretender obter ou renovar a CNH deve passar por exames clínicos, que serão realizados por entes públicos ou privados credenciados pelo órgão estadual de trânsito.

Assim, as clínicas de trânsito atuam como prestadoras de serviço de utilidade pública, atendendo a interesse coletivo, mas que é utilizado de forma singular

pelo candidato, após delegação executada pelo Estado e que deve observar o regramento do direito público nessa relação jurídica. O destrinchar da atividade aponta para uma subsunção inequívoca em relação ao conceito de serviço público, como nos ensina a Professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2009, pg. 102):

“Daí a nossa definição de serviço público como toda atividade material que a lei atribui ao Estado para que a exerça diretamente ou por meio de seus delegados, com o objetivo de satisfazer concretamente às necessidades coletivas, sob o regime jurídico total ou parcialmente público.”

Embora a atividade das clínicas de trânsito se amolde ao conceito de serviço público, importante asseverar que há algumas particularidades que lhe apontam como um serviço *sui generis*. Isso porque, em primeiro lugar, no formato utilizado por grande parte dos Estados da federação, inclusive em Minas Gerais, as clínicas credenciadas atuam em sistema de exclusividade, não podendo desempenhar outras atividades no campo privado.

As atividades desempenhadas pelas clínicas de trânsito há substancial necessidade de acompanhamento mais próximo por parte do poder público, tendo em vista que consiste em avaliação se o pretense condutor possui capacidade física e psicológica para conduzir veículo, que é atividade geradora de significativo risco social. Por essa razão, de forma acertada, o credenciamento deve ser realizado em relação a pessoa jurídica e com exigência de se exercer as ações em caráter de exclusividade, não podendo alocar em sua estrutura outras atuações profissionais. Tudo isso em nome do melhor interesse público.

O vínculo com o poder público não pode ser vislumbrado como burocracia desmedida, pois a razão de existir dos referidos exames é justamente resguardar a segurança no trânsito, de modo que a ausência de proximidade fiscalizatória entre o poder público e a entidade credenciada tende a ocasionar redução da qualidade do serviço e prejuízo para a segurança pública.

Outro ponto que merece destaque é o formato adotado pelo Estado de Minas Gerais, em que as clínicas são responsáveis não só pelo lançamento dos resultados, mas também pela coleta dos dados biométricos e foto do candidato. Isso

implica em um rigor maior nas fiscalizações, bem como a garantia de maior comodidade ao cidadão, que comparece uma única vez e em um único local para realizar todos os processos exigidos para a renovação da CNH.

Essa maior eficiência do serviço prestado, resguardando ao cidadão o menor tempo para que seja amplamente atendido, impõe, por outro lado, maior cuidado na integridade das informações prestadas pelas clínicas credenciadas. Por outros dizeres, temos que as clínicas acabam por exercer função de verdadeira unidade da Administração Pública, com amplos poderes e, consequentemente, responsabilidades. Por essas razões se impõe a exclusividade e a exigência de uma fiscalização mais efetiva por parte do DETRAN.

O interesse público protegido ao regular a matéria se dá em múltiplas dimensões, passando desde a desburocratização e a entrega do documento com o menor deslocamento pelo candidato, pela terceirização de serviços burocráticos, mas com a segurança da informação.

Ainda, cumpre destacar que a atividade das clínicas de trânsito consiste em análise pericial que identifica a aptidão física e mental de candidatos para a obtenção e a renovação de CNH. Isso implica em afirmar que não pode haver sistema concorrencial entre as clínicas, uma vez que o usuário é destinatário indireto da sua atividade, pois o resultado da perícia é destinado à Administração Pública que precisa controlar a atividade de risco à sociedade.

Em razão disso que o Conselho Federal de Medicina e o Conselho Federal de Psicologia orientam que a distribuição de candidatos deve se dar de forma impessoal, sem a possibilidade de escolha do local ou do profissional que executará a perícia. Minas Gerais, que foi precursor na adoção do modelo de distribuição equitativa, é exemplo na implementação de vários outros Estados, como o de São Paulo e o do Espírito Santo.

Outro ponto que merece destaque é que o valor pago pelo candidato, nos termos da Resolução 425 do Conselho Nacional de Trânsito, consubstancia em valor fixo definido pelo órgão estadual de trânsito, inexistindo no caso a liberalidade da fixação de valores pelos serviços prestados. O valor, vale mencionar, também é extraído da própria resolução, que aponta as tabelas emitidas pelas entidades profissionais como as que devem ser observadas pelos Estados. O valor a ser fixado

não reflete a liberalidade do órgão estadual, devendo este apenas observar o disposto na Resolução do CONTRAN.

O que pretendemos evidenciar é que não há livre concorrência, pois não há disputa real por candidatos ou por valores de serviço, que são previamente definidos pelo Poder Público. No caso das clínicas de trânsito, há uma limitação de mercado imposta pela impossibilidade de atuação em outros ramos e utilização do espaço da clínica para outras finalidades e, em outra perspectiva, a destinação do candidato realizada pelo próprio poder público conjugado com preço fixo dos exames expressa que esse serviço público possui características que inviabilizam uma disputa de mercado entre as credenciadas, sob pena de afetar a adequada prestação do serviço.

Estabelecer um sistema em que não há uma delimitação do número de entidades credenciadas, atentando-se a demanda relativamente fixa, o valor previamente definido e a necessidade de controle pelo poder público, simbolizaria transformar o serviço de avaliação médica e psicológica do trânsito em uma busca incessante de redução de despesas, ainda que implicasse na fragilização e na precarização dos serviços prestados. Inegavelmente teríamos o aumento dos desvios de conduta e da redução da oferta qualitativa do serviço.

Enquadrada a prestação do serviço desenvolvido pelas clínicas como serviço público, mister lembrar a aplicabilidade, ainda que subsidiária do disposto na Lei Federal nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995 e a Lei Federal nº 13.460 de 26 de junho de 2017, que regulamentam a delegação de serviço público e os direitos do usuário do serviço público. Aplica-se, pois, o regime jurídico administrativo típico dos serviços públicos, devendo ser observado todo o conjunto principiológico que norteia o instituto.

Dentre os princípios aplicáveis, há alguns que precisam ser enfatizados, a começar com os princípios da supremacia do interesse público e da indisponibilidade do interesse público que, como bem mencionou Celso Antônio Bandeira de Melo, constituem verdadeiras pedras de toque do Direito Administrativo.

Pelo primeiro devemos compreender a existência de uma sobreposição do interesse público ao privado, colocando a Administração em posição privilegiada diante do particular. Pelo segundo, mostra-se imperativo que o administrador público conduza as suas decisões sempre parametrizadas pelo interesse público, que pode se dividir em interesse público primário, que seria a soma das vontades individuais



dos membros da sociedade pensadas coletivamente e a vontade pública secundária, que seria a vontade do estado enquanto pessoa jurídica.

Esses dois princípios são extremamente importantes porque conferem primazia ao interesse público, conduzindo o gestor a vislumbrar não apenas as formalidades de seus atos, mas, sobretudo, se o interesse da sociedade está sendo resguardado. O interesse público serve como estrela guia do administrador, sendo essencial que haja o constante perquirir pelo melhor atendimento à população, que tem de ser vislumbrado a partir da efetividade das políticas públicas e não apenas com um olhar de atendimento superficial das demandas sociais.

No caso em comento, o interesse público que não pode ser transigido em hipótese alguma é a qualidade nas avaliações médicas e psicológicas realizadas pelas clínicas, uma vez que o valor protegido por tal serviço é o da segurança no trânsito, garantindo que a coletividade conviva de forma mais segura na sua interação ambiental com o trânsito.

Diretamente correlato com o que fora apresentado temos o princípio da adequada prestação do serviço, que se encontra positivado no artigo 6º da Lei 8.987/1995 e que exige que o usuário do serviço seja contemplado com uma prestação que satisfaça ao menos "as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas".

O legislador compreendeu como salutar que o serviço público não esteja simplesmente à disposição, mas que ele garanta efetividade e que o usuário realmente se sinta satisfeito com o que lhe está sendo colocado à disposição. Nesse campo se discute o que seria efetividade do serviço público, uma vez que esse valor transcende a perspectiva de eficiência consagrado de forma positiva no texto constitucional.

Efetividade é a exigência de transbordar os limites do formalismo e avaliar a consecução dos fins colimados em cada ação pública. Quando se fala em serviço público adequado estamos diante da efetividade do serviço, de modo que a utilidade pública que circunscreve o serviço esteja integralmente toldada. Dizer em serviço adequado de perícia médica e psicológica para condutores de veículos automotivos é pleitear que o candidato detenha o melhor exame, no melhor ambiente e que os

Índices de violência no trânsito sejam realmente diminutos, evidenciando a efetividade do serviço.

Para que o serviço seja adequado, de igual modo, ele precisa ser atual, representando o princípio da atualização ou da adaptabilidade. Segundo esse princípio o serviço público deve ser prestado com as melhores técnicas e equipamentos possíveis, garantindo, mais uma vez, a efetividade na proteção da comodidade pública. O conceito é extraível do texto do artigo 6º, §2º da Lei 8.987/1995:

“Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.  
§2º A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

A atualidade no caso das clínicas de trânsito não se dá somente na utilização dos equipamentos determinados pela resolução do CONTRAN. Ao revés, esse é o ponto basilar da boa prestação do serviço, sendo imperioso o constante aperfeiçoamento profissional, de forma a acompanhar a evolução dos métodos científicos relacionados a medicina e psicologia do trânsito. Ainda, deve-se disponibilizar local que tenha as condições mínimas prescritas na norma e, outrossim, garanta comodidade ao usuário do serviço.

Devemos observar também o princípio da universalidade, segundo o qual o serviço público deve ser prestado de forma indistinta a todo cidadão que se interesse ou, como nos ensina a professora Fernanda Marinela (2015, pg 549) “o qual exige a prestação do serviço à coletividade como um todo, sendo uma atividade *erga omnes* e de forma indistinta”.

Para atendimento a esse princípio, vislumbramos que o credenciamento de clínicas deve se atentar a localidade da demanda existente, garantindo um quantitativo adequado de clínicas em regiões estratégicas do município, conferindo o atendimento a toda população. Não se deve admitir ou mesmo provocar que as clínicas se dissipem em regiões de baixa densidade demográfica tendo por parâmetro

os custos do negócio. Não seria, pois, palatável a concentração de clínicas em regiões periféricas ao passo que regiões com maior demanda sejam negligenciadas.

Um princípio que também se revela essencial para nossa análise é o da continuidade do serviço público, que expressa que, justamente corolário lógico da compreensão que serviço público atende a demanda essencial da coletividade, não pode haver interrupção executiva. O valor normativo intrínseco presente nesse princípio é que o usuário não pode ser tolhido da fruição de um serviço considerado imprescindível.

No caso em tela, a interrupção do serviço poderia obstaculizar a atividade profissional de inúmeros motoristas, atividade que vem crescendo, sobretudo com os novos aplicativos e tecnologias que influenciam na dinâmica do trânsito. Garantir que não haja a interrupção do serviço deve ser, pois, um valor elementar a ser defendido pela Administração.

Embora existam outros princípios aplicáveis especificamente ao serviço público, como o da isonomia, o da motivação, o da modicidade, o do controle, o da transparência, o da mutabilidade do regime, dentre outros, compreendemos que os supramencionados são aqueles que apresentam maior conexão com o documento que ora se analisa.

Sobre o formato a ser utilizado não há dúvidas quanto ao credenciamento, haja vista que o próprio legislador apontou os órgãos estaduais de trânsito executassem o serviço de forma direta ou delegando por meio do instituto do credenciamento.

O credenciamento, segundo Jacoby Fernandes, constitui na possibilidade de contratação direta do poder público com o particular por meio da inexigibilidade de licitação em decorrência da possibilidade de se ter uma pluralidade de prestadores, desvelando-se como de maior interesse público a maior quantidade de fornecedores.

No trilhar de Marçal Justen Filho e de Carlos Alberto da Mota Pinto, o credenciamento, embora seja uma construção doutrinária a partir da leitura do artigo 25 da Lei Federal 8.666/1993 e que o artigo 175 da Constituição Federal exprima que toda delegação de serviço público nas modalidades de concessão ou de permissão devem ser precedidas de licitação, compreende-se que, como a inexigibilidade

decorre da inviabilidade de disputa, caracterizada tal situação, não caberia outra alternativa que não a aplicação do instituto.

Na hipótese analisada, considerando os fundamentos já aduzidos neste parecer acerca da predefinição do poder público sobre o valor a ser pago pela prestação do serviço, o direcionamento da demanda por meio da distribuição equitativa e o fato de se necessitar que, em municípios de maior densidade demográfica, o serviço seja prestado por mais de um fornecedor, implica, em nosso sentir, no reconhecimento da inviabilidade em se estabelecer uma disputa, tornando o instituto do credenciamento o mais adequado.

Em que pese a aplicabilidade do instituto do credenciamento – tanto por previsão expressa da legislação em vigor quanto da melhor interpretação dos instrumentos legais de contratação pública -, é salutar que o instituto se adéque às particularidades da delegação de serviço público, devendo observar a diretiva regimental desta área do Direito Administrativo. Isto é, o credenciamento não pode, em nenhuma hipótese, deixar de observar o aspecto teleológico do serviço público, que é atender de maneira adequada a utilidade pública vista como essencial a ser colocada à disposição da coletividade. Não se pode perder o foco no usuário do serviço e o seu interesse capitulado como interesse público.

Nesse diapasão, o Regulamento deve expressar que a Administração deve realizar um planejamento para que o serviço seja prestado a contento, de forma regionalizada e com um quantitativo de clínicas que seja suficiente para atender a demanda de toda a população em cada município. Permitir o credenciamento desordenado, considerando as características da atividade já mencionadas, resultaria no sucateamento do serviço prestado.

Note-se que se deve intentar a proteção do interesse público por meio do planejamento da atividade pública exercida pelas clínicas de trânsito, conferindo conformação mercadológica à atividade. Preservar a boa qualidade do serviço público, mesmo quando delegado, é dever legal do poder público, inscrito de forma positiva na Lei 8.987/1995, de modo que se deve não só fiscalizar o delegatário acerca da boa qualidade, mas imprimir um sistema que assegure a qualidade da prestação. Na delegação do serviço o poder público preserva a sua titularidade, o que significa



que lhe incumbe a tarefa de coparticipe no dever de adequada prestação, que se inicia no planejar da atividade.

Por outros dizeres, a norma orienta o administrador no sentido de que a vontade administrativa deve estar devidamente balizada nos estudos técnicos indicativos da demanda atual do serviço, não deixando ao completo alvedrio do gestor essa definição.

Em resumo, o procedimento adotado contempla o regime jurídico administrativo atinente a matéria, sobretudo no que diz respeito à principiologia basilar da Administração Pública nas suas pactuações.

Essas são as considerações jurídicas que compreendemos necessárias e úteis para a formatação cada vez mais adequado do conceito de serviço público prestado pelas clínicas de trânsito.

Na oportunidade, renovamos os protestos de elevada estima e consideração.

Belo Horizonte, 10 de agosto de 2021.

**RODRIGO RIGHI CAPANEMA DE ALMEIDA**  
OAB/MG 87.830

**EDUARDO SOARES DO COUTO FILHO**  
OAB/MG 102.741

**THIAGO SOBREIRA ÁLVARES CORREA**  
OAB/MG 168.258

**MARCELO ALVES PINTO RUGGIO**  
OAB/MG 124.345

**DANIEL GUIMARÃES MEDRADO DE CASTRO**  
OAB/MG 130.922

**RAPHAEL MAGNO VIANNA GONÇALVES**  
OAB/MG 115.911



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Polícia Civil do Estado de Minas Gerais**  
**Gabinete da Divisão de Habilitação**

Memorando.DETRAN/DH-GAB.nº 845/2021

Belo Horizonte, 13 de agosto de 2021.

**Para:** Gabinete do Chefe da Assessoria Jurídica

Dra. Luisa Drumond

**Assunto:** Encaminha Solicitação

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1510.01.0077720/2021-42].

Excelentíssima Dra. Luisa,

Segue Ofício (33723486) da Associação das Clínicas de Trânsito do Estado de Minas Gerais- ACTRANS, no qual solicita análise deste Detran/MG acerca de considerações para o modelo de credenciamento de clínicas de trânsito no Estado de Minas Gerais, com o escopo de contribuir com esse órgão para o aprimoramento do serviço público.

Dentre os temas trazidos, colaciona princípios da supremacia do serviço público, da adequação, da atualidade, dentre outros, e ressaltam a necessidade de rigor na fiscalização, afastando ainda a inaplicabilidade de regras de mercado e livre concorrência, face o caráter da atividade das clínicas (análise pericial de aptidão física e mental, bem como psicológica), e ainda, a segurança das informações que são coletadas como a biometria, foto dos candidatos e condutores, lançamento de resultados. Ademais, trazem o caráter de serviço público e a fixação de valores, sem liberalidade e disputa de mercado.

Assim, encaminho para conhecimento e ciência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Maria Alice Faria, Delegado(a)**, em 13/08/2021, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **33723524** e o código CRC **ACCAFBBB**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Gabinete da Divisão de Habilitação

**Processo** nº 1510.01.0077720/2021-42

Belo Horizonte, 20 de agosto de 2021.

**Procedência: Despacho nº 838/2021/DETRAN/DH-GAB**

**Destinatário(s): detran/dh-gab**

**Assunto:** Solicitação

### DESPACHO

Senhores Wagner e Willian,

Face a necessidade de ajuste no sistema para novos credenciamentos que se iniciaram eletronicamente, solicito que façam análise dos requisitos na minuta de Portaria de Clínica necessários para serem inseridos no SCE.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Alice Faria, Delegado(a)**, em 20/08/2021, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **34073822** e o código CRC **58E3ECEE**.

**Referência:** Processo nº 1510.01.0077720/2021-42

SEI nº 34073822



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Gabinete da Divisão de Habilitação

**Processo** nº 1510.01.0077720/2021-42

Belo Horizonte, 27 de outubro de 2021.

**Procedência:** Despacho nº 995/2021/DETRAN/DH-GAB

**Destinatário(s):** @destinatarios\_virgula\_espaco@

**Assunto:**

### DESPACHO

Processo já resolvido com a Celma da Prodemge. Foi encaminhada planilha nova para ser colocada no SCE.



Documento assinado eletronicamente por **Wagner Felix Soares, Assessor(a)**, em 27/10/2021, às 13:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **37231001** e o código CRC **FF99121E**.

**Referência:** Processo nº 1510.01.0077720/2021-42

SEI nº 37231001

**PORTARIA NÚMERO 23, DE 11 DE JANEIRO DE 2022.**

***Regulamenta o funcionamento e os procedimentos para o credenciamento de clínica médica e psicológica, para realizar exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica em candidatos à obtenção de permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da Carteira Nacional de Habilitação, à mudança e adição de categoria, registro de Carteira Nacional de Habilitação de outros Estados da Federação e Internacionais no Brasil, nos candidatos a Diretor-Geral, Diretor de Ensino, Instrutor e Examinador de Trânsito e candidatos a outros cursos, e dá outras providências.***

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DE MINAS GERAIS – Detran-MG, órgão executivo de trânsito e integrante da estrutura orgânica da Polícia Civil de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 22 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro e as Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – Contran, bem como o artigo 37 da Lei Complementar Estadual nº 129, de 08 de novembro de 2013;

**CONSIDERANDO** que a Lei Federal 14.133/2021 não exige licitação quando houver a inviabilidade de competição para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização e que perícias e avaliações em geral são considerados serviços técnicos profissionais especializados (artigo 74);

**CONSIDERANDO** o artigo 148 do CTB e o Capítulo IV da Resolução do Contran nº 425, de 27 de novembro de 2012, que dispõem sobre o instituto do credenciamento como a forma de contratação de clínica médica e psicológica para realizar os exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica em candidatos à obtenção de permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da Carteira Nacional de Habilitação, à mudança e adição de categoria, registro de Carteira Nacional de Habilitação de outros Estados da Federação e Internacionais no Brasil, nos candidatos a Diretor Geral, Diretor de Ensino, Instrutor e Examinador de Trânsito;

**CONSIDERANDO** que compete ao Detran-MG, como Órgão Executivo Estadual de Trânsito, credenciar órgãos, instituições e entidades para a execução de atividades previstas na legislação de trânsito; cumprir e fazer cumprir tal legislação no âmbito do Estado de Minas Gerais;

**CONSIDERANDO** que é de responsabilidade do Detran-MG fiscalizar e assegurar a lisura das atividades desempenhadas pelos parceiros credenciados e voltadas aos candidatos e condutores mineiros;

**CONSIDERANDO** o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 5774, que declarou ser inconstitucional a Lei Estadual 20.805/2013 em razão de os Estados não terem competência para legislar sobre as matérias de trânsito, exclusivas da União, e que afasta, portanto, a aplicabilidade dos dispositivos limitadores e contrários às normas federais do Decreto Estadual nº 47.626 de 25 de março de 2019

**CONSIDERANDO** as Portarias do Detran-MG nº 813/2020 e 940/2021, que regulamentam e padronizam, com relação ao período de habilitação do requerente, ao sistema operacional de acesso e ao processo de fiscalização, o credenciamento das pessoas jurídicas que executam atividades previstas na legislação de trânsito, de atribuição do Detran-MG, RESOLVE:

## **CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** O credenciamento de clínica médica e psicológica observará os requisitos previstos nesta Portaria e nas Resoluções do Contran, e o calendário com o prazo para a habilitação dos interessados no pré-cadastro, conforme disposto na Portaria do Detran-MG nº 940/2021.

Parágrafo único - O credenciamento permitirá que a clínica realize exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica em candidatos à obtenção de permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da Carteira Nacional de Habilitação, à mudança e adição de categoria, registro de Carteira Nacional de Habilitação de outros Estados da Federação e Internacionais no Brasil, nos candidatos a Diretor Geral, Diretor de Ensino, Instrutor e Examinador de Trânsito, naqueles que venham a concluir cursos especiais de formação, conforme determinação do Contran, da Senatran e do Detran-MG, bem como exames que a legislação de trânsito venha a prever e a autorizar.

**Art. 2º** A participação societária da clínica médica e psicológica, para fins de credenciamento, é exclusiva de, no mínimo, um médico e um psicólogo devidamente habilitados na forma do art. 18 da Resolução 425 de 27 de novembro de 2012, Contran.

Parágrafo Único - Os sócios das clínicas deverão estar plenamente registrados nos Conselhos Profissionais de Medicina e Psicologia para atuação em Minas Gerais.

**Art 3º** O credenciamento de clínica médica e psicológica é específico para o município estabelecido, sendo vedada a instituição de filiais, intransferível, inegociável, e renovável a cada 1 (um) ano, contado a partir do início de funcionamento junto ao sistema do Detran, desde que observadas às exigências de normativas aplicáveis.

§1º Nos municípios em que não houver clínica credenciada, será permitida a realização do exame de aptidão física e mental e/ou da avaliação psicológica por clínicas credenciadas em outras localidades, autorizadas pelo Detran-MG.

§2º A pessoa jurídica interessada, por intermédio de seus sócios, deverá solicitar credenciamento para o endereço que consta no seu respectivo comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

§3º A clínica médica e psicológica deve desenvolver exclusivamente atividades referentes aos procedimentos previstos nesta Portaria, sendo vedado o

credenciamento de clínica localizada em ambulatório, hospital ou instalada conjuntamente com consultórios de outras especialidades.

§4º Os pedidos de renovação de credenciamento deverão ser apresentados pelos interessados até 30 (trinta) dias antes da data do vencimento do credenciamento em vigor.

§5º Os prazos, quando vencerem em finais de semana ou feriados, serão prorrogados para o primeiro dia útil subsequente.

## **CAPÍTULO II - DO CREDENCIAMENTO DE CLÍNICA MÉDICA E PSICOLÓGICA SEÇÃO I - DO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO**

**Art. 4º** O requerimento de credenciamento de clínica médica e psicológica, assinado pelos sócios e dirigido ao Diretor do Detran-MG, deverá ser preenchido eletronicamente no Sistema de Credenciamento de Empresas - SCE, mediante certificação digital da empresa e, após, iniciará a etapa do pré-cadastro, na qual deverão ser realizados os uploads dos documentos e notas fiscais (ou termos de doação com o devido número de série do(s) equipamento(s) em nome da empresa):

I- Da clínica:

a) Contrato social, registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ou em Cartório de Registro Civil da Pessoa Jurídica;

a.1) O objeto social da pessoa jurídica deve relacionar-se à atividade objeto de que trata o credenciamento.

b) Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com situação cadastral ativa;

c) Certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de primeira e segunda instância da Justiça Federal de ações criminais, de execuções fiscais e de ações em que for interessada a União, suas autarquias e fundações;

d) Certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de primeira e segunda instância da Justiça Estadual de ações criminais, de ações cíveis, de execuções fiscais e de outras ações em que for interessado o Estado, suas autarquias e fundações, da comarca da sede da clínica;

e) Prova de regularidade fiscal e trabalhista junto ao órgão;

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da clínica, ou outra equivalente, na forma da lei;

g) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

h) Registro atualizado da clínica nos Conselhos profissionais de medicina e psicologia. Em caso de comprovada omissão do respectivo Conselho em se realizar o registro da clínica, poderá ser admitido o protocolo do pedido de registro no Conselho, devendo os sócios apresentarem o Registro definitivo, com os respectivos Responsáveis Técnicos da empresa, antes da publicação da Portaria de Credenciamento;

i) Prova de propriedade ou contrato de locação do imóvel onde está instalada a clínica;

j) Alvará de localização e funcionamento fornecido pelo órgão municipal competente;

k) Licença de funcionamento/licença sanitária/alvará sanitário, emitido pela vigilância sanitária local e cumprir a legislação sanitária vigente;

l) Planta baixa do imóvel, com a descrição física e a finalidade das dependências, discriminando tamanho das instalações em escala de 1:100;

m) Imagens detalhando a infraestrutura das instalações, as quais, respeitadas as normas vigentes relativas à acessibilidade dos portadores de deficiência física, conforme diretrizes da Resolução 425/12/Contran c/c NBR 14.970, NBR 9050 da ABNT, da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), da Lei nº 10.048/2000, da Lei nº 10.098/2000, bem como da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e eventuais legislações posteriores, deverão dispor do mínimo a seguir:

1. Sala de recepção e espera com o necessário e suficiente conforto;
2. sala para teste coletivo com acomodações confortáveis, dispondo de oito carteiras do tipo escolar;
3. sala privativa para teste e entrevista individual com ventilação satisfatória e sonorização e iluminação adequadas, conforme exigências dos manuais de teste
4. Sala exclusiva de almoxarifado e arquivo com chaves, como também armários para guarda dos testes;
5. sala para exame médico, com dimensões mínimas de 4,50 m x 3,00 m no caso de a acuidade visual ser verificada por meio de projetor luminoso ou tabela de Snellen, provida de lavatório para mãos, com ventilação e iluminação adequadas;
6. Instalações sanitárias distintas para homens e mulheres, e unissex exclusivo para pessoas com deficiência, em perfeitas condições de higiene e utilização;
7. Instalações psicológicas de acordo com as exigências contidas no artigo 8º desta Portaria.

n) Declaração, com firma reconhecida e assinada pelos sócios, de que a clínica disporá dos seguintes equipamentos técnicos utilizados na avaliação psicológica:

1. Entrevista, que deverá abranger o histórico familiar, escolar, profissional e de saúde, bem como outros fatores considerados relevantes pelo Psicólogo Perito Examinador;
2. Bateria de testes de personalidade e seus respectivos manuais originais, cujas especificações deverão ser seguidas rigorosamente, e outros testes psicológicos oficialmente reconhecidos pelo Conselho Federal de Psicologia;
3. Cronômetros;



4. Bateria de testes de habilidades específicas e complementares, com seus respectivos manuais originais, referentes à atenção concentrada, rapidez de raciocínio, tempo de reação e relações espaciais, a serem realizados em folhas e cadernos originais;
5. Testes de nível mental e respectivo manual, que deverá ser realizado em cadernos e folhas originais; e
6. Além do material para o teste expressivo, devem ser disponibilizados pela clínica, como requisito mínimo, os testes projetivos ou gráficos com manuais e outros impressos necessários à aplicação originais.

o) Declaração, com firma reconhecida e assinada pelos sócios, de que a clínica manterá em funcionamento os seguintes equipamentos necessários à informatização da empresa:

1. No mínimo um microcomputador com alto poder de conectividade, para a transmissão de dados de forma segura e criptografada, segundo o máximo nível de segurança disponível no mercado;
2. Impressora a laser com memória interna suficiente para a recepção de impressão de trinta estações simultaneamente;
3. Scanner de mesa ou impressora laser multifuncional com memória interna suficiente para a recepção de impressão de trinta estações simultaneamente;
4. Kit de Equipamentos de Captura de Imagens e Digitais, compatível com os sistemas informatizados, conforme especificações técnicas trazidas no Anexo VII.

p) Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB ou documento equivalente expedido por essa corporação;

q) Termo de compromisso assinado pelos sócios, por meio do qual se comprometem a observar as seguintes obrigações:

1. Comparecimento obrigatório, quando convocados, dos representantes do corpo funcional da clínica para treinamentos realizados pelo Detran-MG, padronizar procedimentos e operar o sistema informatizado, com a devida liberação de acesso mediante termo de uso e responsabilidade;
2. Comparecimento obrigatório, quando convocados, dos profissionais médico e psicólogo cadastrados na clínica para treinamentos e reciclagens realizados pelo Detran-MG a fim de padronizar procedimentos e recomendações técnicas quanto ao atendimento e avaliação dos candidatos, salvo exceção por motivo justificável, caso fortuito ou força maior;
3. Afixar informes em local de destaque na recepção com documento comprobatório do seu credenciamento, da tabela de preços autorizada pelo Detran-MG, bem como quadro dos profissionais cadastrados e dos responsáveis técnicos;
4. Participação bienal dos médicos e psicólogos cadastrados na empresa em Seminários, Jornadas, Fóruns, Congressos, Cursos e Reuniões

promovidas pela Associação Brasileira de Medicina de Tráfego - ABRAMET, Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego - ABRAPSIT e entidades afins reconhecidas pelo Detran-MG, com o objetivo de otimizar rotinas e procedimentos para melhor atender ao público e da divulgação de Pesquisas Científicas na área da Medicina de Tráfego e da Psicologia do Trânsito, sob pena de advertência.

r) Laudo de vistoria de comprovação do cumprimento das exigências para o credenciamento, expedido pelo Instituto de Criminalística da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (Anexo VI); e

s) Termo de vistoria técnica realizada, em Belo Horizonte, pela Seção de Controle de clínicas - Divisão de Habilitação, e, no interior, pelas Delegacias Regionais de Polícia Civil CIRETRAN a qual a clínica médica e psicológica esteja vinculada (Anexo III).

## II. Dos Sócios:

a) Documento de Identidade com foto e do CPF (autenticadas);

b) Certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de primeira e segunda instância da Justiça Federal de ações criminais, de execuções fiscais e de ações em que for interessada a União, suas autarquias e fundações;

c) Certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de primeira e segunda instância da Justiça Estadual de ações criminais, de ações cíveis, de execuções fiscais e de outras ações em que for interessado o Estado, suas autarquias e fundações, da comarca do domicílio do sócio;

d) Certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, das Justiças Eleitoral e Militar do Estado e da União;

e) Prova de regularidade fiscal e trabalhista junto ao órgão;

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio do sócio;

g) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

h) Certificado do(s) sócio(s) médico(s) de Título de Especialista em Medicina de Tráfego, expedido de acordo com as normas da Associação médica Brasileira - AMB e do Conselho Federal de Medicina - CFM ou Capacitação de acordo com o programa aprovado pela Comissão Nacional de Residência médica - CNRM ou certidão emitida pelo Conselho Regional de Medicina constando a Especialidade de Medicina do Tráfego;

i) Título do(s) sócio(s) Psicólogo(s) de conclusão e aprovação em curso de Especialista em Psicologia do Trânsito reconhecido pelo Conselho Federal de Psicologia e pelo MEC, ou certidão emitida pelo Conselho Regional de Psicologia constando a Especialidade de Psicologia do Trânsito;

j) Registros atualizados de médicos e psicólogos nos respectivos Conselhos profissionais;

k) Prova de regularidade quanto a débitos e processos éticos junto aos respectivos conselhos profissionais, acompanhada de fotocópia da identidade profissional;

l) Declaração negativa com firma reconhecida em cartório de que o proprietário ou sócio não exerce cargo, emprego ou função pública e cargo eletivo em qualquer Órgão Público, incluindo-se cargo eletivo, conforme modelo contido no Anexo I desta Portaria;

m) Declaração com firma reconhecida em cartório de não estar o

proprietário ou sócio envolvido em atividade comercial ou outras que possam comprometer sua isenção na execução da atividade credenciada (Anexo IX).

n) Declaração com firma reconhecida em cartório de não haver para o proprietário ou sócio e para a clínica registros de inidoneidade junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) (Anexo XI)..

o) Comprovante de residência atual, conforme legislação em vigor, ou declaração firmada em cartório.

§1º Iniciada a fase do pré-cadastro, caso a clínica não dê prosseguimento à tramitação do processo mediante a juntada dos documentos exigidos, ele será cancelado automaticamente após 90 (noventa) dias.

§2º A análise dos documentos inseridos no Sistema de Credenciamento de Empresas – SCE será de atribuição da Seção de Controle de clínicas, sob a gestão da Divisão de Habilitação, na Capital, e no interior do Estado, das Delegacias Regionais de Polícia Civil.

§3º Não será causa de inabilitação estar a clínica em processo de recuperação judicial ou pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação.

**Art. 5º** O requerimento de credenciamento também deverá estar acompanhado dos seguintes requisitos obrigatórios, os quais deverão ser realizados os uploads dos documentos (ou notas fiscais dos equipamentos em nome da empresa):

a) Comprovante de que a clínica possui tecnologia de certificação digital para a identificação da empresa e dos seus empregados junto ao Senatran e ao Detran-MG, e acesso aos sistemas informatizados;

b) Declaração de Manutenção e Funcionamento do Kit Equipamento de captura de imagem e digitais (Anexo VII) compatível com os sistemas informatizados da gráfica contratada para impressão da CNH, conforme especificações técnicas contidas no Anexo VIII.

c) Cumprir o Código de Postura Municipal;

d) Cumprir a NBR 9050 da ABNT;

e) Ter recursos de informática com acesso à Internet.

**Art. 6º** São exigências relativas às instalações médicas, os equipamentos e objetos, os quais deverão ser realizados os uploads documentos e notas fiscais (ou termos de doação com o devido número de série) em nome da empresa:

I. A sala de exame médico deverá ter dimensões mínimas de 4,5m x 3,0m (quatro metros e meio por três metros) com auxílio de espelhos, obedecendo aos critérios de acessibilidade, provida de lavatório para mãos, com ventilação e iluminação adequadas;

II. Tabela de Snellen ou projetor de optotipos;

III. Equipamento refrativo de mesa (facultativo);

IV. Divã para exame clínico;

V. Cadeira e mesa para o médico;

VI. Cadeira para o candidato;

VII. Estetoscópio;

VIII. Esfigmomanômetro;

IX. Martelo de Babinsky;

X. Dinamômetro para força manual;

XI. Equipamento para avaliação do campo visual, da estereopsia, do ofuscamento e da visão noturna;

XII. Foco luminoso;

XIII. Lanterna luminosa com as cores vermelha, verde e amarela;

XIV. negatoscópio

XV. Fita métrica;

XVI. Balança antropométrica;

XVII. Placas de aferição de profundidade;

XVIII. Luva para exame médico e fita métrica;

XIX. Coletânea atualizada das regras e procedimentos a observar impressos;

XX. Código Internacional de Doenças - CID, atualizado.

**Art. 7º** São exigências relativas às instalações psicológicas:

I. Sala para teste coletivo, com acomodação confortável, dimensões mínimas de 1,20 m x 1,00 m (um metro de vinte por um metro) por candidato, dispondo de 08 (oito) carteiras do tipo escolar;

I.a. Na sala de teste coletivo deverá haver no mínimo uma mesa para deficiente físico, conforme item 9.3.1 da NBR 9050 da ABNT, com tampo contendo largura mínima de 0,90m, altura entre 0,75m e 0,85m do piso, e altura livre do tampo de no mínimo 0,73m com profundidade livre mínima de 0,50m.

II. Sala privativa para teste e entrevista individual com dimensões mínimas de 2,0m X 2,0m, (dois metros por dois metros) condições de ventilação à situação de teste, ambiente bem iluminado por luz natural ou artificial fria, evitando-se sombras ou ofuscamentos, conforme exigências dos manuais de teste, na forma do inciso III do art. 16 da Resolução 425/12/Contran.

**Art. 8º** O requerimento de credenciamento deverá ser analisado pelo Detran-MG no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de seu recebimento,

prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias.

**Art. 9º** Nos casos em que os interessados apresentarem documentação incompleta ou inadequada, será admitido o saneamento no prazo de até 90 (noventa) dias, a partir da devida ciência.

Parágrafo único - A inércia da requerente por período superior ao definido no caput acarretará o arquivamento do requerimento de credenciamento, devendo a empresa, caso haja interesse, iniciar novo processo de credenciamento.

**Art. 10.** Constatando-se que o requerimento apresentado atende aos requisitos exigidos, o interessado será considerado habilitado e o Detran-MG realizará, no imóvel da sede da empresa, uma vistoria técnica, de inspeção funcional e com objetivo de atestar o cumprimento do disposto nesta Portaria.

§1º A vistoria técnica será realizada, na Capital, pela Seção de Controle de clínicas, sob a gestão da Divisão de Habilitação do Detran-MG e, no interior, pelas Delegacias Regionais de Polícia Civil nos demais municípios, observando-se o modelo do contido no Termo de Vistoria (Anexo III)

§2º No caso de reprovação da vistoria no estabelecimento da empresa, o Detran-MG terá um prazo de até 30 (trinta) dias para realizar nova vistoria, contados da data de informação da correção da irregularidade ao órgão.

**Art. 11.** Aprovada a vistoria, a clínica deverá realizar o pagamento da DAE relativa à taxa de credenciamento prevista no item 5.3 da Tabela "D" da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

Parágrafo único. A clínica deverá, também, providenciar a afixação da placa de identificação de clínica médica e psicológica, conforme modelo constante no Anexo IV desta Portaria.

**Art. 12.** Estando deferido o requerimento de credenciamento, os sócios da clínica assinarão o Termo de Credenciamento – Anexo V desta Portaria, e o Diretor do Detran-MG publicará a portaria de credenciamento.

**Art. 13.** Após a publicação da portaria de credenciamento, a clínica deverá solicitar ao Detran-MG a interligação do seu sistema informatizado.

**Art. 14.** Após o devido registro da credenciada junto ao sistema informatizado do Detran-MG, será iniciada a autorização de funcionamento com validade de 01 (um) ano, podendo ser renovado sucessivamente, desde que observadas às exigências de normativas aplicáveis, ressalvado o interesse da Administração Pública.

**Art. 15.** Caberá à Seção de Controle de clínicas, sob a gestão da Divisão de Habilitação do Detran-MG, nos processos de credenciamento de clínica médica e psicológica:

I. Orientar os interessados e os servidores das Delegacias Regionais de Polícia Civil do interior, dirimindo dúvidas acerca da documentação e dos procedimentos;

II. Proceder com análise, conferência e validação da documentação apresentada pelos requerentes, quando na Capital;

III. Validar a documentação apresentada, já analisada e conferida pelas Delegacias Regionais de Polícia Civil, no interior.

## **SEÇÃO II - DA RENOVAÇÃO DO CREDENCIAMENTO**

**Art. 16.** A renovação do credenciamento de clínica médica e psicológica credenciada será anual, com o devido recolhimento da Taxa de Segurança Pública, prevista item 5.3 da Tabela “D” da Lei nº 6.763/1975, desde que requerida pelo credenciado.

§1º O requerimento de renovação de credenciamento deverá ser firmado pelos sócios e apresentado com até 30 (trinta) dias de antecedência do término da validade da autorização de funcionamento.

§ 2º Decorridos 90 (noventa) dias do vencimento do prazo para a renovação anual do credenciamento, a clínica que não manifestar interesse ou não apresentar documentação completa nos termos desta Portaria, será considerado extinto o credenciamento da empresa, com a publicação de portaria pelo Diretor do Detran-MG.

§3º O requerimento de renovação de credenciamento deverá conter a documentação exigida para o credenciamento nos termos do art. 4º, inciso I, alíneas ‘a’ a ‘k’, e inciso II desta Portaria.

§4º Na eventualidade de alteração no quadro societário ou no endereço da empresa, na estrutura do imóvel ou qualquer outra que culmine na necessária atualização dos documentos elencados nos arts. 4º, 5º e 10 ao longo do período de validade da autorização de funcionamento, estes deverão ser apresentados também quando da solicitação da mudança desejada.

§5º Além dos documentos indicados no §3º deste artigo, deverão ser juntadas no requerimento de renovação as notas fiscais referente à compra de testes psicológicos e de aferição/aquisição dos equipamentos médicos relativos ao exercício anterior.

§ 6º A empresa que pretende renovar seu credenciamento deverá dispor dos requisitos obrigatórios previstos no arts. 4º, 5º, 6º e 7º, desta Portaria, respeitando-se as normas vigentes relativas à acessibilidade dos portadores de deficiência física, conforme diretrizes da Resolução 425/12/Contran c/c NBR 14.970 e NBR 9050 da ABNT.

**Art. 17.** No caso em que a clínica apresentar documentação incompleta ou inadequada, será admitido o saneamento no prazo de 90 (noventa) dias, a partir da comunicação da pendência.

Parágrafo Único - Transcorridos 90 (noventa) dias de suspensão da distribuição equitativa de candidatos em decorrência da incompletude ou inadequação da apresentação dos documentos necessários à renovação do credenciamento, sem justificativa pertinente, a clínica médica e psicológica será descredenciada.

**Art. 18.** Analisada a documentação e comprovada a regularidade das condições de funcionamento, equipamentos e estrutura física da clínica credenciada, será realizada vistoria técnica pela Seção de Controle de clínicas, sob a gestão da

Divisão de Habilitação, em Belo Horizonte, e pela Delegacia Regional de Polícia Civil, nos demais municípios, em conformidade com o modelo do Termo de Vistoria (Anexo III).

**Art. 19.** No caso da não renovação do credenciamento da clínica médica e psicológica, ou de seu descredenciamento, os exames em andamento deverão ser redistribuídos automática e equitativamente entre as clínicas remanescentes, sendo o candidato/conductor isento dos respectivos honorários, mediante despacho motivado da Autoridade competente.

I. Os prontuários médicos arquivados deverão ser encaminhados à Seção médica da Divisão de Habilitação do Detran-MG.

II. Os prontuários psicológicos arquivados deverão ser encaminhados à Seção de Avaliação psicológica da Divisão de Habilitação do Detran-MG.

### **CAPÍTULO III - DA IDENTIFICAÇÃO DAS CLÍNICAS CREDENCIADAS**

**Art. 20.** Quanto à identificação da clínica credenciada:

I. A placa de identificação da clínica, afixada na parte externa do imóvel deverá constar o nome da credenciada, juntamente com a expressão "CLÍNICA MÉDICA E PSICOLÓGICA CREDENCIADA", bem como o telefone de contato, conforme Anexo IV.

II. Em todas as áreas internas da credenciada deverão ser afixadas placas de identificação, devendo constar, por exemplo, as expressões "Sala de Exames Médicos", "Sala de Exames Psicológicos", "Recepção", "Cozinha", "Banheiro Feminino".

III. Na recepção da credenciada deverá ser afixado na parede, em local de ampla visibilidade, o Registro de Funcionamento, a Portaria de Credenciamento, alvarás e os valores das taxas do Detran-MG para o exercício vigente.

IV. A placa de identificação deverá estar de acordo com as seguintes especificações:

- a) Placa em acrílico branco de fundo;
- b) Aplicação do grafismo em plotter de recorte, em conformidade com o padrão e a tipologia apresentados no Anexo IV desta Portaria;
- c) Iluminação back-light.

### **CAPÍTULO IV - DA ALTERAÇÃO DO QUADRO SOCIETÁRIO**

**Art. 21.** A clínica que pretender realizar alteração contratual deverá fazer a solicitação à chefia da Seção de Controle de Clínicas da Divisão de Habilitação - Detran-MG, em se tratando de clínica credenciada em Belo Horizonte, ou à Delegacia Regional da Polícia Civil, em se tratando de clínica credenciada do interior.

**Art. 22.** Preservada a pessoa jurídica, poderá ocorrer alteração do quadro societário por profissional com formação técnica exigida para o credenciamento e mantendo o mínimo de um médico e um psicólogo.

§1º A solicitação de alteração do quadro societário deverá conter um requerimento assinado pelos sócios que se retiram e pelos que comporão o novo quadro societário, ao qual deverão ser anexados, além da minuta da alteração do Contrato Social, os documentos elencados no art. 4º, I e II, desta Portaria, relativos à

clínica e aos novos sócios.

§2º Após análise e deferimento do pedido proposto, o Detran-MG, por meio da Seção de Controle de clínicas, ou da Delegacia Regional da Polícia Civil, comunicará à empresa para que seja realizado o registro da Alteração Contratual na Junta Comercial de Minas Gerais - JUCEMG e/ou Cartório de Registro Civil da Pessoa Jurídica.

**Art. 23.** A clínica médica e psicológica credenciada deverá manter atualizado junto à Seção de Controle de clínicas ou à Delegacia Regional da Polícia Civil seu quadro de profissionais médicos e psicólogos e sua composição societária, bem como quais deles respondem pela Responsabilidade Técnica da empresa conforme demonstrado por Registro da empresa nos Conselhos Regionais de Medicina e Psicologia, sob pena de contrariar o Termo de Credenciamento - Anexo V desta Portaria.

**Art. 24.** Na hipótese de falecimento de sócio da clínica credenciada, deverá o representante legal ou o procurador legalmente constituído, no prazo máximo de 30 (trinta) dias:

I. Comunicar o fato ao Detran-MG;

II. Proceder à devida alteração do contrato social, averbando-o na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

III. Comprovar junto ao Detran-MG que o novo sócio atende aos requisitos desta Portaria, devendo apresentar os documentos elencados no art. 4º relativos ao sócio.

## **CAPÍTULO V - DA REFORMA E DA MUDANÇA DE ENDEREÇO**

**Art. 25.** A clínica que necessitar alterar sua estrutura física, reformar ou mudar o endereço de suas instalações dentro do mesmo município deverá solicitar autorização à chefia da Seção de Controle de Clínicas da Divisão de Habilitação - Detran-MG, em se tratando de clínica credenciada em Belo Horizonte, ou à Delegacia Regional da Polícia Civil, em se tratando de clínica credenciada no interior.

Parágrafo único. É vedada a transferência de município para o qual a clínica médica e psicológica foi originalmente credenciada. Constituirá novo credenciamento a alteração de endereço para município diverso daquele para o qual a clínica foi credenciada.

**Art. 26.** A solicitação de alteração na estrutura física, de reforma ou de mudança de endereço deverá conter um requerimento assinado pelos sócios, ao qual deverão ser anexados os seguintes documentos:

I. Para alteração da sua estrutura física ou reforma: detalhamento do serviço com data de início e previsão de término;

II. Alteração contratual registrada na Junta Comercial de Minas Gerais - JUCEMG e/ou Cartório de Registro Civil da Pessoa Jurídica;

III. Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;



IV. Prova de propriedade ou contrato de aluguel do imóvel onde será a nova instalação da clínica;

V. Registros da pessoa jurídica junto aos Conselhos Profissionais;

VI. Alvará de localização e funcionamento fornecido pelo órgão municipal;

VII. Cópia da planta baixa do imóvel, com a descrição física e a finalidade das dependências, discriminando tamanho das instalações em escala de 1:100;

§1º Após análise do requerimento e documentos juntados pela Delegacia Regional, no interior, ou Seção de Controle de Clínicas – Divisão de Habilitação, na Capital, deverão ser apresentados e juntados ao Sistema de Credenciamento Eletrônico – SCE:

I. Atestado de vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, ou documento equivalente expedido por essa corporação;

II. Imagens detalhando a infraestrutura das instalações, as quais, respeitadas as normas vigentes relativas à acessibilidade dos portadores de deficiência física, conforme diretrizes da Resolução 425/12/Contran c/c NBR 14.970, NBR 9050 da ABNT, da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), da Lei nº 10.048/2000, da Lei nº 10.098/2000, bem como da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e eventuais legislações posteriores, deverão dispor do mínimo a seguir:

a) Sala de recepção e espera com o necessário e suficiente conforto;

b) Sala exclusiva de almoxarifado e arquivo com chaves, como também armários para guarda dos testes;

c) Instalações sanitárias distintas para homens e mulheres, e unissex exclusivo para pessoas com necessidades especiais, em perfeitas condições de higiene e utilização;

d) Instalações médicas de acordo com as exigências contidas no artigo 7º desta Portaria;

e) Instalações psicológicas de acordo com as exigências contidas no artigo 8º desta Portaria.

III. Kit de Equipamento de captura de imagem, assinatura e digitais – biometria (notas fiscais dos equipamentos em nome da empresa);

IV. Laudo de Vistoria de comprovação do cumprimento das exigências para o credenciamento, expedido pelo Instituto de Criminalística da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (Anexo VI); e

V. Termo de Vistoria Técnica realizada, em Belo Horizonte, pela Seção de Controle de clínicas - Divisão de Habilitação, e, no interior, pelas Delegacias Regionais de Polícia Civil CIRETRAN a qual a clínica médica e psicológica esteja vinculada (Anexo III).

§1º Qualquer alteração nas instalações internas da clínica credenciada

deverá ser comunicada ao Detran-MG com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 2º Durante a análise do processo de alteração de sua estrutura física, reforma ou mudança de endereço, a clínica credenciada poderá ser suspensa no sistema de distribuição equitativa, para fins de ajustes, quando o atendimento ficar comprometido.

§ 3º Confirmada a alteração da estrutura física, reforma ou de endereço da clínica médica e psicológica por parte da Delegacia Regional da Polícia Civil no interior, será feito o devido registro na Seção de Controle de Clínicas, bem como a reativação da empresa junto ao sistema informatizado para o novo local.

## **CAPÍTULO VI - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO DETRAN-MG**

**Art. 27.** Compete ao Detran-MG:

I. Credenciar as empresas, desde que atendam as condições e requisitos na presente Portaria,

II. Garantir, quando solicitado, dentro da esfera de sua competência, o suporte técnico e operacional às Clínicas credenciadas de todo o Estado por meio da Seção de Exames Médicos e da Seção de Avaliação psicológica, juntamente com a Seção de Controle de Clínicas, pertencentes à Divisão de Habilitação.

III. Estabelecer e fornecer as especificações de sistema operacional e de equipamentos a serem observadas nas credenciadas;

IV. Providenciar aditamentos à presente Portaria e demais atos normativos, pertinentes à matéria, na imprensa oficial;

V. Fiscalizar o fiel cumprimento das normas legais e dos compromissos assumidos pelas clínicas credenciadas com o Detran-MG;

VI. Supervisionar e orientar o funcionamento das clínicas credenciadas, por meio da Seção de Exames Médicos e da Seção de Avaliação psicológica, juntamente com a Seção de Controle de Clínicas, articulando-se com os Conselhos Regionais de Medicina e Psicologia, inclusive editando normas conjuntas, se necessário, a fim de promover o fiel cumprimento dos procedimentos e exigências estabelecidas na legislação pertinente;

VII. Requisitar, a qualquer tempo, documentos, laudos e protocolos das clínicas;

VIII. Editar instruções técnicas e administrativas relacionadas ao funcionamento da clínica médica e psicológica, por meio da Seção de Exames Médicos e da Seção de Avaliação psicológica, juntamente com a Seção de Controle de Clínicas;

IX. Promover e incentivar estudos relativos à implantação e aperfeiçoamento operacional e científico das clínicas credenciadas.

## **CAPÍTULO VII - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS CREDENCIADAS**

**Art. 28.** Constituem obrigações das clínicas credenciadas:

I. Solicitar autorização prévia ao Detran-MG para proceder a qualquer mudança que implique em alteração do sócio, razão social ou sociedade civil e nome fantasia;

II. Não praticar qualquer ato vedado nesta Portaria, no Termo de Credenciamento e na legislação vigente;

III. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da execução de suas atividades e das normas emitidas pelo Detran-MG;

IV. Atender integralmente aos padrões estabelecidos pelo Detran-MG quanto às instalações físicas, documentação, sistema operacional e equipamentos;

V. Assumir, com exclusividade, os riscos e as despesas decorrentes da execução dos serviços desta Portaria;

VI. Cumprir fielmente o que dispõe o Código de Trânsito Brasileiro - Lei 9.503/97, as Resoluções do Contran, as normas e as orientações estabelecidas pelo Senatran, Cetran/MG e Detran-MG;

VII. Manter catalogadas as normas e orientações expedidas pelo Detran-MG;

VIII. Exigir do candidato a documentação necessária para o procedimento a ser realizado, na forma estabelecida pela legislação em vigor;

IX. Zelar pela observância das regras sociais de convivência e urbanidade dos seus sócios, empregados e profissionais contratados no atendimento aos usuários;

X. Manter seu quadro profissional atualizado em relação à legislação de trânsito, notadamente no que concerne às normas emitidas pelo Contran, Senatran, Cetran/MG e Detran-MG;

XI. Atender às convocações do Detran-MG;

XII. Comunicar ao Detran-MG, assim que tiver conhecimento, formal e prontamente, os fatos e as informações relevantes que caracterizem desvio de conduta ou irregularidades praticados por seus empregados, prestadores de serviço e prepostos, bem como, qualquer indício de ilícito penal ou de improbidade administrativa;

XIII. Adotar imediatamente as medidas efetivas para resolver o problema, relativo ao inciso anterior, na esfera de sua competência;

XIV. Requerer autorização prévia do Detran-MG para promover alterações nas instalações físicas e mudança de endereço, e só efetuar-las de acordo com as determinações deste Detran-MG;

XV. Interligar-se com o(s) sistema(s) informatizado(s) do Detran-MG;

XVI. Utilizar, durante a vigência do credenciamento, os sistemas informatizados do Detran-MG exclusivamente para a execução das atividades

previstas nesta Portaria;

XVII. Solicitar o cadastramento/exclusão de médico ou psicólogo por meio de requerimento firmado junto à Seção de Controle de clínicas.

XVIII. Disponibilizar os equipamentos necessários para a perfeita execução do serviço, mantendo- os interligados com o sistema do Detran-MG;

XIX. Manter arquivada a documentação referente aos exames realizados;

XX. Permitir o livre acesso às suas dependências e aos documentos, fornecendo todas as informações aos servidores em supervisão, fiscalização ou em serviços de auditoria realizados ou autorizados pelo Detran-MG;

XXI. Disponibilizar todas as informações, sempre que solicitado, relativas às condições jurídicas e administrativas da credenciada,

XXII. Manter em seus arquivos os documentos comprobatórios dos valores recebidos pelos serviços prestados pelo prazo 05 (cinco) anos, à disposição da fiscalização;

XXIII. Manter elevado padrão de atendimento e aplicar técnicas modernas na execução dos serviços;

XXIV. Possuir e manter atualizado alvará de funcionamento fornecido pelo órgão municipal competente;

XXV. Possuir e manter atualizado alvará de vistoria do corpo de bombeiros;

XXVI. Possuir e manter atualizado certificado de registro nos Conselhos Profissionais.

**Art. 29.** A clínica credenciada será responsável pelas obrigações trabalhistas e encargos sociais de seus empregados envolvidos nos serviços prestados em razão do credenciamento, desde já, exonerando o Detran-MG de toda e qualquer obrigação neste sentido, além do cumprimento dos preceitos relativos às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, fiscais, comerciais, securitárias e sindicais, com total exclusão do Detran-MG em qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.

**Art. 30.** Os tributos devidos em decorrência direta ou indireta do credenciamento, serão de responsabilidade exclusiva da clínica, sem direito a reembolso, além da reparação do dano por todo prejuízo causado por seus colaboradores a terceiros, quando envolvidos em serviços prestados pelo credenciamento, exonerando o Detran-MG de qualquer responsabilidade.

**Art. 31.** O(s) sócio(s) da Credenciada responderão penal, administrativa e civilmente pelo desempenho de suas atividades, devendo observar os deveres a que estão obrigados, na forma disposta nesta Portaria e nas demais normas legais e regulamentares pertinentes, responsabilizando-se:

I. Por todos os atos que venham a causar prejuízo ao usuário, afrontando as normas do Código de Defesa do Consumidor - Lei nº. 8.078/90;

II. Pelo uso incorreto e/ou indevido da senha de acesso aos sistemas informatizados do Detran- MG;

III. Pela alimentação incorreta e/ou indevida dos bancos de dados dos sistemas informatizados do Detran-MG, assegurando a sua veracidade;

IV. Pela utilização incorreta e/ou indevida dos dados disponibilizados nos sistemas informatizados do Detran-MG.

V. Pela vinculação de pessoa não capacitada, promovendo o exercício ilegal de determinada profissão.

VI. No caso de cancelamento de credenciamento da clínica Credenciada, caberá aos seus representantes legais, sob pena de responsabilidade civil e criminal, a retirada de toda e qualquer identificação que a vincule ao Detran-MG.

## **CAPÍTULO VIII - DA FISCALIZAÇÃO**

**Art. 32.** O Detran-MG, por meio da Seção de Controle de Clínicas - Divisão de Habilitação, em conjunto com o Setor de Auditoria e Fiscalização – SAF, em Belo Horizonte; e dos Departamentos de Polícia Civil, na Região Metropolitana de Belo Horizonte e no interior do Estado, supervisionará as atividades desenvolvidas pelas clínicas credenciadas e a aplicação desta Portaria e de toda normatização pertinente, utilizando-se de todos os meios administrativos e legais necessários para este fim, obrigando-se a clínica credenciada a atender às solicitações a ela encaminhadas e a permitir o livre acesso às suas dependências e aos documentos, colaborando com os trabalhos de vistoria, fiscalização e auditoria determinados pelo Detran-MG, podendo ser recolhidos, mediante recibo, materiais e documentos necessários à averiguação de possíveis irregularidades. Caso os documentos recolhidos sejam protegidos por sigilo profissional/ético, estes deverão ser entregues em envelopes lacrados para serem examinados por médicos e psicólogos do DETRAN/MG.

§1º Poderá o Detran-MG, a qualquer tempo, excluir profissionais que demonstrem incapacidade, inabilidade ou conduta inidônea na execução de suas atividades, mediante processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§2º Por ocasião da fiscalização nas credenciadas, poderá o Detran-MG, utilizar-se da infraestrutura delas.

§3º Entende-se por infraestrutura: linhas telefônicas, computadores, fotocopiadoras, impressoras, aparelhos tecnológicos e toda conexão com o(s) Sistema(s) Informatizado(s) do Detran-MG, bem como outros materiais indispensáveis ao trabalho de fiscalização.

**Art. 33.** A Seção de Controle de clínicas - Divisão de Habilitação, em conjunto com a Seção de Auditoria e Fiscalização, em Belo Horizonte, e os Departamentos da Polícia Civil, nos demais municípios, fiscalizarão e auditarão periodicamente, a qualquer tempo ou quando julgar necessário, as clínicas credenciadas, podendo contar com a colaboração dos Conselhos Regionais de Medicina e de Psicologia, para garantir a lisura e a qualidade dos serviços, devendo elaborar Relatório Circunstanciado Fiscalização (Anexo III) acerca desse trabalho, o qual será juntado à documentação do credenciamento da clínica no sistema.

## **CAPÍTULO IX - DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES APLICÁVEIS ÀS CREDENCIADAS, AOS SEUS SÓCIOS E AOS SEUS COLABORADORES**

**Art. 34.** Constituem infrações passíveis de aplicação de advertência por escrito:

I. O não atendimento a qualquer pedido de informação ou requisições, formulado pelo Detran-MG, conforme Resoluções do Contran, Decreto Estadual 47.626/19 e Portarias do Detran-MG;

II. O não atendimento de candidato dentro do horário agendado;

III. Praticar conduta irregular ou tratamento inadequado em relação aos usuários ou aos servidores do Detran-MG;

IV. Atraso na apresentação dos resultados de exames de aptidão física e mental, e de avaliação psicológica, e demais comunicações obrigatórias, previstas no Decreto Estadual nº 47.626/19, Resoluções do Contran e Portarias do Detran-MG, sem justificativa acatada pelo Órgão;

V. Falta e/ou atraso na comunicação do resultado da inaptidão;

VI. Incorreto cadastro do RENACH, ou qualquer lançamento impreciso dos dados essenciais à emissão da Carteira Nacional de Habilitação;

VII. Deixar de demonstrar participação bienal dos médicos e psicólogos cadastrados na empresa em Seminários Jornadas, Fóruns, Congressos, Cursos e Reuniões promovidas pelo Detran-MG conjuntamente com Associação Brasileira de Medicina de Tráfego - ABRAMET, Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego - ABRAPST.

**Art. 35.** Constituem infrações passíveis de aplicação da penalidade de suspensão:

I. Reincidência, no período de doze meses, a contar da data da infração a que se comine a penalidade de advertência, independentemente do dispositivo violado;

II. Deficiência, de qualquer ordem, nas instalações, equipamentos, instrumentos ou testes previstos em Resoluções do Contran, Conselhos de Medicina e Psicologia, no Decreto Estadual nº 47.626/19 e Portarias do Detran-MG;

III. Realização de quaisquer dos exames em desacordo com as regras e disposições constantes do Código de Trânsito Brasileiro e de suas normas complementares, no Decreto Estadual nº 47.626/19, Resoluções do Contran ou ainda decorrentes das normas emanadas dos respectivos Conselhos de Medicina e de Psicologia;

IV. Suspensão decorrente de penalidade aplicada pelos respectivos Conselhos Regionais de Medicina ou Psicologia;

V. Prática de infrações previstas nos Códigos de Ética médica, psicológica, de Defesa do Consumidor, e das normas estabelecidas no Decreto Estadual nº 47.626/19 e Portarias do Detran-MG;

VI. Descumprimento das normas estabelecidas, de convocações, determinações e atos do Detran-MG e do Conselho Estadual de Trânsito – Cetran;

VII. Emissão de laudos definidos no Decreto Estadual nº 47.626/19 e Portarias do Detran- MG como sendo de competência privativa do Detran-MG;

VIII. Realização de exames em quantitativo incompatível com seu horário de funcionamento e com o número disponível de profissionais credenciados;

IX. Cobrança de valores relativos a procedimento não autorizado;

X. Cobrança ou recebimento de valores diversos dos estabelecidos pelo Detran-MG;

XI. Assinatura de exames realizados por outros profissionais;

XII. Emissão de laudos imprecisos, inconclusivos, rasurados ou ilegíveis, abrangendo inclusive o carimbo autenticador;

XIII. Omissão da comunicação sobre alterações realizadas no quadro societário da clínica, bem como qualquer alteração no Contrato Social, sua estrutura física e endereço, sem prévia autorização do Detran-MG;

XIV. Inobservância aos horários previstos no caput e parágrafo único do art. 29 do Decreto Estadual nº 47.626/19;

XV. Ausência do Médico e do Psicólogo, credenciado junto ao Detran-MG, em horário de agendamento dos atendimentos;

XVI. Procedimentos que visem, deliberadamente, facilitar ou dificultar a aprovação de candidatos nos Exames de Aptidão Física e Mental e de Avaliação psicológica;

XVII. Deixar desatualizado o quadro de profissionais médicos e psicólogos e seus respectivos contatos pessoais (endereço e telefones) junto a Seção de Controle de clínicas da Divisão de Habilitação do Detran-MG;

XVIII. Efetuar lançamento dos resultados dos exames médicos e psicológicos, por outros, junto ao(s) sistema(s) informatizado(s) do Detran-MG, de competência exclusiva do médico e psicólogo; e

XIX. Realizar atendimento a candidatos distribuídos a clínica diversa.

**Art. 36.** Constituem infrações passíveis de aplicação da penalidade de cassação do credenciamento:

I. Reincidência, no período de doze meses, a contar da data da infração a que se comine a penalidade de suspensão, independentemente do dispositivo violado;

II. Cessão ou transferência, a qualquer título, do credenciamento senão observadas as regras para alteração do quadro societário da empresa conforme estabelecido no §2º do art. 2º do Decreto 47.626/19;

III. Implantação e exercício de atividades ambulatoriais, hospitalares, de consultórios de qualquer especialidade, públicos ou privados, ainda que de caráter filantrópico ou subvencionado pelo Poder Público, que comprometa a destinação exclusiva do estabelecimento;

IV. Prática de atos de improbidade perante a Administração Pública, a iniciativa privada, a fé pública e os costumes;

V. Apresentação de laudos incompletos, imprecisos, inconclusivos ou omissão na conferência da identificação do candidato ou condutor, por ocasião de exame;

VI. Emissão fraudulenta ou irregular de documentos ou resultados de exames;

VII. Emissão de resultado aprovando o candidato portador de patologia que implique risco à segurança do trânsito;

VIII. Descumprimento contumaz às regras e disposições constantes no Código de Trânsito Brasileiro, às normas do Contran, do Detran-MG, do Decreto Estadual nº 47.626/19, e decorrentes das diretrizes emanadas dos respectivos Conselhos de Medicina e de Psicologia e da legislação pertinente aos direitos do consumidor;

IX. Falsificação ou adulteração de documentos;

X. Prática de crimes contra a Administração Pública, quando praticados por dirigente ou prepostos dos credenciados;

XI. Permissão, a qualquer título ou pretexto, que terceiros, funcionários ou outros credenciados realizem os exames de sua exclusiva competência;

XII. Trabalho em conjunto com pessoas não habilitadas ou profissionais não credenciados ou em situação irregular perante o Detran-MG;

XIII. Vínculo com centros de formação de condutores, despachantes, clínica descredenciada, empresas credenciadas pelo Detran/MG e com a Controladoria Regional de Trânsito – CRT, bem como servidor público;

XIV. Pagamento ou recebimento de comissão a qualquer título, valor ou pretexto, de centros de formação de condutores, despachantes ou terceiros, objetivando o favorecimento de candidatos na realização dos exames previstos no Decreto Estadual nº 47.626/19;

XV. Cassação do registro ou sua suspensão, por prazo superior a 90 (noventa) dias, em decorrência de penalidade aplicada pelos respectivos Conselhos Regionais de Medicina e Psicologia;

XVI. Assinatura de laudos ou qualquer outro documento em branco;

XVII. O sócio que vier a exercer cargo, emprego, função pública ou cargo eletivo em quaisquer das esferas públicas, sem sua substituição por outro profissional que atenda as exigências necessárias para compor a sociedade;



XVIII. Realização de intermediação lucrativa de candidatos nos exames de que trata o Decreto Estadual nº 47.626/19.

**Art. 36.** Qualquer pessoa física ou jurídica será parte legítima para representar perante o Detran-MG contra irregularidades praticadas por clínica, na pessoa de seus sócios e colaboradores, bem como médicos e psicólogos, técnicos e administrativos.

## **CAPÍTULO X - DAS VEDAÇÕES, DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL**

**Art. 37.** A clínica médica e psicológica que descumprir, dificultar, retardar ou inviabilizar os objetivos previstos nas Resoluções do Contran, nesta Portaria, em normas complementares e deliberações deste Órgão, ficará sujeita ao impedimento técnico-operacional de distribuição equitativa e ao acesso ao(s) sistema(s) informatizado(s) do Detran-MG, até a sua efetiva adequação.

Parágrafo único. A medida administrativa de que trata o caput se dará, em caráter cautelar, ante ao risco eminente de prejuízo a administração pública, assegurados no processo administrativo a ampla defesa e o contraditório e normatização estabelecida na forma do Anexo V - Termo de Credenciamento.

**Art. 38.** Caberá ao Setor de Auditoria e Fiscalização – SAF do Detran-MG, após a designação da comissão processante por parte do Diretor do Detran-MG, a apuração das infrações previstas nas Resoluções do Contran e no Termo de Credenciamento e praticadas pelas clínicas sediadas em Belo Horizonte.

Parágrafo único - Em se tratando de clínica instalada na Região Metropolitana de Belo Horizonte e no interior do Estado, caberá às Delegacias Regionais da Polícia Civil instruir o procedimento administrativo destinado a averiguar e a comprovar os dados necessários para a tomada de decisão pelo Diretor do Detran-MG.

**Art. 39.** A aplicação das penalidades é competência exclusiva do Diretor do Detran-MG e será precedida de Processo Administrativo, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

§1º Caberá ao Diretor do Detran-MG designar comissão processante para a apuração de infrações praticadas pelas clínicas credenciadas.

§ 2º Concluída a instrução, o representado terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa escrita, contado do recebimento da notificação.

§ 3º Das decisões administrativas cabem recursos em face de razões de legalidade e de mérito.

§ 4º Ao Diretor do DETRAN/MG, no prazo de 05 (cinco) dias da notificação da decisão, poderá ser formulado um pedido de reconsideração.

§ 5º Caberá recurso ao Chefe de Polícia no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência da decisão do Diretor do DETRAN/MG.

§6º Os recursos, uma vez impetrados, não geram efeitos suspensivos.

**Art. 40.** São vedados às clínicas credenciadas:

I. A transferência de responsabilidade ou a terceirização das atividades para as quais foram credenciadas

II. O exercício das atividades para as quais foram credenciadas estando com as atividades suspensas ou com o prazo de credenciamento vencido;

III. A manutenção de vínculos profissionais, a qualquer título, com servidores do Detran-MG;

IV. A Contratação de servidores públicos em exercício, ressalvadas as hipóteses constitucionalmente prevista, desde que tenha carga horária compatível;

V. A inserção na composição societária de servidor público e cargo eletivo, despachante, titular de cargo eletivo ou sócio de outras empresas credenciadas pelo Detran-MG para qualquer das atividades de trânsito de sua atribuição;

VI. O exercício de outra atividade, além das previstas nesta Portaria, na sede da clínica.

VII. O uso de símbolos e da identidade visual exclusivos da Polícia Civil de Minas Gerais e do Detran-MG, bem como o registro e a utilização de nome comercial ou de fantasia que indique ou vincule o nome, a sigla, a abreviatura ou a logomarca da PCMG ou do Detran-MG.

VIII. A realização de exames em candidatos que tenha ciência não cumprir previamente os requisitos para se habilitar no respectivo processo ou considerados inaptos em outra clínica e em condutores cujo direito de dirigir esteja suspenso.

IX. O repasse ou a cobrança dos candidatos de valores referentes a serviços disponibilizados de forma gratuita pelo Detran-MG.

## **CAPÍTULO XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 41.** As clínicas que, na data da publicação desta Portaria, estiverem em processo de credenciamento nos moldes da Portaria do Detran-MG nº 792, de 06 de maio de 2019, modificada pela Portaria do Detran-MG nº 2013, de 12 de novembro de 2019, na fase em que se encontram, passarão a observar as diretrizes desta Portaria para finalização do processo e assinatura do Termo de Credenciamento desta Portaria (Anexo V).

Parágrafo único. As clínicas credenciadas antes da publicação desta Portaria deverão se adequar à presente legislação, realizando as adaptações necessárias, providenciando documentos até então não exigidos, bem como assinando um novo Termo de Credenciamento desta Portaria (Anexo V), os quais deverão ser comprovados e/ou enviados quando da renovação do credenciamento, por meio do Sistema de Credenciamento Eletrônico - SCE.

**Art. 42.** A clínica credenciada deverá utilizar o(s) sistema(s) informatizado(s) padrão estabelecido(s) pelo Detran-MG para as seguintes funções:

I. Informar eletronicamente ao Detran-MG o resultado da conclusão de cada exame de aptidão física e mental e avaliação psicológica;

II. Processar e transmitir ao Detran-MG, por meio de processo digital informatizado, as imagens do candidato.

§ 1º A clínica credenciada deverá implantar em sua sede o sistema que vincular ao Kit Equipamentos Captura biométrico, de coleta de imagens da face, das digitais e da assinatura do candidato/conductor, nos termos definido pelo Detran-MG, e deverá utilizá-lo, sem cobranças para o usuário, sempre que houver demanda de atualização de imagens para a emissão do documento de habilitação.

§2º Caberá à clínica credenciada a aquisição do Kit Equipamentos de Captura, observada as especificações definidas pelo Detran-MG e compatíveis com o sistema de produção e emissão dos documentos de habilitação (Anexo VII).

**Art. 43.** O lançamento dos resultados dos exames médicos e psicológicos junto ao(s) sistema(s) informatizado(s) do Detran-MG é de competência exclusiva do médico e do psicólogo, verificados por meio do certificado digital, devendo ser atualizado imediatamente após sua realização.

§ 1º A clínica que retardar o referido lançamento será incurso nas sanções desta Portaria, após o devido processo administrativo, sendo os sócios/responsáveis técnicos responsáveis pelo controle da utilização do(s) sistema(s) informatizado(s) do Detran-MG.

§ 2º A clínica credenciada arcará com o ônus decorrente da incorreta emissão de documento de habilitação, em face de erro e inconsistência, providenciando o ressarcimento devido.

§ 3º Para fins desta Portaria, entende-se por responsável técnico aquele que provém, em sua respectiva área de atuação, o serviço que envolva todas as condições técnicas e disposições éticas do regular funcionamento da clínica médica e psicológica, respondendo integralmente pela por ela, independentemente de sua permanência no local.

**Art. 44.** As despesas decorrentes do acesso aos bancos de dados do Detran-MG correrão por conta da clínica credenciada, devendo ser recolhida a taxa a que se refere o item 5.12, Tabela “D”, da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

**Art. 45.** A suspensão voluntária das atividades da clínica credenciada poderá ser concedida mediante requerimento junto a Seção de Controle de Clínica do Detran-MG ou à Delegacia Regional da Polícia Civil, e se limitará ao período máximo de 30 (trinta) dias, em caráter anual e não cumulativo.

§ 1º. O Detran-MG condicionará a análise e a concessão do presente benefício ao não prejuízo do atendimento ao público e observado o limite percentual de 50% (cinquenta por cento) de absenteísmo a cada município de credenciamento.

§ 2º A clínica solicitante, até o início da suspensão voluntária das atividades, deverá adotar as medidas necessárias à solução de todas as pendências relacionadas aos candidatos no período inativo.

**Art. 46.** A clínica credenciada deverá estabelecer seu horário de funcionamento de forma compatível com o horário de atendimento do Detran-MG e

CIRETRANS, e com o horário de atendimento dos profissionais responsáveis pela realização dos exames e dos responsáveis técnicos, observados os critérios adotados pelos respectivos conselhos profissionais.

§ 1º Aos sábados, é facultativo o funcionamento.

§ 2º O agendamento dos candidatos obedecerá a critérios estabelecidos pelo Detran-MG visando garantir maior eficiência na prestação do serviço.

§ 3º A clínica deverá manter durante o horário de funcionamento ao menos um funcionário responsável pelo atendimento ao público, dispensada a presença do responsável técnico, dos médicos e dos psicólogos no período em que não houver paciente a ser atendido.

**Art. 47.** Os valores dos exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica realizados pelas clínicas credenciadas, observados os respectivos parâmetros da Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Psicologia, serão estipulados em portaria do Diretor do Detran- MG.

**Art. 48.** O Detran-MG distribuirá os exames de forma imparcial e aleatória, através de uma divisão equitativa.

**Art. 49.** Extingue-se o credenciamento por ato de vontade da clínica credenciada ou unilateralmente pela Administração Pública, após publicação de Portaria do Diretor do Detran-MG quando:

I. Decorridos noventa (90) dias do vencimento do prazo de vigência da Autorização de Funcionamento, a credenciada não manifestar interesse na prorrogação ou não apresentar documentação completa nos termos desta Portaria.

II. A clínica credenciada paralisar suas atividades por tempo superior a noventa (90) dias;

III. A clínica credenciada não mantiver as condições para a execução do serviço público, conforme aferição para a renovação anual do credenciamento.

Parágrafo único A clínica que tiver seu credenciamento extinto, somente poderá retornar as atividades, mediante um novo processo de credenciamento.

**Art. 50.** O credenciamento objeto desta Portaria é concedido a título precário pelo Detran-MG e está condicionado ao interesse público e à conveniência e oportunidade da Administração Pública.

**Art. 51.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do Detran-MG.

**Art. 52.** Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação e revoga as Portarias do Detran-MG nº 792, de 06 de maio de 2019, e nº 2013, de 12 de novembro de 2019 e demais disposições em contrário.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Alice Faria, Delegado(a)**, em 12/01/2022, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eurico da Cunha Neto, Diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais**, em 12/01/2022, às 17:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **39990386** e o código CRC **0F1C2C7E**.

**Referência:** Processo nº 1510.01.0077720/2021-42

SEI nº 39990386



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Gabinete da Divisão de Habilitação

**Processo** nº 1510.01.0077720/2021-42

Belo Horizonte, 13 de janeiro de 2022.

**Procedência: Despacho nº 45/2022/DETRAN/DH-GAB**

**Destinatário(s): EXPEDIENTE**

**Assunto:**

### **DESPACHO**

De ordem, encaminho para publicação após assinatura do Exmo. Diretor.



Documento assinado eletronicamente por **William de Almeida Alves, Assessor(a)**, em 13/01/2022, às 09:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **40762058** e o código CRC **72D104E8**.

**Referência:** Processo nº 1510.01.0077720/2021-42

SEI nº 40762058



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Seção de Expediente/CAA/DETRAN

**Processo** nº 1510.01.0077720/2021-42

Belo Horizonte, 14 de janeiro de 2022.

**Procedência: Despacho nº 37/2022/DETRAN/EXPED.**

**Destinatário(s): DH**

**Assunto: PUBLICAÇÃO**

## DESPACHO

PORTARIA PUBLICADA 14/01/2022 PG 6 E 7



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Medeiros de Oliveira, Servidor(a) Público(a)**, em 14/01/2022, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **40856559** e o código CRC **9E484C1D**.

**Referência:** Processo nº 1510.01.0077720/2021-42

SEI nº 40856559

## **PORTARIA NÚMERO 23, DE 11 DE JANEIRO DE 2022.**

***Regulamenta o funcionamento e os procedimentos para o credenciamento de clínica médica e psicológica, para realizar exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica em candidatos à obtenção de permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da Carteira Nacional de Habilitação, à mudança e adição de categoria, registro de Carteira Nacional de Habilitação de outros Estados da Federação e Internacionais no Brasil, nos candidatos a Diretor-Geral, Diretor de Ensino, Instrutor e Examinador de Trânsito e candidatos a outros cursos, e dá outras providências.***

**O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DE MINAS GERAIS - DETRAN/MG**, órgão executivo de trânsito e integrante da estrutura orgânica da Polícia Civil de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 22 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro e as Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - Contran, bem como o artigo 37 da Lei Complementar Estadual nº 129, de 08 de novembro de 2013;

**CONSIDERANDO** que a Lei Federal 14.133/2021 não exige licitação quando houver a inviabilidade de competição para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização e que perícias e avaliações em geral são considerados serviços técnicos profissionais especializados (artigo 74);

**CONSIDERANDO** o artigo 148 do CTB e o Capítulo IV da Resolução do Contran nº 425, de 27 de novembro de 2012, que dispõem sobre o instituto do credenciamento como a forma de contratação de clínica médica e psicológica para realizar os exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica em candidatos à obtenção de permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da Carteira Nacional de Habilitação, à mudança e adição de categoria, registro de Carteira Nacional de Habilitação de outros Estados da Federação e Internacionais no Brasil, nos candidatos a Diretor Geral, Diretor de Ensino, Instrutor e Examinador de Trânsito;

**CONSIDERANDO** que compete ao Detran-MG, como Órgão Executivo Estadual de Trânsito, credenciar órgãos, instituições e entidades para a execução de atividades previstas na legislação de trânsito; cumprir e fazer cumprir tal legislação no âmbito do Estado de Minas Gerais;

**CONSIDERANDO** que é de responsabilidade do Detran-MG fiscalizar e assegurar a lisura das atividades desempenhadas pelos parceiros credenciados e voltadas aos candidatos e condutores mineiros;

**CONSIDERANDO** o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI nº 5774, que declarou ser inconstitucional a Lei Estadual 20.805/2013 em razão de os Estados não terem competência para legislar sobre as matérias de trânsito, exclusivas da União, e que afasta, portanto, a aplicabilidade dos dispositivos limitadores e contrários às normas federais do Decreto Estadual nº 47.626 de



**CONSIDERANDO** as Portarias do Detran-MG nº 813/2020 e 940/2021, que regulamentam e padronizam, com relação ao período de habilitação do requerente, ao sistema operacional de acesso e ao processo de fiscalização, o credenciamento das pessoas jurídicas que executam atividades previstas na legislação de trânsito, de atribuição do Detran-MG, RESOLVE:

## **CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** O credenciamento de clínica médica e psicológica observará os requisitos previstos nesta Portaria e nas Resoluções do Contran, e o calendário com o prazo para a habilitação dos interessados no pré-cadastro, conforme disposto na Portaria do Detran-MG nº 940/2021.

Parágrafo único - O credenciamento permitirá que a clínica realize exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica em candidatos à obtenção de permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da Carteira Nacional de Habilitação, à mudança e adição de categoria, registro de Carteira Nacional de Habilitação de outros Estados da Federação e Internacionais no Brasil, nos candidatos a Diretor Geral, Diretor de Ensino, Instrutor e Examinador de Trânsito, naqueles que venham a concluir cursos especiais de formação, conforme determinação do Contran, da Senatran e do Detran-MG, bem como exames que a legislação de trânsito venha a prever e a autorizar.

**Art. 2º** A participação societária da clínica médica e psicológica, para fins de credenciamento, é exclusiva de, no mínimo, um médico e um psicólogo devidamente habilitados na forma do art. 18 da Resolução 425 de 27 de novembro de 2012, Contran.

Parágrafo Único - Os sócios das clínicas deverão estar plenamente registrados nos Conselhos Profissionais de Medicina e Psicologia para atuação em Minas Gerais.

**Art. 3º** O credenciamento de clínica médica e psicológica é específico para o município estabelecido, sendo vedada a instituição de filiais, intransferível, inegociável, e renovável a cada 1 (um) ano, contado a partir do início de funcionamento junto ao sistema do Detran, desde que observadas às exigências de normativas aplicáveis.

§1º Nos municípios em que não houver clínica credenciada, será permitida a realização do exame de aptidão física e mental e/ou da avaliação psicológica por clínicas credenciadas em outras localidades, autorizadas pelo Detran-MG.

§2º A pessoa jurídica interessada, por intermédio de seus sócios, deverá solicitar credenciamento para o endereço que consta no seu respectivo comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

§3º A clínica médica e psicológica deve desenvolver exclusivamente atividades referentes aos procedimentos previstos nesta Portaria, sendo vedado o credenciamento de clínica localizada em ambulatório, hospital ou instalada conjuntamente com consultórios de outras especialidades.

§4º Os pedidos de renovação de credenciamento deverão ser apresentados pelos interessados até 30 (trinta) dias antes da data do vencimento do credenciamento em vigor.

§5º Os prazos, quando vencerem em finais de semana ou feriados, serão prorrogados para o primeiro dia útil subsequente.

## **CAPÍTULO II - DO CREDENCIAMENTO DE CLÍNICA MÉDICA E PSICOLÓGICA**

### **SEÇÃO I - DO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO**

**Art. 4º** O requerimento de credenciamento de clínica médica e psicológica, assinado pelos sócios e dirigido ao Diretor do Detran-MG, deverá ser preenchido eletronicamente no Sistema de Credenciamento de Empresas – SCE, mediante certificação digital da empresa e, após, iniciará a etapa do pré-cadastro, na qual deverão ser realizados os uploads dos documentos e notas fiscais (ou termos de doação com o devido número de série do(s) equipamento(s) em nome da empresa):

I- Da clínica:

a) Contrato social, registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ou em Cartório de Registro Civil da Pessoa Jurídica;

a.1) O objeto social da pessoa jurídica deve relacionar-se à atividade objeto de que trata o credenciamento.

b) Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com situação cadastral ativa;

c) Certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de primeira e segunda instância da Justiça Federal de ações criminais, de execuções fiscais e de ações em que for interessada a União, suas autarquias e fundações;

d) Certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de primeira e segunda instância da Justiça Estadual de ações criminais, de ações cíveis, de execuções fiscais e de outras ações em que for interessado o Estado, suas autarquias e fundações, da comarca da sede da clínica;

e) Prova de regularidade fiscal e trabalhista junto ao órgão;

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da clínica, ou outra equivalente, na forma da lei;

g) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

h) Registro atualizado da clínica nos Conselhos profissionais de medicina e psicologia. Em caso de comprovada omissão do respectivo Conselho em se realizar o registro da clínica, poderá ser admitido o protocolo do pedido de registro no Conselho, devendo os sócios apresentarem o Registro definitivo, com os respectivos Responsáveis Técnicos da empresa, antes da publicação da Portaria de Credenciamento;

i) Prova de propriedade ou contrato de locação do imóvel onde está instalada a clínica;

j) Alvará de localização e funcionamento fornecido pelo órgão municipal competente;

k) Licença de funcionamento/licença sanitária/alvará sanitário, emitido pela vigilância sanitária local e cumprir a legislação sanitária vigente;

l) Planta baixa do imóvel, com a descrição física e a finalidade das dependências, discriminando tamanho das instalações em escala de 1:100;

m) Imagens detalhando a infraestrutura das instalações, as quais, respeitadas as normas vigentes relativas à acessibilidade dos portadores de deficiência física, conforme diretrizes da Resolução 425/12/Contran c/c NBR 14.970, NBR 9050 da ABNT, da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), da Lei nº 10.048/2000, da Lei nº 10.098/2000, bem como da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e eventuais legislações posteriores, deverão dispor do mínimo a seguir:

1. sala de recepção e espera com o necessário e suficiente conforto;
2. sala para teste coletivo com acomodações confortáveis, dispondo de oito carteiras do tipo escolar;
3. sala privativa para teste e entrevista individual com ventilação satisfatória e sonorização e iluminação adequadas, conforme exigências dos manuais de teste
4. sala exclusiva de almoxarifado e arquivo com chaves, como também armários para guarda dos destes;
5. sala para exame médico, com dimensões mínimas de 4,50 m x 3,00 m no caso de a acuidade visual ser verificada por meio de projetor luminoso ou tabela de Snellen, provida de lavatório para mãos, com ventilação e iluminação adequadas;
6. instalações sanitárias distintas para homens e mulheres, e unissex exclusivo para pessoas com deficiência, em perfeitas condições de higiene e utilização;
7. Instalações psicológicas de acordo com as exigências contidas no artigo 8º desta Portaria.

n) Declaração, com firma reconhecida e assinada pelos sócios, de que a clínica disporá dos seguintes equipamentos técnicos utilizados na avaliação psicológica:

1. Entrevista, que deverá abranger o histórico familiar, escolar, profissional e de saúde, bem como outros fatores considerados relevantes pelo Psicólogo Perito Examinador;
2. Bateria de testes de personalidade e seus respectivos manuais originais, cujas especificações deverão ser seguidas rigorosamente, e outros testes psicológicos oficialmente reconhecidos pelo Conselho Federal de Psicologia;
3. Cronômetros;
4. Bateria de testes de habilidades específicas e complementares, com seus respectivos manuais originais, referentes à Atenção Concentrada, Atenção Difusa, Atenção Distribuída, Memória, rapidez de raciocínio, tempo de reação e relações espaciais, a serem realizados em folhas e cadernos originais.
5. Testes de nível mental e respectivo manual, que deverá ser realizado em cadernos e folhas originais; e
6. Além do material para o teste expressivo, devem ser disponibilizados pela clínica, como requisito mínimo, os testes projetivos ou gráficos com manuais e outros impressos necessários à aplicação originais.

o) Declaração, com firma reconhecida e assinada pelos sócios, de que a clínica manterá em funcionamento os seguintes equipamentos necessários à informatização da empresa:

1. No mínimo um microcomputador com alto poder de conectividade, para a transmissão de dados de forma segura e criptografada, segundo o máximo nível de segurança disponível no mercado;
2. Impressora a laser com memória interna suficiente para a recepção de impressão de trinta estações simultaneamente;
3. Scanner de mesa ou impressora laser multifuncional com memória interna suficiente para a recepção de impressão de trinta estações simultaneamente;
4. Kit de Equipamentos de Captura de Imagens e Digitais, compatível com os sistemas informatizados, conforme especificações técnicas trazidas no Anexo VII.

p) Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB ou documento equivalente expedido por essa corporação;

q) Termo de compromisso assinado pelos sócios, por meio do qual se comprometem a observar as seguintes obrigações:

1. Comparecimento obrigatório, quando convocados, dos representantes do corpo funcional da clínica para treinamentos realizados pelo Detran-MG, padronizar procedimentos e operar o sistema informatizado, com a devida liberação de acesso mediante termo de uso e responsabilidade;

2. Comparecimento obrigatório, quando convocados, dos profissionais médico e psicólogo cadastrados na clínica para treinamentos e reciclagens realizados pelo Detran-MG a fim de padronizar procedimentos e recomendações técnicas quanto ao atendimento e avaliação dos candidatos, salvo exceção por motivo justificável, caso fortuito ou força maior;

3. Afixar informes em local de destaque na recepção com documento comprobatório do seu credenciamento, da tabela de preços autorizada pelo Detran-MG, bem como quadro dos profissionais cadastrados e dos responsáveis técnicos;

4. Participação bienal dos médicos e psicólogos cadastrados na empresa em Seminários, Jornadas, Fóruns, Congressos, Cursos e Reuniões promovidas pela Associação Brasileira de Medicina de Tráfego - ABRAMET, Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego - ABRAPSIT e entidades afins reconhecidas pelo Detran-MG, com o objetivo de otimizar rotinas e procedimentos para melhor atender ao público e da divulgação de Pesquisas Científicas na área da Medicina de Tráfego e da Psicologia do Trânsito, sob pena de advertência.

r) Laudo de vistoria de comprovação do cumprimento das exigências para o credenciamento, expedido pelo Instituto de Criminalística da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (Anexo VI); e

s) Termo de vistoria técnica realizada, em Belo Horizonte, pela Seção de Controle de clínicas - Divisão de Habilitação, e, no interior, pelas Delegacias Regionais de Polícia Civil CIRETRAN a qual a clínica médica e psicológica esteja vinculada (Anexo III).

## II. Dos Sócios:

a) Documento de Identidade com foto e do CPF (autenticadas);

b) Certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de primeira e segunda instância da Justiça Federal de ações criminais, de execuções fiscais e de ações em que for interessada a União, suas autarquias e fundações;

c) Certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de primeira e segunda instância da Justiça Estadual de ações criminais, de ações cíveis, de execuções fiscais e de outras ações em que for interessado o Estado, suas autarquias e fundações, da comarca do domicílio do sócio;

d) Certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, das Justiças Eleitoral e Militar do Estado e da União;

e) Prova de regularidade fiscal e trabalhista junto ao órgão;

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio do sócio;

g) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

h) Certificado do(s) sócio(s) médico(s) de Título de Especialista em Medicina de Tráfego, expedido de acordo com as normas da Associação médica Brasileira - AMB e do Conselho Federal de Medicina - CFM ou Capacitação de acordo com o programa aprovado pela Comissão Nacional de Residência médica - CNRM ou certidão emitida pelo Conselho Regional de Medicina constando a Especialidade de Medicina do Tráfego;

i) Título do(s) sócio(s) Psicólogo(s) de conclusão e aprovação em curso de Especialista em Psicologia do Trânsito reconhecido pelo Conselho Federal de Psicologia e pelo MEC, ou certidão emitida pelo Conselho Regional de Psicologia constando a Especialidade de Psicologia do Trânsito;

j) Registros atualizados de médicos e psicólogos nos respectivos Conselhos profissionais;

k) Prova de regularidade quanto a débitos e processos éticos junto aos respectivos conselhos profissionais, acompanhada de fotocópia da identidade profissional;

l) Declaração negativa com firma reconhecida em cartório de que o proprietário ou sócio não exerce cargo, emprego ou função pública e cargo eletivo em qualquer Órgão Público, incluindo-se cargo eletivo, conforme modelo contido no Anexo I desta Portaria;

m) Declaração com firma reconhecida em cartório de não estar o proprietário

ou sócio envolvido em atividade comercial ou outras que possam comprometer sua isenção na execução da atividade credenciada (Anexo IX).

n) Declaração com firma reconhecida em cartório de não haver para o proprietário ou sócio e para a clínica registros de inidoneidade junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) (Anexo XI)..

o) Comprovante de residência atual, conforme legislação em vigor, ou declaração firmada em cartório.

§1º Iniciada a fase do pré-cadastro, caso a clínica não dê prosseguimento à tramitação do processo mediante a juntada dos documentos exigidos, ele será cancelado automaticamente após 90 (noventa) dias.

§2º A análise dos documentos inseridos no Sistema de Credenciamento de Empresas - SCE será de atribuição da Seção de Controle de clínicas, sob a gestão da Divisão de Habilitação, na Capital, e no interior do Estado, das Delegacias Regionais de Polícia Civil.

§3º Não será causa de inabilitação estar a clínica em processo de recuperação judicial ou pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação.

**Art. 5º** O requerimento de credenciamento também deverá estar acompanhado dos seguintes requisitos obrigatórios, os quais deverão ser realizados os uploads dos documentos (ou notas fiscais dos equipamentos em nome da empresa):

a) Comprovante de que a clínica possui tecnologia de certificação digital para a identificação da empresa e dos seus empregados junto ao Senatran e ao Detran-MG, e acesso aos sistemas informatizados;

b) Declaração de Manutenção e Funcionamento do Kit Equipamento de captura de imagem e digitais (Anexo VII) compatível com os sistemas informatizados da gráfica contratada para impressão da CNH, conforme especificações técnicas contidas no Anexo VIII.

c) Cumprir o Código de Postura Municipal;

d) Cumprir a NBR 9050 da ABNT;

e) Ter recursos de informática com acesso à Internet.

**Art. 6º** São exigências relativas às instalações médicas, os equipamentos e objetos, os quais deverão ser realizados os uploads documentos e notas fiscais (ou termos de doação com o devido número de série) em nome da empresa:

I. A sala de exame médico deverá ter dimensões mínimas de 4,5m x 3,0m (quatro metros e meio por três metros) com auxílio de espelhos, obedecendo aos critérios de acessibilidade, provida de lavatório para mãos, com ventilação e iluminação adequadas;

II. Tabela de Snellen ou projetor de optotipos;

III. Equipamento refrativo de mesa (facultativo);

IV. Divã para exame clínico;

V. Cadeira e mesa para o médico;

VI. Cadeira para o candidato;

VII. Estetoscópio;

VIII. Esfigmomanômetro;

IX. Martelo de Babinsky;

X. Dinamômetro para força manual;

XI. Equipamento para avaliação do campo visual, da estereopsia, do ofuscamento e da visão noturna;

XII. Foco luminoso;

XIII. Lanterna luminosa com as cores vermelha, verde e amarela;

XIV. negatoscópio

XV. Fita métrica;

XVI. Balança antropométrica;

XVII. Placas de aferição de profundidade;

XVIII. Luva para exame médico e fita métrica;

XIX. Coletânea atualizada das regras e procedimentos a observar impressos;

XX. Código Internacional de Doenças - CID, atualizado.

**Art. 7º** São exigências relativas às instalações psicológicas:

I. Sala para teste coletivo, com acomodação confortável, dimensões mínimas de 1,20 m x 1,00 m (um metro de vinte por um metro) por candidato, dispondo de 08 (oito) carteiras do tipo escolar;

I.a. Na sala de teste coletivo deverá haver no mínimo uma mesa para deficiente físico, conforme item 9.3.1 da NBR 9050 da ABNT, com tampo contendo largura mínima de 0,90m, altura entre 0,75m e 0,85m do piso, e altura livre do tampo de no mínimo 0,73m com profundidade livre mínima de 0,50m.

II. Sala privativa para teste e entrevista individual com dimensões mínimas de 2,0m X 2,0m, (dois metros por dois metros) condições de ventilação à situação de teste, ambiente bem iluminado por luz natural ou artificial fria, evitando-se sombras ou ofuscamentos, conforme exigências dos manuais de teste, na forma do inciso III do art. 16 da Resolução 425/12/Contran.

**Art. 8º** O requerimento de credenciamento deverá ser analisado pelo Detran-MG no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de seu recebimento, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias.

**Art. 9º** Nos casos em que os interessados apresentarem documentação incompleta ou inadequada, será admitido o saneamento no prazo de até 90 (noventa) dias, a partir da devida ciência.

Parágrafo único - A inércia da requerente por período superior ao definido no caput acarretará o arquivamento do requerimento de credenciamento, devendo a empresa, caso haja interesse, iniciar novo processo de credenciamento.

**Art. 10.** Constatando-se que o requerimento apresentado atende aos requisitos exigidos, o interessado será considerado habilitado e o Detran-MG realizará, no imóvel da sede da empresa, uma vistoria técnica, de inspeção funcional e com objetivo de atestar o cumprimento do disposto nesta Portaria.

§1º A vistoria técnica será realizada, na Capital, pela Seção de Controle de clínicas, sob a gestão da Divisão de Habilitação do Detran-MG e, no interior, pelas

Delegacias Regionais de Polícia Civil nos demais municípios, observando-se o modelo do contido no Termo de Vistoria (Anexo III)

§2º No caso de reprovação da vistoria no estabelecimento da empresa, o Detran-MG terá um prazo de até 30 (trinta) dias para realizar nova vistoria, contados da data de informação da correção da irregularidade ao órgão.

**Art. 11.** Aprovada a vistoria, a clínica deverá realizar o pagamento da DAE relativa à taxa de credenciamento prevista no item 5.3 da Tabela “D” da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

Parágrafo único. A clínica deverá, também, providenciar a afixação da placa de identificação de clínica médica e psicológica, conforme modelo constante no Anexo IV desta Portaria.

**Art. 12.** Estando deferido o requerimento de credenciamento, os sócios da clínica assinarão o Termo de Credenciamento – Anexo V desta Portaria, e o Diretor do Detran-MG publicará a portaria de credenciamento.

**Art. 13.** Após a publicação da portaria de credenciamento, a clínica deverá solicitar ao Detran-MG a interligação do seu sistema informatizado.

**Art. 14.** Após o devido registro da credenciada junto ao sistema informatizado do Detran-MG, será iniciada a autorização de funcionamento com validade de 01 (um) ano, podendo ser renovado sucessivamente, desde que observadas às exigências de normativas aplicáveis, ressalvado o interesse da Administração Pública.

**Art. 15.** Caberá à Seção de Controle de clínicas, sob a gestão da Divisão de Habilitação do Detran-MG, nos processos de credenciamento de clínica médica e psicológica:

I. Orientar os interessados e os servidores das Delegacias Regionais de Polícia Civil do interior, dirimindo dúvidas acerca da documentação e dos procedimentos;

II. Proceder com análise, conferência e validação da documentação apresentada pelos requerentes, quando na Capital;

III. Validar a documentação apresentada, já analisada e conferida pelas Delegacias Regionais de Polícia Civil, no interior.

## **SEÇÃO II - DA RENOVAÇÃO DO CREDENCIAMENTO**

**Art. 16.** A renovação do credenciamento de clínica médica e psicológica credenciada será anual, com o devido recolhimento da Taxa de Segurança Pública, prevista item 5.3 da Tabela “D” da Lei nº 6.763/1975, desde que requerida pelo credenciado.

§1º O requerimento de renovação de credenciamento deverá ser firmado pelos sócios e apresentado com até 30 (trinta) dias de antecedência do término da validade da autorização de funcionamento.

§ 2º Decorridos 90 (noventa) dias do vencimento do prazo para a renovação anual do credenciamento, a clínica que não manifestar interesse ou não apresentar documentação completa nos termos desta Portaria, será considerado extinto o credenciamento da empresa, com a publicação de portaria pelo Diretor do Detran-MG.

§3º O requerimento de renovação de credenciamento deverá conter a documentação exigida para o credenciamento nos termos do art. 4º, inciso I, alíneas ‘a’ a ‘k’, e inciso II desta Portaria.

§4º Na eventualidade de alteração no quadro societário ou no endereço da empresa, na estrutura do imóvel ou qualquer outra que culmine na necessária atualização

dos documentos elencados nos arts. 4º, 5º e 10 ao longo do período de validade da autorização de funcionamento, estes deverão ser apresentados também quando da solicitação da mudança desejada.

§5º Além dos documentos indicados no §3º deste artigo, deverão ser juntadas no requerimento de renovação as notas fiscais referente à compra de testes psicológicos e de aferição/aquisição dos equipamentos médicos relativos ao exercício anterior.

§ 6º A empresa que pretende renovar seu credenciamento deverá dispor dos requisitos obrigatórios previstos no arts. 4º, 5º, 6º e 7º, desta Portaria, respeitando-se as normas vigentes relativas à acessibilidade dos portadores de deficiência física, conforme diretrizes da Resolução 425/12/Contran c/c NBR 14.970 e NBR 9050 da ABNT.

**Art. 17.** No caso em que a clínica apresentar documentação incompleta ou inadequada, será admitido o saneamento no prazo de 90 (noventa) dias, a partir da comunicação da pendência.

Parágrafo Único - Transcorridos 90 (noventa) dias de suspensão da distribuição equitativa de candidatos em decorrência da incompletude ou inadequação da apresentação dos documentos necessários à renovação do credenciamento, sem justificativa pertinente, a clínica médica e psicológica será descredenciada.

**Art. 18.** Analisada a documentação e comprovada a regularidade das condições de funcionamento, equipamentos e estrutura física da clínica credenciada, será realizada vistoria técnica pela Seção de Controle de clínicas, sob a gestão da Divisão de Habilitação, em Belo Horizonte, e pela Delegacia Regional de Polícia Civil, nos demais municípios, em conformidade com o modelo do Termo de Vistoria (Anexo III).

**Art. 19.** No caso da não renovação do credenciamento da clínica médica e psicológica, ou de seu descredenciamento, os exames em andamento deverão ser redistribuídos automática e equitativamente entre as clínicas remanescentes, sendo o candidato/conductor isento dos respectivos honorários, mediante despacho motivado da Autoridade competente.

I. Os prontuários médicos arquivados deverão ser encaminhados à Seção médica da Divisão de Habilitação do Detran-MG.

II. Os prontuários psicológicos arquivados deverão ser encaminhados à Seção de Avaliação psicológica da Divisão de Habilitação do Detran-MG.

### **CAPÍTULO III - DA IDENTIFICAÇÃO DAS CLÍNICAS CREDENCIADAS**

**Art. 20.** Quanto à identificação da clínica credenciada:

I. A placa de identificação da clínica, afixada na parte externa do imóvel deverá constar a expressão "CLÍNICA MÉDICA E PSICOLÓGICA CREDENCIADA", conforme Anexo IV.

II. Em todas as áreas internas da credenciada deverão ser afixadas placas de identificação, devendo constar, por exemplo, as expressões "Sala de Exames Médicos", "Sala de Exames Psicológicos", "Recepção", "Cozinha", "Banheiro Feminino".

III. Na recepção da credenciada deverá ser afixado na parede, em local de ampla visibilidade, o Registro de Funcionamento, a Portaria de Credenciamento, alvarás e os valores das taxas do Detran-MG para o exercício vigente.

IV. A placa de identificação deverá estar de acordo com as seguintes especificações:

a) Placa em acrílico branco de fundo;

b) Aplicação do grafismo em plotter de recorte, em conformidade com o



padrão e a tipologia apresentados no Anexo IV desta Portaria;  
c) Iluminação back-light.

## **CAPÍTULO IV - DA ALTERAÇÃO DO QUADRO SOCIETÁRIO**

**Art. 21.** A clínica que pretender realizar alteração contratual deverá fazer a solicitação à chefia da Seção de Controle de Clínicas da Divisão de Habilitação – Detran-MG, em se tratando de clínica credenciada em Belo Horizonte, ou à Delegacia Regional da Polícia Civil, em se tratando de clínica credenciada do interior.

**Art. 22.** Preservada a pessoa jurídica, poderá ocorrer alteração do quadro societário por profissional com formação técnica exigida para o credenciamento e mantendo o mínimo de um médico e um psicólogo.

§1º A solicitação de alteração do quadro societário deverá conter um requerimento assinado pelos sócios que se retiram e pelos que comporão o novo quadro societário, ao qual deverão ser anexados, além da minuta da alteração do Contrato Social, os documentos elencados no art. 4º, I e II, desta Portaria, relativos à clínica e aos novos sócios.

§2º Após análise e deferimento do pedido proposto, o Detran-MG, por meio da Seção de Controle de clínicas, ou da Delegacia Regional da Polícia Civil, comunicará à empresa para que seja realizado o registro da Alteração Contratual na Junta Comercial de Minas Gerais – JUCEMG e/ou Cartório de Registro Civil da Pessoa Jurídica.

**Art. 23.** A clínica médica e psicológica credenciada deverá manter atualizado junto à Seção de Controle de clínicas ou à Delegacia Regional da Polícia Civil seu quadro de profissionais médicos e psicólogos e sua composição societária, bem como quais deles respondem pela Responsabilidade Técnica da empresa conforme demonstrado por Registro da empresa nos Conselhos Regionais de Medicina e Psicologia, sob pena de contrariar o Termo de Credenciamento – Anexo V desta Portaria.

**Art. 24.** Na hipótese de falecimento de sócio da clínica credenciada, deverá o representante legal ou o procurador legalmente constituído, no prazo máximo de 30 (trinta) dias:

I. Comunicar o fato ao Detran-MG;

II. Proceder à devida alteração do contrato social, averbando-o na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

III. Comprovar junto ao Detran-MG que o novo sócio atende aos requisitos desta Portaria, devendo apresentar os documentos elencados no art. 4º relativos ao sócio.

## **CAPÍTULO V - DA REFORMA E DA MUDANÇA DE ENDEREÇO**

**Art. 25.** A clínica que necessitar alterar sua estrutura física, reformar ou mudar o endereço de suas instalações dentro do mesmo município deverá solicitar autorização à chefia da Seção de Controle de Clínicas da Divisão de Habilitação – Detran-MG, em se tratando de clínica credenciada em Belo Horizonte, ou à Delegacia Regional da Polícia Civil, em se tratando de clínica credenciada no interior.

Parágrafo único. É vedada a transferência de município para o qual a clínica médica e psicológica foi originalmente credenciada. Constituirá novo credenciamento a alteração de endereço para município diverso daquele para o qual a clínica foi credenciada.

**Art. 26.** A solicitação de alteração na estrutura física, de reforma ou de mudança de endereço deverá conter um requerimento assinado pelos sócios, ao qual deverão ser anexados os seguintes documentos:

I. Para alteração da sua estrutura física ou reforma: detalhamento do serviço com data de início e previsão de término;

II. Alteração contratual registrada na Junta Comercial de Minas Gerais – JUCEMG e/ou Cartório de Registro Civil da Pessoa Jurídica;

III. Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

IV. Prova de propriedade ou contrato de aluguel do imóvel onde será a nova instalação da clínica;

V. Registros da pessoa jurídica junto aos Conselhos Profissionais;

VI. Alvará de localização e funcionamento fornecido pelo órgão municipal;

VII. Cópia da planta baixa do imóvel, com a descrição física e a finalidade das dependências, discriminando tamanho das instalações em escala de 1:100;

§1º Após análise do requerimento e documentos juntados pela Delegacia Regional, no interior, ou Seção de Controle de Clínicas – Divisão de Habilitação, na Capital, deverão ser apresentados e juntados ao Sistema de Credenciamento Eletrônico – SCE:

I. Atestado de vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, ou documento equivalente expedido por essa corporação;

II. Imagens detalhando a infraestrutura das instalações, as quais, respeitadas as normas vigentes relativas à acessibilidade dos portadores de deficiência física, conforme diretrizes da Resolução 425/12/Contran c/c NBR 14.970, NBR 9050 da ABNT, da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), da Lei nº 10.048/2000, da Lei nº 10.098/2000, bem como da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e eventuais legislações posteriores, deverão dispor do mínimo a seguir:

a) Sala de recepção e espera com o necessário e suficiente conforto;

b) Sala exclusiva de almoxarifado e arquivo com chaves, como também armários para guarda dos testes;

c) Instalações sanitárias distintas para homens e mulheres, e unissex exclusivo para pessoas com necessidades especiais, em perfeitas condições de higiene e utilização;

d) Instalações médicas de acordo com as exigências contidas no artigo 7º desta Portaria;

e) Instalações psicológicas de acordo com as exigências contidas no artigo 8º desta Portaria.

III. Kit de Equipamento de captura de imagem, assinatura e digitais – biometria (notas fiscais dos equipamentos em nome da empresa);

IV. Laudo de Vistoria de comprovação do cumprimento das exigências para o credenciamento, expedido pelo Instituto de Criminalística da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (Anexo VI); e

V. Termo de Vistoria Técnica realizada, em Belo Horizonte, pela Seção de Controle de clínicas - Divisão de Habilitação, e, no interior, pelas Delegacias Regionais de Polícia Civil CIRETRAN a qual a clínica médica e psicológica esteja vinculada (Anexo III).

§1º Qualquer alteração nas instalações internas da clínica credenciada deverá ser comunicada ao Detran-MG com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 2º Durante a análise do processo de alteração de sua estrutura física, reforma ou mudança de endereço, a clínica credenciada poderá ser suspensa no sistema de distribuição equitativa, para fins de ajustes, quando o atendimento ficar comprometido.

§ 3º Confirmada a alteração da estrutura física, reforma ou de endereço da clínica médica e psicológica por parte da Delegacia Regional da Polícia Civil no interior, será feito o devido registro na Seção de Controle de Clínicas, bem como a reativação da empresa junto ao sistema informatizado para o novo local.

## **CAPÍTULO VI - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO DETRAN-MG**

**Art. 27.** Compete ao Detran-MG:

I. Credenciar as empresas, desde que atendam as condições e requisitos na presente Portaria,

II. Garantir, quando solicitado, dentro da esfera de sua competência, o suporte técnico e operacional às Clínicas credenciadas de todo o Estado por meio da Seção de Exames Médicos e da Seção de Avaliação psicológica, juntamente com a Seção de Controle de Clínicas, pertencentes à Divisão de Habilitação.

III. Estabelecer e fornecer as especificações de sistema operacional e de equipamentos a serem observadas nas credenciadas;

IV. Providenciar aditamentos à presente Portaria e demais atos normativos, pertinentes à matéria, na imprensa oficial;

V. Fiscalizar o fiel cumprimento das normas legais e dos compromissos assumidos pelas clínicas credenciadas com o Detran-MG;

VI. Supervisionar e orientar o funcionamento das clínicas credenciadas, por meio da Seção de Exames Médicos e da Seção de Avaliação psicológica, juntamente com a Seção de Controle de Clínicas, articulando-se com os Conselhos Regionais de Medicina e Psicologia, inclusive editando normas conjuntas, se necessário, a fim de promover o fiel cumprimento dos procedimentos e exigências estabelecidas na legislação pertinente;

VII. Requisitar, a qualquer tempo, documentos, laudos e protocolos das clínicas;

VIII. Editar instruções técnicas e administrativas relacionadas ao funcionamento da clínica médica e psicológica, por meio da Seção de Exames Médicos e da Seção de Avaliação psicológica, juntamente com a Seção de Controle de Clínicas;

IX. Promover e incentivar estudos relativos à implantação e aperfeiçoamento operacional e científico das clínicas credenciadas.

## **CAPÍTULO VII - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS CREDENCIADAS**

**Art. 28.** Constituem obrigações das clínicas credenciadas:

I. Solicitar autorização prévia ao Detran-MG para proceder a qualquer mudança que implique em alteração do sócio, razão social ou sociedade civil e nome fantasia;

II. Não praticar qualquer ato vedado nesta Portaria, no Termo de Credenciamento e na legislação vigente;

III. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da execução de suas atividades e das normas emitidas pelo Detran-MG;

IV. Atender integralmente aos padrões estabelecidos pelo Detran-MG quanto às instalações físicas, documentação, sistema operacional e equipamentos;

V. Assumir, com exclusividade, os riscos e as despesas decorrentes da execução dos serviços desta Portaria;

VI. Cumprir fielmente o que dispõe o Código de Trânsito Brasileiro - Lei 9.503/97, as Resoluções do Contran, as normas e as orientações estabelecidas pelo Senatran, Cetran/MG e Detran-MG;

VII. Manter catalogadas as normas e orientações expedidas pelo Detran-MG;

VIII. Exigir do candidato a documentação necessária para o procedimento a ser realizado, na forma estabelecida pela legislação em vigor;

IX. Zelar pela observância das regras sociais de convivência e urbanidade dos seus sócios, empregados e profissionais contratados no atendimento aos usuários;

X. Manter seu quadro profissional atualizado em relação à legislação de trânsito, notadamente no que concerne às normas emitidas pelo Contran, Senatran, Cetran/MG e Detran-MG;

XI. Atender às convocações do Detran-MG;

XII. Comunicar ao Detran-MG, assim que tiver conhecimento, formal e prontamente, os fatos e as informações relevantes que caracterizem desvio de conduta ou irregularidades praticados por seus empregados, prestadores de serviço e prepostos, bem como, qualquer indício de ilícito penal ou de improbidade administrativa;

XIII. Adotar imediatamente as medidas efetivas para resolver o problema, relativo ao inciso anterior, na esfera de sua competência;

XIV. Requerer autorização prévia do Detran-MG para promover alterações nas instalações físicas e mudança de endereço, e só efetuar-las de acordo com as determinações deste Detran-MG;

XV. Interligar-se com o(s) sistema(s) informatizado(s) do Detran-MG;

XVI. Utilizar, durante a vigência do credenciamento, os sistemas informatizados do Detran-MG exclusivamente para a execução das atividades previstas nesta Portaria;

XVII. Solicitar o cadastramento/exclusão de médico ou psicólogo por meio de requerimento firmado junto à Seção de Controle de clínicas.

XVIII. Disponibilizar os equipamentos necessários para a perfeita execução do serviço, mantendo- os interligados com o sistema do Detran-MG;

XIX. Manter arquivada a documentação referente aos exames realizados;

XX. Permitir o livre acesso às suas dependências e aos documentos, fornecendo todas as informações aos servidores em supervisão, fiscalização ou em serviços de auditoria realizados ou autorizados pelo Detran-MG;

XXI. Disponibilizar todas as informações, sempre que solicitado, relativas às condições jurídicas e administrativas da credenciada,

XXII. Manter em seus arquivos os documentos comprobatórios dos valores recebidos pelos serviços prestados pelo prazo 05 (cinco) anos, à disposição da fiscalização;

XXIII. Manter elevado padrão de atendimento e aplicar técnicas modernas na execução dos serviços;

XXIV. Possuir e manter atualizado alvará de funcionamento fornecido pelo órgão municipal competente;

XXV. Possuir e manter atualizado alvará de vistoria do corpo de bombeiros;

XXVI. Possuir e manter atualizado certificado de registro nos Conselhos Profissionais.

**Art. 29.** A clínica credenciada será responsável pelas obrigações trabalhistas e encargos sociais de seus empregados envolvidos nos serviços prestados em razão do credenciamento, desde já, exonerando o Detran-MG de toda e qualquer obrigação neste sentido, além do cumprimento dos preceitos relativos às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, fiscais, comerciais, securitárias e sindicais, com total exclusão do Detran-MG em qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.

**Art. 30.** Os tributos devidos em decorrência direta ou indireta do credenciamento, serão de responsabilidade exclusiva da clínica, sem direito a reembolso, além da reparação do dano por todo prejuízo causado por seus colaboradores a terceiros, quando envolvidos em serviços prestados pelo credenciamento, exonerando o Detran-MG de qualquer responsabilidade.

**Art. 31.** O(s) sócio(s) da Credenciada responderão penal, administrativa e civilmente pelo desempenho de suas atividades, devendo observar os deveres a que estão obrigados, na forma disposta nesta Portaria e nas demais normas legais e regulamentares pertinentes, responsabilizando-se:

I. Por todos os atos que venham a causar prejuízo ao usuário, afrontando as normas do Código de Defesa do Consumidor - Lei nº. 8.078/90;

II. Pelo uso incorreto e/ou indevido da senha de acesso aos sistemas informatizados do Detran- MG;

III. Pela alimentação incorreta e/ou indevida dos bancos de dados dos sistemas informatizados do Detran-MG, assegurando a sua veracidade;

IV. Pela utilização incorreta e/ou indevida dos dados disponibilizados nos sistemas informatizados do Detran-MG.

V. Pela vinculação de pessoa não capacitada, promovendo o exercício ilegal de determinada profissão.

VI. No caso de cancelamento de credenciamento da clínica Credenciada, caberá aos seus representantes legais, sob pena de responsabilidade civil e criminal, a retirada de toda e qualquer identificação que a vincule ao Detran-MG.

## **CAPÍTULO VIII - DA FISCALIZAÇÃO**

**Art. 32.** O Detran-MG, por meio da Seção de Controle de Clínicas - Divisão de Habilitação, em conjunto com o Setor de Auditoria e Fiscalização – SAF, em Belo Horizonte; e dos Departamentos de Polícia Civil, na Região Metropolitana de Belo Horizonte e no interior do Estado, supervisionará as atividades desenvolvidas pelas clínicas credenciadas e a aplicação desta Portaria e de toda normatização pertinente, utilizando-se de todos os meios administrativos e legais necessários para este fim, obrigando-se a clínica credenciada a atender às solicitações a ela encaminhadas e a permitir o livre acesso às suas dependências e aos documentos, colaborando com os trabalhos de vistoria, fiscalização e auditoria determinados pelo Detran-MG, podendo ser recolhidos, mediante recibo, materiais e documentos necessários à averiguação de possíveis irregularidades. Caso os documentos recolhidos sejam protegidos por sigilo profissional/ético, estes deverão ser entregues em

envelopes lacrados para serem examinados por médicos e psicólogos do DETRAN/MG.

§1º Poderá o Detran-MG, a qualquer tempo, excluir profissionais que demonstrem incapacidade, inabilidade ou conduta inidônea na execução de suas atividades, mediante processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§2º Por ocasião da fiscalização nas credenciadas, poderá o Detran-MG, utilizar-se da infraestrutura delas.

§3º Entende-se por infraestrutura: linhas telefônicas, computadores, fotocopiadoras, impressoras, aparelhos tecnológicos e toda conexão com o(s) Sistema(s) Informatizado(s) do Detran-MG, bem como outros materiais indispensáveis ao trabalho de fiscalização.

**Art. 33.** A Seção de Controle de clínicas - Divisão de Habilitação, em conjunto com a Seção de Auditoria e Fiscalização, em Belo Horizonte, e os Departamentos da Polícia Civil, nos demais municípios, fiscalizarão e auditarão periodicamente, a qualquer tempo ou quando julgar necessário, as clínicas credenciadas, podendo contar com a colaboração dos Conselhos Regionais de Medicina e de Psicologia, para garantir a lisura e a qualidade dos serviços, devendo elaborar Relatório Circunstanciado Fiscalização (Anexo III) acerca desse trabalho, o qual será juntado à documentação do credenciamento da clínica no sistema.

## **CAPÍTULO IX - DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES APLICÁVEIS ÀS CREDENCIADAS, AOS SEUS SÓCIOS E AOS SEUS COLABORADORES**

**Art. 34.** Constituem infrações passíveis de aplicação de advertência por escrito:

I. O não atendimento a qualquer pedido de informação ou requisições, formulado pelo Detran-MG, conforme Resoluções do Contran, Decreto Estadual 47.626/19 e Portarias do Detran-MG;

II. O não atendimento de candidato dentro do horário agendado;

III. Praticar conduta irregular ou tratamento inadequado em relação aos usuários ou aos servidores do Detran-MG;

IV. Atraso na apresentação dos resultados de exames de aptidão física e mental, e de avaliação psicológica, e demais comunicações obrigatórias, previstas no Decreto Estadual nº 47.626/19, Resoluções do Contran e Portarias do Detran-MG, sem justificativa acatada pelo Órgão;

V. Falta e/ou atraso na comunicação do resultado da inaptidão;

VI. Incorreto cadastro do RENACH, ou qualquer lançamento impreciso dos dados essenciais à emissão da Carteira Nacional de Habilitação;

VII. Deixar de demonstrar participação bienal dos médicos e psicólogos cadastrados na empresa em Seminários Jornadas, Fóruns, Congressos, Cursos e Reuniões promovidas pelo Detran-MG conjuntamente com Associação Brasileira de Medicina de Tráfego - ABramet, Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego - ABRAPSIT.

**Art. 35.** Constituem infrações passíveis de aplicação da penalidade de suspensão:

I. Reincidência, no período de doze meses, a contar da data da infração a que se comine a penalidade de advertência, independentemente do dispositivo violado;

II. Deficiência, de qualquer ordem, nas instalações, equipamentos, instrumentos ou testes previstos em Resoluções do Contran, Conselhos de Medicina e Psicologia, no Decreto Estadual nº 47.626/19 e Portarias do Detran-MG;

III. Realização de quaisquer dos exames em desacordo com as regras e disposições constantes do Código de Trânsito Brasileiro e de suas normas complementares, no Decreto Estadual nº 47.626/19, Resoluções do Contran ou ainda decorrentes das normas emanadas dos respectivos Conselhos de Medicina e de Psicologia;

IV. Suspensão decorrente de penalidade aplicada pelos respectivos Conselhos Regionais de Medicina ou Psicologia;

V. Prática de infrações previstas nos Códigos de Ética médica, psicológica, de Defesa do Consumidor, e das normas estabelecidas no Decreto Estadual nº 47.626/19 e Portarias do Detran-MG;

VI. Descumprimento das normas estabelecidas, de convocações, determinações e atos do Detran-MG e do Conselho Estadual de Trânsito – Cetran;

VII. Emissão de laudos definidos no Decreto Estadual nº 47.626/19 e Portarias do Detran-MG como sendo de competência privativa do Detran-MG;

VIII. Realização de exames em quantitativo incompatível com seu horário de funcionamento e com o número disponível de profissionais credenciados;

IX. Cobrança de valores relativos a procedimento não autorizado;

X. Cobrança ou recebimento de valores diversos dos estabelecidos pelo Detran-MG;

XI. Assinatura de exames realizados por outros profissionais;

XII. Emissão de laudos imprecisos, inconclusivos, rasurados ou ilegíveis, abrangendo inclusive o carimbo autenticador;

XIII. Omissão da comunicação sobre alterações realizadas no quadro societário da clínica, bem como qualquer alteração no Contrato Social, sua estrutura física e endereço, sem prévia autorização do Detran-MG;

XIV. Inobservância aos horários previstos no caput e parágrafo único do art. 29 do Decreto Estadual nº 47.626/19;

XV. Ausência do Médico e do Psicólogo, credenciado junto ao Detran-MG, em horário de agendamento dos atendimentos;

XVI. Procedimentos que visem, deliberadamente, facilitar ou dificultar a aprovação de candidatos nos Exames de Aptidão Física e Mental e de Avaliação psicológica;

XVII. Deixar desatualizado o quadro de profissionais médicos e psicólogos e seus respectivos contatos pessoais (endereço e telefones) junto a Seção de Controle de clínicas da Divisão de Habilitação do Detran-MG;

XVIII. Efetuar lançamento dos resultados dos exames médicos e psicológicos, por outros, junto ao(s) sistema(s) informatizado(s) do Detran-MG, de competência exclusiva do médico e psicólogo; e

XIX. Realizar atendimento a candidatos distribuídos a clínica diversa.

**Art. 36.** Constituem infrações passíveis de aplicação da penalidade de cassação do credenciamento:

I. Reincidência, no período de doze meses, a contar da data da infração a que se comine a penalidade de suspensão, independentemente do dispositivo violado;

II. Cessão ou transferência, a qualquer título, do credenciamento senão observadas as regras para alteração do quadro societário da empresa conforme estabelecido no §2º do art. 2º do Decreto 47.626/19;

III. Implantação e exercício de atividades ambulatoriais, hospitalares, de consultórios de qualquer especialidade, públicos ou privados, ainda que de caráter filantrópico ou subvencionado pelo Poder Público, que comprometa a destinação exclusiva do estabelecimento;

IV. Prática de atos de improbidade perante a Administração Pública, a iniciativa privada, a fé pública e os costumes;

V. Apresentação de laudos incompletos, imprecisos, inconclusivos ou omissão na conferência da identificação do candidato ou condutor, por ocasião de exame;

VI. Emissão fraudulenta ou irregular de documentos ou resultados de exames;

VII. Emissão de resultado aprovando o candidato portador de patologia que implique risco à segurança do trânsito;

VIII. Descumprimento contumaz às regras e disposições constantes no Código de Trânsito Brasileiro, às normas do Contran, do Detran-MG, do Decreto Estadual nº 47.626/19, e decorrentes das diretrizes emanadas dos respectivos Conselhos de Medicina e de Psicologia e da legislação pertinente aos direitos do consumidor;

IX. Falsificação ou adulteração de documentos;

X. Prática de crimes contra a Administração Pública, quando praticados por dirigente ou prepostos dos credenciados;

XI. Permissão, a qualquer título ou pretexto, que terceiros, funcionários ou outros credenciados realizem os exames de sua exclusiva competência;

XII. Trabalho em conjunto com pessoas não habilitadas ou profissionais não credenciados ou em situação irregular perante o Detran-MG;

XIII. Vínculo com centros de formação de condutores, despachantes, clínica descredenciada, empresas credenciadas pelo Detran/MG e com a Controladoria Regional de Trânsito – CRT, bem como servidor público;

XIV. Pagamento ou recebimento de comissão a qualquer título, valor ou pretexto, de centros de formação de condutores, despachantes ou terceiros, objetivando o favorecimento de candidatos na realização dos exames previstos no Decreto Estadual nº 47.626/19;

XV. Cassação do registro ou sua suspensão, por prazo superior a 90 (noventa) dias, em decorrência de penalidade aplicada pelos respectivos Conselhos Regionais de Medicina e Psicologia;

XVI. Assinatura de laudos ou qualquer outro documento em branco;

XVII. O sócio que vier a exercer cargo, emprego, função pública ou cargo eletivo em quaisquer das esferas públicas, sem sua substituição por outro profissional que atenda as exigências necessárias para compor a sociedade;

XVIII. Realização de intermediação lucrativa de candidatos nos exames de que trata o Decreto Estadual nº 47.626/19.



**Art. 36.** Qualquer pessoa física ou jurídica será parte legítima para representar perante o Detran-MG contra irregularidades praticadas por clínica, na pessoa de seus sócios e colaboradores, bem como médicos e psicólogos, técnicos e administrativos.

## **CAPÍTULO X - DAS VEDAÇÕES, DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL**

**Art. 37.** A clínica médica e psicológica que descumprir, dificultar, retardar ou inviabilizar os objetivos previstos nas Resoluções do Contran, nesta Portaria, em normas complementares e deliberações deste Órgão, ficará sujeita ao impedimento técnico-operacional de distribuição equitativa e ao acesso ao(s) sistema(s) informatizado(s) do Detran-MG, até a sua efetiva adequação.

Parágrafo único. A medida administrativa de que trata o caput se dará, em caráter cautelar, ante ao risco eminente de prejuízo a administração pública, assegurados no processo administrativo a ampla defesa e o contraditório e normatização estabelecida na forma do Anexo V - Termo de Credenciamento.

**Art. 38.** Caberá ao Setor de Auditoria e Fiscalização – SAF do Detran-MG, após a designação da comissão processante por parte do Diretor do Detran-MG, a apuração das infrações previstas nas Resoluções do Contran e no Termo de Credenciamento e praticadas pelas clínicas sediadas em Belo Horizonte.

Parágrafo único - Em se tratando de clínica instalada na Região Metropolitana de Belo Horizonte e no interior do Estado, caberá às Delegacias Regionais da Polícia Civil instruir o procedimento administrativo destinado a averiguar e a comprovar os dados necessários para a tomada de decisão pelo Diretor do Detran-MG.

**Art. 39.** A aplicação das penalidades é competência exclusiva do Diretor do Detran-MG e será precedida de Processo Administrativo, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

§1º Caberá ao Diretor do Detran-MG designar comissão processante para a apuração de infrações praticadas pelas clínicas credenciadas.

§ 2º Concluída a instrução, o representado terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa escrita, contado do recebimento da notificação.

§ 3º Das decisões administrativas cabem recursos em face de razões de legalidade e de mérito.

§ 4º Ao Diretor do DETRAN/MG, no prazo de 05 (cinco) dias da notificação da decisão, poderá ser formulado um pedido de reconsideração.

§ 5º Caberá recurso ao Chefe de Polícia no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência da decisão do Diretor do DETRAN/MG.

§6º Os recursos, uma vez impetrados, não geram efeitos suspensivos.

**Art. 40.** São vedados às clínicas credenciadas:

I. A transferência de responsabilidade ou a terceirização das atividades para as quais foram credenciadas

II. O exercício das atividades para as quais foram credenciadas estando com as atividades suspensas ou com o prazo de credenciamento vencido;

III. A manutenção de vínculos profissionais, a qualquer título, com servidores do Detran-MG;

IV. A Contratação de servidores públicos em exercício, ressalvadas as hipóteses constitucionalmente prevista, desde que tenha carga horária compatível;

V. A inserção na composição societária de servidor público e cargo eletivo, despachante, titular de cargo eletivo ou sócio de outras empresas credenciadas pelo Detran-MG para qualquer das atividades de trânsito de sua atribuição;

VI. O exercício de outra atividade, além das previstas nesta Portaria, na sede da clínica.

VII. O uso de símbolos e da identidade visual exclusivos da Polícia Civil de Minas Gerais e do Detran-MG, bem como o registro e a utilização de nome comercial ou de fantasia que indique ou vincule o nome, a sigla, a abreviatura ou a logomarca da PCMG ou do Detran-MG.

VIII. A realização de exames em candidatos que tenha ciência não cumprir previamente os requisitos para se habilitar no respectivo processo ou considerados inaptos em outra clínica e em condutores cujo direito de dirigir esteja suspenso.

IX. O repasse ou a cobrança dos candidatos de valores referentes a serviços disponibilizados de forma gratuita pelo Detran-MG.

## **CAPÍTULO XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 41.** As clínicas que, na data da publicação desta Portaria, estiverem em processo de credenciamento nos moldes da Portaria do Detran-MG nº 792, de 06 de maio de 2019, modificada pela Portaria do Detran-MG nº 2013, de 12 de novembro de 2019, na fase em que se encontram, passarão a observar as diretrizes desta Portaria para finalização do processo e assinatura do Termo de Credenciamento desta Portaria (Anexo V).

Parágrafo único. As clínicas credenciadas antes da publicação desta Portaria deverão se adequar à presente legislação, realizando as adaptações necessárias, providenciando documentos até então não exigidos, bem como assinando um novo Termo de Credenciamento desta Portaria (Anexo V), os quais deverão ser comprovados e/ou enviados quando da renovação do credenciamento, por meio do Sistema de Credenciamento Eletrônico - SCE.

**Art. 42.** A clínica credenciada deverá utilizar o(s) sistema(s) informatizado(s) padrão estabelecido(s) pelo Detran-MG para as seguintes funções:

I. Informar eletronicamente ao Detran-MG o resultado da conclusão de cada exame de aptidão física e mental e avaliação psicológica;

II. Processar e transmitir ao Detran-MG, por meio de processo digital informatizado, as imagens do candidato.

§ 1º A clínica credenciada deverá implantar em sua sede o sistema que vincular ao Kit Equipamentos Captura biométrico, de coleta de imagens da face, das digitais e da assinatura do candidato/conductor, nos termos definido pelo Detran-MG, e deverá utilizá-lo, sem cobranças para o usuário, sempre que houver demanda de atualização de imagens para a emissão do documento de habilitação.

§2º Caberá à clínica credenciada a aquisição do Kit Equipamentos de Captura, observada as especificações definidas pelo Detran-MG e compatíveis com o sistema de produção e emissão dos documentos de habilitação (Anexo VII).

**Art. 43.** O lançamento dos resultados dos exames médicos e psicológicos junto ao(s) sistema(s) informatizado(s) do Detran-MG é de competência exclusiva do médico e do psicólogo, verificados por meio do certificado digital, devendo ser atualizado

imediatamente após sua realização.

§ 1º A clínica que retardar o referido lançamento será incurso nas sanções desta Portaria, após o devido processo administrativo, sendo os sócios/responsáveis técnicos responsáveis pelo controle da utilização do(s) sistema(s) informatizado(s) do Detran-MG.

§ 2º A clínica credenciada arcará com o ônus decorrente da incorreta emissão de documento de habilitação, em face de erro e inconsistência, providenciando o ressarcimento devido.

§ 3º Para fins desta Portaria, entende-se por responsável técnico aquele que provém, em sua respectiva área de atuação, o serviço que envolva todas as condições técnicas e disposições éticas do regular funcionamento da clínica médica e psicológica, respondendo integralmente pela por ela, independentemente de sua permanência no local.

**Art. 44.** As despesas decorrentes do acesso aos bancos de dados do Detran-MG correrão por conta da clínica credenciada, devendo ser recolhida a taxa a que se refere o item 5.12, Tabela "D", da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

**Art. 45.** A suspensão voluntária das atividades da clínica credenciada poderá ser concedida mediante requerimento junto a Seção de Controle de Clínica do Detran-MG ou à Delegacia Regional da Polícia Civil, e se limitará ao período máximo de 30 (trinta) dias, em caráter anual e não cumulativo.

§ 1º. O Detran-MG condicionará a análise e a concessão do presente benefício ao não prejuízo do atendimento ao público e observado o limite percentual de 50% (cinquenta por cento) de absenteísmo a cada município de credenciamento.

§ 2º A clínica solicitante, até o início da suspensão voluntária das atividades, deverá adotar as medidas necessárias à solução de todas as pendências relacionadas aos candidatos no período inativo.

**Art. 46.** A clínica credenciada deverá estabelecer seu horário de funcionamento de forma compatível com o horário de atendimento do Detran-MG e CIRETRANS, e com o horário de atendimento dos profissionais responsáveis pela realização dos exames e dos responsáveis técnicos, observados os critérios adotados pelos respectivos conselhos profissionais.

§ 1º Aos sábados, é facultativo o funcionamento.

§ 2º O agendamento dos candidatos obedecerá a critérios estabelecidos pelo Detran-MG visando garantir maior eficiência na prestação do serviço.

§3º A clínica deverá manter durante o horário de funcionamento ao menos um funcionário responsável pelo atendimento ao público, dispensada a presença do responsável técnico, dos médicos e dos psicólogos no período em que não houver paciente a ser atendido.

**Art. 47.** Os valores dos exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica realizados pelas clínicas credenciadas, observados os respectivos parâmetros da Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Psicologia, serão estipulados em portaria do Diretor do Detran- MG.

**Art. 48.** O Detran-MG distribuirá os exames de forma imparcial e aleatória, através de uma divisão equitativa.

**Art. 49.** Extingue-se o credenciamento por ato de vontade da clínica credenciada ou unilateralmente pela Administração Pública, após publicação de Portaria do Diretor do Detran-MG quando:

I. Decorridos noventa (90) dias do vencimento do prazo de vigência da Autorização de Funcionamento, a credenciada não manifestar interesse na prorrogação ou não apresentar documentação completa nos termos desta Portaria.

II. A clínica credenciada paralisar suas atividades por tempo superior a noventa (90) dias;

III. A clínica credenciada não mantiver as condições para a execução do serviço público, conforme aferição para a renovação anual do credenciamento.

Parágrafo único A clínica que tiver seu credenciamento extinto, somente poderá retornar as atividades, mediante um novo processo de credenciamento.

**Art. 50.** O credenciamento objeto desta Portaria é concedido a título precário pelo Detran-MG e está condicionado ao interesse público e à conveniência e oportunidade da Administração Pública.

**Art. 51.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do Detran-MG.

**Art. 52.** Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação e revoga as Portarias do Detran-MG nº 792, de 06 de maio de 2019, e nº 2013, de 12 de novembro de 2019 e demais disposições em contrário.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Alice Faria, Delegado(a)**, em 13/04/2022, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eurico da Cunha Neto, Diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais**, em 13/04/2022, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **45098784** e o código CRC **A62E7FC8**.

**Referência:** Processo nº 1510.01.0077720/2021-42

SEI nº 45098784



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Seção de Expediente/CAA/DETRAN

**Processo** nº 1510.01.0077720/2021-42

Belo Horizonte, 13 de abril de 2022.

**Procedência:** Despacho nº 267/2022/DETRAN/EXPED.

**Destinatário(s):** DH

**Assunto:** PUBLICAÇÃO

## DESPACHO

PORTARIA Nº 23/2022 PUBLICADA O MG DO DIA 14/01/2022, RETIFICAÇÕES PUBLICADAS NOS DIAS 08/04/2022, PG. 06 E 13/04/2022, PG. 04, JÁ DISPONIBILIZADAS NO SITE DO DETRAN/MG. COM AS ALTERAÇÕES. [CLIQUE AQUI](#)



Documento assinado eletronicamente por **Maria de Fatima Ferreira, Servidor(a) Público(a)**, em 13/04/2022, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **45134304** e o código CRC **E673E218**.

**Referência:** Processo nº 1510.01.0077720/2021-42

SEI nº 45134304



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Gabinete da Divisão de Habilitação

**Processo** nº 1510.01.0077720/2021-42

Belo Horizonte, 13 de abril de 2022.

**Procedência:** Despacho nº 345/2022/DETRAN/DH-GAB

**Destinatário(s):** @destinatarios\_virgula\_espaco@

**Assunto:**

## DESPACHO

Ciente.

Já foi devidamente divulgado.



Documento assinado eletronicamente por **Wagner Felix Soares, Assessor(a)**, em 13/04/2022, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **45142582** e o código CRC **04E631E0**.

**Referência:** Processo nº 1510.01.0077720/2021-42

SEI nº 45142582

**PORTARIA NÚMERO 23, DE 11 DE JANEIRO DE 2022.**

***Regulamenta o funcionamento e os procedimentos para o credenciamento de clínica médica e psicológica, para realizar exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica em candidatos à obtenção de permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da Carteira Nacional de Habilitação, à mudança e adição de categoria, registro de Carteira Nacional de Habilitação de outros Estados da Federação e Internacionais no Brasil, nos candidatos a Diretor-Geral, Diretor de Ensino, Instrutor e Examinador de Trânsito e candidatos a outros cursos, e dá outras providências.***

**O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DE MINAS GERAIS - DETRAN/MG**, órgão executivo de trânsito e integrante da estrutura orgânica da Polícia Civil de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 22 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro e as Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - Contran, bem como o artigo 37 da Lei Complementar Estadual nº 129, de 08 de novembro de 2013;

**CONSIDERANDO** que a Lei Federal 14.133/2021 não exige licitação quando houver a inviabilidade de competição para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização e que perícias e avaliações em geral são considerados serviços técnicos profissionais especializados (artigo 74);

**CONSIDERANDO** o artigo 148 do CTB e o Capítulo IV da Resolução do Contran nº 425, de 27 de novembro de 2012, que dispõem sobre o instituto do credenciamento como a forma de contratação de clínica médica e psicológica para realizar os exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica em candidatos à obtenção de permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da Carteira Nacional de Habilitação, à mudança e adição de categoria, registro de Carteira Nacional de Habilitação de outros Estados da Federação e Internacionais no Brasil, nos candidatos a Diretor Geral, Diretor de Ensino, Instrutor e Examinador de Trânsito;

**CONSIDERANDO** que compete ao Detran-MG, como Órgão Executivo Estadual de Trânsito, credenciar órgãos, instituições e entidades para a execução de atividades previstas na legislação de trânsito; cumprir e fazer cumprir tal legislação no âmbito do Estado de Minas Gerais;

**CONSIDERANDO** que é de responsabilidade do Detran-MG fiscalizar e assegurar a lisura das atividades desempenhadas pelos parceiros credenciados e voltadas aos candidatos e condutores mineiros;

**CONSIDERANDO** o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI nº 5774, que declarou ser inconstitucional a Lei Estadual 20.805/2013 em razão de os Estados não terem competência para legislar sobre as matérias de trânsito, exclusivas da União, e que afasta, portanto, a aplicabilidade dos

dispositivos limitadores e contrários às normas federais do Decreto Estadual nº 47.626 de 25 de março de 2019

**CONSIDERANDO** as Portarias do Detran-MG nº 813/2020 e 940/2021, que regulamentam e padronizam, com relação ao período de habilitação do requerente, ao sistema operacional de acesso e ao processo de fiscalização, o credenciamento das pessoas jurídicas que executam atividades previstas na legislação de trânsito, de atribuição do Detran-MG, RESOLVE:

## **CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** O credenciamento de clínica médica e psicológica observará os requisitos previstos nesta Portaria e nas Resoluções do Contran, e o calendário com o prazo para a habilitação dos interessados no pré-cadastro, conforme disposto na Portaria do Detran-MG nº 940/2021.

Parágrafo único - O credenciamento permitirá que a clínica realize exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica em candidatos à obtenção de permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da Carteira Nacional de Habilitação, à mudança e adição de categoria, registro de Carteira Nacional de Habilitação de outros Estados da Federação e Internacionais no Brasil, nos candidatos a Diretor Geral, Diretor de Ensino, Instrutor e Examinador de Trânsito, naqueles que venham a concluir cursos especiais de formação, conforme determinação do Contran, da Senatran e do Detran-MG, bem como exames que a legislação de trânsito venha a prever e a autorizar.

**Art. 2º** A participação societária da clínica médica e psicológica, para fins de credenciamento, é exclusiva de, no mínimo, um médico e um psicólogo devidamente habilitados na forma do art. 18 da Resolução 425 de 27 de novembro de 2012, Contran.

Parágrafo Único - Os sócios das clínicas deverão estar plenamente registrados nos Conselhos Profissionais de Medicina e Psicologia para atuação em Minas Gerais.

**Art. 3º** O credenciamento de clínica médica e psicológica é específico para o município estabelecido, sendo vedada a instituição de filiais, intransferível, inegociável, e renovável a cada 1 (um) ano, contado a partir do início de funcionamento junto ao sistema do Detran, desde que observadas às exigências de normativas aplicáveis.

§1º Nos municípios em que não houver clínica credenciada, será permitida a realização do exame de aptidão física e mental e/ou da avaliação psicológica por clínicas credenciadas em outras localidades, autorizadas pelo Detran-MG.

§2º A pessoa jurídica interessada, por intermédio de seus sócios, deverá solicitar credenciamento para o endereço que consta no seu respectivo comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

§3º A clínica médica e psicológica deve desenvolver exclusivamente atividades referentes aos procedimentos previstos nesta Portaria, sendo vedado o credenciamento de clínica localizada em ambulatório, hospital ou instalada conjuntamente com consultórios de outras especialidades.

§4º Os pedidos de renovação de credenciamento deverão ser apresentados pelos interessados até 30 (trinta) dias antes da data do vencimento do credenciamento em vigor.

§5º Os prazos, quando vencerem em finais de semana ou feriados, serão prorrogados para o primeiro dia útil subsequente.

## **CAPÍTULO II - DO CREDENCIAMENTO DE CLÍNICA MÉDICA E PSICOLÓGICA**

### **SEÇÃO I - DO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO**



**Art. 4º** O requerimento de credenciamento de clínica médica e psicológica, assinado pelos sócios e dirigido ao Diretor do Detran-MG, deverá ser preenchido eletronicamente no Sistema de Credenciamento de Empresas – SCE, mediante certificação digital da empresa e, após, iniciará a etapa do pré-cadastro, na qual deverão ser realizados os uploads dos documentos e notas fiscais (ou termos de doação com o devido número de série do(s) equipamento(s) em nome da empresa):

I- Da clínica:

a) Contrato social, registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ou em Cartório de Registro Civil da Pessoa Jurídica;

a.1) O objeto social da pessoa jurídica deve relacionar-se à atividade objeto de que trata o credenciamento.

b) Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com situação cadastral ativa;

c) Certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de primeira e segunda instância da Justiça Federal de ações criminais, de execuções fiscais e de ações em que for interessada a União, suas autarquias e fundações;

d) Certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de primeira e segunda instância da Justiça Estadual de ações criminais, de ações cíveis, de execuções fiscais e de outras ações em que for interessado o Estado, suas autarquias e fundações, da comarca da sede da clínica;

e) Prova de regularidade fiscal e trabalhista junto ao órgão;

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da clínica, ou outra equivalente, na forma da lei;

g) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

h) Registro atualizado da clínica nos Conselhos profissionais de medicina e psicologia. Em caso de comprovada omissão do respectivo Conselho em se realizar o registro da clínica, poderá ser admitido o protocolo do pedido de registro no Conselho, devendo os sócios apresentarem o Registro definitivo, com os respectivos Responsáveis Técnicos da empresa, antes da publicação da Portaria de Credenciamento;

i) Prova de propriedade ou contrato de locação do imóvel onde está instalada a clínica;

j) Alvará de localização e funcionamento fornecido pelo órgão municipal competente;

k) Licença de funcionamento/licença sanitária/alvará sanitário, emitido pela vigilância sanitária local e cumprir a legislação sanitária vigente;

l) Planta baixa do imóvel, com a descrição física e a finalidade das dependências, discriminando tamanho das instalações em escala de 1:100;

m) Imagens detalhando a infraestrutura das instalações, as quais, respeitadas as normas vigentes relativas à acessibilidade dos portadores de deficiência física, conforme diretrizes da Resolução 425/12/Contran c/c NBR 14.970, NBR 9050 da ABNT, da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), da Lei nº 10.048/2000, da Lei nº 10.098/2000, bem como da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e eventuais legislações posteriores, deverão dispor do mínimo a seguir:

1. sala de recepção e espera com o necessário e suficiente conforto;
2. sala para teste coletivo com acomodações confortáveis, dispondo de oito carteiras do tipo escolar;
3. sala privativa para teste e entrevista individual com ventilação satisfatória e sonorização e iluminação adequadas, conforme exigências dos manuais de teste
4. sala exclusiva de almoxarifado e arquivo com chaves, como também armários para guarda dos destes;
5. sala para exame médico, com dimensões mínimas de 4,50 m x 3,00 m no caso de a acuidade visual ser verificada por meio de projetor luminoso ou tabela de Snellen, provida de lavatório para mãos, com ventilação e iluminação adequadas;
6. instalações sanitárias distintas para homens e mulheres, e unissex exclusivo para pessoas com deficiência, em perfeitas condições de higiene e utilização;
7. Instalações psicológicas de acordo com as exigências contidas no artigo 8º desta Portaria.

n) Declaração, com firma reconhecida e assinada pelos sócios, de que a clínica disporá dos seguintes equipamentos técnicos utilizados na avaliação psicológica:

1. Entrevista, que deverá abranger o histórico familiar, escolar, profissional e de saúde, bem como outros fatores considerados relevantes pelo Psicólogo Perito Examinador;
2. Bateria de testes de personalidade e seus respectivos manuais originais, cujas especificações deverão ser seguidas rigorosamente, e outros testes psicológicos oficialmente reconhecidos pelo Conselho Federal de Psicologia;
3. Cronômetros;
4. Bateria de testes de habilidades específicas e complementares, com seus respectivos manuais originais, referentes à Atenção Concentrada, Atenção Difusa, Atenção Distribuída, Memória, rapidez de raciocínio, tempo de reação e relações espaciais, a serem realizados em folhas e cadernos originais.
5. Testes de nível mental e respectivo manual, que deverá ser realizado em cadernos e folhas originais; e
6. Além do material para o teste expressivo, devem ser disponibilizados pela clínica, como requisito mínimo, os testes projetivos ou gráficos com manuais e outros impressos necessários à aplicação originais.

o) Declaração, com firma reconhecida e assinada pelos sócios, de que a clínica manterá em funcionamento os seguintes equipamentos necessários à informatização da empresa:

1. No mínimo um microcomputador com alto poder de conectividade, para a transmissão de dados de forma segura e criptografada, segundo o máximo nível de segurança disponível no mercado;
2. Impressora a laser com memória interna suficiente para a recepção de impressão de trinta estações simultaneamente;
3. Scanner de mesa ou impressora laser multifuncional com memória interna suficiente para a recepção de impressão de trinta estações simultaneamente;
4. Kit de Equipamentos de Captura de Imagens e Digitais, compatível com os sistemas informatizados, conforme especificações técnicas trazidas no Anexo VII.

p) Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB ou documento equivalente expedido por essa corporação;

q) Termo de compromisso assinado pelos sócios, por meio do qual se comprometem a observar as seguintes obrigações:

1. Comparecimento obrigatório, quando convocados, dos representantes do corpo funcional da clínica para treinamentos realizados pelo Detran-MG, padronizar procedimentos e operar o sistema informatizado, com a devida liberação de acesso mediante termo de uso e responsabilidade;

2. Comparecimento obrigatório, quando convocados, dos profissionais médico e psicólogo cadastrados na clínica para treinamentos e reciclagens realizados pelo Detran-MG a fim de padronizar procedimentos e recomendações técnicas quanto ao atendimento e avaliação dos candidatos, salvo exceção por motivo justificável, caso fortuito ou força maior;

3. Afixar informes em local de destaque na recepção com documento comprobatório do seu credenciamento, da tabela de preços autorizada pelo Detran-MG, bem como quadro dos profissionais cadastrados e dos responsáveis técnicos;

4. Participação bienal dos médicos e psicólogos cadastrados na empresa em Seminários, Jornadas, Fóruns, Congressos, Cursos e Reuniões promovidas pela Associação Brasileira de Medicina de Tráfego - ABRAMET, Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego - ABRAPSIT e entidades afins reconhecidas pelo Detran-MG, com o objetivo de otimizar rotinas e procedimentos para melhor atender ao público e da divulgação de Pesquisas Científicas na área da Medicina de Tráfego e da Psicologia do Trânsito, sob pena de advertência.

r) Laudo de vistoria de comprovação das exigências para credenciamento, expedido pela Superintendência de Polícia Técnico Científica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (anexo VI), em observância aos seguintes itens da NBR 9050: 4.6.6, 6.3.3, 6.3.4, 6.6.1, 6.6.2.6, 6.6.4, 6.8, 6.9, 6.10.2, 6.11.1, 6.11.2 (exceto 6.11.2.5), 7.5, 7.6, 7.7 (exceto 7.7.3.1), 7.8 e 7.11.; e

s) Termo de vistoria técnica realizada, em Belo Horizonte, pela Seção de Controle de clínicas - Divisão de Habilitação, e, no interior, pelas Delegacias Regionais de Polícia Civil CIRETRAN a qual a clínica médica e psicológica esteja vinculada (Anexo III).

## II. Dos Sócios:

a) Documento de Identidade com foto e do CPF (autenticadas);

b) Certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de primeira e segunda instância da Justiça Federal de ações criminais, de execuções fiscais e de ações em que for interessada a União, suas autarquias e fundações;

c) Certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de primeira e segunda instância da Justiça Estadual de ações criminais, de ações cíveis, de execuções fiscais e de outras ações em que for interessado o Estado, suas autarquias e fundações, da comarca do domicílio do sócio;

d) Certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, das Justiças Eleitoral e Militar do Estado e da União;

e) Prova de regularidade fiscal e trabalhista junto ao órgão;

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio do sócio;

g) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

h) Certificado do(s) sócio(s) médico(s) de Título de Especialista em Medicina de Tráfego, expedido de acordo com as normas da Associação médica Brasileira - AMB e do Conselho Federal de Medicina - CFM ou Capacitação de acordo com o programa aprovado pela Comissão Nacional de Residência médica - CNRM ou certidão emitida pelo Conselho Regional de Medicina constando a Especialidade de Medicina do Tráfego;

i) Título do(s) sócio(s) Psicólogo(s) de conclusão e aprovação em curso de Especialista em Psicologia do Trânsito reconhecido pelo Conselho Federal de Psicologia e pelo MEC, ou certidão emitida pelo Conselho Regional de Psicologia constando a Especialidade de Psicologia do Trânsito;

j) Registros atualizados de médicos e psicólogos nos respectivos Conselhos profissionais;

k) Prova de regularidade quanto a débitos e processos éticos junto aos respectivos conselhos profissionais, acompanhada de fotocópia da identidade profissional;

l) Declaração negativa com firma reconhecida em cartório de que o proprietário ou sócio não exerce cargo, emprego ou função pública e cargo eletivo em qualquer Órgão Público, incluindo-se cargo eletivo, conforme modelo contido no Anexo I

desta Portaria;

m) Declaração com firma reconhecida em cartório de não estar o proprietário ou sócio envolvido em atividade comercial ou outras que possam comprometer sua isenção na execução da atividade credenciada (Anexo IX).

n) Declaração com firma reconhecida em cartório de não haver para o proprietário ou sócio e para a clínica registros de inidoneidade junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) (Anexo XI)..

o) Comprovante de residência atual, conforme legislação em vigor, ou declaração firmada em cartório.

§1º Iniciada a fase do pré-cadastro, caso a clínica não dê prosseguimento à tramitação do processo mediante a juntada dos documentos exigidos, ele será cancelado automaticamente após 90 (noventa) dias.

§2º A análise dos documentos inseridos no Sistema de Credenciamento de Empresas – SCE será de atribuição da Seção de Controle de clínicas, sob a gestão da Divisão de Habilitação, na Capital, e no interior do Estado, das Delegacias Regionais de Polícia Civil.

§3º Não será causa de inabilitação estar a clínica em processo de recuperação judicial ou pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação.

**Art. 5º** O requerimento de credenciamento também deverá estar acompanhado dos seguintes requisitos obrigatórios, os quais deverão ser realizados os uploads dos documentos (ou notas fiscais dos equipamentos em nome da empresa):

a) Comprovante de que a clínica possui tecnologia de certificação digital para a identificação da empresa e dos seus empregados junto ao Senatran e ao Detran-MG, e acesso aos sistemas informatizados;

b) Declaração de Manutenção e Funcionamento do Kit Equipamento de captura de imagem e digitais (Anexo VII) compatível com os sistemas informatizados da gráfica contratada para impressão da CNH, conforme especificações técnicas contidas no Anexo VIII.

c) Cumprir o Código de Postura Municipal;

d) Cumprir a NBR 9050 da ABNT;

e) Ter recursos de informática com acesso à Internet.

**Art. 6º** São exigências relativas às instalações médicas, os equipamentos e objetos, os quais deverão ser realizados os uploads documentos e notas fiscais (ou termos de doação com o devido número de série) em nome da empresa:

I. A sala de exame médico deverá ter dimensões mínimas de 4,5m x 3,0m (quatro metros e meio por três metros) com auxílio de espelhos, obedecendo aos critérios de acessibilidade, provida de lavatório para mãos, com ventilação e iluminação adequadas;

II. Tabela de Snellen ou projetor de optotipos;

III. Equipamento refrativo de mesa (facultativo);

IV. Divã para exame clínico;

V. Cadeira e mesa para o médico;

VI. Cadeira para o candidato;

VII. Estetoscópio;

VIII. Esfigmomanômetro;

IX. Martelo de Babinsky;

X. Dinamômetro para força manual;

XI. Equipamento para avaliação do campo visual, da estereopsia, do ofuscamento e da visão noturna;

XII. Foco luminoso;

XIII. Lanterna luminosa com as cores vermelha, verde e amarela;

XIV. negatoscópio

XV. Fita métrica;

XVI. Balança antropométrica;

XVII. Placas de aferição de profundidade;

XVIII. Luva para exame médico e fita métrica;

XIX. Coletânea atualizada das regras e procedimentos a observar impressos;

XX. Código Internacional de Doenças - CID, atualizado.

**Art. 7º** São exigências relativas às instalações psicológicas:

I. Sala para teste coletivo, com acomodação confortável, dimensões mínimas de 1,20 m x 1,00 m (um metro de vinte por um metro) por candidato, dispondo de 08 (oito) carteiras do tipo escolar;

I.a. Na sala de teste coletivo deverá haver no mínimo uma mesa para deficiente físico, conforme item 9.3.1 da NBR 9050 da ABNT, com tampo contendo largura mínima de 0,90m, altura entre 0,75m e 0,85m do piso, e altura livre do tampo de no mínimo 0,73m com profundidade livre mínima de 0,50m.

II. Sala privativa para teste e entrevista individual com dimensões mínimas de 2,0m X 2,0m, (dois metros por dois metros) condições de ventilação à situação de teste, ambiente bem iluminado por luz natural ou artificial fria, evitando-se sombras ou ofuscamentos, conforme exigências dos manuais de teste, na forma do inciso III do art. 16 da Resolução 425/12/Contran.

**Art. 8º** O requerimento de credenciamento deverá ser analisado pelo Detran-MG no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de seu recebimento, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias.

**Art. 9º** Nos casos em que os interessados apresentarem documentação incompleta ou inadequada, será admitido o saneamento no prazo de até 90 (noventa) dias, a partir da devida ciência.

Parágrafo único - A inércia da requerente por período superior ao definido no caput acarretará o arquivamento do requerimento de credenciamento, devendo a empresa, caso haja interesse, iniciar novo processo de credenciamento.

**Art. 10.** Constatando-se que o requerimento apresentado atende aos requisitos exigidos, o interessado será considerado habilitado e o Detran-MG realizará, no imóvel da sede da empresa, uma vistoria técnica, de inspeção funcional e com objetivo de atestar o cumprimento do disposto nesta Portaria.

§1º A vistoria técnica será realizada, na Capital, pela Seção de Controle de clínicas, sob a gestão da Divisão de Habilitação do Detran-MG e, no interior, pelas Delegacias Regionais de Polícia Civil nos demais municípios, observando-se o modelo do contido no Termo de Vistoria (Anexo III)

§2º No caso de reprovação da vistoria no estabelecimento da empresa, o Detran-MG terá um prazo de até 30 (trinta) dias para realizar nova vistoria, contados da data de informação da correção da irregularidade ao órgão.

**Art. 11.** Aprovada a vistoria, a clínica deverá realizar o pagamento da DAE relativa à taxa de credenciamento prevista no item 5.3 da Tabela “D” da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

Parágrafo único. A clínica deverá, também, providenciar a afixação da placa de identificação de clínica médica e psicológica, conforme modelo constante no Anexo IV desta Portaria.

**Art. 12.** Estando deferido o requerimento de credenciamento, os sócios da clínica assinarão o Termo de Credenciamento – Anexo V desta Portaria, e o Diretor do Detran-MG publicará a portaria de credenciamento.

**Art. 13.** Após a publicação da portaria de credenciamento, a clínica deverá solicitar ao Detran-MG a interligação do seu sistema informatizado.

**Art. 14.** Após o devido registro da credenciada junto ao sistema informatizado do Detran-MG, será iniciada a autorização de funcionamento com validade de 01 (um) ano, podendo ser renovado sucessivamente, desde que observadas às exigências de normativas aplicáveis, ressalvado o interesse da Administração Pública.

**Art. 15.** Caberá à Seção de Controle de clínicas, sob a gestão da Divisão de Habilitação do Detran-MG, nos processos de credenciamento de clínica médica e psicológica:

I. Orientar os interessados e os servidores das Delegacias Regionais de Polícia Civil do interior, dirimindo dúvidas acerca da documentação e dos procedimentos;

II. Proceder com análise, conferência e validação da documentação apresentada pelos requerentes, quando na Capital;

III. Validar a documentação apresentada, já analisada e conferida pelas Delegacias Regionais de Polícia Civil, no interior.

## **SEÇÃO II - DA RENOVAÇÃO DO CREDENCIAMENTO**

**Art. 16.** A renovação do credenciamento de clínica médica e psicológica credenciada será anual, com o devido recolhimento da Taxa de Segurança Pública, prevista item 5.3 da Tabela “D” da Lei nº 6.763/1975, desde que requerida pelo credenciado.

§1º O requerimento de renovação de credenciamento deverá ser firmado pelos sócios e apresentado com até 30 (trinta) dias de antecedência do término da validade da autorização de funcionamento.

§ 2º Decorridos 90 (noventa) dias do vencimento do prazo para a renovação anual do credenciamento, a clínica que não manifestar interesse ou não apresentar documentação completa nos termos desta Portaria, será considerado extinto o credenciamento da empresa, com a publicação de portaria pelo Diretor do Detran-MG.

§3º O requerimento de renovação de credenciamento deverá conter a documentação exigida para o credenciamento nos termos do art. 4º, inciso I, alíneas ‘a’ a ‘k’, e inciso II desta Portaria.

§4º Na eventualidade de alteração no quadro societário ou no endereço da empresa, na estrutura do imóvel ou qualquer outra que culmine na necessária atualização dos documentos elencados nos arts. 4º, 5º e 10 ao longo do período de validade da autorização de funcionamento, estes deverão ser apresentados também quando da solicitação da mudança desejada.

§5º Além dos documentos indicados no §3º deste artigo, deverão ser juntadas no requerimento de renovação as notas fiscais referente à compra de testes psicológicos e de aferição/aquisição dos equipamentos médicos relativos ao exercício anterior.

§ 6º A empresa que pretende renovar seu credenciamento deverá dispor dos requisitos obrigatórios previstos no arts. 4º, 5º, 6º e 7º, desta Portaria, respeitando-se as normas vigentes relativas à acessibilidade dos portadores de deficiência física, conforme diretrizes da Resolução 425/12/Contran c/c NBR 14.970 e NBR 9050 da ABNT.

**Art. 17.** No caso em que a clínica apresentar documentação incompleta ou inadequada, será admitido o saneamento no prazo de 90 (noventa) dias, a partir da comunicação da pendência.

Parágrafo Único - Transcorridos 90 (noventa) dias de suspensão da distribuição equitativa de candidatos em decorrência da incompletude ou inadequação da apresentação dos documentos necessários à renovação do credenciamento, sem justificativa pertinente, a clínica médica e psicológica será descredenciada.

**Art. 18.** Analisada a documentação e comprovada a regularidade das condições de funcionamento, equipamentos e estrutura física da clínica credenciada, será realizada vistoria técnica pela Seção de Controle de clínicas, sob a gestão da Divisão de Habilitação, em Belo Horizonte, e pela Delegacia Regional de Polícia Civil, nos demais municípios, em conformidade com o modelo do Termo de Vistoria (Anexo III).

**Art. 19.** No caso da não renovação do credenciamento da clínica médica e psicológica, ou de seu descredenciamento, os exames em andamento deverão ser redistribuídos automática e equitativamente entre as clínicas remanescentes, sendo o candidato/conductor isento dos respectivos honorários, mediante despacho motivado da Autoridade competente.

I. Os prontuários médicos arquivados deverão ser encaminhados à Seção médica da Divisão de Habilitação do Detran-MG.

II. Os prontuários psicológicos arquivados deverão ser encaminhados à Seção de Avaliação psicológica da Divisão de Habilitação do Detran-MG.

### **CAPÍTULO III - DA IDENTIFICAÇÃO DAS CLÍNICAS CREDENCIADAS**

**Art. 20.** Quanto à identificação da clínica credenciada:

I. A placa de identificação da clínica, afixada na parte externa do imóvel deverá constar a expressão "CLÍNICA MÉDICA E PSICOLÓGICA CREDENCIADA", conforme Anexo IV.

II. Em todas as áreas internas da credenciada deverão ser afixadas placas de identificação, devendo constar, por exemplo, as expressões "Sala de Exames Médicos", "Sala de Exames Psicológicos", "Recepção", "Cozinha", "Banheiro Feminino".

III. Na recepção da credenciada deverá ser afixado na parede, em local de ampla visibilidade, o Registro de Funcionamento, a Portaria de Credenciamento, alvarás e os valores das taxas do Detran-MG para o exercício vigente.

IV. A placa de identificação deverá estar de acordo com as seguintes especificações:

- a) Placa em acrílico branco de fundo;
- b) Aplicação do grafismo em plotter de recorte, em conformidade com o padrão e a tipologia apresentados no Anexo IV desta Portaria;
- c) Iluminação back-light.

#### **CAPÍTULO IV - DA ALTERAÇÃO DO QUADRO SOCIETÁRIO**

**Art. 21.** A clínica que pretender realizar alteração contratual deverá fazer a solicitação à chefia da Seção de Controle de Clínicas da Divisão de Habilitação – Detran-MG, em se tratando de clínica credenciada em Belo Horizonte, ou à Delegacia Regional da Polícia Civil, em se tratando de clínica credenciada do interior.

**Art. 22.** Preservada a pessoa jurídica, poderá ocorrer alteração do quadro societário por profissional com formação técnica exigida para o credenciamento e mantendo o mínimo de um médico e um psicólogo.

§1º A solicitação de alteração do quadro societário deverá conter um requerimento assinado pelos sócios que se retiram e pelos que comporão o novo quadro societário, ao qual deverão ser anexados, além da minuta da alteração do Contrato Social, os documentos elencados no art. 4º, I e II, desta Portaria, relativos à clínica e aos novos sócios.

§2º Após análise e deferimento do pedido proposto, o Detran-MG, por meio da Seção de Controle de clínicas, ou da Delegacia Regional da Polícia Civil, comunicará à empresa para que seja realizado o registro da Alteração Contratual na Junta Comercial de Minas Gerais – JUCEMG e/ou Cartório de Registro Civil da Pessoa Jurídica.

**Art. 23.** A clínica médica e psicológica credenciada deverá manter atualizado junto à Seção de Controle de clínicas ou à Delegacia Regional da Polícia Civil seu quadro de profissionais médicos e psicólogos e sua composição societária, bem como quais deles respondem pela Responsabilidade Técnica da empresa conforme demonstrado por Registro da empresa nos Conselhos Regionais de Medicina e Psicologia, sob pena de contrariar o Termo de Credenciamento – Anexo V desta Portaria.

**Art. 24.** Na hipótese de falecimento de sócio da clínica credenciada, deverá o representante legal ou o procurador legalmente constituído, no prazo máximo de 30 (trinta) dias:

- I. Comunicar o fato ao Detran-MG;
- II. Proceder à devida alteração do contrato social, averbando-o na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
- III. Comprovar junto ao Detran-MG que o novo sócio atende aos requisitos desta Portaria, devendo apresentar os documentos elencados no art. 4º relativos ao sócio.

#### **CAPÍTULO V - DA REFORMA E DA MUDANÇA DE ENDEREÇO**

**Art. 25.** A clínica que necessitar alterar sua estrutura física, reformar ou mudar o endereço de suas instalações dentro do mesmo município deverá solicitar autorização à chefia da Seção de Controle de Clínicas da Divisão de Habilitação – Detran-MG, em se tratando de clínica credenciada em Belo Horizonte, ou à Delegacia Regional da Polícia Civil, em se tratando de clínica credenciada no interior.

Parágrafo único. É vedada a transferência de município para o qual a clínica médica e psicológica foi originalmente credenciada. Constituirá novo credenciamento a alteração de endereço para município diverso daquele para o qual a clínica foi credenciada.

**Art. 26.** A solicitação de alteração na estrutura física, de reforma ou de mudança de endereço deverá conter um requerimento assinado pelos sócios, ao qual



deverão ser anexados os seguintes documentos:

I. Para alteração da sua estrutura física ou reforma: detalhamento do serviço com data de início e previsão de término;

II. Alteração contratual registrada na Junta Comercial de Minas Gerais – JUCEMG e/ou Cartório de Registro Civil da Pessoa Jurídica;

III. Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

IV. Prova de propriedade ou contrato de aluguel do imóvel onde será a nova instalação da clínica;

V. Registros da pessoa jurídica junto aos Conselhos Profissionais;

VI. Alvará de localização e funcionamento fornecido pelo órgão municipal;

VII. Cópia da planta baixa do imóvel, com a descrição física e a finalidade das dependências, discriminando tamanho das instalações em escala de 1:100;

§1º Após análise do requerimento e documentos juntados pela Delegacia Regional, no interior, ou Seção de Controle de Clínicas – Divisão de Habilitação, na Capital, deverão ser apresentados e juntados ao Sistema de Credenciamento Eletrônico – SCE:

I. Atestado de vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, ou documento equivalente expedido por essa corporação;

II. Imagens detalhando a infraestrutura das instalações, as quais, respeitadas as normas vigentes relativas à acessibilidade dos portadores de deficiência física, conforme diretrizes da Resolução 425/12/Contran c/c NBR 14.970, NBR 9050 da ABNT, da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), da Lei nº 10.048/2000, da Lei nº 10.098/2000, bem como da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e eventuais legislações posteriores, deverão dispor do mínimo a seguir:

a) Sala de recepção e espera com o necessário e suficiente conforto;

b) Sala exclusiva de almoxarifado e arquivo com chaves, como também armários para guarda dos testes;

c) Instalações sanitárias distintas para homens e mulheres, e unissex exclusivo para pessoas com necessidades especiais, em perfeitas condições de higiene e utilização;

d) Instalações médicas de acordo com as exigências contidas no artigo 7º desta Portaria;

e) Instalações psicológicas de acordo com as exigências contidas no artigo 8º desta Portaria.

III. Kit de Equipamento de captura de imagem, assinatura e digitais – biometria (notas fiscais dos equipamentos em nome da empresa);

IV. Laudo de Vistoria de comprovação do cumprimento das exigências para o credenciamento, expedido pelo Instituto de Criminalística da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (Anexo VI); e

V. Termo de Vistoria Técnica realizada, em Belo Horizonte, pela Seção de Controle de clínicas - Divisão de Habilitação, e, no interior, pelas Delegacias Regionais de Polícia Civil CIRETRAN a qual a clínica médica e psicológica esteja vinculada (Anexo III).

§1º Qualquer alteração nas instalações internas da clínica credenciada deverá ser comunicada ao Detran-MG com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 2º Durante a análise do processo de alteração de sua estrutura física, reforma ou mudança de endereço, a clínica credenciada poderá ser suspensa no sistema de distribuição equitativa, para fins de ajustes, quando o atendimento ficar comprometido.

§ 3º Confirmada a alteração da estrutura física, reforma ou de endereço da clínica médica e psicológica por parte da Delegacia Regional da Polícia Civil no interior, será feito o devido registro na Seção de Controle de Clínicas, bem como a reativação da empresa junto ao sistema informatizado para o novo local.

## **CAPÍTULO VI - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO DETRAN-MG**

**Art. 27.** Compete ao Detran-MG:

I. Credenciar as empresas, desde que atendam as condições e requisitos na presente Portaria,

II. Garantir, quando solicitado, dentro da esfera de sua competência, o suporte técnico e operacional às Clínicas credenciadas de todo o Estado por meio da Seção de Exames Médicos e da Seção de Avaliação psicológica, juntamente com a Seção de Controle de Clínicas, pertencentes à Divisão de Habilitação.

III. Estabelecer e fornecer as especificações de sistema operacional e de equipamentos a serem observadas nas credenciadas;

IV. Providenciar aditamentos à presente Portaria e demais atos normativos, pertinentes à matéria, na imprensa oficial;

V. Fiscalizar o fiel cumprimento das normas legais e dos compromissos assumidos pelas clínicas credenciadas com o Detran-MG;

VI. Supervisionar e orientar o funcionamento das clínicas credenciadas, por meio da Seção de Exames Médicos e da Seção de Avaliação psicológica, juntamente com a Seção de Controle de Clínicas, articulando-se com os Conselhos Regionais de Medicina e Psicologia, inclusive editando normas conjuntas, se necessário, a fim de promover o fiel cumprimento dos procedimentos e exigências estabelecidas na legislação pertinente;

VII. Requisitar, a qualquer tempo, documentos, laudos e protocolos das clínicas;

VIII. Editar instruções técnicas e administrativas relacionadas ao funcionamento da clínica médica e psicológica, por meio da Seção de Exames Médicos e da Seção de Avaliação psicológica, juntamente com a Seção de Controle de Clínicas;

IX. Promover e incentivar estudos relativos à implantação e aperfeiçoamento operacional e científico das clínicas credenciadas.

## **CAPÍTULO VII - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS CREDENCIADAS**

**Art. 28.** Constituem obrigações das clínicas credenciadas:

I. Solicitar autorização prévia ao Detran-MG para proceder a qualquer mudança que implique em alteração do sócio, razão social ou sociedade civil e nome fantasia;

II. Não praticar qualquer ato vedado nesta Portaria, no Termo de Credenciamento e na legislação vigente;

III. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da execução

de suas atividades e das normas emitidas pelo Detran-MG;

IV. Atender integralmente aos padrões estabelecidos pelo Detran-MG quanto às instalações físicas, documentação, sistema operacional e equipamentos;

V. Assumir, com exclusividade, os riscos e as despesas decorrentes da execução dos serviços desta Portaria;

VI. Cumprir fielmente o que dispõe o Código de Trânsito Brasileiro - Lei 9.503/97, as Resoluções do Contran, as normas e as orientações estabelecidas pelo Senatran, Cetran/MG e Detran-MG;

VII. Manter catalogadas as normas e orientações expedidas pelo Detran-MG;

VIII. Exigir do candidato a documentação necessária para o procedimento a ser realizado, na forma estabelecida pela legislação em vigor;

IX. Zelar pela observância das regras sociais de convivência e urbanidade dos seus sócios, empregados e profissionais contratados no atendimento aos usuários;

X. Manter seu quadro profissional atualizado em relação à legislação de trânsito, notadamente no que concerne às normas emitidas pelo Contran, Senatran, Cetran/MG e Detran-MG;

XI. Atender às convocações do Detran-MG;

XII. Comunicar ao Detran-MG, assim que tiver conhecimento, formal e prontamente, os fatos e as informações relevantes que caracterizem desvio de conduta ou irregularidades praticados por seus empregados, prestadores de serviço e prepostos, bem como, qualquer indício de ilícito penal ou de improbidade administrativa;

XIII. Adotar imediatamente as medidas efetivas para resolver o problema, relativo ao inciso anterior, na esfera de sua competência;

XIV. Requerer autorização prévia do Detran-MG para promover alterações nas instalações físicas e mudança de endereço, e só efetuar-las de acordo com as determinações deste Detran-MG;

XV. Interligar-se com o(s) sistema(s) informatizado(s) do Detran-MG;

XVI. Utilizar, durante a vigência do credenciamento, os sistemas informatizados do Detran-MG exclusivamente para a execução das atividades previstas nesta Portaria;

XVII. Solicitar o cadastramento/exclusão de médico ou psicólogo por meio de requerimento firmado junto à Seção de Controle de clínicas.

XVIII. Disponibilizar os equipamentos necessários para a perfeita execução do serviço, mantendo- os interligados com o sistema do Detran-MG;

XIX. Manter arquivada a documentação referente aos exames realizados;

XX. Permitir o livre acesso às suas dependências e aos documentos, fornecendo todas as informações aos servidores em supervisão, fiscalização ou em serviços de auditoria realizados ou autorizados pelo Detran-MG;

XXI. Disponibilizar todas as informações, sempre que solicitado, relativas às condições jurídicas e administrativas da credenciada,

XXII. Manter em seus arquivos os documentos comprobatórios dos valores recebidos pelos serviços prestados pelo prazo 05 (cinco) anos, à disposição da fiscalização;

XXIII. Manter elevado padrão de atendimento e aplicar técnicas modernas na execução dos serviços;

XXIV. Possuir e manter atualizado alvará de funcionamento fornecido pelo órgão municipal competente;

XXV. Possuir e manter atualizado alvará de vistoria do corpo de bombeiros;

XXVI. Possuir e manter atualizado certificado de registro nos Conselhos Profissionais.

**Art. 29.** A clínica credenciada será responsável pelas obrigações trabalhistas e encargos sociais de seus empregados envolvidos nos serviços prestados em razão do credenciamento, desde já, exonerando o Detran-MG de toda e qualquer obrigação neste sentido, além do cumprimento dos preceitos relativos às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, fiscais, comerciais, securitárias e sindicais, com total exclusão do Detran-MG em qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.

**Art. 30.** Os tributos devidos em decorrência direta ou indireta do credenciamento, serão de responsabilidade exclusiva da clínica, sem direito a reembolso, além da reparação do dano por todo prejuízo causado por seus colaboradores a terceiros, quando envolvidos em serviços prestados pelo credenciamento, exonerando o Detran-MG de qualquer responsabilidade.

**Art. 31.** O(s) sócio(s) da Credenciada responderão penal, administrativa e civilmente pelo desempenho de suas atividades, devendo observar os deveres a que estão obrigados, na forma disposta nesta Portaria e nas demais normas legais e regulamentares pertinentes, responsabilizando-se:

I. Por todos os atos que venham a causar prejuízo ao usuário, afrontando as normas do Código de Defesa do Consumidor - Lei nº. 8.078/90;

II. Pelo uso incorreto e/ou indevido da senha de acesso aos sistemas informatizados do Detran- MG;

III. Pela alimentação incorreta e/ou indevida dos bancos de dados dos sistemas informatizados do Detran-MG, assegurando a sua veracidade;

IV. Pela utilização incorreta e/ou indevida dos dados disponibilizados nos sistemas informatizados do Detran-MG.

V. Pela vinculação de pessoa não capacitada, promovendo o exercício ilegal de determinada profissão.

VI. No caso de cancelamento de credenciamento da clínica Credenciada, caberá aos seus representantes legais, sob pena de responsabilidade civil e criminal, a retirada de toda e qualquer identificação que a vincule ao Detran-MG.

## **CAPÍTULO VIII - DA FISCALIZAÇÃO**

**Art. 32.** O Detran-MG, por meio da Seção de Controle de Clínicas - Divisão de Habilitação, em conjunto com o Setor de Auditoria e Fiscalização – SAF, em Belo Horizonte; e dos Departamentos de Polícia Civil, na Região Metropolitana de Belo Horizonte e no interior do Estado, supervisionará as atividades desenvolvidas pelas clínicas credenciadas e a aplicação desta Portaria e de toda normatização pertinente, utilizando-se de todos os meios administrativos e legais necessários para este fim, obrigando-se a clínica credenciada a atender às solicitações a ela encaminhadas e a permitir o livre acesso às suas dependências e aos documentos, colaborando com os trabalhos de vistoria, fiscalização e auditoria determinados pelo Detran-MG, podendo ser recolhidos, mediante recibo, materiais e documentos necessários à averiguação de possíveis irregularidades. Caso os documentos

recolhidos sejam protegidos por sigilo profissional/ético, estes deverão ser entregues em envelopes lacrados para serem examinados por médicos e psicólogos do DETRAN/MG.

§1º Poderá o Detran-MG, a qualquer tempo, excluir profissionais que demonstrem incapacidade, inabilidade ou conduta inidônea na execução de suas atividades, mediante processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§2º Por ocasião da fiscalização nas credenciadas, poderá o Detran-MG, utilizar-se da infraestrutura delas.

§3º Entende-se por infraestrutura: linhas telefônicas, computadores, fotocopiadoras, impressoras, aparelhos tecnológicos e toda conexão com o(s) Sistema(s) Informatizado(s) do Detran-MG, bem como outros materiais indispensáveis ao trabalho de fiscalização.

**Art. 33.** A Seção de Controle de clínicas - Divisão de Habilitação, em conjunto com a Seção de Auditoria e Fiscalização, em Belo Horizonte, e os Departamentos da Polícia Civil, nos demais municípios, fiscalizarão e auditarão periodicamente, a qualquer tempo ou quando julgar necessário, as clínicas credenciadas, podendo contar com a colaboração dos Conselhos Regionais de Medicina e de Psicologia, para garantir a lisura e a qualidade dos serviços, devendo elaborar Relatório Circunstanciado Fiscalização (Anexo III) acerca desse trabalho, o qual será juntado à documentação do credenciamento da clínica no sistema.

## **CAPÍTULO IX - DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES APLICÁVEIS ÀS CREDENCIADAS, AOS SEUS SÓCIOS E AOS SEUS COLABORADORES**

**Art. 34.** Constituem infrações passíveis de aplicação de advertência por escrito:

I. O não atendimento a qualquer pedido de informação ou requisições, formulado pelo Detran-MG, conforme Resoluções do Contran, Decreto Estadual 47.626/19 e Portarias do Detran-MG;

II. O não atendimento de candidato dentro do horário agendado;

III. Praticar conduta irregular ou tratamento inadequado em relação aos usuários ou aos servidores do Detran-MG;

IV. Atraso na apresentação dos resultados de exames de aptidão física e mental, e de avaliação psicológica, e demais comunicações obrigatórias, previstas no Decreto Estadual nº 47.626/19, Resoluções do Contran e Portarias do Detran-MG, sem justificativa acatada pelo Órgão;

V. Falta e/ou atraso na comunicação do resultado da inaptidão;

VI. Incorreto cadastro do RENACH, ou qualquer lançamento impreciso dos dados essenciais à emissão da Carteira Nacional de Habilitação;

VII. Deixar de demonstrar participação bienal dos médicos e psicólogos cadastrados na empresa em Seminários Jornadas, Fóruns, Congressos, Cursos e Reuniões promovidas pelo Detran-MG conjuntamente com Associação Brasileira de Medicina de Tráfego - ABRAMET, Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego - ABRAPSIT.

**Art. 35.** Constituem infrações passíveis de aplicação da penalidade de suspensão:

I. Reincidência, no período de doze meses, a contar da data da infração a que se comine a penalidade de advertência, independentemente do dispositivo violado;

II. Deficiência, de qualquer ordem, nas instalações, equipamentos, instrumentos ou testes previstos em Resoluções do Contran, Conselhos de Medicina e Psicologia, no Decreto Estadual nº 47.626/19 e Portarias do Detran-MG;

III. Realização de quaisquer dos exames em desacordo com as regras e disposições constantes do Código de Trânsito Brasileiro e de suas normas complementares, no Decreto Estadual nº 47.626/19, Resoluções do Contran ou ainda decorrentes das normas emanadas dos respectivos Conselhos de Medicina e de Psicologia;

IV. Suspensão decorrente de penalidade aplicada pelos respectivos Conselhos Regionais de Medicina ou Psicologia;

V. Prática de infrações previstas nos Códigos de Ética médica, psicológica, de Defesa do Consumidor, e das normas estabelecidas no Decreto Estadual nº 47.626/19 e Portarias do Detran-MG;

VI. Descumprimento das normas estabelecidas, de convocações, determinações e atos do Detran-MG e do Conselho Estadual de Trânsito – Cetran;

VII. Emissão de laudos definidos no Decreto Estadual nº 47.626/19 e Portarias do Detran-MG como sendo de competência privativa do Detran-MG;

VIII. Realização de exames em quantitativo incompatível com seu horário de funcionamento e com o número disponível de profissionais credenciados;

IX. Cobrança de valores relativos a procedimento não autorizado;

X. Cobrança ou recebimento de valores diversos dos estabelecidos pelo Detran-MG;

XI. Assinatura de exames realizados por outros profissionais;

XII. Emissão de laudos imprecisos, inconclusivos, rasurados ou ilegíveis, abrangendo inclusive o carimbo autenticador;

XIII. Omissão da comunicação sobre alterações realizadas no quadro societário da clínica, bem como qualquer alteração no Contrato Social, sua estrutura física e endereço, sem prévia autorização do Detran-MG;

XIV. Inobservância aos horários previstos no caput e parágrafo único do art. 29 do Decreto Estadual nº 47.626/19;

XV. Ausência do Médico e do Psicólogo, credenciado junto ao Detran-MG, em horário de agendamento dos atendimentos;

XVI. Procedimentos que visem, deliberadamente, facilitar ou dificultar a aprovação de candidatos nos Exames de Aptidão Física e Mental e de Avaliação psicológica;

XVII. Deixar desatualizado o quadro de profissionais médicos e psicólogos e seus respectivos contatos pessoais (endereço e telefones) junto a Seção de Controle de clínicas da Divisão de Habilitação do Detran-MG;

XVIII. Efetuar lançamento dos resultados dos exames médicos e psicológicos, por outros, junto ao(s) sistema(s) informatizado(s) do Detran-MG, de competência exclusiva do médico e psicólogo; e

XIX. Realizar atendimento a candidatos distribuídos a clínica diversa.

**Art. 36.** Constituem infrações passíveis de aplicação da penalidade de cassação do credenciamento:

I. Reincidência, no período de doze meses, a contar da data da infração a que se comine a penalidade de suspensão, independentemente do dispositivo violado;

II. Cessão ou transferência, a qualquer título, do credenciamento senão observadas as regras para alteração do quadro societário da empresa conforme estabelecido no §2º do art. 2º do Decreto 47.626/19;

III. Implantação e exercício de atividades ambulatoriais, hospitalares, de consultórios de qualquer especialidade, públicos ou privados, ainda que de caráter filantrópico ou subvencionado pelo Poder Público, que comprometa a destinação exclusiva do estabelecimento;

IV. Prática de atos de improbidade perante a Administração Pública, a iniciativa privada, a fé pública e os costumes;

V. Apresentação de laudos incompletos, imprecisos, inconclusivos ou omissão na conferência da identificação do candidato ou condutor, por ocasião de exame;

VI. Emissão fraudulenta ou irregular de documentos ou resultados de exames;

VII. Emissão de resultado aprovando o candidato portador de patologia que implique risco à segurança do trânsito;

VIII. Descumprimento contumaz às regras e disposições constantes no Código de Trânsito Brasileiro, às normas do Contran, do Detran-MG, do Decreto Estadual nº 47.626/19, e decorrentes das diretrizes emanadas dos respectivos Conselhos de Medicina e de Psicologia e da legislação pertinente aos direitos do consumidor;

IX. Falsificação ou adulteração de documentos;

X. Prática de crimes contra a Administração Pública, quando praticados por dirigente ou prepostos dos credenciados;

XI. Permissão, a qualquer título ou pretexto, que terceiros, funcionários ou outros credenciados realizem os exames de sua exclusiva competência;

XII. Trabalho em conjunto com pessoas não habilitadas ou profissionais não credenciados ou em situação irregular perante o Detran-MG;

XIII. Vínculo com centros de formação de condutores, despachantes, clínica descredenciada, empresas credenciadas pelo Detran/MG e com a Controladoria Regional de Trânsito – CRT, bem como servidor público;

XIV. Pagamento ou recebimento de comissão a qualquer título, valor ou pretexto, de centros de formação de condutores, despachantes ou terceiros, objetivando o favorecimento de candidatos na realização dos exames previstos no Decreto Estadual nº 47.626/19;

XV. Cassação do registro ou sua suspensão, por prazo superior a 90 (noventa) dias, em decorrência de penalidade aplicada pelos respectivos Conselhos Regionais de Medicina e Psicologia;

XVI. Assinatura de laudos ou qualquer outro documento em branco;

XVII. O sócio que vier a exercer cargo, emprego, função pública ou cargo eletivo em quaisquer das esferas públicas, sem sua substituição por outro profissional que atenda as exigências necessárias para compor a sociedade;

XVIII. Realização de intermediação lucrativa de candidatos nos exames de que trata o Decreto Estadual nº 47.626/19.

**Art. 36.** Qualquer pessoa física ou jurídica será parte legítima para representar perante o Detran-MG contra irregularidades praticadas por clínica, na pessoa de seus sócios e colaboradores, bem como médicos e psicólogos, técnicos e administrativos.

## **CAPÍTULO X - DAS VEDAÇÕES, DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL**

**Art. 37.** A clínica médica e psicológica que descumprir, dificultar, retardar ou inviabilizar os objetivos previstos nas Resoluções do Contran, nesta Portaria, em normas complementares e deliberações deste Órgão, ficará sujeita ao impedimento técnico-operacional de distribuição equitativa e ao acesso ao(s) sistema(s) informatizado(s) do Detran-MG, até a sua efetiva adequação.

Parágrafo único. A medida administrativa de que trata o caput se dará, em caráter cautelar, ante ao risco eminente de prejuízo a administração pública, assegurados no processo administrativo a ampla defesa e o contraditório e normatização estabelecida na forma do Anexo V - Termo de Credenciamento.

**Art. 38.** Caberá ao Setor de Auditoria e Fiscalização – SAF do Detran-MG, após a designação da comissão processante por parte do Diretor do Detran-MG, a apuração das infrações previstas nas Resoluções do Contran e no Termo de Credenciamento e praticadas pelas clínicas sediadas em Belo Horizonte.

Parágrafo único - Em se tratando de clínica instalada na Região Metropolitana de Belo Horizonte e no interior do Estado, caberá às Delegacias Regionais da Polícia Civil instruir o procedimento administrativo destinado a averiguar e a comprovar os dados necessários para a tomada de decisão pelo Diretor do Detran-MG.

**Art. 39.** A aplicação das penalidades é competência exclusiva do Diretor do Detran-MG e será precedida de Processo Administrativo, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

§1º Caberá ao Diretor do Detran-MG designar comissão processante para a apuração de infrações praticadas pelas clínicas credenciadas.

§ 2º Concluída a instrução, o representado terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa escrita, contado do recebimento da notificação.

§ 3º Das decisões administrativas cabem recursos em face de razões de legalidade e de mérito.

§ 4º Ao Diretor do DETRAN/MG, no prazo de 05 (cinco) dias da notificação da decisão, poderá ser formulado um pedido de reconsideração.

§ 5º Caberá recurso ao Chefe de Polícia no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência da decisão do Diretor do DETRAN/MG.

§6º Os recursos, uma vez impetrados, não geram efeitos suspensivos.

**Art. 40.** São vedados às clínicas credenciadas:

I. A transferência de responsabilidade ou a terceirização das atividades para as quais foram credenciadas

II. O exercício das atividades para as quais foram credenciadas estando com as atividades suspensas ou com o prazo de credenciamento vencido;

III. A manutenção de vínculos profissionais, a qualquer título, com servidores do Detran-MG;



IV. A Contratação de servidores públicos em exercício, ressalvadas as hipóteses constitucionalmente prevista, desde que tenha carga horária compatível;

V. A inserção na composição societária de servidor público e cargo eletivo, despachante, titular de cargo eletivo ou sócio de outras empresas credenciadas pelo Detran-MG para qualquer das atividades de trânsito de sua atribuição;

VI. O exercício de outra atividade, além das previstas nesta Portaria, na sede da clínica.

VII. O uso de símbolos e da identidade visual exclusivos da Polícia Civil de Minas Gerais e do Detran-MG, bem como o registro e a utilização de nome comercial ou de fantasia que indique ou vincule o nome, a sigla, a abreviatura ou a logomarca da PCMG ou do Detran-MG.

VIII. A realização de exames em candidatos que tenha ciência não cumprir previamente os requisitos para se habilitar no respectivo processo ou considerados inaptos em outra clínica e em condutores cujo direito de dirigir esteja suspenso.

IX. O repasse ou a cobrança dos candidatos de valores referentes a serviços disponibilizados de forma gratuita pelo Detran-MG.

## **CAPÍTULO XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 41.** As clínicas que, na data da publicação desta Portaria, estiverem em processo de credenciamento nos moldes da Portaria do Detran-MG nº 792, de 06 de maio de 2019, modificada pela Portaria do Detran-MG nº 2013, de 12 de novembro de 2019, na fase em que se encontram, passarão a observar as diretrizes desta Portaria para finalização do processo e assinatura do Termo de Credenciamento desta Portaria (Anexo V).

Parágrafo único. As clínicas credenciadas antes da publicação desta Portaria deverão se adequar à presente legislação, realizando as adaptações necessárias, providenciando documentos até então não exigidos, bem como assinando um novo Termo de Credenciamento desta Portaria (Anexo V), os quais deverão ser comprovados e/ou enviados quando da renovação do credenciamento, por meio do Sistema de Credenciamento Eletrônico - SCE.

**Art. 42.** A clínica credenciada deverá utilizar o(s) sistema(s) informatizado(s) padrão estabelecido(s) pelo Detran-MG para as seguintes funções:

I. Informar eletronicamente ao Detran-MG o resultado da conclusão de cada exame de aptidão física e mental e avaliação psicológica;

II. Processar e transmitir ao Detran-MG, por meio de processo digital informatizado, as imagens do candidato.

§ 1º A clínica credenciada deverá implantar em sua sede o sistema que vincular ao Kit Equipamentos Captura biométrico, de coleta de imagens da face, das digitais e da assinatura do candidato/conductor, nos termos definido pelo Detran-MG, e deverá utilizá-lo, sem cobranças para o usuário, sempre que houver demanda de atualização de imagens para a emissão do documento de habilitação.

§2º Caberá à clínica credenciada a aquisição do Kit Equipamentos de Captura, observada as especificações definidas pelo Detran-MG e compatíveis com o sistema de produção e emissão dos documentos de habilitação (Anexo VII).

**Art. 43.** O lançamento dos resultados dos exames médicos e psicológicos junto ao(s) sistema(s) informatizado(s) do Detran-MG é de competência exclusiva do médico e do psicólogo, verificados por meio do certificado digital, devendo ser atualizado imediatamente após sua realização.

§ 1º A clínica que retardar o referido lançamento será incurso nas sanções desta Portaria, após o devido processo administrativo, sendo os sócios/responsáveis técnicos responsáveis pelo controle da utilização do(s) sistema(s) informatizado(s) do Detran-MG.

§ 2º A clínica credenciada arcará com o ônus decorrente da incorreta emissão de documento de habilitação, em face de erro e inconsistência, providenciando o ressarcimento devido.

§ 3º Para fins desta Portaria, entende-se por responsável técnico aquele que provém, em sua respectiva área de atuação, o serviço que envolva todas as condições técnicas e disposições éticas do regular funcionamento da clínica médica e psicológica, respondendo integralmente pela por ela, independentemente de sua permanência no local.

**Art. 44.** As despesas decorrentes do acesso aos bancos de dados do Detran-MG correrão por conta da clínica credenciada, devendo ser recolhida a taxa a que se refere o item 5.12, Tabela "D", da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

**Art. 45.** A suspensão voluntária das atividades da clínica credenciada poderá ser concedida mediante requerimento junto a Seção de Controle de Clínica do Detran-MG ou à Delegacia Regional da Polícia Civil, e se limitará ao período máximo de 30 (trinta) dias, em caráter anual e não cumulativo.

§ 1º. O Detran-MG condicionará a análise e a concessão do presente benefício ao não prejuízo do atendimento ao público e observado o limite percentual de 50% (cinquenta por cento) de absenteísmo a cada município de credenciamento.

§ 2º A clínica solicitante, até o início da suspensão voluntária das atividades, deverá adotar as medidas necessárias à solução de todas as pendências relacionadas aos candidatos no período inativo.

**Art. 46.** A clínica credenciada deverá estabelecer seu horário de funcionamento de forma compatível com o horário de atendimento do Detran-MG e CIRETRANS, e com o horário de atendimento dos profissionais responsáveis pela realização dos exames e dos responsáveis técnicos, observados os critérios adotados pelos respectivos conselhos profissionais.

§ 1º Aos sábados, é facultativo o funcionamento.

§ 2º O agendamento dos candidatos obedecerá a critérios estabelecidos pelo Detran-MG visando garantir maior eficiência na prestação do serviço.

§ 3º A clínica deverá manter durante o horário de funcionamento ao menos um funcionário responsável pelo atendimento ao público, dispensada a presença do responsável técnico, dos médicos e dos psicólogos no período em que não houver paciente a ser atendido.

**Art. 47.** Os valores dos exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica realizados pelas clínicas credenciadas, observados os respectivos parâmetros da Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Psicologia, serão estipulados em portaria do Diretor do Detran- MG.

**Art. 48.** O Detran-MG distribuirá os exames de forma imparcial e aleatória, através de uma divisão equitativa.

**Art. 49.** Extingue-se o credenciamento por ato de vontade da clínica credenciada ou unilateralmente pela Administração Pública, após publicação de Portaria do Diretor do Detran-MG quando:

I. Decorridos noventa (90) dias do vencimento do prazo de vigência da Autorização de Funcionamento, a credenciada não manifestar interesse na prorrogação ou não apresentar documentação completa nos termos desta Portaria.

II. A clínica credenciada paralisar suas atividades por tempo superior a noventa (90) dias;

III. A clínica credenciada não mantiver as condições para a execução do serviço público, conforme aferição para a renovação anual do credenciamento.

Parágrafo único A clínica que tiver seu credenciamento extinto, somente poderá retornar as atividades, mediante um novo processo de credenciamento.

**Art. 50.** O credenciamento objeto desta Portaria é concedido a título precário pelo Detran-MG e está condicionado ao interesse público e à conveniência e oportunidade da Administração Pública.

**Art. 51.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do Detran-MG.

**Art. 52.** Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação e revoga as Portarias do Detran-MG nº 792, de 06 de maio de 2019, e nº 2013, de 12 de novembro de 2019 e demais disposições em contrário.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Medeiros de Oliveira, Servidor(a) Público(a)**, em 18/05/2022, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Alice Faria, Delegado(a)**, em 18/05/2022, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eurico da Cunha Neto, Diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais**, em 18/05/2022, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **46745053** e o código CRC **2E3A6887**.

Referência: Processo nº 1510.01.0077720/2021-42

SEI nº 46745053



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Seção de Expediente/CAA/DETRAN

**Processo** nº 1510.01.0077720/2021-42

Belo Horizonte, 20 de maio de 2022.

**Procedência: Despacho nº 548/2022/DETRAN/EXPED.**

**Destinatário(s): DH**

**Assunto: PUBLICAÇÃO**

## DESPACHO

PORTARIA Nº 23/2022 RETIFICADA, ATUALIZADA E DISPONIVEL NO SITE DO DETRAN.



Documento assinado eletronicamente por **Maria de Fatima Ferreira, Servidor(a) Público(a)**, em 20/05/2022, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **46889394** e o código CRC **B8E81F39**.

**Referência:** Processo nº 1510.01.0077720/2021-42

SEI nº 46889394

---

**Fwd: Solicitação - Ofício 235/2021/BV**

1 mensagem

---

**Assessoria Jurídica** <assjurdetranpcmg@gmail.com>  
Para: suporte administrativo <assjursupadm@gmail.com>

8 de junho de 2021 14:12

Trata-se de ED.

Viviane Silva  
Assessoria Jurídica

----- Forwarded message -----

De: **MPMG/E-mail institucional** <giuliano@mpmg.mp.br>

Date: seg., 7 de jun. de 2021 às 10:52

Subject: Solicitação - Ofício 235/2021/BV


To: &lt;assjurdetranpcmg@gmail.com&gt;

Ilustríssimo Senhor,

Encaminho o Ofício 235/2021/BV, com a respectiva cópia da Notícia de Fato em referência, para providências.

Atenciosamente

---

**2 anexos** **Ofício\_1254329.html**  
46K **cópia NF.pdf**  
850K



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
17ª PJ DEFESA DO PATRIMONIO PUBLICO DA COMARCA DE BELO HORIZONTE

## **Notícia de Fato n.º MPMG-0024.21.001195-3**

**DATA DO RECEBIMENTO:** 29/01/2021

**RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO:** FRANCISCO ROGERIO BARBOSA CAMPOS

**MUNICÍPIO:** BELO HORIZONTE

**REPRESENTANTE(S):** ANÔNIMO

**REPRESENTADO(S):** DETRAN-MG

**VÍTIMA(S):**

**ÁREA(S) DE ATUAÇÃO:** PATRIMÔNIO PÚBLICO (CÍVEL)

**NUMERAÇÃO ANTERIOR:** 462266012021-0

**DESCRIÇÃO DO FATO:** Possível irregularidade nos valores cobrados para a realização dos exames médico e psicotécnicos para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação para dirigir (CNH).



0024210011953

Certifico que registrei estes autos no Sistema de Registro Único SRU, assim como procedi à devida autuação. Eu, DANIEL GUIMARAES CABRAL, OFICIAL DO MINIST. PUBLICO - QP, assino.

BELO HORIZONTE, 29 de janeiro de 2021.

---

DANIEL GUIMARAES CABRAL  
MAMP: 495500



## DISTRIBUIÇÃO

Notícia de Fato nº 0024.21.001195-3 distribuída nesta data ao Promotor de Justiça, Dr. Francisco Rogério Barbosa Campos.

Belo Horizonte - MG, 29 de janeiro de 2021

DANIEL GUIMARÃES CABRAL  
Oficial do Ministério Público



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL GUIMARAES CABRAL, OFICIAL DO MINIST. PUBLICO - QP**, em 29/01/2021, às 12:54, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **0803873** e o código CRC **B8DF6517**.

Processo SEI: 19.16.1029.0007625/2021-35 / Documento SEI:  
0803873

Gerado por: PGJMG/BHPJ/BH17PJ/BH17PJ-CPJ/BH17PJ-SEC

RUA GONÇALVES DIAS, 2039 - Bairro LOURDES - Belo Horizonte/ MG - CEP 30140092



## CONCLUSÃO

Faço os autos conclusos, nesta data.

Belo Horizonte, 29 de janeiro de 2021

Giuliano Lombardi Assumpção  
Oficial do Ministério Público



Documento assinado eletronicamente por **GIULIANO LOMBARDI ASSUMPCAO, OFICIAL DO MINIST. PUBLICO - QP**, em 29/01/2021, às 16:10, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **0805759** e o código CRC **EC8E0F3A**.

Processo SEI: 19.16.1029.0007625/2021-35 / Documento SEI:  
0805759

Gerado por: PGJMG/BHPJ/BH17PJ/BH17PJ-121PJ

AVENIDA RAJA GABÁGLIA, 615 - Bairro CIDADE JARDIM - Belo Horizonte/ MG - CEP 30380103

**DESPACHO**

À Secretaria,

Encaminhar cópias desta Notícia de Fato ao DETRAN/MG, oportunizando manifestação e juntada de documentos que entender pertinentes, no prazo de 20 dias.

Belo Horizonte - MG, 29 de janeiro de 2021.

Francisco Rogério Barbosa Campos  
Promotor de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO ROGERIO BARBOSA CAMPOS, PROMOTOR ENTRANCIA ESPECIAL**, em 29/01/2021, às 16:26, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **0805902** e o código CRC **3F1D2D88**.

Processo SEI: 19.16.1029.0007625/2021-35 / Documento SEI:  
0805902

Gerado por: PGJMG/BHPJ/BH17PJ/BH17PJ-121PJGES

RUA GONÇALVES DIAS, 2039 - Bairro LOURDES - Belo Horizonte/ MG - CEP 30140092



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ofício nº 036/2021 - PGJMG/BHPJ/BH17PJ/BH17PJ-121PJ

Belo Horizonte - MG, 29 de janeiro de 2021

Ilmo. Senhor  
Kleyverson Rezende  
Diretor do Departamento de Trânsito do Estado de Minas Gerais - DETRAN/MG

Assunto: Processo SEI nº 19.16.1029.0007625/2021-35 - Notícia de Fato nº 0024.21.001.195-3

Ilustríssimo Senhor,

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei e com fulcro na Lei Federal nº 8625/93, encaminha, em anexo, cópias integrais da presente Notícia de Fato, oportunizando a Vossa Senhoria manifestação e juntada de documentos que entender pertinentes, no prazo de 20 dias

Atenciosamente,

Francisco Rogério Barbosa Campos  
Promotor de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO ROGERIO BARBOSA CAMPOS**, **PROMOTOR ENTRANCIA ESPECIAL**, em 01/02/2021, às 15:21, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **0806173** e o código CRC **D53FC1C3**.

Rua Gonçalves Dias, 2039 - Bairro LOURDES - Belo Horizonte/ MG - CEP 30140-092

**Data de Envio:**

02/02/2021 17:14:09

**De:**

MPMG/E-mail Institucional <giuliano@mpmg.mp.br>

**Para:**

assjurdetranpcmg@gmail.com

**Assunto:**

Solicitação - Ofício 036/2021/FR/PJPP-BH

**Mensagem:**

Prezado,

Encaminho o Ofício 036/2021/FR, com a respectiva cópia da NF 0024210011953, para providências.

Atenciosamente.

**Anexos:**

Cópia integral da NF 0024210011953.pdf

Oficio\_0806173.html



## CERTIDÃO

Certifico, que proroguei em noventa dias o prazo de conclusão desta Notícia de Fato no SRU, como determinado pelo despacho 0902012.

Belo Horizonte - MG, 04 de março de 2021

Giuliano Lombardi Assumpção  
Oficial do Ministério Público



Documento assinado eletronicamente por **GIULIANO LOMBARDI ASSUMPCAO**, **OFICIAL DO MINIST. PUBLICO - QP**, em 04/03/2021, às 17:32, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **0908100** e o código CRC **B3436EDB**.

Processo SEI: 19.16.1029.0007625/2021-35 / Documento SEI:  
0908100

Gerado por: PGJMG/BHPJ/BH17PJ/BH17PJ-121PJ

RUA GONÇALVES DIAS, 2039 - Bairro LOURDES - Belo Horizonte/ MG - CEP 30140092

## DESPACHO

Considerando que o prazo para cumprimento da diligências se encontra extrapolado no SRU, determino seja certificado se o ofício nº 092/2021 foi respondido e, em caso negativo, que seja reiterado o ofício constante do documento SEI 0806173.

Belo Horizonte, 19 de maio de 2021.

**Bruno Alexander Vieira Soares**  
**Promotor de Justiça**



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO ALEXANDER VIEIRA SOARES**, **PROMOTOR ENTRANCIA ESPECIAL**, em 19/05/2021, às 15:12, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **1191619** e o código CRC **A019D633**.

Processo SEI: 19.16.1029.0007625/2021-35 / Documento SEI: 1191619

Gerado por: PGJMG/BHPJ/BH17PJ/BH17PJ-004PJGES

RUA GONÇALVES DIAS, 2039 - Bairro LOURDES - Belo Horizonte/ MG  
CEP 30140092 - [www.mpmg.mp.br](http://www.mpmg.mp.br)



## CERTIDÃO

Certifico, como determinado pelo despacho 1191619, que não localizei nesta Secretaria resposta ao ofício Ofício nº 036/2021 - PGJMG/BHPJ/BH17PJ/BH17PJ-121PJ (SEI 0806173), motivo pelo qual procedi a sua reiteração através do Ofício 235/2021/BV.

Belo Horizonte - MG, 02 de junho de 2021

Giuliano Lombardi Assumpção  
Oficial do Ministério Público



Documento assinado eletronicamente por **GIULIANO LOMBARDI ASSUMPCAO**, **OFICIAL DO MINIST. PUBLICO - QP**, em 02/06/2021, às 11:48, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **1254264** e o código CRC **770E1DF2**.

Processo SEI: 19.16.1029.0007625/2021-35 / Documento SEI: 1254264

Gerado por: PGJMG/BHPJ/BH17PJ/BH17PJ-004PJGES

RUA GONÇALVES DIAS, 2039 - Bairro LOURDES - Belo Horizonte/ MG

CEP 30140092 - [www.mpmg.mp.br](http://www.mpmg.mp.br)



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ofício nº 235/2021 - PGJMG/BHPJ/BH17PJ/BH17PJ-121PJ

Belo Horizonte - MG, 02 de junho de 2021

Ilmo. Senhor  
Delegado Eurico da Cunha Neto  
Diretor do Departamento de Trânsito do Estado de Minas Gerais - DETRAN/MG

Assunto: Processo SEI nº 19.16.1029.0007625/2021-35 - Notícia de Fato nº 0024.21.001.195-3

Ilustríssimo Senhor,

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei e com fulcro na Lei Federal nº 8625/93, reiterando o Ofício 036/2021/FR, encaminha, em anexo, cópias integrais da presente Notícia de Fato, oportunizando a Vossa Senhoria manifestação e juntada de documentos que entender pertinentes, no prazo de 20 dias

Atenciosamente,

Bruno Alexander Vieira Soares  
Promotor de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO ALEXANDER VIEIRA SOARES**, **PROMOTOR ENTRANCIA ESPECIAL**, em 02/06/2021, às 16:16, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **1254329** e o código CRC **515B0727**.

Rua Gonçalves Dias, 2039 - Bairro LOURDES - Belo Horizonte/ MG - CEP 30140-092

Ofício nº 235/2021 - PGJMG/BHPJ/BH17PJ/BH17PJ-121PJ

Belo Horizonte - MG, 02 de junho de 2021

Ilmo. Senhor  
Delegado Eurico da Cunha Neto  
Diretor do Departamento de Trânsito do Estado de Minas Gerais -  
DETRAN/MG

Assunto: Processo SEI nº 19.16.1029.0007625/2021-35 - Notícia de Fato nº  
0024.21.001.195-3

Ilustríssimo Senhor,

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO  
DE MINAS GERAIS**, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa do  
Patrimônio Público, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por  
lei e com fulcro na Lei Federal nº 8625/93, reiterando o Ofício  
036/2021/FR, encaminha, em anexo, cópias integrais da presente Notícia de  
Fato, oportunizando a Vossa Senhoria manifestação e juntada de  
documentos que entender pertinentes, no prazo de 20 dias

Atenciosamente,

Bruno Alexander Vieira Soares  
Promotor de Justiça



Memorando Detran.DETTRAN/ASSJUR-ASS.nº 1434/2021

Belo Horizonte, 11 de junho de 2021.

**Para:** Excelentíssima Drª Maria Alice Faria  
Chefe da Divisão de Habilitação (DH)

**Assunto:** Notícia de Fato MPMG - Descrição do Fato: Possível irregularidade nos valores cobrados para a realização dos exames médico e psicotécnicos para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação para dirigir (CNH).

Excelentíssima Delegada,

Cumprimentando-a cordialmente, encaminho a V.Exª REITERAÇÃO de Notícia de Fato encaminhada pelo Ministério Público de Minas Gerais, por meio Ofício nº 235/2021-PGJMG/BHPJ/BH17PJ/BH17PJ-121PJ (30546023), tratando de questionamento de cidadão sobre os valores cobrados pelo DETRAN/MG pelo exame médico e exame psicológico, com vistas a ser **encaminhada informações ao MPMG em 20 dias**. Esclareço que o primeiro pedido de informações do MPMG tramitou no SEI1510.01.0028940/2021-36

Esclarecemos que as informações devem ser encaminhadas diretamente ao MPMG, sem necessidade de encaminhamento a esta Assessoria Jurídica, em conformidade com o que dispõe a Instrução Normativa 001/GAB/2015 do DETRAN/MG.

É o que tenho a informar, colocando-me à disposição de V. S.ª para ulteriores esclarecimentos.

Atenciosamente,

**Emanuel Cândido da Cunha**  
Assessoria Jurídica/DETRAN/MG



Documento assinado eletronicamente por **Emanuel Candido da Cunha, Assessor(a)**, em 11/06/2021, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **30709278** e o código CRC **0BB0A0AB**.



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Polícia Civil do Estado de Minas Gerais**  
**Gabinete da Divisão de Habilitação**

Memorando.DETRAN/DH-GAB.nº 606/2021

Belo Horizonte, 11 de junho de 2021.

**Para:** Setor de Controle de Clínicas

**Assunto:** Encaminha Informação

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1510.01.0139452/2021-29].

Senhor Rodrigo,

Encaminho o presente Processo SEI para ciência e manifestação técnica acerca da reclamação feita junto ao Ministério Público.

Solicito URGÊNCIA, por ter prazo a ser cumprido.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Maria Alice Faria, Delegado(a)**, em 14/06/2021, às 11:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **30748438** e o código CRC **F814B15F**.

**Referência:** Processo nº 1510.01.0139452/2021-29

SEI nº 30748438



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Polícia Civil do Estado de Minas Gerais**  
**Controle de Clínicas**

Memorando.DETTRAN/CONTR.CLIN.nº 47/2021

Belo Horizonte, 18 de junho de 2021.

**Para:** Dra. Maria Alice Faria

Chefe da Divisão de Habilitação

**Assunto:** Presta informações

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1510.01.0139452/2021-29].

Exma. Sra. Chefe,

Atendendo declinação de Vossa Excelência para responder requisição de informação sobre Notícia de Fato nº MPMG-0024.21.001195-3, procedente da 17ª PJ DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DA COMARCA DE BELO HORIZONTE, temos a informar:

A referida Notícia de Fato versa sobre possível irregularidade nos valores cobrados para a realização dos exames médicos e “psicotécnicos” para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, provocada pela Manifestação nº 462266012021-0 que, em síntese questiona o “*alto valor do exame médico e do exame psicotécnico, no valor aproximado de R\$ 170,00 para cada exame*”, sendo que em outros Estados o valor é inferior.

Inicialmente salientamos que a competência para o credenciamento de clínica médica e psicológica pelo DETRAN/MG é estabelecido pelo inciso X, do art. 22, do Código de Trânsito Brasileiro c/c Resolução 425/12/CONTRAN.

Seguindo, o art. 31 do Decreto 47.626/19 estabelece que é atribuição do Diretor do DETRAN estabelecer valores para os serviços prestados pelas clínicas médicas e psicológicas credenciadas, a saber:

*Decreto 47.626/19*

*Art. 31 - Fica a clínica credenciada autorizada a cobrar pelos serviços prestados, segundo tabela de preços públicos estipulados em portaria pelo Diretor do Detran-MG, observados os respectivos parâmetros da Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Psicologia.*

*Parágrafo único - O valor da tabela prevista no caput deverá ser revisado no mês de dezembro de cada ano, para vigor no ano seguinte.*

Assim, os valores foram estabelecidos pela Portaria nº 64/2018/DETRAN, sendo que esses valores não foram reajustados até o momento. Verifica-se, portanto, que não houve qualquer reajuste nesses valores nos últimos



04 (quatro) anos.

A orientação para a valoração dos serviços prestados por essas entidades é trazida por norma Federal, conforme art. 21 da Resolução 425/12/CONTRAN, como segue:

*Resolução 425/12/CONTRAN*

*Art. 21. Os honorários decorrentes da realização do exame de aptidão física e mental e da avaliação psicológica serão fixados pelos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal e terão como referência, respectivamente, a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos e a Tabela Referencial de Honorários da Federação Nacional de Psicólogos e Conselho Federal de Psicologia - CFP.*

As Tabelas Referenciais de Honorários da Federação Nacional de Psicólogos e Conselho Federal de Psicologia para a Avaliação Psicológica para fins de CNH nos anos de 2016, 2019 e 2020 apresentam os seguintes valores (doc anexos):

Ano	Limite inferior	Limite médio	Limite superior
2016	R\$ 132,36	R\$ 169,28	R\$ 203,45
2019	R\$ 148,89	R\$ 186,11	R\$ 223,32
2020	R\$ 153,60	R\$ 192,01	R\$ 230,39

Temos que o valor de honorário psicológico estabelecido pela Portaria 64/2018/DETRAN se encontrava no patamar do Limite médio do ano de 2016, conforme apontado acima.

Quanto ao valor do exame de aptidão física e mental a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos de 2019 é de R\$ 397,48, uma vez que o exame em comento é classificado como Porte 3B, segundo documentos em anexo.

Portanto, temos que os parâmetros de referência apontam valores maiores do que praticados em nosso Estado.

Entendemos que essas informações se prestam a esclarecer o Excelentíssimo membro do Ministério Público objetivando elucidar a Notícia de Fato.

Salientamos que o primeiro pedido de informações do MPMG tramitou no SEI1510.01.0028940/2021-36, datado de 11 de fevereiro de 2021.

Permanecemos à disposição para maiores esclarecimentos.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Campos Comini, Chefe de Seção**, em 18/06/2021, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **31075210** e o código CRC **17BD99B3**.

---

**Referência:** Processo nº 1510.01.0139452/2021-29

SEI nº 31075210



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Polícia Civil do Estado de Minas Gerais**  
**Controle de Clínicas**

Memorando.DETRAN/CONTR.CLIN.nº 8/2021

Belo Horizonte, 11 de fevereiro de 2021.

**Para: Dra. Flavia Portes Teixeira Camargo**

Chefe da Divisão de Habilitação

**Assunto:** Presta informação valor de serviços clínicas médicas e psicológicas

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1510.01.0028940/2021-36].

Exma. Sra. Chefe,

Atendendo declinação de Vossa Excelência para responder requisição de informação sobre Notícia de Fato nº MPMG-0024.21.001195-3, procedente da 17ª PJ DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DA COMARCA DE BELO HORIZONTE, temos a informar:

A referida Notícia de Fato versa sobre possível irregularidade nos valores cobrados para a realização dos exames médicos e “psicotécnicos” para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, provocada pela Manifestação nº 462266012021-0 que, em síntese questiona o “*alto valor do exame médico e do exame psicotécnico, no valor aproximado de R\$ 170,00 para cada exame*”, sendo que em outros Estados o valor é inferior.

Inicialmente salientamos que a competência para o credenciamento de clínica médica e psicológica pelo DETRAN/MG é estabelecido pelo inciso X, do art. 22, do Código de Trânsito Brasileiro c/c Resolução 425/12/CONTRAN.

Seguindo, o art. 31 do Decreto 47.626/19 estabelece que é atribuição do Diretor do DETRAN estabelecer valores para os serviços prestados pelas clínicas médicas e psicológicas credenciadas, a saber:

*Decreto 47.626/19*

*Art. 31 – Fica a clínica credenciada autorizada a cobrar pelos serviços prestados, segundo tabela de preços públicos estipulados em portaria pelo Diretor do Detran-MG, observados os respectivos parâmetros da Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Psicologia.*

*Parágrafo único – O valor da tabela prevista no caput deverá ser revisado no mês de dezembro de cada ano, para vigor no ano seguinte.*

Assim, os valores foram estabelecidos pela Portaria nº

64/2018/DETRAN, sendo que esses valores não foram reajustados até o momento. Verifica-se, portanto, que não houve qualquer reajuste nesses valores nos últimos 04 (quatro) anos.

A orientação para a valoração dos serviços prestados por essas entidades é trazida por norma Federal, conforme art. 21 da Resolução 425/12/CONTRAN, como segue:

*Resolução 425/12/CONTRAN*

*Art. 21. Os honorários decorrentes da realização do exame de aptidão física e mental e da avaliação psicológica serão fixados pelos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal e terão como referência, respectivamente, a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos e a Tabela Referencial de Honorários da Federação Nacional de Psicólogos e Conselho Federal de Psicologia - CFP.*

As Tabelas Referenciais de Honorários da Federação Nacional de Psicólogos e Conselho Federal de Psicologia para a Avaliação Psicológica para fins de CNH nos anos de 2016, 2019 e 2020 apresentam os seguintes valores (doc anexos):

Ano	Limite inferior	Limite médio	Limite superior
2016	R\$ 132,36	R\$ 169,28	R\$ 203,45
2019	R\$ 148,89	R\$ 186,11	R\$ 223,32
2020	R\$ 153,60	R\$ 192,01	R\$ 230,39

Temos que o valor de honorário psicológico estabelecido pela Portaria 64/2018/DETRAN se encontrava no patamar do Limite médio do ano de 2016, conforme apontado acima.

Quanto ao valor do exame de aptidão física e mental a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos de 2019 é de R\$ 397,48, uma vez que o exame em comento é classificado como Porte 3B, segundo documentos em anexo.

Portanto, temos que os parâmetros de referência apontam valores maiores do que praticados em nosso Estado.

Entendemos que essas informações se prestam a esclarecer o Excelentíssimo membro do Ministério Público objetivando elucidar a Notícia de Fato.

Permanecemos à disposição para maiores esclarecimentos.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Campos Comini, Chefe de Seção**, em 11/02/2021, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **25407660** e o código CRC **E75EA8B6**.

**Referência:** Processo nº 1510.01.0028940/2021-36

SEI n° 25407660

**Tabela de Referência Nacional de Honorários dos Psicólogos em Reais (R\$)**  
**Valores Atualizados pelo INPC-IBGE até Agosto de 2020\***

Diagnóstico Psicológico	Limite Inferior	Limite Média	Superior
Consulta Psicológica	165,58	247,49	283,87
Anamnese	165,58	239,76	283,87
Elaboração de perfil profissiográfico	141,94	244,46	331,23
Avaliação de desempenho escolar e aprendizagem	141,94	244,00	283,87
Avaliação Psicológica	189,24	236,56	309,87
Avaliação das características psicológicas esportivas	165,58	249,20	307,52
Avaliação de prontidão para alfabetização	165,58	247,37	307,52
Avaliação de nível intelectual	141,94	251,51	283,87
Avaliação Psicomotora	141,94	246,80	283,87
Avaliação Psicomotora Relacionada ao Grafismo	141,94	244,32	283,87
Avaliação das características da personalidade	141,94	266,90	293,31
Avaliação da estrutura e dinâmica da personalidade	165,58	276,98	312,24
Entrevista devolutiva	165,58	238,52	283,87
Observação de campo com visita escolar e domiciliar	175,03	236,56	283,87
Atuação junto à comunidade	82,81	197,48	283,87
Realização de exames psicológicos (psicotécnicos)	104,10	194,15	283,87
Realização de avaliação psicológica p\ Carteira Nacional de Habilitação	153,60	192,01	230,39
Realização de avaliação psicológica p\ concessão de registro e/ou porte de arma de fogo	307,07	511,78	716,48
Orientação e Seleção Profissional	Limite Inferior	Limite Média	Superior
Orientação Vocacional	165,58	236,56	331,23
Recrutamento e seleção de pessoal	127,74	236,56	331,23
Elaboração de instrumentos psicológicos	118,29	279,28	378,50
Desenvolvimento de projetos relativos ao trabalho	99,35	335,00	414,01
Identificação de necessidades humanas	94,61	288,37	335,92
Partic. em prog. Educacionais, culturais, recreativos	94,61	272,81	378,50
Orientação e acompanhamento	130,14	234,47	309,87
Orientação e encaminhamento de empregados	94,61	226,83	288,61
Avaliação de programa de treinamento	141,94	328,79	392,68
Orientação e Treinamento/ Desenvolvimento	118,29	338,71	378,50
Desligamento de empregados	118,29	223,98	307,52
Preparação para aposentadoria	189,24	283,87	425,80
Orientação e Psicopedagógica	Limite Inferior	Limite Média	Superior
Realização de pesquisas	141,94	212,92	283,87
Planejamento psicopedagógico	94,61	258,00	283,87
Orientação psicopedagógico	141,94	215,88	260,17
Preparação para aposentadoria	189,24	283,87	425,80
Solução de Problemas Psicológicos	Limite Inferior	Limite Média	Superior
Psicomotricidade individual	141,94	204,64	236,56
Psicomotricidade em grupo	118,29	177,14	236,56
Problemas de aprendizagem individual	141,94	202,04	236,56
Problemas de aprendizagem em grupo	139,55	187,96	236,56
Psicoterapia individual	165,58	239,74	283,87
Psicoterapia em casal	189,24	258,22	378,50
Psicoterapia familiar	189,24	302,32	378,50
Psicoterapia em grupo	137,21	220,00	283,87
Ludoterapia individual	141,94	214,85	283,87
Ludoterapia em grupo	130,14	203,97	260,17
Terapia psicomotora individual	141,94	201,93	238,89
Terapia psicomotora em grupo	118,29	177,73	236,56
Acompanhamento e Orientação Psicológica	Limite Inferior	Limite Média	Superior
Acompanhamento psicológico da gravidez, parto e puerpério	189,24	257,61	307,52
Acompanhamento psicológico da gravidez em grupo	141,94	246,41	272,04
Acompanhamento psicoterapêutico	212,92	340,10	402,19
Acompanhamento psicológico de deficientes	141,94	204,34	236,56
Acompanhamento psicológico de idosos	165,58	234,18	283,87
Acompanhamento e reabilitação profissional	94,61	236,56	331,23
Assessoria em Psicologia	Limite Inferior	Limite Média	Superior
Consultoria empresarial	224,69	463,58	520,47
Realização de pesquisa	141,94	236,56	378,50
Movimentação de pessoal	201,07	371,70	473,16
Supervisão de atividades psicológicas	198,73	310,48	378,50
Assessorias a instituições escolares	141,94	272,10	347,77

Fonte: CFP /Fenapsi

Elaboração: DIEESE

\*Os valores da tabela anterior foram atualizados considerando a variação do INPC acumulado de março/2016 até Junho/2020 (16,05764%)

**Tabela de Referência Nacional de Honorários dos Psicólogos em Reais (R\$)**  
**Valores Atualizados pelo INPC-IBGE até Junho de 2019\***

Diagnóstico Psicológico	Limite Inferior	Limite Média	Superior
Consulta Psicológica	160,50	239,90	275,15
Anamnese	160,50	232,40	275,15
Elaboração de perfil profissiográfico	137,58	236,96	321,06
Avaliação de desempenho escolar e aprendizagem	137,58	236,51	275,15
Avaliação Psicológica	183,43	229,30	300,36
Avaliação das características psicológicas esportivas	160,50	241,55	298,08
Avaliação de prontidão para alfabetização	160,50	239,77	298,08
Avaliação de nível intelectual	137,58	243,79	275,15
Avaliação Psicomotora	137,58	239,22	275,15
Avaliação Psicomotora Relacionada ao Grafismo	137,58	236,82	275,15
Avaliação das características da personalidade	137,58	258,70	284,31
Avaliação da estrutura e dinâmica da personalidade	160,50	268,48	302,66
Entrevista devolutiva	160,50	231,20	275,15
Observação de campo com visita escolar e domiciliar	169,65	229,30	275,15
Atuação junto à comunidade	80,27	191,42	275,15
Realização de exames psicológicos (psicotécnicos)	100,91	188,19	275,15
Realização de avaliação psicológica p\ Carteira Nacional de Habilitação	148,89	186,11	223,32
Realização de avaliação psicológica p\ concessão de registro e/ou porte de arma de fogo	297,64	496,07	694,49
Orientação e Seleção Profissional	Limite Inferior	Limite Média	Superior
Orientação Vocacional	160,50	229,30	321,06
Recrutamento e seleção de pessoal	123,82	229,30	321,06
Elaboração de instrumentos psicológicos	114,65	270,71	366,88
Desenvolvimento de projetos relativos ao trabalho	96,30	324,72	401,30
Identificação de necessidades humanas	91,71	279,52	325,61
Partic. em prog. Educacionais, culturais, recreativos	91,71	264,43	366,88
Orientação e acompanhamento	126,14	227,27	300,36
Orientação e encaminhamento de empregados	91,71	219,87	279,75
Avaliação de programa de treinamento	137,58	318,70	380,63
Orientação e Treinamento/ Desenvolvimento	114,65	328,32	366,88
Desligamento de empregados	114,65	217,10	298,08
Preparação para aposentadoria	183,43	275,15	412,73
Orientação e Psicopedagógica	Limite Inferior	Limite Média	Superior
Realização de pesquisas	137,58	206,38	275,15
Planejamento psicopedagógico	91,71	250,08	275,15
Orientação psicopedagógico	137,58	209,25	252,18
Preparação para aposentadoria	183,43	275,15	412,73
Solução de Problemas Psicológicos	Limite Inferior	Limite Média	Superior
Psicomotricidade individual	137,58	198,36	229,30
Psicomotricidade em grupo	114,65	171,70	229,30
Problemas de aprendizagem individual	137,58	195,84	229,30
Problemas de aprendizagem em grupo	135,26	182,19	229,30
Psicoterapia individual	160,50	232,38	275,15
Psicoterapia em casal	183,43	250,29	366,88
Psicoterapia familiar	183,43	293,04	366,88
Psicoterapia em grupo	133,00	213,25	275,15
Ludoterapia individual	137,58	208,25	275,15
Ludoterapia em grupo	126,14	197,71	252,18
Terapia psicomotora individual	137,58	195,73	231,56
Terapia psicomotora em grupo	114,65	172,27	229,30
Acompanhamento e Orientação Psicológica	Limite Inferior	Limite Média	Superior
Acompanhamento psicológico da gravidez, parto e puerperio	183,43	249,70	298,08
Acompanhamento psicológico da gravidez em grupo	137,58	238,85	263,69
Acompanhamento psicoterapêutico	206,38	329,65	389,84
Acompanhamento psicológico de deficientes	137,58	198,07	229,30
Acompanhamento psicológico de idosos	160,50	226,99	275,15
Acompanhamento e reabilitação profissional	91,71	229,30	321,06
Assessoria em Psicologia	Limite Inferior	Limite Média	Superior
Consultoria empresarial	217,79	449,35	504,49
Realização de pesquisa	137,58	229,30	366,88
Movimentação de pessoal	194,90	360,29	458,63
Supervisão de atividades psicológicas	192,62	300,95	366,88
Assessorias a instituições escolares	137,58	263,74	337,09

Fonte: CFP /Fenapsi

Elaboração: DIEESE

\*Os valores da tabela anterior foram atualizados considerando a variação do INPC acumulado de março/2016 até Junho/2019 (12,49482%)



**Tabela de Referência Nacional de Honorários dos Psicólogos em Reais (R\$)**  
**Valores Atualizados pelo INPC-IBGE até Dezembro de 2017\***

<b>Diagnóstico Psicológico</b>	<b>Limite Inferior</b>	<b>Limite Média</b>	<b>Superior</b>
Consulta Psicológica	151,45	226,38	259,65
Anamnese	151,45	219,31	259,65
Elaboração de perfil profissiográfico	129,83	223,61	302,97
Avaliação de desempenho escolar e aprendizagem	129,83	223,18	259,65
Avaliação Psicológica	173,10	216,38	283,44
Avaliação das características psicológicas esportivas	151,45	227,94	281,28
Avaliação de prontidão para alfabetização	151,45	226,26	281,28
Avaliação de nível intelectual	129,83	230,05	259,65
Avaliação Psicomotora	129,83	225,74	259,65
Avaliação Psicomotora Relacionada ao Grafismo	129,83	223,48	259,65
Avaliação das características da personalidade	129,83	244,13	268,29
Avaliação da estrutura e dinâmica da personalidade	151,45	253,35	285,60
Entrevista devolutiva	151,45	218,17	259,65
Observação de campo com visita escolar e domiciliar	160,09	216,38	259,65
Atuação junto à comunidade	75,74	180,64	259,65
Realização de exames psicológicos (psicotécnicos)	95,22	177,59	259,65
Realização de avaliação psicológica p/ Carteira Nacional de Habilitação	140,50	175,62	210,74
Realização de avaliação psicológica p/ concessão de registro e/ou porte de arma de fogo	280,87	468,12	655,36
<b>Orientação e Seleção Profissional</b>	<b>Limite Inferior</b>	<b>Limite Média</b>	<b>Superior</b>
Orientação Vocacional	151,45	216,38	302,97
Recrutamento e seleção de pessoal	116,85	216,38	302,97
Elaboração de instrumentos psicológicos	108,19	255,45	346,21
Desenvolvimento de projetos relativos ao trabalho	90,87	306,42	378,69
Identificação de necessidades humanas	86,54	263,77	307,26
Partic. em prog. Educacionais, culturais, recreativos	86,54	249,53	346,21
Orientação e acompanhamento	119,03	214,47	283,44
Orientação e encaminhamento de empregados	86,54	207,48	263,99
Avaliação de programa de treinamento	129,83	300,74	359,18
Orientação e Treinamento/ Desenvolvimento	108,19	309,82	346,21
Desligamento de empregados	108,19	204,87	281,28
Preparação para aposentadoria	173,10	259,65	389,48
<b>Orientação e Psicopedagógica</b>	<b>Limite Inferior</b>	<b>Limite Média</b>	<b>Superior</b>
Realização de pesquisas	129,83	194,75	259,65
Planejamento psicopedagógico	86,54	235,99	259,65
Orientação psicopedagógica	129,83	197,46	237,97
Preparação para aposentadoria	173,10	259,65	389,48
<b>Solução de Problemas Psicológicos</b>	<b>Limite Inferior</b>	<b>Limite Média</b>	<b>Superior</b>
Psicomotricidade individual	129,83	187,19	216,38
Psicomotricidade em grupo	108,19	162,03	216,38
Problemas de aprendizagem individual	129,83	184,81	216,38
Problemas de aprendizagem em grupo	127,64	171,92	216,38
Psicoterapia individual	151,45	219,29	259,65
Psicoterapia em casal	173,10	236,19	346,21
Psicoterapia familiar	173,10	276,53	346,21
Psicoterapia em grupo	125,51	201,23	259,65
Ludoterapia individual	129,83	196,52	259,65
Ludoterapia em grupo	119,03	186,57	237,97
Terapia psicomotora individual	129,83	184,70	218,51
Terapia psicomotora em grupo	108,19	162,57	216,38
<b>Acompanhamento e Orientação Psicológica</b>	<b>Limite Inferior</b>	<b>Limite Média</b>	<b>Superior</b>
Acompanhamento psicológico da gravidez, parto e puerperio	173,10	235,63	281,28
Acompanhamento psicológico da gravidez em grupo	129,83	225,39	248,83
Acompanhamento psicoterapêutico	194,75	311,08	367,87
Acompanhamento psicológico de deficientes	129,83	186,91	216,38
Acompanhamento psicológico de idosos	151,45	214,20	259,65
Acompanhamento e reabilitação profissional	86,54	216,38	302,97
<b>Assessoria em Psicologia</b>	<b>Limite Inferior</b>	<b>Limite Média</b>	<b>Superior</b>
Consultoria empresarial	205,52	424,03	476,07
Realização de pesquisa	129,83	216,38	346,21
Movimentação de pessoal	183,92	339,99	432,79
Supervisão de atividades psicológicas	181,77	283,99	346,21
Assessorias a instituições escolares	129,83	248,88	318,10

Fonte: CFP /Fenapsi

Elaboração: DIEESE

\*)Os valores da tabela anterior foram atualizados considerando a variação do INPC acumulado de março/2016 até Dezembro/2017 (6,16%)



## PROCEDIMENTOS GERAIS

## CONSULTAS

**1.01.00.00-8**

Código	Procedimento	Porte	Custo Oper.
<b>OUTROS</b>	<b>1.01.06.00-6</b>		
1.01.06.01-4	Aconselhamento genético	4A	-
1.01.06.15-4	Atendimento ambulatorial oftalmológico de criança pré-verbal (<4 anos) ou crianças com déficit intelectual, dificuldade de comunicação ou pouco colaborativas realizada em consultório	3B	-
1.01.06.14-6	Atendimento ambulatorial em puericultura	3B	-
1.01.06.03-0	Atendimento ao familiar do adolescente	1C	-
1.01.06.16-2	Atendimento para avaliação oftalmológica ao recém-nascido em berçário ou UTI	3C	-
1.01.06.04-9	Atendimento pediátrico a gestantes (3º trimestre)	2B	-
1.01.06.11-1	Exame de aptidão física e mental para concessão de benefícios fiscais conferidos pela Secretaria da Receita Federal e da Fazenda Estadual, a que fazem jus portadores de mobilidade reduzida, com necessidade de adaptação veicular	3B	1,500
1.01.06.12-0	Exame de aptidão física e mental para ratificação, quando a condição física e mental assim o requerer, dos exames realizados pelo órgão previdenciário, incluindo restrição ou liberação para a condução de veículo automotor	3B	1,500
1.01.06.06-5	Exame de aptidão física e mental, ou em portadores de mobilidade reduzida, para fins de inscrição ou renovação de CNH (Carteira Nacional de Habilitação)	3B	1,500
1.01.06.09-0	Junta Médica - pagamento de honorários médicos referente a 3ª opinião, conforme resolução Consu nº 8	11B	
1.01.06.07-3	Junta Médica (três ou mais profissionais) - destina-se ao esclarecimento diagnóstico ou decisão de conduta em caso de difícil solução - por profissional	3B	
1.01.06.13-8	Prova de direção veicular em banca especial - Avaliação Clínica durante a prova prática de direção veicular procedida por dois médicos simultaneamente - por profissional	3B	

1.01.06.99-5 OBSERVAÇÕES

- a. Referente ao código 1.01.06.01-4:
- Entende-se por aconselhamento genético o ato médico de avaliação de cada caso e condutas cabíveis, incluindo todas as consultas, do paciente e núcleo familiar, para esclarecimento do diagnóstico e prognóstico. Nos casos pertinentes serão estabelecidos os riscos de recorrência que serão comunicados aos interessados através do aconselhamento genético.
- b. Referente ao código 1.01.06.14-6:
- Não se refere à consulta por patologia aguda ou crônica já identificada.
  - O atendimento ambulatorial em puericultura é sequencial e limitado, conforme calendário abaixo.
  - Tabela de frequência e regularidade dos procedimentos de puericultura





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Polícia Civil do Estado de Minas Gerais**  
**Gabinete da Divisão de Habilitação**

Ofício DETRAN/DH-GAB nº. 39/2021

Belo Horizonte, 12 de fevereiro de 2021.

Exmo.

**Francisco Rogério Barbosa Campos**  
Promotor de Justiça

Assunto:

*Referência:* [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1510.01.0028940/2021-36].

Exmo Promotor,

Com meus cordiais cumprimentos, de ordem da Chefe da Divisão de Habilitação encaminho manifestação do chefe da seção de controle de clínicas, em resposta ao questionamento formulado.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Marcelle Novais Leal, Técnico Assistente da Polícia Civil**, em 12/02/2021, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **25447568** e o código CRC **00A768EF**.

**Referência:** Processo nº 1510.01.0028940/2021-36

SEI nº 25447568

Av Joao Pinheiro 417, 2º andar - Bairro Centro - Belo Horizonte - CEP 30130-180

**Data de Envio:**

12/02/2021 11:06:46

**De:**

PCMG/Gabinete da Divisão de Habilitação DETRAN MG <chefiadhcc@detran.pcivil.mg.gov.br>

**Para:**

giuliano@mpmg.mp.br

**Assunto:**

Resposta à manifestação

**Mensagem:**

Bom dia,

Com meus cordiais cumprimentos encaminho manifestação do Chefe do Setor competente.

At.te,

Marcelle Leal

**Anexos:**

E\_mail\_25138561\_Gmail\_\_Fwd\_\_Solicitacao\_\_Oficio\_036\_2021\_FR\_PJPP\_BH.pdf  
Manifestacao\_25138715\_Copia\_integral\_da\_NF\_0024210011953.pdf  
Oficio\_25138873\_SEI\_MPMG\_\_0806173\_\_Oficio.html  
Memorando\_25407660.html  
Instrucao\_25168728\_INSTRUCAO\_NORMATIVA\_1\_GAB\_2015\_DIRECIONAR\_EXPEDIENTES\_AO\_SETOR\_COMPETENTE.pdf  
Documento\_25408849\_FENAPSI\_TABELA\_ATUALIZADA\_Agosto\_2020\_1.pdf  
Documento\_25409143\_SINDPSI\_FENAPSI\_TABELA\_ATUALIZADA\_Junho\_2019\_5.pdf  
Documento\_25409375\_TabelaReferenciaNacionalHonorariosPsicologosDez2017.pdf  
Documento\_25409469\_CBHPM.pdf  
Documento\_25409558\_Classificacao\_Brasileira\_Hierarquizada\_de\_Procedimentos\_Medicos.pdf  
Despacho\_25433090.html  
Oficio\_25447568.html

**Data de Envio:**

21/06/2021 10:07:31

**De:**

PCMG/Gabinete da Divisão de Habilitação DETRAN MG <chefiadhcc@detran.pcivil.mg.gov.br>

**Para:**

giuliano@mpmg.mp.br

**Assunto:**

Reenvio de Resposta

**Mensagem:**

Reenviamos resposta já anteriormente encaminhada.

Maria Alice Faria  
Delegada de Polícia  
Divisão de Habilitação

**Anexos:**

Memorando\_31075210.html



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Polícia Civil do Estado de Minas Gerais**  
**Assessoria Geral**

Ofício DETRAN/ASSJUR-ASS nº. 3806/2021

Belo Horizonte, 21 de junho de 2021.

**Excelentíssimo Dr. Bruno Alexander Vieira Soares**

**Promotor de Justiça**

**Rua Gonçalves Dias, 2039 -Bairro Lourdes**

**Belo Horizonte/MG - CEP 30.140-092**

**Assunto: Notícia de Fato nº 0024.21.001.195-3**

**Referência: SEI nº 1510.01.0139452/2021-29**

Excelentíssimo Promotor,

De ordem do Diretor deste Departamento de Trânsito e em resposta a o ofício nº 235/2021-PGJMG/BHPJ/BH17PJ/BH17PJ-121PJ, encaminhamos as informações prestadas pelo Setor de Controle de Clínicas do DETRAN/MG por meio do Memorando.DETRAN/CONTR.CLIN.nº 47/2021, que segue anexo.

Esclarecemos que referidas informações já haviam sido prestadas por meio do Memorando.DETRAN/CONTR.CLIN.nº 8/2021, encaminhadas no dia 12/02/2021 e reenviadas no dia 21/06/2021 ao email giuliano@mpmg.mp.br.

Era o que tínhamos a informar, colocando-nos à disposição de V. S<sup>a</sup>. para quaisquer esclarecimentos que ainda se façam necessários.

Atenciosamente,

**Emanuel Cândido da Cunha**  
ASSESSORIA JURÍDICA/DETRAN/MG

**Fernanda Pires Duque Rodrigues**  
ASSESSORA JURÍDICA/DETRAN/MG

**Adriana Patricia Cortopassi Coelho**  
Chefe da Assessoria Jurídica/DETRAN/MG  
Delegada de Polícia - MASP. 1.174.193-1



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Pires Duque Rodrigues, Assessor(a)**, em 21/06/2021, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Emanuel Candido da Cunha, Assessor(a)**, em 21/06/2021, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Patricia Cortopassi Coelho, Delegada de Polícia**, em 21/06/2021, às 21:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **31113230** e o código CRC **C945EB38**.

**Referência:** Processo nº 1510.01.0139452/2021-29

SEI nº 31113230

Av Joao Pinheiro 417 - Bairro Centro - Belo Horizonte - CEP 30130-180

**Data de Envio:**

22/06/2021 10:30:49

**De:**

PCMG/Envio De Processo <agedetranmg@gmail.com>

**Para:**

giuliano@mpmg.mg.br

**Assunto:**

Informações

**Mensagem:**

Excelentíssimo Promotor,  
Segue em anexo as informações.  
Atenciosamente,

Assessoria Jurídica DETRAN/MG

**Anexos:**

Oficio\_30545188\_Gmail\_\_\_Fwd\_\_\_Solicitacao\_\_\_Oficio\_235\_2021\_BV.pdf  
Oficio\_30545264\_copia\_NF.pdf  
Oficio\_30546023\_Oficio\_n\_235\_.pdf  
Memorando\_Detran\_30709278.html  
Memorando\_30748438.html  
Memorando\_31075210.html  
Documento\_31075699\_SEI\_1510.01.0028940\_2021\_36\_Resposta\_a\_valores\_praticados\_pelas\_clinicas\_de\_Minas\_Gerais.pdf  
E\_mail\_31105421.html  
Oficio\_31113230.html



---

**Fwd: Comunicação - Ofício 419/2021/BV**

1 mensagem

**Assessoria Jurídica** <assjurdetranpcmg@gmail.com>  
Para: suporte administrativo <assjursupadm@gmail.com>

19 de agosto de 2021 08:45

Solicito seja criado o expediente no SEI e encaminhado ao setor competente.

Atenciosamente  
Aline Moreira

----- Forwarded message -----

De: **MPMG/E-mail institucional** <giuliano@mpmg.mp.br>  
Date: qua., 18 de ago. de 2021 às 15:40  
Subject: Comunicação - Ofício 419/2021/BV  
To: <assjurdetranpcmg@gmail.com>

Ilustríssimo Senhor,

Encaminho o Ofício 419/2021/BV, com a decisão de indeferimento em anexo, para conhecimento.


Atenciosamente




Livre de vírus. [www.avast.com](http://www.avast.com).

---

**2 anexos**

 **Ofício\_1614141.html**  
45K

 **Despacho\_1600204.html**  
448K

Belo Horizonte - MG, 17 de agosto de 2021

Ilustríssimo Senhor  
Delegado Eurico da Cunha Neto  
Diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais (Detran-MG)

Assunto: Processo SEI nº 19.16.1029.0007625/2021-35 - Notícia de Fato  
nº 0024.21.001195-3

Ilustríssimo Senhor,

Em observância ao artigo 7º, *caput* e § 1º da Resolução Conjunta PGJ CGMP nº 03/2009, encaminho a Vossa Senhoria cópia do despacho que decide pelo indeferimento de requerimento de instauração de Inquérito Civil Público para apuração do fato narrado no expediente em referência, comunicando-lhe, ainda, que, do indeferimento, poderá ser apresentado a esta Promotoria de Justiça Especializada recurso administrativo com as respectivas razões, *no prazo de 10 (dez) dias*, contados do recebimento desta comunicação.

Atenciosamente,

Bruno Alexander Vieira Soares  
Promotor de Justiça

---

Documento assinado eletronicamente por **BRUNO ALEXANDER VIEIRA SOARES, PROMOTOR ENTRANCIA ESPECIAL**, em 17/08/2021, às 15:39, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.

## DECISÃO DE INDEFERIMENTO DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO/INQUÉRITO CIVIL

### RELATÓRIO

Trata-se de notícia de fato instaurada para apurar possível irregularidade nos valores cobrados para a realização dos exames médico e psicotécnico para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação para dirigir (CNH), consoante "manifestação" ANÔNIMA registrada no canal de denúncia da Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e abaixo transcrita:

Requeiro que a Promotoria do Patrimônio Público na Capital notifique o DETRAN para esclarecer o alto valor do exame médico e do exame psicotécnico, no valor aproximado de R\$ 170,00 para cada exame, para fins de Carteira de Motorista, pois é um valor bem superior a outros Estados, e poderia haver redução, principalmente em época de crise pela pandemia <https://www.mg.gov.br/servico/adicionar-categoria-na-cnh>. O valor em outros Estados como RS e SP é em torno de 80,00 reais. solicito providências, pois é um tema de relevância social, e pessoas estão com dificuldade de tirarem a CNH por questões financeiras e são presas e multadas por falta de Carta de Motorista.

Oficiado para prestar informações, o Detran/MG manifestou-se, através do ofício 036/2021/BV (SEI 1328644), nos seguintes termos:

Inicialmente salientamos que a competência para o credenciamento de clínica médica e psicológica pelo DETRAN/MG é estabelecido pelo inciso X, do art. 22, do Código de Trânsito Brasileiro c/c Resolução 425/12/CONTRAN.

Seguindo, o art. 31 do Decreto 47.626/19 estabelece que é atribuição do Diretor do DETRAN estabelecer valores para os serviços prestados pelas clínicas médicas e psicológicas credenciadas, a saber:

Decreto 47.626/19

Art. 31 – Fica a clínica credenciada autorizada a cobrar pelos serviços prestados, segundo tabela de preços públicos estipulados em portaria pelo Diretor do Detran-MG,

observados os respectivos parâmetros da Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Psicologia.

Parágrafo único – O valor da tabela prevista no caput deverá ser revisado no mês de dezembro de cada ano, para vigor no ano seguinte.

Assim, os valores foram estabelecidos pela Portaria nº 64/2018/DETRAN, sendo que esses valores não foram reajustados até o momento. Verifica-se, portanto, que não houve qualquer reajuste nesses valores nos últimos 04 (quatro) anos.

A orientação para a valoração dos serviços prestados por essas entidades é trazida por norma Federal, conforme art. 21 da Resolução 425/12/CONTRAN, como segue:

Resolução 425/12/CONTRAN

Art. 21. Os honorários decorrentes da realização do exame de aptidão física e mental e da avaliação psicológica serão fixados pelos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal e terão como referência, respectivamente, a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos e a Tabela Referencial de Honorários da Federação Nacional de Psicólogos e Conselho Federal de Psicologia - CFP.

As Tabelas Referenciais de Honorários da Federação Nacional de Psicólogos e Conselho Federal de Psicologia para a Avaliação Psicológica para fins de CNH nos anos de 2016, 2019 e 2020 apresentam os seguintes valores (doc anexos):

Ano	Limite inferior	Limite médio	Limite superior
2016	R\$ 132,36	R\$ 169,28	R\$ 203,45
2019	R\$ 148,89	R\$ 186,11	R\$ 223,32
2020	R\$ 153,60	R\$ 192,01	R\$ 230,39

Temos que o valor de honorário psicológico estabelecido pela Portaria 64/2018/DETRAN se encontrava no patamar do Limite médio do ano de 2016, conforme apontado acima.

Quanto ao valor do exame de aptidão física e mental a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos de 2019 é de R\$ 397,48, uma vez que o exame em comento é classificado como Porte 3B, segundo documentos em anexo.

Portanto, temos que os parâmetros de referência apontam valores maiores do que praticados em nosso Estado.

Entendemos que essas informações se prestam a esclarecer o Excelentíssimo membro do Ministério Público objetivando elucidar a Notícia de Fato.

Após nova análise ministerial, e, CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, em especial no seu artigo 22, incisos I e X; CONSIDERANDO as Resoluções nº 168/2004 e 425/2012, ambas do CONTRAN; CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 64/2018/Detran/MG; CONSIDERANDO o teor do art. 1º da Portaria nº 6, de 9 de janeiro de 2018, do DETRAN/MG; CONSIDERANDO que é de competência dos

órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal a fixação do valor de honorários decorrentes da realização do exame de aptidão física e mental e da avaliação psicológica realizados pelas entidades de que tratam o art. 147, I e §§ 1º a 4º e o art. 148 do CTB; CONSIDERANDO que os honorários decorrentes da realização dos exames de aptidão física e mental e da avaliação psicológica terão como referência, respectivamente, a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos e a Tabela Referencial de Honorários da Federação Nacional de Psicólogos e Conselho Federal de Psicologia - CFP; oficiou-se (SEI 1374589), mais uma vez, ao DETRAN/MG, com cópia de despacho ministerial anterior, a fim justificar os valores cobrados para a realização dos exames médico e psicotécnico para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação para dirigir (CNH), já que estão acima dos cobrados por outras capitais, e se, por conseguinte, estariam de acordo com os princípios da proporcionalidade e da isonomia

Em resposta (SEI 1588095), o DETRAN/MG informou o que segue:

## **FUNDAMENTAÇÃO**

A presente investigação busca apurar irregularidade nos valores cobrados para a realização dos exames médico e psicotécnico para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação para dirigir (CNH) no Estado de Minas Gerais.

Sobre o tema, imprescindível registrar o que diz a legislação pertinente, senão vejamos:

### **1 - Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97):**

Art. 22. Compete aos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, no âmbito de sua circunscrição:

X - credenciar órgãos ou entidades para a execução de atividades previstas na legislação de trânsito, na forma estabelecida em norma do CONTRAN;

2 - Resolução 425/12/CONTRAN:

**Art. 1º.** O exame de aptidão física e mental, a avaliação psicológica e o credenciamento das entidades públicas e privadas para realização destes, de que tratam o art. 147, I e §§ 1º a 4º e o art. 148 do Código de Trânsito Brasileiro, bem como os respectivos procedimentos, obedecerão ao disposto nesta Resolução.

**Art. 15º.** As entidades, públicas ou privadas, serão credenciadas pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, de acordo com a sua localização e em conformidade com os critérios aqui estabelecidos.

**Art. 18º.** O credenciamento de médicos e psicólogos peritos examinadores será realizado pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, observados os seguintes critérios:

**Art. 21º.** Os honorários decorrentes da realização do exame de aptidão física e mental e da avaliação psicológica serão fixados pelos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal e terão como referência, respectivamente, a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos e a Tabela Referencial de Honorários da Federação Nacional de Psicólogos e Conselho Federal de Psicologia - CFP.

3 - Portaria nº 64/2018/Detran/MG:

Art. 1º - Fixar novos valores, concernentes à execução de exames feitos pelas clínicas médicas e psicológicas credenciadas pelo DETRAN/MG, de avaliação psicológica e aptidão física e mental em candidatos à obtenção da Permissão para dirigir e renovação da Carteira Nacional de Habilitação:

Avaliação Psicológica	R\$169,28
Aptidão Física e Mental	R\$ 169,28
Reexame Psicológico	R\$ 67,71
Obtenção de 2ª via de exames	R\$ 44,01

4 - Resolução 425/12/CONTRAN:

Art. 21. Os honorários decorrentes da realização do exame de aptidão física e mental e da avaliação psicológica serão fixados pelos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal e terão como referência, respectivamente, a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos e a Tabela Referencial de Honorários da Federação Nacional de Psicólogos e Conselho Federal de Psicologia - CFP.

5 - Tabela de Referência Nacional de Honorários dos Psicólogos em Reais (R\$) - Valores Atualizados pelo INPC-IBGE até Agosto de 2020\*

Realização de avaliação psicológica p\ Carteira Nacional de Habilitação

153,60 (limite inferior)

192,01 (limite média)

230,39 (limite superior)

6 - Portaria nº 6, de 9 de janeiro de 2018 (DETRAN/MG):

Art. 1 Fixar novos valores, concernentes à execução de exames feitos pelas clínicas médicas e psicológicas credenciadas pelo DETRAN/MG, de avaliação psicológica e aptidão física e mental em candidatos à obtenção da Permissão para dirigir e renovação da Carteira Nacional de Habilitação:

Avaliação Psicológica	R\$169,28
Aptidão Física e Mental	R\$169,28
Reexame Psicológico	R\$67,71
Obtenção de 2ª via de exames	R\$44,01

Com relação à Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos, em <https://www.faculdadeide.edu.br/blog/cbhpm-o-que-e-e-como-funciona-o-calculo-de-procedimentos-medicos/> (acesso em 28/06/2021) explica-se seu funcionamento:

A Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos estabelece faixas de valorização dos atos médicos, a partir de seus portes. Na lista não estão indicados valores monetários, mas sim a identificação dos procedimentos. A hierarquização da CBHPM é feita a partir da divisão dos procedimentos em 14 portes, que são agrupados em três subportes (A, B, C). Essa divisão obedece aos seguintes parâmetros:

complexidade técnica;

tempo de execução;

atenção requerida;

grau de treinamento necessário para capacitação do profissional responsável pela realização.

O professor Fredson Melo Ferraz ressalta que “todo o cálculo da CBHPM é baseado em regras estabelecidas pela própria AMB juntamente com os colégios de especialidades médicas”. Os parâmetros são:

1. valores dos portes, ou seja, o que é efetivamente pago ao médico;
2. valor da Unidade de Custo Operacional (UCO), que remunera equipamentos, aluguéis, folha de pagamento, entre outros.

Além disso, no decorrer de toda a tabela existem regras para cada situação, em que com a leitura mais apurada, — e um conhecimento mais aprofundado — é possível realizar o cálculo com propriedade. A fórmula para o cálculo de procedimento da tabela CBHPM é feita da seguinte maneira: Porte + Custo operacional (quando houver previsão) = valor do procedimento O valor dos portes e da UCO é reajustado de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que é medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como forma de compensar as defasagens provocadas pela inflação.

Nesse diapasão, consoante a resposta do DETRAN/MG, os preços praticados em Minas Gerais encontram-se em lineares médias a que sugerem as entidades profissionais, sendo que cada Órgão de Execução Estadual de Trânsito está autorizado a gerir o seu processo de habilitação, com base no inciso II do artigo 22 da Lei 9.503/97, ou seja, ainda que os valores sejam superiores a outras capitais estaduais, mantém-se dentro dos parâmetros legais.



Não seria, pois, o caso de intervenção em questões relativas a conveniência e oportunidade do Órgão de Trânsito mineiro. Ademais, cada ente da federação goza de uma situação sócio econômica, o que gera valores distintos em cada uma delas.

## CONCLUSÃO

Destarte, não restando evidente que os fatos narrados na notícia de fato estão à margem da lei, INDEFIRO o pedido de abertura de Inquérito Civil ou Procedimento Preparatório, nos termos do artigo 9º da Lei nº 7.347/85 e do artigo 7º-A da Resolução Conjunta PGJ-CGMP nº 03/2009.

Dê-se ciência ao representante e ao representado, informando-lhes de que caberá recurso administrativo, com as respectivas razões, no prazo de dez dias, a serem protocoladas no órgão que indeferiu o pedido, situado na Rua Gonçalves Dias, 2039, 10º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte.

Decorrido o prazo, sem manifestação, archive-se com baixa.

Belo Horizonte - MG, 13 de agosto de 2021

BRUNO ALEXANDER VIEIRA SOARES

Promotor de Justiça

---

Documento assinado eletronicamente por **BRUNO ALEXANDER VIEIRA SOARES**, **PROMOTOR ENTRANCIA ESPECIAL**, em 13/08/2021, às 16:54, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.

Processo SEI: 19.16.1029.0007625/2021-35 / Documento  
SEI: 1600204 Gerado por: PGJMG/BHPJ/BH17PJ/BH17PJ-004PJGES

CEP 30140092 - [www.mpmg.mp.br](http://www.mpmg.mp.br)

Memorando Detran.DETTRAN/ASSJUR-ASS.nº 2191/2021

Belo Horizonte, 18 de outubro de 2021.

**Para: Dr. Eurico da Cunha Neto - Diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais**

**Dr<sup>a</sup> Maria Alice Faria - Chefe da Divisão de Habilitação**

**Referência: Ofício nº 419/2021 - PGJMG/BHPJ/BH17PJ/BH17PJ-121PJ**

**Assunto:**

**0024.21.001195-3**

Excelentíssimos Delegados,

Cumprimentando-os cordialmente, valho-me do presente para encaminhar o Ofício nº 419/2021 - PGJMG/BHPJ/BH17PJ/BH17PJ-121PJ (34004242) oriundo do Ministério Público do Estado de Minas Gerais informando acerca do indeferimento de requerimento de instauração de Inquérito Civil Público para apuração de possível irregularidade nos valores cobrados para a realização dos exames médico e psicotécnico para obtenção da CNH para conhecimento.

Era o que tinha a informar, colocando-nos à inteira disposição de V. Exa. para ulteriores esclarecimentos que porventura se façam necessários.

Atenciosamente,

Luisa de Oliveira Drumond

*Delegada de Polícia - MASP: 1.333 .096-4*

Chefe da Assessoria Jurídica do DETRAN/MG



Documento assinado eletronicamente por **Luisa de Oliveira Drumond, Delegada de Polícia**, em 18/10/2021, às 13:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **36693242** e o código CRC **395A5931**.

## Secretaria de **PLANEJAMENTO E GESTÃO**

Publicado em *Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão* (<https://planejamento.mg.gov.br>)

[Página inicial](#) > Nova Lei de Licitações e Contratos

### **Nova Lei de Licitações e Contratos**

A Nova Lei de Licitações e Contratos, Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, está em vigor desde 1º de abril de 2021, data de sua publicação.

Durante os próximos 2 (dois) anos, haverá a convivência da nova norma com as Leis nº 8.666/1993, nº 10.520/2002 (Pregão) e nº 12.462/2011 (RDC), que, ao final desse prazo, restarão revogadas. Esse prazo foi previsto para que os entes federados possam se adequar às regras da nova lei de forma coordenada e organizada.

Nesta seção, são disponibilizados acesso à Lei, às orientações emitidas pelos órgãos competentes no Governo do Estado de Minas Gerais e às perguntas frequentes e suas respectivas respostas.

[Clique aqui e acesse a Lei nº 14.133 na íntegra](#) <sup>[1]</sup>

#### **Orientação da Advocacia Geral do Estado - AGE**

Por meio da Orientação AGE (SEI 35103384), o “Advogado-Geral do Estado recomenda que os órgãos da Administração direta e entidades Autárquicas e Fundacionais não realizem licitações de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021, até que o Estado providencie sua regulamentação.”

**Quer saber mais sobre a nova norma e as ações desenvolvidas pelo Estado para sua implementação?**

Disponibilizamos aqui as perguntas frequentes e respostas sobre o tema.

[Clique aqui](#) <sup>[2]</sup> e acesse as Perguntas Frequentes sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos

**URL de origem:** <https://planejamento.mg.gov.br/pagina/logistica/nova-lei-de-licitacoes-e-contratos>

#### **Links**

[1] [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm)

[2] [http://www.compras.mg.gov.br/images/stories/arquivoslicitacoes/2022/SEPLAG\\_CSC/24.05.2022/faq-nllc-atualizado-0522.pdf](http://www.compras.mg.gov.br/images/stories/arquivoslicitacoes/2022/SEPLAG_CSC/24.05.2022/faq-nllc-atualizado-0522.pdf)

[Início](#) / [Sobre o Detran](#) / [Sala de Imprensa](#) / [Comunicados](#) / Suspensão da Portaria nº 23, de 11 de Janeiro de 2022, Detran-MG

## COMUNICADOS

# SUSPENSÃO DA PORTARIA Nº 23, DE 11 DE JANEIRO DE 2022, DETRAN-MG

Por Detran-MG

01/06/2022 15:44:00 - Atualizado Há 1 semana

### TORNA PÚBLICA:

A decisão cautelar do Tribunal de Contas de Minas Gerais, a qual determina a suspensão imediatamente da Portaria nº 23, de 11 de Janeiro de 2022, do Detran-MG, publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais no dia 14 de janeiro de 2022, em decorrência de Processo de Denúncia nº 1.114.683 interposta pela Associação de Clínicas de Trânsito do Estado de Minas Gerais - ACTRANS, ficando suspensos os processos de credenciamentos em curso no Sistema de Credenciamento Eletrônico - SCE, bem como vedado o início de novos processos, enquanto suspensa a Portaria 23/2022. Está mantida a prestação de serviços por meio das empresas anteriormente credenciadas à referida Portaria, até ulterior julgamento de mérito.

Acompanhe o [facebook](#) e o [instagram](#) do Detran-MG!

Assessoria de Comunicação – Detran-MG/PCMG

## VEJA TAMBÉM

› [Municípios integrados ao SNT - Nova minuta de convênio disponível para assinatura](#)

› [Reagendamento de vistoria - Ciretran Betim](#)

› [Entrega das CNHs devolvidas pelos Correios](#)

› [Educação de Trânsito: apoio para realização da caminhada do Maio Amarelo 2022 - Juntos Salvamos Vidas](#)

› [Apoio na divulgação da Educação de Trânsito II](#)



**Departamento de Trâns...**  
 25.726 seguidores

Seguir Página

Usar aplicativo



**Departamento de Trânsito de Minas Gerais**  
 há cerca de 2 semanas

Detran-MG comemora 110 anos promovendo a segurança no trânsito no estado

O Departamento de Trânsito de Minas Gerais (Detran-MG) comemorou, nesta quarta-feira (25/5), 110 anos de atividades. O evento de celebração aconteceu no Auditório Juscelino Kubitschek, na Cidade Administrativa, na Região Noroeste da capital.

Na cerimônia foram homenageadas personalidades, que atuam nos âmbitos público e privado, contribuindo para as demandas relacionadas ao trânsito com



**Data de Envio:**

09/06/2022 18:05:18

**De:**

PCMG/Envio De Processo &lt;agedetranmg@gmail.com&gt;

**Para:**

protocolo@tce.mg.gov.br

**Assunto:**

ESCLARECIMENTOS - Referência: Ofício n. 8193/2022 - Secretaria 1ª Câmara Denúncia - Processo nº 1114683

**Mensagem:**

À Secretaria da Primeira Câmara do Tribunal de Contas de Minas Gerais,

De ordem do Diretor do DETRAN/MG, encaminhamos Ofício DETRAN/ASSJUR-ASS nº. 3780/2022, contendo esclarecimentos prestados pelo Diretor do DETRAN/MG, Dr. Eurico da Cunha Neto, em atendimento à intimação comunicada através do Ofício n. 8193/2022.

Anexos ao Ofício DETRAN/ASSJUR-ASS nº. 3780/2022 (47475736) também estão sendo enviados os seguintes documentos:

- a) Ofício n. 8193/2022 (47042957);
- b) Aviso nº 1/2022-DETRAN/DH-GAB (47435871);
- c) Ofício DETRAN/DH-GAB nº. 264/2022 (47439546);
- d) Despacho nº 591/2022/DETRAN/EXPED. (47484979);
- e) Memorando.DETRAN/DH-GAB.nº 397/2022 (47490519);
- f) Publicação Diário Oficial, datada de 01 de junho de 2022 (47504354);
- g) Ofício PRODEMGE/SSN nº. 731/2022 (47526183);
- h) Planilha - Exames de avaliação psicológicas realizados por municípios das clinicas psicológicas de março a maio/2022 (47532058);
- i) Planilha - Exames de aptidão físico e mental realizados por municípios das clinicas médicas de março a maio/2022 (47532139);
- j) Anexo (SEI 1510.01.0200647/2021-62) (47899220);
- k) Anexo (SEI 1510.01.0077720/2021-42) (47902653);
- l) Anexo - SEI 1510.01.0139452/2021-29 (47911405);
- m) Anexo - 1510.01.0208784/2021-68 (47911573);
- n) Anexo Nova Lei de Licitações e Contratos (47958857);
- o) Anexo DETRAN - MG \_ Suspensão da Portaria nº 23, de 11 de Janeiro de 2022, Detran-MG (47981592);

Os documentos acima mencionados não foram protocolizados pelo sistema e-TCE por dificuldades técnicas enfrentadas com o Token.

Favor confirmar recebimento do e-mail, e seu protocolo.

Atenciosamente,

Assessoria Jurídica do DETRAN/MG

**Anexos:**

Ofício\_47475736.html  
 Despacho\_47484979.html  
 Memorando\_47490519.html  
 Anexo\_47504354\_caderno1\_2022\_06\_01.pdf  
 Ofício\_47526183.html  
 Planilha\_47532058\_Exames\_de\_avaliacao\_psicologicas\_realizados\_por\_municipios\_das\_clinicas\_psicologicas\_de\_marco\_a\_maio\_2022.ods  
 Planilha\_47532139\_Exames\_de\_aptidao\_fisico\_e\_mental\_realizados\_por\_municipios\_das\_clinicas\_medicas\_de\_marco\_a\_maio\_2022.ods  
 Anexo\_47899220\_SEI\_1510.01.0200647\_2021\_62.pdf  
 Anexo\_47911405\_SEI\_1510.01.0139452\_2021\_29.pdf  
 Anexo\_47902653\_SEI\_1510.01.0077720\_2021\_42\_compressed.pdf  
 Anexo\_47911573\_SEI\_1510.01.0208784\_2021\_68.pdf  
 Anexo\_47958857\_Nova\_Lei\_de\_LicitaA\_A\_es\_e\_Contratos.pdf  
 Anexo\_47981592\_DETRAN\_MG\_SuspensA\_o\_da\_Portaria\_nA\_23\_de\_11\_de\_Janeiro\_de\_2022\_Detran\_MG.pdf  
 Ofício\_47439546.html  
 Aviso\_47435871.html  
 Documento\_47042957\_ACFrOgADxFnh743cTQgbQD9Y2\_5Amb37qj8yErex21zAqW6eoqwEYnf3F3McpVnPS5PiLYr\_a76gS89ksxPK1gwps55tbxEcLbZ\_j8wydeUblvrx\_ZalsJ6el3P\_aY\_.pdf